

ANDREY MININ MARTIN

PRODUZIR ENERGIA, (PRO) MOVER O PROGRESSO:
*O COMPLEXO HIDRELÉTRICO URUBUPUNGÁ E OS CAMINHOS DO SETOR
ENERGÉTICO*

ASSIS

2016

ANDREY MININ MARTIN

PRODUZIR ENERGIA, (PRO) MOVER O PROGRESSO:
*O COMPLEXO HIDRELÉTRICO URUBUPUNGÁ E OS CAMINHOS DO SETOR
ENERGÉTICO*

*Tese apresentado à Faculdade de Ciências e
Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual
Paulista para a obtenção do título de Doutor em
História. (Área de Conhecimento: História e
Sociedade)*

Orientador: Dr. Eduardo Romero de Oliveira

ASSIS

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

M379p Martin, Andrey Minin
Produzir energia, (pro)mover o progresso: o Complexo Hidrelétrico Urubupungá e os caminhos do setor energético / Andrey Minin Martin. Assis, 2016.
351 f.

Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista
Orientador: Dr. Eduardo Romero de Oliveira

1. Energia hidrelétrica. 2. Complexo Urubupungá. 3. Desenvolvimento energético. 4. Rio Paraná. 5. Memória. I. Título.

CDD 621.3

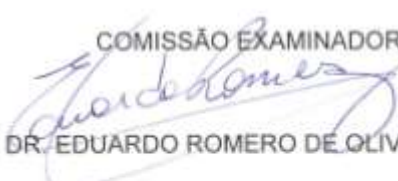
ANDREY MININ MARTIN

PRODUZIR ENERGIA, (PRO) MOVER O PROGRESSO: "O COMPLEXO
HIDRELÉTRICO URUBUPUNGÁ E OS CAMINHOS DO SETOR
ENERGÉTICO"

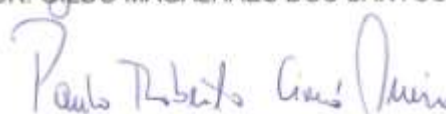
Tese apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras – UNESP/Assis
para obtenção do título de Doutor em
História. (Área de Conhecimento:
História e Sociedade)

Data da Aprovação: 24/05/2016

COMISSÃO EXAMINADORA


PRESIDENTE: PROF. DR. EDUARDO ROMERO DE OLIVEIRA - UNESP/Assis


MEMBROS: PROF. DR. GILDO MAGALHÃES DOS SANTOS FILHO - USP/São Paulo


PROF. DR. PAULO ROBERTO CIMÓ QUEIROZ - UFGD/Dourados


PROF. DR. PAULO CESAR GONÇALVES - UNESP/Assis


PROF. DR. AUREO BUSETTO - UNESP/Assis

[AGRADECIMENTOS]

A existência deste trabalho não seria possível sem os agradecimentos especiais às pessoas que acompanharam esta realização, muito antes mesmo desta jornada.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à família, sempre. Meu porto seguro, com quem pude contar em todos os momentos. Ao pai Roberto, mãe Wilma e irmã Krisna, pelo afeto e ajuda nas horas difíceis nesta caminhada, por me entender em muitas escolhas e decisões.

Ao professor Eduardo Romero, exímio orientador que possibilitou minha entrada nesta nova casa acadêmica, por ter contribuído diretamente para tessitura desta tese e superação dos desafios. Agradeço pela segurança e confiança depositadas, estando próximo em todos os momentos, pelas palavras ditas e questões apontadas para além desta tese, por todo respeito e competência, mostrou-se mais que um orientador.

Aos professores Gildo Magalhães dos Santos, Paulo Cesar Gonçalves, pelas contribuições e indicações no exame de qualificação.

Aos professores que desde a graduação, mestrado e agora no doutoramento na UNESP permeiam esta realização, com leituras, apontamentos e sugestões, além do profundo carinho e amizade.

A Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, por me conceder a bolsa de doutoramento para realização deste trabalho, conjuntamente com a possibilidade de estágio de pesquisa nos Estados Unidos. Sou grato por terem proporcionado a dedicação para que este trabalho fosse concretizado.

Ao professor Renato Diniz, pesquisador e amigo que contribuiu centralmente na seleção e contatos da documentação, seu apoio foi fundamental para realização deste trabalho. Pelos muitos arquivos organizados, meus eternos agradecimentos.

Ao professor Gildo Magalhães por possibilitar que ampliasse minha participação neste rico e vasto campo que é o setor energético. Pelos trabalhos realizados, experiências apreendidas junto ao grupo de pesquisa, meus agradecimentos.

Expresso minha gratidão aos funcionários da Seção de Pós Graduação em História pela ajuda prestada, assim como para Márcio José Carvalho e Eduardo Gomes de Almeida pelas inúmeras ajudas junto ao Escritório de Pesquisa e Internacionalização.

Aos arquivos públicos visitados nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, do Arquivo Público do Estado de São Paulo; Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa, CEDAP, UNESP Assis; Centro de Documentação e Memória Camargo Corrêa; Fundação Energia e Saneamento; Arquivo Histórico de Campo Grande, ARCA; Arquivo da Câmara Municipal de Três Lagoas; Arquivo particular do Jornal “Correio do Estado”; Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados CDR/UFGD; Instituto

Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul – IHGMS; Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro”-UFMS, Campus de Três Lagoas.

Aos funcionários da Biblioteca da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, “Acácio José Santa Rosa”- Campus de Assis; Ibilce – São José do Rio Preto; FCT – Presidente Prudente e Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, USP.

Aos funcionários do *National Archives and Records Administration’s southeastern branch*, em Atlanta, Georgia, *Special Collections Library, University of Tennessee’s* e *TVA Library* em Knoxville, Tennessee nos Estados Unidos, pelo acolhimento no contato com a documentação.

Ao professor Tore C. Olsson da *University of Tennessee* por me receber como orientando e amigo na estadia em seu país. Suas contribuições pelo amigoso contato universitário por meio de inúmeras conversas, sugestões bibliográficas e mesmo percepções culturais fizeram com que a estadia fosse riquíssima para esta tese, assim como para minha formação cultural.

Aos queridos amigos de Pós-Graduação, em especial ao Leonardo, Willian, Lucas, Bruno, Diogo, Verônica, Henrique, Danilo, Marcos, que em muitas conversas dividimos ideias, vontades e expectativas que ficarão marcados para o sempre.

Aos muitos amigos espalhados por este Brasil a fora e da minha “terrinha”, velhos amigos que sempre estão a minha volta, me apoiando nos momentos bons e ruins. Pelos diferentes caminhos trilhados, nossas vidas ainda se unem, na certeza de que amizades como estas nunca terminam. Pelo Brasil a fora sempre dando um jeito de nos encontrarmos para trocar aquela boa e velha conversa de botas batidas.

Em especial à Ana, companheira para toda vida que, literalmente desde o momento de minha aprovação, esteve fazendo de meus passos os seus. Agradeço por estar ao meu lado nesta trajetória, pelo fino fio da compreensão e ajuda. Minha calma, minha razão.

Sou grato a todos aqueles que me acolheram, me ouviram e me acompanharam nesta caminhada, pois mesmo com minhas constantes ausências, estiveram sempre comigo.

MARTIN, Andrey Minin. **Produzir energia, (pro) mover o progresso: o Complexo Hidrelétrico Urubupungá e os caminhos do setor energético.** 2016. 351f. Tese (Doutorado em História)-Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, 2016.

RESUMO

Objetiva-se neste trabalho analisar o Complexo Hidrelétrico Urubupungá, localizado na região fronteira entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, constituído por duas hidrelétricas, a Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias (Jupiá) e a Usina Hidrelétrica Ilha Solteira. Planejado e executado entre as décadas de 1950 e meados da década de 1970, este empreendimento consolida-se por meio da criação da Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai, a CIBPU, projeto de planejamento regional articulado por sete estados nacionais, tendo como influência as experiências norte-americanas do *Tennessee Valley Authority, TVA*. Com o início das obras, a condução do empreendimento centraliza cada vez mais novos organismos, como as Centrais Elétricas de Urubupungá, CELUSA S/A e a partir de 1966 as Centrais Elétricas de São Paulo, CESP, atualmente denominada Companhia Energética de São Paulo. Tais transformações projetam novos interesses de determinados grupos e espaços com as potencialidades advindas da produção energética, ampliando diretamente a forma de se pensar como a constituição deste complexo atrela-se a determinados projetos políticos, econômicos e sociais para uma vasta região do país. Para tal análise, permeado por um debate teórico-metodológico entre progresso, desenvolvimento, história e memória, ligados a um corpo documental amplo, de documentos de comissões e empresas, periódicos de circulação nacional e aparatos audiovisuais, apresentamos como uma série de narrativas se engendraram na execução e no estabelecimento do empreendimento, articulando seu ideário de progresso e uma nova imagem para região, antes, durante e posteriormente a sua realização. Desta forma, interesses privados, disputas pela legitimidade, pelo poder e, assim, memórias foram gestadas ao longo deste período e marcaram a construção do complexo hidrelétrico até seu término na década de 1970, estabelecendo ligações com marcos de memória do passado e deixando desdobramentos para o futuro.

Palavras-chave: Energia hidrelétrica; Complexo Urubupungá; Desenvolvimento energético; Rio Paraná; Memória.

MARTIN, Andrey Minin. *Producing Energy, (pro)moving the progress: The Urubupungá Hydroelectric Complex and the ways of the energetic sector*. 2016. 351f. Thesis (PhD in History) Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, 2016.

ABSTRACT

This work aims to analyze the Urubupungá Hydroelectric Complex, located in the border region between the States of São Paulo e Mato Grosso do Sul, it is consisted by two hydroelectric plants, the Engenheiro Souza Dias Hydroelectric Plant (Jupia), and the Ilha Solteira Hydroelectric Plant. Planned and executed between the decade of 1950 and mid of 1970, this enterprise consolidated itself through the creation of an Interstate Committee of the Paraná-Uruguai basin, that was called CIBPU, and was a regional planning project articulated by seven national States, under the influence the North-American experiences of the *Tennessee Valley Authority*, TVA. With the beginning of the works, the enterprise focuses more and more on the new organisms, such as Urubupungá Electrics Centrals, CELUSA S/A, and from 1966, The São Paulo Electrics Centrals, CESP, currently named as Energetic Company of São Paulo. These transformations design new interests of certain groups and spaces to the arising potential from the energy production, directly widening the way of thinking about how the complex creation is connected to certain political, economic, and social projects to a wide area of the country. For this analysis, permeated by a theoretical-methodological debate about progress, development, history and memory linked to an extensive documental source of commissions and companies documents, national periodicals, audio-visual apparatus, it was presented how a series of narratives were engendered in the enterprise implementation and establishment, articulating its ideals of progress and a new image for the region, before, during, and after its completion. In this way, private interests, disputes for the legitimacy and power, and so, memories were made throughout this period and marked the Hydroelectric Complex construction until its completion in early 1970, establishing connections with landmarks of memory from the past and developments for the future.

Keywords: Hydroelectric energy; Urubupungá Hydroelectric Complex; Energetic Development; Paraná River; Memory.

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Foto 01 - UHE Engenheiro Souza Dias.....	40
Foto 02 - UHE Ilha Solteira.....	41
Foto 03 - Garimpagem na construção do Complexo Hidrelétrico Urubupungá.....	65
Foto 04 - Salto de Urubupungá.....	67
Foto 05 - Salto de Urubupungá.....	69
Foto 06 - Usina Elétrica de Corumbá.....	70
Foto 07 - Salto da Laja	71
Foto 08 - Última aparição do Salto de Urubupungá.....	77
Foto 09 - Símbolo TVA: “Progresso através do desenvolvimento dos recursos”	90
Foto 10 - Núcleo provisório de moradia dos trabalhadores do TVA.....	104
Foto 11 - Núcleo dos trabalhadores Complexo Hidrelétrico Urubupungá.....	105
Foto 12 - Hidrelétricas de Norris Dam e Ilha Solteira.....	107
Foto 13 - Presidente Dutra em Visita ao TVA.....	116
Foto 14 - Ensecadeira e canteiro de obras em Jupia.....	140
Foto 15 - Construção hidrelétrica de Jupia.....	147
Foto 16 - Núcleo habitacional Vila Piloto.....	149
Foto 17 - Construção Ilha Solteira, ensecadeira ao fundo.....	159
Foto 18 - Cidade de Ilha Solteira.....	159
Foto 19 - Estrela símbolo da hidrelétrica de Ilha Solteira.....	162
Foto 20 - Canteiro industrial em Ilha Solteira.....	166
Foto 21 - Abertura da ensecadeira na casa de força.....	167
Foto 22 - Acionamentos das turbinas de Jupia.....	172
Foto 23 - Embaixador norte-americano Lincoln Gordon (à direita) em Três Lagoas.....	232
Foto 24 - Recital com o maestro João Carlos Martins em Ilha Solteira.....	250
Foto 25 - Hidrelétrica de Krasnoyarsk (Rússia).....	269
Foto 26 – Construção Hidrelétrica Ilha Solteira.....	270
Foto 27 - Ponto de intersecção entre hidrelétrica e ferrovia.....	276
Foto 28 - Visão geral da construção de Ilha Solteira.....	305
Foto 29 – Festividade: comemoração de 30 anos CESP.....	312

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01 - Aproveitamento dos saltos e o novo traçado do rio Paraná.....	77
Ilustração 02 - Planejamento Regional TVA.....	87
Ilustração 03 - Projeto: Hidrelétrica Jupiá realizado pela Edisonbras.....	144
Ilustração 04 - Projeto: Hidrelétrica Jupiá realizado pela Camargo Corrêa.....	144
Ilustração 05 - Cartaz sobre os benefícios da energia elétrica	177
Ilustração 06 - Panfleto comemorativo GOELRO.....	269
Imagem 01 - Propaganda CESP sobre energia elétrica.....	79
Imagem 02 - Panfleto Propaganda TVA.....	90
Imagem 03 - Panfleto de divulgação “Visit TVA”	99
Imagem 04 - Centralidade do Complexo Urubupungá em Revistas	183
Imagem 05 - Propaganda a serviço do progresso elétrico	200
Imagem 06 - Divulgação do complexo hidrelétrico e cortes de energia.....	202
Imagem 07 - Propaganda do Complexo Hidrelétrico e desenvolvimento social.....	226
Imagem 08 - Divulgação do complexo como elemento de conquista coletiva.....	227
Imagem 09 - Urubupungá ante o pessimismo nacional.....	245
Imagem 10 - Propaganda sobre os benefícios da eletrificação rural.....	246
Imagem 11 - Propaganda da inauguração das turbinas de Jupiá.....	247
Imagem 12 - Propaganda de inauguração da Usina de Jupiá e projeto de reflorestamento...251	
Imagem 13 - Divulgação - Ilha Solteira como excelência da engenharia nacional.....	261
Imagem 14 - Volante de divulgação do complexo Hidrelétrico.....	264
Imagem 15 - Abertura do documentário.....	284
Imagem 16 - Disciplina e grandiosidade atreladas à Urubupungá em documentário.....	290
Imagem 17 – Edição O Barrageiro, 1971 e 1972	299
Brasão 01/02 - Brasões de Três Lagoas e Ilha Solteira	162
Carta 01 - Relações do Tennessee Valley Authority no Mundo.....	94

Desenho técnico 01 - Modelo de turbina apresentado para URSS.....	121
Desenho técnico 02 –Corte casa de força hidrelétrica de Jupia.....	151
Mapa 01 - Localização do Complexo Hidrelétrico Urubupungá.....	39
Mapa 02 - Potencial hidrelétrico dos rios Paraná, Tietê e Paranapanema.....	74
Mapa 03 - Potencialidades das bacias brasileiras.....	112
Mapa 04 - Aproveitamento das bacias hidrográficas do estado de São Paulo.....	118
Mapa 05 - Área de impacto do Complexo Hidrelétrico de Urubupungá.....	126
MAPA 06 - Caracterização da “Região de Urubupungá”.....	163
Mapa 07 - Unidades de implantação e desenvolvimento ambiental CESP.....	311
Planta 01 - Rebojo de Jupia, produzido por Teotônio José Juzarte em 1769.....	51
Planta 02/03 - Planta rio Paraná 1908 e 1956.....	74
Planta 04 - Vila Piloto (Jupia).....	280

INDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 01 - Potencial Energético Brasileiro segundo TVA.....	97
Quadro 02 - Regiões de aproveitamento hidrelétrico	130
Quadro 03 - Publicações referentes ao Complexo Hidrelétrico Urubupungá	182
Quadro 04 - Circulação de “O Barrageiro”	298
Gráfico 01 - Distribuição do potencial energético por bacia hidrográfica do Brasil.....	98

ÍNDICE DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEIS	Administração Especial de Ilha Solteira
AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
AIA	<i>American International Association for Economic and Social Development</i>
AMFORP	<i>American & Foreign Power Company</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Cooperação e Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAIS	Clube Atlético Ilha Solteira
CANAMBRA	<i>Montreal Engineering Company Ltd., G. E. Crippen & Associates Ltd.</i> , ambas canadenses, e <i>Gibbs & Hill, Inc.</i> , estadunidense
CBDB	Comitê Brasileiro de Barragens. Rio de Janeiro
CDMCC	Centro de Documentação e Memória Camargo Corrêa
CELUSA	Centrais Elétricas de Urubupungá S. A.
CEMAT	Centrais Elétricas Mato-Grossenses S/A
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CETESB	Centro Tecnológico de Saneamento Básico
CGG-SP	Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CIBPU	Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí
CMBEU	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos
CME	Companhia Matogrossense de Eletricidade
CNAEE	Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
ELETROBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S. A.
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
EXIMBANK	<i>Export-Import Bank of the United States</i>
FAPESP	Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado de São Paulo
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
GE	General Electric
GIE	<i>Gruppo Industrie Elettro Meccaniche Per Impianti All Estero SpA</i>

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
LIGHT	Light Serviços de Eletricidade S. A.
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NARA	<i>National Archive at Atlanta</i>
NOB	Noroeste do Brasil
OESP	O Estado de S. Paulo
ONU	Organização das Nações Unidas
PLANEMAK	Planejamento de Edifícios e Cidade S/C Ltda
PNE	Plano Nacional de Eletrificação
PSD	Partido Social Democrático
RAE	Repartição de Águas e Esgoto de São Paulo
SAGMACS	Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais
SEU	Sociedade Esportiva Urubupungá
SEIS	Sociedade Esportiva de Ilha Solteira
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SPVERFSP	Superintendência do Plano de Valorização da Fronteira Sudoeste do País
SRTU	Sociedade Recreativa dos Trabalhadores de Urubupungá
SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
THEMAG	Telêmaco Von Langendonch, Henrique Herweg, Eugênio Jusquin, Milton Vargas e Alberto Giaroli.
TVA	<i>Tennessee Valley Authority</i>
UDN	União Democrática Nacional
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNCHE	<i>United Nations Conference on the Human Environment</i>
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
USP	Universidade de São Paulo

Desenvolvimento é capitalismo mais eletricidade

Revista Visão, 1970

*O progresso de um povo pode ser medido pela
quantidade de energia elétrica que consome.*

CESP, 1966

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18

CAPÍTULO I

1. DO BRAVIO AO PROGRESSO ENERGÉTICO: URUBUPUNGÁ NOS CAMINHOS DA HISTÓRIA	
1.1 O RIO ESQUECIDO (OU A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS)	43
1.2 REPRESENTAÇÕES E IMAGENS: DOS FIOS E TRILHOS ÀS HIDRELÉTRICAS	56

CAPÍTULO II

2. O COMPLEXO HIDRELÉTRICO URUBUPUNGÁ	
2.1 "TVA PARTNERS IN PROGRESS": RELAÇÕES BRASIL-EUA NOS CAMINHOS DE URUBUPUNGÁ	86
2.2 DE COMISSÕES ÀS CENTRAIS ELÉTRICAS	123
2.3 CESP E O COMPLEXO HIDRELÉTRICO URUBUPUNGÁ	156

CAPÍTULO III

3. PELAS PÁGINAS DO PROGRESSO: PERIODISMO, PROPAGANDA E ENERGIA	
3.1 IMPRENSA E PROPAGANDA NOS CAMINHOS DO COMPLEXO HIDRELÉTRICO URUBUPUNGÁ	197
3.2 DE CASTELO A MÉDICI: A URUBUPUNGÁ DO BRASIL POTÊNCIA	229

CAPÍTULO IV

4. PRODUZIR PARA ALÉM DE MILHÕES DE QUILOWATTS	
4.1 Urubupungá nas telas: a produção audiovisual	270
4.2 "Um amigo mais chegado": o jornal O Barrageiro	297

CONSIDERAÇÕES FINAIS	316

5. FONTES E REFERÊNCIAS

5.1 FONTES	323
5.2 REFERÊNCIAS	331

ANEXO



Pedra fundamental Complexo Hidrelétrico Urubupungá.

INTRODUÇÃO

Jamais houve uma época que não se sentisse moderna...e não acreditasse estar diante de um abismo iminente

Walter Benjamin

Aqueles que acompanham os principais jornais e noticiários de circulação regional e nacional de estados como São Paulo e Mato Grosso do Sul assistiram em 2015 uma gama de notícias trazendo novamente o Complexo Hidrelétrico de Urubupungá à cena. O foco era a decisão do Ministério de Minas e Energia de realização do leilão das Hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira, arrematadas, em 25 de novembro, pelos chineses da *China Three Gorges Corporation*, conforme publicado em diário oficial.

O leilão encerra um ciclo de cinquenta anos, iniciado em dezembro de 1966 quando da criação das Centrais Elétricas de São Paulo, a CESP, empresa responsável pelo complexo até então. Durante esse tempo, este complexo tornou-se fundamental para a produção energética e ampliação da navegação em sua região de atuação, além de gerar *royalties* para cidades de Castilho e Ilha Solteira, no Estado de São Paulo. E é justamente neste ponto que os noticiários estão dando ênfase, visto os inúmeros protestos realizados por parte de trabalhadores e moradores destas cidades, que teriam com o leilão perda de grande parte deste montante, concedido a partir de agora para o Estado de Mato Grosso do Sul.

Sobre tais reações, para além de tomarmos inicialmente qualquer posicionamento sobre esta nova configuração, o que notamos por diversos círculos comunicativos e pelas redes sociais foi uma série de descompassos e desinformações sobre o próprio histórico do complexo, entre sujeitos e grupos digladiando-se, beirando inclusive o ufanismo e acirramento de ideias em relação a quem seria o “verdadeiro” dono do complexo. Assim, para além das disputas, o que observamos é justamente um embate que extrapola a questão econômica e adentra a simbologia do complexo para a identidade paulista, tida para muitos como legítimos donos e herdeiros do empreendimento.

Mas por que agora? O que representam na contemporaneidade estes “monumentos hidrelétricos”, para além de sua produção energética?

Em uma das passagens do “manifesto” dos Annales, escrito por Lucien Febvre, ainda nos anos 1950, o autor dizia que as pirâmides, lá estão e lá permanecem, como imponente

memória da grandiosidade de um tempo, de alguém, ilustre, que ainda pretende exercer uma espécie de poder “póstumo”. Imponente obra de intenções e posições dentro de uma sociedade. Tornam-se assim, os grandes monumentos, uma eterna afirmação.¹ E o que seriam as grandes hidrelétricas aqui estudadas?

Tensionar tais afirmações evocando o passado, ou mesmo suas implicações no presente, constrói as trilhas do ofício do historiador e deste trabalho, na árdua tarefa de questionar para além de feitos e fatos. Como já nos foi ensinado, somente conseguiremos ultrapassar a ideia do “monumento” histórico quando a ele apresentarmos nossas questões, problematizando e interrogando.

Dessa forma, o objetivo central deste trabalho é analisar a criação e a organização do Complexo Hidrelétrico Urubupungá, entre as décadas de 1950 e meados da década de 1970. Pretende-se compreender como seu estabelecimento representou o ideário de progresso e desenvolvimento para vasta região do país, estabelecido em uma teia de práticas, narrativas e poderes que, para além da produção energética, atrelaram este empreendimento como marco de memória do setor energético e promotor de transformações em diversos segmentos nacionais.

As inquietações que resultaram na tessitura e análise do Complexo Hidrelétrico Urubupungá derivam de um projeto anterior a esta pesquisa, quando analisávamos justamente o período posterior à construção do projeto hidrelétrico, em que os resultados de sua existência misturavam-se com uma série de contradições na configuração socioespacial desta região. Porém, como em todos os trabalhos, nada é estanque e permanente. Cada vez que mergulhávamos nas veredas da problematização, distintas indagações revelavam as necessidades para a realização do trabalho.

E, neste, caso não foi diferente e o que antes era o foco de uma análise tornou-se o resultado de uma problemática anterior: antes de analisar os desdobramentos do projeto hidrelétrico, deveríamos compreender sua própria formação e existência. Ficou claro que analisar os caminhos do complexo hidrelétrico compreendia emaranhar-se pelas tramas do setor energético, em um contexto mais amplo, em que seu estabelecimento representava a articulação com um projeto maior, difuso e permeado por interesses políticos, sociais e ideológicos.

Assim, pensar os caminhos sobre a consolidação dos projetos hidrelétricos no Brasil não se mostrou uma tarefa simples, linear, de mão única, mas tornou-se um mergulho no

¹ FEBVRE, Lucien. Contra o vento: Manifesto dos novos Annales. In: NOVAIS, Fernando A., SILVA, Rogério Forastieri da (orgs). *Nova história em perspectiva* 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

entendimento para além dos fatos em si, de uma multiplicidade de agentes participativos em sua formação, em suas memórias, alocadas por uma gama de fontes que se tornam objetos deste rememorar e que se abre para uma série de questionamentos.

Da mesma forma que, como pontua Carlos Alberto Vesentini, uma época pode ser interpretada por meio de documentos, observamos que fato e memória podem ser constantemente apropriados e reelaborados pelo poder em diferentes momentos passando “a se constituir num agente ativo de organização da memória”.² Neste sentido, discutir a constituição do projeto hidrelétrico de Urubupungá é tensionar as próprias bases de onde provém sua formulação, constituído por uma amálgama de grupos, sujeitos e canais de expressão.

O denominado Complexo Hidrelétrico Urubupungá corresponde ao conjunto de duas hidrelétricas situadas no Rio Paraná, na fronteira entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. É composta pelas Usinas Engenheiro Souza Dias,³ conhecida como “Jupiá”, localizada entre as cidades de Três Lagoas/MS e Castilho/SP e a Usina Ilha Solteira, junto à cidade homônima, no Estado de São Paulo e Selvíria/MS. Estão localizadas na denominada Bacia do Paraná, ampla região que perpassa os Estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina, tendo como principal rio o Paraná, sendo considerada a segunda maior bacia de aproveitamento hidrelétrico do país. Este complexo hidrelétrico teve sua construção iniciada em 1961, com a hidrelétrica de Jupiá, tendo os primeiros grupos de geradores acionados em abril de 1969. A segunda etapa da construção, com a hidrelétrica de Ilha Solteira teve início em 1965, sendo oficialmente inaugurada em janeiro de 1974. Sua capacidade foi aumentada para vinte turbinas até 1978, totalizando uma produção de 4.640.00 MW.

Para tal empreita foram realizados trabalhos de mobilidade urbana, sendo construído, em 1961, um núcleo habitacional na cidade de Três Lagoas, antigo sul de Mato Grosso, visando servir de alojamento para os trabalhadores da usina de Jupiá. Denominado de “Vila Piloto” este núcleo influiria diretamente nas relações sociais naquele espaço e seria articulado como uma das pioneiras experiências de instalação provisória para construção de barragens. A partir de 1965 ocorreu o desmonte deste núcleo devido ao início das obras da segunda etapa

² VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: Uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 17.

³ Seu nome remete a uma homenagem a Francisco Lima de Souza Dias Filho, engenheiro, professor da Escola Politécnica de São Paulo, e posteriormente, presidente da CESP, um dos responsáveis pela concretização e estímulo ao desenvolvimento do projeto, principalmente a partir de vias nacionais. Por certo tempo, cogitou-se dar-lhe o nome de Stélio Machado Loureiro, jornalista paulista que acabou falecendo nas corredeiras de Urubupungá em 1955.

do Complexo Urubupungá, a partir da usina de Ilha Solteira, o que levou os trabalhadores para um novo espaço, que viria a se tornar uma cidade definitiva, homônima à usina. Seu antigo núcleo seria posteriormente transformado em zona urbana da cidade de Três Lagoas.

A implantação desses núcleos, seja o provisório ou a cidade recém-criada, influenciaria diretamente nas relações sociais daquele espaço, e, mesmo não sendo nosso foco de análise, observamos que sua condução ficou diretamente associada aos caminhos e representações do próprio complexo hidrelétrico. Trabalhos como o de Gival Froelich, Carolina D’Almeida e de Carlos Nova ⁴ contribuíram para a percepção de que o planejamento adotado atrelou-se diretamente à ideia de desenvolvimento para a região, como um bem coletivo propulsor de novas possibilidades. Logo, sua construção foi representada como marco da engenharia nacional e elemento de integração territorial e econômica. Fruto das experiências de planejamento regional do contexto, usina e cidade foram articuladas às memórias de um período, a organismos como a CESP e o próprio regime militar, que atuou na condução de suas ações, decisões e encaminhamentos.

A ideia de explorar as potencialidades do interior do país está ligada a uma série de projetos e estudos que, desde a segunda metade do século XIX, estimulam o desvelar de representações sobre os “sertões”. Pela passagem do telégrafo à ferrovia, das comissões científicas exploratórias à exploração dos saltos e quedas d’água, a fronteira oeste do Brasil foi articulada como espaço do desenvolvimento nacional. E, assim, como longínquo, distante e despovoada, pela imagem e construção do complexo estabeleceu-se um espaço em transformação, permeado por representações e articulado a novas necessidades de seu contexto.

Autores clássicos como Sérgio Buarque de Holanda e novos como Janaina Amado, Antônio Carlos Moraes e Gilmar Arruda contribuem para compreendermos esta ideia de sertão. ⁵ Observando que uma das realizações almejadas pelos grupos empreendedores com a realização do complexo é a transformação social e econômica do que denominam de sertão, destacam os autores que não conseguimos pensar e defini-lo fundamentalmente por suas paisagens ou obras naturais, pois, na maioria das vezes, ele é qualificado, como neste caso, a

⁴ FROELICH, Gival Mosca. *Ilha Solteira: uma história de riqueza e poder (1952-1992)*. São Paulo: EDUC, 2001; D’ALMEIDA, Carolina Heldt. *Produção empresarial da cidade: um laboratório/ 1965-1974*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. FAU-USP, 2012; NOVA, Antonio Carlos Bôa. *Percepções da cultura da Cesp*. São Paulo: Escrituras, 2000.

⁵ HOLANDA, Sérgio. Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3º Edição. São Paulo: Companhia da Letras, 1994; AMADO, Janaina. *Região, Sertão, Nação. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 08, nº 15, 1995; MORAES, Antonio Carlos R. *O sertão: um outro geográfico. Terra Brasilis*. Vol. 04, nº 03, 2003; ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: Entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000.

partir da intervenção ou ausência de ações humanas sobre seu espaço. Assim, “o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares”, no qual “a invisibilidade da presença é muitas vezes levantada como um traço característico desses espaços, não raro definidos como ‘vazios demográficos’ ou ‘terras desocupadas’”.⁶ Elencamos tal significação, pois é fundamental para observarmos como, ao longo do trabalho, o estabelecimento do complexo hidrelétrico revelaria, ou endossaria uma leitura de um espaço em movimento, em que sua existência carregaria imperativos como progresso, desenvolvimento e integração territorial.

Essa perspectiva analítica, segundo Gilmar Arruda, contribui para entendermos como a partir dos desbravamentos territoriais e das empreitas que sempre levavam ao “desconhecido”, foram se construindo imagens civilizadoras baseadas na gradual presença e intervenção do homem. Vistas como regiões “atrasadas” tiveram como modelo a cidade e todo seu aparato científico e tecnológico, como regiões marginalizadas e despossuídas destes elementos, frutos da modernização capitalista. Assim, marcos cronológicos e espaciais de transformação deste espaço vão se estabelecendo como representações simbólicas deste território, resultando em memórias e imagens sobre este processo de ocupação do oeste brasileiro tidas de uma forma progressista e linear.

Povoar para desenvolver. Essa era a proposta governamental que se conduzia para diversificar a concentração populacional e dinamizar as áreas de produção, incentivando a expansão da ocupação territorial e, ao mesmo tempo, o crescimento econômico nacional. Para tanto, necessitavam da criação de condições de infraestrutura básica para que novas frentes econômicas surgissem. Assim, a criação de um complexo hidrelétrico seria a base fundamental para que outros setores, inclusive básicos, também se formassem. São práticas que estão intimamente emaranhadas na ideia de que, por meio de técnicas e tecnologias, alcança-se o desenvolvimento material e o progresso para toda a sociedade, instrumentalizando a natureza para estes fins, como um bem coletivo e socialmente positivo para a sociedade, mas que esconde interesses políticos, sociais de determinados segmentos, para determinados fins. Entender como, quem e de que forma esta ideia se processa adentra a própria compreensão da condução do projeto hidrelétrico, que, ao elencar determinadas escolhas, discursos e representações influi na imagem e na memória do espaço em que se estabelece.

⁶ MORAES, op. cit, 2003, p. 2-4.

O Brasil encontra-se entre o grupo de países pioneiros no uso e no desenvolvimento da produção de energia elétrica, inclusive, conjuntamente a regiões como Europa e EUA. Muito se deve ao interesse de figuras como D. Pedro II, que presente na Exposição do Centenário, realizada na Filadélfia, em 1876, pôde ter contato com novos inventos e seus expoentes, tais como Graham Bell e Thomas Edison. Três anos depois deste contato foi inaugurado no Rio de Janeiro o uso da eletricidade, na estação D. Pedro II, hoje denominada Central do Brasil.⁷

Assim, conjuntamente a eventos como Exposição Internacional da Eletricidade, em Paris, iniciam-se os experimentos para o uso da energia elétrica no Brasil, ocorrendo em 1883 o funcionamento de bondes, a extração de diamantes no Rio Jequitinhonha e o aproveitamento hidrelétrico na usina Ribeirão do Inferno, em Minas Gerais. Neste período, muitas são as iniciativas que processam o desenvolvimento particular para geração de energia, tais como a Companhia de Força e Luz Porto-Alegrense (Companhia Força e Luz), a Sociedade Fiat Lux de 1887, a Companhia Força e Luz de Minas Gerais, em 1898, a Companhia Ituana de Força e Luz em 1903, a Companhia Força e Luz Norte de São Paulo em 1911, assim como a Rio de Janeiro *Tramway, Light and Power*.⁸ É neste período que projetos para geração de energia são produzidos, tais como as usinas de Marmelo zero (1889) em Juiz de Fora, Parnaíba (1901) e Paulo Souza (1912) em São Paulo, Usina Hidrelétrica Maurício (1908) em Leopoldina, Minas Gerais, Corumbataí (1900) em Rio Claro-SP e a usina de Itupararanga (1912) em Sorocaba.

Observa-se neste contexto que o modelo de sociedade urbano-industrial engendrada em espaços como Europa e América do Norte gradualmente encontraram seus correlatos no Brasil. Difundiu-se em regiões como São Paulo e Rio de Janeiro a presença de catalisadores deste processo, como a energia elétrica, que desempenhou papel central como elemento de modernização estrutural dessas regiões, alterando as percepções de trabalho, comunicação e lazer. Tais experiências conduziram a região para o centro da produção energética, consequentemente, alicerçaram-na como espaço do desenvolvimento econômico. Ocorre assim nas primeiras décadas do século XX a implantação de parques energéticos conduzidos

⁷ Segundo Sandra Jatahy Pesavento, a realização dessas exposições universais contribuíram para a troca de técnicas e tecnologias entre diversas nações, apresentando a evolução em distintos setores ao mesmo tempo em que se tornaram símbolos da modernidade industrial. In: *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

⁸ Além dos projetos destacados, muitos outros foram desenvolvidos neste período: a iluminação do Campo da Aclamação, atual Praça da República, no Rio de Janeiro, em 1881, pela Diretoria Geral dos Telégrafos, as iniciativas de Bernardo Mascarenhas no polo industrial em Juiz de Fora, Minas Gerais, assim como a Hidroelétrica Marmelos e Corumbataí, em Rio Claro. Para mais, ver: CABRAL, Lígia M. M. et al, 1988; MELLO, Flavio M. (Coord.) *A história das barragens no Brasil: Séculos XIX, XX e XXI*. Cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens. Rio de Janeiro: CBDB, 2011.

por empresas como a *Light* e *Amforp*, que estabeleceriam durante este período a centralidade nos caminhos da produção energética. Enquanto isto, outras regiões como o extremo oeste do país, hoje região dos atuais Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul possuíam ainda na virada do século XIX para o XX uma baixa demanda energética, que se restringia a algumas localidades, como o Jardim Alencastro, em Cuiabá e o Colégio Salesiano São Gonçalo, na mesma cidade, com luminárias a querosene e posteriormente a gás. Da mesma forma, cidades como Três Lagoas e Campo Grande, na porção sul do antigo Mato Grosso, contavam com pequena demanda no sistema de iluminação, sendo Corumbá a única cidade que, em 1912, contava com luz elétrica, fazendo-se comparar, por esta e outras inovações, com a capital do Estado, Cuiabá.⁹

Na visão de Sônia Seger, o setor de produção e de desenvolvimento energético nacional, gestados em fins do século XIX, nem sempre foram vistos como um “projeto de desenvolvimento nacional”, como ocorreria principalmente a partir da década de 1950. Para a autora, a iniciativa de empresários e grupos privados, principalmente ligados à Europa e à América do Norte, influenciou e estabeleceu a América Latina como “zona de expansão” econômica e de influência política, fato comum em várias áreas ao longo do século XX.¹⁰ As poucas intervenções que iriam ocorrer neste contexto remetem aos encaminhamentos do “Código das Águas”, pelo Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, em que Getúlio Vargas centralizou para o governo federal a regulamentação, utilização e controle dos cursos fluviais e quedas d’água. Desde a primeira década do século XX tramitava no congresso projeto para sua efetivação, porém, os interesses de grupos privados acabavam por frear sua criação.

E não por falta de tentativas, como bem destaca Barbosa Lima Sobrinho, em prefácio da obra de Catullo Branco, em que por meio de uma série de debates, críticas e restrições, muitas delegadas por empresas privadas, buscaram apresentar as limitações que poderiam ser levadas ao setor. Mas, mesmo com sua criação “as empresas estrangeiras sabem para onde sopra o vento” tornando-se centrais na distribuição energética que seria promovida pelo setor público, como no período aqui analisado.¹¹

Sua realização, além da própria regulamentação e controle, o que diminuiu gradualmente os investimentos privados no setor, estimulou a ampliação do próprio setor energético nacional, seja por meio de novos debates seja por meio do desenvolvimento

⁹ SOUZA, João Carlos de. *Sertão Cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)*. São Paulo: Alameda, 2008.

¹⁰ SEGER, Sônia. Marcos constitutivos do setor elétrico brasileiro. In: MAGALHÃES, Gildo (Org). *História e Energia: Memória, informação e sociedade*. São Paulo: Alameda, 2012.

¹¹ BRANCO, Catullo. *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, p. 17.

industrial neste ramo. O que se observa nas próximas décadas são a criação de novos grupos e entidades, a realização de acordos nacionais e internacionais, públicos e privados, e a ampliação de trocas de experiências técnicas e tecnológicas no gradual desenvolvimento deste setor. Ampliação do parque energético, estabelecimento de planos e planejamentos regionais centrados no setor estatal projetaram-se como a nova ordem para o progresso nacional.

Buscando aprimorar os trâmites no setor é criado em 1939 o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), intensificando as possibilidades de estabelecimento público no setor, que se concretizariam na década de 1940 com a instalação de empresas como a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) em 1945. Com a construção da Usina de Paulo Afonso consolidam-se as iniciativas do setor energético nacional, tanto pela participação pública quanto pela magnitude do projeto para o contexto. A partir deste momento, com a volta de Getúlio Vargas à presidência em 1951, tem-se o aumento da intervenção do Estado no setor e o desenvolvimento de obras de grande proporção. Porém, as transformações neste setor foram acompanhadas por debates e questionamentos vindos do capital privado, pois empresários nacionais e concessionárias temiam a centralidade do poder na esfera nacional, principalmente com a possibilidade de criação da Eletrobrás. Proposta ainda no governo Vargas, em 1954 seria efetivamente consolidada somente em 1962, mantendo em sua promulgação a clara presença do capital privado no desenvolvimento energético nacional.

Em uma leitura geral, analisamos que o desenvolvimento energético nacional possui uma transformação em suas bases a partir da década de 1940. As pequenas centrais hidrelétricas ¹² que fornecem a produção de quilowatts em âmbito local e regional, tendo um impacto significativo nas relações dentro deste espaço, cedem lugar ao desenvolvimento/integração de ideias de produção energética locados a um conjunto de necessidades para além desse espaço. Assistimos, então, ao nascimento dos grandes complexos hidrelétricos conectados a uma gama de relações diplomáticas, ideias de integração territorial e desenvolvimento nacional, articuladas como estímulos não mais para pequenos núcleos, mas como elemento do progresso para toda nação. De Paulo Afonso a Três Marias, de Furnas a Ilha Solteira, todas realizadas entre as décadas de 1940 e 1970 estabelece-se a ideia de não mais construir usinas, mas complexos hidrelétricos, em que produzir quilowatts não é mais suficientes, mas sim integrá-los ao controle das enchentes, navegação, agricultura, assim como a todas as atividades que permitiriam uma promoção social conectada

¹² Conforme a resolução nº 394/1998, da Agência Nacional de Energia Elétrica, as PCHs correspondem a usinas hidrelétricas de pequeno porte com capacidade entre 1MW e 30 MW, com área de reservatório de 3 Km².

a todas as áreas do país. Não se visualizava mais somente o rio e suas corredeiras, mas a bacia hidrográfica como propulsora do progresso, por meio da criação de comissões e órgãos de planejamento, que cada vez mais vão integrar essa produção energética como potencial gerador de todas as transformações nacionais, do econômico ao político, do social ao cultural.

Urubupungá encontra-se neste movimento, mas, se antes suas corredeiras e o rio Paraná, como um caminho, nos convidavam ao movimento, ela, a energia elétrica, quer nos conduzir à integração de novas ideias e ideais, a um tempo de produzir energia para promover o progresso.

Assim, o crescente potencial econômico de estados como São Paulo contribuiu para o fortalecimento e expansão deste setor, que porventura exerceram força e impulso para diversos outros setores industriais, como de transporte e comunicação. Isto marcaria a primeira metade do século XX até o momento em que o crescimento da produção necessita diretamente da ampliação do parque energético, o que levaria a ampliação do parque energético no interior do país. E isto iria ocorrer nas décadas de 1950 e 1960 em regiões detentoras de grande potencial industrial, mas que estava ameaçado pela falta de energia. Em regiões como o Mato Grosso, como já apresentado, a realidade energética contrastava cotidianamente com a presença de determinados setores reivindicando por melhorias. Mesmo com a expansão do setor e a proposta de criação de projetos, como a CEMAT, Centrais Elétricas Mato-Grossenses S/A, pelo então Governador Fernando Correa da Costa, a busca por ampliação do parque energético ainda se fazia na esteira do ideal desenvolvimentista do período.

Ao mesmo tempo, percebemos que espaços, como a região sul mato-grossense, ganhariam novos contornos e projeções atreladas à criação do complexo hidrelétrico, incorporados à dinâmica econômica do sudeste, buscando estabelecer a ampliação de necessidades básicas que permitissem a circulação de capital e mesmo do consumo por estas regiões. Logo, possuir maior produção energética, assim como toda uma infraestrutura, representava colocar este espaço na esteira dos ideais desenvolvimentistas propostos naquele contexto, por e para determinados segmentos. Isto nos faz lembrar que, como já destacou Milton Santos, para além da produção energética é todo o território que está sendo adequado a um centro hegemônico, tanto econômico quanto politicamente. Para o autor:

Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para um país ou para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração no mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a

racionalidade do objeto que, na realidade, ao contrário, pode exatamente vir destruir a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais.¹³

Logo, para além de questionarmos a real contribuição da produção energética em nossa sociedade, de seus avanços e necessidades, é para estes objetivos que irão se direcionar os grupos gestores do projeto Urubupungá, visando solucionar o existente problema energético do período¹⁴ e junto com uma polifonia de vozes a legitimar as ações subsequentes. A década de 1950 e a busca pelos “50 anos em 5” seriam marcados pelo avanço dessas técnicas e instrumentos que fariam desses espaços engrenagens da modernização com uma ideia de progresso muito próxima da mentalidade proveniente de países industrializados ou que se encontram em processo de industrialização. Observaremos então como uma série de transformações irão influir na própria percepção e leitura histórica deste momento, estabelecidas por diferentes grupos e sujeitos. Por vezes, como ressalta Astor Diehl, “(...) a história se deixa interpretar também como processo tecnológico de dominação da natureza que ordena possibilidades de ação para o futuro”.¹⁵

Para compreensão do projeto hidrelétrico Urubupungá, realizamos análise das comissões e grupos que gestaram sua organização. Suas origens remontam a um contexto em que novas experiências de planejamento regional surgiam no país, visando realizar o aproveitamento “integral” das potencialidades de bacias hidrográficas, como a que se encontrava o rio Paraná e as corredeiras de Jupia e o Salto de Urubupungá. Neste caso, o Complexo Hidrelétrico Urubupungá nasceu a partir do conjunto de reuniões ocorridas nas décadas de 1950 e 1960 entre os governadores dos estados desta bacia, que, em 1951, criariam a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU), núcleo gerador do projeto e de todo um aparato de intervenções socioeconômicas para a região centro-sul do país.

Para realização deste trabalho, elencamos um conjunto diversificado de fontes que nos permitiram analisar um emaranhado de relações e representações estabelecidas antes e durante o processo de construção do complexo hidrelétrico, que influenciaram diretamente na imagem e nas memórias produzidas sobre o mesmo. Primeiramente, foram selecionados um grupo de documentos produzidos pelos agentes organizadores do projeto. Destacamos a documentação produzida pela CIBPU, Centrais Elétricas de Urubupungá (CELUSA), empresa construtora

¹³ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 173.

¹⁴ Durante a “*Semana de Debates sobre Energia Elétrica*”, em 1956, destacou-se que o déficit de energia ocorria devido à suspensão de investimento pós-Segunda Guerra Mundial, devidos a problemas estruturais causados pela guerra, como na compra de equipamentos. SILVA, Marcelo Squinca da. *Energia Elétrica: Estatização e desenvolvimento*, 1956-1967. São Paulo: Alameda, 2011.

¹⁵ DIEHL, Astor A. *Cultura Histórica: Memória, Identidade e representação*. Bauru, Edusc, 2002, p. 30.

Camargo Corrêa e CESP, grupos estes que permeiam seu estabelecimento. São mapas, croquis, atas de reuniões, textos técnicos e materiais de propaganda, ligados a projetos de urbanização e planejamento territorial, assim como os próprios discursos proferidos por seus agentes ao longo da organização do empreendimento. Esta documentação, a partir de nossas delimitações e recortes temáticos, contribuíram para a análise dos caminhos do projeto e para realçar como a possibilidade de produção energética estava atrelada a uma gama de representações e interesses.

Contando com as contribuições de trabalhos realizados sobre a temática, alocados em outras áreas do saber, tais como a geografia e a arquitetura, dentre outros, analisamos como as comissões estavam atreladas aos caminhos da produção energética, nas mais diferentes práticas e objetivos, que contribui para percebermos como a realização do complexo hidrelétrico estava presentes nos planos da CIBPU.¹⁶ A análise dessa comissão de proporções territoriais vastas permitiu que entendêssemos muitas questões latentes na análise de nosso objeto, possibilitando elucidar algumas problemáticas, como a compreensão dos agentes envolvidos na consolidação do projeto hidrelétrico e o papel e forma de atuação em forças, como a imprensa, ante tais empreendimentos. Contribuindo para percebermos as “teias” de relações expressas pelas notícias, em cada informação produzida, em cada enfoque direcionado, compreender da CIBPU torna-se exemplo de problemática que surge ao longo do trabalho e que nos leva a outras leituras que trazem novas percepções sobre as fontes colhidas.

Buscamos assim compreender como por meio destas comissões o projeto hidrelétrico foi conduzido por disputas e influências, estando diretamente integrado a um centro irradiador das decisões, que até o final de sua construção, e mesmo em novos embates contemporâneos se tornaria o detentor do capital ideológico e discursivo do empreendimento. A análise contribuiu para entendermos como o campo energético e a própria realização do projeto foi representada como um marco do desenvolvimento no interior do país. Sua leitura colaborou também para que ampliássemos a base de influência do projeto, pois visualizamos como o modelo de planejamento regional desenvolvido pela CIBPU estava conectado às experiências norte-americanas empreendidas a partir da década de 1930 pelo programa denominado TVA (*Tennessee Valley Authority*). O programa corresponde a uma autarquia governamental, com direta participação de capitais privados com finalidade de realizar um planejamento integral do Vale do Tennessee, por meio da realização de grandes obras de infraestrutura, que vão

¹⁶ GARDIN, Cleonice. *CIBPU: A comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai no Planejamento Regional Brasileiro (1951-1972)*. Dourados: EdUFGD, 2009. CHIQUITO, Elisângela de Almeida. *A Comissão Estadual da Bacia Paraná-Uruguai: do planejamento de vale aos polos de desenvolvimento*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. USP, 2011.

desde a produção energética (pilar central), navegação, controle de enchentes até o desenvolvimento industrial e agricultura. Para tanto, foram construídas de mais de 20 hidrelétricas no Vale do Tennessee, tendo a produção energética como elemento promotor destas possibilidades.

Observamos que, a partir de fins da década de 1940, alguns projetos de planejamento territorial brasileiro se alicerçaram sobre experiências internacionais, como a norte-americana da TVA. Nossas perspectivas de produção energética se atrelaram ao desenvolvimento de atividades como irrigação, controle das enchentes e navegação, tornando-se no planejamento brasileiro uma das metas presentes para concretização do desenvolvimento regional, como no caso da bacia do Paraná.

Um segundo grupo de fontes corresponde ao conjunto de periódicos que, junto ao desvelar do projeto hidrelétrico, acompanharam intimamente cada passo de seu estabelecimento, desde as primeiras reuniões, em 1951, até sua inauguração, recorte temporal de nossa pesquisa. Para tanto, submetemos, na análise do trabalho, quatro periódicos de circulação nacional e regional: a *Revista Visão* e o jornal *O Estado de S. Paulo*, de origem paulista e a *Revista Brasil-Oeste* e o jornal *Correio do Estado*, ambos sul mato-grossenses. Suas escolhas se deram por alguns significados: pertencem aos dois estados territorialmente ligados ao empreendimento, atuando significativamente na representação do projeto e expondo plurais interesses de diferentes grupos junto ao empreendimento. Além disso, sua presença permeou mais do que narrar os fatos, tornou-se canal articulador do projeto, permeado por interesses, posicionamentos e no produzir de memórias. Buscamos assim analisar a relação dos periódicos nos caminhos do projeto Urubupungá, destacando como, por meio destes, se entrelaçam, dentre outras questões, disputas políticas, projetos governamentais e relações de negócio. Sendo o empreendimento energético apreendido como símbolo da integração nacional e crescimento econômico, o periodismo contribuirá na construção de novas possibilidades para região do interior do país, que vão ligar-se a própria memória do empreendimento.

Mesmo não sendo o fino fio condutor de nossa problemática, a análise dos periódicos contribuiu para a compreensão da própria imagem que permeava o empreendimento. Como adverte Robert Darton, a imprensa deve ser analisada não como reprodutora dos fatos, mas como elemento que ajuda a dar forma aos fatos que registra, força ativa na luta pelo poder.¹⁷ Como espaço de disputas políticas, torna-se também agente nas lutas por representações,

¹⁷ DARTON, Robert; ROCHE, Daniel, *Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: EdUSP, 1996.

como pontua Roger Chartier, estabelecendo “mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio”.¹⁸

Ao mesmo tempo, a análise destas narrativas, somadas a todo o conjunto, nos trazem a percepção de termos como “desenvolvimento” e “progresso” tornaram-se uma constante como ideias ligadas a produção energética. Palavras muito utilizadas naquele contexto acabam tendo, como destaca Koselleck, diferentes significações de acordo com quem e o uso que esta sendo por elas empregado. Entender seus significados torna-se compreender o que esta sendo almejado e articulado, neste caso, junto a promoção energética, pois como destaca o autor “cada palavra, mesmo cada substantivo, comprova as suas possibilidades linguísticas para além do fenômeno particular que ela caracteriza ou denomina em certo momento”.¹⁹

Sem perder o leque diversificado de problematizações, adentramos os caminhos do campo energético, no qual encontramos um cenário rico e com múltiplas possibilidades de pesquisa. A respeito deste campo historiográfico, a década de 1980 representou a consolidação de projetos que formularam importantes bases para o desenvolvimento de debates neste setor. Isto não empana a existência de uma extensa bibliografia antes deste período. Pelo contrário, por trabalhos de engenheiros, economistas e empresários do setor eram tecidas problematizações sobre o setor energético, com enfoques diversificados a partir de cada uma das especificidades regionais e nacionais.²⁰ A partir de problemáticas sobre sua memória e patrimônio histórico, empresas e uma gama de pesquisadores desenvolveram projetos promovendo a organização documental e temática do setor. Podemos destacar neste contexto o I Seminário Nacional de História e Energia (1986), e o Congresso Internacional de História e Energia (1987) que contaram com participação de pesquisadores nacionais e internacionais, historiadores, arquivistas e membros das empresas energéticas.

Toda a riqueza de possibilidades de trabalho deste campo de estudo proporcionaram o estabelecimento de diretrizes para criação de museus e centros de documentação, núcleos de preservação da memória do setor energético, proporcionando uma teia de novas áreas de pesquisa, referentes a temáticas como a preservação documental, memória iconográfica e oral, desenvolvimento tecnológico e científico, impactos ambientais e sociais na construção de hidrelétricas e mesmo as relações entre a produção energética e seu espaço de inserção.

¹⁸ CHARTIER, Roger, *A história cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1989, p. 17.

¹⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p.115.

²⁰ Podemos destacar: BRANCO, Catullo. *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975; MOURA, Valdik. *O problema da eletrificação rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1957. (Estudos Brasileiros, 10); FERNANDES, Armando O; FERNANDES, Achilles O. *A indústria da energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Do Patronato, 1953.

Foram desenvolvidas entidades que contribuíram para o mapeamento do setor, como o Centro de Memória da Eletricidade,²¹ no Rio de Janeiro, a Fundação de Energia e Saneamento, em São Paulo, com o Projeto Memória CESP e atualmente o Projeto Eletromemória, que condensaram importante documentação das empresas que constituíam seu núcleo de formação. Consta a partir destes arquivos, a produção de obras fundamentais para compreensão do setor energético, tais como “Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil”, de 1988, “Debates parlamentares sobre energia elétrica na Primeira República”, de 1990, “Energia Elétrica em Questão: debates no Clube de Engenharia”, de 2001, “Caminhos da modernização: cronologia do setor de energia elétrica brasileira (1850-1998)”, de 1999, “Banco de imagens: usinas de energia elétrica no Brasil (1883-1999)”, produzido em CD-ROM, “Atlas de energia elétrica do Brasil”, de 2008, “Programa de História Oral da Eletricidade – catálogo de depoimentos”, produzido pelo CPDOC e editado em 1990 e “Meio ambiente e o setor de energia elétrica brasileira”, de 2009, dentre outras.

As contribuições desses trabalhos proporcionaram tanto a expansão e o estabelecimento de novas possibilidades de pesquisas quanto a sistematização de novos núcleos documentais. Iniciativas como as da Fundação de Energia e Saneamento e Centro de Documentação e Memória Camargo Corrêa estão diretamente ligadas ao conjunto documental analisado nesta pesquisa. Da mesma forma, muitos foram os trabalhos desenvolvidos nas últimas décadas que ampliaram o leque de temáticas entre História e Energia. A diversa gama de trabalhos produzidos, entre dissertações e teses, artigos e livros nos permitiram mapear como tais empreendimentos estiveram e, ainda estão, ligados a ideias de modernização, progresso e desenvolvimentismo.

Sobre tal questão, Gildo Magalhães ressalta que, ao analisar a atuação e a organização do setor energético nacional, a prática de pesquisas ligadas a este campo de estudo e mesmo o acesso às memórias produzidas no processo de eletrificação nacional “foi grandemente impulsionado a partir da década de 1980, com iniciativas de empresas públicas de energia elétrica interessadas em conhecer e preservar seu patrimônio histórico, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro”.²² Ao mesmo tempo, ocorreu, segundo o autor, com a gradual privatização e os desdobramentos empresariais deste setor “uma fragmentação também da

²¹ “Sediado no Rio de Janeiro, o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, entidade cultural sem fins lucrativos, foi criado em outubro de 1986, por iniciativa das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), sua principal mantenedora, com a finalidade de promover a preservação do patrimônio de valor histórico do setor de energia elétrica, evidenciando sua importância para a história contemporânea do país”. CABRAL, op. cit., p. 211.

²² MAGALHÃES, 2012, p. 17.

memória do setor e uma consequente dificuldade para financiar e publicar as pesquisas históricas”.²³

Os trabalhos realizados por Magalhães contribuíram assim para analisarmos o panorama energético nacional, evidenciando como se condicionou um papel desenvolvimentista a partir de sua difusão, ao mesmo tempo em que inúmeros projetos foram articulados em meio às difíceis relações técnicas e científicas nacionais, que desde a virada do século XX se situaram em meio a projetos particulares, à entrada de capital estrangeiro e de grupos interessados na consolidação deste setor econômico. Suas percepções sobre ciência, técnica e tecnologia contribuíram para compreendermos as diferenciações e pluralidades de ideias que representam, elucidando como, na imbricação destas práticas, determinadas ideologias podem estar guiando suas ações. A partir de práticas e experiências obtidas na história paulista Magalhães contribui para compreendermos como ao longo das décadas este setor foi se aprimorando, dinamizando-se até sua condição de consumo básico, articulado em regiões como a de nossa pesquisa como “propulsora do progresso”, até sua condição pós 1970, tida como campo de desenvolvimento “nulo” como aponta o autor.

Tal condição, alçada devido aos problemas internacionais de financiamento, gerou transformações no setor ao longo das décadas de 1980 e 1990, voltando a possuir certa expressividade após os anos 2000, com novos projetos hidrelétricos, centrados principalmente na região amazônica, como em Belo Monte. Um novo momento, mas onde velhas amarras discursivas, institucionais, entre ações, interesses e projeções nos lembram bem nosso próprio objeto de pesquisa. O passado faz-se vivo, teimoso e, como disse Mário Quintana, parece não reconhecer seu lugar, está sempre presente.

Assim, como assinalado por Magalhães em sua livre-docência, o que se torna central, e permeia este trabalho, para além de mapearmos as plurais definições de progresso, técnicas e tecnologias é entender como tais ideias foram representadas a partir de nosso objeto de pesquisa dentro do contexto analisado, para uma dada realidade ou transformação da mesma a partir da produção/promoção energética. Ao mesmo tempo, faz-se necessário observar como um dado conjunto de contribuições que historicamente estão atreladas a este campo se fazem presentes, por meio de projetos, saberes e valores que, como pontuou Jürgen Habermas, sempre entre um sujeito e objeto poderão existir determinados interesses os guiando.²⁴ Por isso mesmo, autores como Thomas Hughes tornam-se referências necessárias para compreender como o setor energético emaranha-se numa rede de sistemas, controles e

²³ Idem.

²⁴ HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como ideologias*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

transferências de saberes, evidenciando como as transformações tecnológicas impactaram socialmente várias regiões do globo a partir de fins do século XIX, fortalecendo a primazia de determinados países ou grupos dentro de setores como o energético.²⁵

Neste caso, Hughes destaca como um dos principais exemplos o próprio TVA, no qual sua realização emaranha-se em uma série de ideários e valores norte-americanos que, principalmente no pós Segunda Guerra Mundial, extrapolaria suas fronteiras e adentram novos modelos de desenvolvimento para distintos países do globo. Segundo Hughes, visitar ou mesmo conhecer as ambições do TVA é compreender melhor o desenvolvimento tecnológico e o “espírito” empreendedor norte-americano.

As considerações de Ricardo Maranhão também contribuíram para pensarmos o processo de implantação e produção energética para além das práticas econômicas e tecnológicas.²⁶ Ao estabelecer o conceito de “eletrificação como processo social” permitiu-nos pensar as várias manifestações que se integram a tais práticas, de forma a ampliar nossas possibilidades de análise das fontes e suas relações com o corpo social no qual se insere. Uma destas questões está imbricada na relação entre progresso e modernidade, no qual o autor se debruça para estudar o papel e as forças sociais presentes, assim como as transformações sociais existentes. O fato de o autor focalizar-se diretamente no Estado de São Paulo, assim como grande parte dos trabalhos o faz, não anula o fato de percebermos que tais práticas também estão inseridas em outras regiões, com suas especificidades, cabendo a nós construirmos uma análise para tal objeto ser pensando e visto de outros ângulos.

Outra gama de trabalhos, como o de Enzo Silveira, em seu livro intitulado “Urubupungá: Jupia-Ilha Solteira” condensou a possibilidade de, como objeto e fonte, apresentar as potencialidades e questões relacionadas ao empreendimento. Escrito em 1970, no calor do acontecimento das obras, o trabalho permite visualizar como aquele empreendimento foi tratado por diferentes segmentos da sociedade. Como já dissemos, mesmo antes do início das obras, uma diversidade de manifestações, narrativas e por que não, discursos se estabeleceram sobre os desdobramentos do complexo. Interessante observar como outras obras na atualidade, memorialistas e biográficas, conectam e apresentam “memórias” de grandeza alocadas à imagem do complexo hidrelétrico, o que condensam para nossa pesquisa um conglomerado de informações, dados estatísticos, ações e, acima de tudo, a

²⁵ HUGHES, Thomas. *American Genesis: a century of invention and technological enthusiasm*. New York, Pinguin Books, 1989; *Networks of Power: electrification in western society, 1880-1930*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, (Softshell Books edition), 1993.

²⁶ MARANHÃO, Ricardo. *Capital Estrangeiro e Estado na Eletrificação Brasileira: a Light, 1947-1957*. Tese. São Paulo. FFLCH-USP, 1993; *Para um conceito de eletrificação no Brasil como processo social*. Comunicação. 1º Seminário Nacional de História e Energia. 23 de Outubro de 1986. Anais, vol. 02.

percepção de como ainda se manifesta a construção do discurso legitimador do complexo Urubupungá.

Na mesma linha, o trabalho de Wilson Quintella, “Memórias de um Brasil Grande”, ao narrar as grandes obras em que a empresa Camargo Corrêa esteve presente, e que teve participação direta, o complexo destaca-se como marco fundamental para história nacional, momento em que “um gigante se levanta” (Jupiá) e transforma o setor de construção nacional. Em outra obra, “Episódios da Engenharia (e da política) no Brasil”, Flavio Miguez de Mello condensa estórias, causos e narrativas de vários empreendimentos da engenharia nacional, destacando o Complexo de Urubupungá como um destes marcos, envolto em disputas políticas e projetos governamentais. Por fim, no trabalho literário de Henrique Figueira, “Vila Piloto de Jupiá: uma história de barrageiros”, os caminhos do complexo entrelaçam-se no romance das famílias e grupos envolvidos em sua construção e, se utilizando de aparatos documentais, produz ricas histórias sobre a região, o complexo e os sujeitos em movimento.

E muitos são os outros trabalhos que, para além deste esboço, contribuíram para a compreensão do setor energético nacional, de suas relações com cada momento histórico e os organismos e instituições presentes nos caminhos do Complexo Hidrelétrico de Urubupungá. Ao longo de sua construção, sua organização esteve atrelada a comissões como a CIBPU, grupos e entidades como a CELUSA S/A e CESP. Perpassou governos, de Juscelino Kubitschek ao regime militar, representou o desenvolvimento e a consolidação da engenharia nacional e de empresas como a Camargo Corrêa, articulou-se a uma gama de periódicos, representado como elemento de integração, progresso e desenvolvimento nacional e transformou a paisagem, as práticas e a memória de uma região. Dos saltos e quedas que a referenciavam, Urubupungá foi articulado como marco de memória de um espaço, de uma época.

Neste sentido, o trabalho com as memórias representa importante instrumento analítico, pois compreendemos que envolto em sua construção ocorre a seleção de fatos e a imposição de ideias, expressando as nuances do rememorar, que podem ser constantemente apropriadas e reelaboradas por diversos agentes sociais em diferentes momentos da construção histórica. Desta forma, como ressalta Vesentini, “*memória e fato se unem, sobrevivendo aquela e, nesse movimento, ela decide onde as interrogações serão postas, da mesma forma que exclui ângulos onde sua coerência poderia ser colocada em questão*”.²⁷

²⁷ VESENTINI, op. cit, p. 19.

Lembrado como “monumento energético”, transformado em memória de seu tempo pelos canais de divulgação, torna-se um marco emblemático e onipotente, representando, para muitos de seus mediadores, uma das principais obras do mundo ocidental. Mais do que uma referência de modernização e progresso por meio da construção de memórias estão emaranhadas temporalidades, como nos assevera Reinhart Koselleck, permitindo observar a existência de uma pluralidade de valores e referências, articulados em um único contexto. As várias intervenções que se processam naquele momento, dos diferentes grupos e sujeitos, constroem práticas e experiências na busca de suas realizações, que são estabelecidas entre marcos do passado e aspirações daquele presente, entre “espaços de experiência e horizonte de expectativas”, como pontua Koselleck.²⁸

Assim, pelos periódicos, materiais de divulgação e discursos expressos pelos agentes condutores do projeto engendram elementos articuladores da memória do empreendimento, como mecanismos que estabelecem sentido à forma, como herança viva, dinâmica. Segundo Pierre Nora, a memória pode ser pensada como “ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e toda poderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e dos mitos”.²⁹ Para o autor, a memória também pode ser percebida como campo de conflitos nos quais diferentes grupos podem produzir contrapontos a fim de legitimar determinados reconhecimentos para a sociedade as quais pertencem.

Domínios estes que influem diretamente nos quadros da memória. Segundo Maurice Halbwachs, a memória individual está intimamente ligada a um grupo e a sua produção está inserida e composta por grupos de referência, sendo produzida individualmente, mas construída pelo grupo. Emerge assim como elemento voltado para o grupo a qual se devota, onde entram em voga os interesses do tempo de agora, mas que, a partir de referências passadas, estabelecem projetos futuros. Tais referências carregam interesses, posicionamentos e ideologias, fazendo com que o sujeito identifique-se com o passado ou mesmo que o rememore da forma como o faz significado. Por isso, a memória e a interpretação das fontes sobre determinados fatos históricos torna-se um trabalho de reconhecimento e reconstrução

²⁸ Em seu trabalho, dentre outras questões, reflete como as técnicas industriais aparecem como um “futuro que pressiona” o presente dos sujeitos para que, cada vez mais assimilem a estas novas experiências, que ocorrem cada vez mais rápidas. A partir desta perspectiva discorre sobre as noções de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, destacando que não o estabelece como conceitos, mas como categorias formais. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 305.

²⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, 1993, p. 08.

das memórias produzidas pelos agentes sociais presentes ou das referências que construíram suas memórias.³⁰

Neste aspecto, ao pensarmos as relações entre as memórias e suas fontes de produção, como os documentos utilizados nesta pesquisa, Jacques Le Goff contribui destacando como esta documentação, ou mesmo as obras produzidas, ligam-se ao estabelecimento das memórias, ao ponto de perceber como os monumentos tornam-se perpetuações de determinados valores e resultados, como herança legitimadora, e assim, como memória.³¹ Desta forma, ao analisar as fontes, devemos observar como, conscientes ou não, produzem uma montagem sobre a imagem do objeto a qual está ligado, sendo, por vezes, “produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder”.³²

Nesta perspectiva, podemos perceber como a posição do rememorar mistura-se a determinados elementos que, no passado, contribuíram para consolidar a memória do fato e que influenciam diretamente nas futuras leituras sobre o mesmo, no sentido de que exterioridade e interpretação complementam-se. Assim, de forma estratégica, a memória de um fato pode tornar-se apropriada como legitimadora do exercício do poder a partir de reelaborações de um passado consolidado por aquelas memórias.

Percebemos, então, como pontua Georges Duby, que a memória pode ser entendida como resultado de uma construção social, que pode expor posicionamentos, ideologias e assim interesses de um grupo, sendo então a diversidade de fontes aqui analisadas, uma visão parcial do fato, composta por diferentes representações e práticas de um grupo.³³ Fez-se necessário assim, ao longo do trabalho, analisar as diferentes formas nos distintos espaços pelas quais o complexo hidrelétrico e a promoção energética se estabeleceram como ponto referencial de memórias.

As representações das corredeiras, do rio Paraná, a visão sobre o “sertão”, como espaço despovoado e rico ambiente a ser lapidado, foram transparecendo em contornos por vezes sutis, outras vezes latentes, no caminhar da coleta e na análise das fontes, tornando-se fundantes para a nossa pesquisa. Da mesma forma, reiteramos assim que a multiplicidade de campos que permeiam a história deste complexo, da imprensa ao audiovisual, do campo político às representações da natureza, fazem-se presentes e necessárias para sua compreensão, e mais do que o aprofundamento teórico-metodológico em cada um destes,

³⁰ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2º ed. São Paulo: Vértice. 1990.

³¹ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5º ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

³² Ibidem, p. 545.

³³ DUBY, Georges. História social e ideologia das sociedades. In: LE GOFF, J, NORA, P. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

destacá-los enriquece diretamente nossa percepção, de antemão, de como a organização e a história do empreendimento emaranha-se a uma rede de informações, ideias e apropriações, que se conectaram diretamente à sua própria memória.

E a partir destas questões é que iniciamos o primeiro capítulo do trabalho, intitulado “*Do bravio ao progresso energético: Urubupungá nos caminhos da História*”, no qual analisamos como desde outros tempos, por meio de uma gama de relatos, as corredeiras de Urubupungá estavam representadas nos caminhos para o interior do país, primeiramente como elemento de obstáculo aos navegantes e, gradualmente apreendido como espaço a ser lapidado pelas malhas do progresso, potencial natural para a promoção energética que estaria presente diretamente na criação do complexo hidrelétrico.

No segundo capítulo intitulado “*O Complexo Hidrelétrico Urubupungá*” apresentaremos as diretrizes norteadoras do projeto, debatendo os caminhos e as referências que deram forma ao mesmo, elencando as vozes articuladoras e demonstrando que, além de produzir energia, o complexo foi promovido na própria forma de entender o desenvolvimentismo nacional de uma época. Conectado em sua criação, encontraríamos referências a projetos internacionais, como o *Tennessee Valley Authority*, autarquia norte-americana que também será retratada, conjuntamente com a compreensão de uma gama de práticas e experiências apreendidas ao longo da construção do complexo e que marcariam diretamente sua centralidade no cenário nacional.

Em “*Pelas páginas do progresso: periodismo, propaganda e energia*” serão elucidadas as práticas e as estratégias utilizadas por todos os periódicos na busca de estabelecerem determinadas narrativas sobre o progresso energético nacional, expondo interesses, ideais e representações. Tais questões, como já ressaltado, contribuem para compreensão do enfoque central, a respeito de como e por quais narrativas foram formuladas as memórias produzidas entre as décadas de 1950 e 1970 sobre os caminhos do projeto hidrelétrico.

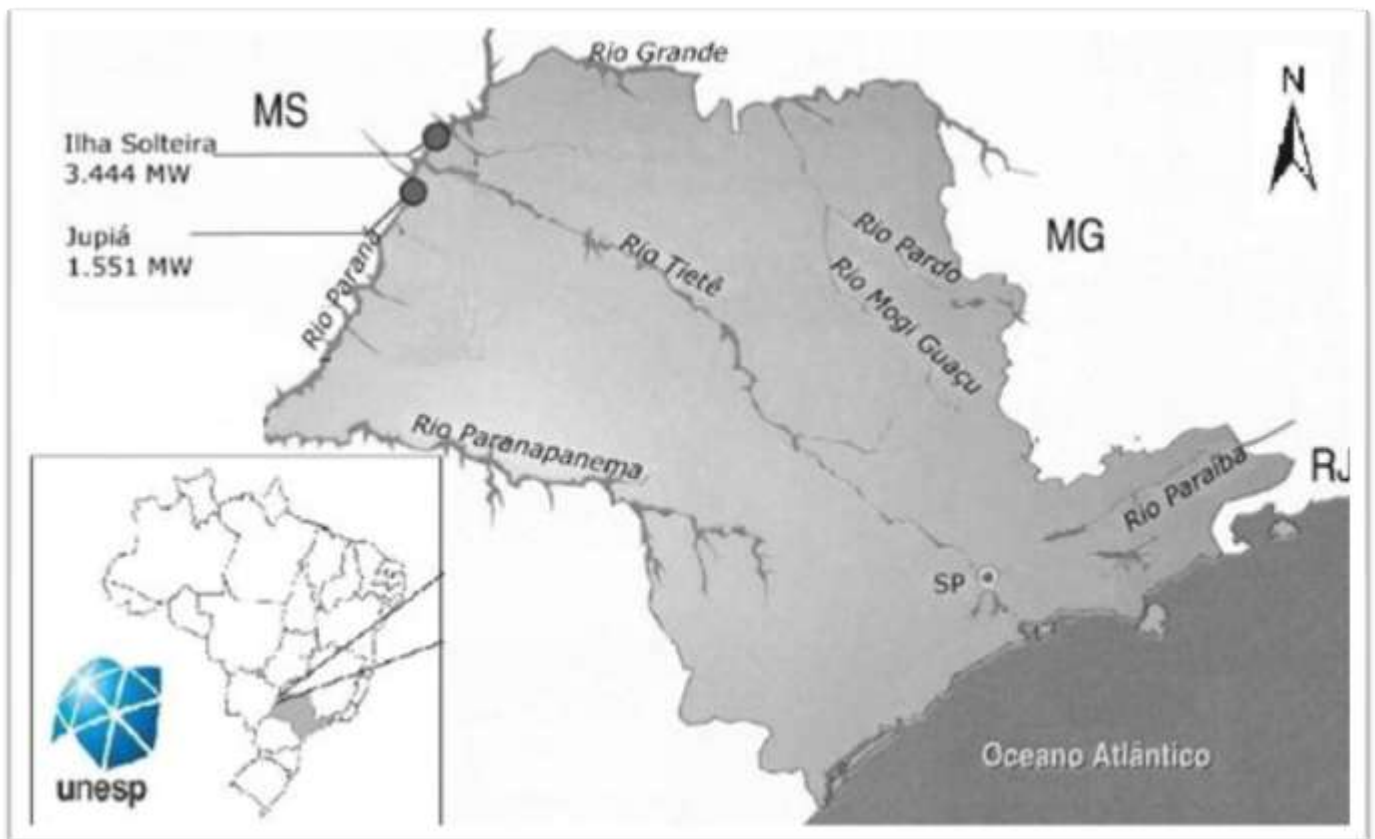
E, finalizando o trabalho, mas não a temática, realizamos no quarto capítulo, intitulado “*Produzir para além de milhões de quilowatts*” a compreensão de como os grupos mediadores do projeto, tais como CELUSA e CESP articularam determinadas práticas que promoviam a própria imagem do empreendimento, entre seus trabalhadores e mesmo para o público externo. Muito próximo do que foi realizado pelo TVA, nos Estados Unidos, produziram-se panfletos, vídeos, cartilhas e até mesmo um periódico de circulação interna, “O Barrageiro”, que funcionaram como mecanismos divulgadores das potencialidades e benefícios do empreendimento, como marco e modelo da engenharia nacional e de projetos de

habitação, como a Vila Piloto e Ilha Solteira. Buscamos assim analisar tais práticas e entender como este material funcionou como mecanismo promotor de uma “autoimagem”.

Assim, na observação das transformações pelas quais este espaço foi engendrado, desde outros tempos e espaços, mas que influem em sua compreensão, buscamos desvelar as diretrizes organizativas do projeto hidrelétrico Urubupungá. Em meio à produção energética, novas representações se revelam, vozes se promovem e memórias se formulam nos caminhos do setor energético no Brasil.

Desta forma, a gama de trabalhos, documentos e debates aqui evocados como bases para compreensão desta temática contribuíram para a percepção de como as inovações técnico-científicas produzidas no campo energético possibilitaram transformações nas estruturas sociais e cotidianas nos mais diferentes espaços, de muitas formas e percepções.

MAPA 01 –



Localização do Complexo Hidrelétrico Urubupungá.

UHE Engenheiro Souza Dias (Jupiá)



Fonte: Google Earth. Adaptado pelo autor.

UHE ILHA SOLTEIRA



Imagens ©2016 DigitalGlobe,CNES / Astrium,Dados do mapa ©2016 Google 2 km

Fonte: Google Earth. Adaptado pelo autor.

CAPÍTULO I

DO BRAVIO AO PROGRESSO ENERGÉTICO: URUBUPUNGÁ NOS CAMINHOS DA HISTÓRIA

1.1 O Rio Esquecido (ou a construção de memórias)

A providência abrindo esta vasta estrada fluvial do Paraná parece haver-lhe fadado a mais enérgica e benéfica influência sobre a sorte das populações do sul do império. E por elas que se deve fazer a permutação de *produtos e de ideias* entre uma parte importante da província de Minas, Goiaz, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e as repúblicas do Paraguai, Argentina e do Uruguai: é por ela e pelos seus afluentes que a *população e a indústria* se difundirão por essas amplas e férteis regiões, hoje em grande parte *ermas*, e que a *riqueza e a civilização* irão *aquecer, iluminar* e fazer medrar as povoações que ali *vegetam enfezadas* pela quase completa segregação da sociedade humana

Antônio Joaquim Ribas,
Revista do IHGB, 1856.

No dia 21 de março de 1950, o Deputado matogrossense Carlos Vandoni de Barros pronunciou em discurso à Câmara dos Deputados a respeito da necessidade de aproveitamento dos recursos naturais do Vale do Paraná. Imbuído de referências historicamente estabelecidas sobre a região, lembrando passagens como a da ferrovia, do telégrafo e de expedições científicas, defendia a importância do aproveitamento das corredeiras de Urubupungá e do próprio rio Paraná como continuidade do progresso nos sertões, conectando o destino desta região ao próprio futuro nacional.

Segundo o mesmo, assim como a estrada de ferro buscou o rio, deveriam agora integrá-lo às necessidades do tempo presente por meio do aproveitamento energético. “Fronteira viva”, como ressaltou o Deputado, “as cachoeiras de Urubupungá, que interceptam o seu curso, são os principais tropeços à sua missão de transportar e relacionar os grupos

humanos, e mais difícil se torna, por isso mesmo, a fixação do homem, que tem como corolário lógico, o fator econômico”.³⁴

Seu discurso intitulado “Em defesa do rio esquecido”, homônimo do documento em que se transformou, postula diretamente a atualização da memória deste espaço a partir das referências do presente. Em um contexto onde a própria constituição de 1946 ressaltava o papel do Estado em planejar e orientar o desenvolvimento regional, elencando espaços como “regiões-alvo”, como o Norte e Nordeste, o deputado clama por maior atenção e ao mesmo tempo o destaca abandono com a Bacia do Paraná. A ideia de esquecimento adquire aqui a correlação de uma região ainda desprovida dos instrumentos da modernidade técnica, neste caso, estando marginalizada do processo de instrumentalização e aproveitamento de suas potencialidades naturais, que, na perspectiva do autor, era o caminho para a integração deste espaço ao crescimento nacional. Realizar o aproveitamento energético deste vale, das corredeiras de Urubupungá e Jupuíá tornar-se-ia uma necessidade a ser alcançada, sem a qual o progresso não poderia ocorrer.

Esta narrativa se insere em um momento salutar para nosso trabalho, pois o início da década de 1950 marca o contexto das primeiras iniciativas do que viriam a ser o futuro Complexo Hidrelétrico Urubupungá. Sua fala não ecoou isolada no tempo, de seu contexto, mas integrou uma polifonia de vozes atreladas a própria imagem e memória do complexo hidrelétrico. Entre marcas do passado e aspirações do presente, a necessidade de produzir energia transformaria a própria leitura daquele espaço, em que as diferentes representações destes saltos e corredeiras seriam evocadas de acordo com as necessidades e imperativos do presente, ora para ressaltar conexões, com determinados grupos e sujeitos, ora para contrapor a uma nova leitura de um passado inóspito e bravio das corredeiras.

Ressaltar o “esquecimento” neste caso, como feito pelo autor, funciona como um mecanismo para (re) afirmar a necessidade de um novo olhar para este espaço, imbuído em um novo propósito (produzir energia), mas sem deixar de realizar os apontamentos necessários para o passado, como veremos ao longo do trabalho. Ao mesmo tempo, deixa transparecer em sua fala a existência de embates e disputas no desenvolvimento desses novos imperativos, marcados por interesses e exclusões:

O regime do palavriado vazio ou das discussões estéreis cedeu lugar à planificação dos problemas básicos da nacionalidade, incorporando-se à vida

³⁴ “*Em defesa do rio esquecido*”. Discurso pronunciado por Carlos Vandoni de Barros, 1950, p. 15.

pública do país o concurso imprescindível do técnico, que vê com olhos bem diferentes do dirigente politiquero de outrora.³⁵

Percebemos como um novo tempo, o tempo de novas ações, projetado pelo narrador e embasado pela objetividade técnica, busca romper com possíveis amarras de outro tempo, de outros grupos, qualificado de “vazio e estéril”, desprovido de objetividade, “politiquero”. E junto às necessidades de aproveitamento energético, grupos vão estabelecendo suas diretrizes, opondo-se uns aos outros, segmentando e excluindo-se, tentando assumir seu lugar e impor sua lógica, como o necessário caminho para se alcançar determinada realização (aproveitamento do vale), eliminando e, ao mesmo tempo, preenchendo esse passado com os objetivos do presente.

Em grande parte das interpretações expostas ao longo do trabalho, pela diversidade de fontes analisadas, desenvolver as potencialidades desta região, deste rio representava o novo caminho para o crescimento econômico nacional. O constante uso de termos como “integração”, “progresso”, “condições naturais” e mesmo “energia econômica” buscavam conduzir sua visão sobre aquele espaço. As representações da natureza, dos sertões e diretamente dos rios, corredeiras e saltos são interpretados à luz da instrumentalização da natureza, para fins de crescimento regional e continuidade do progresso do país. Homens e máquinas a serviço de explorar, conhecer e desenvolver articulariam novas representações sobre esses espaços, produzindo uma nova imagem sobre Urubupungá.

Carregando historicamente seu nome, o Complexo Hidrelétrico Urubupungá teve sua delimitação territorial escolhida a partir das condições topográficas existentes pelo Salto de Urubupungá e corredeiras de Jupiá, marcados por um desnível de 70 metros, que devido a seu terreno rochoso e o grande volume d'água ali alocados formavam as condições favoráveis para a instalação das hidrelétricas. Suas características e potencialidades seriam assim destacadas em diversos momentos ao longo de sua construção, por toda a documentação produzida e aqui utilizada.

Porém, sua imagem e sua representação seriam tecidas bem distintas dos relatos construídos historicamente sobre o salto e mesmo o rio Paraná. Os rios estão constantemente permeando os caminhos da história. Registrados aqui em relatos de viajantes, cartografias ou expedições, apresentam-se como produtores e produto de saberes e práticas, de visões de mundo, de acordo com quem por ele se estabelece. Como azinhagas terrestres, foram articulados na memória nacional as expedições Bandeirantes, rota do ouro no interior do país

³⁵ VANDONI, op. cit, p. 32.

e como elo de integração territorial pelo aproveitamento energético. Tornaram-se caminhos célebres das monções e foram ao longo dos séculos expostos a novos usos e tecnologias.

Como vias diretas para o interior do país, os rios pelo olhar historiográfico exerceram ponto de confluência para constituição de representações e mitos, como em nosso caso que, baseados numa pluralidade de relatos existentes desde o século XVI, transformaram-se em memória histórica materializada e oficial. Produtora de sentidos, como ressalta Carlos Alberto Vesentini, tornou-se nossa memória produto e significado e assim, “para um pretense geral, ele se torna uma das vias da herança, a nós imposta, por um passado instituidor”.³⁶ Em trabalhos como os de Sérgio Buarque de Holanda, Victor Leonardi e Simon Schama visualizamos esta teia de representações e significados que adentram as construções discursivas sobre tais espaços e paisagens, produto e produtora de significados nos mais variados tempos e temáticas.³⁷

Mais próximo de nossa pesquisa, trabalhos como o de Cesar Karpinski, a respeito do rio Iguaçu, afluente do rio Paraná, contribuem para termos a percepção de como estes espaços encontram-se, do presente ao passado, permeado por poderes e formas de dominação, que produzem historicamente diferentes discursos e memórias:

Entendemos que a história dos rios pode emergir através da análise e discussão dos processos de observação, reflexão, narrativa e descrição que fundamentam as práticas discursivas sobre determinado rio. Este arcabouço discursivo, por sua vez, acaba construindo várias representações ora voltadas às paisagens/beleza, ora a recursos/aproveitamento/desenvolvimento.³⁸

Entre o distante e o esquecido, entre o bravio que permeia as navegações e a beleza dos saltos se organizam as imagens deste espaço historicamente, centrais não somente para o aproveitamento energético no século XX, mas também para a ocupação territorial do estado de São Paulo e Mato Grosso, espaço fronteiro que permeia este trabalho. Neste percurso, uma gama de rios se destacam como centrais nos relatos: partindo de São Paulo, os rios Tietê e Paranapanema despontam até o rio Paraná. A partir deste encontramos o Sucuriú, o Pardo, Rio Verde e Anhanduí como caminhos de entrada no Sul de Mato Grosso.³⁹

³⁶ VESENTINI, op. cit, p. 91.

³⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Rio de Janeiro: Casa de Estudante do Brasil, 1945; LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999; SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 365.

³⁸ KARPINSKI, César. *Navegação, cataratas, hidrelétricas: Discursos e Representações sobre o Rio Iguaçu (Paraná, 1853-1969)*. Tese. Doutorado em História. UFSC. Florianópolis, 2011, p. 04.

³⁹ Convém novamente ressaltar que o estado de Mato Grosso do Sul somente foi criado em 1977.

O rio Paraná ⁴⁰ destaca-se historicamente, em diferentes usos e representações, por uma pluralidade de relatos e personagens que fizeram e fazem de suas águas, desde os tempos coloniais, importante paisagem no desvelar dos sertões. Denominado de Rio Grande em relatos e mapas cartográficos dos séculos XVII e XVIII, “semelhante ao mar”, em Tupi, foi descrito por Saint-Adolphe, no *Diccionario geographico histórico e descriptivo do Império do Brazil* como “Grande rio da América Meridional (...) seu curso serve alternativamente de limite às províncias de Goyás, São-Paulo e Mato-Grosso, e aos e Estados do Paraguai e de d’Entre-Rios”. ⁴¹

Ainda no século XVI, esta região fronteiriça encontrava-se em domínios espanhóis, segundo o Tratado de Tordesilhas, mas, mesmo chegando a ocorrer algumas incursões territoriais hispânicas, foram abandonadas com a gradual penetração de luso-brasileiros para o oeste. Menos estáticas e passivas, como nos ensina Holanda, as fronteiras expressam os caminhos, o movimento, permeado por tensões e pelo provisório, “entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam”. ⁴² Através destes caminhos, entre rios e picadas, a historiografia construiu um imaginário sobre a formação territorial nacional e, ao lançarmos luzes sobre tais relatos, evidenciamos como os rios apresentam-se nestas narrativas.

Em percursos de São Paulo a Cuiabá, transpor ou mesmo navegar pelo rio Paraná era condição necessária para adentrar o interior. Partindo de seus afluentes, como Tietê e Paranapanema, no extremo oeste paulista tangia sua fronteira natural, pois “adiante começava um mato espesso, impenetrável em muitas partes, que com intervalos, se alastrava até o Paraná (rio)”. ⁴³ Ultrapassá-lo demarcava novamente o espaço de conquista, o espaço do político, da nova paisagem:

Só depois de 1748 passará por este rio a fronteira ocidental da Capitania de São Paulo, mas essa fronteira não vai senão corroborar a outra, natural, e nem marcada, separando paisagens geográficas que não se poderiam imaginar mais contrastes. Ali quase abruptamente a floresta para começar o

⁴⁰ Ao longo de seu percurso, o rio Paraná recebe as águas de outros afluentes, dotando-o de grande volume até desaguar nas águas internacionais do Prata. Seus principais afluentes, tais como o Tietê, Paranapanema, Iguaçu e Pardo correspondem também a importantes caminhos de penetração ao interior do Brasil.

⁴¹ E complementa “as margens do Paraná são frequentadas por Índios mais ou menos bravos, e seu leito, semeado d’ilhas de distância em distância (...).Em passando a Ilha-Grande estreita-se o leito do Paraná, e sua corrente adquire progressivamente maior velocidade, entallada entre os rochedos da serra Maracajú, até que enfim o corpo do rio se reparte em sete braços desiguais”. In: SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet. *Diccionario geographico histórico e descriptivo do Império do Brasil*. Tomo Segundo, Paris, 1845, p, 234-236.

⁴² HOLANDA, op. citi, 1994, p. 12-13.

⁴³ HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 45.

cerrado, desmentindo o próprio nome de mato grosso, aplicando primeiramente, neste caso com justiça, à mancha de selva equatorial que borda o Guaporé, mas que vai avassalar, com o tempo, o sertão do além Paraná. E como para assinalar melhor contraste, rolam ali as águas numa fratura funda, por isso diziam que o Paraná não tem margem, tem barranco.
44

Como se cortassem dois mundos, entre castelhanos e lusitanos, as fronteiras encontravam novos liames naturais, e por longínquas terras no oriente, luso-portugueses adentravam o Paraná, sendo tal rio, junto à sua malha fluvial “o liame seguidamente utilizado para a aproximação dos dois núcleos, como parece da presença dos espanhóis no Avanhandava”.⁴⁵

Porém, não é de um português um dos primeiros relatos produzidos sobre o rio Paraná e suas corredeiras. Em 1628, o governador do Paraguai, Dom Luiz de Céspedes Xeria, partindo da cidade de São Paulo rumo ao Paraguai, produziu uma representação territorial que seria ao longo dos séculos reproduzida e edificada em mapas e na identidade paulista. Narrou e mapeou sua passagem pelo interior do Brasil, traçando um roteiro fluvial do Tietê ao Paraná, em que “representavam conforme observavam”,⁴⁶ mapeando assim sua viagem pelo coração da América. Possuía em mãos ordem que o autorizava a realizar tal travessia:

A 16 deixava São Paulo rumo a um porto do baixo Tietê. Ali mandou fazer grandes batelões, desceu o rio durante 16 dias, navegou no Paraná e Parapanema até Loreto onde chegou a 8 de setembro. Afinal empossou-se do seu governo em Ciudad Real. A 8 de novembro de 1628 (...).⁴⁷

Era o período das entradas e bandeiras. Atravessando o estado paulista, percorreu picadas, atravessou rios e delimitou saltos, “*desde el salto grande de abayandava hasta aquele de Itapira, todos es grandisimas corrientes y riscos por donde veniamos todos los dias, desnudos, acompanhando las canoas y teniéndolas para que no se hiciesen pedazos, y otras veces echandolas al agua con palancas*”.⁴⁸ Descendo o rio Paraná, descreveu um dos primeiros relatos sobre o rebojo do Jupia, futura local de uma das hidrelétricas do complexo:

⁴⁴ Ibidem, p. 46.

⁴⁵ Deve-se ressaltar que, entre as negociações meridionais entre castelhanos e lusitanos, levou-se em conta as relações processadas por estas coroas do outro lado do mundo, onde os avanços na América dosavam recuos nas filipinas por parte dos portugueses. TAUNAY, Afonso de E. História geral das bandeiras paulistas. Tomo primeiro. São Paulo: Melhoramentos, 1975, p. 16.

⁴⁶ CAVENAGHI, Airton José. A construção da memória historiográfica paulista: Dom Luiz de Céspedes Xeria e o mapa de sua expedição de 1628. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.19. n.1. p. 81-109. jan.-jun. 2011, p. 86.

⁴⁷ In TAUNAY op. cit, p. 44.

⁴⁸ TAUNAY, Afonso D'E. *Na era das bandeiras*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1922, p. 114.

“grandisimos remolinos de agua y de mucho peligro pai'a las canoas, donde me desembarque con toda mi gente, siendo por tierra gran pedazo y las canoas por este peligro”.⁴⁹

Em grande parte dos relatos aqui analisados, os obstáculos no percurso das navegações eram formados pela grande quantidade de saltos, corredeiras e rebojos, principalmente nos rios Paraná e Tietê. Obrigados a contornarem por terra ou mesmo aliviarem as canoas de seu peso, tais viajantes produziram uma multiplicidade de relatos que evidenciam como entre os séculos XVII e XIX a natureza revelava-se bravia e desconhecida. Neste momento, os rios ainda não configuravam como os principais caminhos irradiadores da colonização, mas possuíam seu peso em determinadas circunstâncias nesta penetração, servindo, por vezes, como refúgio ante o ataque de grupos indígenas. Mesmo não sendo em tempo das bandeiras os caminhos centrais, os rios, não deixavam de assinalar sua representação:

Este rio é tão caudaloso e arrebatado, que navegando-se com tanto trabalho só se pode andar de dia pelas matas e pedras que tem atravessadas, e algumas escondidas, que me topando a canoa nelas, a viram com as mesmas pancadas (sic) as sacodem e lançam fora a gente, e a quem não sabe nadar experimenta maior risco (...) Desta cachoeira foi navegando a tropa pelo Tietê abaixo com grande trabalho e risco, e não menos sustos pela violência das águas e pelas muitas pedras, cachoeiras, sirga, itaipavas, contra-salto e despenhadeiros em que se descarregam as canoas e se arrastam por terra, e lançando-se depois ao rio.⁵⁰

Assim, como no relato de Rodrigo César de Meneses, governador da capitania de São Paulo, em sua viagem para Cuiabá em 1726, narrar as incursões pelos rios Tietê e Paraná significava narrar os perigos representados pelos saltos e corredeiras. Transpor estes caminhos era deparar-se “de certo o pior que tem estes sertões”, proporcionando “grande susto e trabalho os caldeirões e redemoinhos”.⁵¹ Pontos como o Salto Itapura e mesmo o rebojo de Jupia não passavam despercebidos para quem por estes caminhos circulavam, principalmente as corredeiras de Urubupungá, “cujo fracasso se houve a mais de 2 legoas, alevantando uma tal nuvem de vapores que se avista ainda de maior distancia”.⁵²

Cada vez que adentramos o século XVIII, mais se diversifica o número de relatos. Com a descoberta das minas de ouro de Cuiabá, em 1718, os caminhos fluviais adquirem maiores centralidades na penetração dos sertões. Época das *monções*,⁵³ partindo em períodos

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Idem, 1975, p. 112-113.

⁵¹ Idem.

⁵² SAINT_ADOLPHE, op. cit, p. 235.

⁵³ De procedência árabe, que define o período propício à navegação, consiste em incursões fluviais para o interior do país, expedições que se projetavam de São Paulo a Mato Grosso por meio dos rios. Segundo Holanda

que os rios estavam mais cheios, buscavam realizar, além do encontro das minas, o comércio de armas, alimentos e escravos. Descobertas as minas, por Pascoal Leme, fundando o “Arraial de Cuiabá”, prolongam-se as bandeiras com o ciclo das monções, sendo muitas as expedições a seguir este percurso.

Antonio Rolim de Moura Tavares, Conde de Azambuja, viajando de São Paulo a Cuiabá, no ano de 1751, assim descreveu o salto Jupia:

Há nele (Rio Paraná) um célebre passo, que chama Jupia, que quer dizer covo, na língua da terra, o qual é um redemoinho, que a água faz nesta figura bastante largo, e fundo e a água corre com bastante violência para parte de tal sorte, que é necessário passar o mais distante daquela parte, que pode ser, e fazendo grande força de remo, porque se chegam a dar ali as canoas infalivelmente as sorve a água.⁵⁴

Buscando assegurar um projeto de efetiva ocupação luso-brasileiro da então capitania de Mato Grosso e obstruir assim uma eventual entrada hispânica, amplia-se o número de expedições conduzidas sob um caráter defensivo, comercial e produtivo.⁵⁵ Em uma delas, Teotônio José Juzarte, sargento-mor português a serviço da coroa, partindo de Araraguaba narra em três meses, percorrendo o Tietê, Paraná até o rio Iguatemi os grandes perigos que esses obstáculos representavam no caminhar:

Este e o celebre e grande Jupiau, muito perigoso, causado de uma grande laje de pedra, que sobe desde o fundo do rio Grande Paraná ate a superfície da água; cuja e cortada direita a prumo pela parte do Norte o que causa fazer as águas batendo nela um grande rodado de sorte que como a maré enche e vaza, fazendo em grande distancia muitas ondas, causa aos navegantes deste rio Grande susto e medo para que não caiam as embarcações neste perigo.⁵⁶

Com diário em mãos, recebendo ordens de descrever todos os rios e paragens, produziu um total de 65 documentos entre relatos e mapas, que descrevem os trajetos e caracterizações tanto dos sujeitos quando dos espaços percorridos. Entre o curso do Tietê até

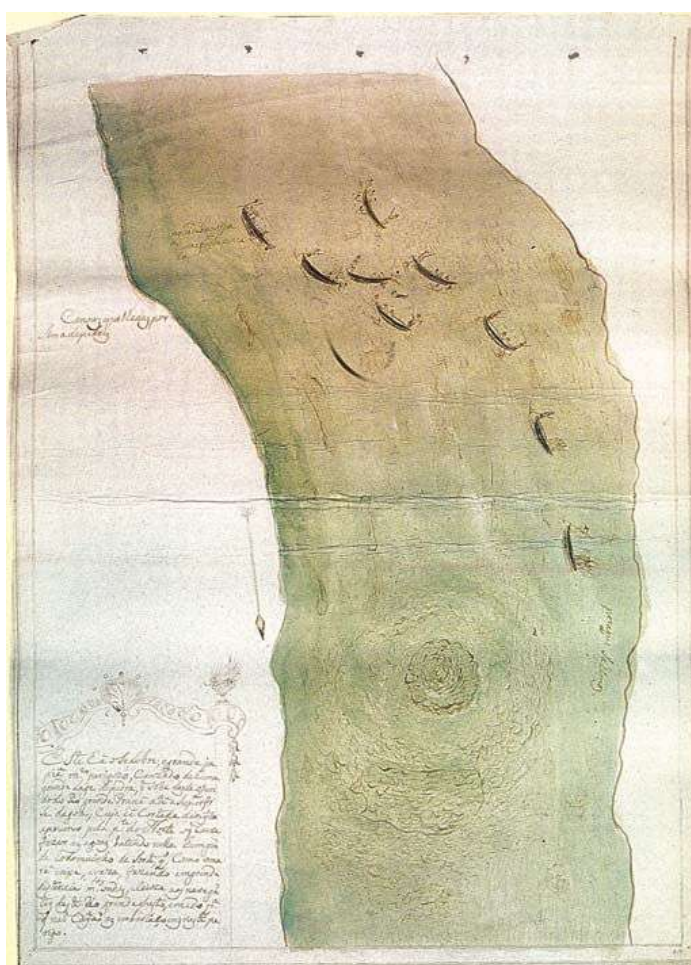
“Era variável o roteiro das primeiras viagens, que se faziam sem ordem e sem época determinada. Desciam então as canoas o Tietê até a foz, seguiam o curso do atual Paraná, entravam por um dos seus afluentes da margem direita, em geral o Pardo e, neste caso, subiam depois o Anhanduí-Guaçu, ganhando as contravertentes do rio Paraguai, para atingir este rio através de um dos seus afluentes orientais” op. cit, 1994, p. 143.

⁵⁴ RELAÇÃO da viagem que fez o Conde de Azambuja da cidade de São Paulo para a Vila do Cuiabá no ano de 1751. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. (Org.) *D. Antônio Rolim de Moura: primeiro Conde de Azambuja*. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 1. p. 10.

⁵⁵ Ver: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

⁵⁶ In SOUZA, Jonas Soares de; MAKINO, Miyoko (Org.). *Diário de navegação – Teotônio José Juzarte*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2000, p. 397.

a foz do rio Paraná a expedição levou vinte e cinco dias, totalizando quarenta e seis corredeiras, dentre elas as de Avanhanda e Itapura, detalhando as dificuldades da travessia. Mas nenhum representava tanto perigo quando o rebojo de Jupιά, pois “*no centro deste redemoinho, tem como hu sorvedouro que embebendo em sy todas as aguas deste rio por quaze o expasso de meya hora, as toma a vomitar, lansando-as fora*”, e de uma margem a outra, volvendo suas águas “*torna a formar novas ondas tão percépitas, e com tanta fúria que tornão de repente a crescer as mesmas agoas; e assim continuamente, estão estas agoas nesta paragem á maneira de hu homem que respira*”.⁵⁷



PLANTA 01: Rebojo de Jupιά, produzido por Teotônio José Juzarte em 1769.

Fonte: SOUZA; MAKINO, 2000, p.397.

Conduzia um total de trinta e seis canoas, com aproximadamente setecentos colonos que, a cada légua percorrida, temiam o risco de contrair enfermidades, devido ao clima doentio descrito por Juzarte. Neste percurso, pelos relatos evidencia-se que, além dos perigos das corredeiras, “suas águas são pestilentas e vermelhas, seu climen mui doentio e sujeito a cezões dobres e malinas; hé mui triste e estéril de pássaros, abundante de immundicias, bichos

⁵⁷ TAUNAY, op. cit, p. 160-161.

e insepitos”.⁵⁸ Notadamente, esta situação refere-se diretamente à presença de aves, como urubus, que se ancoravam nos rochedos de Urubupungá e ali expeliam seus excrementos, dotando de coloração branca todo o salto. Vem desta situação, então, sua própria denominação.

Destacam-se nestes relatos como os caminhos para o interior eram bravios, inóspitos e sofridos, pois eram percorridos durante meses a fio de muitas privações e obstáculos. Não obstante, contrastam com um período de grande entusiasmo, uma vez que estamos percorrendo os caminhos do ouro, das minas de Cuiabá, “de tamanho tesouro, até então ignorado”.⁵⁹ Mas em seu caminho estão os saltos e jupiás, afamados nos sertões a quem busca a riqueza do ouro:

Salto é um rochedo excessivamente alto donde se despenha e precipita com tal violência que na parte em que cai, levanta, e exita [sic] tal fumaça do mesmo e de vapores cor de enxofre que realmente parece terem ali o seu assento os demônios, o estouro é tão horroroso que se ouve de léguas causa porque é mais arriscado o passado, pois se chega a ele vem um homem já sem vida.⁶⁰

Ao mesmo tempo, como bem nos lembra Lylia Galletti, se os percalços da viagem contrastam com as riquezas da busca aurífera, o período também produziu narrativas que positivamente realçam a natureza e as próprias corredeiras.⁶¹ A imprevisibilidade dos caminhos contrasta com uma natureza feroz, mas também exuberante, como nos relata Francisco Almeida, em sua missão demarcadora de Belém a São Paulo em 1780:

A meia legoa de distancia ouve-e a bulha da queda d’agua despenhada. É este um salto digno de ver-se, não só pela beleza da configuração, e posição das pedras, e canaes, por onde se despenha a agoa, como pela galantaria da luta dos peixes com a agoa (...) a experiencia d’esta viagem me tem mostrado, que quanto mais revolta está a agoa nos saltos e cachoeiras, onde há peixes, melhor pescaria se faz.⁶²

Em meio a incursões para regiões como Sant’ Anna do Paranahyba, em Mato Grosso no início do século XIX, espaço onde escravos, homens pobres livres e grupos indígenas viviam seus encontros e desencontros, a natureza destes saltos revelava-se entre documentos

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ CORRÊA FILHO, Virgílio, *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, INL/MEC, 1969, p. 202.

⁶⁰ TAUNAY, Afonso. E. *Relatos Monçoeiros*, São Paulo/Belo Horizonte, 1981, p. 171.

⁶¹ GALETTI, L. S. G. *Nos confins da civilização: sertão, fronteiras e modernidade nas representações sobre o Mato Grosso*. Tese, USP, 2000.

⁶² In ALMEIDA, Francisco J. de Lacerda. *Diário da viagem do Dr. Francisco Jose de Lacerda e Almeida pelas capitâneas do Para, Rio Negro, Matto-Grosso, Cuyaba, e S. Paulo, nos annos de 1780 a 1790*. São Paulo: Typ. de Costa Silveira, 1841, p. 80.

oficiais, narrativas ao interior e resistências destes grupos, entre os interesses públicos e privados. Narrativas como a de João Ferreira de Oliveira Bueno, publicadas inclusive no primeiro número da Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, demonstram como entre estradas terrestres e fluviais misturavam-se nas empreitas ao interior, difíceis caminhos sinuosos, onde a ferocidade com quem são interpretados grupos indígenas, como “ferozes” e “selvagens”, mistura-se ao próprio bravio das corredeiras de Urubupungá e Jupia:

De manhã naveguei com duas canoas pelo Paraná abaixo a ver se encontrava os índios, e cheguei à barra do Rio Sucuriú que deságua no Paraná da parte ocidental; e divisando muito abaixo uma fumaça na margem oriental, mandei virar as canoas para aquele sítio, passando pelo Jupia, que é um recife de pedras, que nasce de uma e outra margem para a foz do rio, ficando um pequeno boqueirão, por onde correm as águas com imensa velocidade, fazendo muitos redemoinhos, sendo necessário passarem as canoas com cordas na popa e proa, indo as pessoas que as levavam, por cima das pedras, afim de não serem submergidas pelos ditos redemoinhos, e parei em uma ilha de areia e pedra, defronte de lugar onde tinha divisado a fumaça, e nela demorei-me algum tempo, mandando tocar a buzina, a ver se se mostravam os bárbaros, o que não aconteceu: inferindo que era alguma partida ou tribo feroz que ali se achava; e vendo baldada a minha diligência, voltei para o meu quartel, chegando às nove horas da noite, com projeto de ir no dia seguinte pelo Paraná acima até o Salto do Urubupungá e depois que cheguei soube de uns mulatos, meus escravos, que tinham ido pelo Paraná acima, terem encontrado os selvagens em uma e outra margem do rio, de cujo encontro assustados voltaram com toda a celeridade.⁶³

Ainda no início do século XIX, Hércules Florence, integrando a expedição do cônsul Langsdorff, saiu de Porto Feliz em 1826 e “depois de 53 dias, a monção, a 18 de agosto, sulcou águas do Paraná”, momento em que seus membros puderam “contemplar o salto de Urubupungá, tão falado naqueles lugares”⁶⁴. Espaço de descanso e celebração, para os tripulantes “aquele momento foi de verdadeira festa. Além do prazer que sentíamos em descansar os olhos sobre a superfície desse grande e novo rio ao sair do penoso Tietê, na grata alegria de nossos camaradas tínhamos novos motivos de satisfação”.⁶⁵

Mesmo em águas paulistas, a visão representativa destas corredeiras, bem diferentes das analisadas até o momento, revela uma viagem calma, em que “entre as grandes e belas cenas da natureza, um salto como o de Itapura ou Avanhanda oferece tanta magnitude como outras, sem contudo incutir n’alma nenhum sentimento de terror”, pois cerceado de belas

⁶³ BUENO, João Ferreira de Oliveira. *Simples Narração da viagem que fez ao Rio Paraná o thesoureiro-mor da Sé desta Cidade de São Paulo*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo I, 3ª. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p. 144.

⁶⁴ FLORECE, Hércules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas-1825 a 1929*. Trad. Visconde de Taunay. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007, p. 35.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 89.

paisagens, entre os todos os percalços “fica-se preso de admiração, dominado pelo tumulto, pelo estrondo e a agitação; os abismos se abrem a cada instante, mas não nos inspiram medo nem horror”.⁶⁶

Ainda sim, o sertão ecoa como uma zona de fronteira, distante da civilização para os que o relatam, que descrevem em forma de “aventura” seus percalços, imbuídos na fascinação com a natureza, com o desconhecido, culturalmente estranho a essa maioria de viajantes europeus que por aqui adentraram. E assim destaca Florence em suas impressões:

O sentimento que experimentei, ao contemplar tão vasta extensão d’água e a riba distante, lembrou-me o abalo que recebe o viajante quando divisa, mar alto, as costas que demanda. Se essa terra é a França, então seu coração estremece jubiloso ao pensar nos gozos já próximos que lhe franqueia aquele belo país, tão adiantado em civilização. Aqui, porém, só podíamos ver selvagens e míseras tocas, espetáculo ainda assim cheio de interesse e novidade para quem quer estudar o homem em seu tipo primitivo.⁶⁷

Devemos ter em mente que os relatos, frutos das circunstâncias e mentalidades de seu tempo, ao passo que nos possibilitam informações ou representações daqueles sertões, também constituem uma memória histórica, afinal, seus autores, principalmente na primeira metade do século XX, buscaram entendê-lo a partir de seus postulados historiográficos. Um mapa produzido por Céspedes Xeria em 1628 não poderia possuir o mesmo rigor metodológico que para Taunay, como destaca Cavenagui, mas não o impediu de ser utilizado como elemento da memória paulista ao longo do século XX.⁶⁸ Os rios, para autores como Cassiano Ricardo, Alfredo Ellis Júnior, Capistrano de Abreu e mesmo Affonso de Taunay definiam a natureza da marcha bandeirante rumo ao sertão, como se determinassem os caminhos da própria história paulista.⁶⁹ Para Holanda, ao desprezarem a própria dinamicidade das fronteiras e da formação territorial do Brasil, por vezes, tais autores não levam em consideração o próprio documento histórico, trazendo-o para a contemporaneidade expurgando sujeitos, técnicas e paisagens, permeado em ideologias e memórias de seu tempo.

Contrabalanceando tais leituras, analisando as narrativas sobre as vias fluviais, transparece a visão das dificuldades que as rotas proporcionavam, com suas quedas d’águas e outros declives, que impossibilitavam o continuar da navegação em alguns pontos,

⁶⁶ Ibidem, p. 88.

⁶⁷ Idem, p. 89.

⁶⁸ CAVENAGHI, op. cit.

⁶⁹ Destacava Taunay: “A São Paulo apertado pela Serra Marítima alargaria o Sertão onde os grandes caudais, nascidos a pequena distância do mar, indicavam a marcha para as terras ocidentais” ou “Como que o curso do Tietê constituiu uma haste de lança cujo conto era o Caminho do Mar, lança enristada contra o meridiano de Tordesilhas forçando-o a recuar para oeste mais de quinze graus, do litoral atlântico às margens do madeira”. TAUNAY, op. cit, p. 16-290.

necessitando ir pelas margens para continuar. Os denominados “maus passos” levavam a uma mescla de rios e terra no trajeto de monçoeiros e demais viajantes do oeste, até seu findar ainda na primeira metade do século XIX.⁷⁰

Assim, essa gama de narrativas nos traz a percepção de como tal espaço não era desconhecido daqueles que, a partir do século XX, iriam desvelar uma série de iniciativas para o aproveitamento hidrelétrico dos saltos e corredeiras de Jupuí e Urubupungá. Esses pontos muito presentes em nosso objeto de pesquisa foram representados em mapas cartográficos, diários de navegação e adentraram a memória nacional em fins do século XIX e início do XX. Emaranhado às potencialidades de um discurso oficial produzido por espaços como o IHGB, as corredeiras de Urubupungá agora ecoam em novas narrativas, imbuídas em outras preocupações advindas da modernidade. São vistas agora como espaço possuidor de riquezas e de suma necessidade de integração com os eixos centrais do país, sem deixar de trazer os antigos relatos para embasar determinadas concepções. E como ressaltado em epígrafe de Antônio Joaquim Ribas, na edição do IHGB de 1856, abrindo vasta estrada fluvial pelo rio Paraná, por onde se têm a circular futuramente produtos e ideias, bastaria vencer os saltos e corredeiras em seu tropeço, que, segundo o autor, “não acreditamos, porém, que sejam invencíveis os esforços da ciência”.⁷¹

Segundo Lylia Galetti por esta concepção o interior do país encontrava-se representado por duas visões: de espaços vazios distantes da civilização, mas, ao mesmo tempo, abundante em recursos naturais, fundamental para o progresso e crescimento nacional. Como destacado a respeito da ideia de “sertão”, o que se torna central para nosso debate é como estes novos aparatos técnicos e tecnológicos são entendidos como sinônimos da continuidade do/para o desenvolvimento e integração desta região fronteira. Deste momento até o início do projeto energético tal região ainda seria lapidada e narrada novamente visando tais estímulos, as famosas “reservas de brasilidade” apontadas pelo viajante Flavio Rezende Rubim na década de 1930.

Em meio à construção do projeto hidrelétrico, sob o manto de novas representações, os relatos ainda ecoarão, mas para afirmar a chegada de um novo tempo e eliminar da memória àquela imagem bravia e inóspita já em transformação. Os caudalosos saltos e jupuías agora seriam instrumentalizados a serviço do progresso. Como salienta Maria Inêz Turazzi, a

⁷⁰ Em seu trabalho “Monções” Holanda evidencia sua diferenciação com tal historiografia e deixa claro que, em relação às bandeiras e monções, “naquelas, os rios constituem efetivamente, obstáculos à marcha, e as embarcações são apenas o recurso ocasional do sertanista”, enquanto que nas monções “a navegação, disciplinadora e cerceadora dos movimentos, é que se torna regra geral, e a marcha a pé, ou a cavalo, constitui exceção a essa regra”. HOLANDA, op. cit, 1945, p. 123

⁷¹ A Navegação no Paraná e seus afluentes. *Revista do IHGB*, vol. XXV, 1856, p. 157.

euforia civilizatória que frequentou assiduamente nossas elites, possuidora de lemas como o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim, ganharia novas projeções e perspectivas, como o desenvolvimentismo, projetadas como caminho inelutável para o bem estar social, tendo por base a produção energética.⁷²

Estes rios, grandes dádivas que abençoaram e condenaram civilizações, carregados de mitos e histórias, não perderam seu poder. A modernidade não condenou estes mitos fluviais, apenas os instrumentalizou, como novos sinônimos, a partir de novas necessidades. Antigas propagandas estadistas que os projetavam como “fita imperial que atava diversas nações” ganharam novos contrastes, novas aspirações. Os passeios românticos em rios como o Reno e Danúbio, contrastam agora com o turismo industrial, para acompanhar a construção de imponentes barragens, como ocorreu em Urubupungá.⁷³

E para os sertões marchou o progresso.

1.2 REPRESENTAÇÕES E IMAGENS: DOS FIOS E TRILHOS ÀS HIDRELÉTRICAS

As representações de um sertão permeado pelas projeções e novas possibilidades de integração nacional, que iremos encontrar nos caminhos da organização do complexo hidrelétrico, remontam marcos que, desde fins do século XIX, produzem a imagem de um “sertão a ser explorado”. Técnicas e tecnologias como as empreitas realizadas por Marechal Cândido Rondon, com a introdução do Telégrafo e a passagem dos trilhos da Noroeste do Brasil iriam revelar novos sentidos para o interior do país. São enunciados que desvelam uma região integrada aos interesses econômicos e políticos de outras esferas, utilizando estes empreendimentos como elementos promotores do progresso nos rincões do país. Assim, buscamos evidenciar como essas narrativas se engendraram nestes espaços e foram introduzidas no processo de organização do Complexo Urubupungá.

E sob a égide da modernidade caminhamos para o século XX. Desenvolvimento científico e tecnológico transformou-se em sinônimo de progresso e civilidade. Superar a realidade crua e inóspita era a convicção alicerçada pela ciência, que projetava alcançar, desvelar, mapear e remodelar o mundo, em um espaço onde epopeia e mito confundem-se e impõem-se, entre a dominação e exploração.⁷⁴

⁷² TURAZZI, Maria Inez. *A euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

⁷³ SCHAMA, Op. cit, p. 365.

⁷⁴ DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso*. São Paulo: UNESP, 2006.

Do iluminar das incertezas revolucionárias do século XVIII, transbordou um cenário de descobertas, explorações e fascinações tecnológicas do século XIX. Era das revoluções e dentre outras, das invenções e técnicas da engenharia, que anunciavam a nova era das comunicações, dos transportes e da energia. Entre fios, trilhos, carros e luminárias, o progresso era anunciado, relatado pelos periódicos que também viviam uma nova era, de público e publicações, sua multiplicação, entre não letrados e o mundo das letras, em terras europeias e agora se multiplicando em terras tupiniquins. Entre o que se publicava e o que acontecia, intensificava-se uma sociedade calcada no acelerar de produzir e informar, na qual, entre os fios e trilhos, novas necessidades surgiam: produzir energia.

Assim, pensar o aproveitamento energético desta região no interior do país, dos sertões, o caminhar de penetração aos rincões do país confunde-se, por vezes, com o processo de estabelecimento de técnicas e tecnologias no avanço para tais regiões. Permeado pela ambiguidade como espaço da barbárie e atraso, mas componente necessário à integração territorial conjuga-se como fronteira a ser avançada, espaço do novo e promissor, limiar da presença do estado e do poder. Depositário de ideias e ideais, como a de nação, ocupou lugar central no avanço da República, alicerçado na introdução de novos mecanismos técnicos e tecnológicos como representante do progresso e civilização.

Convém ressaltar que, como sertão, estamos nos referindo a uma grande porção do território nacional, que se engendra pelo extremo oeste paulista até o oeste do Paraná, todo o Centro- Oeste e até mesmo porções da Amazônia. Segundo Arruda, “no início do século, mais da metade do seu território era considerado ‘sertão’, desde que considere ‘sertão’ como oposto a ‘cidade’”, configurando-se toda uma região sob uma só representação: “inacessível, distante, incivilizado, separado do país”.⁷⁵ Assim, às portas da independência, “sertão ou ‘certão’, usado tanto no singular quanto no plural, constituía no Brasil, noção difundida, carregada de significados”.⁷⁶

Sob o manto do desconhecido continuaram a ocorrer movimentos de penetração ao interior do país e, de expedições estrangeiras a projetos governamentais, formularam-se os esforços de exploração e mapeamento do país. Ao mesmo tempo, o movimento de penetração acabou por transformar a própria representação destes espaços, projetando novas possibilidades de ocupação e uso de suas riquezas, por meio da instrumentalização da natureza, delineando novos horizontes em fins do século XIX, em que, como observa

⁷⁵ ARRUDA, op. cit., p. 14; 189.

⁷⁶ AMADO, op. cit, p. 148.

Hobsbawm a economia muda de marcha e estabelece as possibilidades que seriam visualizadas nas primeiras décadas do século XX.⁷⁷

Inseridos pela possibilidade de transformar, produzir e civilizar, podemos observar, segundo Gilmar Arruda, as potencialidades da natureza que permeara a primeira república:

As selvas eram riquíssimas, os rios, apesar de caudalosos, navegáveis, condição fundamental para transportar mercadorias numa região praticamente sem estradas de ferro, suas potentes cachoeiras poderiam produzir muita energia, suas cataratas eram imensas, os campos, extensos e variados, a permitir uma ampla possibilidade de uso agrícola, além das ricas e valiosas reservas minerais.⁷⁸

Assim, com o advento de novas possibilidades cada vez mais crescentes para aquelas regiões, a ideia de progresso estava intimamente relacionada à “sujeição das forças da natureza ao homem”, como salienta Souza.⁷⁹ Telégrafo, luz elétrica, trilhos e demais engrenagens da industrialização associavam-se à modernização capitalista daqueles espaços. Observando na virada do século cidades como Corumbá, situada às margens do rio Paraguai, civilização e progresso remetiam diretamente à modernização destes núcleos, estabelecendo novos comportamentos disciplinares, hábitos sociais e paisagísticos como necessidades para adentrar no “moderno”.

Ao mesmo tempo, devemos ter a percepção, como nos elucida Marshall Berman, que as experiências de modernização aqui estabelecidas, principalmente na primeira metade do século XX, não podem ser pensadas somente como práticas importadas, ou seja, absorvidas prontas e acabadas de outros espaços. Na verdade são práticas provedoras de mecanismos e relações próprias, gestadas a partir das experiências do contexto e momento em que elas se estabelecem.⁸⁰

Foi assim com o advento do telégrafo. Entendido como salto modernizador desde seu primeiro uso em 1852, na capital nacional, adentrou nos sertões em fins do século XIX, ganhando maior conotação entre 1906 e 1909, quando o engenheiro Cândido Mariano da Silva Rondon assume a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, a Comissão Rondon. Tendo como objetivo implantar a rede de comunicação em larga escala, percorreu, a partir do sul de Mato Grosso ao Amazonas, até as mediações do rio Madeira, mais de nove mil quilômetros.

⁷⁷ HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁷⁸ ARRUDA, op. cit, p. 83.

⁷⁹ SOUZA, op. cit, p. 16.

⁸⁰ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

Produtora de novas práticas e tido como exemplo das potencialidades da engenharia moderna, sua presença nos sertões representou um novo ritmo de linguagem e comunicação, sinônimo de civilidade e progresso, que conduziu a presença do estado no interior do país. Política de nacionalização das fronteiras, tal empreita serviu tanto para estimular o povoamento e defesa territorial como para representar “a mola propulsora do progresso material e a grande responsável pela integração, à Nação, de vastas regiões do país”.⁸¹

Nas palavras de Laura Antunes Maciel, em seu brilhante trabalho dedicado ao tema, destaca que:

O telégrafo, com toda sua rede de fios e estações, aparece como um símbolo visível desse novo tempo, e todas as memórias históricas sobre sua implantação ressaltam seu caráter de comunicação ‘célebre’, vital, urgente, chamando a atenção para a liberdade e a rapidez que o transporte da palavra, através de condutores e fluidos elétricos, mecanismos técnicos construídos ou canalizados pelo engenhoso humano, trouxe para as relações entre as pessoas e as nações.⁸²

Além de imprimir no meio natural as marcas das inovações tecnológicas, é importante termos claro que, junto à ideia de avanço técnico-científico, presente nas práticas de grande parte destes engenheiros e dos próprios militares, encontra-se o fato de que avanços técnicos durante a primeira república, como a ferrovia e o telégrafo, também significavam a chegada da ordem pública nestes espaços. Assim, a perspectiva tecnologia-progresso-civilização acarreta muitas outras formas de ação por parte dos sujeitos junto à mesma. A organização social, a fiscalização e a presença governamental nestes espaços acabam sendo também associadas junto a tais aparatos técnico-científicos e à chegada de melhorias sociais, resultado e produzido pela crescente industrialização e integração destas regiões, como se um “espírito” moral ligado pelos meios físicos (telégrafo, hidrelétricas, ferrovias) também fosse inserido.

Rondon, em um dos documentos apresentados por Maciel, deixa isto claro:

Desbravar esses sertões, torná-los produtivos, submetê-los à nossa atividade, aproximá-los de nós, ligar os extremos por eles interceptados, aproveitar a sua ferocidade e as suas riquezas, estender até os mais recônditos confins dessa terra enorme, a ação civilizadora do homem [...] eis a obra de um estadista que [tivesse] a compreensão nítida das necessidades primordiais do desenvolvimento material desta Pátria.⁸³

⁸¹ MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da comissão Rondon*. Tese. PUC, São Paulo, 1997, p. 02.

⁸² Idem, p. 42.

⁸³ Idem, p. 73.

Junto a essa comissão, um grupo de cartógrafos tinha a missão de demarcar localidades, acidentes geográficos, rios e serras. Ocorria que, nas mãos da comissão, tudo tomava um tom de ‘fantástico’ a cada atribuição nomeada, de forma que fica evidente a constante mudança da denominação de pontos referenciais, físicos ou sociais, alterando como eram conhecidos e passando a atribuir novos nomes “oficiais”, ligados às personalidades políticas, datas comemorativas da república e até mesmo pessoas próximas à comissão. Assim “renomeando os rios, serras e campos, a comissão ia apropriando-se de espaços, memórias, culturas e conhecimentos, ao mesmo tempo em que conhecia, mapeava e imprimia suas marcas sobre a região”.

Incorporar os espaços à lógica da comissão, análoga à lógica do poder governamental, correspondia à incorporação administrativa deste território, ou pelo menos a sua tentativa, “constituindo um ‘território nacional’ que funcionou, muitas vezes, como estratégia para a grilagem e a alienação de terras devolutas”.⁸⁴

Mesmo o telégrafo tornando-se obsoleto antes mesmo do término do empreendimento, pelo crescente uso da radiotelegrafia, Rondon fixou suas marcas nos caminhos do sertão e sua figura penetrou a memória matogrossense como sinônimo audaz do desbravamento e civilidade, e como “uma ‘lição cívica’ para todos os brasileiros, os trabalhos realizados pela comissão apareciam como resultado dos esforços de um único homem, Rondon, exemplo de abnegação, tenacidade e devoção à Pátria”.⁸⁵

A presença do telégrafo, diferente de outros aparatos que gradualmente adentrariam o sertão, não chegou a provocar alterações consistentes para parte dos sujeitos que ali viviam. A percepção desses elementos como “estímulos” ao progresso é evidente, mas sua absorção cotidiana faz-se medir de diferentes formas. Como salienta Maciel, para grande parte dos tropeiros e moradores do sul de Mato Grosso, a presença daqueles postes não era manifesta, sendo por vezes arrancados, ou mesmo usados como lenha ou até mesmo os isoladores usados como alvo de tiro, chegando a serem quebrados às vésperas de eleições, impedindo a comunicação.

Mas como pontua Renato Ortiz “o tempo da modernidade se impõe a todos”, e a marcha do progresso não cessa nos rincões do país. E sob a ordem que ditava o progresso,

⁸⁴ Idem, p. 117. Segundo a autora, na passagem do telégrafo pelo sul de Mato Grosso, ainda em fins do século XIX, transparecem como interesses particulares e forças político-econômicas estão presentes nesses empreendimentos. Ao estabelecer a linha Corumbá-Cuiabá, foram inseridas no projeto duas novas estações telegráficas, alocadas em pontos estratégicos para os donos da Companhia Mate-Laranjeira, no caso a família de Joaquim Murtinho, que além de senador, médico e deputado, era detentor de terras e monopólios no Estado de Mato Grosso.

⁸⁵ Idem, p. 02.

outro marco modernizador, a ferrovia, adentrou rumo à fronteira, simbolizando a “poesia do século”, desempenhando também importante marco na marcha pelos sertões.⁸⁶

Uma pluralidade de trabalhos nas últimas décadas tem-se dedicado ao estudo dos caminhos férreos, analisando uma infinidade de questões que evidenciam como sua presença articulou diretamente o modelo de exploração e colonização nos sertões.⁸⁷ Em debates que extrapolam os direcionamentos deste trabalho, vislumbramos como a passagem dos trilhos por regiões como o oeste do estado de São Paulo e sul de Mato Grosso mesclaram interesses político-estratégicos e de integração territorial. Exemplo do melhoramento técnico do século XIX esteve identificado em várias localidades como o ponto de avanço rumo ao oeste. Tendo iniciado em 1905 sua ligação ferroviária entre o interior de São Paulo rumo a Cuiabá, seu traçado foi alterado em 1908 para Corumbá. Concluída em 1914, findou seu trajeto às margens do Rio Paraguai, com o traçado Bauru-Porto Esperança, historicamente conhecida como a Noroeste do Brasil (NOB).⁸⁸

Seu advento fortaleceu os laços econômicos do sul de Mato Grosso com São Paulo e a capital, Rio de Janeiro, de forma a absorver o escoamento de produtos antes levados pelo rio Paraguai, deixando somente a porção norte do estado ainda dependente. Em locais pontuais de seu traçado, ocorre a criação de núcleos habitacionais, como em seu cruzamento à jusante das corredeiras de Jupiá, no rio Paraná, onde junto à ponte Francisco de Sá e a estação ferroviária se formaria a futura cidade de Três Lagoas. Ao mesmo tempo, a ferrovia estimulou o crescimento de outra cidade: Campo Grande, que se tornaria, para além de Corumbá, polo comercial e guarnição militar na porção sul do Estado. Iniciava-se assim em Campo Grande, como ressalta Bittar, “uma nova fase, em que uma elite intelectualizada se sobrepôs aos caudilhos, ao tempo das lutas armadas”.⁸⁹

Em meio a tal imperativo, a passagem pelo rio Paraná era narrada como um dos bons momentos de contemplação para quem se dirigia de trem para os rincões do país. Mesmo

⁸⁶ ORTIRZ, Renato. *Cultura e Modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 225.

⁸⁷ Podemos destacar trabalhos como: Hardmann, F. Foot. *Trem Fantasma: a modernidade nas selvas*. São Paulo, 1988; QUEIROZ, Paulo R. Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru: EDUSC; Campo Grande: Ed. UFMS, 2004; GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista*. São Paulo: Unesp, 2002; CASTRO, M. Inês Malta, *O Preço do Progresso: A Construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil*. Campinas, 1992; OLIVEIRA, Eduardo Romero de ; O centenário da ferrovia brasileira (1954): ensaio sobre a elaboração da memória ferroviária no Brasil. *Espaço e Geografia* (UnB), v. 16, 2013, p. 675-717; OLIVEIRA, Eduardo Romero de. *New studies in the History of Railway Transportation in São Paulo*. In: Peter Norton; Gijs Mom; Tomás Errázuriz; Kyle Shelton. (Org.). *Mobility in History: Yearbook of the International Association for the History of Transport, Traffic and Mobility*. 5ed. New York and Oxford: Berghahn Books, 2014, v. 1, p. 96-104.

⁸⁸ QUEIROZ, op. cit, 2004.

⁸⁹ BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP. Volume 1, p. 143.

sendo o traçado alterado posteriormente, passando próximo a Jupia, o periodismo não deixara de divulgar as potencialidades energéticas, visto que “a fascinação do traçado férreo para Corumbá era a passagem pelo Salto do Urubupungá, para que de futuro mais prontamente se pudesse aproveitar a força colossal, ali armazenada”, destacado em matéria do jornal O Estado de S. Paulo.⁹⁰ Fica evidente como neste contexto gradualmente as corredeiras também são descritas não somente pela fascinação do bravio e caudaloso, mas justamente pelas possibilidades energéticas advindas dela.

Em outra matéria publicada neste mesmo momento, um conjunto de quedas d’água paulistas, incluindo as de Urubupungá, tomam-se descritas como o futuro da produção industrial e “com efeito, em poucas regiões da terra elas se apresentam tão abundantes e tão capazes de aproveitamento industrial”.⁹¹ Logo, tal região limítrofe territorial paulista começa gradualmente a se destacar como futuro centro energético do estado: “calculando-se que o volume de água dos rios, passando sobre as duas cachoeiras equivale a cerca de seis milhões e novecentos mil litros por segundo, ou mais ou menos o mesmo que na catarata do Niágara” e assim “a energia elétrica que dali se poderia retirar excede de um milhão de cavalos, isto é, quatro vezes mais do que se utiliza atualmente no estado inteiro”.⁹² Porém, neste momento, o potencial energético ainda emaranhava-se na visão do bravio, das “tumbas” a serem domadas:

Partimos de Jupia no dia 11 de setembro e pouco depois passávamos o rebojo de Jupia, que é uma efervescência curiosa das águas do rio, cercada de redemoinhos em cujo meio a intervalos irregulares de tempo, levanta-se e cresce uma tumba de água que, em certo momento estoura com estrepido, formando-se, no lugar, largo sorvedouro. Para efetuar a passagem, dirigimos o “Bandeirante” pela margem esquerda do Paraná. Infelizmente explodiu uma das tais tumbas de água a 5 metros a pouca do barco, que atraído parou, recuou e começou a fazer uma série de movimentos inteiramente desproporcionados, que puseram a tribulação no maior alvoroço.⁹³

Assim, conjuntamente com tais percepções, o advento do trem reformulava cidades, como Corumbá e Campo Grande, dava início a outras, como Três Lagoas, dinamizando fronteiras, redefinindo paisagens e quebrando o ritmo dos sertões. Como bem observa Arruda a chegada e a partida das composições “era um verdadeiro ‘evento’ que rompia com a rotina das atividades cotidianas” e “antes mesmo da efetiva instalação dos trilhos dentro da cidade, a

⁹⁰ OESP, 06/12/1910, p. 02.

⁹¹ OESP, 14/03/1911, p. 03.

⁹² Idem.

⁹³ Viagem de São Paulo a Buenos Aires. OESP, 03/11/1916, 06.

ferrovia transformara-se em referência espacial”.⁹⁴ Ao mesmo tempo, em seu seio aqueciam-se rivalidades oligárquicas entre a elite nortista e sulista, que, em meio a ideais separatistas, condicionavam as aspirações de progresso a possibilidade de uma nova ordem. Por isso, como pontua Paulo Queiroz, a ferrovia tornou-se uma forma de “soldagem” desta região ao restante do país.

Ao mesmo tempo convém destacar, como indica o próprio autor, a necessidade de relativizar alguns aspectos de seu impacto na porção SMT. Para o autor, por algumas décadas a presença da ferrovia não alterou as estruturas econômicas desta região, tão quanto estimulou o rápido povoamento e crescimento do Estado, que ainda hoje não se encontra entre os de maior população. Sem desqualificar a importância e o peso da ferrovia para história matogrossense, entender como foi articulada por suas elites e outros sujeitos contribui para observarmos como tais aparatos engendram mecanismo para construção de novas representações e ideais para o interior do país, próximo ao que seria feito com o complexo hidrelétrico.

Dessa forma, o “sentido da ferrovia” estava engendrado em uma projeção territorial baseada na ideia de “civilizar” e “modernizar”, formulada pela elite nacional, em que ocupar tais espaços, ditos “vazios” representava dinamizar o território, aproveitar suas potencialidades naturais e resguardando a última das fronteiras, num contínuo movimento em marcha ao progresso, consubstanciado pela presença de aparatos da modernização, como a ferrovia. Ao mesmo tempo, autores como Antônio Carlos Müller destacam que empresas estrangeiras ligadas a este setor, como *The South Brazilian Railways*, *The São Paulo Railway* e *The Rio de Janeiro Tramway* foram centrais no desenvolvimento energético nacional, investindo diretamente na produção, transmissão e diversificação do uso da energia elétrica.⁹⁵

Traço marcante do processo histórico, essa percepção espacial, onde o vazio e o atraso eram medidos pela falta dos mecanismos do progresso, condicionou as regiões a necessidades exteriores a elas, em que as experiências da modernidade reduziram distâncias, mapearam caminhos, mas polarizaram as diferenças como inferioridades. Diferente das leituras que, no passado, fizeram os viajantes, agora, mais do que relatar, foi necessário convencer da necessidade de transformar, de vencer a natureza. E foi no discurso de engenheiros, comissões e agentes políticos que também encontramos uma ideia das corredeiras destinadas a exploração de suas potencialidades.

⁹⁴ ARRUDA, op. cit, p. 209.

⁹⁵ MÜLLER, Antonio Carlos. *Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento*. São Paulo: Makron Brooks, 1995.

O Alto Paraná,⁹⁶ região limiar dos sertões, permeada pelo rio de mesmo nome, tornou-se receptáculo dessas potencialidades, representando um espaço a ser lapidado pelas intervenções do progresso. Central em nosso trabalho, espaço do futuro complexo hidrelétrico, tornou-se o fino fio da junção territorial nas palavras de Alfredo Varela: “Muitos dizem que o Paraná separa as costas dos três países, mas, em realidade, ele é o fino líquido que os une”.⁹⁷ E, para o autor, o Alto Paraná:

É um reino imenso e imponderável e o sol não se cansa nunca de iluminar tanta beleza e tanta miséria (...) Tem seu idioma próprio, que não é o guarani, nem português, nem castelhano, porque se trata de uma mistura pitoresca e bárbara dos três idiomas. Só cabe um país, uma só terra, uma pátria comum. Este gigantesco paralelogramo, de cinco mil léguas quadradas, que é a pátria de erva-mate: o Alto Paraná”.⁹⁸

Euclides da Cunha, em sua multiplicidade de funções, expressou suas considerações a respeito deste espaço e, principalmente, sobre as corredeiras de Urubupungá. Centrado nas relações entre a modernidade, civilização e os sertões, considerou uma vasta região do país como desprovida de elementos modernos, imperfeita e pronta para ser lapidada pelos instrumentos do progresso. Evocado pelo autor como a “esquina dos três estados”, referindo-se a São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais, pelas corredeiras do rio Paraná afirma que passaria o progresso da região, pois “a volubilidade do rio contagia o homem”.⁹⁹ Porém, considerava que, com toda sua poética, o rio, tal como a sua história é revolta, desordenada, incompleta e, ao incorporarem aqueles rincões aos instrumentos do progresso, resultaria em seu prognóstico futuro:

(...) os terrenos compreendidos entre as duas quedas, Urubupungá, no Paraná, e Itapura, no Tietê, distantes uma légua, são a base vindoura do mais importante dos centros industriais da América do Sul, dispondo da energia mecânica incalculável daquelas catadupas, que, somando-se à derivada do salto da Avandava e transformando-se em energia elétrica, não só satisfará a todos os mistérios da indústria, como à tração das estradas de ferro que por ali passarem.¹⁰⁰

⁹⁶ A denominação corresponde a um dos cinco trechos em que pode ser dividido o rio Paraná. Região fronteira entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, corresponde ao espaço situado entre as junções dos rios Paranaíba e Grande, ao norte até o trecho de Guaira, antiga localização do Salto das Sete Quedas. Com um total de 619 km de extensão, a região destaca-se historicamente em estudos, seja pelo gradual processo de penetração para o interior do país como pelo desenvolvimento de complexos hidrelétricos, como no caso estudado.

⁹⁷ VERELA, Alfredo. *El rio Oscuro*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2008, p. 26.

⁹⁸ Ibidem, p. 27.

⁹⁹ CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. São Paulo: Editora Lello Brasileira, 1967, p. 23.

¹⁰⁰ Idem, p. 128.

Décadas mais tarde, mais precisamente 64 anos, as mesmas palavras ecoariam novamente em periódicos de circulação nacional para embasar as transformações em processo neste espaço, ante a construção do complexo hidrelétrico, em que as “profecias” euclidianas emaranhavam-se entre o crescente potencial energético e os percalços ocorridos com o alagamento de terras, a sucessão de disputas territoriais em fazendas na região e mesmo o impacto sobre cidades como Itapura, alagada pela construção do complexo hidrelétrico.¹⁰¹ Além destas histórias, os documentos também nos apontam uma multiplicidade de contos e lendas que permearam a própria imagem desta região. Em uma delas, conhecida como a “lenda dos diamantes”, conta-se que ao fundo do rio, nos rochedos de Urubupungá existem os “araruás”, jacarés de papo amarelo que atraíam e derrubavam as canoas, e que muito fizeram desde os tempos das minas de Cuiabá, e por isso mesmo “no tempo da seca, podia ver-se brilhando a pedreira com seus diamantes”.¹⁰² Verdades à parte, o que se torna rico em observar é que, ao início da construção do Complexo Hidrelétrico de Urubupungá, na etapa das enseadeiras, momento de desvio do rio, era comum encontrarmos trabalhadores “batendo” a peneira em busca destas riquezas, como demonstrado em documentário da década de 1960.

FOTO 03 -



Garimpagem na construção do Complexo Hidrelétrico Urubupungá.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Documentário. Década de 1960.

Um sertão bruto, inóspito a ser lapidado, era a primazia que deveria ser cumprida pelo trabalho do homem, produzindo o progresso e promovendo caminhos para a ocupação e civilização destes sertões, instrumentalizando a natureza. Símbolo de brasilidade, ela foi

¹⁰¹ “Itapura e a profecia de Euclides”. OESP, 18/08/1973, p. 21.

¹⁰² OESP, 5/07/1949 e 12/08/1936, p. 05.

desvelando-se como elemento material do desenvolvimento, pelos olhares que cada vez mais adentravam os sertões. Olhares que ganham forte significado com a passagem da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. Criada em 1886 representou o mapeamento do interior paulista rumo ao oeste, produzindo rica documentação sobre a geografia, relevo, tipologia de solo e fluvial, estimulados pelas possibilidades de novas vias de comunicação, exploração dos recursos naturais e colonização.¹⁰³

Muito próximo aos modelos internacionais de exploração geológica, a comissão realiza seus trabalhos a partir de afluentes diretos do rio Paraná, como o Paranapanema, empreendido por figuras como Teodoro Sampaio.¹⁰⁴ A partir de 1905, a comissão amplia seu segundo período de trabalhos, em meio ao governo de Jorge Tibiriçá e à nomeação do engenheiro João P. Cardoso à frente da comissão. Sob o encargo de nomes como Jorge Scorrar, Guilherme Florence e Coronel Schmidt a comissão efetuou a exploração de rios como o Tietê, Aguapeí, Feio e Paraná, produzindo relatórios, mapas e fotos. O momento, segundo Queiroz, pode ser caracterizado pela intensificação das necessidades de ocupação econômica dos sertões, impulsionadas tanto pela promoção dos cafeicultores do extremo oeste paulista quando por ações particulares no sul de Mato Grosso.¹⁰⁵

Buscava-se neste contexto uma aproximação econômica do Sul de Mato Grosso com o o estado paulista, em que empresas como a Companhia Mate Laranjeira, a Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso e contando com a promulgação de decretos governamentais (como o de 1905, que criava novas comissões de exploração) estabelecia uma navegação mais regular pelo Alto Paraná. Por esses meandros criavam-se novas rotas de escoamento do Mate e o comércio bovino passou a desempenhar importante elemento para a economia regional, sendo necessária a abertura de novas estradas de rodagem, fazendo de pontos como o porto 15 de novembro centrais na ligação entre o Sul de Mato Grosso e São Paulo.¹⁰⁶ Junto à criação dos portos, assistiu-se à ampliação da navegação no Alto Paraná, alicerçada em licitações governamentais, executados, em sua maioria, pela empresa Companhia Viação São Paulo.¹⁰⁷

¹⁰³ OLIVEIRA, Eduardo Romero de. História de vida às margens do rio Paraná. *Revista de História Regional*. Vol. 13, nº 02. UEPG, 2008.

¹⁰⁴ FIGUEROA, Silvia. *Modernos Bandeirantes: a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886-1931)*. Dissertação. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1987.

¹⁰⁵ QUEIROZ, Paulo R. C. A navegação na Bacia do Paraná e a integração do antigo sul de Mato Grosso ao mercado nacional. In: *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica*. Caxambu (MG). Setembro, 2003.

¹⁰⁶ Idem, p. 170.

¹⁰⁷ Como destacam José Carlos Ziliani e Paulo Queiroz (op. cit) tal momento marca a multiplicação das atividades da empresa entre os estados, fazendo da mesma importante centro de abastecimento do interior do

O Alto Paraná torna-se assim importante centro de relações entre os estados, fortalecendo os laços da região com a economia de São Paulo, vislumbrado em perspectivas de povoamento para a região. Esboça-se assim, junto às barrancas do rio Paraná, seja próximo à passagem dos trilhos da NOB ou junto aos portos, programas de colonização e crescimento comercial, convergido o rio em “ponto de apoio do movimento expansionista”.¹⁰⁸ Porém, os saltos e jupiás ainda se configuravam para tais ações como obstáculos à navegação.

Neste processo, a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, ao incumbir-se de promover novas vias de acesso à colonização e exploração, ampliou o conhecimento de rios como o Paraná. Sob a bandeira de “exploração do extremo sertão”, realizaram um mapeamento detalhado de sua profundidade, largura, regime e localização dos acidentes, como saltos e corredeiras. O resultado é o compêndio de informações que identificavam todas as características e potenciais naturais do rio, acentuando que tal região “virá prestar um poderoso auxílio dessa grande zona central, logo que seja estabelecida a navegação desse rio-mar (...) que se sente atrofiado pela falta de comunicação”.¹⁰⁹ Somado aos relatos minuciosos que compõem o conjunto informativo, centrados mais nos rios do que em aspectos do entorno, se destacam um conjunto de mapas e fotos que reforçam o potencial das corredeiras e intensificam a presença do homem em seu meio.

FOTO 04 -



Salto de Urubupungá. 1911.

Fonte: Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. *Exploração do Rio Paraná*. 2ª ed. São Paulo, 1911, p. 100.

O tom textual triunfalista presente no relatório projeta-se em cada imagem que nos leva à visualização de uma dupla referência: da exuberância natural daquelas longínquas terras e seu potencial para navegação e uso dos recursos naturais. Em mais de 120 fotos, nos

país. ZILIANI, José Carlos. *Colonização: táticas e estratégias da companhia de viação São Paulo – Mato Grosso (1908-1960)*. Tese. Universidade Estadual Paulista, 2010.

¹⁰⁸ QUEIROZ, op. cit, 2003, p. 188.

¹⁰⁹ CARDOSO, João P. In: *Exploração do Rio Paraná*. 2ª ed. São Paulo: Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1911.

convida ao desconhecido, pelo olhar da “civilização”. Como nos adverte Roland Barthes, “a fotografia não fala (forçosamente) daquilo que não é mais, mas apenas e com certeza daquilo que foi. (...) a essência da fotografia consiste em ratificar o que ela apresenta” e “ toda fotografia é um certificado de presença”.¹¹⁰

Ao mesmo tempo devemos ter a percepção, como destaca Gilmar Arruda, tendo como guisa as considerações de Regina Horta Duarte, de não idealizarmos a natureza por meio destas intervenções técnicas e tecnológicas, visto que por cada uma destas constroem-se representações de acordo com as apropriações a ela conectadas. Algumas desaparecem com o passar do tempo e outras, adentrando o próprio sentido deste espaço, (re) afirmam a presença do homem na construção da paisagem.¹¹¹ Por isso mesmo, o estabelecimento de uma hidrelétrica, ou de um complexo, como o aqui analisado, torna-se, para além de outras intervenções, uma certificação de presença, de progresso e conquista destes espaços.

E junto à palavra, tais referências realçam as potencialidades de um espaço, de uma trajetória, como pontuado por Schmidt, em seu relatório sobre a navegabilidade neste local:

O rio Paraná é apenas navegável entre o salto de Urubupungá e Sete Quedas e depois da foz do Iguaçu até o rio Paraguai. A grande largura e profundidade do rio no trecho entre os dois saltos mencionados tornam-no, entretanto, apto para a grande navegação nesse trecho, quando houver vida nas suas margens, isto é, quando o sertão dos estados interessados estiver povoado. Então, uma estação de estrada de ferro na margem serviria a esse trecho todo e provocaria e chamaria todas as produções dos estados limítrofes vicinais ao rio e mesmo de parte da república do Paraguai.¹¹²

A presença de comissões exploratórias e as análises técnicas realizadas nessas regiões eram acompanhadas por uma série de publicações de artigos científicos em revistas acadêmicas, que traziam diretamente uma nova leitura dos potenciais hidráulicos a serem explorados. Em uma delas, a importante Revista Politécnica de São Paulo, os Saltos de Urubupungá seriam destacados por Francisco Ferreira Ramos, em 1905, para além de um milhão de cavalos-vapor, muito além do produzido e utilizado naquele momento em todo o estado, tornando-se assim uma das principais regiões a serem desenvolvidas.¹¹³

¹¹⁰ BARTHES, Roland. *A câmara clara*. RJ: Nova fronteira, 1984, p. 127-129.

¹¹¹ ARRUDA, Gilmar. Rios e Governos no Estado do Paraná: pontes, “força hidráulica” e a era das barragens (1853-1940). *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 24, nº 39: p.153-175, jan/jun 2008.

¹¹² Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. *Exploração do Rio Paraná*. 2ª ed. São Paulo, 1911, p. 11.

¹¹³ RAMOS, Francisco Ferreira. *A eletricidade a hulha branca em São Paulo*. Revista Politécnica, nº 9, 1905.

FOTO 05 -



Salto de Urubupungá, 1911.

Fonte: Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. *Exploração do Rio Paraná*. 2ª ed. São Paulo, 1911, p. 42.

Dos mais variados ângulos e sob outras formas, o rio e as corredeiras se apresentaram ao espectador, porém, não mais como eram. Uma nova realidade se estabeleceu ante a câmera, a partir da ótica da comissão, pois, sob as lentes da reprodutividade técnica, como expressa Walter Benjamin, “a natureza que fala à câmera não é a mesma que fala ao olhar, é outra, especialmente porque substitui a um espaço trabalhado conscientemente pelo homem, um espaço que ele percorre inconscientemente”.¹¹⁴ Pertencentes a uma nova racionalidade, ligada ao progresso, à técnica e à civilidade, tais documentos produziram uma nova representação sobre os sertões, de um espaço pródigo e admirável, alçado as idealizações do homem, não somente para o oeste de São Paulo, mas para regiões como o norte do Paraná e Mato Grosso, agora mais próximos pelas conectividades técnicas.

Devemos ressaltar que a construção de imagens como essas visualizadas, remetem diretamente a escolhas de determinados segmentos e grupos, pertencentes a um lugar social,

¹¹⁴ BENJAMIN, W. A pequena história da fotografia. In: *Magia, arte e técnica: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Obras Escolhidas, v.1, p. 94.

como pontua Michel de Certeau estando, por vezes, “submetida a pressões, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade”.¹¹⁵ Como um destes filtros, encontramos excelente exemplo na (re) produção do *Álbum Gráfico de Mato Grosso*. Vinculado a um grupo de comerciantes de Corumbá, no início do século XX, foi impresso, em 1914, um compêndio composto por imagens, mapas, propagandas e gráficos de vasta região central do país, tendo Corumbá no âmbito central. Possuía como finalidade divulgar as potencialidades do Estado e atrair investidores nacionais e internacionais, apresentando em quinhentos e duas páginas e mais de mil fotos a afirmação de que nos longínquos lugares do país também se fazia o progresso e a modernidade. Corumbá era uma das poucas localidades que contavam com a produção de energia elétrica, sendo que outros espaços eram abastecidos com lampiões a querosene. Logo, o potencial energético, mesmo que ainda pequeno, também colaborou por meio da propaganda para alicerçar os interesses de grupos e classes que buscavam atrair investimento para o sul de Mato Grosso.

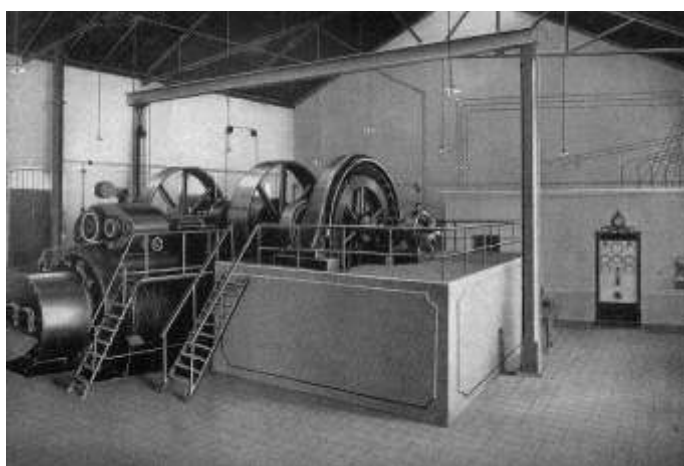


FOTO 06: Usina Elétrica de Corumbá.

Fonte: AYALA, Cardoso; SIMON, Feliciano. *Álbum Graphico de Matto Grosso* (EEUU do Brasil). Corumbá; Hamburgo: Ayalas & Simon Editores, 1914.

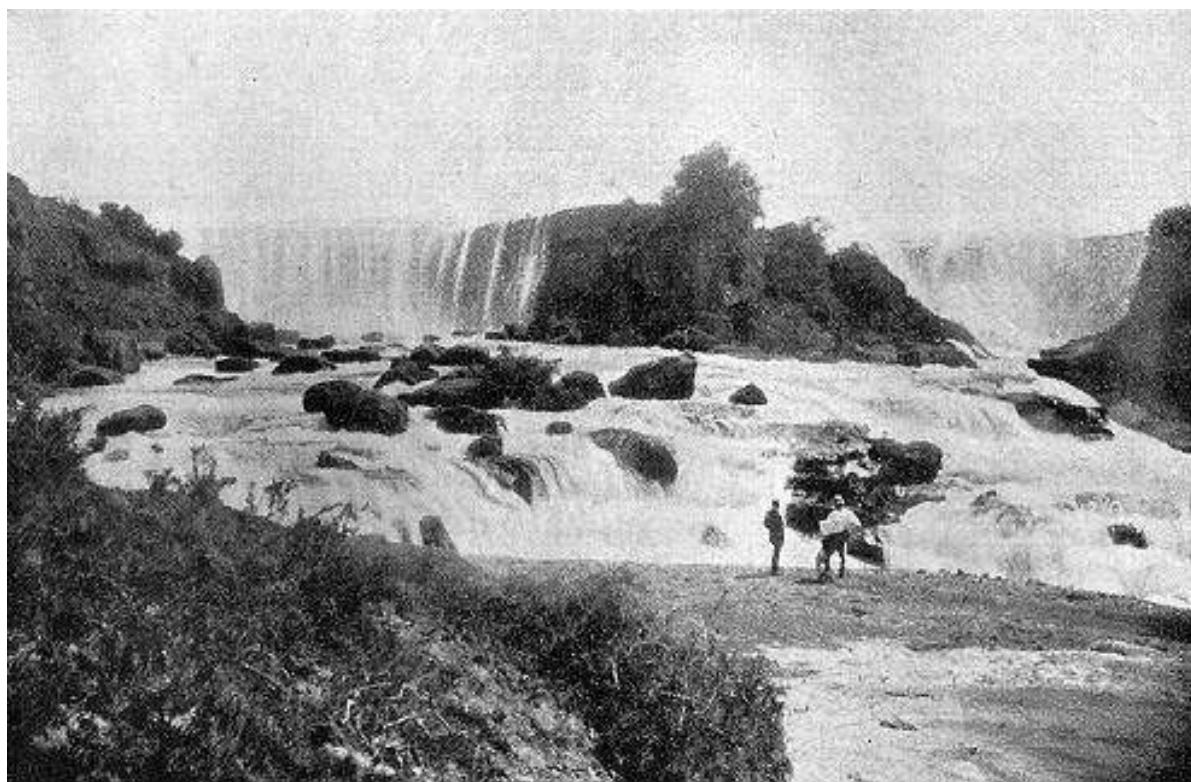
Por meio desta “peça publicitária”, como descreve Ana Paula de Oliveira Lopes, constroem-se imagens encomendadas e afinadas com a ordem governamental, servindo-se da propaganda, alicerçada na modernização fotográfica, de gatilho para ressaltar que Mato Grosso “poderia ser longínquo, mas não era incivilizado, poderia ser despovoado, mas não era desconhecido”.¹¹⁶ Se ainda não entrara na almejada era do progresso, tinha tudo para fazê-lo em breve. Sua natureza anunciava um futuro promissor”.¹¹⁷

¹¹⁵ CERTEAU, MICHEL de. *A escrita da história*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 66.

¹¹⁶ LOPES, Ana Paula de Oliveira. *Album Gráfico de Matto Grosso: as imagens de um Estado que se pretende moderno*. Dissertação. UFMT, 2009.

¹¹⁷ ARRUDA, op. cit, p. 84.

FOTO 07 –



Salto da Laja.

Fonte: Álbum Graphico de Matto Grosso (EEUU do Brasil). Corumbá; Hamburgo: Ayalas & Simon Editores, 1914.

Por meio desta imagem, sem a apresentação de legenda, poderíamos estar novamente nos remetendo às considerações produzidas pela CGGSP, porém, tal como esta, mas alicerçado em outros propósitos, o Álbum Gráfico revela a natureza entre exuberância e a conquista, semelhante ao traçado pela comissão. Assim, podemos perceber que a fotografia cumpre a funcionalidade de divulgar as potencialidades naturais e progressistas presentes nos sertões, como “imagem-mercadoria”, como ressalta Arruda, divulgando estes rincões a fim de “anunciar que a obra do homem, ou da civilização imperava sobre a natureza”.¹¹⁸ As fotos são ao mesmo tempo, referências e produtos desse passado, significações e afirmações da lente de quem a produz, uma seleção, que se faz presente, sempre que necessário, pela memória ali evocada.

Tal documento ainda nos permite apreender como se intensificam as necessidades e buscas para ampliar o progresso econômico para o centro do país por meio dos caminhos fluviais. Segundo o mesmo, “as grandes artérias comerciais futuras de Mato Grosso são inevitavelmente constituídas, na quase totalidade de sua enorme quilometragem, por meia

¹¹⁸ Ibidem, p. 83.

dúzia de notáveis sistemas fluviais que convergem para o Amazonas e o Prata”.¹¹⁹ Referindo-se à região do Alto Paraná, esta se revela pela ótica do Álbum Gráfico próximo ao processo de desbravamento paulista e as estreitas relações que se estabelecem com o Sul de Mato Grosso. Como salienta Paulo Cimó de Queiroz, o avanço paulista traduzido pela realização de comissões exploratórias e cingido pela passagem dos trilhos da NOB são interpretados como estímulos ao progresso da região, mas que, segundo o documento, mesmo fundamentais, “as estradas de ferro, no seu vasto território, nunca serão grandes troncos comerciais de primeira ordem, antes poderosos auxiliares do tráfego dessas artérias”, como pontua Antônio Gravatá,¹²⁰ trazendo maior centralidade e necessidade de melhoramento da navegação e exploração dos “tropeços” que até então impediam a concretização de suas rotas fluviais.

Fortalecidas por leis que propõem melhorias na navegabilidade no rio Paraná, crescem as ações das companhias de navegação que cada vez mais estabelecem o transporte de mercadorias e gado pela região, estreitando os laços de São Paulo com o Sul de Mato Grosso, fazendo com que regiões como a de Corumbá e a histórica rota fluvial pelo rio Paraguai se vinculassem mais a região norte do Estado do que ao Sul de Mato Grosso, traçando ainda mais centralidade para aspirações de futuros projetos para a região fronteira do rio Paraná. É neste ponto que as corredeiras de Urubupungá sinalizam novamente as vindouras possibilidades para este espaço:

Nos extremos desse grande trecho de mais de 500 km do grande rio acham-se localizadas duas das mais possantes fontes de energia hidráulica que se conhece em todo o Brasil: o salto das Sete Quedas e o salto do Urubupungá. É de se esperar, sem dúvida, que nessa zona se estabeleça um dos centros mais comerciais, mais industriais e agrícolas do interior de todo o Brasil.¹²¹

Como pontuado por Catullo Branco, antes mesmo do início das operações e dos mapeamentos a serem realizados no rio Paraná nas décadas de 1950 e 1960, empresas estrangeiras já alçavam olhos para o “manancial energético” presente em seus vários pontos. Empresas como a *Light e Bond and Share*, que já buscavam realizar a construção de hidrelétricas no rio Grande, um dos formadores do Paraná, propuseram também realizar o aproveitamento de saltos como os de Urubupungá e Sete Quedas, chegando a pedir sua concessão de aproveitamento, fato que não ocorreu.¹²²

¹¹⁹ Álbum Graphico... In, Feliciano, op. cit, p. 243.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Ibidem, p. 247.

¹²² BRANCO, Catullo, op. cit, p. 125.

É importante destacar a constante presença de Sete Quedas como outro importante centro de promoção energética do rio Paraná. Porém, assim como em Urubupungá, são de outros tempos as narrativas sobre tais espaços, entre belezas naturais, navegação e potencial energético. Exemplos ficam evidentes na produção de trabalhos como o de Manoel Azevedo Silveira Neto, *Do Guayrá aos Saltos do Iguassú*, e de Domingos Nascimento, *A hulha branca do Paraná*, que no início do século XX já destacavam o potencial belo de uma região considerada “esquecida”, ideia semelhante a ser tecida por outros sujeitos e grupos em relação à Urubupungá na década de 1950. Segundo Cesar Karpinski, esses apontamentos estão intimamente ligados ao intuito de estabelecer práticas e representações desta região para com o estado do Paraná, produzindo um discurso para além do romantismo e da descrição das belezas naturais deste espaço. Seu aproveitamento energético teria seu início a partir de estudos na década de 1960, tendo início a construção de Itaipu na década seguinte.

Assim, os prognósticos expressos nesse e em outros relatos seriam utilizados novamente nas décadas de 1950 e 1960, para reforçar e afirmar determinadas percepções sobre a necessidade do aproveitamento energético nas corredeiras de Urubupungá. Serão novos sujeitos, permeados pelos interesses daquele contexto, mas que não deixam de estabelecer referências a um passado instituidor de significados, como marcos que referendam suas ações.

Esta ideia também é pontuada por Eduardo Salgueiro em sua análise da revista sul mato-grossense Brasil-Oeste, nas décadas de 1950 e 1960. Para o autor existem duas referências postuladas por seus grupos dirigentes: aquilo que historicamente não é considerado como progresso, referindo-se aos grupos indígenas, a ideia de barbárie e como espaços vazios (por ainda não estarem integrados) e outra no qual se tem as empreitas bandeirantes/paulistas como elementos a serem seguidos.¹²³ Assim, os “estigmas” do passado, como utiliza o autor, estariam agora sendo revistos a partir dos novos imperativos em prol do desenvolvimento do Estado, como a construção do Complexo de Urubupungá.

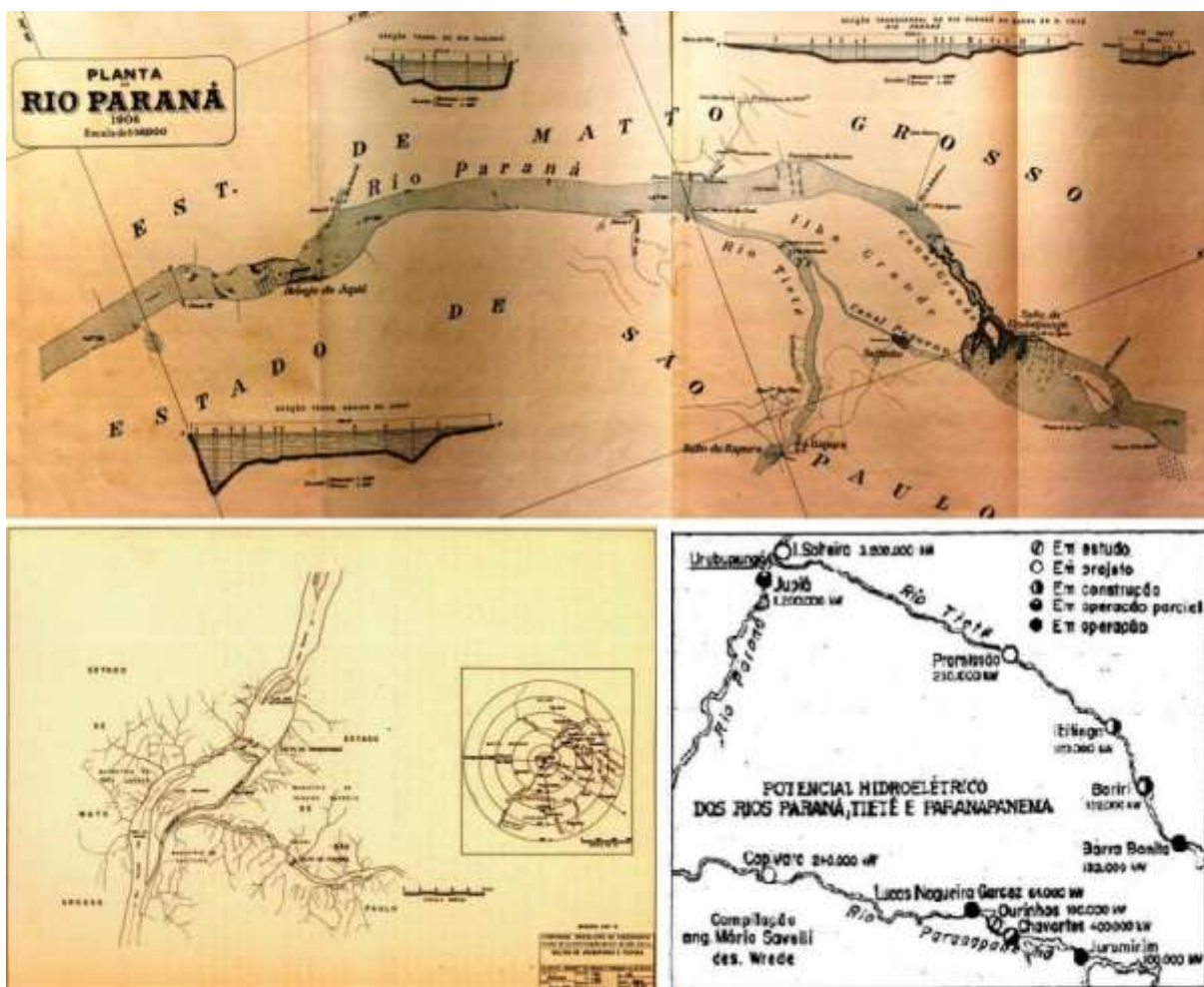
E muitas são as referências à realização do complexo hidrelétrico. Em edição da revista Visão, em 1959, intitulada “Arrancada na Paraná-Uruguai” ao discorrer sobre as ações da CIBPU para o aproveitamento energético naquele espaço, destaca que “basta dizer que nossos estudos preliminares sobre os rios goianos e do Paraná tiveram de se basear na narrativa, datada de 1857, de Hércules Florence, que fez uma viagem fluvial do Sul à Bacia

¹²³ SALGUEIRO, Eduardo de Melo. *Fugir do Estigma, avançar no desenvolvimento*: Fausto Vieira de Campos, a revista Brasil-Oeste e seu projeto para Mato Grosso. Tese. Dourados: UFGD, 2016.

Amazônica”.¹²⁴ Dois anos antes, em 1956, em outra matéria sobre o aproveitamento hidrelétrico de Urubupungá, a revista Brasil-Oeste traz na primeira página as corredeiras de Urubupungá, sinalizando como sua força bravia seria “dominada” pelas técnicas modernas da engenharia.

Chama-nos a atenção como as históricas referências ao “bravio”, “caudaloso” e “feroz” cedem espaço para a projeção de um “manancial energético desprezado”. Tais aspectos ficam evidentes em outras duas matérias do OESP¹²⁵ do mesmo período, em que trazem uma narrativa destes saltos e corredeiras com as modernas possibilidades de utilização dos recursos naturais destes rios, demarcando agora o Paraná, rio, e seus afluentes não mais pelas quedas d’água, mas pelo potencial energético que delas emana, como uma condição natural a ser explorada pelo homem, como destacado nos mapas abaixo.

PLANTA 02-03 e MAPA 02



¹²⁴ Revista Visão, 23/10/1959, p. 47.

¹²⁵ OESP, 30/05/1958 e 29/08/1965.

Planta rio Paraná (1908); Localização do Salto de Urubupungá e raio de impacto; Potencial hidrelétrico dos rios Paraná, Tietê e Paranapanema. **Fontes diversas.**

No primeiro (acima), datado de 1906 e produzido pela CGGSP o espaço é marcado pela configuração natural dos saltos e corredeiras, como já analisamos anteriormente. No segundo (à esquerda), de 1956, seu mapeamento realizado pelo DAEE busca apresentar o raio de impacto do potencial energético após a futura construção hidrelétrica, exemplificado pelos círculos concêntricos que, como, veremos atingiria um raio de 600 km. No terceiro, de 1965 os saltos já não mais existem, cedendo lugar para o conjunto de hidrelétricas e seus respectivos potenciais de produção energética. Assim, o espaço é explorado diretamente pelo potencial energético que possui, influenciado pelas ideias de planejamento regional que adentram as políticas públicas a partir da década de 1940.

Ao mesmo tempo é interessante observar como gradualmente as descrições, cortes e inclinações apresentadas no primeiro mapa vão dando lugar ao seu “potencial energético”, ampliando assim o recorte geográfico não somente para uma queda d’água, mas para todo o potencial dos afluentes de sua bacia, culminante na realização do ultimo mapa, já na década de 1960. Logo, a realização do aproveitamento hidrelétrico em Jupiá e Urubupungá conecta-se assim ao próprio aproveitamento da bacia do Paraná, influenciando diretamente para a multiplicidade de ações, como navegação, controle de enchentes e produção energética, como veremos.

Como nos ensina Milton Santos, do presente ao passado, o que estamos evidenciando são as diferentes formas de instrumentalização destes espaços, gradualmente articuladas a caminhos para navegação, espaço de demarcação fronteira, de passagem ferroviária e, por fim, espaço do progresso energético. Chamados de “objetos técnicos” pelo autor, tais narrativas reconstróem paisagens, representações e necessidade, de acordo com as intenções projetadas pelos grupos e sujeitos no contínuo processo de dominação territorial.

Tal fato também se revela na própria documentação produzida pelas comissões e grupos envolvidos na construção do complexo hidrelétrico. Pelos vídeos, cartilhas e relatórios técnicos observa-se como a ideia de “dominação” dos recursos naturais transforma-se em potencial energético; quedas transformam-se em cotas, correnteza em força motriz e o fundo rochoso em vertedouros e paredões, fundamentais agora para “canalização” e “regularização” dos “obstáculos” que por muito tempo impediam a navegação. Em uma das cartilhas promocionais produzida pela CELUSA, em 1964, intitulada “Sobre o rio Paraná constrói-se um futuro melhor”, a mesma imagem dos saltos produzida pela CGGSP é utilizada para (re) afirmar seu sentido em transformação, passando o rio Paraná “de bom pescueiro para o maior

produtor de energia elétrica do Hemisfério Sul”, como pontuado em legenda. Ressaltando como as riquezas deste espaço, a muito frequentado por bandeirantes e viajantes ainda se encontra em desuso, promovem maior centralidade para os elementos técnicos e tecnológicos que podem dar “vida” a estes espaços ainda desfrequentados, segundo o documento. E para tanto, as corredeiras tornam-se elementos positivos para o estabelecimento de um complexo hidrelétrico, pois “o leito do rio, tem sua base feita em rochas, sua profundidade é menor. O local é altamente econômico para o assentamento de concreto na construção de obras civis”.

126

Logo a construção da hidrelétrica atua como mecanismo de controle e de dominação das águas e suas corredeiras, colocando-as a serviço do homem. Isso fica evidente nas narrativas que também se apresentam em um periódico de circulação interna da obra, chamado “O Barrageiro”, em que a ideia de centralidade do empreendimento se expressa como “uma obra de grandeza que deve ser vista”, pois a partir de sua realização “com o fechamento do canal em outubro, o Paraná deixou de ser *Senhor* para transformar-se num *fiel servidor* do homem”.¹²⁷

Divulgação de tomadas aéreas, produção de documentários e de cartilhas promocionais então complementam as narrativas que apresentam a instrumentalização destes recursos naturais, pertencentes agora a própria obra em processo, quase como um efeito natural, tidos como esforços de canalização, para navegação e produção energética. Inclusive, será no conjunto de documentários produzidos ao longo das décadas de 1960 e 1970, como veremos que seriam vistas pela última vez os saltos e corredeiras de Urubupungá, em que de uma forma didática e positiva seriam descritos os efeitos no traçado do rio e como os saltos seriam transformados em produção energética.

Deste momento, restaria apenas a memória, ou como descrito pela CESP: “Saudades... Sucessão de cachoeiras e quedas-d’água que os grandes rios que compõem a bacia do Alto Paraná apresentavam. Beleza cênica que mantivemos na lembrança, mas que foi substituída por imponentes barragens: espelhos?”.¹²⁸

¹²⁶ “Sobre o rio Paraná Constrói-se um futuro melhor para você”. Volante de promoção CELUSA, 1964.

¹²⁷ O BARRAGEIRO, 04/02/1967, grifo nosso.

¹²⁸ COMPANHIA Energética de São Paulo. *40 peixes do Brasil*: CESP 40 anos José Caldas (fotografias); João Henrique Pinheiro Dias, Oscar Akio Shibatta (pesquisa e textos); Oscar Akio Shibatta (ilustrações). – Rio de Janeiro: Doiis, 2006, p. 38.

FOTO 08 –



Última aparição do Salto de Urubupungá. Documentário.

Fonte: LESAGE, 1967.

ILUSTRAÇÃO 01



Aproveitamento dos saltos e o novo traçado do rio Paraná. Documentário.

Fonte: LESAGE, 1967.

Tais narrativas ecoariam na memória do estado de Mato Grosso, perpetuadas pelo poeta sul mato-grossense Tertuliano Amarilha. Em seu trabalho “Vinde conhecer Mato Grosso” expressa as transformações que estão a ocorrer, estabelecendo entre o saudosismo e a calmaria de um tempo que se encontra a receber os novos imperativos, utilizando toda a expressividade poética para anunciar a mudança, entre a “tempestade” e a “bonanza”. Neste

sentido, como demonstra C  zar Karpinski quando destaca que as narrativas construídas a tais paisagens também são “lugares da memória”, pois a ela são atribuídos símbolos e significados, conectados as transformações neste espaço:

Sou homem rude, sou sertanejo,
moro nas margens do Paraná,
outra riqueza não desejo:
tenho os prazeres que Deus me dá...
No rio vejo muitas canoas,
homens que cruzam de l   pra c  ,
também vem gente de Três Lagoas
pescar nas águas do Paraná.
Guardo em minh’alma grata lembr  a
do belo salto “Urubupungá”
sem tempestade não há bonanza
aqui nas margens do Paraná...¹²⁹

Assim, o conjunto de mudanças discursivas a respeito deste espaço no rio Paraná contrib   ram para a legitimação de dois movimentos: primeiramente do clamor por sua condição de “abandono” e não exploração dos recursos naturais (vide Vandoni de Barros) e posteriormente a necessidade de desenvolvimento e exploração energética culminantes na construção do complexo hidrelétrico. Logo, desde os primeiros relatos de viajantes e navegações nesta região do rio Paraná, passando pelas primeiras comiss   es científicas exploratórias em fins do século XIX e início do XX até os projetos de instalação do complexo hidrelétrico na década de 1950 observa-se um conjunto de práticas e representações que adentraram discursivamente os caminhos na construção de uma nova imagem destes saltos e do próprio Complexo Hidrelétrico Urubupungá.

E assim esse espaço seria articulado como centro de novas possibilidades de desenvolvimento para uma vasta região do país, alicerçado na ideia de que “o progresso de um povo pode ser medido pela quantidade de energia elétrica que consome”, como será propugnado por empresas como a CESP ao longo da construção do complexo hidrelétrico. Mais do que isto, se fortalecer   a ideia de que sem o desenvolvimento e realização de determinadas ações, centralizadas nas comiss   es de planejamento e autarquias, principalmente do estado de São Paulo, o interior do país não progredir   e continuará “   margem” do progresso. Logo, bin  mios como energia, desenvolvimento e progresso

¹²⁹ AMARILHA, Tertuliano. *Vinde conhecer o Mato Grosso*. Poesias. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1974, p. 07, grifo nosso.

adentrariam como a lógica necessária, próximo do que já ocorria em outras regiões do país, assim como exposto em projetos internacionais, como o TVA.

IMAGEM 01-



Propaganda CESP sobre energia elétrica.

Fonte: Revista O Empreiteiro, setembro de 1969.

As formas como o conjunto de narrativas se apresentam são fundamentais para termos a percepção de que, como destaca C  zar Karpinski, “as mudanças que se deram primeiramente no discurso, legitimando práticas incisivas na região estudada, podem contribuir para uma discussão acerca das formas de domínio e de poder que se estabelecem nos discursos sobre os recursos naturais”, que, segundo o autor, “muitas vezes não levam em

conta a vida daqueles que fazem parte deste ambiente, tais como indígenas e ribeirinhos”.¹³⁰ Entre permanências e mudanças, são intervenções significativas que projetam as diferentes formas como grupos, empresas e o próprio Estado se apropriam destes espaços, seja na construção de pontes, portos e até na fixação de barragens.

De qualquer forma, temos que tais iniciativas representaram a ampliação da presença do Estado-Nação moderno nestas regiões. Elaboradas pelos canais aqui demonstrados, um vasto local vai se caracterizando, definindo seu lugar e seu papel na civilização, como espaço fronteiro de recursos econômicos em processo de exploração, conquista e colonização. Contando com imperativos paulistas, a ideia de desbravar os sertões, os espaços considerados “não habitados” revelam-se pelos imperativos econômicos, nos quais a navegação continuou a exercer importante função e, ancorada nas potencialidades diagnosticadas, ocupam-se a divulgar a região “não pelo que era, mas pelo que poderia vir a ser”.¹³¹

Por esses caminhos, pelas antigas representações territoriais dos sertões como espaços “pouco explorados” circularam ideias e ideais de um novo momento para a fixação do homem no interior do país. Fundidos às técnicas e tecnologias que alicerçavam a integração, entre telégrafos, ferrovias e vapores, novos empreendimentos surgiram com o intuito de dar continuidade à marcha pelos sertões. Foi assim com a denominada “Marcha para o Oeste”, empreendida por Getúlio Vargas, em que o “espírito de brasilidade” continuou a movimentar antigas aspirações bandeirantes, revestidas pelos modernos sertanistas agora calcadas sob o manto de iniciativas oficiais republicanas, movidas pela ideia de uma expansão “espontânea” das fronteiras, pelos alicerces do conhecimento científico.

E mesmo em meio a tais iniciativas a ideia do “abandono” ainda acompanhava as novas possibilidades e necessidades para tais regiões. Isso fica evidente em obra de Teóphilo Andrade que, analisando as perspectivas do rio Paraná em meio à Marcha para o Oeste, em 1941, ressalta que “tem-se estado relegado ao mesmo abandono em que se encontram os nossos outros rios praticáveis por embarcações de porte grande ou pequeno”.¹³² Em sua lógica, projetando a integração econômica desse espaço atribui que, mesmo historicamente servindo de entrada ao interior, sua navegação e desenvolvimento ainda esbarram centralmente nos saltos e corredeiras, visto que “a grande maioria dos nossos rios, sejam os

¹³⁰ KARPINSKI, *op. cit.*, p.05.

¹³¹ LUCA, Tânia Regina de. *A revista Brasil: um diagnóstico para a (N) ação*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 40.

¹³² ANDRADE, Theophilo. *O rio Paraná no roteiro da Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1941, p. 13.

que descem do planalto central para os leitos do Prata e do Amazonas (...) são correntes encachoeiradas, que dificultam, quando não impossibilitam, a navegação”.¹³³ Fazendo muitas referências a outros relatos semelhantes a suas posições, como as realizadas por Antônio Joaquim Ribas no século XIX, propõe que tudo que foi realizado até o momento pode ter sido suficiente para penetração, mas não para o povoamento e desenvolvimento da região, questão que seria justamente atribuída pelas narrativas e discursos à construção do complexo hidrelétrico.

Assim, ressaltando que tais ações proporcionariam a criação de uma nova “civilização potâmica” junto à caudal, “desenvolvida, dará ao rio a sua função natural e oferecerá possibilidades extraordinárias de escoamento a uma zona vastíssima, que jazeu até hoje praticamente abandonada”, afirmando que “o Paraná pode e deve ser transformado, política e economicamente, naquilo que já é fisicamente: o Danúbio da América do Sul”.¹³⁴ Gradualmente, a ideia de aproveitamento da “bacia hidrográfica”, por meio de novos imperativos, como o energético, vai-se se revelando cada vez mais centrais.

E o Alto Paraná ampliava suas possibilidades de navegação, explorado e estimulado à colonização. Entre os avanços e recuos das ações em um espaço entregue as novas aspirações capitalistas, necessárias para a continuidade do desenvolvimento nacional, novas propostas de melhoramento foram gestadas para a região, para as corredeiras do rio Paraná. E sob os anseios de novos grupos, comissões e projetos, o que era útil e moderno tornou-se arcaico e novas necessidades se projetavam. E este mesmo rio, em meados da década de 1950, estaria imbuído nestas proposições, pois junto ao povoamento e consolidação das potencialidades daquele território, articulou-se a necessidade de continuar o desenvolvimento, ampliando as possibilidades existentes junto a um novo motor: a produção energética.

Um novo marco memorialista surgirá.

¹³³ Idem.

¹³⁴ Ibidem, p. 14 e 54.

CAPÍTULO II

O COMPLEXO HIDRELÉTRICO URUBUPUNGÁ

Urubupungá é a resposta do conagraçamento e de trabalho ao desafio do ódio, do pessimismo, e da desesperança.

(Roberto de Abreu Sodré, Governador de São Paulo, 1967)

O período pós Segunda Guerra Mundial representou para o Brasil o desvelar de um novo modelo de desenvolvimento, estabelecido por meio da conjuntura internacional em criar novos mercados em regiões ditas “periféricas”. Assim, países como o Brasil marcharam para a intensificação do processo industrial atrelado ao eixo econômico norte-americano, em que as relações técnicas e tecnológicas ditaram a ideia de modernização nacional. Os “sinais de modernidade”, como pontua Lúcia Lippi de Oliveira, gestados nas décadas anteriores se apresentaram como mecanismo do crescimento e progresso nacional.¹³⁵

Para tanto, no segundo governo Vargas (1951-1954), a industrialização tornava-se uma meta central para a transformação estrutural do país, fazendo com que toda uma gama de possibilidades futuras dependesse da atual superação dos pontos de estrangulamento. Assim, em um governo pendular marcado por disputas entre frentes liberais e outras de atuação nacionalista estabelece-se um modelo ideológico ligado à expansão do capital monopolista e hegemônico de países como os EUA, de forma que o binômio desenvolvimento/modernização é articulado como único caminho possível, forma de resolver as disparidades econômicas presentes no país e integrá-lo a um novo ritmo de produção. Irá ocorrer entre fins da década de 1940 a meados da década de 1970 a realização de projetos fundamentados em experiências externas, a fim de consolidar um novo momento econômico para o país, por meio da realização de ações calcadas em setores industriais, como energético e de bens de consumo. A partir destes setores buscou-se integrar o país em um projeto modernizador que agregasse todas as regiões a um novo ritmo de desenvolvimento, ligado a uma transformação territorial dos investimentos juntamente com maciça migração interna. O Complexo Hidrelétrico de Urubupungá seria um dos projetos articulados como detentor destas aspirações.

Sua centralidade seria exposta em gráficos, croquis, relatórios pela mídia impressa e visual, assim como em discursos proferidos nas décadas de 1950 e 1960, visto como importante projeto para uma região a ser desenvolvida, dotada de uma zona de influência em um raio de mais de 600 quilômetros, somando um total de 45 milhões de habitantes e mais de 70 % da produção nacional. Sua realização estava ligada diretamente às necessidades energéticas do eixo Rio-São Paulo, por onde seria interligado um tronco de transmissão no

¹³⁵ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucilia de Almeida Neves (Org). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

sentido noroeste-sudeste. Necessidade estas que seriam gradualmente integradas a lógica de desenvolvimento de outras regiões, que também produziriam narrativas a respeito da importância e necessidade da realização do complexo hidrelétrico.

O descontentamento pelo ainda não realizado aproveitamento energético das corredeiras de Urubupungá, como já destacado, ocorreu principalmente pela observação de que já na década de 1940 foram criados inúmeros projetos de aproveitamento de vales e que até aquele momento sempre fora negado o mesmo ao Vale do Paraná. Buscaram, neste momento, por meio da Lei nº 19 de 1950, a criação da Comissão do Vale do Paraná, ressaltando em suas diretrizes, sua subordinação ao Presidente da República e, ao mesmo tempo sua autonomia financeira e administrativa. O projeto não obteve continuidade e foi “engavetado” para o descontentamento de grupos e sujeitos que já projetavam o aproveitamento energético no rio Paraná. Suas ideias estariam presentes em muitos trabalhos, discursos e grupos que se apropriariam desta iniciativa para estabelecer proximidades ou mesmo conclamar as possíveis origens do aproveitamento energético na região, fazendo deste um marco na realização do que estaria para ocorrer nos anos subsequentes.

Assim, mesmo que sua construção física ocorresse somente na década de 1960, suas bases remontam um conjunto de ideias, valores e experiências que se iniciam ao longo das décadas de 1940 e 1950, integradas a um contexto de transformações do próprio setor energético nacional. Novas experiências de planejamento regional, acordos diplomáticos e uma gama de influências técnicas e tecnológicas atrelariam os caminhos do projeto de Urubupungá a um labirinto de referências que não podem ser ignoradas para sua própria compreensão.

Modo geral, observamos que a estruturação do setor energético nacional estabeleceu ao longo do século XX estreitas relações, para não dizer influências, com o setor privado internacional. Desde que grupos como a canadense *Light*¹³⁶ e a norte-americana *American & Foreign Company (Amforp)* aqui se estabeleceram, esses ditaram diretamente os caminhos do setor, evidenciando pouca intervenção estatal, com exceções de marcos reguladores como o “Código das Águas”, em 1934. Em cada região do país, poderemos encontrar especificidades deste setor, no qual áreas de maior densidade populacional cada vez mais eram postas como possíveis zonas de desenvolvimento. Regiões como o interior de São Paulo e sul de Mato Grosso, estrategicamente conectadas ao nosso objeto de estudo, contavam com pequenas

¹³⁶ A *Light* estabeleceu-se no país em 1889, visando conquistar os principais centros urbanos e expandir sua atuação. A *Amforp* teve seu estabelecimento no país em 1927 e, diferente da *Light*, buscou focar-se nas regiões não atendidas pela primeira companhia, principalmente no interior do Estado de São Paulo.

centrais elétricas, construídas por empresários como Eloy Chaves e suas Centrais Elétricas de Itapura, abastecendo esta região fronteiriça.¹³⁷ Ressaltamos assim que, até a década de 1940/50, tais regiões não estavam contempladas nos planos de eletrificação nacional, sendo expandidos gradualmente a partir das necessidades econômicas de cada área.

Objetivando atender a crescente necessidade por energia elétrica, decorrente do modelo de desenvolvimento fundado no processo industrial e da crescente urbanização que ocorria em meados do século passado, o período pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945) caracterizou-se pela busca de financiamentos internacionais e planos de cooperação junto a países como os EUA. Mesmo voltados centralmente a recuperação econômica europeia (Plano Marshall) entre governos de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), o segundo governo de Getúlio Vargas e o de Juscelino Kubitschek (1956-1960), gestaram-se novos planos de cooperação para expansão do setor energético nacional, que não se estabeleceram somente no plano financeiro, mas também na influência de ideias e modelos de desenvolvimento.

Importar equipamentos de empresas como a *General Eletric* e *Westinghouse* não era mais suficiente, necessitava-se agora de ampliação ou mesmo criação de parques energéticos, o que estabelecia novas diretrizes de organização das relações entre as empresas públicas e privadas. Eram tempos em que a ordem internacional era pendular, onde o modelo econômico capitalista estabelecia novos caminhos dentro de cada fronteira, de cada país. E neste sentido as diretrizes norte-americanas ganharam cada vez mais apoio dentro de nossas fronteiras, na toada da política de boa vizinhança, em que a ideia de aproveitamento de nossos recursos naturais destacava-se como importante elemento propulsor da economia, como exposto em planos como “A Carta Econômica das Américas”, de 1945.¹³⁸

Assim, esse período foi marcado pela projeção de novas relações internacionais, nas quais os interesses dos setores privados e públicos dialogariam com as possibilidades de empréstimos para o setor energético. Tais mudanças estariam atreladas ao modelo norte-americano de promoção energética e as diretrizes técnicas e tecnológicas por eles estabelecidas, por meio de acordos de cooperação e estudos sobre o Brasil. Como grande parte de nosso projeto de desenvolvimento foi alicerçado no modelo de países como os Estados Unidos, o modelo, também empregado em outros países, serviu de carro chefe para

¹³⁷ Além dos projetos já destacados, muitos outros foram desenvolvidos no período, como a iluminação do Campo da Aclamação, atual Praça da República, no Rio de Janeiro, em 1881, pela Diretoria Geral dos Telégrafos, as iniciativas de Bernardo Mascarenhas no polo industrial em Juiz de Fora, Minas Gerais, assim como a Hidroelétrica Marmelos e Corumbataí, em Rio Claro. Para mais, ver: CABRAL, Lígia M. M. et al. Op. cit; MELLO, op. cit.

¹³⁸ *Economic Charter of the Americas*. U.S. Economic and industrial proposals made at inter-American conference. *New York Times*, February 26, 1945.

nossas experiências, pois, para grande parte dos envolvidos no planejamento, como pontua Albert Hirschmann, “para ser aceitável, ao que parece, o projeto deve ser amiúde apresentado sob a forma de réplica perfeita de algo já existente e empreendimento coroado de êxito no país avançado”.¹³⁹

E assistiríamos, no Brasil, à abertura para uma multiplicidade de práticas e experiências fundadas na concepção de aproveitamento “total” dos recursos naturais, não somente dos rios, mas das bacias hidrográficas (rios, território e sociedade). Ideia que já permeava estudos desde o período pós-revolucionário francês,¹⁴⁰ seria fortalecido neste momento tendo como referência um dos projetos norte-americanos que serviram de modelo mundial para o desenvolvimento e planejamento regional: o *Tennessee Valley Authority* (TVA).

Desta forma, entender os caminhos da produção energética nacional e o desenvolvimento do Complexo de Urubupungá remete-nos ao olhar de seu modelo referencial, que entre aproximações e distanciamentos proporcionou o desvelar de um conjunto de técnicas, práticas e ideias.

2.1 “TVA PARTNERS IN PROGRESS”: RELAÇÕES EUA-BRASIL NOS CAMINHOS DE URUBUPUNGÁ¹⁴¹

Ela é o sangue vital de uma nação industrial.

Franklin D. Roosevelt

O progresso técnico que, como salienta Erick Hobsbawm, desde a Revolução Industrial nunca deixara de ser um imperativo, mesmo em suas irregularidades, encontrou na chamada “Grande Depressão” a vulnerabilidade que nunca havia tomado.¹⁴² Sob os escombros deste período, gestaria um dos projetos que se tornara símbolo mundial de melhoramento técnico e planejamento regional. Estamos nos referindo à década de 1930,

¹³⁹ HIRSCHMANN, Albert. *Projetos de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969, p. 33.

¹⁴⁰ LENCIONI, S. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999

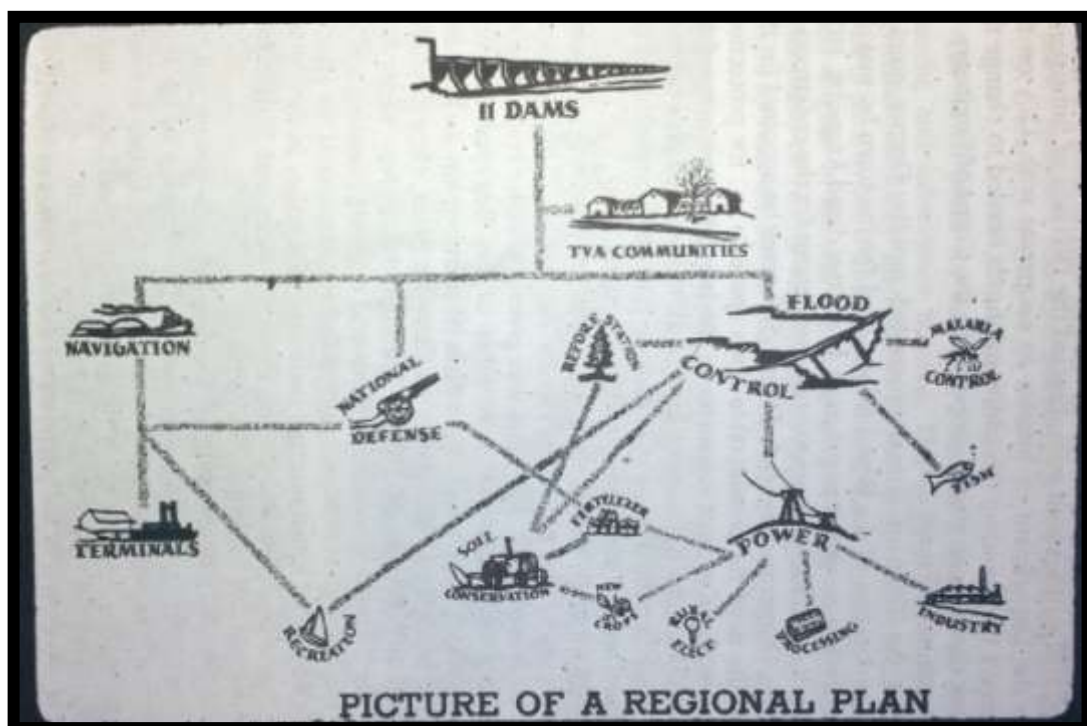
¹⁴¹ A pesquisa realizou-se nos Estados Unidos no primeiro semestre de 2015, a partir do projeto “TVA is our goal: The relations USA-Brazil and the energetic sector”, financiado pela FAPESP. Centrada na documentação do *Tennessee Valley Authority*, realizou-se a coleta de documentos nas seguintes instituições: *National Archives and Records Administration's southeastern branch*, em Atlanta-Geórgia, *Special Collections Library*, localizada na *University of Tennessee's e TVA Library*, sediada no próprio departamento da empresa T.V.A., em Knoxville-Tennessee.

¹⁴² HOBBSWAM, Eric. *A era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia da Letras, 1995.

período em que nos EUA o colapso econômico forçaria o recém-posto presidente, Franklin D. Roosevelt (1933-1945) a buscar medidas para recuperar e alicerçar determinados setores da economia. Para tanto, entre 1933 e 1937, por meio do denominado *New Deal* foram criadas agências promotoras de obras de infraestrutura, financiamento, subsídios agrícolas, dentre outras.

Assim, em maio de 1933, o congresso americano aprovou uma lei visando a realizar o aproveitamento dos recursos naturais do Vale do Tennessee para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico. Para tanto criaram o *Tennessee Valley Authority*, o TVA, uma autarquia governamental com direta participação de capital privado. Em uma área de mais de 105 mil quilômetros quadrados, perpassando sete estados, o programa buscava integrar o total aproveitamento do território, das matas, rios e do próprio homem em seu meio, buscando utilizar as potencialidades da bacia hidrográfica do rio Tennessee. Assim, foram realizadas uma gama de ações que envolviam desde a produção energética (pilar principal da autarquia), navegação e controle das enchentes, passando pela promoção industrial (fábricas de fertilizantes e insumos), agricultura mecanizada e erradicação de doenças, como a malária, em um total planejamento integral do vale, como esboçado pelo diagrama:

ILUSTRAÇÃO 02 -



Planejamento Regional TVA.
Fonte: Files of J.J. Gray. TVA Library.

Para essas realizações foram construídas entre 1933 e 1960 vinte e oito hidrelétricas, transformando o rio Tennessee e seus afluentes no principal espaço de produção energética do país. O setor representaria mais de 60 % dos investimentos, elemento central que permitiria a instalação de fábricas de bens primários (mais de 4.200), complexos industriais, como a *Monsanto Chemical* e *Victor Chemical* assim como o pesado investimento no programa atômico, já presente em *Oak Ridger*, no Estado do Tennessee, responsável pelo uso atômico na subsequente Segunda Guerra Mundial. Para o campo, cooperativas agrícolas se formariam arraigadas às técnicas e instrumentos formulados pela autarquia, para as cidades as transformações acompanharam as novas propostas de planejamento, influenciando diretamente nas paisagens, na arquitetura e na urbanização.

O histórico de trabalhos já realizados ¹⁴³ contribui para observarmos como uma multiplicidade de ações conecta-se a centralidade da produção energética, tecendo a ideia de como cada represa TVA é interpretada como uma obra especial de finalidades múltiplas. E não demoraria à que esta gama de ações se emaranhasse em política internacional daquele contexto, ligando-se com uma infinidade de práticas e aperfeiçoamentos técnicos que adentrariam em países como o Brasil. As ações seriam tensionadas pela observação de diversidade de problemáticas também em curso, ligadas principalmente a impactos ambientais e realocação populacional. ¹⁴⁴

Na perspectiva de Thomas Hughes, a criação de organismos como o TVA foi pensada, dentro de seu contexto, para além da produção de técnicas e tecnologias, mas como métodos e valores aplicáveis a diferentes campos e níveis sociais, cada qual tendo nestes a resolução de problemas e necessidades. A partir das aspirações individuais e privadas ocorridas nos EUA entre 1870 e 1930, a iniciativa privada encontrou nos escombros da Grande Depressão novas possibilidades de empreender a união entre o “entusiasmo inventivo” expresso até então e a possibilidade de aproveitamento de novas regiões, tendo a produção elétrica como braço

¹⁴³ HARGROVE, Erwin; CONKIN, Paul K. *TVA: the fifty years of grass-roots bureaucracy*. University of Illinois, 1983; EKBLADH, David. “Mr. TVA”: Grass-Roots Development, David Lilienthal and the Rise and Fall of the Tennessee Valley Authority as a Symbol for U.S. Overseas Development (1933-1973). *Diplomatic History*, Vol. 26, Nº 03. Summer 2002; ROOK, Robert. Race, Water and Foreign Policy: The Tennessee Valley Authority’s Global Agenda Meets “Jim Crow”. *Diplomatic History*, Vol. 28, No. 1. USA. (January 2004); GRAY, Aelred J. and JONHSON, David A. *The TVA regional planning and development program: the transformation of an institution and its mission*. Gateshead: Athenaeum Pres. s, 2005.

¹⁴⁴ CULVAHOUSE, Tim et. al. *The Tennessee Valley Authority: Design and Persuasion*. Publisher: Princeton Architectural Press, 2007; McDonald, Michael J. and John Muldowny. *TVA and the Dispossessed: The Resettlement of Population in the Norris Dam Area*. Knoxville: University of Tennessee Press, 1981.

central para tanto. Por isso mesmo, “electric power was to be the technological agent for the transformation of regions”.¹⁴⁵

Assim, se por algum momento a autarquia e seu modelo de desenvolvimento, produção e gestão dos recursos naturais serviu de referencial para que grupos, empresas ou governos pensassem nosso possível desenvolvimento, torna-se fundante entender seus pressupostos e postulados.

Tensionando tais ações dentro de seu contexto organizativo, observamos que o TVA representou uma possibilidade de consolidação e expansão de novas práticas dentro de um modo de vida americano, adentrado o espaço de trabalho, lazer e educação, atuando, como assevera Ekbladh “*a microcosm of the struggles over the New Deal*”.¹⁴⁶ Tido como modelo de eficiência em distintas áreas, considerada “*partners of progress*”, por seus componentes e grupos com quem tiveram contato, sua filosofia adentrou outros espaços e extrapolou suas fronteiras, tentando reafirmar seu potencial de aplicação global. Ampliaram-se por meio de troca de ideias e experiências com mais de cem países do globo. Segundo Ekbladh:

*The history and experience of the TVA showed it to be the best mechanism to transfer American technology and develop local capacities to press modernization forward. Truman's comments show how quickly the TVA became, in many circles, synonymous with foreign assistance, which itself was an integral part of a Cold War strategy that found development essential.*¹⁴⁷

Em toda sua documentação, o potencial energético dos rios é apresentado como elemento fundante das múltiplas ações que os circunscrevem: dinamização agrícola e industrial, navegação, controle das enchentes, desenvolvimento planejado, enfim, são forças propulsoras emanadas de todo o trabalho potencial de sua exploração. Fica claro assim como ao longo de toda trajetória da autarquia o potencial energético está associado a uma total transformação dos recursos naturais de um vale, de uma bacia hidrográfica, que são levados ao expoente máximo das condições humanas, onde o tempo de experiência novamente é acoplado a um horizonte de expectativa, lançando para o futuro a premissa de bem-estar para toda uma sociedade, “*to the a symbol of a hopeful new way of life for themselves and their children*”.¹⁴⁸ E a centralidade destas ideias e pensamentos ultrapassa sua documentação,

¹⁴⁵ HUGHES, op. cit, 1989, p. 354.

¹⁴⁶ EKBLADH, op. cit, p. 346.

¹⁴⁷ Idem, 2002, p. 349.

¹⁴⁸ TVA: *as a symbol of resource development in many countries*. A digest and selected bibliography of information. Compiled January 1952. TVA Library, p. 02.

extrapola para marcas e símbolos, visto em outros projetos e espaços, como na própria bacia do rio Paraná, nos caminhos do Complexo Hidrelétrico Urubupungá.

Possuir grandes quantidades de energia representava o domínio sobre os recursos naturais e as possibilidades de produção e industrialização, seu potencial para o presente e futuro. Dinamizar o vale e proporcionar seu desenvolvimento econômico era entoado por seus diretores, como Gordon Clapp e David Lilienthal como centralidades para própria modernização e integração daquele território, tido como pobre e atrasado. Na concepção de Lilienthal, cada pessoa correspondia a uma necessidade de quilowatt produzido, para as mais diversas atividades da era moderna e “avançando em todas as direções do horizonte, pode-se

apreciar o enxadrezado de aço das torres de transmissão de força, legítimas torres do século XX ao lado, às vezes, de uma cabana do século XVIII, num recanto das montanhas, verdadeiro símbolo e síntese da transformação”.¹⁴⁹ Produzir energia representava o alicerce para o desenvolvimento do país, requisito básico para o desvelar de uma sociedade tecnológica.



IMAGEM 02 – Panfleto
Propaganda TVA.

FOTO 09 – Símbolo TVA:
“Progresso através do desenvolvimento
dos recursos”



Os valores e ideias que atrelaram a promoção energética como base para promoção de vales e bacias hidrográficas contaram, como assevera Hargrove et al¹⁵⁰ com forte influência e

¹⁴⁹ LILIENTHAL, David. E. *TVA: a democracia em marcha*. Trad. Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956, p. 10.

¹⁵⁰ HARGROVE et al, op. cit, 1983.

propaganda no período de gestão de Lilienthal. Este presidiu a autarquia entre 1941 e 1946, quando a deixou para assumir a Comissão de Energia Atômica, mas sua influência permaneceu ao longo das próximas décadas. A publicação de seu livro “Democracia em Marcha”, em 1944, tornou-se um importante instrumento de divulgação das ideias da autarquia no espaço internacional, sendo o mesmo traduzido em mais de 8 idiomas, dentre eles o português.

Entre aspirações e experiências realizadas pelo TVA o autor deixa claro como as relações entre o desenvolvimento econômico e o tecnológico conectam-se a um norte político e social, em que “a força do saber está também transformando um vale, *libertando* os recursos da região para elevar o rendimento da população”.¹⁵¹ Visto como uma “missão” de aproveitamento dos recursos naturais em prol da sociedade, para o autor “não há essencialmente diferenças, neste sentido, entre camponeses e operários, homens de negócios e sacerdotes, bibliotecários e médicos. Todos que vivem no vale são necessários, em diferentes graus, a esta missão de desenvolvimento dos recursos naturais”.¹⁵² Para ele, estes instrumentos apontavam que “a democracia está em marcha neste vale”. Sua forte propaganda dava conta de apresentar ao mundo um projeto “em prol do povo”, no arrojo de ter acolhido uma região considerada à margem do desenvolvimento, ideia que também embasaria a mesma leitura para outros espaços ditos “à espera do desenvolvimento”.

Assim, ao longo de seu trabalho, narra o rio, os afluentes e o vale. Deixa transparecer a ideia de instrumentalização da natureza para o alcance de melhoria das condições sociais, ressaltando “como águas outrora perdidas e destruidoras, foram *domadas* e postas a trabalhar dia e noite, gerando energia elétrica para aliviar o peso da lida humana”, estando outros “rios pelo mundo afora à espera de que o homem os controle – o Iang-Tsé, o Ganges, o Obi, o Paraná, o Amazonas, o Nilo”.¹⁵³

Ideia semelhante também seria absorvida em relação ao rio Paraná e seu desenvolvimento energético, exposta por seus idealizadores como núcleo central do progresso, sendo para tanto “fundamental que sejam estudados, conhecidos e *domados*, para que se ponha inteiramente ao serviço da comunidade, da pátria”.¹⁵⁴ Ressalta-se novamente como a leitura dos caminhos fluviais vão transformando-se de acordo com os imperativos de seu tempo, de um bravio e caudaloso ao elemento propulsor do progresso.

¹⁵¹ LILIENTHAL, op. cit, p. 41, grifo nosso.

¹⁵² Idem, p. 104.

¹⁵³ Idem, p. 02, grifo nosso.

¹⁵⁴ CIBPU. Os investimentos estrangeiros e a Bacia Paraná-Uruguai. Relatório. 1957.

De forma geral, percebemos que o projeto TVA não expressava apenas o aproveitamento energético do vale, mas o reaparelhamento de todo o modo de vida de uma comunidade. As relações sociais, formas de produção, o tempo do trabalho, por muito marcado pelo nascer do sol agora contrastam com a “democratização do quilowatt”, por meio das cooperativas elétricas rurais, que estimulavam o consumo e produção industrial. Agora, uma fábrica de leite era vizinha do Projeto Manhattan.

O *Tennessee Valley Authority* estaria presente diretamente no caminho das relações internacionais entre 1940 e 1970, trazendo para suas instalações e, ao mesmo tempo, levando para o exterior uma forma de difundir suas práticas e ideias. Em países como o Brasil, em um cenário marcado pela influência e controle de grupos como a canadense *Light* e a norte-americana *American & Foreign Company (Amforp)* esboçavam-se por outras veredas o fortalecimento e a consolidação de saberes e práticas em prol da existência de um setor energético predominantemente nacional. A ideia da democratização por meio dos avanços tecnológicos proporcionados pela produção energética estaria nas matrizes de seu pensamento, que seriam expostos nas próprias relações internacionais do TVA, uma conceitualização atraente e chamativa para todos aqueles países em vias de modernização industrial. Tanto que adentrou a década de 1940 e se direcionou por meio de acordos e publicações levadas para todas as nações. Um TVA internacional seria sua nova marca.

Entre aproximações e distanciamentos estariam diretamente conectadas às transformações políticas e econômicas em um cenário internacional de relações durante a Segunda Guerra Mundial e o período pós-guerra, emaranhadas as próprias transformações vivenciadas em cada momento político dentro do Brasil. Assim, o que evidenciamos no tecer de relações entre os dois países é a percepção de que não devemos observar somente como esta autarquia foi buscada como um projeto a ser mensurado, mas também como a própria TVA buscou ser tal referencial, internacionalizando-se e expandindo seu campo de atuação. O planejamento regional, marcado neste momento pela atuação direta do estado, como no TVA, tornou-se primazia e impulso para sua promoção mundial. Como ressaltado no trabalho de Clelio Diniz observa-se neste mesmo momento em vários países a criação de comissões de planejamento regional, tais como: a *Cassa del Mezzogiorno*, na Itália, o *Plan National de Distribution Régional*, na França e em países como Alemanha e Inglaterra são realizadas medidas para promover a descentralização industrial, dentre outros países.¹⁵⁵

¹⁵⁵ DINIZ, Clelio C. *Capitalismo, Recursos Naturais e Espaço*. Tese. Instituto de Economia da Universidade de Campinas/UNICAMP, Campinas, 1987.

Assim, entre 1941 e 1970, encontramos a figura de reis, presidentes, primeiros-ministros, governadores, engenheiros, professores e estudantes fluindo pelos espaços do TVA. Em cartas, livros de visitantes e em relatórios técnicos eram narrados, descritos, fotografados e expostos esta presença por quem, em contrapartida, vislumbrava-se com as instalações, fábricas e complexos hidrelétricos, imbuídos de oportunidades para demonstração da aplicabilidade internacional da autarquia. Como destacou Robert Rook “*the Tennessee Valley was an integral part of America’s foreign policy geometry*”.¹⁵⁶

A influência do TVA no exterior fez-se sentir em diferentes áreas e de variadas formas, tendo a promoção energética como sinônimo para o aproveitamento de rios e vales em todas as esferas continentais. As ações da autarquia combinaram um conjunto de ideias e ideais, já identificados, mas que foram adaptadas ou imbuídas de acordo com as especificidades de cada espaço ou meio nos quais seu contato se realizou. E a partir deste, diferentes componentes também acabaram sendo aplicados de variadas formas: separadas ou apreendidos de acordo com as objetividades de quem na autarquia buscava modelos e experiências. Por isso, temos a percepção de que diferentes grupos e segmentos buscaram no *Tennessee Valley Authority* novas possibilidades para a resolução ou o encaminhamento de seus problemas, mas que foram “exportados” de diferentes formas e funcionalidades, servindo tanto como um plano de ação para determinadas áreas quanto como um modelo de transformação política e social.

Por isso mesmo, encontramos em sua documentação uma grande quantidade de trabalhos dedicados a uma política internacional de cooperação e influência da autarquia em outras regiões. Segundo documentos como “*TVA: as a symbol of resource development in many countries*”¹⁵⁷ e “*TVA: symbol of Valley Resource Development*”¹⁵⁸ as práticas e experiências gestadas em sua organização estavam prontas a serem lapidadas e adaptadas as mais diferentes necessidades no campo internacional. Segundo a própria autarquia, “*modern day applications of TVA methods have at least equal variety. Undeveloped countries, many of them newly independent and striving for economic vigor, find in TVA practices and techniques which they can adopt and adapt*” e assim “*yet industrialization nations have sent their full quota of visitors*”.¹⁵⁹

¹⁵⁶ ROOK, op. cit, p. 62.

¹⁵⁷ *TVA: as a symbol of resource development...* op. cit.

¹⁵⁸ *TVA: symbol of Valley Resource Development*. A digest and selected bibliography of information, 1961. Special Collects. University of Tennessee.

¹⁵⁹ Idem, p. 07.

Em face dessa atuação é possível detectar dois tipos de influência externa da autarquia: a primeira ocorre quando o TVA é encarado como um modelo a ser aplicado diretamente em outros espaços e o segundo quando é visto como auxílio em técnicas e suportes ou mesmo ideias que possam ser adaptadas diretamente a novos objetivos. Em toda a documentação ficou evidente a multiplicidade de países que buscaram na autarquia possibilidades para ambos os casos, sendo destacados muitos exemplos: *Australia's snowymurray Project*, *Mexico's Papaloapan Basin Project*, *India's Damodar Valley*, *Three Gorges Dam* (China), *São Francisco Valley Project*, enfim mais de cem países se mostraram em contatos diretos com o TVA.

CARTA 01-



Relações do Tennessee Valley Authority no Mundo. Década de 1950.

Firmando-se principalmente a partir do início da década de 1940, presente em todos os continentes:

The TVA has attracted the interest and aroused the speculations of many minds in the words of science, technology, economics and government. Its work has been widely reported, and multitudes of experts have examined its operations on the spot. As the thousands of tons of cement were poured, and the tens of thousands of the workers progressed with their tasks, the TVA's

*aims and methodic increasingly impressed observers. It was conceived on a great scale and its procedure was novel and resourceful.*¹⁶⁰

Esse mapa intitulado “*The TVA World*” destaca-se em diversos materiais produzidos pela autarquia como instrumento de afirmação de sua presença em todas as regiões do globo. Difundido de distintas formas e para muitos propósitos, ele faz parte da própria trajetória internacional do TVA, elencado juntamente com uma gama de documentos que sinalizam sua internacionalização e sua busca de consolidação como um projeto para além das fronteiras norte-americanas.

Dentro ou fora de suas fronteiras, a ideia de um TVA internacional recebeu forte apelo de distintos segmentos. Em 1951, William O. Douglas, no Supremo Tribunal de Justiça Americana, ressaltava que “*The word ‘Tennessee’ is well known all the way across from the Mediterranean to the Pacific. . . . They know about Tennessee because they have heard of the Tennessee Valley Authority. It is the Tennessee Valley Authority that fits their needs and will solve many of their basic problems*”.¹⁶¹ Outros espaços como a imprensa iriam afirmar que o TVA “*are magic letters the world over*”¹⁶², tornando-se assim como alguns projetos hidrelétricos no Brasil um canal de articulação de suas ações junto à sociedade. Não é à toa que seu poder e símbolo acompanharam a própria imagem de sujeitos como Franklin D. Roosevelt, presidente durante a criação da autarquia em 1933, e cujo memorial, localizado em Washington-DC, é visualmente um monumento hidráulico.¹⁶³

Suas implicações internacionais adentram a produção de um rico material, por onde conseguimos visualizar muitas das ideias que tramitaram em seus próprios postulados. Em “*The TVA International application*” evidencia-se que seu propósito “*is to promote social justice in all the countries of the world. To this end it collects facts about labour and social conditions, formulates minimum international standards, and supervises their nation application*”. Para tanto, apresenta uma pluralidade de propostas para diversas regiões do globo, reforçando como ao mesmo tempo em que grupos e sujeitos buscaram no TVA modelos e práticas, esse também funcionou como elemento da política internacional norte-americana.

¹⁶⁰ *The TVA International application*. International Labour, 1944. Special Collects, University of Tennessee.

¹⁶¹ General Assembly of the State of Tennessee, 22 February 1951, *Appendix to the Congressional Record*, 82nd Congress, I sess. 1 May 1951. Special Collects, University of Tennessee.

¹⁶² EKBLADH, op. cit, p. 334.

¹⁶³ Criado em 1978 por Lawrence Halprin, representa as marcas das muitas ações deste presidente, e dentre elas o próprio simbolismo traçado pelo desenvolvimento e pela potencialidade das águas. As cascatas e quedas d’água contrastam com a própria ideia de expansão do desenvolvimento energético, em sua frase estampada na pedra: “It is time to extend planning to a wider field, in this instance comprehending in one great project many states directly concerned with the basin of one of our greatest rivers.”

Frisando muitas ideias calcadas na concepção de “*the taming of the waterway*”, questões que veríamos muito presentes na documentação sobre Urubupungá, propõe ações para o rio Danúbio, na Europa, como um caminho de “paz” na reconstrução do pós-guerra, ressalta as possibilidades para os rios Amazonas e Yangtze, na China e indica as potencialidades da bacia do Paraná e do São Francisco. Ao mesmo tempo, ressalta que estudos e contatos devem ser feitos, pois “*The TVA is not transplantable without reservation and qualification, its characteristic merely help to bring out the problems and to suggest alternative solutions*”.¹⁶⁴ Em outros trechos fica evidente como a multiplicidade de ações e aproveitamentos dos rios e vales se associa a própria transformação da sociedade que a circunscreve:

*To fulfil its mandate to promote the general social progress of the region, the TVA must work through various social services. But even the fulfilment of more direct economic works was impossible without certain social services instrumental to them. Its direct object was not only the development of a river and the land, but also the development of men and woman: the first was a means to social progress, the second is, in the long run, an element of the first. So also, the execution of development works in certain underdevelopment countries may be quite impossible without health provisions - housing, sanitary works, hospitals, doctors, nurses, inspectors. Recent experience in Brazil, Ecuador, Bolivia and Haiti emphatically confirms this point.*¹⁶⁵

O mapeamento das potencialidades dos rios e bacias em todo o mundo também era acompanhado pela autarquia. No documento “*River Development in various countries of the World*”, o período imediato do pós Guerra representava um propício momento para conexão entre o aproveitamento destes rios e bacias ante os anos destrutivos de guerra e sofrimento humano, buscando-se assim “*become more familiar with those great river valleys, some particularly developed, other completely undeveloped, whose potentialities, if developed could mean so much to the world of the future*”.¹⁶⁶ A América do Sul é relatada com um dos mais eminentes espaços para tais realizações, com pouco mais de 25% de sua capacidade instalados para uma capacidade que, segundo os documentos produzidos pelo TVA, poderia estar entre as maiores do mundo. O Brasil ocupa destaque neste total, figurado pela presença de rios como o Amazonas, São Francisco e Paraná.

¹⁶⁴ “*The TVA International application...*”, op. cit, p. 216.

¹⁶⁵ Idem, p. 228.

¹⁶⁶ *River Development in various countries of the World*. Compiled January 1946. Record Group (RG) 142, National Archives and Record Administration (NARA). Atlanta, Georgia.

QUADRO 01-

ÁREA	ÁREA SQUARE MILES	PERCENTAGE			POTENTIAL WATER POWER (kW)	DEVELOPMENTS 1941 - kW
		Area	Population %	Potential Power		
Amazon Basin	1,860,000	56.7	6	22.52	3,280,000	
Northeast	343,000	10.4	24	0.45	66,000	
São Francisco Basin	224,000	6.8	9	8.06	1,174,000	
Eastern	235,000	7.1	27	13.80	2,010,000	
Paraguay	136,000	4.1	2	0.46	67,000	
Paraná Basin	332,000	10.1	14	49.80	7,260,000	
Uruguay	78,000	2.4	9	1.02	148,000	
Southeastern	78,000	2.4	9	3.89	566,000	
	3,286,000	100.0	100	100.0	14,600,000	1,000,000

Potencial Energético Brasileiro segundo TVA.

Fonte: *River Development in various countries of the World*, 1946, p 32.

Como destacado pela tabela, a Bacia do Paraná é exemplificada pela autarquia como detentora de rico potencial energético, não só para o Brasil, mas como pontua a própria fonte “*is one of greatest sources of potential development and power in South America*”. Observamos assim que, além de um profundo conhecimento sobre as possibilidades para esta região, o TVA também ressaltava a centralidade de estados como São Paulo dentro do espaço, pois “*the States of São Paulo is almost entirely within the Paraná Basin, and numerous hydro plants have been constructed in this area. These plants server mainly the coastal area and the industries located there*”,¹⁶⁷ momento em que as corredeiras de Urubupungá também são destacadas:

*Its headwaters are on the plateau of central Brazil and the Brazilian highlands, which range in elevation from 2,000 to 5,000 feets. The upper tributaries with abundant precipitation and rapid fall have great potentialities for the development of water power. However, in the lower reaches the Parana flantents out and offers little opportunity for development compared with the upper reaches. In Urubupungá is the most exemple.*¹⁶⁸

De forma geral, observaremos que a região sudeste, ao longo das décadas subsequentes, assumiria maior centralidade no estabelecimento de interconexões e estruturas técnicas para unificação energética, contando com maior número de subestações de

¹⁶⁷ Idem, p. 29.

¹⁶⁸ Idem, Ibidem.

distribuição, estações abaixadoras (voltagem), eclusas e hidrelétricas. A intensificação da construção de hidrelétricas nesta região acompanha diretamente um movimento de proporções mundiais, no qual, como aponto Françoise Conac 85% das hidrelétricas do globo foram construídas nos últimos 35 anos.¹⁶⁹

Tais dados sobre a bacia e o rio Paraná se mostrariam em outros momentos na documentação ao longo das décadas de 1950 e 1960. Muitos destes gráficos e dados encontrados, principalmente alocados em questões sobre o desenvolvimento energético pelo mundo, partem tanto de estudos realizados pela própria autarquia como de informações coletadas em dados estatísticos externos, em órgãos como o IBGE e DAEE.

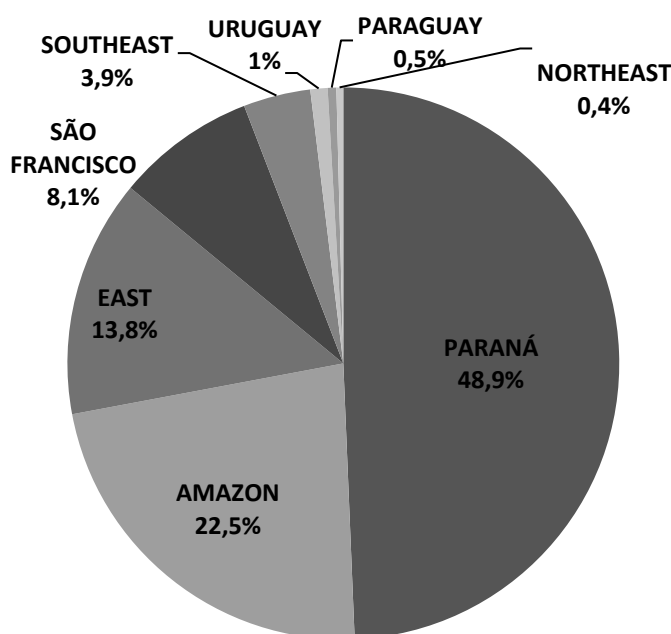


GRÁFICO 01- Percentual de distribuição do potencial energético por bacia hidrográfica do Brasil.

Fonte: *Partners in Progress*. TVA Notes. 1951. TVA Library. Special Collects.

Tal fato contribui para a visualização de que no próprio movimento de relações entre a autarquia e setores nacionais ocorreu a troca de informações e análises, seja pela vinda de engenheiros e projetistas ou, principalmente, nos muitos contatos que o Brasil realizou na autarquia, por meio de grupos e sujeitos que realizaram inúmeras visitas ao longo deste período, como ficaria visualizado ao longo da documentação. E foi neste aspecto, na gama de visitas que conseguimos também encontrar uma multiplicidade de influências entre os caminhos do TVA e do Complexo Hidrelétrico Urubupungá. Plurais regiões do globo buscavam novos modelos de desenvolvimento, e o TVA queria estar presente em todo mundo.

¹⁶⁹ CONAC, Françoise. L'eau dans le monde. In: BAILLY, Antonine. FERRAS, Robert e PUMAIN, Denise. *Encyclopédie de Géographie*. Econômica, Paris, 1992.

No geral, entre fins da Segunda Guerra mundial e a década de 1970 mais de 60 mil pessoas de 110 países visitaram as instalações do TVA, variando em uma periodicidade de um ou alguns dias até por várias semanas e meses. Alguns autores assinalam que estes números podem passar de milhões.¹⁷⁰ O apelo e a busca por modelos de desenvolvimento traçados pela autarquia inicia-se ainda da década de 1930, mas se expande intensivamente nas décadas de 1940 e 1950, momento em que estes números crescem consideravelmente, principalmente com a presença de países como China, Índia, Brasil e México. O momento coincide com a própria política de relações internacionais traçada pelos EUA e, em um emaranhado de “influência e exportação”, a autarquia funcionava como “*a great hope for those grappling with the looming concern of postwar reconstruction*”.¹⁷¹ Logo, cada vez mais a reputação e imagem da autarquia ecoariam no exterior, fortalecidos pela ampla divulgação dos sistemas múltiplos de aproveitamento, trazendo cada vez mais um crescente número de visitantes, posto diretamente em um rico material de divulgação, um orgulho para própria autarquia.

IMAGEM 03: Panfleto de divulgação “Visit TVA”



De modo geral, a gama de visitantes possuía interesses distintos das várias operações realizadas pela autarquia: laboratórios de engenharia química e agrícola (fertilizantes), reflorestamento, programas de saúde (combate a Malária), setor de construção e engenharia, sendo este, por meio do campo energético o principal setor de interesse a receber o impulso de visitas, pois, como ressalta Culvahouse “*Functionally, electricity was the most obviously modern element of the TVA*”.¹⁷² Entre visitantes e “*trainees*”, personagem também muito

¹⁷⁰ Esse montante foi pontuada de acordo com os próprios números apresentados pela autarquia, no compêndio de *Foreign Visitors Tennessee Valley Authority*, Office of General Manager's. General Correspondence. Record Group-142. NARA, Atlanta-GE.

¹⁷¹ EKBLADH, op. cit, p. 347.

¹⁷² CULVAHOUSE, op. cit, p. 18.

presente nas instalações da autarquia, o público externo era exposto a uma multiplicidade de operações:

*They talk with the TVA Staff people in fields in which they are interested; they view TVA films; they visit dams, steam plants, test-demonstration farms, rural electric cooperatives ; forestry projects; sometimes arrangements are made by TVA for tours of local industries. Most come to Knoxville; a considerable number also go to Chattanooga and Wilson Dam”.*¹⁷³

Afinada com a proposta de recepção deste público, além dos estímulos de seus próprios países para visitas, a autarquia contava com a participação da *United States Agency for International Development* (USAID) e com o *International Visitor Center*, localizado em Knoxville-TN, criado para proporcionar ao público maior recepção e comodidade ao longo do período de trabalho e estudo junto ao TVA. Além de aumentar a participação externa, em que cerca de 10% do público visitante estrangeiro foi patrocinada pelo próprio governo americano, fez com que cidades, como Knoxville, se tornassem os centros mais visitados dos Estados Unidos, ficando somente atrás de cidades como New York, San Francisco, Detroit e a capital Washington-DC.¹⁷⁴

Assim, o quadro de inter-relações contribui diretamente para a percepção de que o TVA se associou e foi associado como uma possibilidade para desenvolvimento de uma vasta região do sul dos Estados Unidos, “*prospering proportionately under the onrush of the busy kilowatt*”.¹⁷⁵ Projetado como uma esperança na grande depressão, adentrou a Segunda Guerra Mundial como força motriz energética, tornando-se mais visível no campo internacional, momento onde foi associado a novas possibilidades de desenvolvimento e cooperação com regiões em um novo ritmo de crescimento.

Tornou-se símbolo da primazia e da cooperação norte americana durante a Guerra Fria, influenciando em grupos públicos e privados por meio de cooperações técnicas e tecnológicas, principalmente no setor energético, símbolo máximo de suas ações. Influenciou também fortemente regiões alocadas como “terceiro mundo”, como o Brasil, mas não somente como instrumento de colaboração técnica, mas de influência em uma nova concepção de aproveitamento democrático dos múltiplos recursos naturais de rios e vales. Ideia presente em toda documentação, tornou-se em nossa concepção um “meio-fim” para “*hundreds of eminent technicians, business and professional men, and students from every*

¹⁷³ Ofício TVA Visitors. Record Group-142.NARA.

¹⁷⁴ Clipping File “*International Visitors Center*” (IVC), NARA, Record Group RG 94, Box 01.

¹⁷⁵ *The TVA Conservation*. Jan. 1954. Special Collects. University of Tennessee.

continent of the earth”, como novas possibilidade para seus problemas, para que pudessem “*diplomatic representatives of other nations watching the TVA development with close interest estimating how its techniques may be adapted to meet conditions in their own countries*”.¹⁷⁶

Estas ideias mostram-se presentes diretamente no processo de ampliação do parque energético brasileiro, em que as considerações e formulações produzidas pelo TVA, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, encontrariam um campo de novas possibilidades no/para o gestar de novos projetos. Em relação ao Complexo Hidrelétrico Urubupungá, suas conexões iniciam-se ainda na década de 1940, antes mesmo de suas primeiras diretrizes organizacionais, ocorrendo pela formação de seu corpo técnico, na promoção de técnicas e tecnologias consideradas inovadoras no país, conectados diretamente com o Estado de São Paulo e as muitas experiências assimiladas em espaços como a Poli-USP, na formação do DAEE e posteriormente da CESP.

Ao mesmo tempo, a multiplicidade de ideias apresentadas pela autarquia iria influenciar diretamente as muitas experiências de planejamento regional que assistiríamos no Brasil em fins da década de 1940 e ao longo da década de 1950. Claramente citado pela CIBPU como um conjunto de experiências a serem assimiladas, sua conexão revela-nos como em todo conjunto de ações, de habitações à indústria, a produção energética transformou-se em um fundamento central para promoção social, não somente pelo rio, mas pela ideia de integração da bacia hidrográfica.

O próprio deputado Vandoni, aqui já destacado pelo seu discurso, atrela a centralidade da autarquia para promoção da bacia do Paraná, pois a entendia como ponto de integração continental, referenciada por meio de narrativas históricas “depois de conhecida a vitória dos americanos no Vale do Tennessee, ganhamos a experiência que deve ser aproveitada”.¹⁷⁷ Observa-se como, tanto no TVA quanto no Complexo Hidrelétrico Urubupungá, a produção energética foi articulada como propulsora de ideias como: progresso, desenvolvimentismo e democracia, articuladas a transformações históricas de um espaço, conduzidas por determinados segmentos, na constituição de um novo tempo.

A presença de visitantes brasileiros no *Tennessee Valley Authority* circunscreve um importante elemento para compreensão destas relações, pois ela se mostrou constante, diversificada e ativa. Constante, porque observamos que, ao longo de todo o período, mais de

¹⁷⁶ Report of Foreign Visitor Story for OWI, Gordon R. Clapp to David E. Lilienthal, 27 December 1943. Record Group-142, NARA, Box 22.

¹⁷⁷ VANDONI, op. cit, p. 27.

800 brasileiros estiveram nas instalações da autarquia; diversificado, porque encontramos a presença de diferentes segmentos e áreas de atuação e ativo, porque grande parte destes sujeitos e grupos, principalmente no setor energético, tiveram importantes atuações dentro do Brasil, trazendo muito destas experiências e mesmo materiais desenvolvidos pelo TVA.

Mesmo com a intensificação destas visitas a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, encontramos desde o início da década de 1940 a presença de grupos e sujeitos nas instalações do TVA. Em sua maioria derivavam não somente de “missões oficiais” promovidas pelo governo brasileiro, que também viriam a ocorrer, mas também de pequenos grupos ligados a universidades (principalmente a Poli-USP) e alguns casos de sujeitos convidados pela própria autarquia. Entendemos tal conjunto de relações emaranhadas pela crescente necessidade de expansão do setor energético, decorrente do modelo fundado no processo industrial e na crescente urbanização que ocorria em meados do século passado no Brasil, resultando na busca de estreitas relações de financiamento e cooperação técnica que aproximaram o país do bloco de economia capitalista norte-americana.

Em 1941, temos a presença de 50 alunos e professores da Poli-USP visitando as instalações do TVA, centrados nas relações entre produção energética e práticas agrícolas.¹⁷⁸ Visitando instalações em Norris Dam e Cherokee Dam, também acompanhados pela presença de Nelson Rockefeller, os documentos demonstram que “*the principal concern at this time seems to be the technical programs through the TVA territory, analysing the relation between the hydroelectric production and the possibilities to Brazil*”.¹⁷⁹

No mesmo ano, encontramos a presença de um importante personagem do setor energético do estado de São Paulo e diretamente do Complexo Hidrelétrico Urubupungá. Catullo Branco, engenheiro de formação e especializado em recursos hídricos, Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo, aproveitando sua licença prêmio visitou a autarquia e observou como a produção energética poderia conectar-se diretamente a toda uma estrutura de aproveitamentos múltiplos. Segundo o próprio Catullo Branco:

[...] foram projetadas 7 barragens ao longo do rio. Com elas visava-se regularizar a vazão do rio, evitando as enchentes destruidoras. Também se tinha em vista sanear as margens, tornando-se mais habitáveis e adaptadas ao plantio. Nos lagos seria desenvolvida a piscicultura, destinada a melhorar a alimentação da população. Com as barragens eclusadas, se criaria uma hidrovía com profundidade mínima de 2,70 metros, em qualquer época do

¹⁷⁸ Office Memorandum TVA. 28 de Novembro de 1941. Record Group-142.NARA.

¹⁷⁹ Correspondence. Office of the General Manager. Record Group-142, Box 344.

ano. Além de que se implantaria uma grande fonte de energia elétrica, até então não computada nas estatísticas.¹⁸⁰

Sua experiência o fez apontar também que “aqui está o futuro dos projetos hidrelétricos de São Paulo”,¹⁸¹ visão que influenciou diretamente em suas práticas e iniciativas como o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE e estabeleceram as bases do aproveitamento energético dos rios Tietê e Paraná, como será visto primeiramente na Usina de Barra Bonita.¹⁸² Segundo o engenheiro:

Não podemos pensar em recuperar o solo e enriquecer a terra, sem regularizar os rios, criar possibilidades de irrigação e de produção de fosfatos e nitratos. O problema é portanto de conjunto e o fundamental é a cumulação, foi este o grande ensinamento da experiência do Vale do Tennessee.¹⁸³

Tal perspectiva do engenheiro também seria expressa em seu livro, no qual aponta que as ações empreendidas pelo governo junto ao TVA contribuíram diretamente para diminuição das tarifas, especialmente voltadas para os setores industriais. Para o autor “os grandes homens que cercavam Roosevelt levaram ao mundo, em sua propaganda, importantes ensinamentos, essencialmente em relação ao aproveitamento da terra”.¹⁸⁴

As experiências do TVA também se abrem para que outras áreas, como a arquitetura, busquem na autarquia novas referências para as relações entre os múltiplos aproveitamentos da bacia hidrográfica e o planejamento integral. Como ressaltado por muitos autores por nós trabalhados, a figura do arquiteto torna-se presente nas relações entre a produção energética e as múltiplas ações neste espaço. Assim, encontramos na documentação a presença de nomes como Henrique Mindlin, que em contato com a autarquia a partir de 1943 apreende novas concepções sobre urbanismo e habitação popular, que seriam colocadas em prática em várias regiões do Brasil. Se tornaria também um dos principais elos de influência entre Brasil-EUA, como consultor do *National Housing Agency*.¹⁸⁵

¹⁸⁰ ZIOLI, Miguel et al. *Catullo Branco: o homem dos moinhos de vento*. São Paulo: Fundação de Energia e Saneamento, 2013, p. 62.

¹⁸¹ “*Engineers visiting TVA*”. Knoxville Journal, 1941. TVA Library.

¹⁸² Por meio de projetos como o de Barra Bonita, no Tietê, esboçaram-se as primeiras experiências apreendidas por Catullo Branco em sua visita no TVA. Percebemos, assim, que as experiências desenvolvidas no estado de São Paulo estariam diretamente atreladas aos caminhos do projeto Urubupungá e à centralidade que o estado teria no desenvolvimento energético da CIBPU. Em sua homenagem, a Hidrovia Tietê-Paraná passou a ser denominada “Hidrovia Engenheiro Catullo Branco”.

¹⁸³ ZIOLI, op. cit, p. 84.

¹⁸⁴ BRANCO, Catullo, op. cit, p. 53.

¹⁸⁵ TVA Foreigner. *Information Office files*. Record Group-142. Box 344.

FOTO 10 -



Núcleo provisório de moradia dos trabalhadores do TVA, 1935.

No ano anterior, a autarquia recebeu também a visita de Robert Mange, pai de Ernest Mange, arquiteto e engenheiro que projetou a Vila Piloto e Ilha Solteira, núcleo dos trabalhadores das hidrelétricas de Urubupungá. Também professor da Politécnica de São Paulo, teve a oportunidade de adentrar todas as hidrelétricas e instalações, conhecer os processos de funcionamento, construção e organização assim como obter da autarquia autorização de envio para o Brasil de um importante material sobre hidráulica, controle de enchentes, navegação e outros.¹⁸⁶ As relações e experiências apreendidas neste momento influiriam diretamente em diálogo e debates dentro de espaços como a Poli-USP, entre professores e alunos, como ficaria evidente na própria projeção de novas experiências no setor, que atuariam na construção de Urubupungá, seja das hidrelétricas ou mesmo das obras de infraestrutura, como as moradias dos trabalhadores, em Ilha Solteira e Vila Piloto. Assim, como nas práticas dentro do TVA, essas obras seriam interpretadas à luz do pioneirismo

¹⁸⁶ *Report of visit of Robert Mange from Brazil.* Gordo R. Clapp, General Manager. 18 April 1942; Information Office Files. National Archive Atlanta. NARA. Record Group-142.

nacional, rememoradas como marcas da competência técnica de sujeitos ligados a estes espaços, como assevera o próprio Ernest Mange:

E eu, Lucas Nogueira Garcez impulsionamos tudo isso. Esses homens que mudaram o Brasil, eu fui uma peça sim. Conto para os meus filhos, meus netos, daqui a pouco para meus bisnetos, com muito orgulho, eu fui uma peça, em certas horas, posso até dizer, que fui um peãozinho no tabuleiro de xadrez, mas um peãozinho importante.¹⁸⁷

Ernest Mange também foi influenciado por suas experiências junto aos trabalhos com Le Corbusier, em 1947, quando na *Unité d' Habitation de Marseille* adentra novas perspectivas na concepção de uma arquitetura modernista, exemplificada nas muitas experiências desenvolvidas junto ao setor energético, trazendo, como destacam alguns autores,¹⁸⁸ a ideia de instalações modernas e equipadas para a formação de núcleos habitacionais, como será visto em Ilha Solteira. Neste caso, diferente da Vila Piloto, Ilha Solteira sofreria alterações em seu estabelecimento que a aproximaria de ideias expostas nas conhecidas *New Towns* inglesas, tanto em sua estrutura quanto forma de administração. Segundo D'Almeida, o próprio Mange teve a oportunidade de visitá-las na década de 1960, momento de estabelecimento da nova cidade.

FOTO 11-



Núcleo dos trabalhadores Complexo Hidrelétrico Urubupungá. Vila Piloto (esquerda) e Ilha Solteira (direita). 1962 e 1969.

Fonte: CDMCC.

¹⁸⁷ Ernest Robert de Carvalho Mange. Entrevista realizada no dia 15 de março de 2004 por Elisabeth Totini e Renato de Oliveira Diniz. CDMCC.

¹⁸⁸ ARAÚJO, Cláudia Gomes de. *Arquitetura e cidade na obra de Ernest de Carvalho Mange*. Dissertação de Mestrado, EESC/USP, São Carlos, 2004.

Como destaca Hughes, no período subsequente à Primeira Guerra Mundial, observa-se uma intensificação de busca para novos modelos e possibilidades de expansão e promoção de moradias na Europa, que conciliassem elementos modernos em grande escala. Le Corbusier trouxe assim muitos elementos os quais estariam sendo desenvolvidos nos Estados Unidos, que adentrariam os caminhos do TVA e das experiências no setor energético, influenciando diretamente seus trabalhos e consequentemente sua influência em outras regiões, como a já destacada aqui. Segundo o autor, “*he believed that American engineers had found the heart of modern design by joining, in their bridges, ocean steamers, grain silos, and automobiles, a mathematical exactness with rational methods of production and rational design*”.¹⁸⁹

O “entusiasmo tecnológico” ganharia novos ares a partir da década de 1930, quando o governo norte-americano adentrou a organização e estimulou novos empreendimentos. Neste caso, o TVA novamente aparece com um símbolo deste movimento, sistematizando dentro de uma multiplicidade de funções, novas possibilidades de desenvolvimento entre recursos naturais e práticas modernas de engenharia. Para Hughes “*once again the United States provided the world a model of modern technology*”.¹⁹⁰ Claramente, não devemos nos esquecer de que, conjuntamente com tais dispositivos de desenvolvimento de produções energéticas, agrícolas e conservação ambiental propostas pelo TVA, caminhavam lado a lado projetos como o Manhattan, responsável pelo desenvolvimento das bombas de Hiroshima e Nagasaki.

A extensão de práticas arquitetônicas nestes projetos, seja nos caminhos do TVA ou em Urubupungá, perpassam as instalações hidrelétricas e adentram todo o espaço que circunscreve seu planejamento regional. Junto ao estabelecimento dos núcleos habitacionais hospitalares, escolas, centros de recreação, dentre outros, são projetados como partes integrantes deste processo, também expostos aos imperativos do campo energético. Ao mesmo tempo, adentram a própria construção hidrelétrica, fazendo de cada uma de suas partes, casas de força, pavilhões, centro de visitante, enfim, extensões de um modelo de projeto e arquitetura para aquele espaço.

Chamado de “utopias” do desenvolvimento arquitetônico por Manfredo Tafuri ao analisar criticamente estas relações, ressalta que a mesma estrutura, acoplada a determinados valores e ideias, neste caso a produção energética, transforma-se em registro de práticas e ideologias presentes neste processo, podendo apresentar muitas de suas funções e registros do

¹⁸⁹ HUGHES, op. cit, 1989, p. 10.

¹⁹⁰ Idem, p. 11.

que está em voga.¹⁹¹ Por estes meandros, percebemos que não bastava suprir somente a necessidade energética, mas seu projeto deveria entrelaçar-se ao moderno, ao novo, construindo uma imagem associada ao bem-estar, ao progresso e à possibilidades de desenvolvimento para todos. Nas hidrelétricas, show de luzes e outros elementos eram postos para atrair o fascínio e o olhar dos visitantes:

*The viewer's experience of the TVA dams was carefully orchestrated. In all the TVA project, visitors circulated through a world of modern architecture, with open-air-terraces, white-plastered exteriors, and richly polychromed interiors of tile, stone, and aluminum. They encountered backlit TVA exhibits that extolled the accomplishments of the Authority, and they reclined on upholstered banquettes overlooking dams and powerhouses, locks, and recreational facilities.*¹⁹²

FOTO 12 -



Hidrelétrica Norris Dam-TVA

UHE Ilha Solteira - Complexo Hidrelétrico Urubupungá

Cada vez mais grupos ligados ao campo de engenharia adentrariam a lista de visitantes com propósitos ligados ao setor energético. Em 1944 um grupo de sete professores pertencentes à Escola Nacional de Engenharia, do Rio de Janeiro e da Escola Politécnica de São Paulo desenvolveram treinamento técnico em suas instalações, por meio da *Brazilian Commission of Inter-American Development*. Durante quatro meses “*technical mission's visit is to study and observe leading schools of engineering and independent centers of engineering research and industry*”, de forma a “*investigate new possibility of applying for the center-south region of Brazil and its energy potential*”.¹⁹³

¹⁹¹ TAFURI, Manfredo. *Projeto e Utopia*: Arctectura e desenvolvimento do capitalismo. Lisboa: Presença, 1985.

¹⁹² CULVAHOUSE, op. cit, p, 45.

¹⁹³ *International Training Administration INC*. Administrative Files, December 29, 1944. NARA, Record Grup-142, Box 91.

Observamos que a busca brasileira por novas perspectivas de ação e cooperação junto ao TVA iniciou-se antes mesmo do término da Segunda Guerra Mundial, fato relevante, porque “*visits to TVA dams and power plants were severely restricted for non-U.S. nationals during the war, thereby possibly limiting the real interest in TVA as indicated by the numbers of foreign visitors*”.¹⁹⁴ Assim, mesmo com um número reduzido de estrangeiros em suas instalações o Brasil já encaminhava novos acordos e relações dentro do setor energético, questão que iria ter continuidade maior posterior ao conflito.

E foi nesse momento que encontramos outro importante personagem desta trama: Milton Vargas. Engenheiro e Professor especializado na área de Mecânica de Solos, esteve em visita e estudo no *Tennessee Valley Authority* em 1946,¹⁹⁵ no mesmo momento em que cursava a pós-graduação em Harvard, com os considerados “pais” da mecânica de solos Karl von Terzaghi e Arthur Casagrande (este consultor de grande parte das barragens de terra do Brasil). Sua participação nos caminhos do Complexo Hidrelétrico Urubupungá é central, pois foi o mesmo, juntamente com outros quatro professores, que fundaria em 1961 a THEMAG Engenharia S/A, empresa responsável pelo projeto das Hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira, traduzido como marca de excelência e primazia da engenharia nacional, componente da própria memória do Complexo Hidrelétrico. Seu arcabouço de experiências mostraram-se presentes também nos caminhos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e da Poli-USP, onde foi professor. Ambos os espaços também estão presentes diretamente nos caminhos de Urubupungá, que condensaria então o resultado da somatória de conhecimentos acumulados na experiência exterior e transformados de acordo com as necessidades aqui apresentadas.

Segundo ainda o projetista de Urubupungá, o próprio Terzagui introduziu no Brasil um tipo de especial de seção de terra compactada, por meio de um filtro vertical de areia, utilizada na construção do aproveitamento hidrelétrico de Ribeirão da Laja, no Rio de Janeiro, em 1947 e que seria adotado a partir deste momento em quase todas as obras nacionais de engenharia.¹⁹⁶

Isto reforça nosso pensamento e interpretação de como tais relações permeiam as técnicas e tecnologias entre estes projetos. Para além das práticas apresentadas em Jupia e Ilha Solteira, Milton Vargas contribuiu diretamente para entendermos que tais técnicas e tecnologias não podem ser entendidas como uma mercadoria que se transfere, direta e fluida.

¹⁹⁴ Roscoe Martin, “*TVA and International Technical Assistance: A Report to the Board of Directors and the General Manager of the Tennessee Valley Authority*,” 1970, p. 28.

¹⁹⁵ Foreign Visitors. Fiscal year 1946-1947. TVA Foreigner. *Information Office files*. Record Group-142. Box 344. NARA, Atlanta-GE.

¹⁹⁶ VARGAS, Milton (Org). *História da Técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: UNESP: CEETEPS, 1994.

O corpo de relações que iriam resultar em projetos hidrelétricos como o estudado remete a um próprio amadurecimento dentro deste espaço, em que as muitas experiências desenvolvidas pela autarquia refletem-se entre assimilações e adaptações, de acordo com as necessidades postas em prática em um novo tempo e espaço.

Assim, segundo Milton Vargas:

A transferência de tecnológica só é bem-sucedida quando, no país receptor, já se desenvolveu um sistema educacional e se instituiu uma capacitação técnica capazes de garantir um saber como operar a tecnologia adquirida. Portanto pode-se afirmar categoricamente que tecnologia não é mercadoria que se compra, mas saber que se adquire aprendendo.¹⁹⁷

Para o autor, o processo foi gradual e percorreu desde as primeiras iniciativas no setor em fins do século XIX, perpassou as realizações que empresas internacionais que colocaram em prática e chegaram na formação destes profissionais em institutos e universidades no país. Neste ínterim, grande parte das realizações estavam conectadas a investimentos realizados no/pelo aproveitamento de técnicas para o setor agrícola, que, na concepção de autores como Sônia Draibe, estão na base da estruturação do chamado “Estado capitalista em formação”, apontando que nosso processo industrial não se realizou sob as bases de um empresariado inovador, mas por meio dos grandes setores agroindustriais, como apontado por Vargas. Esse fato acabou beneficiando os setores estrangeiros por meio de uma multiplicidade de relações e favores.¹⁹⁸ Assim, se comparados a outros países neste mesmo momento, como Estados Unidos e Japão, por exemplo, nosso desenvolvimento técnico e tecnológico foi modesto, proporcionando determinada dependência ao gestar de saberes e técnicas destes espaços. E a década de 1950 representaria, pelo menos nas formulações esboçadas pelo setor energético, o momento de consagração e de primazia de iniciativas do setor nacional.

Para Milton Vargas, os cinco principais conhecimentos necessários para o desenvolvimento hidrelétrico formulam-se pelas áreas de: 1) Geologia da engenharia 2) Mecânica das rochas 3) Mecânica dos Solos 4) Tecnologia dos concretos e massas 5) Hidráulica. O próprio autor tornou-se referência nas áreas, participando de grande parte da construção de hidrelétricas no país. Segundo o mesmo, todos os ramos já estavam sendo desenvolvidos no IPT e Poli-USP, simultâneos à construção dos projetos hidrelétricos paulistas.

¹⁹⁷ VARGAS, Milton. *Os filtros sociais da tecnologia*. Revista USP, São Paulo (28): 222-231, Dezembro/Fevereiro 1995/96, p. 228.

¹⁹⁸ DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil (1930-1960)*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 14.

Para chegar a este ponto, muitos foram os projetos e planos técnicos esboçados pela autarquia em cooperação com o Brasil. Em 1944, por meio do relatório “*Proposed National Mapping Plan for Brasil*”¹⁹⁹, são apresentados ao Instituto Geográfico e Geológico técnicas e tipologias de estudos visando ao mapeamento da costa e da região Centro Sul do país, por meio de práticas já realizadas no TVA. Modelos aerofotogramétricos, levantamentos geodésicos e outras técnicas são sugeridas como formas de mapeamento destas potencialidades, visando à confecção de mapas para melhor aproveitamento destes espaços. Nos traz também a percepção de como as técnicas e recursos inauguram no Brasil novas possibilidades para pensar o conjunto de vales e rios, como um aproveitamento integral dos recursos, ideia central nos caminhos do TVA. Tais técnicas estariam presentes nos estudos realizados, por exemplo, na construção de Paulo Afonso, no Nordeste e no mapeamento da Bacia do Paraná, nas décadas de 1950 e 1960.

Este tipo de relação também se estendeu entre órgãos governamentais e a autarquia em outros momentos. Além da já conhecida “Missão Cook”,²⁰⁰ de 1942, o engenheiro do TVA Oren Reed realizou importante mapeamento e indicação do aproveitamento energético em Paulo Afonso e outras áreas do Brasil.²⁰¹ Em um relatório de 47 páginas expõe como “*Brazilian government is interested in opening negotiations with Export Import Bank to finance installation of power plant at Paulo Afonso Falls*”, indicando se “*TVA could lend one of its engineers to go over project and advise then. Should TVA be able to supply one, formal invitation will promptly be forthcoming*”. Mesmo com as transformações que seriam realizadas no projeto de Paulo Afonso,²⁰² executadas por Octavio Marcondes Ferraz, que por sinal esteve por diversas vezes no TVA,²⁰³ o contato marcaria diretamente os caminhos do

¹⁹⁹ *Report and recommendations regarding the Proposed Mapping Organization of the CNG and a Proposed National Mapping Plan for Brasil*. George D. Whitmore. Engineering Report Files, 1944. NARA, Record Group-142.

²⁰⁰ Foram realizadas análises sobre os principais setores com necessidades de reformulação para o desenvolvimento industrial. A partir das experiências norte-americanas de planejamento e organização, constatou a necessidade de “planejamento para eficiente utilização de todos os recursos naturais”, visto a abundância de localidades viáveis à instalação de usinas hidrelétricas, de forma que “as futuras usinas hidrelétricas fossem estabelecidas, tanto quanto possível, em zonas favoráveis à construção de grandes centrais”, destacando regiões como as bacias do Paraná e São Francisco. Ver: *A Missão Cooke no Brasil*. Relatório dirigido ao Presidente dos Estados Unidos da América pela Missão técnica Americana enviada ao Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1949, p. 15 – 192.

²⁰¹ *Report on the Development of Paulo Afonso Falls and power utilization in contiguous areas in Brazil*. Oren Reed, Engineer TVA. Knoxville, 1946, 47 p. Record Group-142, NARA, Atlanta-GE.

²⁰² Dentre as principais mudanças destaca-se sua primazia como uma usina subterrânea, ao mesmo tempo em que acabou obstruindo a possibilidade inicial de navegação por aquele espaço, como indicado pelo engenheiro do TVA. DIAS, Renato F. (Coord.). *Octavio Marcondes Ferraz: um pioneiro da Engenharia Nacional*. Centro de Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro, 1993.

²⁰³ Foreign Visitors. Fiscal year 1946.1948.1949. TVA Foreigner. *Information Office files*. Record Group-142. Box 344. NARA, Atlanta-GE.

estabelecimento de comissões de planejamento (como a própria Chesf, CELUSA, CESP) em um momento de abertura no país para a construção de grandes hidrelétricas.

Inclusive, é de se ressaltar que a realização do 1º Congresso Pan-Americano de Engenharia, realizado em 1949, é representativa para difusão de debates sobre os caminhos do planejamento das bacias hidrográficas assim como do setor energético nacional. Segundo Lucas Lopes,²⁰⁴ a participação de nomes como Morris Cook, apresentando os resultados de seus trabalhos foram centrais para ampliação de ideias e possibilidades.

Ressaltado até mesmo por Milton Vargas, projetista em Urubupungá, estes contatos influiriam principalmente em relação ao manejo de turbinas, métodos TVA de distribuição de energia e para a introdução de novas ideias sobre a construção de alojamento para os trabalhadores junto à obra:

*The construction camp and village should be located on the flat area below the falls on the left bank of the river. The area could be readily cleared and developed. Dormitories for men in single status must be provided but many houses as possible should be built for family occupancy because a workman is much more stable, if he has his family with him. Recreation facilities, training quarters, a school, and a good cafeteria will be necessary. Provisions for a comprehensive training program during the construction period will pay off in greater work production.*²⁰⁵

Muito deste contato se deu também a partir das relações estabelecidas entre o TVA e o Ministro da Agricultura, Apolônio Sales a partir de 1944, quando este visitou as instalações e requisitou ajuda e cooperação técnica para melhorias no setor energético do Brasil.²⁰⁶ Nas muitas cartas trocadas entre o ministro, o TVA e a figura de Nelson Rockefeller, que apareceria mais tarde junto à CIBPU, visualiza-se a aproximação do Brasil para a ampliação de acordos no setor energético, não somente para a região do rio São Francisco, mas como uma forma de potencializar toda região centro-sul do Brasil. Segundo o próprio ministro, em relação ao leste do Tennessee “*there is a great resemblance of the countryside to the Brazilian state of São Paulo*” projetando assim “*an excellent impression of Tennessee and particularly what has seen of TVA*”.²⁰⁷ E isto ficaria exposto tanto na documentação brasileira quanto na americana

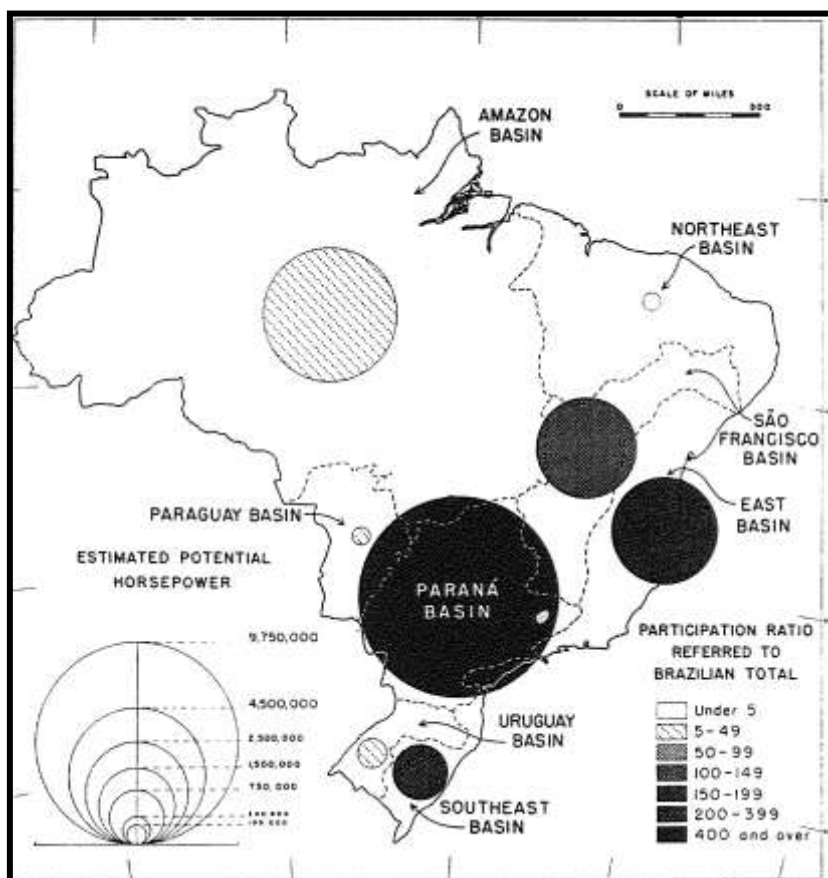
²⁰⁴ LOPES, L. O Vale do São Francisco. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas, 1955

²⁰⁵ Idem, p. 33.

²⁰⁶ Executive Office of The President, Coordinator of Inter-American Affairs, July 15, 1944. Letters Lilienthal-Rockefeller-Sales; Program for Visite Minister Apolonio Sales. Office of General Manager. Record Group-142, Box 91.

²⁰⁷ “City compared by TVA visitor to Brazil site”. *Chattanooga News-Free Press*. Chattanooga, Tuesday 28 July 1944. TVA Library, Knoxville.

sobre tais potencialidades, trazendo consigo a ideia do aproveitamento das bacias hidrográficas.



MAPA 03:
Potencialidades das
bacias brasileiras.
TVA, 1945

Assim, como pressuposto pela documentação brasileira, constatamos que o período entre 1945 e 1955, entre os governos Dutra e Vargas expõe uma densa gama de acordos de cooperação para o desenvolvimento do setor energético nacional. Período em que seriam criados importantes órgãos de planejamento regional, como a própria CIBPU, em 1951, iriam ocorrer a realização de acordos como “A Carta Econômica das Américas”, de 1945, a “Comissão Mista Brasil-EUA” (Dezembro de 1950) e a Missão Abbink. Ao mesmo tempo entendemos que neste contexto imediato do pós-guerra, mesmo com a presença de relatórios, programas de mapeamento e possíveis acordos econômicos, as intenções dos EUA estavam mais voltadas para a Europa e sua busca de aliados e influência político-econômica do que para a América Latina, questão muito evidente no *European Recovery Program*, o denominado Plano Marshall.

Mesmo assim, não devemos desconsiderar algumas tentativas realizadas neste contexto que, entre aproximações e distanciamentos, representaram propostas e estímulos

para os setores industrial e energético.²⁰⁸ Isto porque, ainda no governo Truman, visualizava-se uma mudança e uma aproximação com a América Latina na tangente de cooperação com os ditos países subdesenvolvidos, ampliando as relações diplomáticas e pontos de apoio a países como o Brasil. E é em seu governo que nasceria um dos principais programas de assistência econômica: o Ponto IV. Estabelecido, por um lado, como estratégia para reforçar a aproximação do bloco latino-americano em tempos de Guerra Fria buscou, por outro, estimular a cooperação para o melhoramento técnico junto aos países subdesenvolvidos, caminho por onde se criariam as estreitar relações técnicas e tecnológicas com os modelos norte-americanos.²⁰⁹ Por meio desse ponto, entidades como a *American International Association for Economic and Social Development* (AIA) reforçaram a presença de capital estrangeiro no país, por meio do diálogo com empresários como Nelson Rockefeller e o embaixador Herschell Johnson.

O aproveitamento da Bacia do Paraná aparece sugerido diretamente nas correspondências de representantes de projetos regionais com membros ligados ao Ponto IV, como Rockefeller. O agrimensor Casemiro Brodziak Filho, um dos articuladores da criação da CIBPU, buscou diretamente apresentar as potencialidades da região em diversas correspondências enviadas aos Estados Unidos:

Exmo. Sr. Nelson Rockefeller. É-me grato e honroso vir à presença de V. Sa, principalmente na presente conjuntura social-econômica em que o Mundo se debate, trazer à sua consideração, alguns estudos que se relacionam com uma das poucas reservas de terras virgens em zona subdesenvolvida existente no mundo, qual seja, a Bacia do Rio Paraná, muito conhecida de V. Sa. [...] o Ponto IV do qual V. Sa. é o seu ilustre supervisor e executor, encontrará na referida região do meu país, a Bacia do Paraná, as condições privilegiadas para a sua aplicação, tendo em vista os objetivos visados pelo plano em apreço.²¹⁰

São muitas as referências ao Ponto IV nas cartas entre representantes governamentais dos estados próximos à Bacia do Paraná, que viriam futuramente a formar a comissão regional que organizaria o complexo de Urubupungá. Indicavam as potencialidades e necessidades que a região possuía e como poderiam contribuir para o desenvolvimento nacional. Para membros

²⁰⁸ Sobre as questões ver: MOURA, G. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira, 1935-1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980; TOTA, A. *O imperialismo sedutor*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

²⁰⁹ É de se ressaltar que tal política também estava atrelada, claramente, à busca de alicerçar seu crescimento econômico e influência no país, o que ficaria evidente em muitos setores, como na própria propagação de revistas norte-americanas durante a década de 1950 e 1960, como veremos no capítulo 03.

²¹⁰ Carta enviada para Nova York em 14 de novembro de 1950. In: SILVEIRA, Enzo. *Urubupungá: Jupiá- Ilha Solteira*. São Paulo, 1970, p. 84-85.

como o Governador de Mato Grosso, Fernando Correa da Costa, “o ponto de vista de Mato Grosso, referente ao Ponto IV, era o aproveitamento do Vale do rio Paraná”.²¹¹

Com o findar da Missão Abbink, mas com a continuidade das relações de cooperação entre os dois países foi criada em dezembro de 1950 a Comissão Mista Brasil-EUA, sendo oficializada no ano seguinte, após a nomeação de Vargas para seu segundo mandato. Como demonstra Thiago Ribeiro em seu estudo o campo energético recebeu central atenção, por ser considerado o gargalo a ser superado.²¹² A comissão durou apenas três anos, até 1953, quando Truman deixa a presidência e assume Dwight D. Eisenhower, o que representou central ponto de influência nos direcionamentos do campo energético nacional, bem como fortaleceu o modelo de sistema capitalista apoiado nos EUA. Canais como o Banco Internacional de Cooperação e Desenvolvimento (BIRD), o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos (Eximbank) bem como a criação do BNDE se tornariam centrais na captação de recursos internacionais.

O que fica evidente é que juntamente com o grupo de acordos de cooperação as ideias e práticas do TVA adentram os caminhos do setor energético nacional, influenciando diretamente na relação em que a construção de complexos hidrelétricos teria com o múltiplo aproveitamento das bacias, numa integração direta dos recursos naturais, industrialização e promoção social, fatores que ficariam evidentes na documentação analisada no país assim como pelas ideias e práticas expostas pela mesma.

Observamos também que o arcabouço de relações deve ser analisado para além da conduta e da criação de acordos de cooperação, visto que a quantidade de grupos e sujeitos que buscam no TVA modelos e ideias vai além destes acordos. Nos relatórios de treinamento de estrangeiros no TVA neste período, o Brasil encontra-se entre os países com mais representantes, em áreas como desenvolvimento agrícola, questões de saúde e saneamento (atividades de controle da malária são correntes) e engenharia e construção, com ênfase na arquitetura e atividades do setor elétrico.²¹³ Segundo o documento, o número tendeu a declinar principalmente em alguns momentos do governo de Eisenhower (1953-1961), devido a aproximações e distanciamentos com o Brasil, mas que deixaram já sua influência nos desdobramentos que continuaram por meio de projetos de planejamento regional.

²¹¹ Carta enviada por Fernando Correa da Costa de Cuiabá, em 23 de agosto de 1951. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

²¹² RIBEIRO, Thiago Reis Marques. *Das missões à comissão: ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da “Missão Abbink” (1948) e da “Comissão Mista Brasil-Estados Unidos” (1951-1953)*. Dissertação em História. Universidade Federal Fluminense. 2012, 240 p.

²¹³ Grande é a quantidade de documentos que demonstram isto: “*The training foreign Students by Tennessee Valley*”; “*Visit of Brazilian Technicians*”; “*Foreign Visitors*”. “*Visitors Fiscal years 1945-1955*”. TVA Foreigner. Information Office files. Record Group-142. Box 344.

Assim, entre aproximações e distanciamentos os reflexos desse contato vão-se desvelando pela documentação, como na percepção deste engenheiro brasileiro que esteve no TVA:

*Not only the United States but the world at large will be immensely benefited by the Knowledge of what is behind TVA, what are TVA's ideals, building a new civilization in harmony with nature and reconstructing for the good of mankind what men blindly working against his own lasting interests, have destroyed for centuries.*²¹⁴

A imprensa norte-americana também noticiou e destacou as relações entre o TVA e suas possibilidades em terras brasileiras. Em muitos periódicos, principalmente em cidades de alguma forma ligadas à autarquia, destacava como as riquezas naturais tupiniquins poderiam ser beneficiadas, pois *“they will not have to guess at what will happen. TVA has been an experience in the Tennessee Valley for all of the United States and the world. The experiment is over, the facts are at hand. It is no wonder that our own land and other lands are coming aware of the benefit of river control”*.²¹⁵ O ápice da divulgação se daria em dois momentos. Em 1949, a passagem do presidente Eurico Gaspar Dutra seria euforicamente narrada pelos jornais e reproduzida em uma diversidade de materiais, em português e inglês, atestando que *“veio ele ver a Tennessee Valley Authority, o padrão mundial do desenvolvimento regional ao longo de linhas que podem ajudar tremendamente o Brasil nos anos vindouros”*.²¹⁶

A presença de Dutra, possuidor de uma postura favorável à abertura econômica nacional, contribuiu para as relações entre os países, colocando diretamente o TVA e o setor energético na política de relações internacionais. E isto, em relação a autarquia norte americana, expressava-se como possibilidade e modelo a ser seguido, fazendo-o inclusive a destacar que *“my impressions of the Chickamauga Dam and TVA installations are strong and lasting. The TVA development is one of the main causes of my trip down here”*.²¹⁷ O Segundo momento seria observado na década de 1960, em que os periódicos noticiaram a

²¹⁴ Foreign Visitors. Fiscal year 1946-1947. TVA Foreigner. *Information Office files*. Record Group-142. Box 344.

²¹⁵ *“Waiting a TVA”*. The Decatur Daily. Alabama, 11/02/1944. Outros exemplos são matérias como: *“Brazilians Here TVA Project”*; *“Brazilians Like Style TVA Dams”*; *“Brazilians Plan Dam Similar to Fort Loudon”*; *“TVA Studied by Brazilians”*; *“Brazilians Take TVA as Model”*. TVA Library. Knoxville.

²¹⁶ *Amizade Tradicional*. Visita de sua excelência Eurico Gaspar Dutra, Presidente do Brasil, aos Estados Unidos da América. 17 a 27 de maio de 1949, TVA Library, Knoxville-TN.

²¹⁷ The Chattanooga Daily Times. Thursday, 26 May 1949. Special Collects. University of Tennessee.

criação da CESP e como o empreendimento ligado ao estado de São Paulo era detentor de grande potencial de realizações próximas as do TVA.²¹⁸



FOTO 13: Presidente Dutra em Visita ao TVA. 1949.

Fonte: TVA Library.

Como já ressaltado, os caminhos da produção energética do estado de São Paulo correspondem a um dos principais “elos de ligação” de ideias e práticas do TVA em relação ao Complexo de Urubupungá. Somadas as experiências já destacadas de Catullo Branco e de estudantes e professores da Poli-USP no TVA, observamos também que propostas como Planos Estaduais de Eletrificação e órgãos como o Departamento de Águas e Energia do Estado de São Paulo realizaram experiências conectadas a ideias e práticas da autarquia. Entre fins da década de 1940 e, ao longo da década de 1950, encontramos a visita de sujeitos como Plínio Penteado Whitaquer, Roberto Campos, Lucas Lopes, John Cotrim e Francisco de Lima de Souza Dias Filho, importantes figuras do setor energético nacional.²¹⁹ Plínio Whitaquer, Diretor do Departamento de Água e Esgoto do Estado de São Paulo, em sua visita ao TVA, em 1949, destacou os muitos exemplos e benefícios que poderiam ser realizados por meio da criação de “autarquias” para o aproveitamento hídrico e energético no estado de São Paulo, tomando como exemplo as transformações vistas nas cidades impactadas pelas ações do TVA, ressaltando a necessidade da criação de grupos como estes, pois segundo ele “tal entidade só

²¹⁸ “Brazilian Plans TVA as post war projects”; “Brazilian Plans huge 'TVA' development”, “CESP in Progress”.

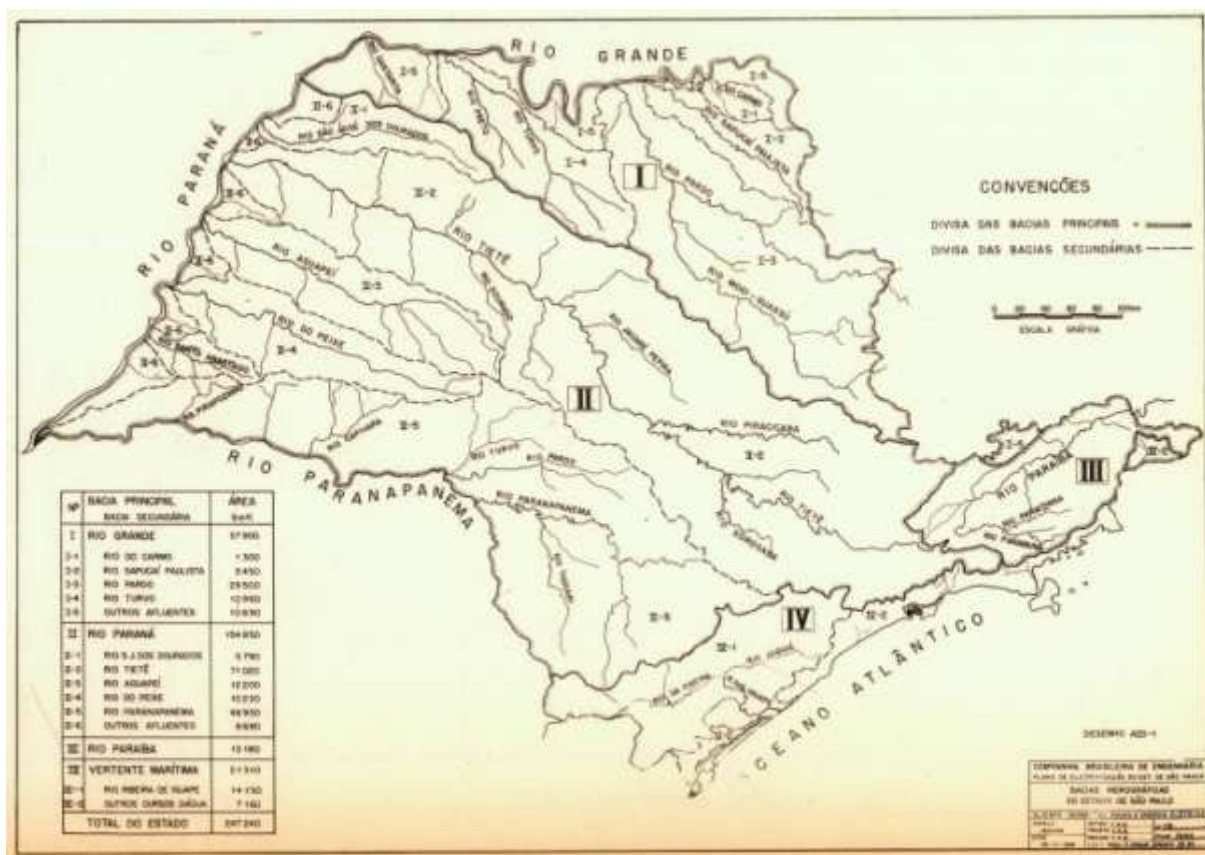
²¹⁹ Foreign Visitors. Fiscal year 1946-1951. TVA Foreigner. Information Office files. NARA, Record Group-142. Box 344.

poderá existir sob a égide do poder estadual, como será o Departamento de Águas e Esgoto de São Paulo, cujo projeto foi estudado e que constitui a ampliação da atual RAE”.²²⁰

E esta era uma realidade que estava se operando dentro do estado e que iria resultar na criação de empresas públicas entre 1951, com o DAEE e 1966 com a CESP. O Departamento de Águas e Energia Elétrica foi criado com a finalidade de estabelecer novos estudos e possibilidades energéticas para o estado, postas em prática por meio de estudos realizados no Plano Estadual de Eletrificação. Assim, o aproveitamento energético do Vale do Paraná, região do futuro complexo hidrelétrico, já previsto no Plano Quadrienal do Governo em 1951 trazia uma nova leitura de aproveitamento de cada uma das bacias hidrográficas do estado, criando a possibilidade de um desenvolvimento integral de suas potencialidades energéticas. Assimilado na própria organização do complexo Hidrelétrico, por meio da CELUSA e CESP, articulou em si uma pluralidade de práticas, que iriam inferir diretamente nas experiências em diversas áreas, desde a arquitetura (planejamento regional, urbanístico), engenharia (modelos, técnicas e tecnologias) e produção energética. Em cada um destes campos as experiências aqui realizadas se tornariam modelos a serem seguidas, referências que se tornariam marcos em cada setor.

²²⁰ WHITAKER, Plínio P. Transformação da R.A.E. em Autarquia. *Revista DAE*, nº 24, dez/1952, p. 119- 122.

MAPA 04 -



Aproveitamento das bacias hidrográficas do estado de São Paulo. 1956

Outros sujeitos destacados, como Lucas Lopes, Roberto Campos, John Cotrim e mesmo Octávio Marcondes Ferraz também realizariam ações semelhantes na condução de outros projetos, seja de âmbito regional, como em Minas Gerais ou nacional, na participação direta do Plano de Metas durante o governo JK, no qual o programa elétrico era um dos pilares do desenvolvimento nacional. Não surpreende que na documentação a partir deste período destaque-se a presença de três empreendimentos: Furnas, Três Marias e Urubupungá, ligadas, de alguma forma, a mentores do processo de grandes hidrelétricas nas décadas de 1940 e 1950 e que iriam agora ocupar funções na continuidade desse planejamento, em espaços como Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás, CESP, CEMIG...O resultado é o condicionamento do desenvolvimento energético ao longo do regime militar conectado a estes grupos e espaço, fazendo da região centro-sul o centro da produção energética, permeado aos interesses desses estados e empresas da região.

A própria Eletrobrás, autarquia criada em abril de 1961, é descrita para TVA por seu presidente Mario Bhering como um modelo de desenvolvimento próximo a suas diretrizes:

*Eletrobrás is the Federal Agency to which all Federal funds for power construction revert, so that all Government financing for electric power expansion is done through Eletrobrás. In addition, Eletrobrás is the holding Company of all Federal power in Brazil, operating now fourteen subsidiary Companies of which Runs in one of the largest. Like TVA, Eletrobrás tries to provide guidance and orientation to all power Companies in Brazil, provide technical assistance as requested, and recommends the power policy of the Nation to the Minister Mines and Energy. You can realize the extent of interest I have to set proper interconnection operating in the South-Central region where several utilities operate, some private, some State and some Federal, with a total demand of about 4.000.000 kW.*²²¹

Temos assim, naquele momento, a continuidade de troca de relações, acordos de cooperação técnica e mesmo financeira com o TVA, mas por meio de contatos com a Eletrobrás. Isto demonstra que, mesmo com o crescimento do mercado nacional, de técnicas e técnicos, as relações internacionais de cooperação ainda se desenvolvem, elemento fundante das políticas empreendidas pelo regime deste período. São apresentados estudos principalmente ligados à distribuição do potencial energético que foi e estava sendo instalado em regiões como Minas Gerais e São Paulo.²²² Tem-se destaque também a busca de modelos e planos de cooperação para a intensificação da eletrificação rural, no Brasil e América Latina, contando com a participação de representantes nacionais e a produção de rico material sobre o tema.²²³

O Complexo Hidrelétrico Urubupungá destaca-se entre as correspondências da Eletrobrás, mas, principalmente, em relações diretas com a CESP e conectado com as ações do governo do estado de São Paulo. A leitura destes documentos nos fornece subsídios para refinar algumas ideias analisadas postas na documentação no Brasil: mesmo que a CIBPU tenha representado um dos elementos de conectividade com as experiências de planejamento regional do TVA e, conseqüentemente, a ligação com a promoção energética em Urubupungá, com o estabelecimento de órgãos como a CELUSA (1961) e a CESP (1966) o estado de São Paulo torna-se hegemônico na condução de suas ideias, caminho por onde busca também no TVA a continuidade de acordos e prestação de serviços, como visto em carta enviada pela CESP à autarquia ressaltando que “*we understand that the experience a TVA in this matter would be a great value for the study. So, the intent of this letter is the ask you about the*

²²¹ “Centrais Elétricas Brasileiras- Eletrobrás S/A”. *General Correspondence*- 1962-1976. NARA. Record Group-142, Box 142.

²²² *International Cooperation Administratio*. Eletrobrás. *General Correspondence*- 1962-1976. NARA. Record Group-142, Box 142.

²²³ Program and Itinerary Latin America Regional Rural Electric Cooperative Study. Department of State. Agency for International Development. TVA Library. Knoxville-TN.

possibility of a contact of our group with your staff'.²²⁴ Assim, a CESP por meio de seu complexo de setores energéticos é vista como uma possibilidade de práticas e experiências de integração dos múltiplos aproveitamentos, entre navegação, controle de enchentes e produção energética, como realizado pela TVA.

Ao longo da construção do complexo, as próprias empreiteiras estimulariam a continuidade destes contatos, visando à troca de experiências e, ao mesmo tempo, à busca por manter boas relações que possibilitassem a realização de empréstimos. Segundo José Fantinato, engenheiro da Camargo Correa, que trabalho em Urubupungá, eram comuns as idas aos Estados Unidos, destacadas na própria concepção que Sebastião Camargo possuía:

a visão que ele tinha da necessidade do seu pessoal se aprimorar, sempre tinha funcionários, engenheiros viajando para o exterior. Em 1963, nós mesmos, um grupo, fizemos uma viagem de mais de um mês aos Estados Unidos, isso porque estávamos com duas imensas obras que era Jupia e Ilha Solteira. Então fomos aos Estados Unidos, passamos mais de um mês visitando barragens, hidrelétricas, fábricas de equipamentos pesados, etc.²²⁵

Ao mesmo tempo em que estes contatos eram buscados, a documentação nos revela a preocupação do governo norte-americano com possíveis relações desse empreendimento com outros eixos políticos. Desde fins da Segunda Guerra Mundial, a bipolaridade estava presente em muitos setores nacionais, entre os acordos de cooperação com os Estados Unidos e o afastamento junto a países de orientação socialista. Contudo, é comum dentro de setores como o energético a continuidade de defesa da nacionalização de nossas atividades, o que levaria, por vezes, a aproximação junto ao bloco soviético. O próprio Catullo Branco visitou em 1953 a URSS e a Tchecoslováquia, espaço este que novamente seria recorrente em visitas de membros da CESP. Tais aproximações seriam mais recorrentes na década de 1970, no governo Geisel, mas já em fins da década de 1960 ocorreriam, atendendo a determinados interesses econômicos, como na compra de turbinas e geradores para usinas como a de Sobradinho.

Em 1967, em carta enviada ao Departamento de Estado Americano indica claramente esta preocupação:

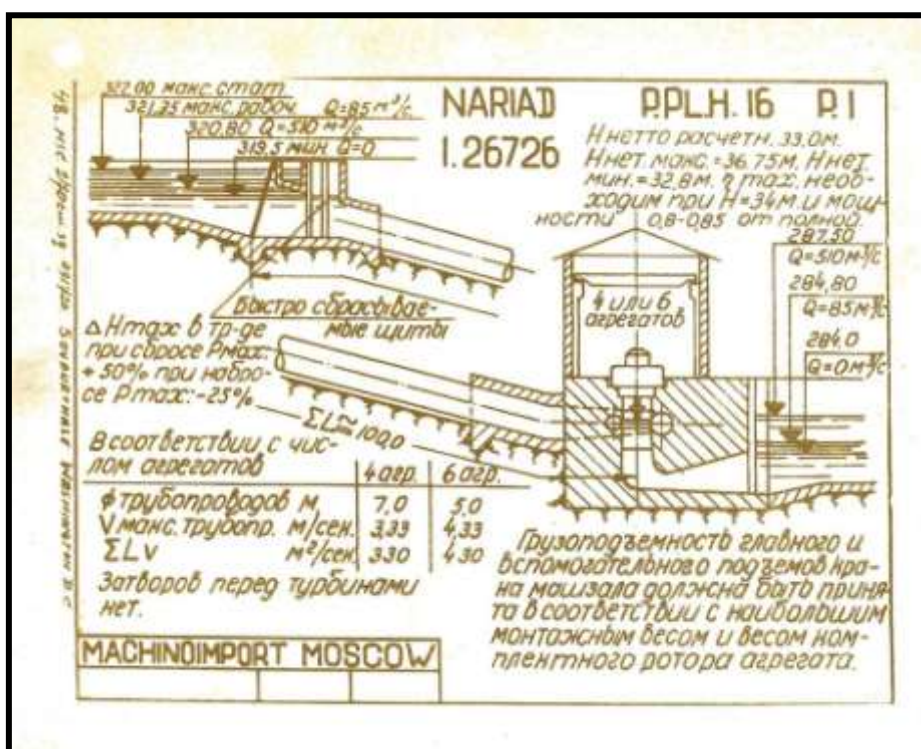
Headed by Ludvig UBL, first Vice Minister of Foreign Trade, a 12 man official Czech Trade Mission visited São Paulo May 22 abd 23, met with

²²⁴ Office of Chief Management services Staff. Centrais Elétricas de São Paulo. Office of Power. Chattanooga/TN, August 1967. NARA, Record Group-142.

²²⁵ José Fantinato. Entrevista realizada no dia 25 de maio de 2004 por Renato de Oliveira Diniz e Sara Barbosa de Sousa. CDMCC.

CESP (State Electric Power Agency) and State Government officials and visited several Brazilian and foreign-owned (no U.S) plants. Main purpose: to sell Czech equipment and technical assistance for the Ilha Solteira hydro power project. The Soviet technicians who recently came to Brazil for the Bahia gas project quietly slipped into São Paulo on May 23 and also met with CESP officials on the Ilha Solteira project.²²⁶

Nos comentários acrescenta ainda que “both the Czechs and Soviets appear willing to sell below cost and buy Brazilian consumer products in order to get a strong foothold in the Brazilian market”. Isso contribui primeiramente para a percepção de como nos caminhos do setor energético uma multiplicidade de relação ultrapassam a produção energética, demonstrando, neste caso, a diversidade de relações em seus caminhos. Em segundo, trata-se também de uma busca de informações sobre a influência exercida política e economicamente por cada um dos blocos, visto que estamos falando do contexto da Guerra Fria. Em relação às possíveis técnicas mencionadas, o próprio governo americano, por meio da TVA, já havia em outro momento fornecido para o próprio bloco soviético acordos de cooperação e técnicas de construção hidrelétrica, ocorridos entre 1942 e 1945, como encontrado na documentação.²²⁷



²²⁶ Department of State. Bureau of United American Affair. Limited official use, 1967 p. 04. NARA, Record Group.142.

²²⁷ Treasury Department. Procurement Division and TVA Division Engineer. July 1943. NARA, Record Group-142.

Antes mesmo do período, conforme destaca Thomas Hughes, a União Soviética teria buscado cooperação para realização de grandes projetos regionais de desenvolvimento hidrelétrico e dos recursos naturais na Sibéria, promovendo uma série de consultorias junto a engenheiros e corporações americanas, principalmente ligadas a realizações hidrelétricas no Mississippi.

Práticas como estas são pertinentes para nos lembrar do que é feita a história, este campo de disputas e tensões onde diferentes posicionamentos, ideários e mentalidades, conectadas a seu tempo e seu momento de experiências tencionam e postulam determinados valores, ideias e práticas, formando uma verdadeira “teia” de significações, postas a serem desveladas no fazer-se do trabalho do historiador. A existência de diferentes contatos nos caminhos de formação do complexo hidrelétrico não diminui o peso de determinadas relações ou referências, mas, pelo contrário, revela-nos como o setor energético e o projeto em análise possui um peso fundante como elemento que, mesmo a diferentes temporalidades, como já demonstrado, está agregado à dinâmica de seu tempo. Extrapolando o próprio campo energético, adentra a malha de relações em outros saberes e representações, ampliando as possibilidades de/para novos estudos.

Assim, o Complexo Hidrelétrico Urubupungá apresenta-se como modelo de prática e cooperação na realização de projetos de planejamento regional no Brasil, entre as décadas de 1940 e 1960, visualizadas nos plurais contatos que se realizaram entre brasileiros no TVA e na indicação de dados e projetos sobre as possibilidades energéticas no Brasil, trazendo uma nova perspectiva de como a produção energética atrela-se a uma diversidade de práticas e ações dentro do espaço, não somente como um produto energético de impacto local. Isso ocorre na percepção de que os grandes complexos hidrelétricos entre as décadas de 1950 a 1970 são vistos como propulsores do progresso conectados ao aproveitamento integral da bacia hidrográfica, em um plano geral, assim como conectados com as transformações em infraestrutura e paisagem, em um plano regional, muito semelhante ao exposto pelas ações da TVA.

O início do processo encontra-se na própria formulação de novas experiências de planejamento regional, neste caso, a partir da CIBPU e como este órgão tem como referencial o TVA para condução de muitas de suas ações. A partir desse encontramos na própria formação de projetistas e engenheiros, principalmente ligados ao Estado de São Paulo, uma gama de relações com o setor energético, seja pelas visitas técnicas ou consultorias realizadas entre a autarquia no país. Tais relações deixaram suas marcas na formação e desenvolvimento de projetos e complexos hidrelétricos, e que seriam adaptadas aos muitos outros realizados ao

longo da década de 1950, por exemplo, tendo em Urubupungá a multiplicidade destas experiências. Somado a este, observamos na constituição de empresas como a CELUSA e CESP a continuidade destas práticas, seja na visualização de suas experiências de arquitetura, ou mesmo na integração da produção energética com a atividade de conservação, a indústria e o saneamento. Em ambos os casos, observamos ao longo da documentação, tanto brasileira como norte americana, proximidades e distanciamentos nos modelos energéticos utilizados, devido principalmente às adaptações realizadas para os problemas aqui encontrados. Por fim, a propaganda emaranhada na construção destes complexos, produzida antes e durante sua construção serve de mola propulsora para a imagem que o mesmo teria dentro do nacional-desenvolvimentismo instaurado no período, deixando ao mesmo tempo também evidente que, em muitos momentos, a propaganda sobrepujou a real influência entre as autarquias, ocorrendo como um mecanismo de aproximação dentro das relações internacionais características do contexto, um verdadeiro “representante diplomático”.

Urubupungá encontra-se dentro deste movimento, mas se antes suas corredeiras e o rio Paraná, como caminho, nos convidavam ao movimento, ela, a energia elétrica, quer nos conduzir à integração, de novas ideias e ideais, a um tempo de produzir energia para promover o progresso.

2.2 DAS COMISSÕES ÀS CENTRAIS ELÉTRICAS

O quadro de relações apresentado marca um contexto nacional de criação de comissões de estudos e planejamento regional em várias regiões do país. Não são poucos os exemplos de projetos realizados neste período que tem a finalidade de mapear as potencialidades de cada espaço. Projetos como a Superintendência do Plano de Valorização da Fronteira Sudoeste do País (SPVERFSP) de 1956, Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) de 1953, a SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, em 1959, são alguns exemplos. Outros projetos, como a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguaí, a CIBPU, de 1951²²⁸ e a Comissão do Vale do São Francisco, a CVSF, de 1948 destacam-se como órgãos de planejamento regional centrados no desenvolvimento de bacias hidrográficas.

Em relação ao projeto que se desvelaria no rio Paraná, parte da documentação analisada destaca que o pioneirismo desta realização também se deve aos estudos promovidos

²²⁸ Sua criação é oficializada pela lei nº 2018, em 23 de dezembro de 1952.

pelo estado de São Paulo, por meio da SAGMACS,²²⁹ que neste período ajudou a promover o “Plano Quadrienal de Governo do estado de São Paulo”, exposto em relatórios fundamentados nas experiências de Rômulo de Almeida em sua participação no conselho da ONU em 1950, destacando que:

Ao Paraná (rio), propriamente, vem da região onde se projetam a localização da nova capital e vultuosos aproveitamentos hidroelétricos (...) O desenvolvimento do vale do rio Paraná é um objetivo com a dupla finalidade de intensificar a atividade econômica no oeste do país, tornando mais viáveis e econômicas as vias de transporte e a ocupação do território, e de aproximar os países limítrofes no sentido da criação de grandes vias continentais e assim da integração de um grande mercado sul-americano.²³⁰

De qualquer forma, almejando, dentre outros fins, realizar o aumento da produção energética, assistíamos nesse período à afirmação de determinadas orientações calcadas em um projeto de expansão industrial, elemento que marcaria o segundo governo Vargas e as intervenções diretas neste setor. Juntamente às campanhas de nacionalização da produção de petróleo, que levariam a criação da Petrobrás, em 1953, foi proposta a criação do Plano Nacional de Eletrificação, pois para Vargas era “indispensável” que o Governo assumisse frente ativa em relação aos problemas da criação de novos recursos energéticos. Criando um quadro abertamente de disputas entre privatistas e nacionalistas, a produção energética encontrava-se no central da ideologia desenvolvimentista, e segundo o próprio Vargas, “para que a eletricidade seja um elemento de progresso e permita o desenvolvimento industrial não é meramente necessário que seja barata, é indispensável, sobretudo, que seja abundante”.²³¹

Em relação à região da Bacia do Paraná, considerada assim uma região de baixo aproveitamento econômico pelos estudos até então realizados, surgiria no momento a comissão que daria início aos estudos para o futuro projeto hidrelétrico Urubupungá. Nascida por meio de interlocutores como o então governador de Mato Grosso em 1951, Fernando Corrêa da Costa, o agrimensor Casimiro B. Filho e o governador em exercício de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, articularam-se numa tentativa de dinamizar os investimentos para a região centro-sul do país, definindo em setembro de 1951, na “Semana da Pátria”, como lembra Cleonice Gardin o que se tornaria a denominada Comissão Interestadual da Bacia

²²⁹ A *Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais* atuou no Brasil entre 1947 e 1960 no planejamento urbano nacional, tendo com principal mentor o padre dominicano francês Lebreton, buscando difundir a ideia de desenvolvimento regional humanitário.

²³⁰ SAGMACS. Problemas de desenvolvimento. Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo. São Paulo: CIBPU, 1954. p. 22-23.

²³¹ Mensagem ao Congresso Nacional; apresentada por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951, p. 220-222.

Paraná-Uruguai, a CIBPU, reunindo os governadores dos estados componentes da bacia do rio Paraná, com a finalidade de direcionar acordos e possibilidades de desenvolvimento de uma ampla região durante as décadas de 1950 a 1970.

Os primeiros trabalhos instaurados em 1951 tem a participação de seis estados brasileiros: São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Santa Catarina.²³² Apresentado o projeto ao presidente Getúlio Vargas, questionou este sobre a não participação do estado do Rio Grande do Sul. Segundo Demósthene Martins, em suas memórias, tratava-se tal comissão de uma aglutinação de cunho político liderada por São Paulo, motivo da exclusão do Rio Grande do Sul, estado do presidente. Fato ou não, foi aceita a participação desse estado na comissão, em maio de 1952, passando a integrar a região da Bacia do Uruguai no planejamento.²³³ Constituiu-se assim como um órgão de planejamento regional, objetivando o desenvolvimento de ampla região abarcada pelas bacias dos rios Paraná e Uruguai, tendo o aproveitamento das potencialidades naturais como elemento promotor do desenvolvimento. Temos, então, que mais do que uma unidade política e o atual momento de crescimento de cada estado, o que os unia eram as potencialidades dos rios que os margeavam.

Assim, entre 1951 e 1972, período de existência da CIBPU, uma série de reuniões e planos de ação foram traçados, buscando promover a criação de redes de transporte fluvial (pontes, embarcadouros, canais e regularização dos regimes fluviais), rodoviário (novas estradas, melhoramento das existentes), ferroviário (padronização do parque ferroviário, novos convênios e variantes de penetração), aéreo (campos de pouso), produção de energia combustível e principalmente elétrica, pelo aproveitamento hidroelétrico do rio Paraná e para assim promover o povoamento de vasta região, tida ainda como “inaproveitável”.²³⁴

A centralidade do Complexo Hidrelétrico Urubupungá estará atrelada à diversidade de empreendimentos que seriam considerados prioritários para o desenvolvimento do interior do país. Por isso, para muitos dos interlocutores do projeto, como Casemiro B. Filho, estaria a região de Urubupungá determinada historicamente a ser palco de vultosa empreita, sendo sua condição geográfica propícia ao aproveitamento energético. Abarcando na década de 1950 mais de 2.274 municípios, de sete estados e estando “Urubupungá, como epicentro, irradiar-

²³² Analisando um conjunto de cartas trocadas entre Fernando Correa da Costa, Casemiro B. Filho e Lucas Nogueira Garcez, as primeiras ideias para formação dessa comissão partiram do governador do estado de Mato Grosso, Fernando C. da Costa. Porém, como já ressaltado, a ideia de aproveitamento hidroelétrico da região de Urubupungá já se encontrava nos relatórios de planejamento do governo do estado de São Paulo.

²³³ MARTINS, Demósthene. *A poeira da Jornada: Memórias*. São Paulo: Resenha Tributária, S/d.

²³⁴ Relatório CIBPU, 1951: 1-2.

se-iam benefícios a nada menos de 70% de todas as atividades econômicas do país, e igual porcentagem aos setores da produção industrial e agropecuária”.²³⁵

MAPA 05 -



Área de impacto do Complexo Hidrelétrico de Urubupungá

Fonte: CIBPU, 1957.

Uma prática observada em grande parte da documentação, seja ela da CIBPU ou de outros órgãos ligados ou de alguma forma interessados no aproveitamento energético de Urubupungá, é a apresentação de mapas indicativos sobre a área de influência do empreendimento. Como se observa acima, mais do que situar sua localização, expressa sua intencionalidade em promover como uma região ou espaço está integrado ao mesmo potencial de desenvolvimento, fazendo com que para além de sua dimensão física sejam expostas suas dimensões simbólicas, carregando a representação daquilo que permeia o limite entre o sertão de agora e o progresso do amanhã. Como um “futuro que pressiona”, na expressão de

²³⁵ SILVEIRA, op. cit, p. 79.

Reinhart Koselleck, representa como por meio dos imperativos técnicos do aproveitamento energético, a vasta região estará contemplada em um futuro próximo pelas novas experiências proporcionadas pela ampliação de seu parque energético.

Mapas como este, contendo uma espécie de “zona de influência” iriam aparecer ao longo da década de 1950, 1960 e mesmo 1970 em vários momentos e, articulados junto a narrativas textuais e audiovisuais, serviriam de instrumento promotor da ideia de progresso espalhando-se por uma vasta região. Observamos também que em muitos dos usos, como em periódicos de circulação nacional, como veremos nos próximos capítulos, o próprio raio de influência também se alterava, abarcando, em alguns casos, regiões como o extremo-oeste de São Paulo, sul de Mato Grosso e norte do Paraná e em outros ultrapassando até um raio de 600 km, para além das fronteiras do país.

Em relação à comissão que encabeçava o planejamento, ao todo, seriam dez reuniões ocorridas entre os integrantes da comissão, em sete estados diferentes, tendo seu fechamento em 1968 no próprio canteiro de obras em Urubupungá. A divergência de interesses, a centralidade na tomada de decisões e a gradual convergência dos projetos para um propósito central, produzir energia, seriam pontos característicos do projeto, fazendo desse espaço um campo de disputas em que, mesmo possuindo interesses em comum, não compartilhavam dos mesmos recursos e competências, onde possuir maior capital representava maior poder nas decisões dentro do grupo. Assim, a produção energética se tornaria o elemento central na organização, fator de progresso e desenvolvimentos, reconhecido pelas “vozes autorizadas”, como ressalta Pierre Bourdieu, como elemento legítimo da transformação social.

A própria criação da comissão, posteriormente articulada ao do Complexo Hidrelétrico, apresentam tais “vozes autorizadas”, portadoras dos elementos técnicos e ideológicos pensados como necessários para conduzir os caminhos do progresso. Questão muito próxima ao pensado por Lilienthal, presidente do TVA a respeito do seu correlato norte-americano, em que “a unificação das várias qualificações técnicas constituiu parte central do trabalho da TVA, como o é deveras em toda a vida moderna”.²³⁶ Apresentando diretamente três figuras participantes deste processo, Casemiro B. Filho, Fernando C. Costa e Lucas N. Garcez projeta, respectivamente, que:

O raciocínio do agrimensor ampliou-se na consciência do médico, evoluindo no sentido da boa compreensão ou da inteligência das causas que haviam de ser decifradas e removidas pela engenharia. E, assim, o médico, alertado pelo agrimensor, entendeu-se com o engenheiro que, além de profissional

²³⁶ LILIENTHAL, op. cit, p. 78.

especializado, tinha interesse público no problema, porque ocupava, na margem esquerda do rio Paraná, a mesma posição governamental do médico de Mato Grosso.²³⁷

Ao longo das cinco primeiras reuniões, entre 1951 e 1955, destacam-se definições conjunturais de como seriam definidas a participação dos estados neste planejamento regional, evidenciando as disparidades entre seus membros e a necessidade de centralização em problemas que fossem comuns a todos os integrantes.²³⁸ Contando ao longo de suas reuniões com o apoio do governo federal, mas nunca tendo se tornado um órgão federal, a comissão apresentava uma teia de problemáticas a serem tratadas, ligadas a questões desde melhorias no mundo rural, proteção das fronteiras nacionais, colonização e aproveitamento múltiplo do rio Paraná.²³⁹ Período marcado por tensões entre privatistas e nacionalistas, devido as iniciativas de Vargas visando à criação da Eletrobrás, por meio do Plano Nacional de Eletrificação, dentro da comissão, a produção energética calcava-se como o elemento da dinamização econômica, (re) afirmando que a região de Urubupungá, parafraseando Euclides da Cunha, seria “a base vindoura dos mais importantes centros industriais da América do Sul”.²⁴⁰

Percebemos que mesmo não sendo ainda direcionados programas de aproveitamento das corredeiras de Urubupungá, que viriam a ocorrer a partir de 1955, a região foi desvelando-se na documentação como o espaço a ser desenvolvido. Programas de transporte, industriais e de urbanização projetavam-se gradualmente como necessidades para o reaparelhamento do interior do país, permeados pela própria produção energética. Mais do que um rio da unidade territorial, para a comissão, o rio Paraná era o futuro das relações internacionais:

Como o rio São Francisco é, sem dúvida, o rio da unidade nacional, o Paraná, que se junta com o Uruguai no estuário do Prata, está destinado a ser o traço de união da solidariedade sul americana. De ambos poderemos dizer que o primeiro está para o Brasil, como o segundo estará para o continente.²⁴¹

Neste mesmo ano, pela fala do presidente Vargas, como bem observado por Chiquito, fica evidente como os caminhos fluviais possuem centralidade para o desenvolvimento do

²³⁷ SILVEIRA, op. cit, p. 82.

²³⁸ No momento de sua criação, os governadores de cada estado eram: Fernando Corrêa da Costa (Mato Grosso), Lucas Nogueira Garcez (São Paulo), Irineu Bornhausen (Santa Catarina), Pedro Ludovico (Goiás), Bento Munhoz da Rocha Neto (Paraná) e Juscelino Kubitschek (Minas Gerais). O sétimo estado a compor a CIBPU, Rio Grande do Sul, não participou dessa conferência.

²³⁹ CONFERÊNCIA dos Governadores, 1ª, 06 a 08/09/1951, São Paulo; CONFERÊNCIA dos Governadores, 2ª, 20/09/1952, Porto Alegre-RS.

²⁴⁰ CONFERÊNCIA dos Governadores, 1ª, 06 a 08/09/1951, São Paulo, 1951.p.17.

²⁴¹ OFÍCIO da Comissão ao presidente Getúlio Vargas. Processo nº. 35686. 1952.

interior do país. Ao mesmo tempo, deixa transparecer as necessidades da instrumentalização dos recursos naturais para seu integral aproveitamento:

Nas épocas recuadas da História, a penetração através do país para o intercâmbio e o desenvolvimento econômico se fez através dos grandes cursos d'água. Mas hoje, com o progresso atual, com o desenvolvimento da engenharia, com os *milagres da técnica*, já não será apenas o aproveitamento dos cursos d'água para a navegação. Será a *correção desses cursos d'água*, a fim de contê-los nas enchentes e corrigi-los nas vazantes. Será o aproveitamento de suas águas para a *irrigação dos terrenos circunvizinhos* e o *desenvolvimento agrícola* do País. Mas será, sobretudo, o aproveitamento de suas quedas d'água, para a *produção de energia barata*, com que iremos industrializar toda esta vasta região. E é por isso que nós precisamos, principalmente, aproveitar as águas do Rio Paraná, para desenvolvermos essas *fontes de energia* que representarão um extraordinário *progresso* para o Brasil e o fornecimento de trabalho para *todos os brasileiros*.²⁴²

Alguns imperativos se mostram presentes em seu discurso. Os caminhos fluviais que, como vimos na primeira parte do trabalho, remontam historicamente às incursões para o interior do país, para os “sertões”, se apresentam agora como uma evocação histórica para legitimação das ações, à luz do que ele denominou “milagres da técnica”, necessários para “corrigir” o próprio caminho do rio, decorrente da finalidade de seu aproveitamento integral, qual seja, navegação, controle de enchentes e produção energética. Produção esta que, conforme havia destacado o próprio presidente, seria atrativo se possuidora de um custo atrativo, de forma que o resultado direto deste aproveitamento transformasse em uma ideia de progresso coletivo, “para todos os brasileiros”. Torna-se evidente, novamente, como as necessidades de instrumentalização e dominação da natureza à luz de novas técnicas industriais promovem a difusão de determinadas ideologias, como a do progresso, que tem a função de articulá-los de forma que a finalidade daquela empreita fosse o bem coletivo, mas que apresentam os imperativos e interesses políticos, sociais e mesmo culturais de determinada classe, para determinados fins.²⁴³

Difundindo a ideia de um sertão permeado por novas possibilidades, tais discursos, assim como os direcionamentos da comissão nestas primeiras reuniões, evidenciam diretamente as influências do programa norte-americano *Tennessee Valley Authority*, no qual, assim como seu predecessor, a valorização do sertão passa por seu aproveitamento integral, o “domínio das águas”, como ressalta Lilienthal. O desenvolvimento regional, atrelado à navegação e a produção energética iria sanar os problemas da população e “a força do saber

²⁴² 2ª Conferência dos Governadores de 20 de setembro de 1952, Grifo nosso.

²⁴³ ALMEIDA, J, op. cit, p. 172.

está também transformando um vale, *libertando* os recursos da região para elevar o rendimento da população”.²⁴⁴

QUADRO 02 -

LOCAIS	BACIA TO TENNESSEE	BACIA DO PARANÁ*
Área da Bacia	105.000 Km ²	879.000 Km ²
Principal afluente	Rio Tennessee	Rio Paraná
Estados Integrantes	7 Estados	6 Estados
População (1950)	3.000.000	20.000.000
Hidrelétricas	28	9
Programas de ação	TVA	CIPBU

*em território nacional

Regiões de aproveitamento hidrelétrico.
Org. pelo autor.

Ao analisarmos a documentação deste órgão de planejamento regional, observando como seus caminhos se confundem com os do próprio complexo hidrelétrico, corroboramos com Chiquito na percepção de que, assim como na comissão, a condução para o aproveitamento energético se apoiou nas necessidades de um estado, São Paulo, projetando sua área de influência para além do rio Paraná, assumindo papel central, como veremos, em todo processo de eventos em Urubupungá. Projeta-se a imagem de promotores do desenvolvimento e, “além disso, está no próprio destino histórico de São Paulo a atração pelo *hinterland*. No passado, foi visando à integração geográfica, através das Bandeiras, que, na Bacia do Paraná, se desenrolou a epopeia magnífica da “Monção Cuiabana”.²⁴⁵

Para outros articuladores, que projetam o Complexo Urubupungá como a continuidade do desenvolvimento paulista, passado e presente se completam, se unem e, para o interlocutor que postula determinados interesses e posicionamentos, “a posição de rememorar confunde-se com a do observador privilegiado, que ‘viu’ aqueles fatos, tomados como fundamentais pela posteridade, podendo narrar, recordando, interpretando, revendo, com sugestão de extrema objetividade a verdade deles”. E assim, “outra face se apresenta: exterioridade e interpretação complementam-se”.²⁴⁶

Podemos observar tal concepção quando Silveira ressalta que:

²⁴⁴ LILIENTHAL, op. cit, p. 41, grifo nosso.

²⁴⁵ Discurso do governador de São Paulo pronunciado na sessão de instalação da 1ª Conferência dos Governadores, 6 a 8 de setembro de 1951, Palácio dos Campos Elíseos, São Paulo, p. 12.

²⁴⁶ VESENTINI, op. cit, p. 42.

No presente, a vocação bandeirante é representada pela ânsia de integração econômica do planalto interior (...). A Noroeste do Brasil atravessou o Paraná, em Jupiá, e com os seus trilhos atingiu Corumbá, onde se liga a Brasil- Bolívia e a Brasil-Paraguai. Urge, pois, agora, para os paulistas prosseguir no seu destino histórico, irmanados com os outros bandeirantes de além Paraná, Paranapanema e Rio Grande.²⁴⁷

É mister ressaltar que na década de 1950 o estado de São Paulo possuía mais de 9 milhões de habitantes, o mais populoso a participar do empreendimento energético, com cerca de 34 % de seu total. O que se nota é a continuidade do expoente de crescimento ao longo da década de 1960, o qual alcançaria grandes proporções na década seguinte, assim como sua influência nas regiões ligadas à bacia do Paraná. Por “influência” estamos tensionando não somente a área de atuação de sua economia, mas também a percepção de como determinados fatores de desenvolvimento, tidos como necessidades para a continuidade do crescimento paulista, passaram a fazer parte das metas dessas outras regiões. Veremos que desde práticas culturais até novos modelos de crescimento econômico fariam parte da região, permeada pela produção energética do complexo, principalmente pela condução de seus agentes mediadores. Como exemplo, o primeiro governador do estado de Mato Grosso a participar dos projetos de Urubupungá, Fernando Correa da Costa, constatou que para melhoria do estado era necessário produzir energia e estimular o povoamento dessa vasta região do interior do país, considerada pelo mesmo ainda “abandonada”. Assim, instrumentalizar os saltos de Urubupungá era o imperativo para outros males como o da colonização e “à luz do espírito americano está sentido que novos rumos se impõem ao destino da humanidade, e daí o seu porfiado interesse na adaptação da terra em função do bem estar econômico”.²⁴⁸

É como se uma diversidade de regiões, portadoras de especificidades e plurais formas de organização, estivessem, na ótica dos condutores do processo, integradas a um novo ritmo de desenvolvimento, calcado no aproveitamento dos recursos naturais proporcionados pela zona de influência do projeto hidrelétrico. Uma vez estas projetadas:

Terão uma zona de influência ou de mercado que irá em Mato Grosso além de Campo Grande, Maracajú e Dourados, que quase atingirá Goiânia, que no Triângulo Mineiro ultrapassará Araguari, Uberlândia e Uberaba, que em São Paulo tangenciará Ribeirão Preto e Itararé, indo além de Araraquara e Botucatu e que no Paraná abrangerá Jacarezinho, Londrina, Apucarana e Mandaguari, tangenciando Tibagi.²⁴⁹

²⁴⁷ SILVEIRA, op. cit, p. 130-131.

²⁴⁸ CIBPU. Conferência dos Governadores. Discurso de Fernando Correa da Costa, 1951, p. 20.

²⁴⁹ CIBPU. Relatório de exercício de 1954. 1955, p. 06.

Observamos que para o grupo que organizou e tomou “para si” a missão de promover vasta região do país, a imagem do Complexo Hidrelétrico Urubupungá estaria atrelada como elemento integrado na pioneira experiência de planejamento regional, onde o raio de impacto da produção de suas turbinas torna-se, antes mesmo de sua operação, imperativo catalisador do progresso. Ao mesmo tempo, junto a essa ideia de planejamento estariam emaranhadas as possibilidades de crescimento de São Paulo e seu modelo de sociedade, visto que, na perspectiva do Governador deste estado, “estão os responsáveis pela segurança e bem estar da metade da população brasileira planejando para que o conforto e o padrão de vida hoje desfrutado pelos paranaenses e paulistas possam se estender a todos os goianos, matogrossenses, mineiros e catarinenses e, por intermédio deles, a todo o povo brasileiro”.²⁵⁰

Assim, logo na segunda conferência, a produção energética é tomada como imperativo central, destacando espaços como Urubupungá e Sete Quedas “como futuros centros industriais”, mas que, ao contrário do segundo, Urubupungá torna-se prioridade “por não haver no seu caso qualquer dificuldade de ordem internacional, que poderá interferir no caso da outra”.²⁵¹ Apesar das projeções, os estudos focados diretamente para o aproveitamento das corredeiras de Urubupungá somente tiveram início em janeiro de 1955, por meio de um convênio realizado entre a CIBPU e a firma *Direzione Construzione Impianti Idroelettrici*, pertencente à empresa Edison de Milão, que ficaria no Brasil constituída como Edisonbrás S/A.²⁵² Suas relações no país se iniciam durante o governo paulista de Lucas Garcez (1951-1955), momento em que atua como consultora de projetos junto ao DAEE, adentrando diretamente nos caminhos da ampliação energética do estado de São Paulo, conectando-a ao próprio planejamento em Urubupungá com outros espaços, como o aproveitamento do Salto Itapura.

Este aproveitamento tinha como finalidade, dentre outras, assegurar a navegação entre o Tietê, o médio e Alto Paraná, questões já fixadas pelo governo do estado de São Paulo em seus estudos. Nos relatórios destacam-se a direta participação de engenheiros como Otávio Ferraz Sampaio, o diretor do DAEE, Eng. Souza Dias Filho e Cláudio Marcelo, chefe do Departamento de Obras da Edison de Milão.²⁵³ Assim, são realizados na região os estudos sobre as características hidrográficas, previsões de consumo e zonas de influência, destacando

²⁵⁰ CIBPU. Conferência dos Governadores. Discurso de Lucas Nogueira Garcez, 1951, p. 13.

²⁵¹ Carta de Fernando Correa da Costa para Lucas Nogueira Garcez. 5 Maio de 1952.

²⁵² Subsidiária da empresa *General Electric*, empresa norte-americana, a Edison de Milão atuava diretamente na Itália e em outras regiões da Europa na produção e venda de energia elétrica, sendo uma das mais atuantes. Encerrou suas atividades em 1963, decorrente dos processos de nacionalização do setor elétrico na Itália. CHIQUITO, 2011, p. 140.

²⁵³ RELATÓRIO de exercício de 1954. 1955, p. 17.

também a importância de utilização dos terrenos marginais, para irrigação e defesa contra inundações.²⁵⁴

Período significativo na organização do projeto, seus caminhos se entrelaçam ao de um país cada vez mais dependente de acordos financeiros internacionais. Movido pelo conjunto de ações calcadas em infraestrutura e indústrias de base, o governo de Juscelino Kubitschek buscou acelerar o processo desenvolvimentista e fazer do “gigante adormecido”, como pontua Jorge Ferreira, uma nação em pleno desenvolvimento, por todo seu território e para todos os seus habitantes.²⁵⁵ Construindo uma imagem de “compromisso com a democracia e com a intensificação do desenvolvimento industrial de tipo capitalista”, setores como o energético continuaram a ser centrais, primordialmente nas primeiras metas (1 a 5) do conhecido “Plano de Metas”.²⁵⁶

Assim, mesmo o Complexo Urubupungá não sendo uma realização deste governo, é neste período que são aprovadas suas diretrizes e encaminhamentos, como desapropriações, licitações ou mesmo acordos de cooperação. Atreladas a novas possibilidades de fluxo de capitais externos para a realização de grandes obras, o complexo ainda sofreria com a não concreta ação de empréstimos para seu início, retardando novamente sua realização.

“Valorização do homem brasileiro”, “pontos de estrangulamento”, “frentes pioneiras”, “integração na civilização contemporânea” são termos correntes em discursos governamentais, documentos oficiais e mesmo nos periódicos em circulação, que apresentavam e caracterizavam o processo de desenvolvimento como o caminhar de uma nova etapa do país. Pelo interior do país, por estradas conectando à nova capital, Brasília, e sob a alusão de progresso em Urubupungá, desenvolvimento era tido como ordem e grandeza, progresso e bem-estar. Novamente visto como um bem coletivo “é a grande meta de todas estas nações, articulando em torno do crescimento econômico”.²⁵⁷

Assim, constrói-se a memória do período como herdeiro e legitimador da continuidade de um Brasil “para frente”, associado a um projeto de crescimento e desenvolvimento. O “moderno” constitui-se então como ponto de memória, de uma década rememorada pelos grandes projetos e obras, assim como gestora de iniciativas orientadas para desenvolver e integrar o país. Ocorre, ao mesmo tempo, como observar Ângela de Castro Gomes, a difusão

²⁵⁴ A comissão conta nesse momento com a importante ajuda da Associação dos Geógrafos Brasileiros, a AGB, que realizam este mapeamento por meio do relatório Condições Geográficas e Aspectos Geoeconômicos da Bacia Paraná-Uruguaí, em 1955.

²⁵⁵ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila A. Neves (Org). *O Brasil Republicano: da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²⁵⁶ Idem, p.159.

²⁵⁷ CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento*. Brasil: Jk-JQ. RJ: Paz e Terra, 1977, p. 79.

da ideia de que para suplantar as forças do “atraso”, desenvolvimento econômico caminha junto com o político, fazendo direta associação de um Brasil “moderno” como um Brasil “democrático”.²⁵⁸ E por este modelo de pensamento, no qual o desenvolvimento territorial ocorre principalmente a partir da instrumentalização de técnicas e procedimentos nos quais se buscava “ocupar” estes espaços denominados “vazios”, é que o Complexo Urubupungá se faz marco, pois estaria promovendo um setor que iria colaborar diretamente com a criação de uma infraestrutura básica, de forma a integrar o país neste sentido. Observando a distribuição das ações e do investimento do período, segundo Clóvis Faro e Salomão L. da Silva, vamos observar que 43 % dos investimentos estavam destinados à produção energética.²⁵⁹

Em seu livro “A marcha do amanhecer”, Kubitschek reforça sua ideia de que, pelos imperativos da técnica “já não há gleba infecunda, no mundo de hoje, diante dos processos modernos de aproveitamento da terra. Já não há impossibilidade de vitória contra qualquer espécie de obstáculos naturais”,²⁶⁰ sendo assim somente um indispensável esforço para que o país rume para nova situação. O desenvolvimento adquire assim a potencialidade de anular a miséria, ampliando seu status de um futuro coletivo próspero para todos. Assim, “mesmo que permanecesse a diferenciação social, não haveria mais nem regiões pobres, nem grupos pobres. Se o desenvolvimento é riqueza, conseguindo-se chegar até ele, não haverá mais pobreza”.²⁶¹

É válido ressaltar tais pensamentos pelo fato de percebermos similares ideias junto aos articuladores do projeto hidrelétrico. Para o agrimensor Casemiro B. Filho, a produção energética atrelava-se também como elemento do desenvolvimento rural:

Encarecer a importância decisiva, nas atividades ruralistas, da energia elétrica, seria supérfluo. Todavia, a nosso ver, a sua maior virtude reside no seu grande poder de fixação do homem à terra, pela inúmeras facilidades que lhe proporciona em suas múltiplas atividades de produção em geral, tendo em vista o indispensável relativo conforto e recreação espiritual, que o homem moderno naturalmente reclama, neste século de grande progresso material à disposição da humanidade, objetivando suavizar os trabalhos pesados, bem como tornando-os mais produtivos e mais atrativos em face da vida atual de verdadeiros sacrifícios que o homem do campo enfrenta.²⁶²

²⁵⁸ GOMES, Ângela de Castro (Org). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2002.

²⁵⁹ Autores como Maria A. P. Leopoldino (1991) comparam esse posicionamento político com o “encilhamento”, pela forma como se operou a busca do progresso pela expansão econômica. *Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-1960)*. In: GOMES, op. cit. 2002.

²⁶⁰ OLIVEIRA, Juscelino K. *A Marcha do Amanhecer*. São Paulo, Bestseller, 1962, p. 17.

²⁶¹ CARDOSO, M. op. cit, p. 80.

²⁶² SILVEIRA, op. cit, p. 86.

Após os pareceres realizados a partir de 1957, fica “outorgado ao Estado de São Paulo concessão para o aproveitamento de energia Hidráulica existente no trecho Itapura-Urubupungá”, por meio do decreto nº 41.602, atualizando a outorga concedida um ano antes, em 1956.²⁶³ A menção a Itapura se remete neste momento a possibilidade ainda existente de manutenção do projeto da usina de Itapura no rio Tietê, que sofreria alterações na década seguinte. Neste momento, iniciam-se também os estudos de planejamento do núcleo operário, elaborado pelo engenheiro Ernest Robert de C. Mange e sua equipe, a EMAK (posteriormente denominada de PLANEMAK- Planejamento de Edifícios e Cidade S/C Ltda), entre 1957 e 1960, para atender a futura demanda habitacional proporcionada pela construção das usinas de Jupia e Ilha Solteira. Para além do montante de dados, números e termos técnicos presentes nesta documentação, o que transparece para nós é como este projeto, mesmo sendo um empreendimento articulado à CIBPU, passa a ser subsidiado majoritariamente pelo Estado de São Paulo. Os direcionamentos, mesmo que ligados a CIBPU, seriam, a partir de 1960, centrados na comissão permanente a ser criada para o projeto em Urubupungá.

Se observarmos a própria trajetória da comissão e dos estados integrantes, fica evidente o predomínio do controle paulista sobre os demais, nos investimentos e nas ações, de forma que esta federação possuiu preponderância na presidência da própria CIBPU.²⁶⁴ Ao longo de sua existência, todos os presidentes foram paulistas: Lucas Nogueira Garcez (1951-1955); Jânio da Silva Quadros (1955-1959); Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto (1959-1963); Ademar Pereira de Barros (1963-1966); Laudo Natel (1966-1967); Roberto Costa de Abreu Sodré (1967-1971) e Laudo Natel (1971-1972). Tal fato é importante para entendermos como muitas disputas e jogos de interesses permeiam o projeto e se expõem em sua documentação, fazendo do processo de construção hidrelétrica de Urubupungá um campo de disputas, posicionamentos e apropriações.

Ao analisarmos o relatório “*A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai e seus Problemas Atuais*”, observamos que mais de 90 % das contribuições provêm do Estado de São Paulo, sendo Mato Grosso responsável por apenas 2 % dos investimentos.²⁶⁵ Assim, mesmo sendo um projeto articulado também por crescentes necessidades energéticas e mesmo promovido por ideais daqueles que organizaram a comissão, ao longo da década de 1960 estabeleceu-se como um empreendimento paulista, para além da organização da CIBPU. Se

²⁶³ Decreto nº 41.602. Rio de Janeiro, de 29 de maio de 1957, assinado por Juscelino Kubitschek.

²⁶⁴ Como observado em múltiplas questões por Rech, Gardin e Chiquito.

²⁶⁵ No relatório da CIBPU de 1968, se destaca o percentual de cada estado ao longo da existência até aquele momento: São Paulo com 91,57 %, Paraná, 3,05%, Minas Gerais, 2,91%, Mato Grosso, 1,97%, Rio Grande do Sul, 0,47%, Santa Catarina, 0,02%, Goiás, 0,01%; CIBPU, 1968, p. 35.

formos pautar os desdobramentos em relação ao aproveitamento deste complexo, podemos concordar com Hélio Rech:

Hoje são visíveis as mudanças ocorridas nos vales dos rios Tietê e Paranapanema, tributários do rio Paraná no território paulista, com o aproveitamento múltiplo dos rios, como a geração de energia elétrica, navegação, turismo, agricultura, irrigação, entre outros, que refletem os ideários daquela comissão. Durante toda a sua existência, a CIBPU teve como sede São Paulo, e seu presidente era o governador desse estado. Por outro lado, nem o “ideário desenvolvimentista”, pautado na ação racional, no planejamento integrado foi capaz de ser internalizado pela mentalidade das elites dirigentes de Mato Grosso, e mesmo das lideranças do sul, que mais tarde exerceram grande influência em Mato Grosso do Sul.²⁶⁶

Ocorre que já em meados da década de 1950 estava prevista em lei a constituição de uma comissão paralela à CIBPU, que centrasse na organização do complexo hidrelétrico. Assim, os encaminhamentos para o projeto continuam marcados por um período conturbado da política nacional, em que as relações com o capital estrangeiro, instrumento central no governo JK para o financiamento do progresso tecnológico, apresentavam suas contradições e as fragilidades de nosso desenvolvimento. De qualquer forma, entre nossa dependência internacional e seu resultado inflacionário, entre a distinção da prática e do discurso, o complexo prevaleceu como caminho incessante, tendo continuidade medidas para a rápida instalação da usina, iniciando a construção de aeroportos, vila de trabalhadores e o fechamento do rio.

O complexo hidrelétrico se tornaria cada vez mais central como elemento da inovação técnica nacional, arregimentando em si interesses internacionais, sendo “a razão porque os governos do estado de São Paulo e da União emprestam tanta importância à grande obra”.²⁶⁷ Importância que, por vezes, confundia-se com imposição, principalmente pela forma como foram realizadas as desapropriações dos terrenos que margeavam a construção. Isso pode ser observado no decreto nº 36.384, de 18 de março de 1960 em que, em seu primeiro artigo “fica declarado de utilidade pública a fim de ser desapropriado pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica, *por via amigável ou judicial*” uma gleba de terra localizada à margem esquerda do rio Paraná, custeada pela CIBPU.²⁶⁸

Foram criadas, então, em 03 de janeiro de 1961 as Centrais Elétricas de Urubupungá – CELUSA S/A, durante o governo paulista de Carvalho Pinto e encabeçada por este estado.

²⁶⁶ RECH, Hélio. A formação do setor energético de Mato Grosso do Sul: uma análise à luz da teoria do desenvolvimento de Celso Furtado. Tese. Programa de Pós-Graduação em Energia, USP, São Paulo, 2010, p. 107.

²⁶⁷ SILVEIRA, op. cit. p. 119.

²⁶⁸ SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 36.384, de 18 de março de 1960. Diário Oficial, grifo nosso.

Entidade autorizada pelo próprio presidente Jânio Quadros a funcionar como empresa de energia elétrica, contou com parte de seu investimento decorrentes de acordos financeiros e empréstimos junto ao BID, cerca de 72 milhões de dólares e GIE, *Gruppo Industrie Elettro Meccaniche Per Impianti All Estero SpA* de Milão, com 59 milhões de dólares, dentre outros fundos realizados. Tendo o Governo de São Paulo predominância na condução do projeto a partir da criação da CELUSA, o capital investido pelo estado representava 78,08 %, sendo o restante 21,7 % provenientes do Governo Federal e menos de 0,2 % de empresas congêneres particulares. Em sua segunda etapa, em Ilha Solteira, o complexo ainda contaria com novo consórcio junto ao BID, que somariam um montante de 150 milhões de dólares. Interessante observar que na realização da concorrência externa para aquisição dos equipamentos eletroeletrônicos, as empresas japonesas, tais como Hitachi, Toshiba e Mitsubishi teriam vencido a concorrência, com preços e prazos mais acessíveis. Porém, o que a documentação revela, assim como entrevista com o primeiro Presidente da CELUSA, Hélio Pereira Bicudo, é que por decorrência de “pressões norte-americanas” teriam desistido de realizar negócios com o grupo japonês.²⁶⁹

Segundo a documentação nem todos os estados integrantes da CIBPU participaram deste processo e, em 1961, “os estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais, por problemas de ordem burocrática, não subscreveram suas cotas”.²⁷⁰ Sobressaindo as iniciativas e medidas orçamentárias em torno de São Paulo, como parte integrante de seu Plano Estadual de Eletrificação, sua formação expõe acirramentos e disputas políticas (muitas envolvendo o PSD e UDN), em que a esfera do político influi diretamente na organização da comissão. Medidas para o enfraquecimento da comissão, como nas disputas entre o presidente JK e o governador de São Paulo Jânio Quadros (com a criação da SPVESUD), descontinuidades entre os governos de Carvalho Pinto e Adhemar de Barros e mesmo acirramentos regionais, como entre os políticos matogrossenses Fernando Correa da Costa (UDN) e João Ponce de Arruda (PSD), afetaram diretamente as relações na organização do complexo hidrelétrico. Além de tais imperativos, segundo Márcio Wohlers de Almeida, em meio à realização deste projeto notou-se um “descompasso” em relação ao estabelecimento de projetos como o de Furnas visto que “o atraso da constituição da CELUSA era conveniente a

²⁶⁹ RELATÓRIO CELUSA, 1961 e 1965.

²⁷⁰ Idem, p. 03.

FURNAS”, de forma que sua organização já prevista em 1956 somente vem a ocorrer em 1961.²⁷¹

Em carta enviada por João Ponce de Arruda à presidência da CELUSA, em 1961, na época presidida por Hélio Pereira Bicudo, há presente a insatisfação ante os meandros do projeto, sendo posta em cheque a participação deste estado, ressaltando:

Informo a V. S. que não mais me interesse pela integralização do capital de um empreendimento que nasce sob os auspícios da mais baixa politicagem, ao invés de observar o critério técnico que a majestade da obra estava a exigir. Valho-me do ensejo para apresentar as minhas cordiais saudações.²⁷²

Neste caso, está se referindo à quantia desembolsada pelo estado na criação da CELUSA. Mesmo que o governo subsequente, de Fernando Corrêa da Costa tenha mantido relações com a CIBPU e CELUSA, acirramentos como esses interferiram nos encaminhamentos do empreendimento e atrelaram cada vez mais para a figura de um estado, São Paulo, a organização do complexo hidrelétrico.

Mesmo ante tais problemáticas, o aproveitamento energético como elemento para o desenvolvimento continua a ser engendrado na documentação e nos discursos expressos pelo seu significado econômico, “não só porque virá atender uma área em pleno desenvolvimento com necessidades crescentes de energia elétrica, com alto grau de essencialidade destas necessidades”, neste caso, para São Paulo “como virá exercer enorme impacto germinativo em áreas de início de desenvolvimento ou ocupação econômica, como o Centro Sul de Mato Grosso, a zona com maiores possibilidades de desenvolvimento no estado”.²⁷³ Percebemos também que regiões como o sul de Mato Grosso e porções de Goiás seguiam uma lógica distinta da lógica de São Paulo: ter energia não para continuar o desenvolvimento, mas para produzi-lo. Para CELUSA, ainda não constituem mercados “assegurados” para o consumo energético, mas portadores de potencialidades, sendo que o complexo hidrelétrico “traz a possibilidade de financiar um processo de crescimento econômico a par de crescente nível de renda que permite um aumento no grau de conforto da população”.²⁷⁴

O aumento da produção material, ou mesmo sua possibilidade de existência, tido como um fator positivo, é condicionado, como nos assevera Walter Benjamin em suas teses, como o progresso da própria humanidade, coletivo, interminável e irresistível.²⁷⁵ O aparato

²⁷¹ ALMEIDA, MÁRCIO WOHLERS DE. *Estado e Energia em São Paulo: CESP, um estudo de caso*. Dissertação. Departamento de Economia UNICAMP, 1980.

²⁷² MARTINS, op. cit, p. 227.

²⁷³ RELATÓRIO CELUSA, p. 04.

²⁷⁴ Idem, p. 20.

²⁷⁵ BENJAMIN, Walter. *O Anjo da História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

tecnológico, as formas de mecanização determinadas por um grupo junto a distintas regiões, destroem e criam valores, promovendo um estado de constante inovação, como se fossem essenciais para o desenvolvimento deste espaço. Produzir energia condiciona-se à dinâmica de promover o novo, tido como moderno, e a partir de hábitos de consumo de outros espaços proporcionam o que ali não se tem e sem o qual não se pode viver sem. Como uma ideia carregada dos posicionamentos de quem a conduz, implica suas afirmações, ressalta suas necessidades:

Nas áreas de início de ocupação econômica e em início de desenvolvimento é vital o impacto germinativo da existência de energia elétrica. Nestes casos pode-se dizer que esta oferta cria a sua própria procura ou limitações, evidentemente. Existindo energia, as atividades que a consomem irão gradualmente surgindo e, ao surgirem, criarão condições para aumentos sucessivos de seu consumo. Isto porque possibilita o aparecimento de outras atividades usuárias de energia entrando em um processo circular cumulativo, do qual resultará, ao longo dos anos, um pleno desenvolvimento das referidas áreas.²⁷⁶

Na sétima Conferência dos Governadores realizada em 1959 foram encaminhadas as diretrizes para o início das obras em Urubupungá, realizadas a partir da construção da primeira hidrelétrica, em Jupiá. Sob a outorga do estado de São Paulo e a partir do estabelecimento de uma sociedade de economia mista, a CELUSA S/A, foram feitas em 1960 e 1961 as primeiras vias de acesso conectando a cidade de Três Lagoas, na época Mato Grosso do Sul, ao local em que deram início a construção da 1ª enseadeira. Para o estabelecimento das obras, foi cedida no mesmo município matogrossense, uma área a 4 quilômetros do local para a construção do alojamento para os operários. Para tal empreita foi contratada a empresa brasileira Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A, vitoriosa na concorrência aberta.²⁷⁷

Em sessão solene realizada no Salão Vermelho dos Campos Elíseos, em São Paulo é então firmado um contrato de empréstimo no valor total de 4 bilhões e 929 milhões de cruzeiros, visando a primeira etapa da construção, centradas em etapas como desvio do rio, enseadeira e canteiro de obras. Outra parte deste montante foi negociada pessoalmente pelos representantes da CELUSA, como o engenheiro Francisco Lima de Souza Dias e o

²⁷⁶ RELATÓRIO CELUSA, 1962, p. 21.

²⁷⁷ Empresa paulista fundada em 1938 que carrega o nome de seus fundadores, Sebastião Ferraz Camargo e Silvio Brand Corrêa possuía estreitas relações com a esfera política nacional, principalmente no estado de São Paulo. Para tal empreita, concorreu com empresas como Cia. Construtora de Estradas – CCBE; Construtécnica Noreno; Cia. Brasileira de Pavimentação e obras- CBPO; Cia. Construtora Nacional.

embaixador Roberto Campo, com o Mercado Comum Europeu, em um montante de 100 milhões de dólares para outras etapas de construção.

FOTO 14 -



Ensecadeira e canteiro de obras em Jupia- 1961.

Fonte: CDMCC

A região desapropriada foi ampla, constituindo 32 quilômetros quadrados na parte do Estado de São Paulo, no município de Castilho, por meio do decreto nº 36.384, em 18 de março de 1960 e uma área de 2.157 quilômetros quadrados na região do atual Mato Grosso do Sul, por meio do decreto nº 1.436, em 21 de outubro do mesmo ano.²⁷⁸ Se pensarmos que naquele contexto as ações ambientais e mesmo a fiscalização de possíveis impactos socioambientais eram menores, visto a não existência de EIA/RIMA, a instalação deste complexo pode ter alocado uma infinidade de alterações para as populações ribeirinhas, o que abre novas perspectivas de pesquisa sobre este objeto para além das narrativas desenvolvimentistas estabelecidas.

No ano seguinte, em 1962, em um ato simbólico no instalado alojamento dos trabalhadores, que ficaria historicamente conhecido como “Vila Piloto”, ocorre a solenidade

²⁷⁸ CELUSA, 1960.

de inauguração das obras e assinatura dos contratos com as respectivas empresas fornecedoras dos equipamentos. Contando com a presença de políticos nacionais, como o Presidente da República, João Belchior Marques Goulart e o Governador do Estado de São Paulo, Carvalho Pinto, o embaixador italiano, Mario Di Stéfano, membros da CIBPU, engenheiros e a imprensa, observou-se a continuidade de narrativas ufanistas a exaltar a magnitude das obras e seu caráter “emancipatório”:

A construção desta usina representa uma réplica àqueles que não querem acreditar no futuro de nossa pátria, àqueles que duvidam das possibilidades gigantescas de um Brasil que caminha de cabeça erguida para atingir os ideais pelos quais todos nós sonhamos, os ideais de emancipação econômica, ideais que animam a todos os brasileiros que veem nesta obra um fator decisivo para a conquista de tal objetivo.²⁷⁹

Percebe-se na continuidade de sua fala que, mesmo com a centralidade do estado de São Paulo no empreendimento, é de se ressaltar o peso que a obra possui para o futuro de Mato Grosso. Pela fala de agentes sul mato-grossenses, como Fernando Correa da Costa, atesta a parcela de importância do estado na efetivação do empreendimento, ressaltando que “Urubupungá e Jupiá tem importância fundamental para o futuro do Estado. Abrem-se aqui perspectivas amplas para Mato Grosso, que em futuro próximo poderá tornar-se um dos grandes centros industriais do País”.²⁸⁰

Ao mesmo tempo ficam evidentes em seu discurso os acirramentos que extrapolam o canteiro de obras, mas não os caminhos deste empreendimento. Desde que assumira a presidência, em 1961, Goulart encontrou um cenário em que forças nacionalistas e privatistas disputavam os interesses no modelo de desenvolvimento nacional. Em meio ao jogo de interesses, não conseguiu agradar o setor privatista com suas ações taxadas de “nacionalistas”, bem como provocou inquietações do outro setor, nacionalista, que o considerava dependente do capital estrangeiro. Desta forma, confrontos ideológicos marcariam seu mandato, principalmente com forças políticas como as representadas por Leonel Brizola, que na época era então governador do Rio Grande do Sul. Interessante observar que, membro até aquele momento da CIBPU, o estado se retirou da comissão. Na continuidade de seu discurso, em um tom mais ríspido, expressa tais problemáticas nas barrancas do rio Paraná:

Ao contrário do que se afirma, não somos contrários à colaboração do capital estrangeiro. Acreditamos de braços abertos ajuda como a que se faz sentir aqui em Urubupungá. Somos contra, sim, certo tipo de capital, que vem

²⁷⁹ GOULART, João. *Discursos selecionados do presidente*. Brasília: FUNAG, 2009, p. 59.

²⁸⁰ Idem, p. 60.

especular no país e enriquece a custa do sofrimento e da miséria do povo brasileiro. Entretanto, o capital estrangeiro que conosco venha colaborar no campo da siderurgia, no campo da energia e em outros setores de fundamental importância para a infraestrutura básica de nosso desenvolvimento, esse capital há de ter sempre o apoio do governo e, mais do que isto, há de ter o aplauso e o reconhecimento do povo brasileiro.²⁸¹

Na mesma solenidade, o governador do estado de São Paulo, Carvalho Pinto, entoa a continuidade do progresso paulista, rememorando palavras já proferidas em outros tempos, mas como se o tempo de agora transbordasse àquelas afirmações:

Trata-se agora de devassar outras regiões e de plantar outros marcos. Para São Paulo, muito especialmente, era ainda, e sempre, o cumprimento de seu destino. Bem o disse, o eminente governador, em seu discurso na sessão de instalação da conferência, após rememorar o esforço paulista que produziu a integração geográfica e o feito heroico da “Monção Cuiabana”. Urubupungá representa, portanto para nós, paulistas, um encontro com o passado, em perspectiva de futuro (...) Precisamos, já agora, de um novo bandeirantismo, que não visa à integração do território, mas da continuidade nacional, num poderoso corpo voltado à construção de uma grande Pátria.²⁸²

Novamente, adquire a afirmação de um destino histórico, quase inexorável, nas palavras do enunciador, continuidade sob os meandros do empreendimento energético. Elencando Urubupungá como “um encontro com o passado”, um passado bandeirante, que permeia a própria existência do complexo hidrelétrico, adquire a função de evocação histórica como componente legitimador do discurso em prol do empreendimento. Presente e passado se misturam, se complementam, postulando o que deve ser rememorado, o que deve ser a própria memória do empreendimento.

Hélio Pereira Bicudo, primeiro presidente da CELUSA e também presente na inauguração, entende que o empreendimento representa os ideais que historicamente emanam da vocação paulista, uma obra que “melhor do que nenhuma outra realiza um autêntica interiorização da cultura e civilização prevista para que idealizou a marcha para oeste”. Renegando a participação do Rio Grande do Sul, ressalta que sua área de abrangência expõe o que há de melhor no Brasil, “seus contrastes e possibilidades, problemas e soluções”. Servindo para a continuidade de São Paulo como centro hegemônico da produção, progresso e influência, o complexo, segundo o presidente Hélio P. Bicudo “fecundará, também, áreas subdesenvolvidas ou mesmo inexploradas, em situação geográfica relativamente desfavorável e reclamando toda a infraestrutura para a mobilização de seus recursos”.²⁸³

²⁸¹ Idem, p. 61.

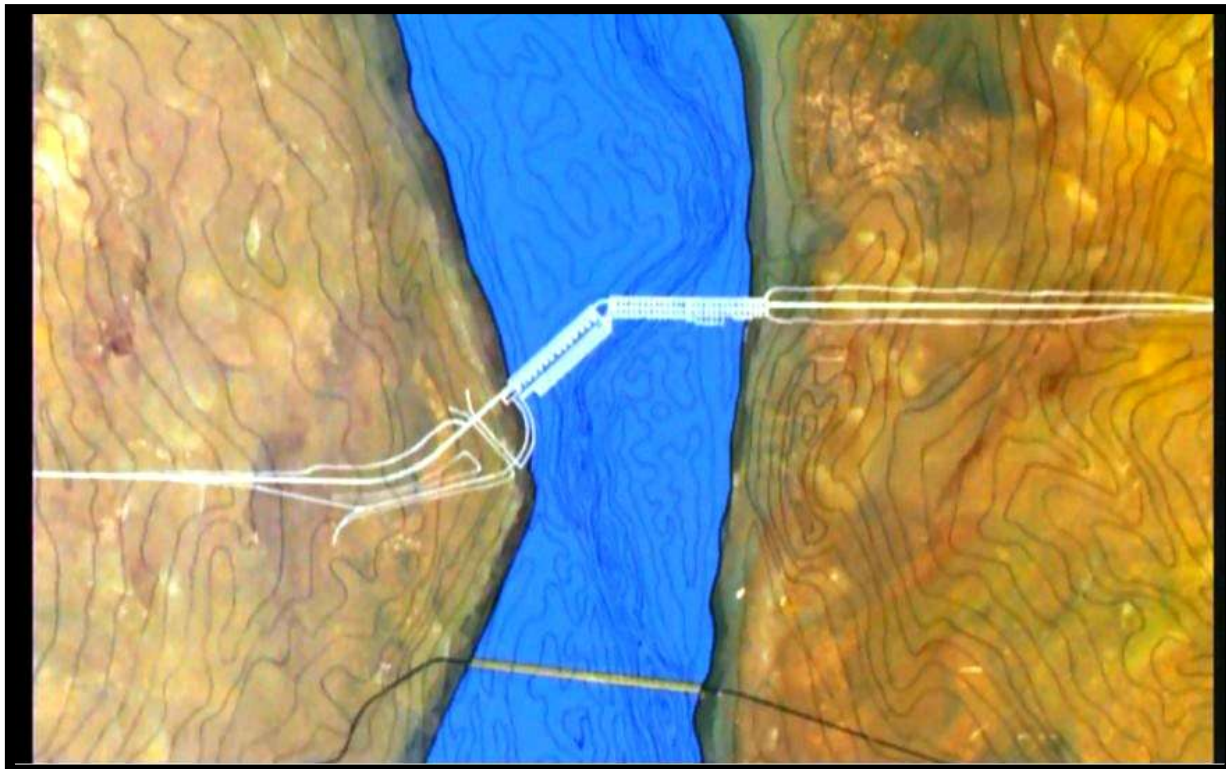
²⁸² RELATÓRIO CELUSA, 1962, P. 23.

²⁸³ Idem, p. 27.

Adentrando os caminhos da construção do complexo hidrelétrico percebemos que o empreendimento confunde-se aqui com a própria CELUSA e aqueles que dela se fazem presentes. Este órgão foi representado naquele contexto como um marco do desenvolvimentismo nacional por conectar experiências técnicas, organizativas e, principalmente, por ampliar o discurso da excelência e viabilidade da mão de obra nacional em detrimento da internacional, em relação a novas condições energéticas. Na perspectiva de autores como Gival Froelich, carregando um ideal nacional-estatista, foi neste momento que foi feita a escolha pelo abandono de grande parte do projeto técnico italiano e assumindo o posto o nacional como o modelo a ser desenvolvido, conduzido pela experiência técnica paulista.

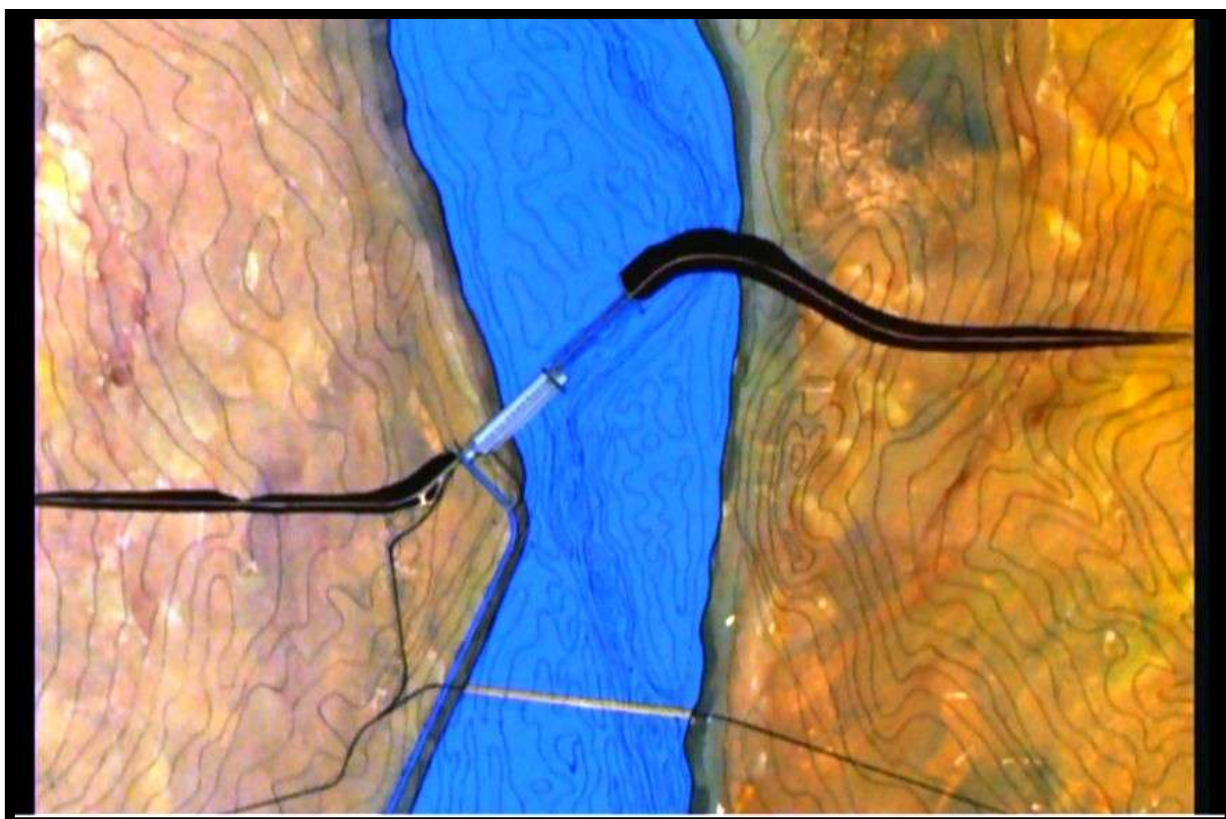
A escolha do local para ser executado o projeto foi realizada em 1957, levando em consideração sua vazão, que era de 5.700 m^3 por segundo, seu desnível e topografia, por meio de estudos realizados pela Edisonbras. Por sugestão da mesma, foi indicado o início das obras pela construção da usina de Jupiá, devido a prazos e custos, deixando para o segundo momento as obras em Ilha Solteira. Porém, na efetiva realização do projeto, por indicação da empreiteira vencedora da licitação, a Camargo Corrêa, foi alterado o projeto a ser executado, feito anteriormente pela Edisonbras. O mesmo aconteceria com o projeto de Ilha Solteira, redimensionado pela mesma empresa em 1967, invertendo-se a posição dos vertedouros e a casa de força, que seria situada agora na parte central do rio.

O segundo projeto, denominado de “Variante a”, foi o escolhido para ser executado, realizando modificações na configuração das estruturas de concreto, sendo que, construídas em disposição retilínea, fogem do canal profundo do rio, que proporciona maior facilidade para execução e manutenção da mesma. No projeto original, têm-se necessidade de seis fases para realização desta estrutura, por meio de ensecadeiras individuais e sucessivos desvios do rio, o que seria difícil devido ao volume de vazão e correnteza tratando-se do rio Paraná. Neste caso, foram adotadas ensecadeiras contínuas de rocha e terra, necessitando não mais de 6 fases, mas 4, facilitadas pela utilização de vertedouros para o escoamento d’água, num total de 37, que podem escoar cerca de $50 \text{ mil m}^3/\text{s}$. Seu represamento pode assim ser acionado diretamente pelas denominada “comportas de fundo”, que pouco usual, possui a vantagem de também permitir a eliminação de materiais sedimentares, evitando o assoreamento do lago.

ILUSTRAÇÃO 03 -

Projeto: Hidrelétrica Jupiá realizado pela Edisonbras.

Fonte: Lesage, 1976. CDMCC.

ILUSTRAÇÃO 04 -

Projeto: Hidrelétrica Jupiá realizado pela Camargo Corrêa.

Fonte: Lesage, 1976. CDMCC.

As obras do complexo hidrelétrico iniciaram-se por Jupιά, devido a seus custos e prazos de construção, menores do que os da segunda etapa. Mesmo em um período passível de cheias do rio Paraná, deu-se início aos trabalhos entre 1960 e 1961, realizando o desvio do rio e o início da construção de ensecadeira, movimentando mais de 450 mil m³ de terra. A detonação de rochas nessa fase era ouvida a quilômetros, ocorrendo sempre em dois momentos: às 6 horas da manhã e às 18 horas, estrategicamente no momento da troca de turnos, em que, como ressalta o senhor Antonio Vieira, operário na obra, “eram recolhidos todo o pessoal do campo, aí faziam as detonações dos explosivos, pra não ter perigo de pegas as pessoas do campo”²⁸⁴ visando evitar maiores acidentes. Mas, mesmo com tais precauções, os mesmos acabavam ocorrendo.

E é nestes momentos que a memória se projeta pela história a criar seus heróis. Wilson Quintella, funcionário da Camargo Corrêa, onde também foi presidente, relata em seu livro “Memórias de um Brasil Grande” que, ao término na construção da ensecadeira, já tendo esta atingido sua altura máxima nos limites de segurança, estando em uma semana chuvosa, decidiram por dar folga aos funcionários, que voltaram em sua maioria para outras localidades. Poucos foram os que ficaram na fiscalização da obra, cerca de dez profissionais. Ocorre então que, na véspera do natal, o Paraná recebeu uma vazão acima do normal previsto e a ensecadeira já estava em seu limite, já ameaçada de transbordar e perder-se toda a obra inicial. Mas é neste momento que um funcionário, Josias Pereira da Silva conseguiu sozinho ao longo de toda noite com sua escavadeira em que “o barrageiro manteve-se firme na escuridão. Iluminado apenas pelo farol da máquina e as lanternas de alguns outros companheiros”, conseguiu elevar cerca de cinquenta centímetros sua beirada, impedindo que ocorresse a inundação. Tornou-se um símbolo da obra, sendo a partir de então apelidado de “Jupιά”.²⁸⁵

Em sua base era construída o alicerce para a casa de máquinas e a eclusa de navegação, etapa que, como destacado, foi reduzida devido às mudanças de projeto realizadas pela Camargo Corrêa. Para agilidade e manutenção dos cronogramas, instalam-se verdadeiros canteiros industriais às margens da hidrelétrica, o que proporcionou a efetiva construção e manutenção do ritmo da obra. Em toda esta etapa, foram fundamentais a utilização da malha

²⁸⁴ Entrevista realizada em 2 de junho de 1991. Arquivo do Núcleo de Documentação Histórica, UFMS, Campus de Três Lagoas, p. 09.

²⁸⁵ QUINTELLA, Wilson. *Memórias de um Brasil Grande*. São Paulo: Saraiva, 2008, p.209.

ferroviária para transporte de peças e a passagem de veicular sobre o rio. Localizada a 2 km da obra foram realizados obras na margem direita para construção de um desvio ferroviário, conectado diretamente a um pátio onde as peças e maquinários estavam dispostos.

O enorme custo e o uso de concreto previsto para construção do complexo foram favorecidos pela descoberta de grande jazida de cascalho próxima ao local de construção de Jupia, com quilômetros de extensão e ainda com um capeamento de pouco mais de três metros. Optou-se assim por seu uso no lugar da convencional pedra de brita, o que representou uma economia de oitenta quilos de cimento por metro cúbico e um total de 40 % nos custos neste setor, além de ser um método inédito em obras deste porte no país. Para conter possíveis reações expansivas desta mistura, foi então utilizada a adição de pozonala a mistura, material de origem vulcânica que carrega o nome de seu local de origem, Pozzuoli, na Itália. Tal material seria fabricado no próprio canteiro de obras por meio de argila natural existente.

Outra primazia que marcara esta fase da obra, também destacado por Renato Diniz foi o uso de técnicas como a adição de gelo junto ao concreto, por meio da instalação de grandes fábricas para sua produção no próprio canteiro de obras, visando sanar problemas no concretamento e evitar rachaduras.²⁸⁶ Sendo destacado em muitos canais de divulgação da obra como uma experiência pioneira em obras daquele porte no Brasil, é um exemplo de técnicas apreendidas por meio da soma de experiências desenvolvidas neste contexto, na integração do empreendimento com outros saberes e técnicas e que se tornariam marcas deste empreendimento.

²⁸⁶ DINIZ, Renato de Oliveira. *A intervenção estatal no setor elétrico paulista: as grandes empresas e as grandes usinas – 1953/1997*. Tese. Programa de Pós-Graduação em História, USP, 2011.

FOTO 15 -**CONSTRUÇÃO HIDRELÉTRICA DE JUPIÁ.****Fonte:** CDMCC

Grande parte destas descobertas e realizações foram contribuições diretas do IPT e o conjunto de pesquisas desenvolvidas diretamente para tal obra, condensando também, junto a outros grupos e empresas, como a THEMAG, o estabelecimento de laboratórios de análise de compactação do solo, controle dos materiais e construção de maquetes para estudo de eventuais mudanças e ocorrências ao longo da obra. Estas realizações conectam-se ao laboratório de Hidráulica da Poli-USP, fundado em 1953 e que posteriormente, por meio do Centro de Tecnologia Hidráulica, criado em 1970 ainda possuem elementos das estruturas e maquetes utilizadas na realização de Ilha Solteira.

A partir de 1967 e 1968, momento de “pico” nas obras de Jupiá inicia-se o processo de transporte dos equipamentos pesados para Ilha Solteira, assim como o gradual desmonte do núcleo habitacional Vila Piloto. Este teve sua construção iniciada em 1961 visando abrigar os trabalhadores e seus familiares presentes na primeira etapa do complexo. Sua composição foi inicialmente definida como um núcleo temporário e transitório, mas possuidora de toda uma estrutura de equipamentos que lhe permitia quase uma “autonomia” em relação a possível dependência de núcleos próximos, como a cidade de Três Lagoas, situada no atual Estado de

Mato Grosso do Sul. É de se destacar que, mesmo possuidor de uma organização paternalista e fechada, o que iremos observar ao longo dos anos, é um gradual contato com a cidade, que acabaria, inclusive, adentrando a própria manutenção do núcleo em sua posteridade.

Sua administração era assim encarregada de organizar do trabalho às relações cotidianas dentro da vila, possuindo uma série de regras e leis civis para manutenção da ordem. Proibição de bebidas alcoólicas, silêncio ao longo dos turnos de trabalho, controle de entrada e saídas e a existência de um periódico de circulação interna eram elementos presentes no núcleo e que expressam sua organização e *modus operandi*. Por isso mesmo, o projeto incluía supermercado, armazém, igreja e cinema dentro do núcleo, assim como atividades esportivas no clube existente, tendo a realização de eventos de promoção nacional para destaque do núcleo e do próprio empreendimento, como veremos nos próximos capítulos. Uma vila que não possuía desemprego era a imagem estampada por sua organização, evitando assim o contato com outros núcleos regionais, para evitar as “más influencias”, ideia que seria gradualmente abandonada.

Por isso mesmo, sua administração era centralizada nas decisões de grupos como Camargo Corrêa e CELUSA, visto que 73% de sua população pertenciam a funcionário da primeira empresa e cerca de 22%, da segunda, sendo o restante componentes de outras pequenas empresas e atividades comerciais locais. Sua localização a dois quilômetros das obras permitia fácil acesso dos trabalhadores, elemento que refletia diretamente no discurso oficial da empresa para a manutenção de um ritmo de trabalho intenso, para além de doze horas diárias.

Sua construção, como destacado, foi projetada pelo arquiteto e engenheiro Robert Mange, que a projetou obedecendo a um traçado radiocêntrico, tendo uma avenida perimetral com uma circunferência de 984 metros de diâmetro, a partir de uma área de desapropriação de cerca de 76 hectares.²⁸⁷ Neste espaço, foram construídas casas de alvenaria de fácil desmonte, seguindo a classificação de três tipos de moradia (A, B e C) de acordo com a classe de funcionalidade/salário ocupado na obra. Segundo seu próprio organizador, em seu trabalho sobre este projeto, neste momento, algumas discussões e debates vieram à tona sobre qual modelo seguir, “ou nivelávamos todas as habitações, com intenção profundamente humana, porém talvez utópica, ou materializávamos as diferenças funcionais e sociais, programando

²⁸⁷ CESP, 1988, p. 8.

diferentes tipos de habitação”. A segunda opção foi escolhida e permeou a própria organização do núcleo.²⁸⁸

FOTO 16 -



Núcleo habitacional Vila Piloto.

Fonte: CDMCC

Concluída já em 1962 possuía a vila em seu primeiro ano cerca de 800 famílias, somando um total de 4.324 habitantes. Cinco anos após sua criação, chegou ao número máximo de 15 mil pessoas, sendo destas, cerca de 4 mil trabalhadores. A existência do núcleo permearia diretamente a própria organização do complexo hidrelétrico, fazendo-se destaque conjuntamente em uma diversidade de documentos ligados ao desenvolvimento energético de Urubupungá, como veremos nos capítulos seguintes. O crescimento populacional deste núcleo estaria também ligado ao próprio crescimento de Três Lagoas, que passaria nesta década de uma população de 32.023 mil para cerca de 55.513 mil habitantes.

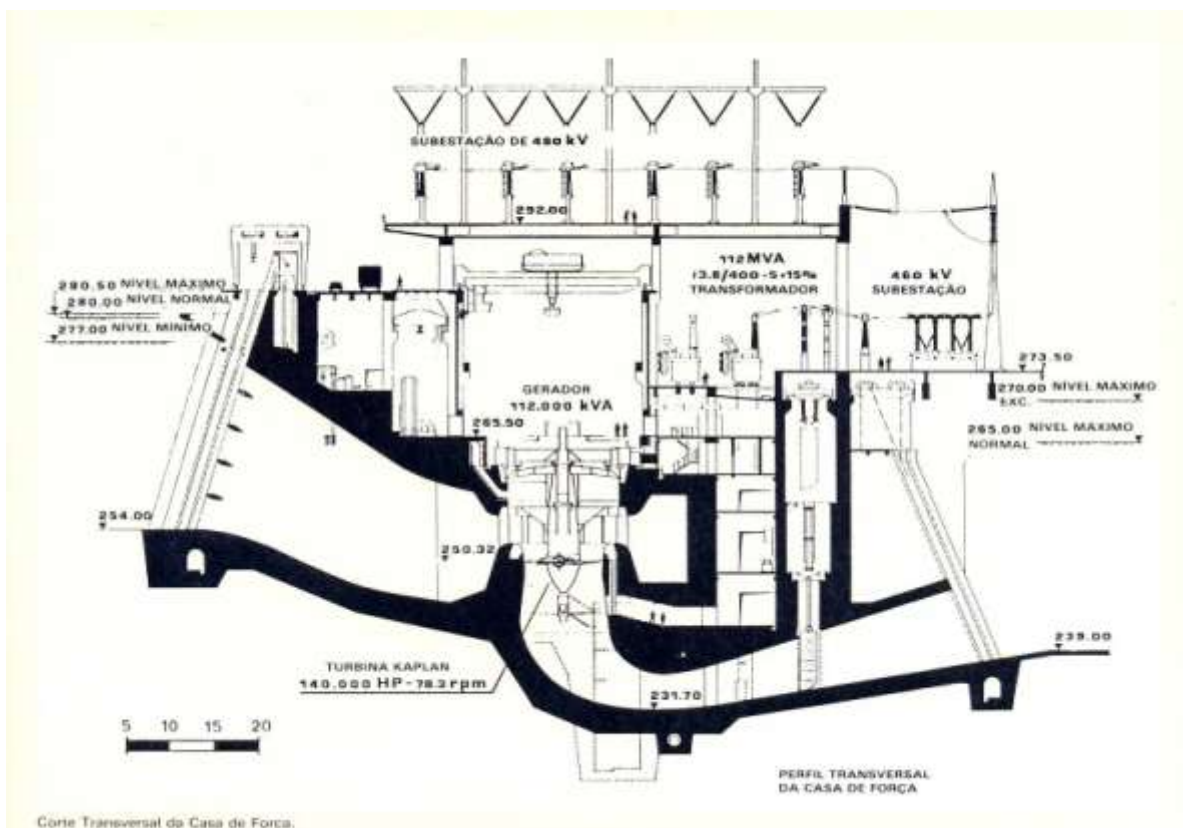
²⁸⁸ MANGE, Ernest R. de C. *Planejamento em Urubupungá*. Tese. Livre Docência: POLI/USP, São Paulo, 1963, p. 25.

Os anos de 1968 e 1969 marcam o processo de desmonte da vila e da passagem de trabalhadores e operações para a etapa de Ilha Solteira, momento em que se iniciam negociações entre CESP, governo paulista e o governo federal para a possibilidade de fixação definitiva deste núcleo. Isso viria a ocorrer no ano seguinte, sendo o mesmo entregue aos cuidados do exército. Atualmente seu núcleo transformou-se em bairro homônimo, restando, além de seu caráter radiocêntrico, poucos elementos de sua estrutura, em que muitos acabaram sendo reorganizados para novas funcionalidades, como o atual campus II, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E para continuidade do controle das operações de Jupia é construída na margem esquerda do rio Paraná, em São Paulo, uma base denominada Vila dos Operadores, possuindo toda a estrutura necessária para fixação dos trabalhadores encarregados desta operação, iniciada em 1969.

Em relação a estrutura da hidrelétrica, a casa de força foi construídas para comportar quatorze turbinas tipo Kaplan, eixo vertical, de 100 kW cada, que proporcionariam uma produção final de 1.400,000 kW, sendo a primeira hidrelétrica no Brasil passar de 1 milhão de kW. Cada um dos alternadores, do tipo *umbrella*, com uma frequência de 60 Hz cada ficariam acoplados as turbinas. Estas contêm cinco pás de aço de aproximadamente 8 metros a peça, montadas na própria obra. Da mesma forma foi realizado com o rotor, pesando aproximadamente 500 t, constituído por discos sobrepostos com a funcionalidade de ventilação. A subestação estaria disposta na parte superior da hidrelétrica, acima da cobertura da casa de força. Como já destacado, o movimento de terra foi gigantesco para abrigar tal estrutura, resultando em uma barragem de 5.495 metros, possuindo vertedouros situados à esquerda da casa de força, sendo quatro de superfície e trinta e sete comportas de fundo (radiais), formando uma queda máxima de vinte e seis metros. O reservatório formado por tal obra teria um total de aproximadamente 352 m³, adentrando diretamente os rios Paraná, Tietê e Sucuriú.

O que se evidenciaria por toda documentação é que a primeira etapa do complexo foi posta como um laboratório e “vestibular” para seu desdobramento e continuidade. A partir de 1965, com o gradual início das obras de Ilha Solteira tem-se um movimento integrado de operações para o término das últimas fases em Jupia e o início da segunda etapa, 60 km acima.

DESENHO TÉCNICO 02-



Corte transversal casa de força. Hidrelétrica de Jupiá.

Além de sua função em produção energética, o complexo de Urubupungá dará suporte a outros elementos projetados inicialmente pela CIBPU, no que se refere à navegação fluvial, com a construção das duas eclusas e um canal artificial em Pereira Barreto, conectado ao rio Tietê, formando uma estrada fluvial de mais de dois mil quilômetros.

Jupiá tornou-se assim o principal empreendimento da Comissão da Bacia do Paraná – Uruguai (ainda assim denominada, mesmo sem a participação do Rio Grande do Sul), ficando perceptível como carregava em si todo o peso de expor a competência da engenharia nacional. Muitas foram as visitas feitas por engenheiros, professores ou estudantes ao canteiro de obras, servindo como uma sala de aula em espaço aberto. Dentre elas podemos destacar as escolas de engenharia paulista, da Poli-USP, Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) de São José dos Campos, escola de engenharia da Universidade Mackenzie e Escola de Engenharia de São Carlos.²⁸⁹ Era comum no canteiro de obras a presença de pesquisadores e engenheiros ligados

²⁸⁹ DINIZ, op. cit. 2011.

a Universidade de São Paulo-USP, que estava intimamente ligada ao empreendimento, participando diretamente no desenvolvimento técnico da usina.²⁹⁰

Devemos ressaltar que, para além da centralidade deste discurso nacionalista, é evidente que nos caminhos do complexo hidrelétrico a participação nos projetos, consultorias técnicas e influências externas estavam presentes e continuariam a influenciar em seu andamento. Desde as experiências apreendidas com o TVA e os estudos realizados para o aproveitamento energético do rio Paraná, o Complexo Hidrelétrico Urubupungá se tornaria o resultado do conjunto destas experiências apreendidas e que, devido a sua centralidade em grupos como a CELUSA e posteriormente CESP, assumiria novas identidades organizacionais, mas que não refutam seu conjunto de influências.

De qualquer forma, a constituição da CELUSA entre os anos de 1961 e 1965 fortaleceu a presença do governo paulista na ampliação do setor energético, tanto na experiência estabelecida com o Complexo Urubupungá como na centralidade de constituição de um núcleo tecnológico e industrial para o setor. Resultou assim para suas aspirações em continuar como o núcleo industrial de desenvolvimento do país, como expressos em seus discursos. Para autores como Gival Floerich, a realização deste complexo hidrelétrico expõe a caracterização de um modelo desenvolvimentista nos moldes do período JK: a grandiosidade e a magnitude de sua construção foram atribuídas à competência da empresa estatal, mas contando com aporte do setor privado, tendo como base o financiamento estrangeiro e as técnicas e tecnologias de experiências internacionais.

Como exemplo da continuidade de projetos e estudos internacionais neste setor ocorre que, no momento em que a primeira parte do complexo estava em construção, a partir de Jupiá, que empresas como a *CANAMBRA Engineering Consultants Ltd*²⁹¹ continuavam a desenvolver estudos. Essa empresa, entre os anos de 1963 e 1967, produziu dois relatórios com mais de cinco volumes cada, intitulados *Power Study of South Central Brazil*, contendo mais de 500 páginas e fornecendo informações sobre os recursos naturais e as potencialidades energéticas da região centro sul do país. Seu estudo é apontado, inclusive, como o maior planejamento elétrico já desenvolvido no mundo ocidental, como exposto no *Panorama do*

²⁹⁰ Nas palavras do autor: “Jupiá, além de ter sido a primeira usina de grande porte construída por uma empresa controlada pelo governo paulista, foi o primeiro grande projeto estatal para o qual se contratou uma firma projetista brasileira, abrindo definitivamente o mercado de construção hidrelétrica para as empresas de engenharia consultivas que se organizavam naquele momento no país, especialmente em São Paulo” (p. 95).

²⁹¹ A empresa era formada pelo consórcio de três empresas: *Montreal Engineering Company Ltd.*, *G. E. Crippen & Associates Ltd.*, ambas canadenses, e *Gibbs & Hill, Inc.*, estadunidense. Contando com uma equipe multidisciplinar mapeou as potencialidades de saltos, o levantamento e estudos de mercado, a transmissão e a distribuição de parques energéticos em toda região de Minas Gerais até o sul do país. RELATÓRIO CANAMBRA, 1967.

setor de energia elétrica no Brasil. Posteriormente continuariam o mapeamento junto à região sul do país, por meio do *Power Study of South Brazil*, contendo onze volumes produzidos entre 1966 e 1969.

Cada vez mais, as tomadas de decisões, os encaminhamentos políticos, as ações das comissões envolvidas e diretamente o estado de São Paulo, tenderiam a dar centralidade para a produção energética e foco nas obras em Urubupungá. Muitos dos canais de divulgação, como a imprensa, estabeleceriam diversos interesses e posicionamentos aludindo o desenvolvimento do complexo, como veremos no capítulo seguinte. Na própria documentação da CIBPU, percebe-se que a partir da nona conferência, realizada em 1963, ocorre um deslocamento para os problemas energéticos da região centro sul. Seus mapas e símbolos, que acompanham a comissão desde sua criação, em 1951, passam a expressar não somente a região a ser projetada, mas as necessidades a serem desenvolvidas. E pelo elemento simbólico, o rio, a hidrelétrica, e a energia se apresentam como imagem central, tornam-se força a ser reconhecida, imperativo a ser alcançado e representam o sentido daquele grupo, daquela comissão. Reproduzem a ordem social imperante naquele espaço, ou como assevera Bourdieu “o sentido imediato do mundo”.²⁹²

Se a participação de representantes do político sempre esteve atrelada ao complexo hidrelétrico, gestando posicionamentos, aspirações e permeando seus caminhos, na década de 1960, assistiu-se à projeção da imagem de Urubupungá como “monumento hidrelétrico” aos caminhos do regime militar. Entre 1964, data da instauração do regime e 1969/70, início das operações da usina de Jupia, todos os presidentes estiveram no canteiro de obras e de algum formar buscaram associar a realização do complexo junto às instauradas pelo regime.

Para Froelich, o movimento ocorrido em 1964 significou tanto uma ruptura nos aspectos políticos, quanto no econômico, intensificando o modelo desenvolvimentista fundado no internacionalismo econômico, combativo ante o comunismo, excludente e ligado a um grupo fechado em seu controle. Para o autor, o modelo adotado pelo regime influenciou diretamente na organização do complexo hidrelétrico, principalmente quando constituída a CESP, em 1966. O que não ocorreu foi uma ruptura com os cronogramas e diretrizes já em andamento, principalmente em relação à primeira hidrelétrica, Jupia, que serviria de base para a continuidade dos trabalhos em Ilha Solteira. Já em relação à Ilha Solteira, cidade, na qual segundo D’Almeida, o regime militar influiria diretamente para seu estabelecimento como núcleo definitivo.

²⁹² BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

Ocorrido em um período em que este modelo de desenvolvimento econômico expressava oscilações, no qual as taxas de crescimento eram baixas e a inflação elevada, os caminhos de Urubupungá eram expressos nos discursos e canais de divulgação como o remédio a sanar grandes males da economia nacional. Não eram projetos derivados do regime estabelecido, mas seriam articulados ao desenvolvimento que diziam estar promovendo. A ideologia da grandeza nacional, acompanhada do autoritarismo e da condução do projeto por um reduzido grupo levou cada vez mais a presença do Estado como articulador do progresso e desenvolvimento nacional. Assim, cada vez mais a imagem que buscavam cristalizar era de um futuro promissor, em que a realização do projeto hidrelétrico tornava-se fator de mobilização, conduzido pela “certeza de que estamos, mesmo à custa de sacrifícios, construindo um futuro melhor”.²⁹³ Tornava-se assim um catalisador e instrumento das forças políticas para seus propósitos, seus ideais.

O desenvolvimento alçado pelo regime e a consolidação ou mesmo continuidade de vultosos projetos, como o de Urubupungá, estão intimamente ligados a outro setor que ao final da ditadura representaria um conglomerado econômico possuidor de grande capital e monopólio do setor no país. Estamos nos referindo as grandes empreiteiras que ao longo do regime estiveram inseridos no programa ideológico e organizativo instaurado, estando diretamente na base para os projetos, programas e obras do governo militar, servindo de mecanismos articuladores da imagem de soberania técnica e tecnológica nacional.

As relações entre o setor energético e as construtoras nacionais não remontam do contexto, visto que, a partir da década de 1940, observa-se o avanço do aparelho estatal no setor, representando também o avanço das construtoras. Projetos como a CHESF e Paulo Afonso, também influenciadas pelo TVA, estreitaram as relações públicas com o setor, que seriam ampliadas no segundo governo Vargas a partir do Plano Federal de Eletrificação, alicerce para a Eletrobrás, constituída em 1962.²⁹⁴ Possuindo recursos para o crescimento do setor, essa representou o instrumento de fortalecimento das construtoras a partir do regime militar.

Como observa Pedro Henrique Campos, o estado de São Paulo foi o principal articulador na contratação de obras pública durante o período, até mais do que o próprio governo federal, conseguindo arregimentar em seu projeto de eletrificação grandes

²⁹³ CARDOSO, M. op. cit, p. 189.

²⁹⁴ CORRÊA, Maria Leticia. “Os projetos para o setor de energia elétrica brasileira no segundo governo Vargas: o debate no Instituto de Engenharia de São Paulo”. In: MENDONÇA, Sônia Regina de (org.). *O Estado Brasileiro: agências e agentes*. Niterói: EdUff / Vício de Leitura, 2005.

companhias elétricas que se unificariam em torno da CESP em 1966.²⁹⁵ Conjugando uma teia de obras para seus estabelecimentos, de conjuntos habitacionais, vilas de trabalhadores a cidades inteiras, estradas de rodagem, aeroportos a distribuição de torres de energia, as empreiteiras possuíam em suas mãos o presente e o futuro do setor, como porta-vozes do moderno, criando um mercado fechado e fortalecendo o discurso de um “Brasil potência” do regime militar.

Se as empresas mineiras e cariocas formaram a vanguarda na construção de Brasília, visto como símbolo do moderno naquele contexto, ao longo do regime ditatorial as empreiteiras paulistas iriam tomar a frente e se tornariam as maiores do país. Empresas como a Serveng-Civilsan S.A, Constran e Servix tiveram forte participação e crescimento ao longo do regime, atuando diretamente nas principais obras do período e estendendo seu poder junto à esfera política para além do próprio regime.²⁹⁶ Mas nenhuma delas foi tão expressiva quanto a Camargo Corrêa que, entre 1964 e 1985, se tornou a maior empresa de construção do Brasil. Ao longo do período, era comum ver nos periódicos a presença de propagandas associando empresas de maquinário pesado, como a estadunidense Caterpillar, uma das maiores do mundo em equipamentos de construção, à imagem das hidrelétricas de Jupiá e Ilha Solteira. A partir de seu trabalho na hidrelétrica de Jupiá, realizou todo o aparato de empreendimentos no complexo, sendo responsável pela construção das casas e infraestrutura em Urubupungá. Sua ligação é tão grande que a empresa foi acionista com 8% do capital da CELUSA.²⁹⁷

Em muitas de suas ações para além da construção, seus dirigentes possuíam boas relações com os aparatos governamentais, estando, como destacado em trabalhos de Pedro Campos e de Carlos Nova, presentes em círculos militares de São Paulo, contribuindo para o financiamento de operações e realizações necessárias para os caminhos do regime. Além desse empreendimento, participou diretamente de grande parte dos projetos tidos como marcos do regime, tais como: Transamazônica (1970-1973), Ponte Rio-Santos (1968-1974) e Rio-Niterói (1968-1974), Itaipu (1975-1982) e o próprio Complexo de Urubupungá (1961-1978).

²⁹⁵ CAMPOS, Pedro Henrique P. *A Ditadura dos empreiteiros*: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado Ditatorial brasileiro (1964-1985). Tese. Programa de Pós-Graduação em História-UFF, 2012.

²⁹⁶ A Constran foi criada em 1957 e até o fim do regime tornou-se influente não somente no ramo construtor, mas expandindo seus negócios para áreas como o agropastoril. Controlada por Olacyr Francisco de Moraes que era abertamente a favor do regime, ficando o mesmo conhecido posteriormente como “Rei da Soja” em Mato Grosso. A Servix empresa mais antiga, remonta de 1928 sendo a pioneira na construção de hidrelétricas, tornando-se durante o regime ditatorial a segunda maior empresa do ramo, atrás apenas para a Camargo Corrêa. CAMPOS, P. op. cit, 2012.

²⁹⁷ Cf. Almeida, M, op. cit, 1980.

Ao longo do estabelecimento de sua construção, notam-se dois períodos complementares: o primeiro com a instauração de Jupiá, entre 1961 e 1969, momento de reestruturação da economia após os entraves provocados pelo Plano de Metas e em segundo a construção da hidrelétrica de Ilha Solteira, entre 1968 e 1974, período eufórico sob o controle do regime ditatorial. O próprio setor energético e suas aspirações são caracterizados por momentos distintos, sendo que notamos primeiramente um “progresso e desenvolvimentismo alucinante”, entre 1950 e 1960, seguido de um “desenvolvimento nulo”, entre 1970 e meados de 1980 para um “crescimento sustentável” na década de 1990, marcado pelas privatizações.²⁹⁸ E nos meandros do processo de construção do Complexo de Urubupungá a constituição de uma nova central administrativa marcaria os caminhos desta segunda etapa de sua consolidação por meio da constituição da CESP.

2.3 CESP E O COMPLEXO DE URUBUPUNGÁ

As Centrais Elétricas do Estado de São Paulo S/A, CESP (hoje Companhia Energética de São Paulo), são o resultado da junção de onze empresas do estado. Prevista por meio do decreto nº 46.495, de 21 de julho de 1966, teve sua oficialização em 05 de dezembro do mesmo ano. Compondo um capital de mais de 1 trilhão de cruzeiros, a centralidade do Complexo de Urubupungá é enorme em sua formação visto que 46% deste montante eram provenientes da CELUSA, comissão responsável pelo projeto.

Sua criação pode ser entendida dentro de um quadro de transformações do setor energético nacional que, como já vimos, permeou desde a década de 1940 o gradual desenvolvimento do setor nacional que assume na década seguinte o ônus dessa expansão em detrimento do gradual distanciamento de ações de grupos privados, como *Light* e *Amforp*, agora mais conectados ao setor de distribuição e consumo. Assim, por meio dos debates já realizados a partir do segundo governo Vargas, com a criação das Centrais Elétricas Brasileiras S/A, em 1961 e, um ano depois, da Eletrobrás, temos a configuração de iniciativas buscando criar as condições para expansão deste parque energético. E a CESP adentraria tal lógica organizacional.

Em matéria publicada pela própria empresa, em “Memórias da CESP” o engenheiro Mário João Nigro, participante dessa fusão, destaca que havia muita resistência de diretores em relação à fusão, principalmente ligado a (re) estruturação que ocorreria, principalmente

²⁹⁸ Segundo Magalhães, op. cit, 2012.

pela perda de cargos e transformações em suas funções com a criação da nova empresa. Ao mesmo tempo destaca que, em suas bases, “a questão do nacionalismo era latente”, visto a forma como as empresas privadas estavam conduzindo suas ações “pensávamos em nacionalizar todas as empresas estrangeiras de energia elétrica, embora, na ocasião, não pensávamos em transformá-las em organismos do Estado”.²⁹⁹

Por isso mesmo seu surgimento representou a continuidade da implantação do modelo nacionalista já presente na CELUSA, mas agora marcado pelos ditames ditatoriais. Tecnocrático, desenvolvimentista e de faces conservadoras são caracteres integrados a essa estrutura organizacional. Composta por uma diretoria conjunta das empresas integradas, tendo o próprio Lucas Nogueira Garcez como primeiro presidente, em 1967, não representou problemas para o regime, pelo contrário, simbolizou um núcleo afinado a seus ideais de modernização, ordem e progresso.

No plano regional, a condução do projeto pela CESP articulou a potencialidade energética ao desenvolvimento daquela região, ficando diretamente marcado em sua memória documental o impacto da hidrelétrica de Ilha Solteira como polo propulsor do desenvolvimento do oeste do estado de São Paulo e do sul de Mato Grosso. Tendo sua construção iniciada em 1965, marca a passagem de trabalhadores e maquinário para a segunda etapa, representado desde sua inauguração oficial, em abril de 1966, com a presença do presidente Castelo Branco, como condutor da elevação dos padrões sociais e econômicos regionais. Assim:

Em termos de potencial de mercado pode-se dizer, portanto, que a região de Urubupungá, embora alocando somente 1% da mão de obra do Estado, possui padrão relativo elevado de remuneração, o que significa a possibilidade de desenvolvimento de um mercado novo, que poderá futuramente alcançar a posição das mais expressivas no cenário Estadual.³⁰⁰

Ilha Solteira, a cidade, teve sua construção iniciada em 1967, marcando o gradual desmonte da Vila Piloto em Três Lagoas e a passagem dos trabalhadores para o novo núcleo habitacional, localizado no município de Pereira Barreto-SP, no distrito de Bela Floresta. Teve ao longo de toda construção a funcionalidade de abrigar os trabalhadores e familiares das empresas e grupos ligados à obra, mas também atraiu uma população ligada ao comércio e à prestação de serviços, chegando a atingir em 1971 uma população de cerca de quinze mil operários e um total de trinta e dois mil habitantes (em alguns documentos aparece a marca de

²⁹⁹ CESP/PAULISTA, Ano VI nº30, 1982, p. 07.

³⁰⁰ CESP/CIBPU. A Região de Ilha Solteira e suas possibilidades de Desenvolvimento Econômico: Caracterização da indústria. Departamento de Economia CESP, 1972, p. 141.

50 mil habitantes). Ao contrário da Vila Piloto, fixou-se como núcleo definitivo, estruturado para, dentro do planejamento organizacional, tornar-se um polo de desenvolvimento regional. Como bem observado por D’Almeida em seu trabalho, a documentação deixa claro como o novo núcleo habitacional reorientou a diretrizes organizativas anteriormente previstas para a própria região de sua instalação:

Nota-se que, após as diretrizes do novo Consórcio Internacional, que a partir de 1966 passou a coordenar os investimentos nas obras de Ilha Solteira, algumas transformações foram adotadas na proposta do planejamento urbano de Ilha Solteira. Desde então, os projetos para Ilha Solteira passam a incorporar o discurso de produção de um "polo de desenvolvimento" da região de Urubupungá, enquanto, contraditoriamente, abandonavam-se os demais projetos de infraestruturas previstos para o plano de desenvolvimento da região”.³⁰¹

Foram construídas 5.114 casas, contando inicialmente com uma população de cerca de 7 mil funcionários da Camargo Corrêa, 3 mil da CESP e aproximadamente 1 mil trabalhadores de pequenas empresas e prestadoras de serviços. Segundo dados da CESP, 70% deste contingente eram provenientes da própria região, de cidades próximas, sendo que outros 25%, provenientes de outras localidades do interior paulista e somente 5%, de outras regiões, como norte e nordeste e sul.³⁰²

Para tanto, contou-se novamente com a participação da PLANEMAK para o projeto urbano, fundamental para tomada de decisões de fixação definitiva do núcleo de Ilha Solteira. Isso porque, como destaca D’Almeida, em seu projeto inicial, Ilha Solteira não possuía pretensões de crescimento, constituindo-se de um acampamento temporário como a Vila Piloto, questão que viria a mudar em 1967 com sua estruturação e com dispositivos que permitiam sua configuração posterior como cidade definitiva. Assim, observamos as distinções na composição estrutural de Ilha Solteira em relação ao acampamento provisório em Jupiá, tendo agora espaços como os clubes, cinemas e escolas distribuídos conjuntamente a cada categorial social correspondente.

³⁰¹ D’ ALMEIDA, op. cit, p. 28.

³⁰² CESP. A cidade e a Usina, 1988, p. 29.

FOTO 17 –



Construção de Ilha Solteira, enseadeira ao fundo, 1967.

Fonte: CDMCC

FOTO 18 –



Cidade de Ilha Solteira, 1971.

Fonte: CDMCC

Foi criada uma ampla estrutura de organização e assistência, que influenciaria diretamente na configuração regional, elemento que, segundo a CESP, tornou-se um imperativo para o deslocamento de mão de obra especializada para a região. Hospitais, Igrejas, clubes, cinemas, escolas foram estruturados para desenvolver a independência do núcleo, ainda maiores do que visto em Jupiá. Porém, como veremos, também seriam maiores os instrumentos de controle e de organização por parte dos grupos dirigentes.

Logo, a gama de trabalhos direcionados a seu estudo, mesmo possuidora de especificidades, nos permite compreender o núcleo como de caráter fechado, com uma operacionalidade de traços autoritários e disciplinar, organizada junto a órgãos como a AEIS, Administração Especial de Ilha Solteira, comandados em sua maioria por oficiais militares. Desta forma, a organização do núcleo arregimentava o cotidiano conectado ao próprio ritmo e à funcionalidade da obra, composta por uma série de leis instrutivas, já evidenciadas na Vila Piloto. Isso ficaria evidente na própria classificação social estabelecida dentro do núcleo, dividido em espaços residenciais entre os níveis de 1 a 6,³⁰³ que influiriam diretamente nos lugares a serem utilizados no cotidiano, como nos clubes.

No “pico” das obras, a construção da hidrelétrica de Ilha Solteira contava predominantemente com trabalhadores de 4 empresas, CESP, Camargo Corrêa, Tenenge e Reag, que somavam mais de 22 mil pessoas. A partir de 1972, observa-se o gradual declínio populacional e deixando em aberto a situação do núcleo e a busca de novas atividades para sua continuidade, porque o funcionamento da hidrelétrica ocorreria em grande parte por automação, sendo para tanto necessários pouco mais de 200 operadores, deixando mais da metade das casas desocupadas a partir da data. Assistiríamos neste momento a um rol de debates entre as empresas dirigentes e os governos, no qual a ideia de um “polo de desenvolvimento regional”, existente neste núcleo desde seu início, ganharia força, principalmente pela percepção de que “A CESP é demasiadamente importante para

³⁰³ Conforme a documentação, observamos que cada um dos níveis correspondia a uma categoria de funções: Nível 01 – Serventes, ajudantes (não especializados); Nível 02 – possuidores de especialização, como pedreiros, pintores e encanadores; Nível 03 – Fiscais, mestres de obra e pequenas funções administrativas; Nível 04- Desenhistas, projetistas, assistentes técnicos, funções de enfermagem; Nível 05- Cargos de chefia e técnicos administrativos; Nível 06- profissões liberais e nível universitário, como engenheiro, médico, arquitetos.

exclusivamente produzir energia elétrica, por mais importante que isto possa significar” reafirmando assim suas contribuições para além da produção energética.³⁰⁴

A solução encontrada para a manutenção do núcleo e ao mesmo tempo para ampliar a arrecadação da CESP para sua condução, foi a transformação de Ilha Solteira em cidade com administração vinculada à CESP, emancipando-se do distrito de Bela Floresta, mas sem autonomia política, administrativa e financeira.

Dentre as ações realizadas para a manutenção do núcleo, ocorre, em 30 de janeiro de 1976 a criação e instalação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, a UNESP, por meio dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, existentes em diferentes localidades do interior paulista. A Faculdade de Engenharia do campus de Ilha Solteira, a FEIS tornou-se assim a única criada conjuntamente com a UNESP, centrada inicialmente em cursos como Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica, devido ao possível aproveitamento da infraestrutura da CESP e as experiências provenientes da construção do complexo hidrelétrico.

Sua emancipação, analisada por Froelich, ocorre somente em dezembro de 1991, realizada de forma gradual, sendo sugeridas desde o período de inauguração da hidrelétrica inúmeras possibilidades para continuidade do núcleo, como estabelecimento de empresa siderúrgica e até mesmo um presídio. Tensões eram correntes naquele momento, mantendo-se inclusive um administrador ligado ao regime militar na condução das operações, mas agora tendo cada vez menos importância dentro do próprio regime.

Mesmo após sua emancipação, a cidade carrega as marcas de seu ideário original, seja pela população barrageira que habita, pela estruturação técnica universitária ou mesmo pelos elementos simbólicos, como a grande estrela de vinte pontas, simbolizando cada uma das turbinas de Ilha Solteira. Se pensarmos em relação à Jupiá e sua conexão com Três Lagoas, observaremos que tais elementos também foram apropriados por determinados grupos a sua identidade, seja na exploração do turismo, na formação do distrito industrial ou mesmo em seu aparato simbólico, expresso na reestruturação do brasão três lagoense em 1968 por um migrante indiano, Carlos Sabu. Conforme destacado por Shesman Campache,³⁰⁵ esse ao adentrar o espaço político local, perpetua simbolicamente ao brasão, o que considera como novo símbolo do desenvolvimento e do progresso local, que seria posteriormente, como veremos, rememorado para (re) afirmar novos saltos desenvolvimentistas no tempo presente.

³⁰⁴ CESP, Relatório anual, 1971, p. 02.

³⁰⁵ CAMPACHE, Shesman A. *O fazer-se da categoria barrageiros em Três Lagoas*. Monografia. UFMS, Três Lagoas, 2012.

BRASÃO 01/02 E FOTO 19



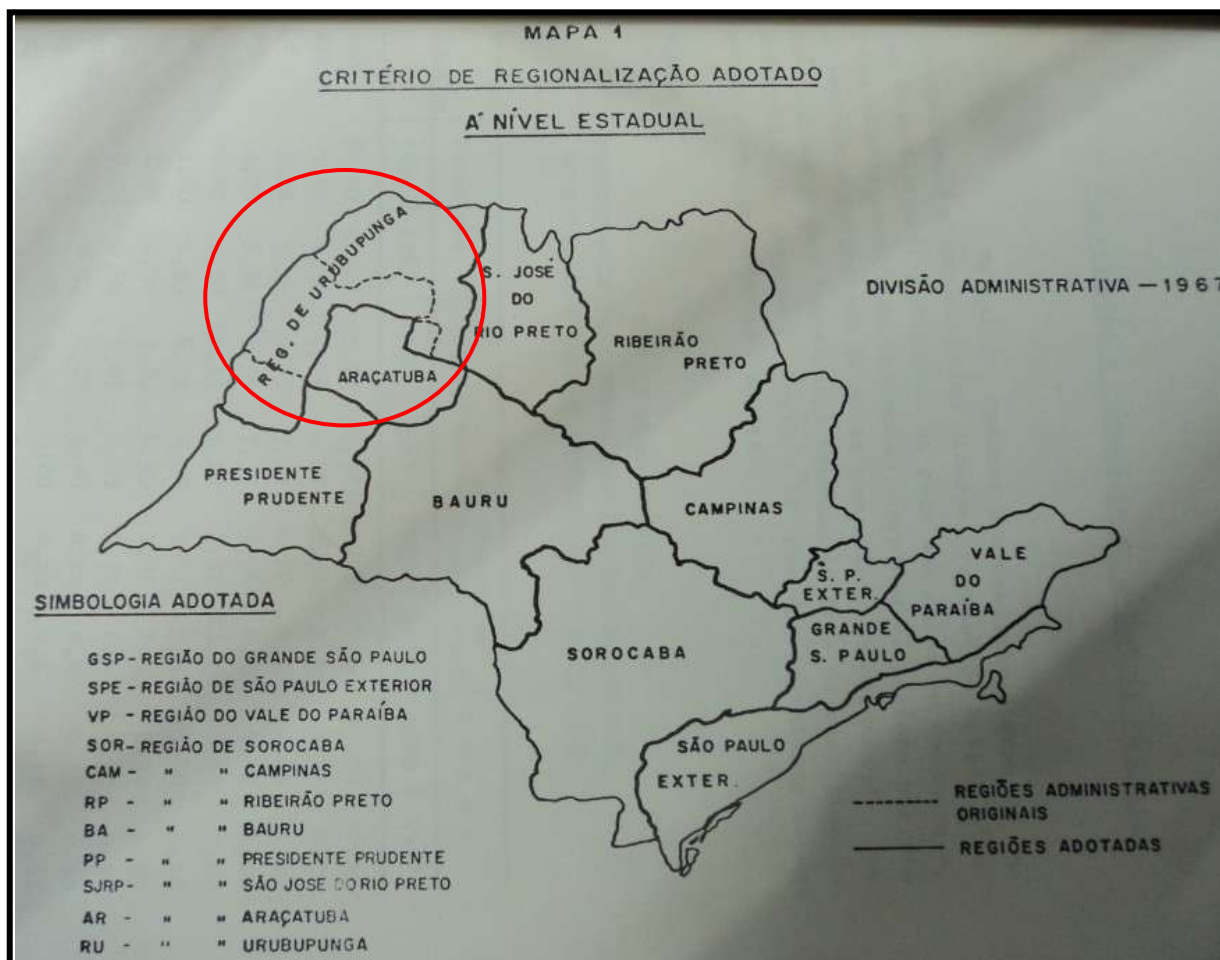
Brasões de Três Lagoas e Ilha Solteira; Estrela símbolo hidrelétrica Ilha Solteira.

Fonte: PMTL; PMIS.

De forma geral, o estabelecimento da hidrelétrica e seu núcleo eram tidos como um “impulso industrial” que, sendo realizado, permitiria que a própria região continuasse “a se desenvolver movida por impulsos econômicos próprios, vinculados a uma base econômica já montada e praticamente indestrutível”.³⁰⁶ Sua potencialidade também seria central pelo fato da região não apresentar um polo significativo referencial, colocando a futura cidade de Ilha Solteira como o modelo regional, superior e a par das grandezas expressas pelo governo militar. Mas o que percebemos é que o surgimento de Ilha Solteira, oficialmente em 1968, marca o declínio de outros núcleos regionais; uns no sentido econômico e outros, como Itapura, fisicamente submersos ao lago da usina, assim como ocorreu com a hidrelétrica de Itapura. Uma nova região, “região de Urubupungá”, rememorada em outros tempos como ponto de passagem de viajantes e monçoeiros, torna-se agora física e simbolicamente atrelada ao controle e à imagem do empreendimento energético, que, no caminho das obras, iria se sobrepor àquela realidade.

³⁰⁶ CESP/CIBPU. A Região de Ilha Solteira e suas possibilidades (...), op. cit, p. 26.

MAPA 06 -



Caracterização da “Região de Urubupungá”.

Fonte: Documento regional CESP/CIBPU, 1972.

Ideias como estas permeiam historicamente uma diversidade de projetos e incursões técnicas e tecnológicas rumo ao desenvolvimento de regiões consideradas “atrasadas”, como visto no Brasil em fins do século XIX ou mesmo nas práticas estabelecidas pelo TVA no Vale do Tennessee. De qualquer forma, tal ideia nos reforçar a percepção de como o espaço torna-se produto e produtor de um conjunto de relações que intervêm em sua própria organização, conectados a novas relações de produção, forças produtivas e imperativos que condicionam e, ao mesmo tempo, transformam a configuração de um momento histórico anterior, por meio de novas práticas e relações a ele permeadas. Tornando-se assim “suporte” dessas novas relações econômicas e sociais, como pontua Henri Lefebvre, o espaço, “não pode mais ser considerado como passivo, vazio, ou então não tendo outro sentido, como os produtos, que o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer”.³⁰⁷ Assim,

³⁰⁷ LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Tradução: Núcleo de Geografia Urbana da UFMG. Primeira versão: início - fev. 2006, p. 05.

conjuntamente ao estabelecimento do projeto de Urubupungá e à necessidade de criação de núcleos como Ilha Solteira, temos que determinados interesses e necessidades para a promoção industrial inferem no modelar do espaço de acordo com uma gama de imperativos que atrelariam a influência desse projeto a própria imagem do espaço.

Como destaca Milton Santos, o uso do território pode estar intimamente conectado a processos de implantação de infraestruturas (o que denomina de “sistemas de engenharia”) e ao dinamismo econômico e populacional que decorrem do mesmo. Logo, a implementação de meios técnico-científicos junto ao meio natural, como no caso da construção hidrelétrica, modifica diretamente seus atores, relações, sua dinâmica de organização e, assim, sua própria imagem. Conectando-se ao subsistema de integração energética Sul/Sudeste/Centro-Oeste o Complexo de Urubupungá apresenta o espaço por meio das funcionalidades a ele projetadas, mas que acabam sobrepondo as necessidades nacionais às de ordem regional, tornando, por um lado, progressivamente integrado, mas “ao mesmo tempo seu comando político e uma parcela do seu comando técnico separam-se dos lugares aptos para produção” tornando, parcialmente, seu desenvolvimento alheio aos imperativos locais.³⁰⁸

Assim, a região estabelece-se como uma zona de influência do complexo hidrelétrico, articulada por suas potencialidades como campo de “preparação” para o desenvolvimento industrial, tido como o futuro centro econômico de ligação entre o Sudeste, já industrializado e a região central, conduzido pela consolidação do novo parque energético. Na perspectiva de Froelich, a fragilidade daquele espaço ante a promessa de um futuro promissor favoreceu a imposição da usina sobre a região, para além do modo de vida local. Possíveis contrapontos acabaram adentrando a lógica do movimento que se instaurava, ou transpareceram em um momento posterior, já em fins do empreendimento, na década de 1970.

Para a região sul-mato-grossense também são indicados “pontos” de desenvolvimento a partir da consolidação do projeto, destacando que cidades como Três Lagoas, Aparecida do Taboado e Paranaíba seriam contempladas pelo polo industrial. Ligadas mais à ideia do desenvolvimento de “polos” industriais, CESP e CIBPU continuaram a promover alguns trabalhos conjuntos, em que tais regiões aparecem como espaços de crescimento e progresso, mas já bem distantes das perspectivas dos trabalhos anteriores. Aqui algumas considerações são necessárias para tal compreensão. Primeiramente, em relação à CIBPU, nota-se que o governo militar instaura novas propostas de desenvolvimento regional, articulando áreas específicas a serem planejadas por programas de infraestrutura, por meio da SUDECO,

³⁰⁸ SANTOS, Milton, SILVEIRA, Marília Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 14ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2010.

deixando as propostas da comissão à margem destas ações.³⁰⁹ O desgaste evidente, como assevera Chiquito, entre a comissão e o regime ditatorial contribuirá para o encerramento de suas atividades, tendo a última reunião dos governadores em 1968, em Urubupungá, e seu encerramento oficial em 1972. Uma segunda consideração é que, embora a ideia do aproveitamento hidrelétrico em Urubupungá e da criação da comissão tenham sido comungados entre os estados de Mato Grosso e São Paulo, com a criação da CESP este passa a ter maior centralidade em suas ações, ainda mais com a renúncia do representante de Mato Grosso, Demóstenes Martins, em 1965.³¹⁰

O momento coincide com a já destacada segunda etapa de construção do projeto hidrelétrico, por meio da Hidrelétrica de Ilha Solteira e seu novo núcleo habitacional, com a cidade homônima ao projeto realizado. Se somados os números das obras, ambas em andamento, tornam-se gigantescos: 100 milhões de metros cúbicos de movimentação de rocha e terra, 5 milhões de m³ de concreto, que foram favorecidos pela já destacada descoberta de cascalho próximo à Jupia. Em Ilha Solteira as centrais de concreto ainda possuíam a capacidade de produção de 6.000 m³/ dia, possuindo duas unidades automáticas, seis silos de cimento 6.000 t e dois silos para pozolana de 2.000 t.

Para seu abastecimento foi estruturando um porto para receber materiais diretamente extraídos do leito e fundo do rio, próximos a Jupia. Nas proximidades da hidrelétrica trabalhavam dia e noite duas dragas, uma menor e outra de maior proporção, retirando mais de 500 toneladas de areia e cascalho do rio em uma hora a mais de 30 metros de profundidade, que abastecem nove barcas que transportam cerca de 800 toneladas a cada viagem. Navegando a distância de 60 km entre as duas obras, três viagens ao dia trazem quase 22 mil toneladas de materiais rio acima diariamente, decorrendo quase sete horas em cada operação. Cada comboio possui um rebocador auxiliar e três empurradores equipados com radares e rádios. Em seu caminho, o histórico Salto de Urubupungá não mais se torna um obstáculo, agora submerso.

Já na margem de Ilha Solteira, a existência de um sistema de dois quilômetros de esteiras leva o material à usina de concretagem, passando em seu percurso por um sistema de esteiras, separando as pedras por seus tamanhos e areia, lavando todo o material. O concreto,

³⁰⁹ A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO é criada em 1967 e passa a desenvolver programas de infraestrutura na região central do país. ABREU, Silvana. *Planejamento Governamental: a SUDECO no espaço Matogrossense: Contexto, propósitos e contradições*. Tese. Universidade de São Paulo, 2001.

³¹⁰ Carta enviada por Demóstenes Martins ao governador de São Paulo Adhemar de Barros, em 1965. MARTINS, op. cit, p. 261.

já misturado, ainda passa por um sistema de refrigeração para acelerar o processo e evitar problemas como rachaduras.

FOTO 20 -



Canteiro industrial em Ilha Solteira.

Fonte: CDMCC

Um complexo sistema de produção de concreto com a adição de gelo permitia manter o acelerado ritmo de concretagem. Em uma primeira fase, a brita e o cascalho passam por uma imersão em água gelada, tendo posteriormente sua temperatura rebaixada por jatos d'água, cerca de -2° já na entrada da betoneira. Dentro da betoneira, adiciona-se o gelo (em escamas) junto à água a fim de resultar em um concreto de saída em uma temperatura de 6° , para assim serem lançados gradualmente na barragem. Tal procedimento, além de evitar possíveis trincos, reduz o número de juntas e aumenta intensamente o rendimento dos equipamentos. Ao longo da documentação outra característica que será destacada é o uso de peças pré-moldadas, construídas no próprio canteiro de obras, mas de sessenta tipos, variando de tamanhos e pesos, de cem quilos a quarenta e cinco toneladas.

Seguindo rígido cronograma de construção estabelecido, o desvio foi realizado no sentido Tomadas d'água e Casa de Força, diretamente pelos dezesseis grupos geradores, dando passagem a um total de vinte e três mil m^3/s . Posteriormente, para montagem das

turbinas neste espaço apenas deverá ser realizada a secagem dos receptáculos. Tais cronogramas e realizações seguiram diretamente os estudos realizados nos laboratórios montados junto ao conjunto hidrelétrico, que buscou prever eventuais contratemplos e possíveis alterações no rio, fundamental para a realização do desvio. Esse se realizou em abril de 1972 por meio da abertura na chamada “ensecadeira de montante”, o “Dia D” das operações, que foi assistida e acompanhada não somente pelos quadros de funcionários da empresa, mas foi relatada e projetada como um verdadeiro espetáculo organizacional na operação do complexo hidrelétrico. O momento ainda marca a remoção progressiva das ensecadeiras e fechamento simultâneo do curso remanescente do rio. As águas do rio Paraná voltam ao seu curso, mas não mais solapadas pelo Salto de Urubupungá, mas pelo conjunto hidrelétrico que carrega seu homônimo.

FOTO 21-



Abertura da ensecadeira na casa de força. Abril de 1972.

Fonte: CDMCC

A construção do complexo hidrelétrico também reorganizou todo o sistema de rodovias e pontes ao largo de vários municípios dos estados de São Paulo, Mato Grosso,

Minas Gerais e Goiás, devido à nova configuração dos rios acima das barragens. Realizando um levantamento planialtimétrico, técnicos e engenheiros da CESP percorreram tais locais em busca de mapear os espaços que desapareceriam ou que se tornariam inutilizáveis com o fechamento das comportas. O movimento já teve início com o fechamento das comportas de Jupia e agora seria ampliado com Ilha Solteira, o que promoveu a mudança de mais de vinte pontes e cerca de 300 km de estradas e vicinais, devido ao nível das águas que se elevaram cerca de vinte metros.

Em julho de 1973, com as barragens de terra já concluídas, tem-se o início do funcionamento de quatro turbinas, entres testes e operação, com uma antecipação de oito meses no cronograma anterior, tendo sua inauguração oficial no início de 1974. Diferente de Jupia, seu potencial de 3.200 kW é produzido por um conjunto de vinte turbinas Francis, de 160.000 kW cada, em que seus dezenove vertedouros de superfície alcançam um escoamento de 40.000 m³/s. Ao contrário de grande parte das obras deste porte em outros países, Ilha Solteira redimensionou a locação de sua subestação transformadora, situando-a à frente ao canal de fuga, possibilitando geração e transformação centralizados num comando único.

Por meio da CESP se fortaleceu a imagem de condução e centralidade do estado de São Paulo na expansão do setor energético, traduzida, segundo Nova pela “expressão de competência técnica e da pujança econômica”, tendo o projeto em Urubupungá como modelo da tecnologia nacional.³¹¹ Isto fica evidente no discurso pronunciado pelo governador de São Paulo, Abreu Sodré, em 1968, em Urubupungá:

Estamos testemunhando hoje a maior realização do mundo ocidental no campo de energia elétrica que se edifica com tecnologia nacional e sustentada, em mais de 95% de seu total pela capacidade de poupança dos brasileiros. No campo político deve igualmente frutificar a capacidade de realização e de imaginação dos brasileiros.³¹²

Este discurso foi realizado na solenidade de abertura da X (e última) Conferência dos Governadores, às margens do rio Paraná, em Urubupungá, com todos os governadores membros presentes, representantes da CIBPU, CESP e o presidente da república, Marechal Costa e Silva. Cada um dos discursos proferidos fecha um quadro de significações e representações acopladas à imagem do empreendimento, canal onde a “teia do fato” se constrói, como bem asseverou Vesentini. Abreu Sodré não deixa de exaltar como a realização do complexo celebra a hegemonia da técnica nacional, marco e memória do setor, ressaltando

³¹¹ NOVA, op. cit, p. 25.

³¹² Discurso na solenidade em Urubupungá, 20 de fevereiro de 1968. Ata CIBPU, p. 164.

como todos os brasileiros coletivamente participaram desta conquista, por meio do imperativo financeiro. Tal ideia seria reforçada em seu discurso de encerramento na solenidade quando reafirma que “Urubupungá é o marco da decisão de saber fazer, com a poupança dos brasileiros com a engenharia brasileira, técnicos e operários do Brasil, e com a cooperação internacional, de menos proporção, o novo Brasil”.³¹³ Como obra que marcará o século, “que o mundo falará”, Ilha Solteira, assim com Jupia produzirá sob as atuais experiências o horizonte de expectativa para toda a sociedade, pois, para seu representante “este é o fazer compromissado com o futuro, no encontro marcado que a nação brasileira tem com o século XXI”.³¹⁴

Percebe-se assim no processo de expansão do modelo de desenvolvimentismo uma dupla função: a de preservar a ordem, no sentido dos interesses de determinadas classes sociais dominantes, assim como a de apresentá-las como de benefícios e interesses coletivos, de e para toda a sociedade. Estimula-se assim o pensamento e a confiança na transição dos problemas do presente para um progresso futuro, criando um sentimento de esperança e de fé nas transformações do presente. Representa também, como já visto em outros momentos, por outros conectivos técnicos e tecnológicos, o instrumento de integração nacional, que levará toda a nação ao modelo já presente no espaço tido como articulador do progresso, São Paulo. Como ressalta o Governador “pouco nos adianta que São Paulo seja um estado em desenvolvimento, quando vemos contrastadas outras regiões que precisam e necessitam da disposição de São Paulo para o seu desenvolvimento”.³¹⁵

Como caminho a ser seguido, como um bem que se espalha, correm os fios de alta tensão por outros espaços, onde regiões como o sul de Mato Grosso, sentem-se abraçadas pelo progresso provido pela energia. Ainda na mesma solenidade acrescenta o Governador de Mato Grosso, Pedro Pedrossian, que: “ao perguntarmos hoje quais os obstáculos à integração das distintas comunidades regionais deste país, verificamos que o avanço da ciência e da tecnologia tem se encarregado eliminá-los de nossa base física, projetando-os, entretanto na nossa superestrutura”.³¹⁶

As conquistas materiais, o desenvolvimento de tais aparatos técnicos e tecnológicos tornam-se cada vez mais, tomando um tom universal, no elemento central para o progresso não somente energético, mas de todos os setores sociais. Logo, sua realização, além de promotora de transformações fundamentais para a sociedade, acaba sendo interpretada por

³¹³ Idem, p. 176.

³¹⁴ Discurso Abreu Sodré (...). SILVEIRA, 1970, p. 262.

³¹⁵ Discurso solenidade (...), Ata CIBPU, p. 167.

³¹⁶ Idem, p. 155.

estes sujeitos também como uma força ideológica, estrutural, prognóstico da integração e progresso material. Pode estar o estado de Mato Grosso, e mesmo a figura de Pedrossian, ausentes das tomadas de decisões durante este regime, mas o advento do progresso encontra-se em processo em suas fronteiras, em suas barrancas, em seus recursos naturais. Assim “o desenvolvimento e a integração do Brasil já começou. Urubupungá está construída, as linhas de transmissão demandam ao Mato Grosso, nossas fronteiras econômicas se alargam, mas as nossas aspirações são bem maiores”.³¹⁷

Para muitos autores, observando tais impressões, são elementos passíveis do clivo crítico a respeito da ideia de progresso. Em suas teses, Benjamin considera estes caminhos como de “mão única”, pois entende que “o progresso, tal como ele se desenhava na cabeça dos socialdemocratas, era um progresso da própria humanidade (e não somente das suas habilidades e conhecimentos)”, interminável, irresistível, totalmente imparável³¹⁸. Mais do que pensar os benefícios da produção energética, fator fundante, dominar a natureza era o fator de condução para o progresso, não mais pela ideia do aproveitamento do rio, mas da bacia hidrográfica:

É indispensável que os acidentes geográficos do continente sejam dominados pela técnica, postas a serviço da humanidade (...) é também necessário que o denominador comum desta ação benéfica seja a transformação das Bacias Hidrográficas e das potencialidades energéticas.³¹⁹

Percebe-se que cada vez mais o conhecimento e as capacidades técnicas são transportados para a busca do controle dos recursos naturais, de acordo com os imperativos de cada tempo, conduzidos por certos grupos de determinadas formas, projetos individuais postos como necessidades coletivas. Assim, imagens vão sendo construídas como condutores do processo, e ao longo do regime militar, a ideia de um “Brasil Grande” vai-se conjugando com o projeto hidrelétrico estabelecido. Para Costa e Silva, segundo presidente, mas não o último, a visitar Urubupungá, a magnitude do projeto mistura-se ao apreço do regime:

É a segunda vez, poucos meses decorridos, que venho a esta região, o que vale por uma demonstração cabal do apreço do chefe na Nação ao trabalho que aqui se realiza. Considero o grande Vale do Paraná-Uruguaí equivalente ao do Nilo, para os egípcios, ao do Eufrates e Tigre para os babilônicos, ao do Reno para a velha Alemanha, ao do Danúbio para o centro da Europa,

³¹⁷ Discurso solenidade (...), Ata CIBPU, p 156.

³¹⁸ TESE XIII. BENJAMIN, op. cit, p. 17.

³¹⁹ Discurso solenidade (...), Ata CIBPU, p 157.

porque aqui neste vale há de se fixar a maior civilização deste Continente, graças aos trabalhos que aqui se realizam.³²⁰

Em seu discurso de encerramento dos trabalhos da CIBPU, no complexo hidrelétrico, transparece a estreita relação que o regime deposita na magnitude do empreendimento, pois acreditar em Urubupungá é acreditar no regime, projetar os benefícios da mesma era dar continuidade ao modelo político em processo, pois “é obra de gigantes para vários governos. Hoje um governo, amanhã outro, depois mais outro. Haveremos de dar ao Brasil esta grande obra, que é a *integração nacional* através deste grande rio”.³²¹

Em suas proposições está a dinamização da integração do país em um mercado de consumo, em que forças internacionais têm grande interesse neste modelo de desenvolvimentismo, e as vultosas obras acabam por serem promovidas como a grandeza da condução política nacional e, como ressalta Dupas, “consequentemente, o presente servirá sempre de alicerce para avanços futuros”.³²² Assim, produzir energia centrou-se como um dos componentes para promover diretamente o progresso, representado, dentre outros, pela promoção do desenvolvimento coletivo e integração econômica, para uma ampla esfera social, para quem comanda, quem coopera e quem trabalha.

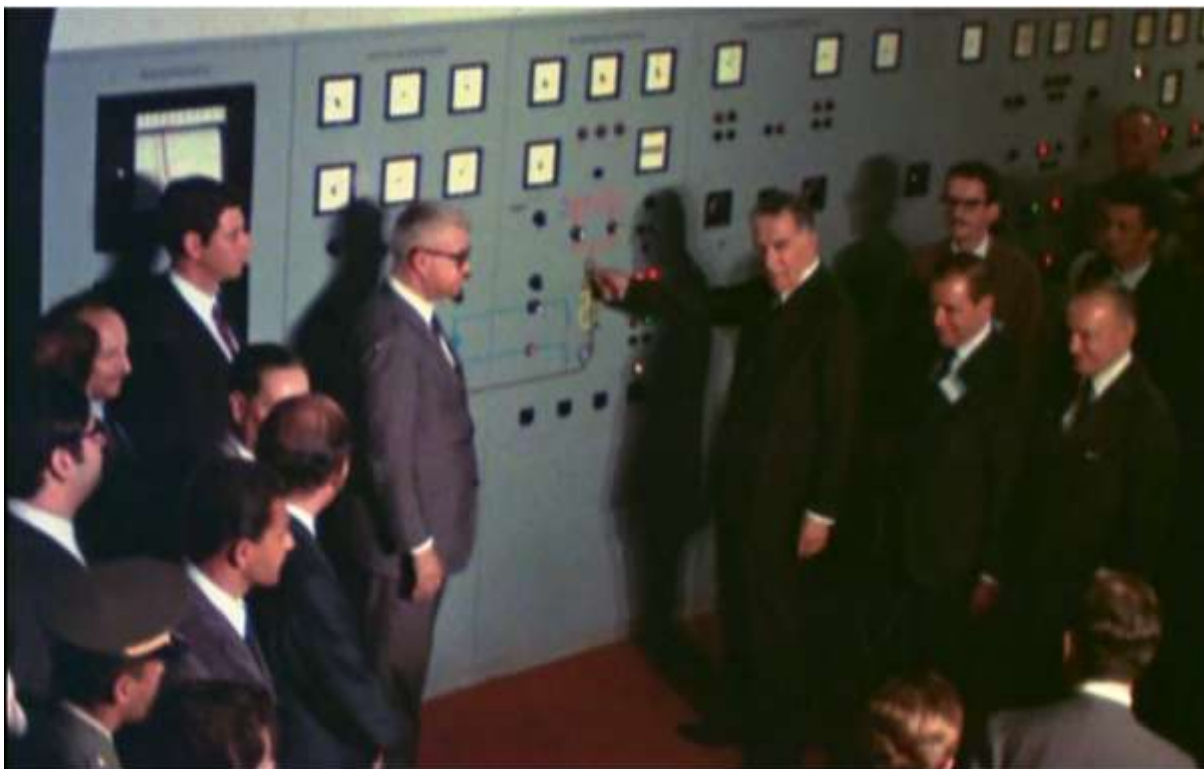
Janeiro de 1969 e junho de 1973 marcam o início das operações, respectivamente, de Jupiá e Ilha Solteira, sendo esta oficialmente inaugurada em último ato de Médici no poder, em 1974. Seu potencial total seria ampliado ao longo da década de 1970, momento em que empresas como a CESP expandem a busca por novas fontes de energia, mudando inclusive seu nome para Companhia Energética de São Paulo, reflexo de tais alterações.

³²⁰ SILVEIRA, op. cit, p. 263.

³²¹ Discurso solenidade (...), Ata CIBPU, p. 186, grifo nosso.

³²² DUPAS, op. cit, p. 31.

FOTO 22 -



Acionamentos das turbinas de Jupia.

Fonte: LESAGE, 1976.

E assim, como legado, marco e memória de um Brasil que se desenvolve o Complexo Hidrelétrico Urubupungá atrela-se à figura do homem público, porta-voz do empreendimento, que trabalhando e preocupando-se com sua imagem, estabelece vínculos com saberes, práticas e tecnologias a fim de garantir sua representatividade no presente junto a projetos para o futuro. Eram tempos eufóricos, tão quanto o já esmiuçado neste trabalho desde a década de 1950. De um núcleo provisório na Vila Piloto à concretização da cidade definitiva, assistimos neste momento a “falsa euforia”, como disse Celso Furtado, depositado na nova cidade e, porque não, no complexo hidrelétrico agora em funcionamento, pois o acionamento das turbinas em 1974 marcaria também o fim da fase do “milagre econômico” e o início de novas relações dentro da imagem do complexo hidrelétrico, como veremos.

Assim, entre importantes avanços regionais ocorridos por meio da construção do complexo e as transformações, nem sem positivas, ocorridas, pelas “vozes autorizadas” são inauguradas as turbinas, e sob o grande complexo desaparecem o rebojo e as corredeiras, memorado por quem lá passara ao longo dos séculos, agora cedendo lugar ao concreto, pondo suas águas a serviço do homem, e o homem a serviço da energia.

Urubupungá já não é mais um salto, mas a memória de um complexo hidrelétrico.

CAPÍTULO III

PELAS PÁGINAS DO PROGRESSO: PERIODISMO, PROPAGANDA E ENERGIA

(...) Nosso município tem a logística e a oferta de energia como principais atrativos. Aqui, temos uma usina hidrelétrica (Jupiá), uma termelétrica a gás e o gasoduto Brasil-Bolívia, que fornece energia à vontade para as empresas. Além disso, temos boas estradas, uma extensa malha ferroviária e hidrovia.

(O Estado de S. Paulo, 20/06/2010).

Nos últimos cinco anos, as mudanças se aceleraram ainda mais com a chegada de duas grandes produtoras de celulose: a Fibria e a Eldorado (...). A distância dos grandes centros foi compensada pelo fato de Três Lagoas ter uma posição privilegiada, porque está situada à beira do Rio Paraná. Isso permite o uso do transporte fluvial, mais barato do que o rodoviário e o ferroviário.

(Revista Veja, 13/05/2015).

Para quem acompanha os principais jornais e revistas do país não é de se espantar que a região fronteira entre o Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul tem novamente se destacado pelas páginas desses editoriais, pois novamente aquela região é tencionada por uma nova “onda” desenvolvimentista, agora baseada no progresso a caminho produzido pelas empresas de Celulose.³²³

Destacamos e insistimos no uso da palavra “novamente” pelo fato de a mesma região, assim como nos últimos anos, já foi palco de inúmeras matérias que a ela se referiam por outro impulso desenvolvimentista: a construção de um complexo hidrelétrico. Eram outros tempos, outras histórias, outros sujeitos e outras memórias, mas percebe-se que aquele discurso legitimador, de um passado em transformação se encontra presente nas páginas do contemporâneo e, juntamente com estes, inquietações sobre memórias e narrativas do passado e do presente que se tornam objeto de estudo também para nós, historiadores.

Para além de debater os caminhos e perspectivas sobre a viabilidade deste projeto no tempo presente, em relação a estes novos complexos industriais, acabamos por perceber como questões do passado se encontram emaranhadas nestas matérias, demonstrando como o tempo presente transborda possibilidades de (re) pensarmos o passado, indagando fontes produzidas em nosso tempo, que se tornam memórias a serem vasculhadas, testemunhos que se tornam

³²³ Podemos citar, como exemplo, outras matérias publicadas nos jornais Folha de São Paulo, Estado de S. Paulo, Portal G1- Globo.com, Correio do Estado, Gazeta do Povo, Revista Exame, dentre outras.

“com suas verdades e mentiras, suas luzes e suas sombras, seus problemas e suas certezas, um objeto de estudo”.³²⁴

Em muitas destas matérias, percebemos como fatores do passado são rearticulados para embasar questões do presente. Observa-se como a existência do complexo hidrelétrico nessa região, somado a outros elementos, como a ferrovia e sua localização estratégica às portas do Estado de São Paulo são entendidos como motores para justificar sua possível condição de desenvolvimento. Como destacado, o que é chamativo aqui não é condizer sobre o atual momento, mas como este discurso foi construído em um tempo passado, calcado em outros marcos de transformação. Neste caso, o estabelecimento da hidrelétrica é visto como momento de “explosão do progresso” em que se conectam novos surtos desenvolvimentistas.

Ao mesmo tempo, temos a percepção que, de tempos em tempos, estes “marcos da memória” são “atualizados” e novos componentes são tomados como símbolos do progresso e desenvolvimento, atribuindo novos valores e significados a própria ideia de progresso. Neste movimento, alguns dos marcos são resignificados, atrelando-os a novas necessidades e formulando novos imperativos sobre sua presença.

Nesse processo, o periodismo torna-se um canal fundante na perpetuação, construção ou mesmo articulação destes elementos, fazendo-se presente em seu estabelecimento, influenciando diretamente na forma como os acontecimentos são interpretados. Desse modo, compreender suas práticas e estratégias expõe uma pluralidade de interesses, ideias e representações tecidas no próprio gestar e na construção do complexo hidrelétrico aqui analisado.

O conjunto de importantes trabalhos desenvolvidos nas últimas décadas³²⁵ tem fortalecido e ampliado as possibilidades e potencialidades do periodismo na compreensão de novos objetos e temáticas. Por meio dos *homens de imprensa* e seus conglomerados jornalísticos transbordavam, e ainda transbordam, impressões e representações de tempos e espaços, ditam-se ideias e necessidades, incluem-se e excluem-se fatos, anunciando hábitos, conceitos e valores. Isso ocorre principalmente porque, como salienta Marcondes Filho:

O jornalismo, via de regra, atua junto com grandes forças econômicas e sociais: um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao

³²⁴ ROBERT, Frank. Questões para as Fontes do Presente. In: CHAVEAU, A & TÉTARD, Ph. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 112.

³²⁵ BORRAT, Héctor. *El Periódico*, actor político. Barcelona. Editorial Gustavo Gili S.A, 1989; CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino*. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1980; DARNTON, op. cit; LUCA, op. cit, 1999; MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar à suas opiniões subjetivas e particularistas o foro de objetividade.³²⁶

E se o desenvolvimento energético nacional adquire novos ares nas décadas de 1950 e 1960 ele vem acompanhado de um periodismo fremente e atuante. O periodismo nacional transformou-se intensamente desde suas primeiras aparições nos idos do século XIX até sua ampliação na década de 1950, período central para análise deste trabalho. Cada momento de nossa história é tencionado pelas páginas revisteiras, que expõem e são expostas às práticas e demandas de cada contexto, fazendo da mesma, como ressalta Martins e De Luca “a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira”.³²⁷ Da narrativa de eventos como a abolição da escravidão à Proclamação da República, do advento dos bondes e das primeiras iluminações elétricas encontramos impressos atuando, na expressão de Maria de Lourdes Eleutério “à serviço do progresso”,³²⁸ carregando consigo o signo de movimentos, como a *Belle Époque* e o narrar de um Brasil que “civiliza-se” por meio da instrumentalização técnica. Seja nos grandes centros na virada para o século XX ou adentrando as décadas de 1950 e 1960 em regiões no interior do país, a chegada da energia elétrica estaria estampada como promotora do progresso.

As novidades da ciência e da técnica pareciam não se esgotar, abrindo uma era em que tudo parecia possível. A tração animal era substituída pelos bondes elétricos, os primeiros automóveis invadiam as estreitas ruas das cidades, os postes de luz substituíam os lampiões de gás, os apitos das fabricas marcavam o ritmo da vida urbana.³²⁹

Os imperativos energéticos adentrariam diretamente essa literatura como um dos principais componentes da modernidade técnica. E até mesmo elementos e símbolos de nosso folclore eram utilizados para afirmar a chegada do progresso. Em uma propaganda da empresa *Light* na década de 1930 Caipora (ou Caapora em tupi), o protetor das florestas, é posto como exemplo de proteção aos bons olhos, fazendo a analogia de como a luz é protetora de nossas vidas assim como o personagem protegia a floresta. Ao mesmo tempo torna-se emblemático observar a utilização de um personagem que, segundo a tradição folclórica, tem medo de luminosidade, fazendo alusão direta entre a escuridão e luz.

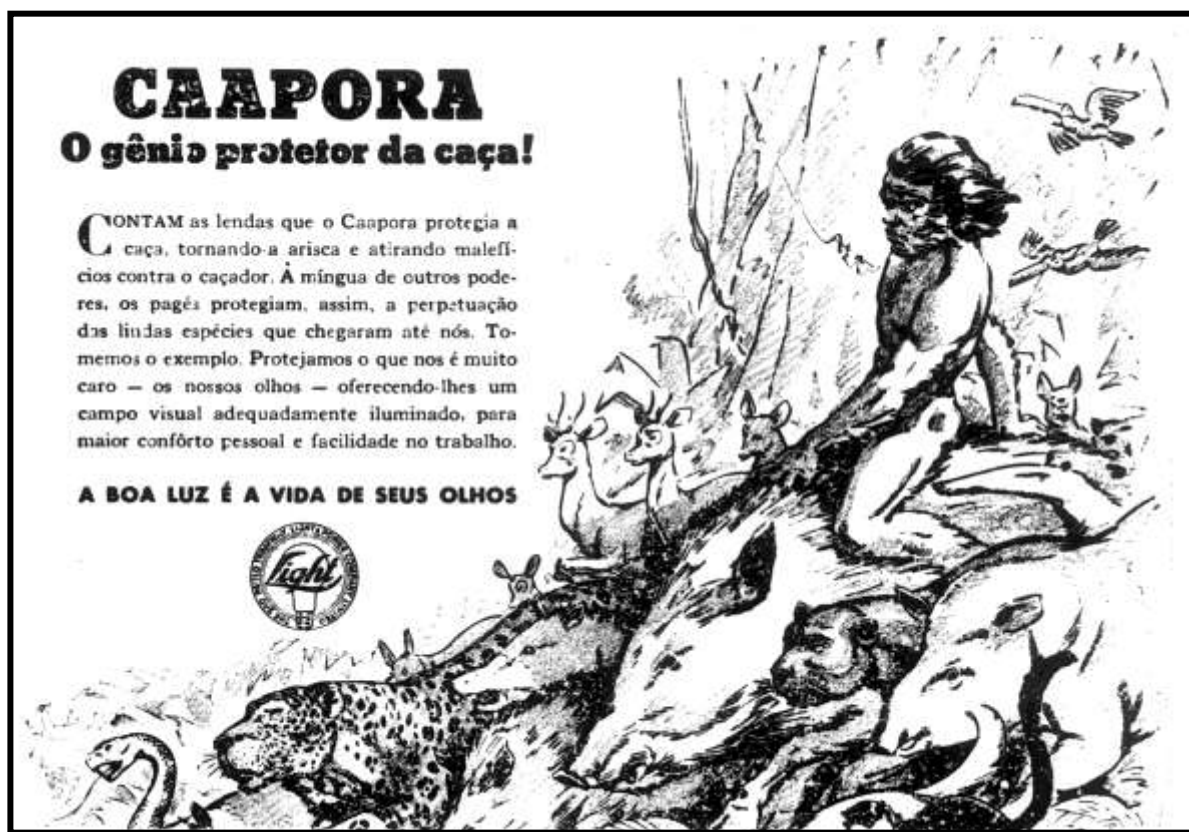
³²⁶ MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*. São Paulo: Ática, 1989, p 11.

³²⁷ MARTINS; LUCA, op. cit, p. 08.

³²⁸ “Imprensa a serviço do progresso”. In: MARTINS; LUCA, op. cit.

³²⁹ “Diversificação e segmentação dos Impressos”: In: MARTINS; LUCA, op. cit, p. 111.

ILUSTRAÇÃO 05 -



Cartaz publicado em periódicos em 1935 sobre os benefícios da energia elétrica. **Fonte:** Diniz 2011, p. 59.

Gildo Magalhães em seu trabalho “Força e Luz”, ao discorrer sobre eletricidade e modernização na República Velha destaca que a mentalidade de tornar-se moderno, apreendida por nossa elite a partir de fins do século XIX tomou conta das novas relações que se processariam a partir do momento com regiões como Europa e Estados Unidos, e que, no Brasil, perpassaria diretamente pelo setor elétrico, fundado no aproveitamento dos recursos naturais, neste caso o hidráulico, proporcionando o crescimento industrial e de outros bens sociais.³³⁰ Milton Vargas vai além, pontuando que “a máquina a vapor não foi o agente de nossa industrialização, mas sim o gerador elétrico ou, como se dizia na época, ‘hulha branca’.

331

Na maioria dos casos, os imperativos divulgados pelos benefícios da energia elétrica vinham acompanhados juntamente do próprio movimento de urbanização e seus símbolos de crescimento: modernos edifícios, grandes avenidas em intenso movimento dia e noite, bares e

³³⁰ MAGALHÃES, Gildo. *Força e Luz: eletricidade e modernização na República Velha*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000.

³³¹ Idem, p. 11.

cafés iluminados não mais somente pelo luar, enfim, marcas que acompanhariam a expansão da produção energética na primeira metade do século XX e que encontraríamos em pleno movimento nas páginas revisteiras nas décadas de cinquenta e sessenta, impulsionados pela gama de novas possibilidades em seus espaços de atuação.³³²

Assim, as transformações que ocorreriam nos caminhos do setor energético seriam acompanhadas pelo periodismo nacional de diferentes formas e perspectivas, variando de acordo com o posicionamento de seus grupos gestores, ora fazendo críticas à atuação e à participação do capital privado, ora atenuado a necessidade de nacionalização do setor para o crescimento da economia nacional. Entre a República Velha, momento de maior participação do capital privado no setor, perpassando para o período pós 1930, em que o papel do Estado e sua centralidade político-administrativa repercutiriam no campo energético (como na criação do Código das Águas e no Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica) o periodismo apresentaria um movimento pendular sobre tal setor, mas trazendo cada vez mais os imperativos energéticos para o cotidiano nacional.

Isto, segundo Alzira Alves de Abreu, ressalta um dos papéis da imprensa:

[...] A imprensa tem um duplo papel: ela revela de forma quase imperceptível as mudanças que estão ocorrendo na sociedade, mas, por outro lado, a obriga a acompanhar as transformações. Ela se atualiza para acompanhar as mudanças e ao mesmo tempo introduz novas formas de pensar, ela é parte integrante de todo o processo.³³³

E o noticiar sobre os novos imperativos e necessidades de produção e aproveitamento energético iriam encontrar, nas próprias transformações e bases do periodismo nas décadas de 1950 e 1960, o trasbordar de novos valores, modelos e padrões de consumo que necessitariam diretamente de disponibilidade energética para sua ampliação. Assim, o momento de organização das primeiras diretrizes para o aproveitamento hidrelétrico em Urubupungá, em 1951, até o iniciar de suas operações em fins da década de 1960, um importante momento de reestruturação e ampliação histórica do próprio periodismo nacional. Expondo maior diversificação e circulação, assistiríamos ao surgimento e ao mesmo o fortalecimento de grandes conglomerados jornalísticos, marcados por suas relações com projetos políticos, campanhas empresariais e eleitorais, projetando-se diretamente no envolvimento com setores

³³² A relação entre grupos empresariais do setor energético e o periodismo era próxima, ao ponto de empresas como a canadense Light colaborar com Assis Chateaubriand na compra de “O Jornal”, marcando as intervenções deste setor nos meios de comunicação.

³³³ ABREU, Alzira Alves de. (Org.) *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 17.

estratégicos para o crescimento nacional, como o setor petrolífero, projetos hidrelétricos e setores de bens de consumo.³³⁴

Estamos tratando de um contexto em que o periodismo nacional tem ampliada sua circulação, contando com a modernização de sua produção, na qual os “*leads*” e uma cobertura de caráter empresarial irão superar gradualmente a construção de um jornalismo “literário”. O aumento pela disputa do mercado iria se intensificar com a entrada de novos periódicos, principalmente americanos, dos mais variados tipos, estruturados no fotojornalismo e realçados no crescente número de propagandas, que não iriam deixar o complexo Urubupungá de fora. Por meio de imagens apresenta-se o novo momento pelo qual passa o país, as transformações nas paisagens, urbanas e rurais, a industrialização, da mesma forma que são utilizadas para cobertura de eventos políticos, manifestações culturais e pesada divulgação de produtos de consumo coletivo.

O uso de fotografias, como ressalta Rafael Baitz, ganharia notoriedade junto ao público, influenciando no próprio aumento das vendas, utilizado para a cobertura de eventos políticos, culturais, na visualização de projetos e obras e, principalmente, para a propaganda. Realizam, segundo a autora, uma interação entre “informar e apresentar imagens”, projetando-se como os olhos dos consumidores e leitores, levando a novos lugares, estabelecendo tendências e atualizando para novas referências.³³⁵

Tais usos contam ainda com a penetração de novas publicações internacionais ou mesmo tendo muitas dessas revistas, como a *Life*, como uma tendência de padronização a ser seguida. Segundo Ana Maria Mauad muitos periódicos adotariam como princípio básico “a concepção do papel do fotógrafo como ‘testemunha ocular’ associada à idéia de que a imagem fotográfica possui uma narratividade, ou seja, pode relatar um evento, contar uma história, ou ainda elaborar uma narrativa sobre os fatos”.³³⁶

Fazendo maior ou menor uso destes princípios, o que assistiríamos então era a intensificação destes modelos de padronização norte-americanos, conectados a uma ideia de jornalismo tido como “objetivo, imparcial e verdadeiro”. Privilegiando, em sua maioria, a

³³⁴ Marcante característica deste período é a ampliação do número de periódicos em circulação, dos mais variados temas, especializados ou de assuntos gerais, nacionais e estrangeiros, conduzidos pelo crescente aumento de vendas. De fotonovelas a revistas dedicadas ao público juvenil, especializadas como “Quatro Rodas” e “Manequim” a de negócios empresariais e imobiliários. Isso evidenciaria também o aumento da disputa no mercado editorial, pela existência de grandes conglomerados, como o Grupo Bloch, de Adolfo Bloch, a Editora Abril, de Victor Civita e os Diários Associados, de Assis Chateaubriand.

³³⁵ BAITZ, Rafael. *Um continente em foco: a imagem fotográfica da América Latina nas revistas semanais brasileiras (1954-1964)*. São Paulo: Humanitas, 2003, p. 41.

³³⁶ MAUAD, Ana Maria. Flávio Damn, profissão fotógrafo de imprensa: o fotojornalismo e a escrita da história contemporânea. *Historia* (São Paulo) v.24, n.2, p.41-78, 2005.

informação e a notícia, não deixavam de expressar as opiniões de seus editores ou grupos gestores, apresentados em colunas e editoriais. Porém, não podemos deixar de ter a percepção de que nas próprias escolhas do noticiar, nas formas como eram noticiadas ou mesmo o que ali não o era, a opinião estava sendo levada.

Como destacam Martins e Luca “eficiência, pressa, velocidade e mobilidade tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano, e a imprensa tomou parte ativa nesse processo de aceleração”.³³⁷ Interesses e relevâncias deveriam ser destacados de forma direta, colocando em evidência o assunto ou elemento central, como ocorreria com na divulgação do complexo hidrelétrico: “Presidente visita Urubupungá”, “Urubupungá vai ter prioridade”, “Ilha Solteira complementar a nossa revolução energética”. Ana Paula Ribeiro sintetiza bem este conjunto de práticas:

As técnicas americanas impuseram ao jornalismo noticioso um conjunto de restrições formais que diziam respeito tanto à linguagem quanto à estruturação do texto. Inspirado no noticiário telegráfico, o estilo jornalístico passou a ser mais seco e forte. A restrição do código linguístico – com uso de reduzido número de palavras, expressões e regras gramaticais – aumentava a comunicabilidade e facilitava a produção de mensagens. As regras de redação, além disso, supostamente retiravam do jornalismo noticioso qualquer caráter emotivo e participante. Para garantir a impessoalidade (e o ocultamento do sujeito da enunciação), impôs-se um estilo direto, sem o uso de metáforas. Como a comunicação deveria ser, antes de tudo, referencial, o uso da terceira pessoa tornou-se obrigatório. O modo verbal passou a ser, de preferência, o indicativo. Os adjetivos e as aferições subjetivas tiveram que desaparecer, assim como os pontos de exclamação e as reticências.³³⁸

Mesmo evidente em grande parte das matérias analisadas, também encontraremos, em menor proporção, aquelas em que o caráter emotivo e participante estaria diretamente presente, principalmente nos dois periódicos sul matogrossenses, como iremos demonstrar. De qualquer forma, as transformações ocorridas no periodismo nacional no contexto irão colaborar para a construção e projeção de como a produção energética e o Complexo Hidrelétrico Urubupungá ganhariam centralidade como elemento promotor do progresso. Lugar central e privilegiado na construção de memórias ou, como pontua Pierre Nora “lugares sociais da memória”, compreender seus mecanismos e articulações liga-se ao próprio entender do sentido e da imagem atribuídos ao Complexo Hidrelétrico.³³⁹

³³⁷ “A grande imprensa na primeira metade do século XX”. In: MARTINS; LUCA, 2012, p. 150.

³³⁸ RIBEIRO, Ana Paula G. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. In: *Estudos Históricos*, Mídia, n. 31. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2003/1, p. 02.

³³⁹ NORA, op. cit, 1993.

Sua imagem e potencialidade também seriam divulgadas, durante as décadas subsequentes, como resultantes das práticas e ações dos grupos que assumiriam o poder a partir de 1964. Junto ao divulgar do andamento do projeto, estariam presentes ideias e aspirações do regime militar, que como “marcas de uma memória construída”, como assevera Maria Aparecida de Aquino,³⁴⁰ atrelaria os caminhos do setor energético e desse empreendimento a seus interesses e necessidades, parte de sua estratégia de controle e dominação, ligado à lógica de exaltar o “Brasil-Potência” que estava nascendo sob sua condução. Em outros momentos, o periodismo contribuiria para revelar determinadas tensões e contradições entre os caminhos do projeto hidrelétrico e o próprio regime.

Logo, compreendemos que, em diferentes momentos, determinados segmentos e grupos tendem a realizar ações no intuito de traçar quais seriam os caminhos e necessidades para promover o desenvolvimento da nação, projetando os mecanismos de transformação para o crescimento do país. E o periodismo faz-se elemento pulsante como espaço de articulação de ideias e ideais, na medida em que, ao longo de nossa história, como ressalta Tânia Regina de Luca “inauguravam uma outra sensibilidade, alteravam valores, comportamentos, papéis e relações sociais”.³⁴¹ Se em muitos casos, o periodismo é marcado pela tentativa de difundir os valores da nova nação, pujantes no pós-proclamação da república, como analisado pela autora, ao longo da década de 1950, a tarefa também era de expandir e integrar territorialmente o país, sob os valores de modernização e progresso, na égide do pulsar energético.

Dentro da multiplicidade de periódicos e suas transformações, quatro deles nos auxiliam para visualizar como o Complexo Hidrelétrico Urubupungá foi articulado dentro desses anseios de promoção energética e tomado como uma das principais molas propulsoras de progresso para uma vasta região do país. Os jornais O Estado de S. Paulo e Correio do Estado e as revistas Visão e Brasil-Oeste mostram-se pertinentes para tal análise.

Estes periódicos foram escolhidos devido a uma multiplicidade de questões que os conectam ao projeto hidrelétrico. Primeiramente, são periódicos originários de espaços territoriais ligados ao complexo hidrelétrico, quais sejam São Paulo e Mato Grosso, divididos territorialmente pelo rio Paraná. Logo, membros pertencentes à CIBPU, tais estados, assim como esse periodismo estão presentes dentro da “zona de influência” projetada pelos possíveis benefícios do empreendimento, mostrando-se, como já visto na documentação,

³⁴⁰ AQUINO, Maria Ap. de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário*: 1968-1978. Bauru: Edusp, 1999, p. 21.

³⁴¹ LUCA, op. cit, p. 24

articulados à sua construção. Por fim, mesmo que de maneira distinta, em cada um dos periódicos se apresentaria densa publicação de matérias sobre o complexo hidrelétrico e como este estaria conectado às transformações em âmbito regional e nacional. Atuaria desta forma, como importante canal de divulgação e mesmo de construção de imagens e representações que seriam atreladas à memória do próprio projeto hidrelétrico.

Dos quatro periódicos analisados, três possuem sua criação durante a década de 1950: Revista Visão, em 1952, Correio do Estado, 1954 e Brasil-Oeste, em 1956. O único anterior a essa década seria o Estado de S. Paulo, criado em 1875. Assim, o referencial analisado está presente diretamente na lógica de crescimento e diversificação do periodismo nacional e internacional da década de 1950, e que ganharia em seu espaço de produção e circulação importante notoriedade em número de tiragens e vendas, questão já exercida pelo jornal Estado de S. Paulo.

Quadro 03 -

PERIÓDICOS	EDIÇÕES CONSULTADAS	MATÉRIAS SOBRE O COMPLEXO HIDRELÉTRICO	%
BRASIL-OESTE*	123	87	70
CORREIO DO ESTADO	501	240	47.9
OESP	916	658	71,8
REVISTA VISÃO	237	71	30
TOTAL	1.777	1.056	-

* Realizou publicações entre 1956 e 1967

Publicações referentes ao Complexo Hidrelétrico Urubupungá

Org. pelo autor.

Conforme apresentado na tabela observa-se que do montante de 1.777 publicações consultadas durante as décadas de 1950 e 1970, período temporal de nossa pesquisa, um total de 1.056 trazem diretamente ou fazem referências ao Complexo Hidrelétrico Urubupungá. Devemos ressaltar que a regularidade e periodicidade de cada um dos impressos eram distintas, como veremos, o que também influi diretamente no montante final de cada uma ao longo do período. Os jornais, por possuírem uma periodicidade maior do que as revistas, apresentaram maior incidência de matérias sobre nosso tema, mas, analisando o porcentual

pelo número de publicações consultadas, demonstra-se como dentre as revistas sua incidência é maior, variando, no geral, entre 30 % - Revista Visão e 71% - jornal O Estado de S. Paulo.

Observa-se também que a incidência maior propagado nas revistas, principalmente na Brasil-Oeste, expõe o peso que a utilização de imagens teria na divulgação das reportagens, elemento central neste momento do periodismo nacional. Característica de muitas revistas deste contexto, tais como a Manchete e Cruzeiro, a exposição de reportagens como as analisadas com a utilização de fotografias ou mesmo ilustrações vão fortalecer, do conteúdo à publicidade, a imagem de um novo ritmo de desenvolvimento para o progresso nas regiões, destacando ações e interesses de grupos, sujeitos e comissões ligadas a esses empreendimentos. Como ressalta Roger Chartier, a produção e o valor simbólico que as imagens iriam produzir, da primeira página ao conteúdo, exercem influência direta sobre o que esta sendo noticiado e como está sendo, como uma espécie de “chave” para compreensão ou introdução ao assunto:

Quando a imagem é única, ela se encontra mais frequentemente ou nas primeiras páginas do livro ou na última. Instaura-se assim uma relação entre a ilustração e o texto em seu todo, e não entre a imagem e esta ou aquela passagem particular. Colocada no começo, a ilustração induz a leitura, fornecendo uma chave que diz através de que figura o texto deve ser entendido, seja porque a imagem leva a compreender o todo do texto pela ilustração de uma de suas partes, seja porque propõe uma analogia que guiará a decifração.³⁴²

IMAGEM 04 -



Centralidade do Complexo Urubupungá em Revistas.

³⁴² CHARTIER, Roger, *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2003, p. 276.

As três páginas acima correspondem a dois dos periódicos analisados, que expõem diretamente três momentos da trajetória do empreendimento. Chamativas, ocupavam todo o espaço da primeira página. A primeira (direita para esquerda), datada de 1962 marca o início da construção, em que Urubupungá é posto como “impulso decisivo” para uma série de transformações em sua região de impacto, trazendo a torre de transmissão como um dos símbolos deste progresso energético. Essas torres seriam apresentadas ao longo de mais de 60 matérias como símbolo de integração territorial, fazendo referências às grandes distâncias que seriam percorridas na conectividade com cidades como São Paulo e Campo Grande às barrancas do rio Paraná. Mesmo as torres do complexo sendo inauguradas somente em fins da década de 1960, momento posterior a essa publicação, nada impediu que fossem postas como símbolo visual e desenvolvimentista do projeto que estava em curso. Nas outras duas edições, datadas de 1966 e 1967 apresentam-se imagens referentes às duas etapas do complexo hidrelétrico, Jupiá e Ilha Solteira. A grandiosidade do empreendimento, com seus “paredões” de concreto e vertedouros à mostra, buscam ditar o ritmo da obra, fazendo da primeira página uma espécie de “vitrine” para que o leitor acompanhe sua realização e formação, nesse caso, uma das etapas de sua construção. Assim, mais do que meramente ilustrar, sua apresentação possui a funcionalidade de atualizar e relacionar a obra ao que estava por vir, pois a “energia” era “para o progresso”. E ressaltar as duas etapas do empreendimento era tão necessário que, mesmo trazendo em uma das legendas “Ilha Solteira e seus reflexos”, a foto usada de pano como fundo não corresponde à hidrelétrica de Ilha Solteira, mas novamente a de Jupiá, como na foto subsequente.

Ser matéria principal representava ao mesmo tempo a centralidade do empreendimento para além de seu tempo. Como pontua a revista *Visão* “para ser capa não basta acontecer, é preciso permanecer”, ressaltando assim que a centralidade não expressa somente o que é importante para o presente, mas “o que vai permanecer no tempo, em termos de implicações, consequências e desdobramentos”.³⁴³ Logo, tê-la a primeira página elege sua centralidade para a memória nacional.

Outro traço marcante seria a diversidade de espaços e assuntos conectados a produção energética e ao próprio complexo hidrelétrico. Além de matérias principais encontraremos matérias em cadernos de lazer, destacando o potencial turístico do empreendimento, variedades, sobre transformações proporcionadas pela futura oferta de energia, tecnologia, sobre suas características de construção e “arrojo” técnico e propagandas, que atrelariam

³⁴³ Revista *Visão*, 28/07/1967, p 39.

desde maquinário pesado a equipamentos eletrodomésticos e à imagem do empreendimento. Os cadernos sobre política e economia seriam os que mais apresentariam assuntos e informações sobre o projeto, principalmente em relação a governos e partidos de alguma forma ligados à obra, ou que queriam mostrar-se ligados a mesma.

Mesmo tendo centralidade em assuntos econômicos e políticos em todos os periódicos analisados, assimilar sua imagem e divulgação em meio à diversidade de temáticas como lazer, esportes, crônicas e curiosidades representava a possibilidade de trazer este empreendimento quase como um assunto cotidiano, que estaria presente para todos que apreciassem essas edições, mesmo que longe desses domínios. Como *lócus* da própria transformação em que se encontrava o periodismo nacional, a pluralidade demonstrava como, junto às vozes dos gestores, encontravam-se as vozes dos publicitários, dos redatores, dos colaboradores, que faziam do periódico uma construção discursiva sempre em aberto, em renovação permanente. Nas palavras de Héctor Borrat “*excluir, incluir y jerarquizar son, al mismo tiempo, prácticas rutinizadas y recursos estratégicos del periódico*”.³⁴⁴

O que acaba se afirmando é justamente o alinhamento entre expansão da produção energética e desenvolvimento que encontrou no periodismo, canal articulador entre a expansão de novos mercados de bens de consumo e a centralidade do complexo hidrelétrico. A imagem do potencial hidrelétrico colocava em voga as inúmeras possibilidades pelas quais uma ampla região do Brasil estava permeadas, que encontravam pelas malhas do periodismo a tessitura de suas potencialidades, presentes e futuras, alcançadas por meio da ampliação do parque energético. Logo, um conjunto de valores e símbolos se apresentaria como novos imperativos, quase como necessidades, ligados a bens de consumo, do trabalho ao lazer, diversificados pelas páginas dos periódicos.

E tais práticas e ações desse periodismo expõem diretamente o contexto organizativo e de construção do projeto hidrelétrico. Mais do que isto, seu noticiar influiria diretamente na opinião pública, por seus posicionamentos e seleção do que seria noticiado ou não, criando verdadeiros conglomerados de influência que, como assevera Nelson Werneck Sodré “conduzem as preferências, mobilizam os sentimentos”, da mesma forma que “campanhas gigantescas preparadas meticulosamente, arrasam reputações, impõem notoriedade, derrubam governos”.³⁴⁵

Assim, cada um dos periódicos analisados colabora para compreensão de nossos objetivos ao mesmo tempo em que nos permite visualizar sua própria transformação dentro do

³⁴⁴ BORRAT, Héctor. *El Periódico*, actor político. Barcelona. Editorial Gustavo Gili S.A, 1989, p. 42.

³⁴⁵ SODRÉ, Nelson W. *História da Imprensa no Brasil*. 4º Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 389.

contexto. Seja qual for a centralidade à que Urubupungá está relacionada, sua aparição modulou a sua imagem e projeção dentro da sociedade, de acordo com os interesses, posicionamentos ou mesmo intencionalidades de cada um dos periódicos. Logo, os dois grupos de revistas e jornais, paulistas e sul matogrossenses possuem aproximações e distanciamentos em sua forma de noticiar.

O jornal O Estado de S. Paulo e a revista Visão correspondem a dois periódicos da chamada “grande imprensa” ³⁴⁶ que, ao longo das décadas de 1950 e 1960, continuariam, como no caso do OESP, ou se tornariam como no caso da revista Visão, importantes veículos de difusão de ideias, práticas e saberes. Com amplo alcance e impacto social podem ser considerados, como nos ensinam Capelato e Prado, órgãos moderadores de opinião pública.

³⁴⁷

Chamado de “o liberal convicto” por Maria Aparecida de Aquino ³⁴⁸ “*O Estadão*” consolidou-se como órgão de tendência liberal, sendo favorável à participação do capital estrangeiro e da iniciativa privada nacional na ampliação do setor energético. Possuidor de forte credibilidade junto a seus leitores, chegaria às décadas de 1950 e 1960 com forte estrutura empresarial, modernas máquinas e com ampla sucursal em diversos países do mundo. Historicamente atuante no cenário político nacional, não seria diferente sua atuação em nosso contexto de pesquisa. Órgão a serviço dos interesses de determinadas classes, lutaria contra o comunismo e faria frente a governos como de Getúlio Vargas e João Goulart. Colaboraria também com tomadas como o Golpe de 1964, sendo posteriormente censurado pelo mesmo regime. Fortaleceu-se junto à burguesia paulista, reduto intimamente ligado ao setor industrial e que possuía interesses diretamente na ampliação do parque energético para a expansão deste setor.

Nas palavras de Eleutério:

Amparado em sólidos capitais, conjugou a ideologia elitista das classes dirigentes com um veio de defesa do cidadão. Marcado pelo arrojo dos avanços técnicos, o jornal garantiu seu lugar como um dos principais veículos de comunicação de São Paulo e mesmo do Brasil, durante a maior parte do século XX. ³⁴⁹

³⁴⁶ Entendemos por grande imprensa um conjunto de periódicos que apresentam estrutura de produção, divulgação e comercialização de ampla proporção, podendo ser de circulação diária, semanal ou de outra periodicidade, mas que possui uma estrutura empresarial com amplo quadro de profissionais, repórteres, fotógrafos a redatores, abarcando amplo número de leitores e anunciantes.

³⁴⁷ CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Lígia, op. cit.

³⁴⁸ AQUINO, op. cit.

³⁴⁹ “Imprensa a serviço do progresso”. In: MARTINS; LUCA, 2012, p. 88-89.

Desde sua fundação, em 1875, caminhou junto aos setores da burguesia paulista e às ideias republicanas, tornando-se um canal de divulgação conjuntamente dos interesses abolicionistas e de combate aos ditames de uma política centralizadora, o que se tornou mais evidente com a direção de Júlio Mesquita em 1884, momento em que muda seu nome de A Província de São Paulo para O Estado de S. Paulo, em 1890.³⁵⁰ Ao longo da Primeira República acompanhou as transformações políticas do país, intensificou sua demanda e participação e tornou-se um dos principais canais de expressão da política e da economia do estado de São Paulo, tornando-se, como assevera Sodré, “o grande órgão político na capital do Estado que se desenvolve mais rapidamente e em que as relações capitalistas mais depressa se generalizam”.³⁵¹

Com a morte de Júlio de Mesquita, em 1927, seu filho assume a direção do jornal, mantendo a atuação do periódico junto aos principais acontecimentos e transformações no cenário nacional e paulista: participação no movimento liberal de 1930, articulador do levante de 1932, defendeu os interesses dos cafeicultores, fez oposição a Washington Luís e se empenhou na candidatura de Armando Salles de Oliveira à presidência em 1937. No entanto, a série de intervenções realizadas pelo governo federal ao longo desse contexto e a gradual perda de autonomia do Estado minaram as expectativas do jornal ante o movimento.³⁵²

O contexto marca também a gradual importância que o periódico dedica ao setor industrial, não como opositor da classe agrária que o acompanha desde a fundação, mas como uma alternativa à superação da crise. Preocupados com a crise poderia afetar o fortalecimento do Estado, o jornal mostrava-se favorável à entrada de capitais estrangeiros, visando à continuidade deste crescimento.³⁵³ O que podemos tomar como compreensão aqui e que seria verificado novamente em relação ao programa energético de Urubupungá é como o periódico estabelece uma estreita relação entre o crescimento de São Paulo como “motor” do desenvolvimento do país. Nota-se como a centralidade do setor industrial deste estado era tida como crucial para que o restante do país também se orientasse para um projeto maior, tendo como base um “corpo de ideias que compõe a doutrina liberal e a experiência prática de outros países”.³⁵⁴ Segundo as autoras, fica evidente a forma como o OESP conduz sua participação no movimento de 1932, na busca de colocar seu estado novamente como condutor do destino político e econômico nacional. Isso porque seus idealizadores carregam a

³⁵⁰ CAPELATO e DUTRA, 1980.

³⁵¹ SODRÊ, 1999, p. 323.

³⁵² Para saber mais ver: CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

³⁵³ CAPELATO e DUTRA, 1980, p. 88-89.

³⁵⁴ Idem, p. 24.

imagem de que os outros estados, ao longo da história nacional, têm-se alicerçado na influência de São Paulo, que representaria mais de 50% da produção econômica nacional, sendo assim, responsável também pelo próprio progresso da nação. Logo, a retomada desta centralidade teria diretamente “objetivo único de servir ao Brasil pelo engrandecimento de São Paulo, e não servir a São Paulo pelo engrandecimento do Brasil”.³⁵⁵

Assim, seu papel político/ideológico representaria os interesses dos grupos dirigentes do Estado, de *formar e informar* a opinião pública e *guiar e orientar* fundamentos visando a determinados valores que consideravam necessários não somente para eles, mas para a própria sociedade. Fica evidente em suas páginas a proliferação de discursos projetando um Brasil carregado de expectativas futuras. Isto exercerá influência na própria noção de “progresso” empregada pelo jornal, que projetaria na sua existência, ou falta dela, o caminho para o desenvolvimento natural do país, pensado e apresentado como aspiração democrática e de fortalecimento de suas bases econômicas e políticas, sempre ligado à soberania do Estado de São Paulo.

Ao mesmo tempo, as aspirações democráticas eram sobrepostas aos interesses dos proprietários dos jornais, e ficavam evidentes na própria seleção do noticiar ou diretamente estampadas em colunas como a tradicional “notas e informações”, posteriormente denominada “editoriais”. É com esta mentalidade que o jornal apoiou a intervenção militar para a derrubada de um governo democraticamente constituído, projetando a imagem de um João Goulart “passivo”, como se o poder lhe tivesse caído nas mãos, incapaz e tendente ao comunismo.³⁵⁶

Durante os debates em relação a criação da Eletrobrás, o jornal claramente defendeu os interesses da indústria paulista, posicionando-se contrário a criação da mesma. Ao longo da publicação de inúmeras matérias, principalmente no início da década de 1960 ponderavam o receio da estatização de setores, como o de produção de equipamentos, confiados até o momento a empresas privadas. A pressão destes setores encontrava nestes periódicos, principalmente no OESP o canal para levar à opinião pública a ideia de como tal organismo representaria um retrocesso ao desenvolvimento nacional.³⁵⁷

³⁵⁵ Idem, p. 54.

³⁵⁶ Ver: OLIVEIRA, Maria R. Duarte de. *João Goulart: de personalidade a personagem*. 2ª Edição. São Paulo: Annablume, 2001.

³⁵⁷ Podemos destacar reportagens como: “Repulsa da Indústria de São Paulo a criação do projeto da Eletrobrás”, OESP, 17/12/1960; “Sindicatos de operários contrários a Eletrobrás”, 27/12/1960; “Nova manifestação contra o projeto da Eletrobrás”, 25/12/1960; “Atingirá, negativamente, a Eletrobrás um dos setores básicos da produção nacional”, OESP, 16/12/1960.

Tais diretrizes marcariam o jornal durante nosso período de análise e influiriam diretamente no noticiar sobre as transformações do setor energético, em que projetaria a construção do Complexo Hidrelétrico Urubupungá junto às aspirações e necessidades do estado. Período em que os grandes conglomerados jornalísticos assumiriam maior centralidade e o jornal se destacaria como importante mecanismo de projeção dos interesses paulistas em relação ao complexo hidrelétrico, assim como outra revista aqui analisada: revista *Visão*.

A revista *Visão*, assim como o OESP, pode ser considerada outro importante instrumento privado de promoção de valores e influente nos embates que circunscrevem a imagem do projeto hidrelétrico. Representante da gradual introdução do periodismo americano no Brasil pode ser considerada dentre as vinte revistas de maior circulação ao longo do século XX no país.³⁵⁸

Lançada em 25 de julho de 1952, possuía sede no Rio de Janeiro até 1957, quando foi transferida para São Paulo, onde permaneceu até seu fechamento na década de 1990. Nesse meandro, por necessidades de ampliação, parte de sua base redacional voltaria para o Rio em fins de 1965, como indicado em edição de novembro desse mesmo ano. Era pertencente ao grupo norte-americano *Vision Inc*, também proprietário do título *Vision*, que circulava na América Latina e *Visión*, circulando em grande parte do continente europeu. Iria permanecer sob o grupo editorial até 1972, quando foi comprada por Said Farah e novamente vendida dois anos depois para Henry Maksoud, considerado um divisor de águas nas características da revista.³⁵⁹ Nasce como revista quinzenal e consolida-se posteriormente como revista semanal de informações, alcançando distribuição nacional e internacional, com ampla rede de correspondentes e contando financeiramente com um sistema publicitário diversificado de produtos e serviços. Chegou a uma tiragem de cerca de 200 mil exemplares na década de 1970, segundo o jornalista e diretor da revista Isaac Jardimovski.³⁶⁰

³⁵⁸ FONSECA, Francisco César P. *A Imprensa Liberal na transição democrática (1984-1987): Projeto político e estratégia de convencimento*. Dissertação. Mestrado em Ciência Política. UNICAMP, 1994.

³⁵⁹ A partir do momento a revista assume abertamente a linha de pensamento neoliberal, combativa ao nacionalismo e a qualquer intervenção estatal na economia. Tendo o economista Friedrich von Hayk como condutor ideológico, apresentava uma diversidade de temas e matérias voltadas à doutrina e propaganda neoliberal, para além de um espaço “editorial” para expressão de tal ideologia. A revista passou a ser um dos projetos empresariais de Maksoud, que, em sua diversidade, conglomerava empresas de engenharia, como a Hidroservice, Hidrosevice-Agropecuária Industrial (atuou junto a órgãos como a SUDAM), Sisco-Sistemas e Computadores S/A e “HM Empreendimentos e Participações”, atuante na construção de hotéis de luxo. Atuava também dentro do setor editorial com outras revistas, como “Dirigente Industrial” e “Dirigente Construtor”, assim como na produção literária, traduzindo as obras de Hayk (com prefácio do próprio Maksoud) e publicando o próprio empresário mais de seis livros dentro desta corrente de pensamento.

³⁶⁰ Nery, João Elias. Páginas de cultura, resistência e submissão: livros na revista *Visão* (1968-1978). *Em Questão*. Porto Alegre, v. 13 n° 2, p. 283-297. Jun/dez 2007.

Trazendo nos primeiros anos o bordão “Uma visão do presente, uma antevisão do futuro” afirmava logo na primeira edição que seu propósito era constituir-se um veículo “isento” na busca de levar ao leitor a feição exata dos fatos. Se autointitulava como uma revista de variedades, apresentando assuntos de uma diversidade de áreas: negócios, política, relações internacionais, religião, ciência, esportes, literaturas, dentre outros. Contava, para tanto, com um rico quadro de jornalistas, editores e diretores, como Antonio Callado, Carlos Nelson Coutinho, Hideo Onaga, Jorge Leão Teixeira, Miriam Paglia Costa, Nahum Sirotsky, Nelson Werneck Sodré, Otavio Gouveia de Bulhões, Perseu Abramo, Washington Novais, Vladimir Herzog, Zuenir Ventura, dentre outros.

O rico quadro ressalta diretamente a diversidade de ideias e questões que estavam presentes em seus cadernos, trazendo para a revista um importante prestígio junto a vários segmentos da sociedade. Ao longo de sua trajetória destaca-se o número de matérias dedicadas às questões econômicas e políticas, incorporando até mesmo anualmente um balanço empresarial intitulado “Quem é quem na economia brasileira”, no qual realizava uma análise das principais empresas brasileiras ou atuantes no país, trazendo informações detalhadas sobre faturamentos, nichos de mercado e investimentos. “Desenvolvimento é capitalismo mais eletricidade”,³⁶¹ ressaltava a revista, parafraseando Lênin, demonstrando a centralidade e a importância do setor energético para o crescimento econômico. A revista lançaria ainda em 1964 a *Dirigente Construtor* e em 1970 a *Construção Pesada*, revistas voltadas diretamente para este nicho, demonstrando a centralidade do setor de construção para o grupo Visão.

Até meados da década de 1970, quando a revista seria vendida para Maksoud, era caracterizada por apresentar determinada diversificação de ideias e posicionamentos entre seus redatores e jornalistas, os quais possuíam maior liberdade opinativa, chegando a estabelecer marcas mais combativas, ligadas ao posicionamento de esquerda de muitos de seus membros.³⁶² Assuntos como aspectos da cultura nacional, limites da questão agrária, crítica a órgãos governamentais e mesmo ao regime militar emaranhavam-se a notícias internacionais ou nacionais afinadas com o momento do país.

Essa polifonia de debates e assuntos é rica e fundamental para compreendermos como o periódico, mesmo tendo uma linha de pensamento editorial, também pode postular outras concepções e visões de seus colaboradores e jornalistas, podendo ser pensado como canal de

³⁶¹ Revista Visão, 29/08/1970.

³⁶² JORGE, V. L. Visão. In: ABREU, A. A. [et al.] (Coord.). *Dicionário Histórico-bibliográfico brasileiro pós-1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5 v. p. 6098-6099.

acesso a determinadas ideias e eixos informativos, postos de diferentes formas. Como ressalta Borrat a atuação do periódico pode manifestar-se como “*un discurso público abierto, continuo, que va haciéndose y rehaciéndose, temário a temário*” juntamente a “*secuencia de temários publicados, discursos polifônicos, pero producido y emitido siempre por esse actor social uno y colectivo que es el periódico: discurso del periódico*”.³⁶³ Complementa o autor ressaltando que:

*Como ocurre con otros actores colectivos del sistema político, el discurso público del periódico es um discurso a muchas vocês, diversas, heterogêneas, pero definidas todas ellas em función de su inclusión y jerarquización como componentes de es polifonia: pluralidad de voces que ejecutan cantos distintos pero armónicos. El periódico selecciona esas voces entre sus redactores y colaboradores, determina cuándo, como y em qué escenarios han de actuar, mantiene a algunas, cambia a outras a ló largo de la secuencia de temários, haciendo com todas ellas su próprio discurso polifônico.*³⁶⁴

Seu caráter multifacetário e diversificado tenderia a estabelecer aproximações e distanciamentos sobre os caminhos da política e da economia nacional, porém trazendo a questão energética sempre como uma necessidade para o desenvolvimento nacional como um todo. Em edição de março de 1974, em que realiza um balanço do período pré-64 e dos dez anos do regime militar, toma este momento como “populista e incapaz de superar os conflitos de seu tempo” tendo como resultado a imposição de um regime marcado pelo “autoritarismo e controle social”.³⁶⁵ A revista deixaria de circular em 1993.

Expor a estrutura destes periódicos assume aqui a tarefa de perceber como se relacionam com seu meio, como instrumento atuante na produção de práticas e representações junto a determinados grupo, para determinados fins. Se estes dois periódicos são engendrados como forças ativas da participação paulista no empreendimento, do outro lado, teremos o surgimento também de dois periódicos que atuariam como forças ativas na promoção do território matogrossense junto ao empreendimento energético.

O Primeiro deles é o jornal de maior circulação em Mato Grosso do Sul na atualidade. Fundado em sua capital, Campo Grande, O *Correio do Estado* começou a ser editado em 7 de fevereiro de 1954, discreto, de poucas páginas, quatro a cinco em seu início, por vezes oito, apresentando grande quantidade de colunas informativas pequenas, mas diversificadas. Em sua primeira edição deixa claro sua carta de intenções, apresentando como-se “um jornal para

³⁶³ BORRAT, 1989, p. 38.

³⁶⁴ Idem, p. 96.

³⁶⁵ Revista Visão, 11/03/1974.

todo Mato Grosso, com a ambição de servir o povo de nossa terra, informando-o indagando dos seus problemas, empenhando-se na sua solução batendo-se por seus direitos e verdadeiros interesses”.³⁶⁶

Diário vespertino, narrou na mesma medida em que influenciou nas transformações que permeavam o interior do país, principalmente o sul de Mato Grosso, possuindo a divulgação de assuntos políticos e econômicos como carro chefe de sua linha editorial. Sua defesa partidária nascia de sua própria base de formação, ligada a empresários e políticos do estado, ressaltando que com as “contribuições de políticos, homens de Partido, ele defenderá uma bandeira sem ser órgão estritamente partidário”. Mas, sua própria base de formação preencheu qual seria sua linha de pensamento: o jornal foi fundado por um grupo sul matogrossense ligado a UDN (União Democrática Nacional),³⁶⁷ com a finalidade de fortalecer e difundir seus ideais. Dentre seus fundadores estão José Manuel F. Fragelli, (primeiro diretor e presidente e ex-senador), Fernando Corrêa da Costa (na época Governador do Estado e membro da CIBPU) e José Inácio da Costa Moraes (um dos principais acionistas). Ao longo do período encontraremos a participação direta de outros políticos, tais como Vespasiano Martins, Wilson Barbosa Martins e Laudelino Barcelos, todos ligados à UDN. Dois anos depois de sua fundação assume a direção o professor José Barbosa Rodrigues, substituindo o editor Arani Souto, ficando no cargo até seu falecimento, em 2003.

Contava em seus primeiros anos com uma tiragem de dois mil exemplares e sofreria variações ao longo dos anos, decorrente principalmente da gradual ampliação de sua área de vendas. Possuidor de uma estruturação diagramal que iria melhorar gradualmente conforme a profissionalização de seus editores, buscava conglomerar uma diversidade de matérias e assuntos considerados pertinentes para o cotidiano da população, organizadas em colunas sociais e de entretenimento, ocorrências policiais e assunto jurídicos, chegando a notícias de cunho nacional e internacional, principalmente ligadas à política e economia. A diversidade de propagandas de produtos e comércio regional era o carro chefe de seus anúncios e parte de sua arrecadação mensal. Mas, como instrumento de promoção udenista, temas do político e econômico eram centrais. Era comum a divulgação de convocações de reuniões do partido, agenda de viagens e visitas de seus partidários, bem como a defesa de suas ações ou mesmo

³⁶⁶ Correio do Estado, 7 de fevereiro de 1954. Ano I, nº 01.

³⁶⁷ Segundo Benevides a UDN foi fundada em 7 de abril de 1945 a partir de setores contrários a Vargas, principalmente ligados a proprietários de terras e industriais ligados ao capital estrangeiro. Por isso, caracterizou-se por ser um partido conservador e defensor do liberalismo clássico, expressando forte cunho anticomunista. Liderado inicialmente por Carlos Lacerda, promoveu ao longo de sua trajetória campanhas contra governos como o de João Goulart e apoiou o golpe militar de 1964, migrando grande parte de seus membros para a ARENA, em 1965. BENEVIDES, Maria Victória. União Democrática Nacional. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. CPDOC, 2004.

ataques a possíveis adversários. Não escondiam sua preferência a políticos como Fernando Corrêa da Costa assim como a necessidade de sua exaltação:

Sente-se na obrigação de demonstrar ao povo matogrossense o governo que tem, a sua obra notável de recuperação moral, administrativa e financeira (...) mostraremos que nenhuma outra administração pode alcançar o vulto das que a atual vem empreendendo em todo Estado, num espaço de três anos apenas.³⁶⁸

Além da defesa, não deixava também de acirrar as disputas políticas com outros jornais que faziam clara defesa ou pertenciam a outros grupos partidários, mencionando que “desde logo prevenimos que estamos deliberados a não descer jamais à linguagem e aos métodos de certa imprensa, condenada e repelida pela opinião pública matogrossense”.³⁶⁹ Esta “certa imprensa” referida pelo jornal correspondia ao periódico *O Progresso*, jornal sul matogrossense de filiação partidária ao PSD (Partido Social Democrático) com sede em Dourado, no sul do estado. Posteriormente encontraremos também ao longo de suas páginas menções diretas a outro periódico, *O Matogrossense*, publicado em Cuiabá, capital do Estado e também de filiação psdebista.

Mesmo com as transformações que acompanharam o periodismo nacional nesse contexto, conectando-os em sua multiplicidade ao que Alzira Abreu denominou de “processo de objetivação jornalística”,³⁷⁰ o Correio do Estado não deixou de fazer frente a suas lutas e relações partidárias, conectados as ideias e propostas de seu grupo dirigente. Nota-se significativa mudança a partir da direção de José Barbosa Rodrigues, em relação a seu caráter profissional e de atualização tecnológica em seu corpo editorial, por meio da contratação de jornalistas e estruturação de novas máquinas.³⁷¹

Tais mudanças não deixaram de lado seu caráter político e combativo a outras frentes partidárias e a questões de seu interesse. Encampou lutas junto à política local e nacional, fez frente aos problemas estruturais do Estado, como em relação ao setor energético, hasteou a bandeira frente à emancipação do sul de Mato Grosso, movimento que ganhou força novamente a partir de 1954, mesmo ano de fundação do jornal. Segundo Paulo Correia, a distribuição de cartazes e a organização de reuniões na luta pela emancipação contaram diretamente com a participação da imprensa, estando o jornal Correio do Estado como um

³⁶⁸ Idem, p. 01.

³⁶⁹ Idem.

³⁷⁰ ABREU, Alzira Alves de. (Org.) *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

³⁷¹ CALHÃO, Antônio Ernani Pedroso, MORGADO, Eliane M., MORAES, Sibeles. *Imprensa periódica mato-grossense: 1847 – 1969*. Cuiabá: UFMT, 1994.

destes veículos de promoção coletiva.³⁷² Corroborou com as possibilidades advindas com o golpe militar de 1964, principalmente por suas filiações udenistas, que trouxeram significativas mudanças para o sul do estado, principalmente para Campo Grande, pois, a centralidade da cidade representava diretamente o crescimento do jornal.

Tendo periódicos como o jornal O Estado de S. Paulo como referência direta para matérias, opiniões e mesmo acesso a inovações técnicas e tecnológicas, era comum a presença de notícias associadas ou reportadas ao mesmo, principalmente relacionadas às questões políticas e econômicas, como veremos em relação ao setor energético aqui analisado. Outro “parceiro” abertamente apresentado seria a revista *Brasil-Oeste*, a qual possuiria estreitas relações para além do periodismo. Desta forma, esses periódicos podem ser caracterizados como importantes instrumentos de promoção e divulgação das potencialidades do estado de Mato Grosso.

Eduardo Salgueiro, em seu trabalho de análise desta revista, corrobora com tal afirmação, entendendo que a mesma intitulava-se como “o maior projeto em prol de Mato Grosso”. Revista mensal foi publicada entre janeiro de 1956 e agosto de 1967, inicialmente de forma independente, transformando-se em seu segundo ano em Brasil-Oeste Ltda. Criada pelo jornalista Fausto Vieira de Campos, com a participação de seu filho Fausto M. G. V. de Campos e o empresário Alberto Leme tinha como meta divulgar as potencialidades de estados como Mato Grosso e Goiás, trazendo reportagens sobre suas potencialidades econômicas, de investimento e uma série de possibilidades para investidores e empresários. Ao mesmo tempo buscava fazer frente ao poder público na busca de melhorias para todo o Oeste brasileiro. Segundo Salgueiro, “de modo resumido, pode-se dizer que sua linha editorial se dedicava a difundir reportagens e artigos que abrangessem o mundo dos negócios agropastoris, direcionando seu olhar para a região oeste do Brasil (especialmente o Estado de Mato Grosso), por meio de anúncios e informações sobre a política e economia”.³⁷³

Chegando a um total de 123 edições, alcançou uma tiragem de 18.000 exemplares/ano na década de 1960, variando de 8 a 12 edições por ano. Em grande parte de suas edições foram publicadas em gráficas endereçadas em São Paulo. Possuía um sistema de sucursais que colaboravam para sua divulgação em outras localidades, bem como para o crescimento de assinantes e publicidade. Mesmo sem uma continuidade em longo prazo, encontraremos sua distribuição em cidades como Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Cuiabá, Corumbá,

³⁷² CORRÊIA, Paulo Nogueira Simões. A criação do Estado de Mato Grosso do Sul. In: *Campo Grande – 100 anos de construção* Campo Grande: Matriz editora, 1999.

³⁷³ SALGUEIRO, Eduardo de Melo. *O maior projeto em prol de Mato Grosso: uma análise da revista Brasil-Oeste (1956-1967)*. Dissertação em História, UFGD. Dourados, 2011, p. 37.

Aquidauana, Goiânia e Ribeirão Preto. Somado a esses lugares, a revista estabeleceria correspondentes em doze estados da federação. Segundo estatística realizada por Salgueiro, por meio da seção “Cartas à Redação”, Sudeste (48,1 %), Sul (20,1%) e Centro-Oeste (17%) representavam as principais regiões de venda e publicidade do periódico. As três regiões abrangem diretamente ao quadro de membros da CIBPU e de estados beneficiados pelas transformações projetadas pelo complexo hidrelétrico, fazendo da revista agente ativo na divulgação do empreendimento.

Apresentar as potencialidades deste espaço era tarefa que já estava sendo realizada por Fausto Vieira de Campos, por meio de seu trabalho no jornal paulista Folha da Manhã, entre 1953 e 1955, momento em que mais de quarenta e cinco reportagens sobre o Estado de Mato Grosso foram publicadas.³⁷⁴ Eram comuns em seus editoriais expressões como “gigante oeste brasileiro”, “Estado a ser descoberto”, “poderosa matriz energética”, postas como imperativos existentes neste espaço. E tais características estão presentes em sua “carta de intenções” publicada em sua primeira edição:

Nossa revista tem uma finalidade precípua: tornar mais conhecida e melhor compreendida a vasta região do Centro-Oeste brasileiro, compreendida pelos Estados de Mato Grosso e Goiás. De modo geral, entretanto, merecerão acolhimento, em nossas colunas, todos os fatos relacionados com os Estados que confinam com Mato Grosso, dada a identidade de interesses que existe entre eles [...]. Todos os problemas geoeconômicos que digam respeito aos Estados de Mato Grosso e de Goiás e aos Territórios do Guaporé e do Acre serão gradativamente examinados em nossas colunas, de modo que se esboce, através de uma honesta difusão de opiniões, uma solução adequada e justa para eles. Particular interesse merecerão de nossa parte os assuntos agropecuários, pois que nesse ramo de atividades se fundamenta a parcela mais ponderável da economia dos Estados do Centro-Oeste.³⁷⁵

Apesar de ressaltar, ainda nesta apresentação, que “não temos ligações com grupos políticos nem econômicos. Nossa atuação obedecerá a um roteiro superior, tendo em vista difundir a maior soma de conhecimentos sobre as regiões brasileiras que estabelecemos como quadro natural de nossa atividade jornalística”, seus aspectos políticos e posicionamentos ficariam evidentes. Possuidor de boas relações com determinados segmentos políticos e grupos econômicos, seus idealizadores estabeleceriam contatos com políticos ligados a UDN, como Fernando Corrêa da Costa, a quem o próprio Fausto Vieira de Campos foi assessor no ano de 1954. Logo, torna-se interessante observar como o periódico tenderia a postular

³⁷⁴ Idem, p. 50.

³⁷⁵ Revista Brasil-Oeste, ano I, nº 1. Janeiro de 1956, p. 2.

posicionamentos entre conflitos com outros políticos, como João Ponce de Arruda, do PSD, ao ponto de mesmo a revista tendo surgido em 1956, em fins do mandato de Fernando Corrêa da Costa e início do mandato de João Ponce, faz questão de referenciar os avanços e benefícios deixados pelo primeiro ao segundo governador.

Suas relações políticas também ficavam expressas por meio do grupo de colaboradores que, em muitos casos, “era vinculada à revista simplesmente para dar credibilidade a ela, mesmo quando não participasse efetivamente da redação de artigos ou reportagens”.³⁷⁶ Podemos destacar, dentre outros colaboradores, Sizínio Leite da Rocha, José Soares Brandão Filho, Demóstenes Martins, Rosário Congro, Pimentel Gomes, Virgílio Corrêa Filho e Casimiro Brodziak Filho. Este último, agrimensor matogrossense que figura nos caminhos de organização do projeto de Urubupungá, junto à figura de Fernando Correa da Costa, como vimos, escreveria 12 matérias para a revista, sendo em sua grande parte dedicadas à CIBPU e ao Complexo Hidrelétrico Urubupungá. A proximidade de sua relação era tanta que o próprio Fausto Vieira de Campos, na publicação de seu livro “Retratos de Mato Grosso”, menciona-o nos agradecimento como um dos principais colaboradores para o crescimento do Estado, por meio de sua representação na CIBPU.³⁷⁷ Outra questão central é que grande parte dos colaboradores pertenciam à Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, de Piracicaba-SP, instituição que possuiu importante peso junto a Universidade de São Paulo e, como apresentamos, possuiu estreitas relações com o TVA nas décadas de 1940 e 1950, por meio de amplo quadro de visitas, o que pode ter influenciado ainda mais na caracterização da CIBPU e do próprio TVA nas publicações na revista.

A revista acompanharia e influiria no divulgar dos caminhos do complexo hidrelétrico até 1967, quando deixaria de circular. Longe de se tornar um conglomerado jornalístico, o projeto não resistiu às dificuldades do mercado editorial na década de 1960, refletindo na gradual perda de anunciantes e, conseqüentemente, no número de edições anuais, encarecidas pelos altos custos editoriais que, repassados ao público, gerou a perder assinantes. De qualquer forma, sua trajetória marcou e contrastou com as transformações em seu espaço de atuação, misturando-se a própria trajetória de seus idealizadores e, conseqüentemente, do que e como era noticiado. Fica em sua imagem, nas palavras de Salgueiro, “um pouco de paixão, amadorismo, busca de afirmação profissional, dependência política, crises financeiras,

³⁷⁶ SALGUEIRO, op. cit, p. 74.

³⁷⁷ Seu livro foi financiado pelo próprio Estado de Mato Grosso. CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*. 1. Ed. São Paulo: Brasil-Oeste Editôra, 1955.

oportunidades de mercado”, que marcam tanto a revista quanto seu contexto de atuação.³⁷⁸ Carregando o lema “conduzir o progresso ao oeste pátrio”, da primeira a última edição, não pôde acompanhar o desfecho do empreendimento cuja bandeira ajudou a levantar, mas marcou seu nome como um dos pilares que o conectou ao progresso de Mato Grosso e todo o Centro-Oeste.

Em resumo, produzidos em um contexto de ideais nacional-desenvolvimentista, o conjunto periodista aqui exposto irá expressar pelas edições consultadas aspirações sobre os caminhos do progresso nacional, posto em prática pelo desenvolvimento de grandes obras e projetos, como o aqui pesquisado. Assim como o grande debate gestado sobre alguns setores, como a campanha do petróleo, também ao longo da década de 1950 e 1960 sobressaem debates sobre os caminhos da produção energética, necessário, segundo os periódicos, para continuidade do crescimento nacional, “iluminando” o caminho de setores como o industrial, o portuário e o de bens de consumo.

Presente desde o iniciar das primeiras reuniões entre os estados da CIBPU, em 1951, sua participação permeou mais do que narrar os fatos, tornou-se canal articulador do projeto, articulado junto a interesses e posicionamentos que influem diretamente no produzir de memórias sobre o empreendimento. Buscamos assim apresentar a participação dos periódicos no projeto Urubupungá, destacando como disputas políticas, projetos de divisionismo territorial, relações de negócio se entrelaçam na construção de uma imagem para a região, de integração nacional e símbolo de nacionalismo. Ao mesmo tempo, iremos apresentar como tais diretrizes produziram novas percepções sobre a natureza e o sertão, sobre os rios e bacias, demonstrando que, além de produzir energia, o complexo promoveu alterações na própria forma de entender uma região.

3.1 IMPRENSA E PROPAGANDA NOS CAMINHOS DO COMPLEXO HIDRELÉTRICO URUBUPUNGÁ

Era o início da década de 1950. Momento marcante de um Brasil do desenvolvimentismo, de mais indústrias, de bens de consumo, da criação da Petrobrás. Há pouco tínhamos deixado o governo Vargas e agora lá estava empossado novamente para condução de ideias fundamentadas no nacional-desenvolvimentismo, retomando aspirações

³⁷⁸ SALGUEIRO, op. cit, p. 172.

industrializantes como elemento condutor das transformações sociais do país, de autonomia nacional e progresso social.

Segundo Sônia Draibe, este período que teria novamente a figura de Getúlio Vargas na presidência, consolida a centralidade do Estado nos caminhos do fortalecimento econômico nacional, mas, diferente de seu primeiro governo, projetava algo mais complexo e inflexível no sentido de articulação entre o capital estrangeiro e sua participação em setores estratégicos da economia. Logo, entre 1951 e 1954, “reforçou-se a armação material definidora da natureza e dos graus da interpretação do Estado no processo de acumulação capitalista”, caracterizando para a autora “o formato que assumiria a estruturação estatal no cumprimento das tarefas básicas da industrialização”.³⁷⁹

Para tanto, o setor energético assumiria, como já vimos, papel central como condição para este desenvolvimento, como ponto nevrálgico a ser superado. A importância da ampliação do parque energético era estampada nos periódicos como o elemento fundante para o crescimento nacional, pois “a precariedade do fornecimento de energia elétrica tem dificultado a descentralização industrial e o desenvolvimento econômico, financeiro e social de numerosos municípios” visto que por suas “condições naturais de clima, topografia, vias de comunicação suprimento de matérias-primas as fontes produtoras, se prestam à instalação de grandes indústrias”.³⁸⁰ Mais do que um empecilho à instalação de indústrias, sua importância naquele momento era associada ao próprio mecanismo “bem-estar” da sociedade, pois sua existência, bem como os bens materiais decorrentes da mesma:

[...] transformou profundamente as civilizações e deu novos rumos ao desenvolvimento do mundo. Da escravidão completa de antanho, a exigir do homem um dia completo de trabalho passamos hoje a reduzido número de horas de labor, até nas atividades mais pesadas e complicadas. Em países mais avançados, tal jornada de trabalho foi reduzida para 7 ou 5 horas, de acordo com a categoria profissional e ainda sofrerá outras reduções, de acordo com as mais modernas tendências da mecanização e da automatização. Ao mesmo tempo, muitas e muitas outras mercadorias serão colocadas ao alcance de número sempre maior de pessoas.³⁸¹

O que estava sendo expresso não era somente a ampliação da produção energética, mas a possibilidade de alcançar, em um sentido coletivo, melhores condições de trabalho e acesso a uma diversidade de bens de consumo, considerados inexistentes pela falta de energia para a indústria. Tal imagem também era projetada para o interior do Brasil por meio de seu

³⁷⁹ DRAIBE, Sônia, op. cit, p. 168.

³⁸⁰ OESP, 30/06/1956, p. 17.

³⁸¹ Idem.

periodismo que a letras garrafas, em manchetes como “*Marchará Mato Grosso ao impulso da energia elétrica*” e “*Mato Grosso exige luz e força para seu desenvolvimento*” afirmava que “nosso estado encaminha-se para a vinda de dias promissores e, sem dúvida, o fornecimento de energia elétrica é a mola mestra de todo esse progresso”.³⁸² Tê-la, para o jornal, era um requisito mister para “dotar o Estado de boa luz e muita energia para o conforto das famílias e maior impulso da nossa indústria”.³⁸³

Apresentar os benefícios da luz elétrica, alcançada por meio destes grandes projetos era feita de maneira convidativa, por vezes charmosa e provocante. Apresentar em meados da década de cinquenta, para o sul-mato-grossense, uma matéria intitulada “Paris e suas luzes” em que frases como “a noite em Paris não só confere às pedras e aos monumentos um novo fulgor, como também marca o desenrolar da vida noturna ” e “a praça é pura sinfonia em branco e preto, com repuxos cristalinos por causa dos reflexos da luz a emoldurarem o orgulhoso obelisco que Napoleão trouxe do Egito” posto ao lado de cartões postais de Campo Grande, como o relógio central, às escuras, é um tanto convidativo para indignar sua população da falta que a energia faz.³⁸⁴

As propagandas que se emaranham nos periódicos também têm a função de estimular os imperativos a se alcançar com o avanço energético. Na primeira imagem abaixo a ideia é trazer a relação entre proximidade territorial por meio da conquista de novos espaços econômicos e o crescimento que isto gera para a nação, ressaltando a ideia de que “eletrificando-se a nação se une e se expande”,³⁸⁵ fixando os símbolos desse progresso, exposto na figura das redes de alta tensão, que alcançam vastas regiões, pela energia elétrica, para mobilidade urbana e sua própria matriz hidrelétrica, força motriz desse impulso. Diretamente associada à companhia que busca atrelar-se a esses ganhos, eletrificar o país corresponde a “eventos que geram o progresso e forjam a grandeza do Brasil”.³⁸⁶

³⁸² Correio do Estado, 7/03/1956, primeira página. Palavras do ex-governador de Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa.

³⁸³ Correio do Estado, 8/03/1956, primeira página.

³⁸⁴ Correio do Estado, 31/12/1955, p. 3-4, assinada por Jacques Riols.

³⁸⁵ Revista Visão, 06/09/1957, p. 46.

³⁸⁶ Idem.

IMAGEM 05 -

[illegible]

Propaganda a serviço do progresso elétrico
Fonte: Revista Visão, 06/09/57 e 29/08/58.

A força deste impulso é tanta que é comum observar, nas últimas décadas, muitos setores midiáticos em geral, como televisão, jornais ou internet, estarem constantemente associando e reportando as décadas de 50 e 60 como momentos marcantes de nossa modernização. Fixando-se como momento de expansão capitalista e de superação de entraves que impediam o crescimento nacional, perpetuam, como pontua Cardoso, “nessa construção, o heroico, os ritos, o grande evento, sinalizam não só o início de um novo tempo, mas também a possibilidade de um futuro promissor”.³⁸⁷ Logo, o fio condutor que alimenta esta imagem é a ampliação e a promoção dos benefícios tidos pela produção energética e como ela esta associada à possibilidade de progresso e propagação do desenvolvimento do país, tanto materiais quanto políticos e sociais.

Na segunda imagem, os benefícios da energia estão agora ligados a um centro gerador, São Paulo, por meio de seu Plano Estadual de Eletrificação. Por meio deste, irão levar “quilowatts de progresso e conforto para São Paulo” da mesma forma que “a energia elétrica

³⁸⁷ CARDOSO, Heloísa H. Pacheco. *Os anos dourados: memória e hegemonia*. Artcultura. Vol. 09, nº 14, jan-jun. 2007, p. 172.

levará a indústria ao interior e conforto ao homem do campo”.³⁸⁸ O texto que complementa as imagens é esclarecedor ao ressaltar que:

Arrancando milhões e milhões de pessoas da ‘civilização da lenha’ e integrando-as na ‘civilização da eletricidade’, esse gigantesco plano criará condições de melhoramento da produção, de *promoção de riqueza e barateamento do custo de vida*. Com eletrificação das zonas rurais, o Interior terá a indústria de que necessita, a *lavoura ampliará* extraordinariamente a sua *capacidade de produzir* e de colocar seus produtos, *elevando o nível de vida e o poder aquisitivo* de suas populações, que viverão com mais *conforto e alegria*.³⁸⁹

Como reportado no anúncio acima, a menção à “civilização da lenha” não remete somente a um problema característico daquele momento,³⁹⁰ mas a seu caráter arcaico e limitado, buscando afirmar como a produção elétrica era moderna e necessária para o desenvolvimento nacional. Por meio da “civilização da eletricidade” são atribuídas características como promoção de riquezas, barateamento do custo de vida, ampliação da produção rural assim como elevação do nível de vida e do poder aquisitivo da população. Assim, o rol de hidrelétricas listadas pelo plano, bem como a destacada em foto representa a força e a centralidade do Estado de São Paulo no cumprimento deste projeto. A legenda da foto, ao ressaltar que cada contraforte da barragem corresponde a uma quantidade de cimento para construção de um prédio de quinze andares, tem a funcionalidade de exercer força do potencial investido no complexo hidrelétrico para geração de energia.

Cada quilowatt gerado é promovido como uma vitória contra a crise, pois sinaliza que “esse aumento abre amplas perspectivas para o progresso de nosso Estado, que vivia até 1955 sob a ameaça sombria de colapso econômico, asfíxiado que se encontrava por uma apavorante crise de energia elétrica”.³⁹¹ Segundo edição da *Visão* de 1954, o problema energético nacional, existente desde fins da II Guerra Mundial, não era decorrente da falta de chuvas como era apontado, mas da falta de planejamento de um amplo programa de hidrelétricas. Reportando o fato de que o crescimento médio do consumo era de 20% ao ano (no caso de São Paulo) não adiantaria somente construir uma hidrelétrica, pois “depois de sua inauguração, cada usina, isoladamente, já estará inapta para atender às necessidades para que

³⁸⁸ Revista *Visão*, 29/08/1958.

³⁸⁹ Idem, grifo nosso.

³⁹⁰ Segundo Warren Dean, nas décadas de 1940 e 1950, o uso de madeira como combustível era intenso, podendo chegar a mais de 79 % da energia consumida no Brasil. Isto demonstra como a produção energética brasileira era devastadora e incapaz de sustentar as perspectivas para o crescimento industrial que estava sendo almejado. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

³⁹¹ Revista *Visão*, 29/08/1958.

foram instaladas”.³⁹² Propõe assim a matéria que a verdadeira solução era estabelecer aqui um “autêntico *Tennessee Valley*”, fazendo direta referência ao programa norte-americano e seu conjunto de sistema de hidrelétricas, estabelecendo uma relação direta com as futuras possibilidades presentes na Eletrobrás e no Plano de Eletrificação Paulista. Enquanto isso, para o consumidor “a única solução é apertar o cinto, consumindo menos energia e esperar até que todos esses rios sejam domesticados finalmente para fornecer eletricidade”. Mais do que uma ameaça, a crise energética foi estampada como mecanismo de reafirmação das muitas necessidades relacionadas a construir complexos hidrelétricos.

Isso fica diretamente destacado na forma como o OESP estampava, lado a lado, reportagens sobre a falta de energia e as potencialidades futuras do Complexo Urubupungá ou mesmo de ações da CIBPU ante a produção energética. Entre 1955 e início da década de 1960 mais de setenta reportagens foram publicadas com esta lógica. Em edição de julho de 1953 noticiava a “Exploração dos recursos da bacia Paraná-Uruguaí”, ao lado outra matéria “Várias

IMAGEM 06 -



Divulgação do complexo hidrelétrico e cortes de energia.

Fonte: OESP, 1955.

fábricas paralisadas por falta de energia”, em 12/06/55 “Aproveitamento do Salto de Urubupungá”, acima “Inferiores às do ano passado as atuais reservas de energia”, em 01/06/1955 “Levantamento de recursos para a Hidrelétrica de Urubupungá”, ao lado “Hoje o início dos cortes no fornecimento de eletricidades”, enfim, articulou-se estrategicamente a visualização de como a realização deste complexo era fundamental para resolver o problema de produção energética, que era diariamente noticiada pelo jornal. Chegou-se a criar uma coluna chamada “boletim de racionamento” por onde eram informadas possíveis datas em que ocorreria falta de energia, projeções de consumo e até mesmo quais as cotas e as penalidades para os consumidores que superassem o consumo diário taxado pelo DAEE.³⁹³

³⁹² Revista Visão, 03/09/1954, p. 60.

³⁹³ OESP, 12/06/1955, p. 14.

No interior do país a situação não era diferente. A produção energética em Mato Grosso era tida como um obstáculo a ser superado, pois “o fornecimento de luz e energia à cidade está se transformando em verdadeiro atentado à indústria”.³⁹⁴ Recorrente era a presença de chamadas e notas sobre a falta de energia para diversas cidades, como Campo Grande, sede do jornal, que refletia em avisos sobre a redução da tiragem e número de páginas do jornal, mapa de regiões que ficariam sem energia nos próximos dias assim como fortes críticas as companhias responsáveis pela prestação de serviços. Em matéria assinada pelo então governador, Fernando Corrêa da Costa ressaltava que:

O balanço energético em Mato Grosso apresenta aspectos dos mais graves, pois quase 99 % da energia utilizada sob a forma de calor e energia motriz provêm do carvão e da lenha, desde a simples utilização doméstica às estradas de ferro e siderurgia, num progressivo desgaste de nossas reservas florestais, que tombam, dia a dia, trazendo toda a soma de malefícios que conhecemos, advindos dessa desmatação (*sic*) progressiva e constante.³⁹⁵

Novamente, como apontado no Estado de S. Paulo, o problema ambiental é descrito como um dos elementos necessários de superação, o que não iria ocorrer neste Estado mesmo com a ampliação do parque energético, pois encontraremos até os dias atuais um grande uso de fornos à lenha para abastecimento de diversas atividades em Mato Grosso.³⁹⁶ Neste caso, um fundo político pautava a promoção energética, que iria acompanhar o próprio caminho de realização do complexo de Urubupungá. A falta de energia era associada ao descaso e à incapacidade da Companhia Matogrossense de Eletricidade, a CME³⁹⁷, que pelas páginas do periódico eram associadas ao descaso do atual governo, do PSD e da capital, Cuiabá com o sul do Estado. São recorrentes notas publicadas com reclamações de consumidores sobre cortes abusivos, mesmo tendo o pagamento em dia, fato comum, segundo o jornal, visto que “isso o que a famigerada companhia acaba de fazer vem de muitos anos, com a prática de abusos de toda a espécie, contra a população campograndense” e por isso estaria a mesma

³⁹⁴ Correio do Estado, 29/07/1955, primeira página.

³⁹⁵ Correio do Estado, 10/12/1955, p. 02. Assinado por Fernando Corrêa da Costa.

³⁹⁶ Sobre o tema ver: SILVA, Edma Aranha. *O processo produtivo de carvão vegetal: um estudo em Mato Grosso do Sul*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UNESP, Presidente Prudente, 2002.

³⁹⁷ Criada na década de 1920 a CME representou os primeiros passos na produção de energia elétrica em Mato Grosso do Sul. Pertencente majoritariamente ao engenheiro Cincinato Salles de Abreu, buscou por meio de usinas como Ceroula e Botas I, II e III suprir o fornecimento energético do sul de Mato Grosso, marcado por constantes faltas de energia. Sua última ação, como ressalta Rech (2010) foi a aquisição de um motor pertencente a um submarino alemão que foi apreendido pelos canadenses durante a Segunda Guerra Mundial. A empresa terminaria encampada em 1959.

“com seus dias contados, pois a encampação vem aí”.³⁹⁸ Tais ocorrências pressionavam para ampliação do parque energético, por considerarem que “o fornecimento de luz e energia à cidade está se tornando um verdadeiro atentado à indústria”³⁹⁹ e sendo a CME apontada como uma das responsáveis por este atraso. Além disso, um sentido de comunhão ligado a este propósito, qual seja, o progresso energético vai sendo tecido a cada publicação, focalizando “que a referida empresa é inimiga de nosso progresso e que o povo campograndense está coeso no firme propósito de destruir o poderio escravizador da CME”,⁴⁰⁰ atrelando diretamente o sentido de progresso ao atraso energético provocado pela empresa.

O próprio jornal seria convidado, na figura de seu diretor, J. Barbosa Rodrigues, a encabeçar uma série de reuniões para debater os problemas da falta de energia, que surtiriam efeitos na criação de comissão pró-encampação da Companhia Matogrossense de Eletricidade. Contando com diversos políticos, principalmente ligados a UDN, o grupo conseguiria, a partir de 1957, iniciar o processo de encampação da empresa, em pleno governo de João Ponce de Arruda, do PSD. Porém, sua encampação não resolveria os problemas energéticos do interior, tendo continuidade uma série de reportagens que atrelariam cada vez mais o Complexo de Urubupungá a tal solução. A proximidade entre políticos como Fernando Corrêa da Costa, que voltaria a ser Governador de Mato Grosso no início da década de 1960 e Adhemar de Barros, Governador de São Paulo no mesmo período, contribuiria para a centralidade de Urubupungá como solução energética.

Algo semelhante ocorreria no extremo noroeste do Estado de São Paulo, no qual, conforme divulgado pelo periodismo, a falta energética estaria atingindo diretamente aqueles municípios. Neste caso, o alvo seria a Empresa Hidrelétrica do Itapura S/A, pertencente a Elóy Chaves, que dentre outros empreendimentos, também era o responsável pelo abastecimento energético de cidades como Três Lagoas/MT, por meio da termoelétrica adquirida em 1944. Também neste caso o sentido promovido pela falta ou problemas no abastecimento energético era focalizado contra uma empresa e que “pela primeira vez depois de muito tempo se pode observar nessa cidade (Andradina) e em todos os municípios vizinhos o desencadeamento de vigorosa campanha contra a empresa Itapura”, que segundo o periódico, assim como a CME “continua cometendo um verdadeiro crime contra a *coletividade* e o progresso da *mais promissora região do Estado paulista*”.⁴⁰¹

³⁹⁸ Correio do Estado, 13/07/1955.

³⁹⁹ Correio do Estado, 29/07/1955.

⁴⁰⁰ Correio do Estado, 08/03/1955, grifo nosso.

⁴⁰¹ Correio do Estado, 16/11/1956, grifo nosso.

Nos dois casos, o interior do país é articulado como detentor de uma potencialidade que estaria sendo “adiada” pela falta de energia elétrica, exposto num sentido de coletividade ante os problemas a que esta falta causaria, ou estaria causando. Nota-se, assim, que a noção desenvolvimento projetada por esta narrativa é de um crescimento econômico central para o crescimento e modernização destes espaços, quase como uma consequência natural ali presente, e que aumentada sua capacidade energética seria uma questão de tempo à chegada do progresso para toda população do interior do país.

No caso da Empresa Elétrica do Itapura, o movimento e a ameaça de uma possível encampação, previsto em lei desde sua criação, forçaria seus responsáveis a realizar melhorias na distribuição elétrica, levando-os a fazer investimentos na usina. Até o ano de 1963 a empresa não havia recebido notificação a respeito do possível desaparecimento do Salto Itapura sob o lago de Jupia, fato que somente ocorreria a partir de 1968. Porém, antes da formação do lago, a empresa foi incorporada à CESP, tendo parte de seu maquinário aproveitado nas obras de Urubupungá, fator providencial.

Na medida de matérias que ressaltavam as dificuldades locais com a falta energética mais notícias sobre o projeto de Urubupungá tomariam o periodismo, como o remédio para a aflição de quem buscava mais energia. Desde o início e criação da CIBPU, dez anos antes do início das obras em Urubupungá, os periódicos tratariam de dinamizá-lo como norte orientador, visto que “não será demasiado otimismo esperar que o aproveitamento técnico-científico da bacia Paraná-Uruguaí traga ao Brasil apreciável contribuição em prol de sua independência econômica, que está diretamente vinculada ao que se fizer em favor do aproveitamento de suas riquezas”.⁴⁰² Na mesma matéria designam-se outras importâncias para o projeto: “formação e *valorização do homem* no seu próprio meio *reconquistado*, tornando-o *útil* e capaz de prover sua própria subsistência”.⁴⁰³ Nota-se que a ideia de valorização do homem e de torná-lo “útil” liga-se à futura possibilidade de ampliação industrial e independência econômica que adviriam com a ampliação do parque energético, pelos saberes “técnico-científicos” que estariam novamente postos a serviço das necessidades do homem, por isto estando esse espaço reconquistado.

Logo, por suas potencialidades, o aproveitamento das corredeiras de Urubupungá ganha centralidade nas decisões tomadas a partir da V Conferência dos Governadores, realizada em 1955 em que, segundo OESP, prevaleceu a “harmonia” entre as delegações, que permitiram debater os problemas de “forma franca, impessoal e corajosa”, sem deixar que

⁴⁰² OESP, 08/07/1953, p. 08.

⁴⁰³ Idem, grifo nosso.

objetivos partidários sobressaíssem aos coletivos.⁴⁰⁴ Sem entrar em detalhes, o que está sendo debatido neste ponto é o questionamento feito pelo Estado de Minas Gerais ante a centralidade de São Paulo em realizar primeiramente o aproveitamento do Salto de Urubupungá, entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso e não concluir o aproveitamento hidrelétrico no rio Grande, entre Minas e São Paulo. Segundo o jornal *Correio do Estado*, o questionamento seria pelo fato de que, se realizado o aproveitamento no rio Grande, este ficaria sob o controle de Minas, ao passo que o aproveitamento hidrelétrico em Urubupungá interessaria primordialmente ao controle paulista, dado já estabelecido em reunião.⁴⁰⁵ Segundo o governador de São Paulo, isso não procederia visto que o que estava em curso era a ampliação do parque energético para todos os estados, afirmando que “Urubupungá não é uma solução paulista para as necessidades paulistas, mas sim uma solução paulista para as necessidades brasileiras”.⁴⁰⁶

De qualquer forma, a afirmação do governador realça a centralidade paulista na condução do que ele chama de “necessidades brasileiras”. Na ótica dos representantes deste Estado, a consolidação do projeto expressava “uma condição imediata para o funcionamento do mecanismo econômico nacional” e, assim, realizá-lo “deve ser considerado como essencial ao desenvolvimento de um país e de cada uma de suas partes”.⁴⁰⁷ Um sentido que se articulava a própria lógica da expansão energética, visto que as necessidades de ampliação de seu parque energético atrelavam os espaços a seus interesses, e como ressaltado no jornal paulista “a hidrelétrica dava aos paulistas a oportunidade de criar o *império econômico*, após no bandeirantismo, ter criado o *império político*”,⁴⁰⁸ como destacou o vice-presidente João Goulart.

O mesmo jornal ainda destaca uma série de possibilidades que diversificavam cada vez mais os benefícios alçados pelo empreendimento. Na edição de 01 de junho de 1955, OESP ressaltava como o projeto possibilitaria a “emancipação do noroeste paulista” pelo seu crescimento econômico e povoamento. Trazendo novos e antigos marcos, como a ferrovia e agora o complexo hidrelétrico, resalta que “fornecerão os recursos indispensáveis à fixação do homem por meio da colonização, mecanização da pequena e grande agricultura, da pequena e grande indústria”.⁴⁰⁹ Por meio de sua ampla zona de influência, permitiria cessar com o que o periódico denomina de “jogo de azar” da irrigação, pois não dependeria mais

⁴⁰⁴ OESP, 01/06/1955, p. 10.

⁴⁰⁵ *Correio do Estado*, 01/06/1955, p. 03.

⁴⁰⁶ OESP, 01/06/1955, p. 10.

⁴⁰⁷ OESP, 30/05/1958, p. 14.

⁴⁰⁸ OESP, 22/06/1957, p. 10, grifo nosso.

⁴⁰⁹ OESP, 01/06/1955, p. 10.

diretamente da irregularidade das chuvas, fazendo aqui uma direta alusão as possibilidades de controle das águas. Assim, em cada notícia era comum a existência de subdivisões sobre assuntos como “indústrias, povoamento, urbanização” por considerarem questões diretamente atreladas à promoção energética.

Na imprensa sul-mato-grossense a importância do complexo hidrelétrico carrega as marcas de um espaço a ser promovido e desenvolvido. Conectado a aspirações de membros Estaduais da comissão, como Fernando Corrêa da Costa e articulado a própria imprensa paulista, consideravam estes periódicos que uma “revolução estava em marcha no país”, pois assim como em São Paulo “cujo destino é antes industrial do que agrário, dada a construção de usinas hidrelétricas” a construção de Urubupungá faria nesta região o mesmo que a *Light* provocou em São Paulo.⁴¹⁰ Para cada participação do governador junto às reuniões da comissão, novas perspectivas se entrelaçavam às potencialidades do complexo, tidas como centrais para navegação, eletrificação rural e ferroviária, industrialização agrícola, metalurgia, produção de jazidas minerais no Estado e de conforto e bem estar social. Logo, é de se ressaltar que a divulgação das potencialidades do complexo hidrelétrico caminhava, por vezes, lado a lado a própria propaganda política de figuras como a de seu governador, principalmente nas páginas do Correio do Estado.

Segundo o jornal, as possibilidades abertas com a expansão da produção energética eram tamanhas ao ponto de cravar que “o futuro do Brasil está em Mato Grosso, e não no Paraná, como se pensou até agora”, ressaltando que “quando for resolvido o problema da força motriz em Campo Grande, esta cidade se projetará de forma assustadora, não havendo que possa deter sua marcha”.⁴¹¹ Logo, o sul do Estado, centrado na cidade de Campo Grande, não na capital, Cuiabá, desvela-se como este possível centro econômico, detentor de potencialidades para além de outros Estados da comissão, neste caso o Paraná. Completa em outra publicação que “no dia em que nosso problema principal for solucionado, esta cidade tomará um impulso assombroso, transformando-se em importante centro comercial e industrial”.⁴¹²

Observa-se como a ideia de desenvolvimento atrelada à produção energética é apresentada como caminho a ser trilhado para resolução dos problemas e como o interior do país se revela, não pela primeira vez, como “região solução” para as necessidades de crescimento nacional. Mais do que isto, as possibilidades vindouras almejadas pela expansão

⁴¹⁰ Correio do Estado, 14/07/1955, p. 02.

⁴¹¹ Correio do Estado, 12/10/1957, p. 04.

⁴¹² Correio do Estado, 12/12/1957, p. 05.

energética estão conectadas a um núcleo difusor, a região Sudeste, especificamente São Paulo, que serve de modelo para inserção econômica deste espaço nacionalmente. Logo, a região sul-mato-grossense é articulada pelo periodismo como uma “extensão de São Paulo”, no sentido de incorporação à sua lógica produtiva e de povoamento, que encontrariam na promoção energética seu fortalecimento e continuidade.

Duas reportagens são centrais para tal percepção. Trazendo como título “Continuação de São Paulo” foram publicadas conjuntamente na revista Brasil-Oeste em janeiro de 1956 e republicada no jornal Correio do Estado no ano seguinte, assinada por Rosário Congro, político e jornalista matogrossense. Em seu excerto, traz o seguinte texto:

Iniciada a marcha deste quadrante, preconizada pelo presidente Getúlio Vargas, muito se tem feito aqui, com base na terra imensa e dadivosa. Mas isso é um mundo e para que se torne *celeiro da nação*, temos que duplicar, triplicar, quadruplicar o mapa demográfico. Com tal *impulso de progresso*, podemos dizer: *Mato Grosso é, de fato, a continuação de São Paulo*. Será a história a *repetir-se agora no campo econômico*. Os 447.000 mil cavalos motrizes do *Urubupungá* ai estão, à espera do homem, que não pode mais tardar. No subsolo a natureza acumulou elementos tais que nos levam a rasgar os flancos das nossas montanhas de ferro e manganês. [...] Para o intercambio das riquezas, *as rodovias* coletoras se prolongam em busca da Noroeste, em Campo Grande, ou da E. F. Araraquara, em Porto Tabuado, ou mesmo para atingir em oito dias a capital matogrossense, partindo de São Paulo. Das quatro estradas de ferro paulistas que embocam em Mato Grosso, a Noroeste já realizou a sua obra de civilização, que é este estupendo sul do Estado. Há quarenta anos alcançava-se Cuiabá em quarenta dias, sulcando vias fluviais, hoje, pelo caminho aéreo ou pelas rodovias, nela se mergulha em poucas horas. Pelas ruas da velha capital, que remoça, transitam veículos motorizados de quase todos os Estados. Depreende-se daí que não é simples figura de retórica, afirmar que Mato Grosso *está sendo* a continuação de São Paulo.⁴¹³

A extensão da fonte faz jus à riqueza de seu conteúdo para nossa interpretação. De início, podemos observar que a década de cinquenta é atrelada como continuidade das aspirações já iniciadas por Vargas em outro momento, se referindo aqui à Marcha para o Oeste. Sua continuidade se desvelaria na necessidade do que denomina como “impulso do progresso”, a ser realizada pela colonização, abertura de vias de comunicação e produção energética. Assim, a força motriz de Urubupungá é posta como o fino fio desta continuidade da/para “extensão” paulista, principalmente em seu sentido econômico, como ressalta o texto, em que as vias férreas, com a NOB, cumpriram sua obra de “civilização”, trazendo centralidade e expansão para o sul do Estado. Logo, por tais imperativos, se no início pontua

⁴¹³ Brasil-Oeste, 01/06/1956, p. 20; Correio do Estado, 14/08/1957, p. 07, grifo nosso.

que Mato Grosso “é” a continuidade de São Paulo, pelo seu quadro histórico de realizações, em seu presente Mato Grosso “está sendo” a continuidade paulista, por meio de seu novo quadro de relações, neste caso, a produção energética, que estaria “à espera do homem e não pode mais tardar”.

Estas ideias não são novas em nossa história, como já destacadas por Tânia de Luca em seu estudo. Segundo a autora, projetar um Brasil em construção, em busca de superar nossos obstáculos e alcançar nossas potencialidades sempre fizeram parte do discurso de nossas elites, que revelariam “enfim a face do país”.⁴¹⁴ E como nesse caso, “a história foi então chamada a testemunhar a favor da nação” por um passado em que as investidas ao sertão aclamaram a pujança dos desbravadores e apresentava-se no presente como a continuidade destas ações, impondo seu viés a memória neste novo momento.⁴¹⁵ Atribuídas a novos imperativos, como a expansão da produção energética, a centralidade de São Paulo ganha notoriedade no próprio desenvolvimento do sul de Mato Grosso, (re) produzido pelo periodismo que busca também apresentar as potencialidades e necessidades deste Estado. Sua presença, como já destacou a autora, não é neutra ou descompromissada, mas contribui “não só para explicar e justificar a riqueza e a supremacia econômica, então, desfrutada por São Paulo, como também para legitimar as pretensões da elite local de conduzir politicamente o país”.⁴¹⁶

Claramente, a revista Brasil-Oeste também estava em sintonia na atuação para divulgar as potencialidades de Mato Grosso, e não iria deixar de lado a centralidade do complexo hidrelétrico. Tanto que não é de se estranhar que logo em sua segunda edição, em 1956, estampasse em primeira página o Salto de Urubupungá, trazendo a seguinte informação:

Salto de Urubupungá, no rio Paraná. Estão bem adiantados os estudos para o aproveitamento do potencial hidráulico dessa queda d’água, o qual se avalia em mais de 1.000,000 HP. Em futuro próximo, quando ali se construir a projetada usina hidrelétrica, haverá um surto extraordinário de progresso na região, compreendida num raio de 500 Km, abrangendo o Leste e o Sudeste de Mato Grosso, o Oeste de São Paulo, o Sul de Goiás e o triângulo mineiro.⁴¹⁷

Publicada no mesmo momento em que estava sendo autorizado ao Estado de São Paulo o aproveitamento hidrelétrico das corredeiras, a revista faz questão de apresentar um

⁴¹⁴ LUCA, op. cit, 1999, p. 90.

⁴¹⁵ Idem, p.123.

⁴¹⁶ Idem, p. 106.

⁴¹⁷ Brasil-Oeste, 02/1956, em “Nossa Capa”.

possível mapeamento das regiões amparadas diretamente pelo potencial energético de Urubupungá, de forma a situar quais seriam as promissoras regiões permeadas pelo progresso advindo da energia elétrica. Sua centralidade era tamanha que ao divulgar os chamados dez pontos fundamentais para atrair investimentos para o estado, o número nove trazia diretamente “O aproveitamento do potencial hidráulico da região da Bacia do Paraná-Uruguai”, juntamente com outros pontos ligados à colonização, agricultura e criação de estradas. Tais pontos nevrálgicos ressaltados em várias edições da revista conectam-se diretamente aos três eixos de desenvolvimento formulados pelo Governador Fernando Corrêa da Costa: energia, transporte e povoamento. Logo, entendemos que em meio à sua “cruzada patriótica” proposta pela revista, o projeto de Urubupungá atua como a abertura de novas possibilidades para o crescimento e colonização do interior, por meio dos “estímulos” promovidos pela existência de amplo parque energético.

Ao longo das matérias também pode se observar que o pesado investimento o qual era anunciado pela imprensa buscava legitimar uma nova imagem para o Sul de Mato Grosso, como região atrativa para novos investimentos e centros industriais, calcados principalmente em atrair capital estrangeiro, assegurando que o empresário “difícilmente encontrará no mundo de hoje onde comprar terras tão vastas, a preços tão acessíveis, sem o risco de conflitos políticos com o povo da região ou de problemas raciais”.⁴¹⁸ Isto fica evidente na reportagem intitulada “Mensagem de Mato Grosso para o Mundo”, na qual a Brasil-Oeste exalta e felicita a divulgação que o estado vem tendo em publicações internacionais, onde são exaltados “a colonização de zonas ubérrimas ainda inexploradas, a criação de indústrias e criação de novas fontes riqueza”.⁴¹⁹ Para embasar tal assertiva, anexa uma matéria publicada pelo *Brazilian Government Trade Bureau*, de Nova York, na qual as potencialidades do extremo oeste brasileiro são tidas como “*opening of brazilian west providing an opportunity for boldly adventurous*”, e novamente o rico potencial hidrelétrico é chamado para fortalecer a ampla possibilidade de oportunidades nestes espaços.

Compreendemos que tais ações buscam fortalecer, por um lado, a própria participação do estado na comissão e, por outro, demonstrar como os benefícios alçados pela produção energética atrelam-se as outras necessidades tidas essenciais para o progresso do estado, que ganharia cada vez mais centralidade por estar ligado aos caminhos deste empreendimento. Fica evidente pelas publicações como o interior estava sendo “preparado” para exercer maior

⁴¹⁸ Revista Visão, 23/10/1959, p. 53-54.

⁴¹⁹ Brasil-Oeste, 10/1958, p. 26.

participação e influência dentro da economia nacional, por vezes internacional, como destacado em outra reportagem:

Prepara-se Mato Grosso para vir a desempenhar relevante missão internacional. Sua estrutura de transporte já vem sendo aparelhada para isso. E as qualidades do homem matogrossense vêm sendo apuradas para essa tarefa hercúlea, que propiciará ao Brasil e aos países vizinhos a realização de seu destino continental, pela valorização de suas imensas regiões interiores.
420

Os periódicos naquele momento anunciavam a integração da região por meio daquele novo empreendimento, de forma a gerir ganhos para todas as partes envolvidas, por meio da concretização de novas vias de transporte, produção energética e integração econômica nacional. Ao mesmo tempo, esta leitura de desenvolvimento também está ligada a um sentido de dominação e apropriação de um potencial que ainda estava esquecido, pois a sua construção, como dito, contribuiria para integração do país por meio de novas vias que seriam a “solução única para os enormes problemas de colonização do Oeste brasileiro”, como pontuado pelo jornal OESP,⁴²¹ um sentido que, por vezes, atrelava interesses, posicionamentos e disputas entre os sujeitos presentes em tal projeto.

Isto fica evidente quando uma série de reportagens é publicada sobre os caminhos da CIBPU e a ameaça de não concretização do projeto de Urubupungá. Publicadas entre 1956 e 1960, as matérias questionavam a inatividade da comissão assim como os prejuízos pelo possível não aproveitamento hidrelétrico no rio Paraná. Centradas em críticas a Jânio Quadros, Governador de São Paulo e presidente da comissão neste período, apontavam que era triste observar como a comissão caía na inatividade, acusando este governador de estar utilizando a comissão para manobras políticas em busca de sua futura candidatura à presidência da república.⁴²² Para tanto, estaria utilizando a imagem e o aproveitamento do complexo de Urubupungá para exaltar o governo paulista, sob sua presidência, de forma que se criaria, sob seus auspícios, a Sociedade Hidrelétrica do Urubupungá “de modo que esta iniciativa pareça ser unicamente sua, do seu governo, fruto de um gênio de estadista ‘à toute foree’”.⁴²³

Como contraponto a tal assertiva, a matéria ressalta as seguintes palavras:

⁴²⁰ Brasil-Oeste, 16/08/1957, p. 23.

⁴²¹ OESP, 30/05/1958, p. 14. Nesta matéria fica evidente como o conjunto hidrelétrico encontra-se articulado com outras necessidades governamentais.

⁴²² Fato que viria a ocorrer em 1961.

⁴²³ Brasil- Oeste, 11/03/1957, p. 30.

Entretanto, cumpre *relembrar* que na primeira Conferência de Governadores, efetuada em São Paulo, nos dias 6 a 8 de setembro de 1951, a assessoria técnica de Mato Grosso teve a primazia de *batalhar* pelo aproveitamento do Salto de Urubupungá, no curso do rio Paraná, justificando sua inclusão no Plano de Energia Elétrica e Combustível por interessar aos Estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso.

424

O que estamos visualizando neste momento é como uma memória ligada a um grupo e a um empreendimento, neste caso pelos membros da CIBPU, é articulada como provedora de recursos para determinados interesses, postas aqui na centralidade do governo do Estado de São Paulo, sob a figura de Jânio Quadros, que se projeta como detentor e legitimador do aproveitamento hidrelétrico de Urubupungá. Como contraponto a esta apropriação, de unidade do empreendimento, é reivindicada por outro membro do grupo, neste caso o representante de Mato Grosso, a coletividade da iniciativa, sendo enfático em dizer que “cumpre relembrar” quais são os caminhos do empreendimento até aquele momento. Mais do que contrapor a tal uso individual de um marco coletivo expõe o peso e o papel de seu estado no empreendimento quando completa afirmando que “foi a representação matogrossense que propôs ao conselho deliberativo a contratação dos estudos técnicos necessários ao conhecimento exato desse potencial (...) comprovando ser Urubupungá um dos maiores se não o maior potencial hidrelétrico do Brasil”.⁴²⁵

Neste caso, como salienta Vesentini “a posição de rememorar confunde-se com a do observador privilegiado”⁴²⁶, isto porque a matéria é assinada por Casemiro Brodziak Filho, representante do governador de Mato Grosso na comissão e que esteve presente nas reuniões e encontros da CIBPU. Assim, questionar e excluir a participação de seu estado remete diretamente a desqualificar a própria figura de Fernando Corrêa da Costa, que era tencionado pelos jornais como “elo” de ligação de Mato Grosso com a comissão, de forma que exaltar a potencialidade do complexo hidrelétrico mistura-se com a própria centralidade de sua representação nos caminhos do empreendimento.

As críticas da revista ainda caem sobre o fato do presidente da comissão e seu vice, o Engenheiro Álvaro de Sousa Lima, estarem acumulando cargos públicos, o que desqualificaria sua atuação e que estaria “relegando a comissão a plano político”, centrados em fortalecer apenas o Estado de São Paulo e seus interesses.⁴²⁷ Isto fica evidente quando

⁴²⁴ Idem, grifo nosso.

⁴²⁵ Idem.

⁴²⁶ VESENTINI, op. cit, p. 42.

⁴²⁷ Brasil-Oeste, 13/05/1957, p. 26.

ressalta que “ao invés de conduzir os destinos da entidade para o rumo certo de federalização, agiu em contrário, transformou o órgão executivo em uma repartição pública subordinada ao Departamento de Águas e Energia Elétrica da Secretaria de Viação de São Paulo”.⁴²⁸ Neste ponto, observa-se como o aproveitamento hidrelétrico de Urubupungá é questionado por ser o único empreendimento a possuir maior atenção, fato que segundo a revista se daria pela urgente falta energética do estado paulista.

O início desse processo de desmonte das diretrizes iniciais da comissão, segundo a revista, ocorre quando o governo federal cria uma nova comissão, por meio do Plano de Valorização Econômica da Região de Fronteira Sudoeste do País, pela Leio n. 2.976/56, que incluía os estados de Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso.⁴²⁹ Sua criação, atuando dentro da mesma área da CIBPU seria interpretada como fracasso nos rumos da comissão, e para o periódico “a comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai fracassou, integralmente, no cumprimento do convênio firmado entre os sete membros que a compõe, por absoluta distorção de seus objetivos precípuos”.⁴³⁰ Logo, a federalização da comissão seria o único caminho possível para preservar sua existência assim como ampliar seus horizontes de atuação para além do projeto de Urubupungá, que se tornou uma “extensão do DAEE” em terras Matogrossenses segundo a revista.

De qualquer forma, a tessitura destas críticas não renegaram diretamente as potencialidades ou mesmo a centralidade do projeto hidrelétrico nos caminhos do desenvolvimento nacional, mas contribuem para termos novamente a percepção de como o periodismo foi atuante em suas formulações, tornando-se, como pontua Vesentini, “mais, muito mais que folhas mortas”, pois são dotados de ação que “expressam prática política, luta política sendo, naquele momento, consubstanciação dessa mesma prática, práxis, de sujeitos atuantes”.⁴³¹

Pelos impressos, não mediram esforços para a realização do Complexo Urubupungá, pois “o desenvolvimento do extremo oeste de São Paulo não se deteve em consequência da distância em que se acha da capital paulistana. A barreira política não serviu de empecilho à expansão do progresso paulista”, e da mesma forma, para além da “barreira geográfica, o rio Paraná, pouco afetou a marcha dos homens de São Paulo. Do outro lado da fronteira a

⁴²⁸ Brasil-Oeste, 20/12/1957, p. 28.

⁴²⁹ Brasil-Oeste, 09/01/1956, p. 27.

⁴³⁰ Brasil-Oeste, 18/10/1958, p. 34.

⁴³¹ VESENTINI, op. cit, p. 93.

economia paulista continuou a atuar, passando por assim dizer a ocupar toda a faixa leste e sul do Estado de Mato Grosso”.⁴³²

Assim, conjuntamente à realização do projeto, que se iniciaria em 1961, uma série de atribuições estão atreladas a sua imagem, positivas em sua maioria. Segundo a revista *Visão*, o momento estava sendo profícuo, pois junto à extensão energética “o país cresce e descentraliza”, e “em todas as partes está a expandir-se a economia regional: o poder aquisitivo, antes quase totalmente concentrado em algumas cidades grandes”, que automaticamente proporcionariam “riquezas adicionais a regiões inteiras, melhores empregos e possibilidades de uma vida melhor para inúmeras pessoas que, até agora apenas viveram da agricultura e de outras ocupações rurais”.⁴³³

E é neste sentido que o periodismo iria demarcar o início das obras em Urubupungá, caracterizando, referenciando e apresentando o interior do país por meio do empreendimento. O próprio rio Paraná, chamado de “o rio do futuro” pelo jornal *Correio do Estado* transparece quase como um “sentido natural” a ser explorado, fato que é corroborado pelo OESP ao ressaltar que “os rios, emergindo próximos do litoral, refluem para o interior, investem-se em um sentido continental, como que a indicar a trajetória do progresso”.⁴³⁴ Referenciar suas possibilidades não é novidade em nossa história (vide o primeiro capítulo) e logo não seriam postas de lado pelo periodismo neste contexto. Como exemplo, encontramos uma sequência de matérias intituladas “Para além do Grande Rio”, publicadas pelo *Correio do Estado* em que trazem o Salto de Urubupungá revelando-se entre o brávia da natureza e o progresso energético a ser conquistado.⁴³⁵

Como bem pontuado por Beatriz Araújo, o interesse da imprensa paulista na divulgação daquele projeto aumentava conforme os passos para sua concretização bem como a crescente necessidade energética de seu estado. Ao mesmo tempo, ressaltamos que este interesse não nasce com o início e a execução das obras, pois como já demonstrado as narrativas sobre este espaço antecederam a própria existência física do empreendimento. De qualquer forma, concordamos com a autora quando ao analisar este momento de intensificação das publicações nota-se que a referência ao complexo hidrelétrico se sobrepõe a própria imagem do Estado de Mato Grosso ou da cidade de Três Lagoas, que se encontrava conectada fisicamente ao empreendimento.

⁴³² OESP, 22/07/1960, p. 13.

⁴³³ Revista *Visão*, 24/10/1958, p. 35.

⁴³⁴ OESP, 02/04/1959.

⁴³⁵ O conjunto de onze matérias foi publicado entre 1957 e 1959 no jornal.

Em edição de outubro de 1959, matéria intitulada “Urubupungá em Pauta”, na revista *Visão* destaca por meio da realização da VII Conferência dos Governadores, em São Paulo, diretrizes mais concretas para início das obras, destacando a criação da CELUSA e fixando a construção do complexo em duas partes: Ilha Solteira e Jupia. ⁴³⁶ Ao longo daquela mesma semana o OESP já havia publicado quatro matérias, incluindo primeiras páginas, sobre as medidas tomadas para sua realização. Trazendo na íntegra o discurso do governador de São Paulo que, dentre outras, destacou como por meio de obras como estas “o termo bandeirante deixou de ser regionalmente paulista para se afirmar como expressão nacional, de desbravamento e pioneirismo”. ⁴³⁷ Conclui-se na edição seguinte que, por meio da criação desta sociedade de economia mista, que viria a ser a CELUSA “o governo do Estado de São Paulo será o incorporador, com a participação dos demais estados com cotas fixadas”. ⁴³⁸

Na semana seguinte a *Visão* publicaria outra matéria intitulada “Urubupungá para 64: arrancada na Paraná-Uruguai” na qual se apresenta a necessidade de início das operações do complexo hidrelétrico já para 1964. Interessante observar que suas obras ainda nem haviam iniciado e que somente teriam seus primeiros geradores acionados em 1969, nos revelando a extrema necessidade estadual por energia. Novamente são atribuídas outras possibilidades por meio de sua existência, ressaltando que “tratando-se de uma região onde há imensas partes despovoadas, espera-se atrair para ela núcleos de povoamento capazes de pôr em funcionamento seu imenso potencial econômico até agora adormecido”. ⁴³⁹ Fazendo diretamente uma crítica à inércia do governo federal, pontua que “seria bom que o Nordeste mirasse nesse exemplo para solucionar seus problemas, sem se prender inteiramente à ajuda federal”. ⁴⁴⁰

Como visto, a região era considerada pelo periodismo paulista “pouco explorada” e consequentemente pouco conhecida de seu público. Isso fica evidente na forma como a mesma revista publica uma série de matérias sobre o interior do país. Em novembro de 1959 publica “Onde um barco vale 40 caminhões” no qual realiza apresentação e mapeamento das riquezas fluviais do interior, que seriam diretamente beneficiadas pelo desenvolvimento energético em curso no rio Paraná. Servindo-se de um mapa demonstra como o sistema fluvial do interior é fundamental para exploração e compreensão do mesmo. ⁴⁴¹ No começo do ano seguinte, em matéria intitulada “Bandeirante mereceu o nome”, narram uma “aventura” pelo

⁴³⁶ Revista *Visão*, 16/10/1959.

⁴³⁷ OESP, 09/10/1959, p. 09.

⁴³⁸ OESP, 10/10/1959, p. 14.

⁴³⁹ Revista *Visão*, 23/10/1959, p. 47-49.

⁴⁴⁰ Idem.

⁴⁴¹ Revista *Visão*, 27/11/1959, p. 75.

interior do Brasil, na qual em forma de diário de bordo descrevem lugares, paisagens e roteiros para aqueles que buscam adentrar estados como Mato Grosso.⁴⁴² Algo semelhante também seria publicado em outra edição intitulada “Esses trilhos vão ao sopé dos Andes”, em que novamente, em forma de aventura, é relatada a incursão por via férrea cortando o sul de Mato Grosso.⁴⁴³

Tais matérias, permeadas de um tom negativo, ou como nos fala Lygia Galleti carregadas por um “estigma da barbárie e do atraso” são criticadas pela imprensa matogrossense. Segundo a *Brasil-Oeste* “subestima-se o potencial econômico de Mato Grosso. A própria imprensa descarta de dever elementar, programando a missão jornalística naquele território para reportagens de aventura”.⁴⁴⁴ Para o periódico, reportagens como esta atrapalhavam a própria divulgação dos benefícios do complexo hidrelétrico para o estado, pois estariam afastando possíveis investidores, logo:

O mal que se causa a Mato Grosso com a divulgação dessa literatura sensacionalista, moldada a calças de onça ou em curiosidades da vida nômade dos silvícolas é incalculável. Afasta-se, dessa maneira o colono, arrefece-se, com essa negação da realidade o interesse dos capitalistas, anula-se com esse procedimento o esforço que se processa em outros setores mais esclarecidos, com o escopo de fomentar as riquezas e o progresso de Mato Grosso.⁴⁴⁵

A divulgação de matérias como estas vão diretamente a sentido contrário do proposto pela revista, pois se afastam dos ideais de progresso e civilização apresentados pela *Brasil-Oeste*, que buscam por meio de empreendimentos como o complexo hidrelétrico apresentar as potencialidades e novos valores que devem construir a imagem do estado, afastando como ressaltado os interesses capitalistas das riquezas existentes em Mato Grosso.

Urubupungá estava em pauta. E cada vez mais os próprios periódicos traduziam a centralidade paulista nas obras. Em duas matérias publicadas ainda em 1960, intituladas “Urubupungá vai sair” e “Urubupungá em obras: rumo a mais de 3 milhões de kW” a revista *Visão* destacava que um “obstáculo” ainda estava a obstruir seu início. Segundo o aval federal de 1956 (decreto n. 38.649) que concedia ao Estado de São Paulo a concessão da exploração do Salto de Urubupungá, esta somente poderia ser realizada se feita em caráter coletivo, por meio de uma sociedade de economia mista, por meio da participação dos outros seis estados. Fato este que não ocorreu segundo o noticiado, pois grande parte dos estados não cumpriu sua

⁴⁴² Revista *Visão*, 26/02/1960.

⁴⁴³ Revista *Visão*, 05/01/1962.

⁴⁴⁴ *Brasil-Oeste*, 01/1960, p. 21.

⁴⁴⁵ *Idem*.

cota de participação, tendo que “o Governo de São Paulo, sozinho, se dispor a aplicar o total dos recursos de imediato necessários ao começo dos trabalhos”, tornando-se para o jornal essa participação apenas “simbólica para efeito exclusivo de cumprimento da exigência do decreto de concessão”.⁴⁴⁶

Republicando matérias como estas, o jornal *Correio do Estado* estava interessado em inferir não na imagem do estado ante a obra, mas de seus condutores, neste momento, ligado ao PSD. Como exemplo, em “Mato Grosso atrasa a construção de Urubupungá” reafirma que o governador do Estado, João Ponce de Arruda, ainda não realizara as desapropriações necessárias, o que afetaria diretamente o andamento das obras. Deixa claro que “o governo de Mato Grosso tem sido muito lento nessa questão da eletricidade, dentro do Estado. Tão lento que o fato constitui uma vergonha para nós”.⁴⁴⁷

Fora pequenas intervenções como estas, na imprensa sul mato-grossense, a comunhão de ideais ainda permanecia. Em matéria intitulada “Novas perspectivas para o Leste de Mato Grosso” o governador João Ponce de Arruda indicava que conforme autorizado pela Assembleia Legislativa o estado iria participar do montante inicial referido, já comunicado à comissão. Ressaltava também a importância estratégica de Mato Grosso, pelo fato de ter sido doado pela prefeitura de Três Lagoas um terreno a cerca de 4 km da futura usina para construção da vila dos operadores. Para tanto, a pedido da CIBPU, “baixou um decreto declarando de utilidade pública, para desapropriação, a ser custeada pela referida comissão, uma área de 20 km quadrados, necessária à implantação das obras na margem direita do rio Paraná”.⁴⁴⁸

É fato observar que a publicação de matérias como estas, principalmente ligadas a figuras do político, usando a expressão de René Remond, tem seu caráter panfletário e particular, mas que, atreladas a nosso objeto de pesquisa, contribuem para percebermos seus usos e articulações. Como exemplos, na edição da mesma revista publicada em agosto de 1960, o candidato matogrossense à presidência da república, Jânio Quadros, faz uso deste projeto em campanha política, ressaltando que é chegada “a vez de Mato Grosso”, e que sob seus auspícios “a colonização, necessidade terrível de Mato Grosso, está estreitamente dependente da energia elétrica”, à qual dará seu apoio para continuidade das obras em Urubupungá.⁴⁴⁹ Dois anos depois, em 1962, seria a vez do prefeito de Campo Grande, Wilson Barbosa Martins, utilizar o complexo para tecer críticas a João Goulart, agora

⁴⁴⁶ Revista Visão, 08/04/1960, p. 26 e 09/09/1960.

⁴⁴⁷ *Correio do Estado*, 20/10/1960.

⁴⁴⁸ *Brasil-Oeste*, 07/1960, p. 21.

⁴⁴⁹ *Brasil-Oeste*, 08/1960, p. 35.

presidente e promover sua campanha para Deputado Federal. Estampando em toda a página o rosto do presidente, com a legenda “chega de abandono” assim ressalta Urubupungá:

Potencialmente Mato Grosso é um dos Estados mais ricos da federação. Em relação a sua riqueza ainda inexplorada e ao número de habitantes todos os que vivem aqui poderiam ser milionários. Mas não somos, vestimos farrapos quando poderíamos ver nosso estado produzindo, movimentando-se, crescendo, recebendo. Mato Grosso precisa logo das hidrelétricas, para que você possa ter luz em sua casa e energia em sua fábrica. Estamos cansados de abandono e a hora de reagir já chegou.⁴⁵⁰

Compreendemos então, como adverte Remond que “a história de fato não vive fora do tempo em que é escrita” e “suas variações são resultado tanto das mudanças que afetam o político como das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político. Realidade e percepções interferem”.⁴⁵¹ O mesmo seria feito em muitas ocasiões por Fernando Corrêa da Costa, como em matéria intitulada “Fernando: energia, produção, transporte e educação”, no qual atrela os avanços energéticos à sua campanha em busca do governo do Estado de Mato Grosso.⁴⁵²

Outro fato que nos chama a atenção é que nesta mesma edição o *Tennessee Valley Authority* é novamente posto em pauta como parâmetro a ser seguido. Assinada novamente por Casemiro Brodziak Filho e intitulada “Paralelismo entre a TVA e CIBPU”, clama o autor para a necessidade de continuarmos a tê-lo como referencial de projeto e planejamento regional, possuindo ambos o mesmo número de estados integrantes, sete, e tendo como meta o aproveitamento de uma bacia hidrográfica. Mas por que agora a publicação dessa matéria?

Ao examinarmos com mais afinco a extensa publicação, percebemos que, na verdade, o que esta sendo feito é uma crítica aos caminhos da própria CIBPU, que estariam se afastando desse modelo de planejamento. Segundo o autor “a TVA efetua uma *planificação total* da zona de influência, evitando a *ação independente* dos Estados”⁴⁵³, tecendo aqui críticas ao controle e ao posicionamento paulista para determinados projetos. Logo, “a TVA não está sujeita às *leis dos Estados*, porém, não pode impor-lhes regulamentos, funciona como sociedade anônima, tendo como acionista o Governo dos Estados Unidos, ou seja, *o povo*”.⁴⁵⁴ Mais do que isto, “o desenvolvimento dos recursos regionais”, pensando aqui o aproveitamento energético de Urubupungá, “não se pode fazer sem o apoio dos seus

⁴⁵⁰ Correio do Estado, 01/09/1962, p. 03.

⁴⁵¹ RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2º ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 1996, p. 22.

⁴⁵² Correio do Estado, 09/07/1960.

⁴⁵³ Brasil-Oeste, 07/1960, p. 18, grifo nosso.

⁴⁵⁴ Idem, grifo nosso.

habitantes”.⁴⁵⁵ Chama a atenção o autor para uma falta de “consciência de planejamento” que pouco dava centralidade a espaços intimamente ligados a obra, como a própria cidade de Três Lagoas. Claramente, como examinado na documentação desta autarquia, sabemos que não era dessa forma que as coisas funcionavam, mas que, independente disto, a TVA funcionava como parâmetro de organização e primazia para os caminhos do empreendimento aqui analisado.

Porém, ao menos pela ótica da imprensa sul mato-grossense o progresso regional estava em pleno vapor. Encontramos entre 1960 e 1962, momento inicial da construção de Jupiá, um total de 71 matérias dando destaque aos primeiros passos da construção e situando aqueles espaços como o epicentro de um próspero progresso. Chamada de “Cidade Sonho” pela Brasil-Oeste, estava Três Lagoas, às margens do rio Paraná a “se preparar para ser grande metrópole industrial”, pois se encontrava às portas de um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo.⁴⁵⁶ Segundo a revista “Três Lagoas tem crescido urbanisticamente na percentagem de três casas por dia, cerca de dez mil casas por ano” e “será ainda maior com a utilização dos quatro milhões de cavalos que representam o potencial do Salto do Urubupungá”.⁴⁵⁷ É por este motivo que Rosário Congro, em matéria intitulada “Urubupungá” ressalta que a denominada Vila Piloto deve ser considerada “bairro sim e não cidade, pois em pouco estará situado no limite urbano da urbs, a meio caminho do imponente caudal”, que, segundo o autor “será o maior produtor de energia elétrica do mundo”.⁴⁵⁸

Os benefícios para a referida cidade seriam antepostos aos da própria produção energética. A construção do núcleo residencial iniciada em 1960 foi noticiada com alvoroço pela imprensa, por considerarem que “os trabalhos forçarão a ida para a caçula de algumas centenas de operários, técnicos e mestres de obra que, ganhando altos salários, poderão deixar na cidade boa parte do dinheiro ganho e com isso propiciarem maior movimento no comércio”.⁴⁵⁹ Trazendo à luz do presente, observamos que tal lógica em expor como determinados locais estão conectados a estes “pontos de progresso” funcionam junto à imprensa como justificativas necessárias para demonstrar os benefícios de empreendimentos como estes, como ocorreu novamente na mesma cidade, agora ligada ao “surto” industrializante:

⁴⁵⁵ Idem.

⁴⁵⁶ Brasil-Oeste, 10/1960, p. 35.

⁴⁵⁷ Brasil-Oeste, 03/1960, p. 48.

⁴⁵⁸ Brasil-Oeste, 08/1960, p. 51.

⁴⁵⁹ Correio do Estado, 16/03/1960, p. 02.

Na cidade, a industrialização ajudou a melhorar o saneamento, a infraestrutura urbana e as condições de moradias. Em 2010, a cidade deve fechar o ano com uma rede de esgoto com 62% dos imóveis, com 50% das ruas pavimentadas e mais 400 casas populares. Com a vinda da indústria, construiu 1.050 casas populares, seis escolas e um hospital.⁴⁶⁰

Logo, divulgar o potencial energético representava para o periodismo sul-mato-grossense elencar também as possibilidades advindas com seu empreendimento, em que por suas páginas presente e futuro se misturam, se projetam, pois todo o kW que seria gerado por Urubupunga “representa, antes, um saque para o futuro, a tentativa de liberação de um potencial pioneiro, ao qual se vai creditar um papel de alta importância, dentro da política de interiorização do país e de deslocamento de seu salto industrial”.⁴⁶¹ Assumia então o papel de canal privilegiado como divulgador das transformações e acontecimentos que, de qualquer forma, estivessem atrelados à produção energética, pois considerava que “para um povo que tem fome de energia elétrica e espera ver Mato Grosso servido por esse elemento dinamizador de progresso, é sempre grato ter notícias de como andam as coisas em qualquer parte de onde nos venham luz e força”.⁴⁶²

“Impomo-nos o dever de acompanhar a marcha de sua instalação e dar ao povo informações a seu respeito”.⁴⁶³ Esta era a mensagem dada pelo jornal, literalmente como um alimento a ser servido para um estado, ou menos para seu grupo dirigente, que tinha fome de indústrias, considerado pelo periódico a pulsar no ritmo do irmão paulista “que sempre sabe o que quer, porque quer e quando quer”.⁴⁶⁴ Quase como uma batalha épica, as obras eram narradas com extrema intensidade:

O trabalho segue em marcha batida, 24 horas diárias, o que vale dizer que se labuta sem descanso na edificação da obra destinada a produzir força geradora de progresso e riqueza. Edificadas as residências para o pessoal, feito o desbravamento das matas adjacentes, atacou-se de rijo a obra monumental e passou-se ao trabalho de concreto. A luta se desenvolvia dia e noite. Refletores ao longo da pista clareiam os pontos principais de atuação dos operários, cruzando muitas vezes os seus raios com os dos tratores e das possantes Caterpillar, cujos motores não param nunca.⁴⁶⁵

Poderíamos estar muito bem nos referindo a algum trecho perdido de uma obra de Júlio Verne, onde entre ficção e realidade o homem alcança o desconhecido ou adentra épica

⁴⁶⁰ OESP, 20/06/2010.

⁴⁶¹ Correio do Estado, 15/10/1960, p. 02.

⁴⁶² Correio do Estado, 05/11/1960.

⁴⁶³ Correio do Estado, 27/12/1960.

⁴⁶⁴ Idem.

⁴⁶⁵ Idem.

batalha contra a natureza rumo ao centro da terra. A intensidade dos trabalhos era traduzida pelos periódicos em ritmo e grandeza do empreendimento, por vezes em tons diretos, como o destacado, em outras mais sutis, como em edição de junho de 1960 em que o Correio do Estado, ao noticiar o início das obras, publica conjuntamente notícia sobre barragem Hoover, nos Estados Unidos, aludindo como a grandeza desta contrastava com as possibilidades para seu espaço de construção.⁴⁶⁶

Também com o iniciar das obras, o próprio espaço três lagoense começa a ser mais frequentado por políticos e empresários, consequentemente transparecendo mais nos noticiários. Comícios do matogrossense Jânio Quadros à presidência da república, de Fernando Correa durante campanha e posterior a posse a Governador, dentre outros, são destacados pelo periodismo matogrossense e paulista ligados à própria realização das obras em Jupiá. Trazendo novamente o trinômio transporte, povoamento e energia, o prefeito de Campo Grande, Wilson Barbosa Martins, também ressaltava em discurso em solo três lagoense que “estaremos condenados à estagnação e à pobreza se não marcharmos celeremente em busca de amplos recursos de energia”, questão que seria alcançada com Urubupungá, que transformaria de cidades como Três Lagoas “não somente em grande cidade de Mato Grosso, mas no maior parque industrial do Oeste brasileiro”.⁴⁶⁷ Jupiá surge como palanque político por excelência.

Ao mesmo tempo devemos ressaltar que este aumento de publicações acompanha o momento em que o Estado de Mato Grosso ganha a representação de Demóstenes Martins à presidência da CELUSA. A pedido de Fernando Corrêa da Costa, sua indicação é recebida com estranheza pelo mesmo, como indicado em sua obra “A poeira da Jornada”, mas vista pelo periodismo como um importante passo na centralidade do estado em Urubupungá.⁴⁶⁸ Na interpretação de Héliú Rech sua integração à comissão foi puramente superficial e clientelista, demonstrando a pequena participação deste estado dentro do empreendimento.

Segundo consta em sua obra, devido sua função como advogado, coube acompanhar o processo de desapropriação dos terrenos na margem sul-mato-grossense. Segundo nota divulgada pelo Correio do Estado em março de 1961 a comissão notificou aos ocupantes dos terrenos desapropriados para que “abandonassem” os mesmos num prazo de trinta dias, fato que segundo o mesmo jornal não ocorreu até a data estipulada.⁴⁶⁹ Tal demora teria ocorrido pelo não acerto dos preços das terras, e, na ótica de Demóstenes Martins, representante da

⁴⁶⁶ Correio do Estado, 11/06/1960.

⁴⁶⁷ Correio do Estado, 18/05/1961, p. 3-4.

⁴⁶⁸ Brasil-Oeste, 03/1962; Correio do Estado, 07/01/1961.

⁴⁶⁹ Correio do Estado, 28/03/1961; 07/04/1961.

comissão, “era natural que a ambição dos proprietários ribeirinhos se aguçasse pleiteando preços altos pelas suas terras”, leitura que demonstra o teor dos embates travados.⁴⁷⁰ Segundo o autor, ocorria uma diferenciação nos preços das terras, visto que “enquanto as terras da margem esquerda do rio Paraná, pertencentes aos estados de São Paulo e Paraná, são magníficas, do mais elevado padrão do Brasil, as da margem direita, em Mato Grosso, apresentam um baixo PH. Daí a diversidade de preços separada pelo rio”.⁴⁷¹ O imbróglio teria sido resolvido definindo um preço médio entre o pedido pelos proprietários e o oferecido pela CELUSA.

Uma segunda questão permeava os periódicos a respeito da instalação do núcleo residencial da hidrelétrica de Jupia: a segurança. As narrativas que historicamente estabeleceram um espaço arraigado em memórias sobre o banditismo, não foram esquecidas. Pelo contrário, vão emaranhar-se nas narrativas construídas junto ao empreendimento, que se tornaria um dos pilares na/para transformação da imagem desse espaço, dessa região. Notícias sobre banditismo ou pistolagem eram correntes na imprensa sul mato-grossense. Apenas relatando algumas edições encontramos neste período matérias como “Por falta de policiamento impera em Corumbá o regime de Terror”, “O preço de uma vida”, “O sindicato da morte”, “Terra sem lei”, dentre outras.

Ao mesmo tempo, percebemos que gradualmente muitas matérias também buscavam demonstrar que o Estado progredia e que “hoje, Mato Grosso envereda para novos rumos. Diríamos que já está revogada a lei do 44”.⁴⁷² Em uma delas, assinada por J. Barbosa Rodrigues, descontente com a imagem que era projetada somente para Mato Grosso a respeito da violência, ressalta que resolveu analisar um periódico paulista do dia anterior: “ontem a noite perlustrei um dos mais conceituados diários vespertinos de São Paulo e fui tirando minhas conclusões”. Sem elencar de qual jornal se trata, o autor destaca ter encontrado quinze matérias que trazem diretamente nos títulos marca de crimes e violência em solo paulista. Buscando claramente demonstrar que não se tratava de um problema local, termina ressaltando que “depois ainda há quem diga que Mato Grosso é que é a terra do crime, de assassinatos e roubos”.⁴⁷³

Mas tal problema ainda preocupava. Em edição de junho de 1961, o Correio do Estado estampava “Falta de garantias policiais fez Mato Grosso perder conjunto residencial de Urubupungá”, onde destaca que possivelmente o futuro núcleo residencial hidrelétrico poderia

⁴⁷⁰ MARTINS, op. cit, p. 226.

⁴⁷¹ Idem.

⁴⁷² Correio do Estado, 14/09/1957.

⁴⁷³ Correio do Estado, 29/10/1957.

não se concretizar em terras matogrossenses “por nosso estado não oferecer garantias”.⁴⁷⁴ Mesmo buscando em outra nota divulgada neste mesmo mês ressaltar que o núcleo residencial estava em pleno andamento bem como as obras na hidrelétrica, o jornal admite que teve ampla repercussão tal notícia, a ponto de levantar indagações sobre a real segurança na região de Três Lagoas.⁴⁷⁵ Logo, o periodismo paulista trataria de complementar tal imagem.

Em reportagem de fevereiro de 1962 trazendo logo como matéria principal “Urubupungá: impulso decisivo”, a revista *Visão* realiza ampla cobertura sobre o futuro complexo hidrelétrico, tendo se dirigido a própria cidade de Três Lagoas para a realização da matéria, como aponta a revista. O que nos chama a atenção, de início, não é o reafirmar da grandiosidade do empreendimento, mas a nota que a introduz, logo na folha de rosto da edição. Na coluna “Para sua informação”, estampando a foto de um homem armado traz o seguinte relato:

O visitante que chegar à cidade matogrossense de Três lagoas, distante 7 km do local onde se construirá a usina de Jupia, primeira etapa do conjunto hidrelétrico Urubupunga (maior da América Latina) ouvirá logo uma história de jagunço ou o pipocar de um tiroteio. Apesar dos esforços das autoridades da região, um ‘sindicato da morte’ ainda opera na zona cobrando preços altos. A população já se habituou com a jagunçada e aceita os tiros e mortes como fatos rotineiros. Apenas, prudentemente, limita sua vida noturna ao cineminha local.⁴⁷⁶

Primeiramente, observa-se que a nota tem a funcionalidade de apresentar aquele espaço para os forasteiros, preparando-os para possíveis “fatos rotineiros” que ali ocorrem e que limitam a própria vida social da cidade. Ao mesmo tempo, tais imperativos não afetam a conexão do espaço com a grandiosidade do empreendimento (maior da América Latina), que contrasta com os perigos que o circunscrevem. Isso porque a revista irá estabelecer uma direta conexão entre a imagem que se tem e a que seria projetada posterior à construção da hidrelétrica. Ressaltando a preocupação das autoridades locais em relação a tais problemas, complementa a nota:

Quando as obras atingirem um estágio mais avançado, Urubupungá exercerá um papel benéfico no *saneamento do banditismo*. O maior número de autoridades constituídas e o afluxo de gente ordeira e trabalhadora contribuirão para diminuir o “banguê-banguê”. O aumento do número de empregos já conseguiu até converter algumas ovelhas negras, que preferiram trocar sua vida incerta pelo batente condignamente remunerado. E não

⁴⁷⁴ Correio do Estado, 09/06/1961.

⁴⁷⁵ Correio do Estado, 22/06/1961.

⁴⁷⁶ Revista *Visão*, 02/02/1962. Essa mesma matéria seria republicada pelo Correio do Estado em 07/02/1962.

tardará muito o dia em que as histórias de jagunços ficarão restritas aos serões familiares e às conversas de botequim, precedidas da introdução clássica: “Era uma vez, antes de Urubupungá...”.⁴⁷⁷

Percebemos que a publicação considera a instalação deste complexo como um “divisor de águas” na resolução dos problemas com o banditismo assim como da imagem desta região, considerando que as armas darão lugar aos empregos, que já estariam convertendo as “ovelhas negras” com o iniciar das obras. Logo, um tempo pretérito carregado de violência e banditismo daria lugar a um futuro promissor, projetado pelos avanços possibilitados por aquele empreendimento.

A foto que destacamos existente junto à matéria é de Antonio Joaquim de Aragão, conhecido como “Camisa de Couro”, famoso pistoleiro que teria morrido em tiroteio naquela cidade duas semanas antes desta reportagem. Conforme apontado por Beatriz de Castro Araújo, em seu estudo sobre o pistoleiro, a imprensa paulista contribuiu fortemente para consolidação de uma imagem de banditismo que atrelava todos os problemas locais a figuras como a de “Camisa de Couro”, encobrindo outras problemáticas que, de alguma forma, pudesse se relacionar às autoridades locais ou ao empreendimento em realização.⁴⁷⁸ Para a autora “forças se uniram para transformar ‘Camisa de Couro’ no ‘último dos pistoleiros’ que atuou por ali”, de forma a associar sua morte, ocorrida conjuntamente com o início das obras, como um marco de memória central de transformação advinda com o complexo de Urubupungá.⁴⁷⁹

E nessa própria edição a cidade já se desvela como importante centro articulador junto à realização do projeto, quando ressalta que “a CELUSA não espera muitos problemas com a arregimentação de mão-de-obra na região, não obstante ela se igualar, dentro em pouco, à metade da população da cidade mais próxima, Três Lagoas”.⁴⁸⁰ Assim, projeta automaticamente que com a ampliação da oferta de trabalho viriam a ocorrer melhorias nas condições de vida, visto que “desenha-se, pois, uma elevação do nível de vida das populações dessas regiões, com um aumento acentuado no consumo doméstico, urbano e rural”,⁴⁸¹ modificando a imagem de espaço permeado pela violência. A revista ainda publicaria mais

⁴⁷⁷ Idem, grifo nosso.

⁴⁷⁸ Muitas são as reportagens destacadas pela autora que revelam a intensidade como o periodismo paulista retratava a imagem desse espaço, trazendo títulos como “Sindicato da Morte I”, “Três Lagoas: cidade sem ladrões e sede dos matadores empreitados”, “Marcado para morrer líder dos pistoleiros”, “Camisa de Couro: uma lenda criminosa que acabou no sertão”, dentre outras.

⁴⁷⁹ ARAÚJO, Beatriz de Castro Sanches Azevedo. “*Camisa de Couro*” e a densa trama das relações de poder que envolvem a criação de suas imagens na cidade de Três Lagoas-MS-1959-1962. Dissertação. Mestrado em História. São Paulo, PUC. 2008, p. 80.

⁴⁸⁰ Revista Visão, 02/02/1962, p. 23.

⁴⁸¹ Idem, p. 20.

cinco matérias neste mesmo ano dedicadas à centralidade e a importância da obra, não deixando de realizar ampla cobertura dos contratos que iam sendo firmados e do crescimento da presença de figuras do político em Jupiá, considerado pela revista como fator positivo para imagem do local.⁴⁸²

No periodismo sul mato-grossense as transformações do espaço atreladas ao empreendimento também se revelavam. No mesmo mês em que a Visão trazia Urubupungá em destaque, a Brasil Oeste também o fazia, em ampla matéria, utilizando inclusive as mesmas fotos da edição paulista. Trazia em legenda “Energia elétrica: Urubupungá obra de gigantes” cuja foto ao fundo contrastava duas imagens: a obra no rio Paraná sobreposta ao mapa nacional, onde Urubupungá representava o epicentro de todo o território, como se representasse um “pulso” a emanar daquele empreendimento. Observamos que nesta matéria é dada maior centralidade aos aspectos locais, como melhoramento da via férrea e rodoviária local e pela primeira vez estampa uma foto da Vila Piloto em terras matogrossenses, ressaltando como está provida de toda uma estrutura: escola, banco, hotéis, campo de pouso, cinema, enfim, reafirmando com isto a independência e a funcionalidade deste núcleo habitacional para além da produção energética.⁴⁸³ Logo, ineditismo a grandiosidade e excelência eram adjetivos atribuídos ao complexo, que encontrava nos periódicos uma engrenagem de promoção e ampliação de uma nova imagem para o interior do Brasil.

Como podemos visualizar na reportagem abaixo, também da revista Brasil-Oeste de maio de 1962, o tom de otimismo e nacionalismo transbordam de suas páginas, o que demonstra como a imprensa colocou-se como elemento porta-voz das transformações ocorridas, inserindo-se diretamente em uma espécie de luta pela modernização ante um caráter de atraso ou subdesenvolvimento que poderiam ofuscar a imagem de tais regiões. E como o próprio título pontua, Urubupungá seria a primeira etapa do grande desenvolvimento.

⁴⁸² São elas: “400 bilhões só pra começar” - 09/02/1962, “Centro-sul quer integração” - 23/02/1962, “Três Lagoas quer ter vez” - 16/03/1962, “Mato Grosso precisa de energia” - 08/06/1962, “Italianos em Jupiá” - 30/11/1962.

⁴⁸³ Brasil-Oeste, 02/1962.

IMAGEM 07 -



Propaganda do Complexo Hidrelétrico e desenvolvimento social.

Fonte: revista Brasil-Oeste, 1962.

Qualquer movimento referente ao progredir das obras do complexo era publicado pelos periódicos: reuniões, balanços de gastos, visitas de embaixadores, presidentes, governadores, diplomatas, enfim, reafirmar por meio de tais presenças que “Urubupungá transcende, pela magnitude que reflete, uma das maiores obras que se realizam no mundo em prol da recuperação de regiões subdesenvolvidas, pelo bem estar de avultada parcela da humanidade”.⁴⁸⁴ Percebe-se que uma sensação de pertencimento era projetada pelos jornais e revistas, complementada pela força da propaganda que, além de ampliar tal ideia, atrelava marcas e empresas ao complexo em realização, como no caso abaixo.

⁴⁸⁴ Correio do Estado, 13/03/1962.

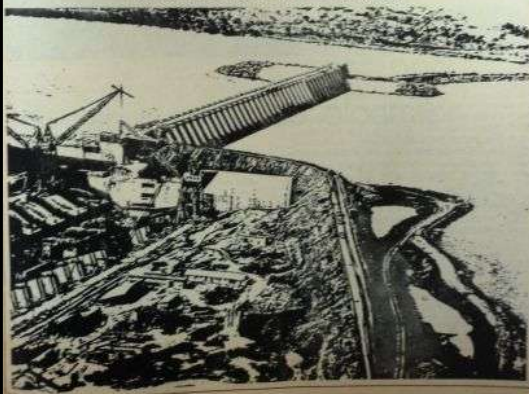
IMAGEM 08 -

**uma obra
com 45 milhões
de donos**



Toda a população de região centro-sul, será beneficiada com a construção pelas Centrais Elétricas de Urubupungá S. A. - Celusa, da Usina Jupiá, cuja primeira etapa de vulto foi concluída recentemente, com o desvio do curso de Rio Paraná. Hoje, como o rio através dos vãos onde estão instaladas 37 toneladas de aço de fundação fornecidas pela Mecânica Pesada S. A. Como brasileiros e como fornecedores da Celusa, orgulhamo-nos de contribuir para o rápido andamento desta obra, entregando os materiais com antecipação de 15 meses.

MECÂNICA PESADA S.A.
Rua General Jardim, 703 - 3. - Tel.: 34-4734, 32-9543



Urubupungá acumula reservas de energia para o progresso

Marco importantíssimo no desenvolvimento nacional, Urubupungá concentra em sua edificação os esforços de milhares de brasileiros. E já no trabalho preliminar da terraplenagem, os construtores da grande represa contam com a assistência técnica da Esso Brasileira de Petróleo. Ministrando cursos de aperfeiçoamento técnico, a equipe especializada da Esso permite as mais eficientes condições de trabalho, acelerando o ritmo da produção.



Lubrificação racional

Idealizada pelos técnicos da Esso, esse sistema teve o seu emprego na construção da gigantesca Hidrelétrica de 3 Marias com excelentes resultados. Para as 343 máquinas que ativaram aquele empreendimento, apenas 20 tipos de lubrificantes foram utilizados!



Rio-Bahia abre caminho para a circulação da riqueza

Abrreviando o tempo e encurtando a distância, a "rodovia de integração nacional" contou também com a presença ativa da Esso Brasileira de Petróleo. Prestando assistência técnica, abastecendo e lubrificando máquinas, a Esso orgulha-se de ter contribuído para a abertura desse novo caminho, tão necessário à circulação das riquezas nacionais.



Para qualquer informação técnica relativa à lubrificação de máquinas e motores, a Esso se coloca permanentemente à sua disposição.

Rio de Janeiro — Av. Pádua Vargas, 400 - Fone: 32-6100
São Paulo — Rua Pedro Assis, 68 - Fone: 32-7181
Belo Horizonte — Av. Marechal Deodoro, 125 - Fone: 42010

 **Qualidade e versatilidade a serviço da Indústria Brasileira**

Divulgação do Complexo Hidrelétrico Urubupungá

Compreendemos por essas questões que, como ressalta Heloísa Cardoso, a partir do momento que determinados projetos são articulados como aspirações de toda uma sociedade, dentro de um contexto, estamos presenciando a (re) elaboração de uma memória, ou de marcos que articulam fatos, feitos e neste caso, projetos, a um quadro mais amplo de questões, como o desenvolvimentismo, o progresso e a busca de bem-estar social, que pelas páginas revisteiras projetam-se como aspirações coletivas. Novamente, como já pontuado neste trabalho, não estamos questionando a importância ou a necessidade da produção elétrica, mas indagando como ela permeou determinados grupos e interesses e se consolidou como um elemento central para o desenvolvimento nacional, adentrando os quadros da memória, neste caso, sob os auspícios deste complexo hidrelétrico.

Se Urubupungá representava o progresso na projeção dos periódicos, sua ausência traria o desespero. Um destes periódicos afirmava o que ocorreria sem o mesmo:

Estudos previam que, sem a construção urgente de hidrelétricas, no ano de 70 estourariam todos os limites de tolerância no fornecimento de energia, e a região se veria mergulhada na mais séria crise de sua história. Fábricas seriam obrigadas a fechar, outras nem sequer poderiam ser abertas, nos lares, aparelhos eletrodomésticos e de entretenimento permaneceriam desligados e

as noites seriam passadas em escuridão. A região ficaria estagnada e a crise de energia sucederiam crises econômicas e sociais de reflexos perigosíssimos.⁴⁸⁵

Mas para todos os males, há a solução. E a própria revista que prenuncia o futuro nebuloso traz o remédio para tal projeção:

Urubupungá, porém, impedirá que a crise sequer tenha continuação (...) Urubupungá, completo auxiliará o progresso de toda a população do Estado do Paraná, de 93% da população de São Paulo, 45,1% de Mato Grosso, 43% de Goiás e 9,3% da população de Minas Gerais, atingindo também Santa Catarina. Beneficiará, ao todo, 30 milhões de pessoas. Urubupungá não será apenas uma grande hidrelétrica. Seu significado econômico e social transcende a própria obra física e projeta-se como fator de impulso ao desenvolvimento de todo o país.⁴⁸⁶

Urubupungá também foi aos cinemas. Em edição do Correio do Estado em abril de 1962 divulgava o jornal com destaque a exibição do documentário “Constroem-se 3 milhões de kW”, sobre a história de Urubupungá, em que se apresentavam os caminhos de realização do projeto e a centralidade de figuras como Fernando Corrêa da Costa e Carvalho Pinto, que como Governadores dos estados de Mato Grosso e São Paulo “mereceram prolongados aplausos quando apareceram no excelente documentário”.⁴⁸⁷ A produção de um documentário, ainda no momento inicial das obras, assim como sua própria divulgação nos cinemas e no periódico exercem a função de fortalecimento de sua presença, de sua importância dentro daquele momento histórico. Pela reportagem fica claro como a imprensa e a própria produção da película, para além de promover o empreendimento, que ainda se encontrava em seu início, mas já possuía uma “história”, carregam consigo a intenção de divulgar o próprio planejamento governamental, no sentido de convencimento de que as políticas e ações adotadas expressam a própria vontade nacional.

Assim, a imagem que se perpetua até esse momento é da busca e conquista de um espaço permeado pelo potencial ainda não explorado e que, com a produção energética em Urubupungá uma série de possibilidades se ampliariam, para além da própria energia. Indo além, para a revista Visão os imperativos alcançados com o projeto para alguns estados, como Mato Grosso, o colocaram em evidência, ressaltando por isso mesmo que “Mato Grosso não é mais uma ilha”.⁴⁸⁸ Por esta importância, mesmo com ampla divulgação realizada pelos

⁴⁸⁵ Brasil-Oeste, 06/1963, p. 19.

⁴⁸⁶ Idem, p. 19-20.

⁴⁸⁷ Correio do Estado, 18/04/1962.

⁴⁸⁸ Revista Visão, 25/01/1963.

periódicos, como visto até o momento, alguns considerariam que sua devida dimensão ainda não o era alcançada e a própria CIBPU ainda não possuía a merecida atenção, como apontado pela revista Visão.⁴⁸⁹ Em nossa interpretação o que ocorreu não foi uma pequena divulgação da comissão por parte do periodismo, visto que esta ocorreu, mas uma maior centralidade nos caminhos do complexo hidrelétrico de Urubupungá parte por ser considerado, inclusive pela própria comissão, como pilar para outras ações, o que ampliou sua representação sob outras esferas políticas, sociais e econômicas. Como exemplo, a própria matéria da revista que ressalta tal ponto traz como primeira página as corredeiras de Urubupungá e em matéria intitulada “Rumo à integração Centro Sul”, fazendo uma alusão direta aos membros da CIBPU, traz como centro da reportagem dados e fotos do complexo hidrelétrico.

Se ainda no início das obras sua centralidade era tamanha, sua continuidade se atrelaria ao advento de um novo momento nacional, que ampliaria os próprios horizontes de seu potencial, pois se fazendo importante para o regime, logo seria também para a imprensa.

3.2 DE CASTELO A MÉDICI: A URUBUPUNGÁ DO BRASIL POTÊNCIA

Os anos que se seguem a partir de 1964 marcariam o cerceamento de uma ordem democrática para dar posto, nas palavras de Caio Navarro de Toledo, a uma nova ordem político-institucional com características militarizadas.⁴⁹⁰ Era o Regime Militar.

Como já destacado em bibliografia,⁴⁹¹ alicerçadas no binômio “desenvolvimento e segurança” se fortaleceram as relações com o capital estrangeiro na busca de estabilização econômica, empregando-se uma “modernização conservadora” que possibilitasse estimular o crescimento de setores estratégicos promovendo a ampliação de bens duráveis de consumo. Tendo a produção energética como essencial para tais realizações, os caminhos que permearam a criação e realização do Complexo Hidrelétrico Urubupungá, apontados até o momento, encontrariam na instauração do regime totais condições para fortalecer suas bases e projeções. Muito além, encontraram nesse contexto as estratégias de desenvolvimento,

⁴⁸⁹ Revista Visão, 15/11/1963.

⁴⁹⁰ TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 1964*. 15ª. São Paulo, Brasiliense, 1993.

⁴⁹¹ Podemos destacar trabalhos como: D'ARAUJO, Maria Celina et alii (org.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes. 1981; NOVAIS, Fernando A. & MELLO, João Manuel Cardoso de. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. In: *História da vida privada no Brasil*. Vol. 4. São Paulo: Cia da Letras, 1998.

parafraseando Octávio Ianni, capazes de ampliar sua organização e atrelar seus caminhos aos próprios demarcados pelos interesses do regime em vigor.⁴⁹²

Como destacamos no capítulo anterior, o modelo adotado a partir de 1964 não representou uma ruptura nos cronogramas e ações já em andamento na construção do complexo hidrelétrico, principalmente em sua primeira fase, Jupiá, mas influenciou na reorganização de algumas medidas afinadas com os interesses do regime, tais como nos caminhos de consolidação da CESP, em 1966 e na tomada de decisões para estabelecimento de Ilha Solteira como cidade definitiva. Adentrava, cada vez mais, a inserção destes espaços à lógica de ocupação do interior do país, industrializar e integrar o desenvolvimento no interior do Brasil.

A presença dos periódicos aqui analisados, de certa forma, influi nos caminhos do regime instaurado. Como destaca Maria Aparecida de Aquino, apesar de muitos sofrerem posteriormente os ditames da censura e autoritarismo, como o OESP, sua grande parte apoiou o golpe, pois encarou o processo como viva aspiração nacional e fundamental para ampliação de nosso desenvolvimento, contribuindo assim com a tomada do regime. Logo, a continuidade do projeto hidrelétrico e a maior centralidade dada pelo regime afinavam-se com as perspectivas dos periódicos que, segundo a autora “não discordava em profundidade do modelo econômico concentrador de renda, baseado no endividamento externo e nos privilégios das multinacionais e em uma política de debelamento da inflação fundamentada no arrocho salarial”.⁴⁹³

“Começou então, para nosso país, esse período de honesta e devotada reabilitação nacional”, ressaltava o Correio do Estado, fazendo um balanço dos cinco primeiros anos do regime.⁴⁹⁴ Quase como um movimento pendular, os periódicos expressariam manifestações de apoio e, outras mais reticentes ao regime, a “dança dos atos”, como destacou a revista Visão, mas nada que diminuísse os imperativos sobre os caminhos do setor energético.⁴⁹⁵ Ao contrário, a produção energética seria um dos pilares para a continuidade do crescimento nacional. A própria Visão destaca isto em reportagem de primeira página, “Caminhos do desenvolvimento” em que considera “a dependência generalizada do parque industrial em

⁴⁹² IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930-1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

⁴⁹³ AQUINO, op. cit., p. 73.

⁴⁹⁴ Correio do Estado, 31/3/69, p. 03.

⁴⁹⁵ Muitas seriam as matérias em destaque sobre a tomada de poder em 1964: “Brasil de pé pela liberdade”, “Apoio maciço da câmara de Campo Grande a Castelo Branco”, “Ruralistas mineiros manifestam confiança no governo militar” (Correio do Estado), “A hora da adesão popular” (Revista Visao), dentre outros.

relação à produção de petróleo, da energia e do aço faz com que o crescimento desta produção se estabeleça como fator condicionante de toda expansão econômica do país”.⁴⁹⁶

Assim, a continuidade do projeto durante o regime militar seria considerada central para suas aspirações que, desde os moldes de pensamento iniciado na década de 1950, com a Doutrina de Segurança Nacional, o levaram ao status de carro chefe do desenvolvimento nacional, tornando-se prioridade nas intervenções governamentais para sua realização. Os periódicos assim, como canais de expressão também dariam continuidade a suas visões de progresso ante o empreendimento, influenciando na imagem e projeção de ambos; regime e projeto.

Logo, a cobertura durante o período destacaria principalmente três fatores: o início da segunda etapa do empreendimento, com as obras em Ilha Solteira, a ida de todos os presidentes militares ao canteiro de obras, em diversas ocasiões, e o acionamento dos primeiros geradores em Jupia, em 1969. Tais fatores não anulariam a representatividade que sua primeira etapa abarcava, pois Jupia continuava sendo para o periodismo a condição de desenvolvimento para aquele espaço e para a continuidade das obras.

Isto fica evidente na grandeza que a ele é atribuída. Em extensa matéria intitulada “Jupia gasta por mês o que Rio Grande do Norte gasta num ano” o Correio do Estado já por seu título dá o tom do peso da obra, ressaltando que “o projeto da usina de Jupia custa mensalmente a CELUSA cerca de Cr\$ 3 bilhões, importância igual a previsão orçamentária do Estado do Rio Grande do Norte para 1964, contando a obra com 4.800 operários trabalhando 20 horas diárias”.⁴⁹⁷ Sua magnitude, além do frenético ritmo de trabalho destacado (20 horas diárias) é complementada ressaltando a existência de um complexo industrial quase autossuficiente para suas necessidades, que possibilitou construir as 41 comportas e uma linha de transmissão 440 kW “a mais alta tensão de transmissão do Brasil”. Criará lagos “cujas superfícies totais serão superiores a 1.500 km²” e sua eclusa possibilitará tráfego fluvial “três vezes a Rodovia Presidente Dutra”, possibilitando localmente criar o que o jornal denomina de “indústria do peixe” e com isto “o melhoramento das condições alimentares da população local”. Tantos imperativos são apontados ainda como benéficos para resolver o possível problema de “desemprego estrutural” que pode ocorrer após sua construção. E por fim, mas não menos importante, a hidrelétrica produzirá ampla produção energética.

Mais do que apenas informar o peso dado à obra tem a função de demonstrar sua importância e a diversificação para além da produção energética, isto porque a imprensa faz

⁴⁹⁶ Revista Visão, 16/04/1965, p. 21.

⁴⁹⁷ Correio do Estado, 31/12/1964, p. 11.

questão de frisar que “a paisagem regional está totalmente modificada e apresenta aspectos demarcantes de progresso”, como ressalta a *Brasil-Oeste*,⁴⁹⁸ referindo-se às novas possibilidades de indústrias na região e o potencial turístico, que começa a se destacar nos periódicos. Como exemplo, temos o destaque dado a visita do embaixador norte americano Lincoln Gordon às obras, em junho de 1964, que se mostrou interessado pelo potencial do complexo hidrelétrico.⁴⁹⁹



FOTO 23: Embaixador norte-americano Lincoln Gordon (à direita) em Três Lagoas/MT-1964.

Fonte: NARA, *Record Group-142*. Atlanta/GE.

Em 1965 seria criado o “Clube de Caça e Pesca Paranazão”, justamente pela decorrente construção hidrelétrica, pois tendo a funcionalidade de “elevar o espírito dos funcionários da magistral Urubupungá necessário se torna a instalação de clubes que congregam em ambiente social e esportivo”.⁵⁰⁰ Tal prática seria também adotada no estabelecimento de Ilha Solteira com a construção de clubes recreativos, mas divididos de acordo com as categorias de trabalhadores. Cada vez mais Três Lagoas se reafirmava como “porta de entrada para o interior do Brasil”, como divulgado pelo *Correio do Estado*.⁵⁰¹ Hoje, para quem atravessa o rio Paraná, em Jupiá, em direção a Mato Grosso do Sul encontrará o mesmo anúncio às portas da cidade.

Ainda em 1964, o início da construção das linhas de transmissão Jupiá-Campo Grande reafirma tais tendências de integração territorial. Solenidade realizada na cidade sul-mato-

⁴⁹⁸ *Brasil-Oeste*, 08/1964, p. 39.

⁴⁹⁹ *Brasil-Oeste*, 06/1964.

⁵⁰⁰ *Correio do Estado*, 18/08/1965, p. 03.

⁵⁰¹ *Correio do Estado*, 15/4/1963.

grossense, sob a presença dos membros da CELUSA e governadores estaduais, sua ligação estaria, segundo os jornais “permitindo a transmissão econômica e o fornecimento de energia elétrica em qualquer ponto situado dentro de um círculo de 600 km de raio, tendo Jupiá como epicentro”.⁵⁰² A ideia de “transmissão econômica” distinta do fornecimento elétrico projeta-se, tanto nas matérias da Brasil-Oeste quanto do Correio do Estado, no sentido de integração deste espaço para além de Jupiá, mas com o Estado de São Paulo. O próprio título da matéria “Adhemar de Barros concretiza aspirações dos matogrossenses” nos convida a entender que “rejubila-se o Estado de São Paulo em *vir trazer aos matogrossenses* este marco, que significa praticamente imprescindível fator de progresso”.⁵⁰³ Como no passado em que os trilhos férreos se fizeram interpretar como a integração do sul de Mato Grosso com os paulistas, agora as linhas de transmissão são articuladas como tal continuidade, pois estão buscando, como salienta o jornal, “o deslocamento das indústrias paulistas para às margens do rio Paraná, voltando assim as costas para o mar”.⁵⁰⁴

Ainda no mesmo ano o complexo hidrelétrico seria primeira página novamente da Brasil-Oeste, em reportagem que endossa as questões acima. Reforça a ideia de que para além de oferecer energia elétrica ao que novamente denomina de “região de Urubupungá”⁵⁰⁵, o complexo fará deste espaço o centro das transformações na fronteira entre sul de Mato Grosso e noroeste de São Paulo. Segundo a revista tudo, da paisagem geográfica passando pelos aspectos socioeconômicos, nada escapará de seu destino histórico. Sabemos claramente que tal imagem está intimamente atrelada aos próprios propósitos da revista, em divulgar as potencialidades e possibilidades do interior do país. Por isso mesmo, junto à matéria sobre o complexo hidrelétrico traz minuciosas informações sobre as cidades da região, seus aspectos demográficos, naturais e territoriais. Logo, clama que, por esses motivos, tendo a abundância da energia elétrica como carro chefe “é chegado o momento, portanto, de os círculos financeiros e econômicos concentrarem a suas atenções para a região de Urubupungá”.⁵⁰⁶

Logo, a presença dos governos militares se faria presente neste espaço. Antes mesmo de sua presença física, a atuação do regime era projetada como influência na intensificação do próprio ritmo das obras, que era atribuído aos caminhos do regime militar e a um “ano de

⁵⁰² Brasil-Oeste, 02/1964, p. 24, grifo nosso.

⁵⁰³ Idem, p. 23, grifo nosso.

⁵⁰⁴ Correio do Estado, 24 e 25/02/1964, p. 02.

⁵⁰⁵ Interessante observar que nesta reportagem a revista justifica seu entendimento por “região de Urubupungá”: “É aquela diretamente beneficiada pela construção da Usina Hidrelétrica de Urubupungá, Sua delimitação precisa é bem difícil (...). Atualmente abrange três Estados: São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais”, trazendo um total de 14 municípios abarcados, num total de 57.000 Km². Brasil-Oeste, 10/1964, p. 30.

⁵⁰⁶ Idem, p. 22.

ordem para o progresso”, como ressalta a revista *Visão*.⁵⁰⁷ Tal imagem contava com a forte relação entre o setor de propaganda da CELUSA/CESP e a imprensa. Como exemplo, temos a publicação de volante intitulado “Sobre o rio Paraná constrói-se um futuro melhor para você”, feito pela CELUSA e que foi distribuído pelo Jornal Correio do Estado e pela Brasil-Oeste entre 1964 e 1966. Assinalando a ampla repercussão que o mesmo teve em solo matogrossense ressaltava que por meio de seu conteúdo, que apresentaremos no próximo capítulo, pela riqueza do mesmo, “o povo matogrossense pode antever, dessa forma, a grandeza da obra que está sendo construída” que era articulada pelos jornais “como a resposta aos incrédulos e pessimistas”. Atrelada à imagem do regime salientava: “Isto é Urubupungá: obra de redenção nacional”.⁵⁰⁸

Trazendo novamente a obra de Enzo Silveira, assim é descrito o momento:

A impressionante grandiosidade do empreendimento hidrelétrico de Urubupungá-Jupia-Ilha Solteira, não deixou de merecer o decidido apoio da parte de todos os chefes do governo federal, notadamente, de modo acentuado, dos três últimos Presidentes, indicados à Nação pelas nossas Forças Armadas, que com o povo brasileiro, fizeram a Revolução de 31 de Março, que não só salvou o regime democrático, como inaugurou um verdadeiro período histórico de restauração da vida nacional, o que vale dizer, que o Brasil achou, enfim, encontrou o seu verdadeiro caminho, livre das ameaças dos extremismos”.⁵⁰⁹

O Marechal Castelo Branco seria o primeiro a visitar as obras de Urubupungá. Sua presença, ocorrida em 03 de abril de 1966, marcou as solenidades de inauguração das obras em Ilha Solteira, com o acionamento dos dispositivos explosivos para construção da ensecadeira. Contando com ampla cobertura da imprensa, às 11 horas e 12 minutos assistíamos não somente ao início a mais uma etapa de Urubupungá, mas pelas lentes da imprensa ao desvelar de um novo Brasil.

Mais do que o destaque para a quantidade de um milhão e setecentos mil quilos de dinamite utilizados, equivalentes ao potencial de uma bomba atômica, segundo os jornais, foi ressaltada a importância técnica e política deste momento. Política em vários sentidos. Primeiramente, pelo fato do não comparecimento na solenidade do Governador de São Paulo, Adhemar de Barros, opositor ao regime, destacado com um dos elementos que contribuíram com sua cassação, meses depois. Somado a isto, foi de grande repercussão o montante de

⁵⁰⁷ Revista *Visão*, 26/03/1965.

⁵⁰⁸ *Correio do Estado*, 14/08/1964, p. 03 e *Brasil-Oeste*, 08/1965, p. 8-9.

⁵⁰⁹ SILVEIRA, op. cit, p. 255.

empréstimos realizados pelo governo junto a grupos estrangeiros, por meio de um consórcio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD e um grupo de empresas da Suíça, Japão, Alemanha, Espanha e Itália, que somariam mais de 600 milhões de dólares.⁵¹⁰ Isso demonstra como o andamento das obras em Urubupungá estaria afinado com as bases que marcariam o regime: grandes obras, grandes empréstimos.

Outro fato político destacado-se nesta ocasião. Segundo divulgado, um estranho encontro realizou-se em Três Lagoas entre o presidente e o general Amaury Kruel que, em meio ao almoço de confraternização com todos os presentes levantou-se e “caminhando para o *flamboyant* a uns cem metros de distância, a cuja sombra iniciou então a conversa assistida de longe por todos”, que em meio a gestos e expressões, durante vinte minutos, parecia uma tentativa de convencimento do presidente para o general e que ao fim “tinha-se a impressão de que ele se rendera à argumentação do presidente”.⁵¹¹ Segundo outras fontes, como apontadas pelo OESP esta conversa teria extinguido por vez as possibilidades de o general buscar uma candidatura à presidência da república.⁵¹²

Em relação à parte técnica a solenidade marcou a continuidade dos trabalhos da empresa Camargo Corrêa S.A nas obras. A empresa, que já havia participado em Jupiá, como já destacado no capítulo anterior, demarca o fortalecimento destas empreiteiras bem como o crescimento e a promoção da engenharia nacional. E Urubupungá seria um dos principais modelos para sua afirmação. Os trabalhos realizados pela Themag, o apoio de espaços como o IPT e a própria Camargo Corrêa eram entendidos pelos jornais como afirmação de que o “Brasil já pode produzir usinas hidrelétricas”. Segundo a matéria “recente levantamento realizado junto a engenheiros, técnicos e industriais revela que o Brasil está plenamente capacitado a construir usinas hidrelétricas, desde os estudos preliminares até as linhas de transmissão”, opinião também difundida pela Visão e Correio do Estado.⁵¹³ Claramente, como demonstra Gival Froelich em seu trabalho, muitos são os percalços e desentendimentos que se estabeleceram para a consolidação destes grupos, mas que tiveram participação decisiva no empreendimento.

Mas ainda sim, essa é a memória que foi estabelecida entre os caminhos da engenharia nacional e o complexo de Urubupungá, com ajuda dos periódicos e das próprias memórias daqueles envolvidos. Como exemplo, Wilson Quintella estabelece em suas memórias como o

⁵¹⁰ OESP, 05/04/1966, p. 08, 29/11/1966; Revista Visão, 4/04/1966; 15/04/1966, p. 32.

⁵¹¹ Revista Visão, 15/4/1966, p. 32.

⁵¹² OESP, 5/04/1966.

⁵¹³ OESP, 19/12/1965, p. 34. Revista Visão, 24/03/1967.

complexo e a empreiteira se fundem numa história de grandeza, em que tal status foi conquistado a partir das experiências que foram necessárias para construção de Jupiá-Ilha Solteira. Quase como um “causo”, compara o processo com o de um cavaleiro que nunca montou e do cavalo que nunca foi montado, dizendo que nessa construção “a situação era inédita tanto para os dirigentes do governo paulista quanto para nós, dirigentes, nossos engenheiros e operários”.⁵¹⁴

Alguns acirramentos também seriam reportados nos periódicos. A revista *Visão* chegaria a acusar a existência de certos privilégios estabelecidos entre a empresa consultora, Themag e a empreiteira principal, Camargo Corrêa na condução dos projetos e licitações. Porém, em entrevista publicada no trabalho de Froelich, Milton Vargas, um dos fundadores da Themag diz tratar-se de um “boato” difundido por Henry Maksoud, que era proprietário da Hidroservice, empresa também atuante nesta área. Pode-se destacar que o próprio citado tornar-se-ia proprietário, em 1974, da revista *Visão*, a qual difundiu tal possibilidade.⁵¹⁵

O arrojo e a ousadia marcavam assim a divulgação do empreendimento, constantemente lembrada como “o maior aproveitamento hidrelétrico do Hemisfério ocidental”, buscando sempre demonstrar o caráter desenvolvimentista do regime, fazendo até mesmo direto contraponto ao governo JK. Logo, tão quanto outros momentos degustaram do arrojo e do desenvolvimento nacional, considerava o regime como parte fundante deste processo. Como ressaltado por periódicos como OESP “com o início das obras de Ilha Solteira, o marechal Castelo Branco traz mais uma prova de que nenhum governo que o precedeu pode ter o monopólio do desenvolvimentismo”, trazendo assim Urubupungá como uma das marcas do próprio regime militar.⁵¹⁶ Por isso mesmo, em muitas matérias, o complexo era comparado a própria construção de Brasília:

Na verdade existe algo de semelhante entre Urubupungá e Brasília: o arrojo da concepção e o sacrifício da construção de uma obra monumental, que une de alto a baixo, num mesmo esforço e ideal todos aqueles que se dedicam à tarefa de implantar um marco da civilização no centro de uma região então abandonada ou mal aproveitada.⁵¹⁷

Assim como em Brasília, um caráter de exploração e ocupação de uma região interiorana era atribuído ao empreendimento, dando também destaque ao intenso ritmo de

⁵¹⁴ QUINTELLA, 2008, p. 220.

⁵¹⁵ Maksoud chegou a publicar alguns trabalhos sobre plurais possibilidades de desenvolvimento energético pelo país. Ver: MAKSOUD, Henry. Hidrologia e possibilidades hidrenergéticas da bacia do Rio de Contas, na Bahia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1964.

⁵¹⁶ OESP, 05/4/1966, p. 03.

⁵¹⁷ Revista *Visão*, 23/12/1966, p. 37.

trabalho em ambos os casos, o que seria muito explorado pelos periódicos como façanhas do regime militar. Como visualizado nas fontes ao longo do segundo capítulo, o ritmo de trabalho, 7 dias, 24 horas, e 30 dias/mês era a toada do empreendimento, principalmente em Ilha Solteira. E as matérias publicadas buscavam constantemente atualizar isto: “Jupiá pronta em 18 meses”, “ 5 mil homens empenhados nas obras de Urubupungá”, “A produção da CELUSA em 1966 ultrapassará 1 milhão de kW”, “Usina de Jupiá, a terceira do mundo”, dentre outras.⁵¹⁸

O governo de Castelo Branco ainda seria reportado pela criação das Centrais Elétricas de São Paulo, CESP, em dezembro de 1966. Sua criação foi vista por grande parte desses periódicos como benéfica, necessária e à altura do grande empreendimento energético realizado no rio Paraná. Segundo o OESP era necessário porque “era evidente que as companhias concessionárias de serviço de energia elétrica não acompanhavam o ritmo de crescimento”, benéfica porque evitaria “ a dispersão de recursos por diversos empreendimentos simultâneos” e a altura por “fixar uma programação única e racional para indústria estatal de energia”.⁵¹⁹ O que podemos traduzir em maior controle e centralidade e um único núcleo e aparelho diretor, que seria como ressalta Antônio Carlos Nova, ocupado por altos cargos do próprio regime militar.

Tal estratégia é reafirmada por Pedro Campos quando ressalta que as companhias buscavam “aliciar” oficiais para ocupar determinados cargos, muitas vezes ocupantes de altos postos, com o intuito de “obter facilidades com a administração e garantir a proximidade com agências e figuras da sociedade política, o que poderia render frutos para a empresa”.⁵²⁰

Logo, os números de capital, produção e demanda do órgão também se tornariam estampa de “um Brasil que dá certo” na esteira do Brasil-Potência que o regime militar estaria criando, fortalecido com a ampliação do parque energético que estados como São Paulo e Minas já buscavam antes mesmo do regime instaurado. Para cada notícia sobre as dificuldades orçamentárias que a indústria estaria passando ou ameaça de falta de energia, os recursos e potencial da CESP eram chamados. Em reportagem da Visão, trazendo a própria CESP em primeira página junto da figura de seu presidente, Lucas Nogueira Garcez, indica que para evitar novamente a ameaça de crise “a CESP aplicará em 1968 nada menos que 523

⁵¹⁸ OESP, 20/11/1966; Correio do Estado-12/01/1965.

⁵¹⁹ OESP, 23/10/1966, p. 33.

⁵²⁰ CAMPOS, P. Op. cit, p. 347.

milhões de cruzeiros novos, importância superior aos investimentos totais da própria Eletrobrás neste mesmo ano”.⁵²¹

Crise, para os jornais, poderia até ocorrer, mas não chegavam aos canteiros de obras. Segundo matéria publicada pela Visão, os jornalistas nacionais e estrangeiros ali desembarcavam (o francês *Le Monde* por diversas vezes lá esteve) para acompanhar as obras descreviam que:

O Brasil se apresentava mais uma vez como país de contrastes: enquanto nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio só se falava em crise financeira e em falências e concordatas, lá na *hinterland*, na planície sem fim do Oeste paulista e Sul de Mato Grosso, milhares de homens, administradores, técnicos, engenheiros e operários trabalhavam com entusiasmo de verdadeiros pioneiros.⁵²²

Assim, para além da produção energética, o ideal construído a partir deste empreendimento projetava toda uma estrutura que buscasse transformar aquela imagem que tanto o extremo oeste do Estado de São Paulo quanto o Sul de Mato Grosso possuíam, de um “sertão a ser explorado”. Segundo documentação da CESP, desenvolvia-se o aproveitamento dos recursos naturais do rio Paraná, “dentro de um plano harmonioso, cuja finalidade era mais a de promover o bem estar econômico da região, do que sua própria exploração energética”.⁵²³ Porém, não deixam de destacar a magnificência da obra e suas perspectivas de ganho para o Estado de São Paulo, ao ressaltar o empenho e a vocação que este desempenha para a nação, visto como um orientador e esclarecedor dos caminhos nacionais.

O fechamento do período de Castelo Branco na presidência assim seria resumido pelos jornais: “na partida missão foi cumprida”.⁵²⁴ Segundo os jornais, Castelo conseguira por meio da ordem e segurança impor a filosofia do governo de mudança de atitudes e modernização institucional contra o que chamavam de “impasses” que haviam se estabelecido no país. Segundo a fala de Octávio Marcondes Ferraz, em reportagem da revista Visão, “o governo Castelo Branco, pela primeira vez no país, estabeleceu uma política energética fundada em sadios princípios econômicos, administrativos e técnicos. Não há exagero em dizer que houve um verdadeiro renascimento”.⁵²⁵ Teria conseguido, em relação ao complexo hidrelétrico, além de dar continuidade ao cronograma pré-estabelecido, ampliar suas possibilidades, alicerçadas na expansão do capital externo por meio dos empréstimos

⁵²¹ Revista Visão, 16/02/1968, p. 33.

⁵²² Revista Visão, 23/12/1966, p. 37.

⁵²³ Cartilha CESP. Urubupungá: um pouco de sua história, 1968, p. 02. Núcleo de Documentação Histórica-UFMS, campus de Três Lagoas-MS.

⁵²⁴ Revista Visão, 24/03/1967.

⁵²⁵ Idem, p. 80.

realizados. Assim o próprio Castelo resume sua saída: “entrego ao meu sucessor um país organizado, cheio de opções, e não como o recebi, atado a problemas inadiáveis e dificilmente transferíveis”.⁵²⁶

O Marechal Arthur da Costa e Silva assume a presidência em 1967, designado, como ele mesmo dizia, para a segunda fase da revolução. Marcaria também sua presença na segunda fase do complexo hidrelétrico, indo ao canteiro de obras logo em julho de 1967. Cercado por políticos e dirigentes de entidades como CESP e Eletrobrás sua visita marca a assinatura de novo contrato de empréstimos com o BID, em mais de 34 milhões de dólares. Falando à imprensa no hotel da CESP em Três Lagoas (que seria demolido no ano seguinte) considerava necessária a dedicação e o esforço do regime para com a obra, pelo simbolismo e necessidade que se atrelava a ele, o que fica evidente quando o mesmo ressalta que “ao visitar Urubupungá, tomei um banho de brasilidade e um tônico para todos os encargos de um governo”.⁵²⁷

Sua segunda visita ocorreria no encerramento da X Conferência dos Governadores da CIBPU em fevereiro de 1968 que, realizada em Três Lagoas, seria também a última delas. Pelos jornais fica evidente como o empreendimento toma conta das discussões e expectativas feitas pelos próprios participantes, sendo que pela ótica do periodismo paulista o complexo é reiterado como projeto de “integração nacional”, trazendo novamente a ideia de “aproveitamento total” da bacia hidrográfica, tendo o mesmo como pilar central. Para tanto, ressalta Costa e Silva aos jornais que, com Urubupungá, “o que assistimos aqui é o Brasil de amanhã, embora com os sacrifícios do Brasil de hoje”.⁵²⁸ Esta passagem nos convida novamente a dialogar com Koselleck, no sentido de que espaço de experiência e o horizonte de expectativa mostram-se presentes, paralelos um ao outro, mas ainda assim não se encontram. Pelas projeções, aquele momento extrapola o presente e se projeta para as realizações do amanhã, pois “também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto”.⁵²⁹

Pela ótica da imprensa sul-mato-grossense este momento traz em destaque como a figura do ex- governador, Fernando Corrêa da Costa, permanece atrelada a CIBPU e Urubupungá, mais do que a do próprio governador do Estado, Pedro Pedrossian. Congraçado sempre como um dos fundadores da mesma, encontra-se presente na reunião mesmo como ex-governador, na condição de convidado oficial. Além da proximidade partidária de Fernando

⁵²⁶ Idem, p. 17.

⁵²⁷ Correio do Estado, 26/06/1967 e 03/07/1967; OESP, 29/06/1967.

⁵²⁸ OESP, 21/02/1968, p. 8.

⁵²⁹ KOSELLECK, op. cit, p. 310.

Correa com o jornal ocorre que, segundo o mesmo, o atual governador teria dificultado a participação do Correio do Estado no evento, justamente pelo combate feito ao governador e sua relação com a CIBPU.⁵³⁰ Isso porque o jornal havia acusado o governador de descaso com a comissão, fato que teria se iniciado ante a negação de pagamento de alíquota referente à participação do Estado de Mato Grosso na comissão.⁵³¹ Este fato que também foi destacado no livro “Memórias”, de Demóstenes Martins, pode ser entendido com parte de um gradual processo de distanciamento deste estado para com a CIBPU.

Outro fato contribui para tal distanciamento: a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, a SUDECO. Proposta pelo próprio presidente em 1967 foi vista pelos jornais como ampliação das possibilidades de crescimento do Estado e valorização ainda maior da fronteira oeste. Novamente estampava o Correio do Estado: “Chegou a hora de Mato Grosso”.⁵³² Com diretrizes muito próximas das já projetadas pela CIBPU, a autarquia tomaria centralidade para o regime militar, que marcaria o fim da CIBPU em 1972. Segundo Silvana Abreu sua criação está totalmente afinada com o modelo e propósito que o “Brasil-Potência” projeta para o interior do país.

Entendemos que, tais autarquias, assim como a imagem e a projeção estabelecidas a partir do complexo hidrelétrico, funcionam como operativos “facilitadores” de divulgação para atrair capitais privados para estes espaços que, tendo São Paulo como modelo de desenvolvimento, estariam caminhando para condução deste núcleo à integração nacional, conduzido pelo regime militar e tendo a imprensa como canal de fortalecimento de suas concepções, pois como assegurou Costa e Silva, no terceiro aniversário do regime “a revolução também é obra da imprensa”.⁵³³

E isto é evidenciado na cadeia de notícias sobre o desvelar do interior e a centralidade do complexo hidrelétrico: “Americanos em Mato Grosso”,⁵³⁴ destacam a compra de terras e investimentos em andamento, “Urubupungá: um sonho que se torna realidade”,⁵³⁵ “Urubupungá vai ter prioridade”, solicitação de Costa e Silva ao Ministro de Minas e Energia,⁵³⁶ “Ilha Solteira completa nossa revolução energética”,⁵³⁷ sendo a última edição da Brasil-Oeste e trazendo Urubupungá em primeira página, “Pioneirismo e excentricidade”,⁵³⁸

⁵³⁰ Correio do Estado, 19,20 e 21/02/1968.

⁵³¹ Correio do Estado, 21/02/1967.

⁵³² Correio do Estado, 07/10/1967.

⁵³³ Correio do Estado, 03/04/1969, p. 03.

⁵³⁴ Revista Visão, 16/06/1967, p. 39.

⁵³⁵ Correio do Estado, 01/12/1966.

⁵³⁶ OESP, 03/05/1967.

⁵³⁷ Brasil-Oeste, 06/07/08 de 1967, p. 11.

⁵³⁸ Revista Visão, 07/09/1967, p. 113.

“CESP promove condições para o progresso da indústria e para o conforto do homem”,⁵³⁹ “Mato Grosso se livra do Pantanal”, em que Urubupungá estaria contribuindo para “tirar” esse espaço da condição de “região esquecida”:

Mais remoto que o Nordeste, mais real que a fantástica Amazônia, Mato Grosso acha-se na iminência de perder a condição de região esquecida, para figurar entre as áreas mais atraentes para os investidores do Sul, nestes dias. A curto prazo, rápido processo de desenvolvimento deverá desencadear-se nos dois extremos do Estado: no Sul, pela influência que a enorme disponibilidade de energia elétrica (Urubupungá) exercerá, no Norte, pelos incentivos fiscais que a Operação Amazônia oferece aos responsáveis pelos empreendimentos agrícolas.⁵⁴⁰

O momento também marcaria a tomada de decisões a respeito da fixação da Vila Piloto como núcleo definitivo. Como vimos no capítulo anterior, o estabelecimento de Ilha Solteira marcou o gradual desmonte da Vila Piloto, em Mato Grosso, com o fim das obras em Jupiá. Segundo cobertura do Correio do Estado, em reunião ocorrida entre o presidente da CESP, Lucas Nogueira Garcez, na prefeitura de Três Lagoas tudo iria depender da proposta oferecida pela comissão estadual.⁵⁴¹ A resultante das negociações estendeu-se até 1969 quando oficialmente define-se pela CESP a fixação do núcleo, que é comemorado pelos jornais sul-mato-grossenses pelas possibilidades de continuidade de crescimento de cidades como Três Lagoas.⁵⁴²

A diversidade de implicações, como produção energética, desenvolvimento de núcleos habitacionais, navegação e outros imperativos conectados ao complexo hidrelétrico demonstram como as influências apreendidas desde a década de 1940 com experiências como as do TVA adentrariam este período e fixariam as bases de interpretação deste momento. Os próprios periódicos atestam isto. Inclusive, quando da visita, do presidente Costa e Silva em Urubupungá em 1967, fizeram questão de ressaltar como por meio daquele potencial elétrico abre-se caminho para o fortalecimento da pesquisa nuclear nacional, tendo este espaço como próspero campo de instalação, assim como ocorreu no TVA com a consolidação de Muscle Shoals.⁵⁴³

Em outra matéria publicada pelo OESP intitulada “Paraná-Tietê: promessa de fartura” destaca-se que “os rios devem servir a múltiplas finalidades”, e que “de acordo com essa conceituação moderna sobre o uso integrado dos rios, todas as obras de aproveitamento da

⁵³⁹ Brasil-Oeste, 03/1967, p. 03.

⁵⁴⁰ Revista Visão, 15/05/1967, p. 33-34.

⁵⁴¹ Correio do Estado, 19/06/1967, p. 03.

⁵⁴² Correio do Estado, 17/03/1969.

⁵⁴³ OESP, 30/06/1967, p. 05.

água dependem umas das outras e não devem ser planejadas isoladamente”.⁵⁴⁴ E o complexo hidrelétrico aqui é destacado como símbolo dessa concretização, visto que “as águas do rio Paraná já correm dominadas pela barragem de Jupia”.⁵⁴⁵ Fechando a matéria fornece uma interessante leitura da relação desta obra com a ideia de integração territorial por meio dos rios:

Os rios são promessas indisciplinadas de riqueza e poder. Utilizando a ciência e a técnica, cabe ao homem disciplinar a natureza rebelde dos cursos, erguendo barragens regularizadoras (...). Haverá eclusas para que os barcos passem de uma represa a outra. Os desníveis determinados pelas barragens permitirão que se construam usinas hidroelétricas de elevada potência, e ao longo de todo o sistema lacustre será possível obter água abundante para o desenvolvimento de amplos programas de abastecimento de cidades e irrigação das lavouras. Esportes náuticos, criação de peixes, desenvolvimento do turismo, implantação de indústrias que utilizem como matérias-primas básicas a água e a eletricidade, adicionam-se à imensa soma de benefícios obtidos com as obras de aproveitamento integrado dos rios.⁵⁴⁶

Possíveis perdas ocorridas ao longo do processo não deixam de ser destacadas, mas ainda sim não se configuram pelas páginas dos jornais como motivos para diminuir ou mesmo impedir seu desenvolvimento. Em reportagem publicada pelo próprio jornal a respeito do desaparecimento da Usina Hidrelétrica de Itapura e grande parte da cidade homônima, que seriam encobertas pelas águas com o fechamento das comportas em Urubupungá são vistas como problemas de âmbito local, mas cujo os benefícios transcendem tais perdas.⁵⁴⁷ Em outras matérias, “Construção de usina é criticada” e “Urubupungá preocupa Argentina”, destaca-se como a Argentina teceu várias críticas à construção do Complexo de Urubupungá por considerar a mesma culpada pelo baixo nível das águas em seu país, ocasionando problemas na navegação e também acusando o Brasil de estar poluindo o rio Paraná.⁵⁴⁸ Em contrapartida às críticas, o jornal faz questão de ressaltar que a construção do complexo somente irá beneficiar a navegação para a Argentina e assim, “Porque a Argentina reclama?”.⁵⁴⁹

Por isso mesmo, para além da integração nacional, Urubupungá deveria ser pensada em âmbito internacional:

⁵⁴⁴ OESP, 21/10/1967, p. 12.

⁵⁴⁵ Idem.

⁵⁴⁶ Idem.

⁵⁴⁷ OESP, 23/07/1967.

⁵⁴⁸ OESP, 04/07/1968, p. 08 e 06/10/1968.

⁵⁴⁹ OESP, 08/06/1969, p. 12.

O desenvolvimento e a integração do Brasil já começou! Urubupungá está construída, as linhas de transmissão demandam ao Mato Grosso, nossas fronteiras econômicas se alargam, mas nossas aspirações são bem maiores. Seria a Bacia Paraná-Uruguaí apenas de interesse nacional? É para integração da América Latina que devemos caminhar.⁵⁵⁰

Mais do que isso, os periódicos ressaltam que o papel da imprensa é destacar estes feitos e grandiosidades, mais do que os problemas causados. O OESP, defendendo tal ideia ressaltava que “a imprensa europeia estava apresentando a seus leitores uma imagem muito distorcida do Brasil, dando notícias sobre matanças de índios e torturas, mas nunca se referindo ao extraordinário desenvolvimento desde a revolução de 1964”.⁵⁵¹ Fazendo novamente críticas à relação desenvolvimento-JK, o qual o regime não teria nada a que invejar, o que se deveria mostrar a imprensa europeia era que, com a instauração do regime, nosso desenvolvimento é muito superior, e contratacando a imagem divulgada é necessário “que se fale mais de Urubupungá e menos de índios”.⁵⁵² Somente para constar, seria cômico se não fosse trágico nos lembrarmos de onde essa mesma terminologia provém.

Para tanto, o Conselho Nacional de Propaganda, conjuntamente com a FIESP e outros grupos, como a própria CESP realizavam esforços para divulgar as potencialidades do país. E o complexo hidrelétrico seria um dos principais roteiros de visita dos repórteres estrangeiros, como se destaca em matérias como “Vamos mostrar o Brasil ao mundo” e “Urubupungá: uma visão de otimismo”.⁵⁵³ Repórteres de onze países visitaram as obras somente no primeiro semestre de 1969 e em muitas delas “o avião fretado sobrevoou todo o conjunto para que todos tivessem a noção exata das proporções do empreendimento, que coloca o Brasil em primeiro lugar na produção energética no mundo ocidental”. Segundo o jornal, esforços como estes contribuem diretamente para ampliar as percepções nacionais no exterior, pois “mudar a imagem é o objetivo”.⁵⁵⁴

E como ressaltava o OESP, “nada melhor do que os números para sentir a grandiosidade física do conjunto hidrelétrico”.⁵⁵⁵ E assim fez dos números um produto de propaganda:

A energia elétrica a ser produzida em Ilha Solteira poderá abastecer 70 cidades como Porto Alegre, o volume de terraplanagem necessário às obras corresponde ao Pão de Açúcar, o consumo mensal de concreto em Ilha Solteira daria para construir 15 edifícios iguais ao do Banco do Estado de

⁵⁵⁰ Correio do Estado, 29/02/1968, p. 03.

⁵⁵¹ OESP, 05/12/1969, p. 27.

⁵⁵² Idem.

⁵⁵³ OESP, 28 e 29/01/1969, p. 13 e 35.

⁵⁵⁴ Idem, p. 13.

⁵⁵⁵ OESP, 30/08/1968, p. 4.

São Paulo, a concretagem que será realizada em Jupiá daria para construir 25 estádios do Maracanã, o volume de água a ser represado equivale a 6 vezes o da baía de Guanabara. ⁵⁵⁶

Utilizando de amplo uso de fotografias, destaca também a independência de seus núcleos de trabalhadores, como a Vila Piloto. Possuidora de 2.370 casas, hotéis, escolas, centros comerciais, com supermercados, bancos e agências de correios, transformam-se em marcas do ineditismo e excelência da obra, na busca de ressaltar que “o aspecto humano e social dos que estão construindo a obra foi encarado com toda seriedade pela CESP”, ⁵⁵⁷ no sentido que iria além da própria produção energética.

E isso refletia diretamente no número de visitantes que, segundo os jornais, ultrapassavam a marca de 3 mil por mês. A existência de um aparato rodoviário foi realizada para a manutenção destas visitas, que contavam com duas empresas (Rápido Noroeste e Empresa São Sebastião) que realizavam embarques diários de Andradina, tanto para Vila Piloto/Jupiá quanto para Ilha Solteira. Cada excursão realizada que custava em média 180 cruzeiros por pessoa abarcava grupos de todas as regiões do país, que contribuíam junto as páginas periódicas para ampliar a divulgação do complexo e da região. ⁵⁵⁸

Empréstimos milionários, grandes extensões de linhas de transmissão, recordes no transporte de gigantescas peças, nada escapava aos jornais como elementos a trazer Urubupungá como peça-chave no desenvolvimento nacional. Mais do que isso, era representada como o conagraçamento econômico e tecnológico de uma época, articuladas pelos jornais como resposta a grupos e sujeitos que de alguma forma se mostravam contrários à sua criação e ao próprio regime. Diziam os jornais: “depois de vencidas as discussões que se tratavam no campo técnico e econômico, quando os céticos entendiam superdimensionado o empreendimento, numa descabida descrença ao nosso potencial”. ⁵⁵⁹

E não somente empresas e gestores públicos se apropriavam de tais possibilidades. Como observamos nas propagandas abaixo empresas privadas também buscavam associar suas marcas e seu ritmo de crescimento ao progresso proporcionado por Urubupungá. Ao mesmo tempo, produzir energia, aumentar a frota de carros eram sinônimos de progresso e desenvolvimento para aqueles que insistiam em dizer que o país estava “à beira do abismo”.

⁵⁵⁶ Idem.

⁵⁵⁷ Idem.

⁵⁵⁸ Idem.

⁵⁵⁹ OESP, 28/06/1967, p. 3.

IMAGEM 09 -



Urubupungá ante o pessimismo nacional.

Fonte: OESP, 1967 e 1969.

Por isso mesmo, a inauguração das turbinas era articulada como um marco do saber fazer nacional, do nosso *know how*. O próprio fechamento das comportas de Jupuí, meses antes desta data, seria narrado em clima de otimismo e conagração, chamado pelo Correio do Estado de “Uma realidade, o sonho do século”, marcado pela comoção e “entre emoção desmedida e lágrimas de alguns operários que não escondem seu amor à grande obra”.⁵⁶⁰ A sensação de pertencimento que é projetada pelos jornais em destacar o “amor à grande obra” nos lembra diretamente as considerações de Antônio Carlos B. Nova que, analisando o que chama de “cultural organizacional” da CESP ressalta que era corrente na fala dos funcionários da empresa esse “amor à camisa” e entrega que marcariam a própria memória da empresa.

Todos queriam colocar Jupuí em ação. Seis meses antes do início das operações multiplicavam-se nos periódicos os nomes e datas para o acionamento; “Sodré colocará Jupuí em ação”, “Mato Grosso acionará Jupuí”, “Jupuí é energia para 45 milhões”. Nesta última o jornal OESP prefere destacar a coletividade emaranhada na realização, apresentando o histórico do empreendimento, sua região estratégica e seu impacto para desenvolvimento de atividades como irrigação, navegabilidade, piscicultura e eletrificação rural.⁵⁶¹

⁵⁶⁰ Correio do Estado, 27/12/1968.

⁵⁶¹ OESP, 29/01/1969, p. 12.

Sobre a eletrificação rural é interessante observar como, muito próximo do que ocorreu no TVA, a promoção da chegada de luz elétrica no campo desempenhou uma das principais propagandas da produção energética, pois por meio da mesma poderia ocorrer o aumento da produção, com novos equipamentos e irrigação, impacto direto na pecuária, principalmente leiteira, poderia atrair novos investimentos para a região e mesmo trazer o conforto e comodidade, segundo os jornais, já desfrutados pelo homem da cidade.⁵⁶² Trazendo os EUA como referência em muitas reportagens, a eletrificação rural também se atrelou as potencialidades advindas do complexo hidrelétrico e ganhou as páginas periódicas. A realização de um Seminário Latino Americano de Eletrificação Rural também era destacado como o momento de nascimento de um novo Brasil rural, permeado pela industrialização.

IMAGEM 10 -



Propaganda norte-americana (à esquerda) e brasileira (à direita) sobre os benefícios da eletrificação Rural.

O início da operação das três primeiras turbinas ocorre como já destacado em abril de 1969, porém pelos jornais se o presidente não havia inaugurado então não estava em funcionamento, isso porque junho seria cravado pelos mesmos como o início das operações, por contar justamente com a presença do presidente Costa e Silva para o acionamento das turbinas. Com chamativas como “Presidente vê o gigantismo de Jupia”, “Jupia vai dobrar

⁵⁶² Brasil-Oeste, 12/1964; 07/1965; Correio do Estado, 13/03/1965.

potência” e “Costa promete a tranquilidade” o acionamento das turbinas foi encarado pelos jornais como o conagração de um Brasil que estava no rumo certo, como o próprio presidente havia prometido em sua última visita. Por isso a inauguração da hidrelétrica é expressa como o resultante deste espírito nacional: “A melhor condição que o Brasil precisa é a paz, a tranquilidade e o estímulo para o trabalho. E isto a Revolução tem dado e dará, se Deus quiser, para o futuro”.⁵⁶³

Chamada de “usina da esperança” pelo Correio do Estado, sua inauguração representava mais do que a produção energética, para o jornal “as turbinas de Jupia podem ser também um símbolo. Símbolo de experiência de promoção humana de nossa gente através das melhores condições de vida que podem ser dadas aos nossos trabalhadores”.⁵⁶⁴ Condensava na ótica dos jornais passado e presente, a imponentia dos túmulos antigos, mas sem perder a modernidade dos novos imperativos técnicos e tecnológicos:

Vista de longe, pela grandiosidade, as pirâmides egípcias. Olhada por dentro, pelo tamanho, parece muito com os edifícios onde são construídos foguetes lunares. Nessa obra tudo é grande, não existem peças pequenas, nem máquinas que alguém sustente com as mãos. Ela é toda aço e concreto”.⁵⁶⁵

E na esteira desta projeção, propaganda e empresas não deixariam de exercer sua representatividade:



IMAGEM 11: Propaganda da inauguração das turbinas de Jupia.

Fonte: O Estado de São Paulo. 19/06/1969.

⁵⁶³ OESP, 20/06/1969.

⁵⁶⁴ Correio do Estado, 19/06/1969.

⁵⁶⁵ OESP, 20/06/1969, p. 18.

Pela imprensa sul-mato-grossense o momento era de exaltação da nova conquista, de explorar as potencialidades deste momento, produzindo matérias de divulgação do estado, como em “Venha a Mato Grosso para melhor nos conhecer”⁵⁶⁶ e “Imenso complexo hidrelétrico aumentará a produção energética”⁵⁶⁷ ou mesmo de cidades como Três Lagoas que, como ressaltava a matéria “pulsa em ritmo de progresso”.⁵⁶⁸

Para a imprensa paulista, com as atenções mais voltadas para o novo núcleo, Ilha Solteira, matérias sobre o desmonte da Vila Piloto eram correntes, pois como já destacamos este momento também marcava a tomada de decisões para tornar-se possivelmente um núcleo definitivo. Era o último São Pedro da Vila Piloto, dizia o Estadão, apresentando foto de casas já desmontadas e outras em processo de desmonte, na toada da obra que continuava em sua segunda etapa, no Estado de São Paulo. Porém, o que ficava era que sua missão fora cumprida e a Vila Piloto poderá ser lembrada “como uma experiência civilizadora”, entende o jornal.⁵⁶⁹ Ilha Solteira era interpretada pelos jornais como uma “nova experiência”, ainda maior do que a Vila Piloto, tanto pelos números quanto pelo seu caráter definitivo.

Sem se desgarrar do aprendizado da primeira etapa, destacavam os jornais a continuidade de estímulos como o lazer, com a construção de clubes de recreação e realização de festividades, como recitais e festivais, muito presentes em Jupiá e Ilha Solteira. O famoso “padrão cultural” que seria uma das marcas da segunda etapa e bem destacado pela própria CESP em sua história, se iniciaria ainda em Jupiá. O consagrado Teatro de Arena,⁵⁷⁰ se apresentaria em duas oportunidades, com as peças “Arena Conta Zumbi” e “Escola de Mulheres”, de Molière, assim como o maestro João Carlos Martins se apresentaria em Jupiá em 1968 e Ilha Solteira em 1971.⁵⁷¹ Com orgulho, a CESP destaca em sua história como a presença de nomes renomados da música nacional, da MPB (Música Popular Brasileira), ampliaram as características culturais da região, mesmo destoante das condições financeiras e das “raízes” daquele espaço: “Muitos artistas populares da época que dificilmente se deslocavam para pequenas cidades do interior, apresentaram-se nos clubes da cidade. Elis

⁵⁶⁶ Correio do Estado, 29/05/1969, p.02.

⁵⁶⁷ Correio do Estado, 23/12/1969.

⁵⁶⁸ Correio do Estado, 20/06/1969, p. 04.

⁵⁶⁹ OESP, 29/06/1969, p. 26.

⁵⁷⁰ Iniciou suas atividades em São Paulo em 1953 com a organização de José Renato, Geraldo Mateus, Emílio Fontana e Sérgio Sampaio. Ao longo das décadas de 1950 a 1970 tornou-se um dos principais espaços do teatro nacional, contando com importantes nomes como Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri e Oduvaldo Vianna Filho.

⁵⁷¹ OESP, 11/05/1971.

Regina, Chico Buarque, Gilberto Gil, Tom Jobim, Toquinho e Vinicius de Moraes”,⁵⁷² além de nomes como os 3 Morais, Rosemary e Ronnie Von.

Uma entrevista é emblemática para visualizarmos tal questão. Waldemar B. Silva trabalhador da obra relata que, em alguns casos, muitos trabalhadores ainda não estavam acostumados com aquele tipo de apresentação, o que gerou inclusive alguns constrangimentos, até mesmo para os aplausos:

Uma vez, numa daquelas festividades que a empresa apresentava lá na praça central, fomos assistir um pianista. Era muito bonito mesmo, mas às vezes não conseguíamos entender, saber se a música estava acabando ou começando, ou no meio. Inclusive uma vez, o Zé estava perto de mim assistindo e quando deu uma “brechinha” na música ele gritou “toca Tião Carreio”, mas não tinha acabado. Uns olharam pra gente, mas a música continuou.⁵⁷³

Porém, também teriam continuidade e ampliação práticas de controle e divisão social, realizadas por meio da hierarquização em níveis sócio-profissionais, chamada pelos jornais de “engajamento na empresa”. Outra preocupação era com a chamada mão de obra “flutuante” que “terminada a obra, não mais se necessita dela e depois de desengajada da obra não encontra emprego e vai provocar o surgimento de favelas”.⁵⁷⁴ Mas, para os jornais, o importante era que, antes de pensar no desemprego, os trabalhadores estavam se deleitando ao som de Bach e Chopin no coração do sertão:

João Carlos Martins dirigiu-se ao piano. A plateia iria ouvir o maior pianista do Brasil e um dos maiores do mundo, como disse o apresentador da Camargo Correa. Ele executou o prelúdio nº 01 de Bach, Improviso, opus 90 nº 02, de Schubert, Noturno, opus 9, nº 02, de Chopin e a Tocata e Fuga, opus 11, de Prokofieff. No bis, concedeu outro prelúdio de Bach.⁵⁷⁵

Claramente desfrutar de eventos como recitais e peças teatrais era estimulado pela direção do projeto, por meio da CESP, Tenenge e Camargo Corrêa. O que não significa que todas as atividades culturais eram bem vindas naquele espaço. Muitas peças e jograis, realizados por estudantes nos clubes e praças da cidade eram censurados por serem considerados ofensivos e destoantes da realidade do empreendimento. Pelos periódicos também era estimulada a vinda de novos profissionais para a “inóspita” região, que era

⁵⁷² FASCÍCULO CESP. Ilha Solteira: a cidade e a usina, op. cit, p.33.

⁵⁷³ Entrevista realizada em 1991. Arquivo do Núcleo de Documentação Histórica, UFMS, Campus de Três Lagoas. São Paulo.

⁵⁷⁴ OESP, 30/11/1969, p. 32.

⁵⁷⁵ OESP, 11/05/1971, p. 16.

apresentada como um campo promissor de trabalho e possuidor de todas as condições necessárias para o conforto e bem estar destes profissionais. Para os trabalhadores braçais, segundo a própria documentação a realidade já superava as expectativas da própria região e assim um “admirável mundo novo” estaria presente na vida dos trabalhadores.⁵⁷⁶

FOTO 24 -



Recital com o maestro João Carlos Martins em Ilha Solteira. 1971.

Fonte: CDMCC.

Logo, percebemos que os objetivos traçados ainda na década de 1950 para o nosso crescimento adentraram diretamente os caminhos do complexo hidrelétrico. Como ressaltado por Faro e Silva a busca em eliminar os obstáculos que cerceavam o desenvolvimento nacional, acumulação de riquezas e melhorias na qualidade de vida iriam transformar-se em obsessão política, para além do programa de governo de JK. Como pontuam os autores “aquele Brasil, de estrutura ainda tenra o bastante para abrigar os voos da imaginação desenvolvimentista, estava pronto para ser modelado”.⁵⁷⁷

⁵⁷⁶ PLANO DIRETOR DE CONSTRUÇÃO (...) op. cit.

⁵⁷⁷ FARO, Clóvis de e SILVA, Salomão Quadros da. A década de 50 e o Programa de Metas. In: GOMES, op. cit, p. 45.

O presidente Médici também estaria presente nas obras de Urubupungá, no início da década de 1970, acionando um novo grupo de turbinas em Jupia, apresentado pelos jornais e revistas numa leitura próxima da já realizada com a visita de Costa e Silva.⁵⁷⁸ O fim das obras de Jupia, estando ainda em andamento as de Ilha Solteira, ocorre no momento do chamado “milagre econômico”, no qual se observa o modelo de desenvolvimento econômico adotado por Delfim Neto, marcado pela exaltação e pelo ufanismo calcados na prerrogativa de que o Brasil teria alcançado o status de nação desenvolvida, fato ligado principalmente à entrada de maior capital estrangeiro no país. Neste ínterim, o complexo de Urubupungá é ressaltado como um dos principais elementos deste processo, pela ampliação de seu parque energético e pelos imperativos técnicos e tecnológicos envolvidos.

Os jornais contrastavam naquele momento duas realidades. Primeiro a exaltação da ampliação do parque energético, produzindo matérias e estimulando propagandas sobre os números de produção da CESP, sua afirmação de soberania e trazendo Urubupungá como novo símbolo do Brasil. Contando com a intensificação de fotografias passava-se a mensagem de “missão cumprida” na instauração do “sentido nacional” projetado pelo complexo hidrelétrico.⁵⁷⁹ Destaca-se também o início de uma série de reportagens e propagandas alicerçadas em práticas de reflorestamento e organização dos núcleos ambientais da CESP, localizados em Urubupungá.

IMAGEM 12 -



Propaganda de inauguração da Usina de Jupia e projeto de reflorestamento

Fonte: OESP, 09/01/1970; 30/11/1971.

Por outro lado, um conjunto de matérias parecia deixar o sonho muito mais distante.

⁵⁷⁸ OESP, 12/12/1969; 08/01/1970.

⁵⁷⁹ Revista Visão, 29/08/1970; 14/02/1971; OESP, 13/01/1971, 16/01/1971.

Mesmo que problemas presentes durante o governo Médici fossem apontados por muitos, como o governador de São Paulo, Abreu Sodré como “o preço natural do desenvolvimento”⁵⁸⁰ as dificuldades enfrentadas em Ilha Solteira, os impactos regionais e outros mais não seriam deixados de lado pelo periodismo. Demissão de trabalhadores, ocorrida segundo a própria documentação da empresa mediante pagamento do último mês de aviso prévio, rápida saída das famílias das moradias, o difícil retorno ao campo e a dúvida sobre o futuro da cidade projetavam uma realidade muito distinta da planejada décadas antes:

Uma crise social sem precedentes na região de Urubupungá está começando a surgir nos principais municípios, com o desempregado causado pela aproximação do término das obras de Ilha Solteira. Enquanto isso, o futuro da cidade ainda não foi definido, pelo governo estadual, apesar de um ano e meio de promessas.⁵⁸¹

Com o título “Ilha Solteira: uma cidade sem emprego” a matéria destaca como as filas de trabalho existentes até o ano anterior agora eram substituídas pelas filas do desemprego. A matéria é enfática em usar subtítulos e expressões como “houve um tempo em que a usina era a esperança”, “Sem trabalho, o destino é incerto”, “Muita energia, cara demais” e “Do futuro, só ficam os planos” (ver matéria em anexo). Isto porque em 1972 a cidade possuía 32 mil habitantes em 1973, 25 mil e em meados da década sua população margeava os 22 mil habitantes.⁵⁸² O sonho de fortalecimento como polo de desenvolvimento regional parecia não estar se concretizando.

Em outra publicação, chega-se a destacar seu potencial industrial como solução para sua continuidade, já analisado pelos estudos da CIBPU, mas que segundo, a mesma reportagem carecia de maiores garantias do poder público sobre a permanência do núcleo.⁵⁸³ Mas pelos impressos ficam evidentes os encontros e desencontros na tomada das decisões. Se no dia 24 de março o Estadão publicava matéria “Estado tranquilizará povo de Ilha Solteira”, trazendo fatos, possibilidades e encaminhamentos, vinte e quatro horas depois, no dia 25 era publicado “Estado não garante nada a Ilha”, dismantelando todas as possibilidades ressaltadas no dia anterior, o que demonstra a instabilidade que permeava todos que ali viviam.⁵⁸⁴ Logo, diversas propostas eram cogitadas, como destacado em matéria “Ilha Solteira: cidade

⁵⁸⁰ Correio do Estado, 28/08/1969.

⁵⁸¹ OESP, 12/08/1973, p. 48.

⁵⁸² CESP: A cidade de Ilha Solteira, op. cit.

⁵⁸³ OESP, 16/05/1971, p. 56.

⁵⁸⁴ OESP, 24 e 25/03/1972, p. 21 e 18.

penitenciária”, tese apresentada pelo Ministério Público Estadual, mas que não se consolidou.
585

Somados aos problemas deste núcleo destacavam-se os de ordem regional. Em “Pecuária retarda o progresso” o jornal ressalta o baixo índice de diversidade produtiva que impacta a região:

Uma agricultura quase nada diversificada e uma pecuária que enfrenta sérios problemas de produtividade: essas são as principais dificuldades que a região de Urubupungá deve sofrer para acelerar seu desenvolvimento. A outra dificuldade, a falta de estradas transversais para o escoamento da produção agropecuária, tem agora a promessa de solução por parte do governo do Estado.⁵⁸⁶

Para outros locais, como Andradina, cidade que apresentou o maior aumento populacional durante as obras, reportavam-se matérias como “Crescimento das favelas alarma Andradina”, em que passando de uma população de 27 para 51 mil habitantes amargava os efeitos de alta população e desemprego, que geraram, segundo a reportagem mendicância e altos índices de criminalidade, atestando ainda que “Urubupungá foi a causa de tudo”.⁵⁸⁷ Para além da propaganda projetada, o “surto” de crescimento ocorrido ao longo das obras não surtiu o efeito proposto, muito além da ideia de planejamento regional, evidenciando que, mesmo que tais projetos possam ser pensados como vetores capazes levar o desenvolvimento a regiões tidas como despovoadas ou com baixa produtividade, outros imperativos fazem-se necessários para alcançar os resultados propostos.

As reportagens iam além. Um grupo de matérias destacava alguns percalços para aqueles que viviam da pesca na região. Em “A barragem de Jupia prejudica pescadores” e “Usina limpa turbinas e mata toneladas de peixes” destacam-se como as áreas inundadas e a não construção da escada para subida dos peixes transformaram a vida dos pescadores. Segundo a reportagem “em menos de quatro anos a CESP provocou a morte, por envenenamento, de aproximadamente 20 mil toneladas de peixes, criando um drama social para os pescadores profissionais do rio Paraná”. Para um dos pescadores entrevistados fica a certeza de que, pelas dificuldades há “no peito e no braço, certeza de que seu filho não pescará”.⁵⁸⁸

Em outra matéria significativamente intitulada “Atrás das comportas, a revolta” o jornal destaca como o fechamento das comportas de Ilha Solteira foi realizado em meio a uma

⁵⁸⁵ OESP, 12/07/1971.

⁵⁸⁶ OESP, 31/05/1972, p. 23.

⁵⁸⁷ OESP, 11/11/1973, p. 56.

⁵⁸⁸ OESP, 04/02/1973, p. 38; 22/04/1973.

onda de protestos de proprietários de terras perante divergências entre os preços estabelecidos pela empresa e pela demora a serem procurados, feita já às portas do fechamento das comportas. Segundo a reportagem dos mais de 3 mil proprietários a terem terras alagadas, pouco mais de 300 entraram na justiça, não sendo mais expressivo o número por “medo ou pressão”, afirma a reportagem.⁵⁸⁹

Efeitos como esses contribuíram para a publicação de outras matérias mais, como sobre o abandono de muitas famílias da região, em “Urubupungá já enfrenta êxodo”, “Ilha Solteira: uma cidade fantasma” e indignação de municípios da região, “Urubupungá cansa de promessas e pede ação”.⁵⁹⁰ Algumas tentativas por parte de governantes locais foram esboçadas nesta situação, por meio da criação do “Pró-Urubupungá”, um plano de ação para o desenvolvimento da região, encabeçado pelo Instituto Paulista de Promoção Humana.⁵⁹¹ Porém, os percalços pareciam tantos que, num tom melancólico, beirando o cansaço, o jornal cravava que a região estava “doente”, em matéria intitulada “Homem, doente e marginalizado”:

O grande número de partos por ‘curiosas’, o índice de mortalidade infantil, a subnutrição e doenças frequentes, como a disenteria e o tétano, definem o homem da região de Urubupungá. E os problemas de saúde são agravados com a marginalização social, favorecida pelo êxodo rural, em busca de emprego que o centro urbano nem sempre pode oferecer.⁵⁹²

Este único trecho parece reunir grande parte dos percalços que foram apontados no conjunto de matérias publicadas, como problemas que se encontravam presentes na região de impacto do projeto hidrelétrico. Claramente, sabemos que o desenvolvimento energético, por si mesmo, não atuaria como único elemento catalisador dos problemas, mas ainda sim a realidade daquele momento acabava sendo bem diferente da projetada para região pelos mesmos periódicos, como neste exemplo da Brasil-Oeste:

A região de Urubupungá está predestinada a assumir posição geoeconômica importante, pois tudo ali favorece a atividade do homem: a topografia plana, os cerrados recuperáveis, as pastagens já formadas, as comunicações fáceis (por terra, pelo ar e pela via fluvial), os recursos de manutenção. E o território que a CELUSA vai dinamizar com a eletricidade abarca principalmente extensa área em desenvolvimento no Estado de São Paulo e outra (de idênticas dimensões) em Mato Grosso, que estará na expectativa de

⁵⁸⁹ OESP, 01/04/1973, p. 41.

⁵⁹⁰ OESP, 10/03/1972; 11/07/1972; 21/03/1973.

⁵⁹¹ OESP, 02/12/1973; 09/02/1974.

⁵⁹² OESP, 01/06/1972, p. 26.

um rush industrial que lhe proporcionará uma expansão econômica imprevisível”.⁵⁹³

Logo, bem diferente da exaltação promovida pela inauguração das turbinas de Jupia, a presença do presidente Médici, em janeiro de 1974, para o acionamento de Ilha Solteira foi tão saudosa quanto o próprio discurso que proferiu, reafirmando que “Urubupungá constitui uma incontestável resposta aos que ainda insistem, inutilmente, em desfigurar a verdadeira imagem do Brasil”.⁵⁹⁴

A sensação que se mantém é que, ao longo das décadas de 1950 e 1960, os periódicos nos projetam a uma nova realidade nacional, permeada pela necessidade e promoção energética. Parafraseando João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais,⁵⁹⁵ somos levados a crer no nascimento de uma nova civilização nos trópicos, emaranhada na incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo. Pela gama de periódicos, a trajetória do empreendimento articulava novas possibilidades presentes e futuras de crescimento populacional e econômico para grande extensão do país, mas não produzira todos os resultados esperados.

Pelos jornais, ficaria assim a impressão de um espaço semelhante à imagem deixada por Ilha Solteira, “uma cidade de privilégios, mas com problemas”...⁵⁹⁶

⁵⁹³ Brasil-Oeste, 08/1964, p.40.

⁵⁹⁴ OESP, 17/01/1974, p. 19.

⁵⁹⁵ NOVAIS, & MELLO, op. cit.

⁵⁹⁶ OESP, 23/08/74.

CAPÍTULO IV

PRODUZIR PARA ALÉM DE MILHÕES DE QUILOWATTS

O que construímos aqui é o Brasil de amanhã,
embora com os sacrifícios do Brasil de hoje.

Presidente Artur da Costa e Silva

Como vimos até o momento, os caminhos do complexo hidrelétrico se entrelaçam a outros imperativos para além da produção energética, encontrando em seus grupos organizadores, dentre outros, como pela imprensa, formas de expandir sua presença e centralidade para a expansão do setor energético e ao mesmo tempo para tornar-se fundamental a própria continuidade do progresso do Brasil.

Se o país necessitava apresentar para o mundo suas potencialidades e realizações, como aclamado pelas reportagens do OESP na década de 1960, uma série de instrumentos seriam elaborados para tal empreita. Para tanto, encontraremos uma diversificada produção entre vídeos, cartilhas e panfletos pelos quais a imagem do complexo hidrelétrico seria articulada como um destes “brasis” que dava certo, como uma realização que reunia as qualidades em prol do desenvolvimento regional, a primazia da engenharia nacional e do estímulo ao crescimento industrial por meio da expansão da promoção energética.

A análise da documentação contribui para entendermos como determinadas imagens e representações eram vinculadas pelos grupos dirigentes, dos setores empresariais e também articuladas a determinados propósitos governamentais e ideológicos. Isto nos fornece evidências para corroborarmos com Thomas Hughes na percepção de que para compreensão do setor energético devemos observar sua diversidade de relações técnicas, políticas e culturais, resultantes do momento e do contexto em que se estabelecem, pois incorporam os próprios recursos físicos, simbólicos e intelectuais desta sociedade, podendo se tornar componente e resultante da dinâmica do espaço em que se encontra, provindo destes seus usos e (re) arranjos socioculturais, fazendo dos mesmos indissociáveis do momento em que se estabelece. Por este pensamento, conclui o autor que “os sistemas elétricos são artefatos culturais”.⁵⁹⁷

Cabe assim o desafio de interpretar as diferentes formas e articulações que se estabelecem nos caminhos de cada experiência no setor energético. Seja nas realizadas pelo TVA nos EUA ou nos caminhos do Complexo Urubupungá encontramos, entre aproximações e distanciamentos, plurais usos e atribuições na difusão de práticas e mecanismos que,

⁵⁹⁷ HUGHES, Thomas. P. *Networks of Power: electrification in western society, 1880-1930*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, (Softshell Books edition), 1993, p. 02.

proporcionado por determinados atores sociais (governantes, empresas, engenheiros, investidores, etc...) adentram o cotidiano da sociedade, fortalecidos por estratégias de marketing e propaganda.

Tendo tais considerações à guisa, evidenciamos a existência de um esforço propugnador na condução e construção da imagem do empreendimento, em âmbito nacional e internacional, executado tanto pelos agentes mediadores internos do empreendimento, tais como CELUSA, CESP e Camargo Corrêa quanto por determinados setores político-sociais que identificavam no potencial do complexo hidrelético uma possibilidade de colocar em evidência determinadas ideias e valores que se encontravam em embate naquele contexto. Como exemplo, temos disputas entre grupos nacionalistas e privatistas na atuação do setor energético e ações de um bloco modernizante-conservador, personificado nos caminhos do regime militar.

Muito próximo do que evidenciamos até o momento pelos discursos de governadores, presidentes e pelos periódicos, protagonistas e definidores de representações, por esta documentação seria propagadas e perpetuadas uma pluralidade de ideias e objetivos: uso como propaganda política, promoção de ideias e valores, captação de investimentos para a região ou mesmo promoção de empresas e grupos. Tais artifícios como instrumentos de propagação de valores não foram exclusividades desse empreendimento, mas acompanham a própria trajetória de empreiteiras e sua relação com o setor energético nacional no Brasil. Muito próximo a experiências difundidas por grupos como a TVA, o conjunto de inovações técnicas e tecnológicas presentes, ligadas a áreas como a engenharia adquirem, neste contexto, como assevera Gildo Magalhães, um aspecto lógico de progresso, como um campo de avanços constantes que, permeados por mais harmonizações do que conflitos articulam-se a determinados interesses e condições, em um processo dialético, que se materializam num conjunto de artefatos que se tornam promotores desses valores.

Assim, dentre os artifícios empregados para tais promoções, destacam-se o uso de cartilhas e panfletos informativos, produção de documentários, de divulgação interna e externa e um jornal informativo interno para os trabalhadores. Cada um destes demonstram as diversas frentes e caminhos por onde a própria memória do empreendimento estava se formulando. Logo, destacar cada um destes se torna necessário.

Ao longo da construção do complexo hidrelétrico, seus grupos organizadores, CELUSA e CESP promoveram algumas práticas visando estimular a divulgação de suas realizações e a própria imagem do grupo ante a sociedade. Contando com setores como a Divisão de Comunicação e o Serviço de Relações públicas, foram produzidos cartilhas e

panfletos e, a partir de 1976, contaria com uma revista, a CESPULISTA, canal de continuidade e difusão de seus novos projetos e formulando seus marcos de memória, na esteira da narrativa de progresso e desenvolvimento.⁵⁹⁸ Além destas produções era comum encontrar anúncios e divulgações em veículos externos, assim como em publicações específicas do ramo, como a Revista O Empreiteiro.⁵⁹⁹ Esta publicação se tornou ao longo do regime militar uma das principais porta-vozes das construtoras e consequentemente das realizações atreladas ao governo, estreitando as relações entre grupos jornalísticos, empreiteiras e promoção de determinados produtos e equipamentos internacionais e nacionais. Como destaca Pedro Campos, por vezes, empresas públicas também se utilizavam da revista para autopromoção, como no caso da CESP, que tomaria a Edição Especial de setembro de 1969, sendo escolhido o Complexo de Urubupungá para representar todas as hidrelétricas do Brasil:

Neste mês, que seria o 9º ano do jornal O EMPREITEIRO junto à *classe construtora do país*, propomo-nos à tarefa de nossa primeira Edição Especial sobre hidrelétrica, obra de complexidade somente compatível ao metrô. E quantas e quais obras devemos visitar? Percorrer várias barragens, o que só poderíamos fazer de forma superficial, ou fazemos um trabalho de profundidade, analisando detidamente uma única obra? Optamos por este último e acreditamos que foi uma decisão acertada, pois a divulgação de generalidades pouco traz de proveitoso para os profissionais que *militam* na construção pesada, tanto os *empreiteiros* quanto o *peçoal do governo*, em especial, neste caso, as *empresas de economia mista* e as *entidades de energia elétrica*. Traçada a diretriz, nossa escolha recaiu em Ilha Solteira. Sem nunca desmerecer os outros projetos em execução, Ilha Solteira, parte do conjunto hidrelétrico Urubupungá, que é o maior do hemisfério ocidental, ocupa realmente a liderança entre outras obras do gênero no país.⁶⁰⁰

Primeiramente, como “classe construtora” refere-se aos empreiteiros, ao governo militar e à empresas de economia mista, tratando-se diretamente a CESP, realizadores de Urubupungá, tidos como os que militam para e pelo desenvolvimento nacional. Traz assim a imagem de um empreendimento completo, repleto de modernas técnicas de terraplanagem,

⁵⁹⁸ A CELUSA possuía um setor de biblioteca e documentação, localizado em sua sede, em São Paulo (Rua Helvécia, 55, 7º andar), que seria assimilado pela CESP em 1966 e ao longo das décadas foi se reagrupando e se dividindo. Possuía todo tipo de material ligado aos projetos hidrelétricos: livros com dados técnicos das obras e localidades, equações e dados da mecânica aplicada em Urubupungá, livros homônimos (histórico, localização, processo produtivo e de organização).

⁵⁹⁹ Fundada na década de 1960, é considerado um dos veículos de informação mais importantes voltados para o setor de construção pesada. De circulação nacional controlada, chegou a 21.000 exemplares, possuía estreitas relações com grupos empresariais assim como o governo militar, contando com nomes como Joseph Yung, Editor Chefe e chefe de informações da Caterpillar, e um corpo de engenheiros e técnicos de renome nacional. Ainda se encontra em circulação, mensalmente.

⁶⁰⁰ Revista O Empreiteiro. Edição nº 20, de setembro de 1969, p. 03, grifo nosso.

controle de segurança, vultosos números que acompanham e projetam tudo e todos a ele conectados. Neste sentido, mais do que apresentar as inovações no setor, que realmente estavam ocorrendo, suas caracterizações contribuíram para fortalecer e perpetuar determinada imagem, assim como daqueles ligados a mesma, como um “legado” a ser lembrado. Como exemplo, temos que a própria revista daria no ano de 1983 o prêmio de criatividade na engenharia para Lucas Nogueira Garcez, por ser o idealizador de Jupiá, quatorze anos depois de sua inauguração. Como outro exemplo, em matéria publicada pela revista em agosto de 2015, intitulada “O legado da engenharia brasileira” assim é descrito e rememorado o salto e o complexo de Urubupungá:

Mas foi no rio Paraná, no Salto do Urubupungá, que se deu o acontecimento de maior relevo na história da engenharia brasileira: a construção do chamado Complexo de Urubupungá. Caberia inicialmente à empresa Centrais Elétricas de Urubupungá (CELUSA), criada em 1961 e sob a presidência do engenheiro Francisco Souza Dias, dar andamento àquele empreendimento, tarefa assumida, em 1966, pelas Centrais Elétricas de São Paulo (Cesp), depois Companhia Energética de São Paulo.⁶⁰¹

Devemos ressaltar que o esforço propugnador não se inicia a partir da instauração do regime militar, mas encontra no mesmo sua continuidade e ampliação, principalmente pelas estreitas relações entre empresários, empreiteiras e o regime, como demonstrado por Pedro Campos.⁶⁰² Tais publicações acabavam adentrando outros espaços, servindo de ponte entre a promoção do empreendimento e outros fins, como a promoção da engenharia nacional. Isto ocorreria em 1966 quando uma das publicações ganha destaque na Revista de Engenharia Militar, projetando conjuntamente a imagem do regime, da hidrelétrica e defesa da competência da engenharia nacional.⁶⁰³

⁶⁰¹ [http://www.revistaoempreiteiro.com.br/Publicacoes/10371/O legado da engenharia brasileira a ser preservado e desenvolvido.aspx](http://www.revistaoempreiteiro.com.br/Publicacoes/10371/O_legado_da_engenharia_brasileira_a_ser_preservado_e_desenvolvido.aspx). Acessado em 01 de outubro de 2015.

⁶⁰² CAMPOS, P. *op. cit.* p. 115.

⁶⁰³ “Ilha Solteira projeta a revolução no futuro: 3.200.000 kW”. In: *Revista de Engenharia Militar*, nº 252, 1966.

IMAGEM 13 -



Divulgação - Ilha Solteira como excelência da engenharia nacional.

A publicação não destoa de um momento em que estão em realização campanhas em prol da engenharia nacional, em detrimento à participação de empresas estrangeiras no setor. A principal delas foi realizada pelo Clube da Engenharia a partir de 1964, ficando conhecida como “luta pela engenharia brasileira”, ganhando escala nacional por volta de 1966. Dentre seus objetivos estavam o de “promover todas as providências necessárias para que na prática venham a ser observados, no país, os princípios fundamentais constantes dos quatro pontos da doutrina firmada pelo Clube no que tange ao ‘*know how*’ e à técnicas nacionais”.⁶⁰⁴ Não deixando de tecer críticas ao governo de Costa e Silva a respeito de possíveis proteções a empresas estrangeiras, Campos aponta como resultante dessas ações o gradual fortalecimento de diretrizes e políticas em prol do setor nacional e a internacionalização de empresas da engenharia nacional. E como vimos no capítulo anterior, a imprensa atuou decisivamente para divulgação e destaque dos múltiplos aproveitamentos que grandes obras, como o complexo hidrelétrico aqui analisado, estavam a desenvolver sob a égide da engenharia nacional.⁶⁰⁵

Isso fica novamente evidente na publicação de volante intitulado “Sobre o rio Paraná Constrói-se um futuro melhor para você”, que, como destacado no capítulo anterior,

⁶⁰⁴ CLUBE de Engenharia, 1967, apud CAMPOS, P. op. cit, p. 304.

⁶⁰⁵ Além dos periódicos e fontes já destacados neste trabalho, Campos aponta como a publicação de livros e cartilhas, assim como a participação de jornais como O Globo e Correio da Manhã também se faziam presentes.

encontrou na imprensa total recepção para promoção e divulgação do mesmo. Contendo oito páginas foi distribuído pela CELUSA entre 1964 e 1966 com amplo uso de imagens e mapas, trazendo em sua página principal a maquete da futura hidrelétrica de Jupia. A afirmação de seus números é utilizada como estratégia para atestar sua grandeza logo em estampa: “Maior que Assuã, no Egito, 6 vezes mais potente que Três Marias, 5 vezes mais potente que Paulo Afonso, 2,5 mais potente que furnas”.⁶⁰⁶

Novamente, o determinismo tecnológico aparece no excerto como fator decisivo para transformação deste espaço. Próximo do evidenciado historicamente com as corredeiras de Urubupungá (1º capítulo), a imagem promovida é de um espaço estrategicamente pronto para o aproveitamento energético, por se encontrar no epicentro de importantes estados e ser “o local altamente econômico para o assentamento de concreto na construção de obras civis”.⁶⁰⁷ Logo, com os avanços promovidos pela engenharia nacional “toda sua imensa potência será aproveitada, finalmente, com a construção do conjunto hidrelétrico de Urubupungá. *Os anzóis da técnica pescarão quilowatts para alimentar o futuro fabuloso de nosso país*”.⁶⁰⁸ Assim, um espaço que pela própria documentação analisada estava “esquecido” até uma década atrás é promovido no excerto como “uma das mais ricas regiões do globo”, porém ainda paupérrima por não estar desenvolvida pelos imperativos energéticos:

A região servida por Urubupungá já é uma das mais ricas de nosso continente. Para o Brasil, significa 53 % de toda a renda nacional. Ali concentram-se 2/3 da população de nosso país. É a mais industrializada da América Latina. Em relação, porém, à sua riqueza potencial, pode-se afirmar *que a região é paupérrima*. A capacidade de expansão de sua indústria é imensurável. A terra é boa para a agricultura e os pastos favoráveis à pecuária. Seus habitantes vivem sobre um dos solos mais férteis da Terra. E, no entanto, *são milionários vestindo farrapos*. Urubupungá significará o aproveitamento de toda a *riqueza inexplorada*. Será a libertação de toda esta potencialidade: será trabalho, progresso, desenvolvimento e vida melhor para você, seus filhos, seus netos, para todo o Brasil dos anos que virão.⁶⁰⁹

Narrado em primeira pessoa, pois fala diretamente para o público em geral, a ideia de uma riqueza ainda não explorada é promovida como o objetivo a ser alçado, sendo a técnica o instrumento de mediação e promoção desse resultado. Próximo à leitura feita por Milton Santos, compreendemos aqui como ciência, tecnologia e o que o autor denomina de informação, tornam-se os imperativos de promoção e transformação desse espaço,

⁶⁰⁶ “Sobre o rio Paraná...”, op. cit.

⁶⁰⁷ Idem.

⁶⁰⁸ Idem, grifo nosso.

⁶⁰⁹ Idem, grifo nosso.

instrumento técnico-científico e organizacional, que funciona como um esquema operatório que abrange as relações econômicas, políticas e sociais desse espaço.⁶¹⁰

Sua importância e significado são expressos de diversas formas pelo volante, destacando as regiões que serão beneficiadas, os estados membros da CIBPU, sendo que “a região servida por Urubupungá será a mais eletrificada de todo o continente sul-americano”, o que representaria segundo o volante maior conforto, comodidade e riqueza para quem ali vive. Representava também a integração sul-americana, por meio da estrada fluvial que estaria conectando os países próximos ao rio Paraná, trazendo novamente a ideia dos caminhos fluviais para integração econômica, que estaria até o tempo presente permeando os planos e as propostas governamentais.

Neste ponto é interessante observar a circulação atual de cartilhas e panfletos destacando, por exemplo, o turismo empresarial e as possibilidades de escoamento de produção pelo rio Paraná junto aos países sul-americanos, que embasaram até mesmo acordo como o MERCOSUL e que não deixam de trazer em suas páginas referências diretas ao complexo hidrelétrico e as mesmas narrativas que estamos destacando pelas circulares de promoção tecidas na década de 1960.

“Não podemos perder um minuto sequer”. Esta era a ideia projetada pelo volante, buscando incidir a sensação de necessidade, entusiasmo e ritmo pulsantes das obras, e seria “a frase mais frequente dita pelos engenheiros, técnicos e operários de Urubupungá”.⁶¹¹ O ritmo é exemplificado pela apresentação das obras já realizadas e pela intensidade de trabalho: construção da Vila Piloto e seu aparelho social, pista de pouso, recordes de concretagem e número de equipamentos pesados, melhorias em estradas e pontes, tudo em ritmo intenso e frenético, passando diretamente a ideia de pertencimento e importância das obras para a sociedade: “Urubupungá foi feita pra você”.⁶¹²

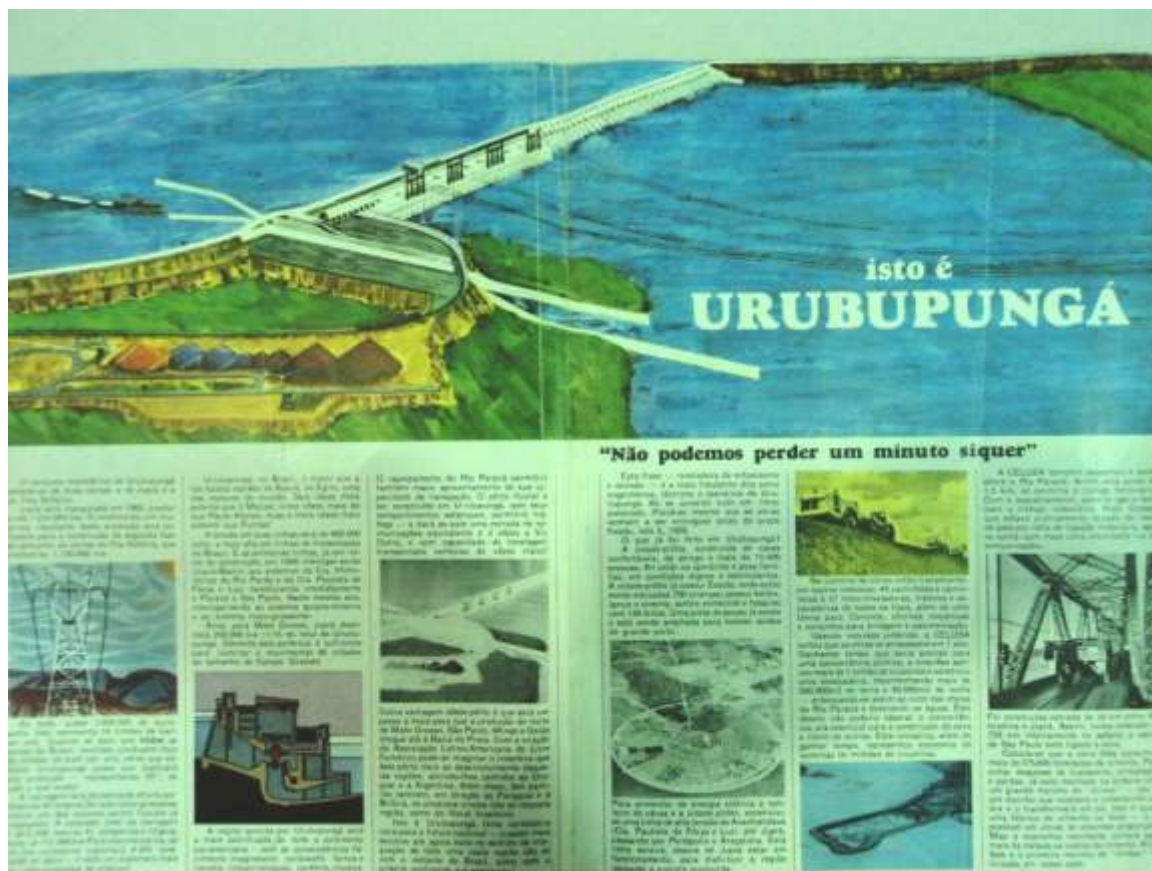
Logo, a ideia central do volante, “isto é Urubupungá”, adicionada junto à imagem da hidrelétrica exerce um duplo sentido: condensar o conjunto de potencialidades promovidas e decorrentes da construção do complexo hidrelétrico, pela ideia de que Urubupungá é energia, transporte, urbanização, indústria, etc... A promoção desta imagem contribui novamente para resignificar a própria ideia dos saltos e corredeiras que, historicamente, marcavam este espaço, do bravo e caudaloso para o aproveitamento múltiplo dos recursos naturais por meio da construção do complexo hidrelétrico.

⁶¹⁰ SANTOS, op. cit.

⁶¹¹ “Sobre o rio Paraná...”, op. cit.

⁶¹² Idem.

IMAGEM 14 -



Volante de divulgação do complexo Hidrelétrico.

Fonte: Fundação Energia e Saneamento

Além dos imperativos econômicos destacados, sua construção também representava o avanço social. Trazendo a título “O significado social de Urubupungá” era ressaltado que “os responsáveis pelo destino social do povo compreendem que é preciso atenuar, senão banir, os desajustes econômicos entre as várias regiões do país”.⁶¹³ E a construção do complexo seria o fino fio entre o desenvolvimento e subdesenvolvimento, pois estimularia diretamente o potencial existente naquele espaço, ainda não aproveitado. Ao mesmo tempo, buscava-se destacar que seu significado ultrapassava os ditames energéticos, “Uma obra como essa não se avalia somente pelos quilowatts que produzirá. O simples fato de estar sendo construída contribuirá, pela compra de material, para o aproveitamento da crescente capacidade produtiva de setores básicos da indústria nacional”.⁶¹⁴ O que está sendo exposto é justamente o potencial de crescimento da engenharia nacional e de equipamentos pesados que se constrói a partir deste empreendimento, por isso sendo mesmo destacado que enquanto em Jupirá se

⁶¹³ Idem.

⁶¹⁴ Idem.

utilizará 70% de equipamentos internacionais e 30% nacionais, em Ilha Solteira a situação se inverterá.

Na realidade, o setor de produção de peças e equipamentos até meados da década de 1950 ainda encontrava-se dependente das importações, cenário que iria mudar gradualmente com a expansão e demandas nacionais, seja por meio da atuação federal ou de empresas estaduais. Como destaca Carla Sasse, o aumento da participação de empresas públicas na produção energética entre 1952 e 1965, passando de 7% para 55%, refletiu no fortalecimento e instalação de empresas no país.⁶¹⁵ Buscava-se atender assim uma das metas proposta já no Plano de Meta (nº 29), de realização da produção nacional de equipamentos pesados para grandes projetos, como ressaltado em relação ao projeto de Urubupungá.

Neste caso, além de trazer a público a apresentação do empreendimento, os setores e grupos envolvidos no projeto, tais como CELUSA e o governado do estado de São Paulo, apresentam diretamente o rol de empresas que atuam no fornecimento de equipamentos para a obra. Estas representariam parte do que denominam como o novo *know how* da construção nacional. Este setor, em pleno desenvolvimento desde a década de 1950, atuou diretamente no fornecimento de matérias-primas e materiais semi-elaborados, destacam-se na documentação as seguintes empresas: General Eletric S/A- São Paulo, Mecânica Pesada S.A- São Paulo, Bardella S/A Indústrias Mecânicas- São Paulo, Ishikawajima do Brasil Estaleiros- Rio de Janeiro, Indústrias Elétricas Brow Boveri S.A – São Paulo, ASEA do Brasil e Construções Eletromecânicas S.A. Porém, mesmo com o desenvolvimento deste setor nacional grande parte dos equipamentos eletromecânicos contaram com a fabricação da italiana GIE, assim como com a participação da suíça Escher Wyss, construtora de duas das quatorze turbinas.

Logo, estes imperativos contribuem para formulação da imagem e da divulgação do empreendimento e, concluindo ser Urubupungá uma “obra de redenção nacional”, complementa:

Realmente, Urubupungá não será apenas mais uma grande hidrelétrica. Seu significado econômico e social transcende a própria obra física, projeta-se, poderosamente, como fator de impulso ao desenvolvimento de todo o país [...] Talvez você nunca venha visitar Urubupungá. Mas isso não importa. Em sua casa, seu escritório, em sua fábrica, na escola de seus filhos, você sentirá a presença de Urubupungá. Na expansão dos negócios estará Urubupungá. No aumento de sua renda e do conforto de sua família estará Urubupungá. Em dias melhores para você, seus filhos e descendentes, numa vida mais

⁶¹⁵ SASSE, Carla M. *Capital estrangeiro e energia elétrica no Brasil: estudo sobre as empresas fornecedoras de equipamentos para o setor elétrico*. Dissertação. Programa de Pós Graduação História Econômica. USP, 2015.

digna e mais tranquila para todos, você saberá da existência de Urubupungá.
⁶¹⁶

Entendemos assim que a produção de materiais como esses se funde diretamente na organização da própria memória do que está sendo narrado, pois como pontua Vesentini “ao lado do fato o documento surge como mais um ponto, quase irredutível de referência obrigatória”, pois uma época, ou nesse caso o empreendimento, também se expressam através dele.⁶¹⁷ Por esses canais fato e interpretação se unem, resultando em uma leitura que se perpetua e é difundida naquele momento ou para posteridade, por outros canais, para outras necessidades.

Uma exemplificação pode ser observada na produção de outra cartilha, também feita durante o andamento das obras. Confeccionada pela Divisão de Comunicação, em 1968, intitula-se “Urubupungá: um pouco de sua história” e traz em suas páginas como, onde, por quem e de que modo surgira o complexo hidrelétrico e, mais do que isto, incorpora e (re) produz diretamente uma leitura atrelada ao que foi exposto pela documentação anteriormente apresentada. Mesmo ainda em andamento e a ter toda sua segunda etapa de construção pela frente sua história já está sendo revelada, formulada sob os ângulos e as interrogações de quem a está interpretando, transubstanciada pela documentação que está sendo produzida e que adentraria a própria memória do empreendimento até o tempo presente. Neste caso, novamente a obra de Enzo Silveira, produzida em 1970, contribui para isto, visto que o autor incorporaria em seu próprio conteúdo grande parte desta cartilha, inclusive em excertos já destacados aqui.⁶¹⁸

A obra, de Enzo Silveira, seria relançada pelo governo de Mato Grosso do Sul em 2012 juntamente com outras que compõem uma coleção denominada “Documentos para História de Mato Grosso do Sul”.⁶¹⁹ Assim, conjuntamente com relatos de povoamento e colonização, passagens bandeirantes e jesuíticas e um quadro histórico-econômico de

⁶¹⁶ Idem.

⁶¹⁷ VESENTINI, op. cit, p. 80.

⁶¹⁸ SILVEIRA, op. Cit. p. 104.

⁶¹⁹ A coleção é composta por quatro Boxes, com três livros em cada. No primeiro Box (2010) encontram-se as obras “Anais do descobrimento: povoação e conquista do Rio de la Prata”, do espanhol Ruy Dias de Guzman, “Oeste: Ensaio sobre a grande propriedade Pastoril” de Nelson Werneck Sodré” e “Pantanais Matogrossenses”, de Virgílio Correa Filho. No segundo Box, também de 2010, estão “Jesuítas e Bandeirantes no Itatim”, de Jaime Cortesão, “Oeste de São Paulo, Sul de Mato-Grosso”, de autoria de Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa e “Episódios históricos da formação geográfica do Brasil”, escrito por Mário Monteiro de Almeida. A terceira caixa, apresentada em 2011, contém “Ulrico Schimidl no Brasil Quinhentista”; “Na Era das Bandeiras”, de Affonso Taunay e “À Sombra dos Hervaes”, de Virgílio Correa Filho, um dos organizadores da coleção, juntamente com os historiadores Gilson Rodolfo Martins, Paulo Roberto Cimó Queiroz e o ex-secretário de Fazenda Mário Sérgio Lorenzetto. Neste quarto Box, junto à obra de Silveira encontram-se as obras “Jaraguá” Romance da Penetração Bandeirante”, de Alfredo Ellis Júnior e “A Civilização Material das Tribos Tupi-Guarani”, de Alfredo Métraux.

formação do interior do Brasil, a obra de Enzo Silveira adentra como um dos marcos de memória da história de Mato Grosso do Sul, carregando diretamente o conjunto de significados e narrativas produzidas junto à realização do complexo hidrelétrico, aqui destacadas e fundamentais para sua própria compreensão.⁶²⁰ Sobre tais questões, Vesentini é enfático em ressaltar como estes elementos tornam-se objetos consensuais de alocação de memórias, sendo que “esta união ocorre em torno de ‘acontecimentos’, já alocados no que se memorizou como disponível a todos”. Neste caso, o acontecimento “descola-se das práticas vivas que o instituíram, assumindo este ar concreto, substantivo, dado pela certeza, comum a todos e prévia a qualquer análise, de sua existência como lugar onde a criação se deu”.⁶²¹

Logo, a realização de trabalhos como estes, permeados por obras como a de Silveira são fundamentais por um duplo sentido, por um lado pela acessibilidade a conteúdos que contribuem para compreensão história destas regiões, como Mato Grosso do Sul assim como para visualizarmos como tais documentos carregam conjuntamente um conjunto de posições, narrativas e percepções de grupos e sujeitos ligados ao fato elucidado, e que contribuem para a realização de novas pesquisas.

Sua imagem era internacional. Assim como veremos junto aos documentários sobre o complexo hidrelétrico, outras cartilhas foram produzidas visando sua divulgação para além de nossas fronteiras, principalmente para aqueles espaços subsidiários economicamente ou que tiveram alguma relação ao longo da construção do empreendimento, por meio de empresas e projetos, como Europa e Estados Unidos. Duas delas, idênticas, trazem a título, em francês e inglês, respectivamente “*Urubupungá: Savez-vous ce que la représent?*” e “*Urubupungá: Do you know what it represents?*”, apresentando novamente o que era o complexo, suas bases organizativas, suas potencialidades e agentes mediadores do empreendimento. Produzida pelo setor de Relações Públicas da CESP traz a marca do governo do Estado de São Paulo, conduzido neste momento por Abreu Sodré, com o lema “Integração e Desenvolvimento”. Como propósito a ser alcançado por meio de sua realização o excerto destaca algumas possibilidades:

Les propres statuts sociaux de la CESP-Centrales Eléctricas de São Paulo S.A - laissent déjà entrevoir une profonde influence dans la structure productive de l' État, en déterminant comme objectifs sociaux, outre la primordiale

⁶²⁰ Segundo o professor Paulo Roberto Cimó Queiroz, um dos organizadores da coleção, a “nossa ideia era republicar obras que tivessem relação, de modo mais específico, com cada uma das regiões do estado” e neste caso a obra de Silveira estaria conectada diretamente à região leste, “tendo em vista, por um lado, a relevância que tem (para todo o estado, mas em especial para o leste) o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná, e por outro lado o valor documental da obra sugerida”. Correspondência eletrônica realizada no dia 18/09/2015.

⁶²¹ VESENTINI, op. cit. p. 43.

*production d'énergie: régulation des débits de fleuves, constructions et opérations du système de navigation, irrigation et drainage, assistance technique pour activités économiques, publiques ou particulières, et études et exécution de plans et programmes de développement économique, dans les régions d'intérêt pour la Société.*⁶²²

Novamente a ideia de aproveitamento múltiplo dos recursos mostra-se presente ao longo do documento, como no trecho destacado, o que nos demonstra como práticas já concebidas pela TVA ainda permanecem permeando a organização do empreendimento. Mais do que isto, o excerto revela que a autarquia é base fundamental para exemplificação de práticas e de planejamento e coordenação entre o complexo e as cidades permeadas por seu desenvolvimento, lembrando aqui aqueles mapas muito difundidos, que apresentam o “raio de impacto” do complexo hidrelétrico. Conjuntamente às contribuições desta autarquia, são destacadas as experiências realizadas na União Soviética com aproveitamento hidrelétrico:

*Une point important pour le développement coordonné Municipalités/État, est la connaissance préalable des inter-interférences des travaux de la CESP et les municipalités et entités privées, directement atteintes ou avantagées, suivant l'exemple de ce qui a été fait: aux États-Unis en relation à l'utilisation rationnelle maximum du fleuve Tennessee, d'après les études de la Valley Authority avec la collaboration volontaire d'entreprises et Municipalités intéressées; en Union Soviétique, où la construction des usines de Bratsk, Krasnoyarsk et Irkutsk a été réalisée simultanément avec des projets d'utilisation multiple de tous les recours créés dans le bassin du fleuve Yenessey.*⁶²³

Faz-se entender a referência ao programa soviético, visto que, como destacado em outros capítulos, algumas relações, principalmente técnicas e financeiras ocorreram com países desse bloco e até mesmo entre os EUA e URSS durante a Segunda Guerra Mundial, pela troca de saberes técnicos, como visto junto à documentação do TVA. No caso da União Soviética, a consolidação do setor energético foi visto e articulado ainda no início do século XX por personagens como Lênin como o elemento dinamizador, a força revolucionária e transformadora das bases de trabalho e vida para todos. Considerava que “*Communism is Soviet power plus the electrification of the whole country*”, tendo papel central para o processo político-econômico ocorrido neste momento, chegando a ser posto em prática por meio do Plano GOELRO,⁶²⁴ que elaborado por um grupo de técnicos e cientistas, iniciou o aproveitamento múltiplo dos rios e bacias russas.

⁶²² Urubupungá: *Savez-vous ce que la représent?*. Departamento de Relações Públicas CESP, 1969, p. 7.

⁶²³ Idem, p. 09.

⁶²⁴ O GOELRO, em português Comissão Estatal para Eletrificação da Rússia, foi um plano de eletrificação iniciado em 1920, sob a condução de Lênin tendo como meta um programa de 15 anos para construção de 10

FOTO 25 e ILUSTRAÇÃO 06



Hidrelétrica de Krasnoyarsk (Rússia) e panfleto comemorativo GOELRO.

O jogo de luzes, a intensidade vívida que emana e reflete nas águas, seja em Krasnoyarsk, nos caminhos de Urubupungá ou no TVA, demonstravam que produzir energia não era nem de longe a única meta que permeava tais obras. Como aponta Culvahouse, design e persuasão também se apresentam nas tramas entre produzir energia, pilar do desenvolvimento e promover os sentidos e formas a ela atrelados, como se *“the experience of the dam was designed to thrill, and this sensation was magnified with careful attention to the night time lighting of the complex, with low, glare free fixtures that softly lit the paths and roadways and highlight the lines of the massive dam from a distance”*.⁶²⁵

Apenas para destacar outro exemplo, mesmo que o trabalho com imagens não seja nosso escopo central, a enorme produção realizada durante toda a construção do Complexo de Urubupungá registra os múltiplos sentidos que permeavam sua realização. Pelas mais de mil fotos produzidas, diferentes ângulos e tomadas aéreas projetavam elementos como a grandiosidade, arrojo e primazia da obra. Em outros casos, como na imagem abaixo, o empreendimento era levado para além de seu tempo, no qual a figura de um rapaz, em primeiro plano, dialogava com as luzes da construção, em segundo plano, em que o presente contrastava com os olhos voltados para o futuro, neste caso, para o complexo hidrelétrico em pleno desenvolvimento.

hidrelétricas de grande porte, em regiões estratégicas do país, objetivando produzir mais de 10,700 milhões de kW/h.

⁶²⁵ CULVAHOUSE, op. cit, p. 44.

FOTO 26 -**Construção hidrelétrica Ilha Solteira. Complexo de Urubupungá.****Fonte:** CDMCC.

Entendemos assim que o primeiro conjunto de documentos contribuiu diretamente tanto para ampliação da divulgação do empreendimento e dos sentidos a ele projetados quanto para visualizarmos o que segundo seus agentes mediadores deveria ser divulgado e como o deveria ser. Mesmo com a dificuldade de identificação de números de tiragens, os excertos reforçam um conjunto de representações tecidas e que, com a colaboração dos canais de divulgação expostos, compõem a própria memória do complexo hidrelétrico.

4.1 URUBUPUNGÁ NAS TELAS: A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

O esforço propugnador alcançou as telas. E sua atuação seria digna de todas as honrarias e premiações do tapete vermelho, permeada com toques francófonos de produção e contando com empenho governamental e de capitais privados para sua divulgação. Como resultado, temos uma rica produção de documentários que, sem destoar das significações de seu tempo, exerceram forte influência para a história do Complexo Hidrelétrico de Urubupungá.

Como destacado por um conjunto de trabalhos ⁶²⁶ ao longo das décadas de 1950 e 1970, período de organização e construção do complexo hidrelétrico, eram recorrentes o uso e a produção de vídeos e documentários por parte de governos e empresas, a fim de divulgar suas marcas, produzir suas memórias ou mesmo difundir determinadas ideias e fomentar campanhas. Sobre os mais variados temas e formas celebravam marcas e empresas, engendravam opções políticas, revelavam disputas e acirramentos, promoviam golpes. Contando com novas técnicas e linguagens cinematográficas alcançaram rapidamente o público, sendo exibido pelas salas de cinema ou mesmo pela televisão, em ampla ascensão neste contexto.

Sendo as grandes obras uma das marcas deste período, assim como a necessidade e ampliação do parque energético, não tardaria para que fossem visualizadas como plataformas de publicidade e divulgação de diversas ideologias. Assim, dentre a pluralidade de filmes produzidos sobre o setor energético, encontraremos 15 filmes centrados no Complexo Hidrelétrico Urubupungá e seus grupos organizadores.

A cargo de consideração, é importante ressaltar que nosso olhar não está dirigido para descortinar as tramas e as relações envoltas no uso de vídeos e documentários como instrumento político e governamental, mesmo que acabemos por circular nesta esfera, mas sim desconstruir o papel, a linguagem e a representação tecida do complexo hidrelétrico por meio destas produções, que são entendidas, dentre o conjunto de fontes já destacadas, como elementos articuladores de sua imagem e propugnadores de determinados olhares e contrastes, ou, como ressalta Heloise Costa “os mecanismos que fizeram de suas imagens o espelho a devolver-nos a imagem que o Brasil sonhava de si mesmo”. ⁶²⁷

Os títulos produzidos que possuem foco ou destacam a centralidade do Complexo de Urubupungá são os seguintes: “Constroem-se 3 milhões de kW” (1962); “Urubupungá” (1962); “Urubupungá: obra de redenção nacional” (1964); “Ilha Solteira” (1966 e 1973, 1976); “O futuro do Brasil Presente em Urubupungá” (1969); “Camargo Corrêa: colaborando com o progresso” (1969); “A energia de Jupia” (1970); “Urubupungá: Brasil com energia”(1970); “Cerrar um rio” (1972); “DAEE: desenvolvimento para São Paulo” (1974);

⁶²⁶ COSTA, Heloise. Palco de uma história desejada: o retrato do Brasil por Jean Manzon. In: *Fotografia*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN. Ministério da Cultura. Rio de Janeiro, 1997; DREIFUSS, op. cit; CARDENUTO, Reinaldo. *Discursos de intervenção: o cinema de propaganda ideológica para o CPC e o Ipês às vésperas do golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – ECA-USP, São Paulo, 2008; NARS, Edson Luiz. *Um olhar sobre o Brasil pelas lentes de Jean Manzon*: de JK a Costa e Silva. Dissertação. Mestrado, UNESP. Araraquara, 1996;

⁶²⁷ COSTA, op. cit, p. 158.

“Ilha Solteira: uma epopéia no rio Paraná”(1974); “Complexo Hidrelétrico Urubupungá” (1971-1975); “Urubupungá” (1976).⁶²⁸

Produzidos entre o início da década de 1960 e fins da década seguinte contaram com a participação financeira principalmente de empresas ligadas ao empreendimento, tais como a CELUSA, CESP e Camargo Corrêa assim como direta intervenção do Estado de São Paulo por meio de departamentos como o DAEE, pois seu plano de ação permeava diretamente os caminhos deste complexo hidrelétrico, como vimos ao longo do trabalho. Logo, sua produção afinava-se com intenções político-econômicas. Projetando assim a imagem do empreendimento somada aos órgãos e empresas traz como marca a qualidade das imagens, ricas tomadas aéreas, com diferentes ângulos e cenas que dão movimento e fluidez para a trama que está sendo narrada, trazendo diretamente o próprio ritmo e a intensidade do canteiro de obras. Contendo durações variadas, de 4 a 14 minutos, com um texto envolvente, contava com a participação de importantes nomes do meio para tanto, como Luís Jatobá⁶²⁹ e Fábio Perez como narradores e nomes como Jean Manzon e Romain Lesage como produtores, o que explica a qualidade dos documentários e a importância que seus financiadores projetavam para sua produção, pois como destacado pela bibliografia se tornariam a principal escolha por parte de empresas, empresários e setores governamentais para promoção nacional e internacional. Assim, entender a participação de nomes como de Jean Manzon é elucidar a própria lógica de produção e divulgação destes documentários.

Nascido na França, Manzon chega ao Brasil em 1940, fugindo da mesma guerra onde atou como fotógrafo e foi preso pelo regime nazista. Logo em seu primeiro trabalho integra o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, onde se torna fundamental para o mecanismo de promoção e imagem do Estado Novo. Ao mesmo tempo, como destaca Helouise Costa sua participação neste setor acaba também por influir na própria imagem de Manzon sobre o Brasil: “de um lado o populismo e o nacionalismo como substrato ideológico, de outro, o seu olhar de estrangeiro”.⁶³⁰ Ficaria neste posto até 1943 quando é convidado a trabalhar na revista O Cruzeiro, onde, em parceria com David Nasser, realiza

⁶²⁸ Os filmes analisados neste trabalho contaram com a colaboração do Centro de Documentação e Memória Camargo Corrêa e Arquivo Público do Estado de São Paulo. Infelizmente nem todos os títulos existentes foram passíveis de consulta, visto que de alguns deles constam a realização, mas não se encontram disponíveis.

⁶²⁹ Recorrente figura na história da comunicação brasileira atuou no rádio, televisão e cinema, apresentou programas jornalísticos como “Hora do Brasil”, tendo também atuação na Rádio Nacional na década de 1950. Posteriormente foi o apresentador do primeiro noticiário da TV brasileira, na Tupi, trabalhando ainda na TV Excelsior e Rede Globo.

⁶³⁰ COSTA, Helouise, op. Cit. p. 219.

uma verdadeira transformação nos padrões e técnicas de fotojornalismo, o que contribui para tornar a própria revista uma referência nacional no quesito.⁶³¹

A partir do prestígio e da influência conquistada, tanto no setor público quanto no privado, funda em 1951 sua própria empresa cinematográfica, a Jean Manzon Produções Cinematográficas, contando em sua equipe, além dos já destacados nomes como René Persin, Paulo Mendes Campos e, em algumas produções, com Millôr Fernandes e Fred Chateaubriand. Mesmo com um custo elevado, rapidamente inicia sua participação em produções em diversos setores políticos, econômicos e sociais, como as realizadas durante o governo de Getúlio Vargas. A partir de 1955, como nos apresenta Maria Bizzelo torna-se o cinegrafista pilar da construção de Brasília e de outros projetos desenvolvimentistas do governo JK, principalmente do setor energético e automobilístico, difundindo uma imagem muito além dos empreendimentos, contribuindo inclusive para levar a público a imagem do ainda nacionalmente não conhecido Juscelino Kubitschek.⁶³² Por isto mesmo seria chamado por Élio Gaspari de o “épico da propaganda juscelinista”.⁶³³

Trazendo a percepção de um “Brasil em construção” ou como ressalta Eduardo Nars “caçador das imagens do progresso”, Manzon não deixaria de lado a captação e a realização de trabalhos alicerçados na exaltação da natureza e da marcha do progresso aos rincões do país, como já havia iniciado em seus trabalhos no fotojornalismo. Logo, projetos como a mudança da capital nacional e a construção de grandes hidrelétricas foram presentes e marcantes em suas produções, pois sinalizavam diretamente o desenvolvimento e o avanço para os espaços citados.

Antes mesmo do início de sua cobertura audiovisual de Urubupungá, sua ampla parceria com empresas privadas e governos estaduais condensaram a realização de uma dúzia de documentários sobre o setor energético, destacando: “Light Power Co” (1951); “Kilowatts de Peixoto Para o Progresso do Brasil”; “Rio São Francisco e a barragem de Três Marias” (1957); “Águas que Geram o Progresso” (1958); “Luz - Energia – Progresso” (1959); “Furnas”; “Três Marias”; “Três Marias em Marcha” (1960); “Brasil: Potência industrial”, “Kilowatts para São Paulo” (1960). Próximo do que ocorreria junto ao complexo de Urubupungá notam-se distintas parcerias realizadas com empresas e setores nacionais, como a Empresa Elétrica Brasileira e o governo de Minas Gerais. Uma ideia também prevalece em

⁶³¹ Ver: BARBOSA, Marialva. O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira. In: *Ciberlegenda*, nº 7, 2000; Romanello, Jorge Luis. *A natureza no discurso fotográfico da revista O Cruzeiro: paisagens e imaginários no Brasil desenvolvimentista*. Tese. (Doutorado em História). UNESP, Assis 2006.

⁶³² BIZELLO, Maria Leandra. *Entre fotografias e fotogramas: a construção a imagem pública de Juscelino Kubitschek*. 1956-1961. Tese (Doutorado em Multimeios) – IAUNICAMP, Campinas, 2008.

⁶³³ GASPARI, Élio, *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 158.

todos os documentários e que estaria presente nos realizados sobre Urubupungá: “o crescimento industrial traz sempre mais energia”.

Com a transferência de sua produtora para São Paulo cresce sua aproximação com os setores empresariais paulistas que visualizam no trabalho de Manzon uma importante parceria para difusão de seu parque industrial e tudo aquilo que poderiam relacionar ao mesmo. Segundo Reinaldo Cardenuto Filho ocorreu uma identificação ideológica entre este setor e o cineasta, de forma que a qualidade de suas produções somadas a seus canais e estratégias de difusão era tudo que os empresários queriam para (re) afirmar sua posição no cenário nacional, tanto econômica quanto politicamente.⁶³⁴ Tanto que suas boas relações com os diversos setores públicos e privados foram vistas com bons olhos pelo Ipes, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais que encontrou no cineasta a realização de produções vinculadas as suas estratégias anticomunistas e de oposição a governos como o de João Goulart.⁶³⁵

Para Pedro Henrique Campo o Ipes serviu também de aproximação entre militares e empresariado, fato que se tornaria mais forte e evidente a partir do regime militar, em que diversas companhias buscaram alicerçar seus interesses contando com a presença de militares em seus quadros organizativos, o que era comum dentro de empresas do setor energético. Nos caminhos do complexo de Urubupungá encontraríamos alguns exemplos da participação, como do general João da Rocha Fragozo, primeiro administrador da cidade de Ilha Solteira. Ainda sobre a CESP, Antônio Carlos Nova conta em seu trabalho que foi recorrente ouvir de entrevistados sobre tal interação, ressaltando que altos cargos eram ocupados como uma espécie de “promoção” para aqueles que se estariam desempenhando um bom trabalho na defesa dos interesses do regime.⁶³⁶

Assim, se o progresso nacional perpassava diretamente pelos caminhos do setor energético, sua imagem deveria ser lapidada e projetada. E a “Manzonbrás”, como era referida por alguns periódicos, juntamente com outras produtoras daria os passos iniciais.

O primeiro documentário a ser realizado foi “Constroem-se 3 milhões de kW”, de 1962, produzido por Jean Manzon. Trazendo a cidade de São Paulo, logo na primeira cena, a descreve como exemplo de dinâmica econômica e desenvolvimento, fruto da produção

⁶³⁴ CARDENUTO op. cit.

⁶³⁵ Criado em 1961 por setores nacionais contrários à política e economia em vigor, tornou-se efetivamente um dos centros de articulação para o golpe militar em 1964. Com a participação de membros dos setores industriais, bancários, dentre outros, produziram junto a Manzon cerca de 11 filmes com temáticas ligadas ao anticomunismo e promoção dos valores liberais assim como soluções e caminhos para o desenvolvimento nacional. Além destes, tinha ao seu lado setores da imprensa e militares, o que fortaleceu sua expansão e ação no país. Segundo Dreifuss somente no ano de 1962 cerca de 110 candidatos de vários cargos políticos foram eleitos por meio de financiamento do instituto, op. cit.

⁶³⁶ NOVA, op. cit, 2000, p. 47-48.

energética. Logo, pontua à necessidade de expansão e ampliação do parque energético para continuidade de seu crescimento, fato que poderia ser resolvido com o início da construção de Urubupungá. Ao longo do documentário podemos observar primordialmente o didatismo presente em sua construção, preocupado em narrar a história e construir uma imagem sequencial e descritiva do conteúdo que está sendo exposto, possibilitando, simultaneamente, explicar e potencializar o que estava em tela. Esta característica, como aponta Edson Nars, permeia toda a obra de Manzon, o que colaborava para que suas produções não se assemelhassem a um cinejornal.⁶³⁷

Este primeiro documentário pode ser tomado como uma carta de apresentação pública para aqueles que ainda não conheciam a obra, destacando com dados e imagens cada passo que será dado ao longo da próxima década. Em um jogo de cena, transporta o expectador de uma máquina em desaceleração para a imagem das corredeiras de Urubupungá, tendo na sequência de tomadas aéreas a visualização daquele potencial, descrito como ainda esquecido e abandonado. Logo, os primeiros canteiros de obras assim como a Vila Piloto, ainda em início de construção, são tomados como ponto inicial deste aproveitamento, trazendo para a cena o trabalho de seus próprios futuros moradores. O início da construção das estradas asfálticas, redes de concretamento, primeiros núcleos habitacionais contrastam aos olhos do documentário com uma paisagem entre o bucólico e o selvagem, que gradualmente ganhava vida pelas mãos da CIBPU e do governo do Estado de São Paulo. Seu governador, Carvalho Pinto tem assim destaque juntamente com o Plano de Ação Paulista que por meio de órgãos como o DAEE, integram o aproveitamento energético.

Historicamente pensada como ponto de penetração aos rincões do país, a malha ferroviária presente pela ponte Francisco de Sá se traduz em ponto de passagem e escoamento do maquinário pesado até Urubupungá, pelos trilhos da NOB, articulada pela narrativa em uma perfeita sincronia com a obra, braço direito e colaboradora para o progresso, quase como uma extensão, onde uma termina e outra começa.

⁶³⁷ NARS, op. cit.

FOTO 27 -



Ponto de intersecção entre hidrelétrica e ferrovia.

Fonte: CDMCC

Representando a ideia de progresso, o maquinário pesado abria caminho para a construção do parque industrial às margens do rio, onde as tomadas de câmera colocadas abaixo dos grandes vasculantes traziam a sensação de força e dominação, em um ritmo frenético, dia e noite, projetando com a narração, em leitura próxima da descrita nas cartilhas, a ideia de que “não podemos perder um segundo sequer”. Como fechamento nos leva novamente ao ponto de origem: a cidade de São Paulo, mas pelos fios de alta tensão que irão sair de Urubupungá e voltar para seu destino, colocar aquela mesma máquina em funcionamento.

Sua primeira exibição ocorreu em 2 de maio de 1962, no consagrado Cine Marrocos, em São Paulo. Com ares de data oficial, contou com a presença de governadores, chefes-executivos e membros das comissões ligadas ao complexo hidrelétrico, como Carvalho Pinto e Hélio Bicudo. Assim como ocorreria com outros documentários, sua exibição foi destacada em outros meios de comunicação, como os jornais e revistas, realizando pelo impresso a

divulgação do audiovisual.⁶³⁸ Outro elemento que reforça a centralidade de sua produção para os grupos organizadores é o apoio que teve do Instituto Nacional de Estudos Superiores e da CIBPU, que colaboraram financeiramente para sua produção.

Manzon seria requisitado para promover todos os momentos da construção, desde a obra inaugural, neste primeiro vídeo, passando por sua primeira fase, em Jupiá e fechando com a segunda, em Ilha Solteira, estando ambas as hidrelétricas em funcionamento. Isto nos traz a percepção de como propaganda e os tidos espaços do desenvolvimento caminharam lado a lado, mapeando todas as suas etapas, estabelecendo tais produções como uma espécie de “monumento histórico” do que está sendo apresentado, produzido para determinados interesses e poderes, como destaca Maria Helena Capelato et al, uma imagem engajada em outras imagens, substrato do que pode ser lembrado e que mudará conforme os objetivos que ela implica.⁶³⁹

Em 1970 seria filmado “A energia de Jupiá”, apresentando todas as transformações ocorridas no empreendimento ao longo de seus primeiros dez anos. Mais encorpado e realizando uma narrativa que vai das origens do empreendimento à inauguração das turbinas, demonstra em tom dramático e heroico todas as etapas de construção. Como estratégia de fixação, data os principais momentos que devem ser lembrados, adjetivando cada um deles: 1960- toneladas de rocha e pedra são movimentadas para realização da ensecadeira, “passo inicial para gigantesca obra”, 1962: construção da central de concreto no canteiro de obras, “não se podia perder tempo”, 1965: construção da casa de força, 1968: ponto final da construção da represa, “primeira etapa do audacioso plano energético da CESP”. Por fim, a abertura das comportas, “fazendo jorrar novas possibilidades” para alimentar, como ressalta a narrativa, a fome de energia de um parque industrial em expansão. E novamente, como no primeiro documentário, leva-nos de volta a São Paulo, por meio das linhas de alta tensão. Aqui, a centralidade dada a São Paulo liga-se a própria iniciativa de seu governo na promoção do documentário.

De fácil compreensão, recorre à utilização de imagens ilustrativas diretamente atreladas à narração, trazendo, por exemplo, para exemplificar os benefícios da produção energética, pequenos fragmentos de outros documentários produzidos pelo próprio Manzon, sobre a indústria automobilística, siderurgia e produtos eletrodomésticos. Contando com uma sonoridade envolvente e empolgante, com o uso de música instrumental, produzia uma leitura

⁶³⁸ OESP, 28/04/1962, p. 8.

⁶³⁹ CAPELATO, Maria Helena, MORETTIN, Eduardo, NAPOLITANO, Marcos, SALIBA, Elias Thomé (orgs.). *História e cinema: dimensões históricas do audiovisual*. São Paulo: Alameda, 2007.

destinada à fixação de determinadas ideias, até mesmo expostas em repetição, com o intuito de reafirmar claramente a ideia para o público. Como exemplo, destaca sequencialmente que “a engenharia brasileira introduziu inovações que permitiram concluir a obra 12 meses antes do prazo estabelecido”, três vezes seguidas.

Por meio dessa estrutura, o documentário alcançava seus objetivos em apresentar a importância, a necessidade e a condução de Urubupungá para o desenvolvimento nacional, trazendo consigo a projeção de que, com o complexo “abriram-se as fronteiras de uma região esquecida”, ou que a “recuperação econômica com a energia de Jupia irá suplementar a grande São Paulo” e “em ritmo incansável se aperfeiçoava o *know how* brasileiro para barragens de grande porte”.

Logo, os grupos organizadores e patrocinadores moldavam assim a sua Urubupungá aos olhos da nação e com ela sua concepção de mundo ou os interesses a ela inseridos. A positividade da obra, os recordes, tudo estava bem articulado e projetado pelas lentes, pois, ao selecionar o que deveria ser visto, promoviam também o que deveriam ver nas empresas, reforçando, como pontua Pierre Bourdieu sua própria força em relação à sociedade em que esta inserida.⁶⁴⁰ Assim, a produção documentária procurou, além de fixar marcos de sua própria história, vender para o público as virtudes do progresso nacional por meio do complexo hidrelétrico, muito próximas ao que Manzon já realizava em seus documentários, onde a ideia do “Brasil Grande” também passava por Urubupungá. Para além da produção energética, construía-se uma imagem calma e passiva do progresso, em que prevalecia a comunhão dos trabalhadores e da obra, sem conflitos ou mesmo contrapontos, um Brasil que trabalha e é feliz, como pontua Nars.⁶⁴¹

E, neste mesmo documentário, podemos observar tal assertiva. Antes de apresentar o complexo hidrelétrico traz o público para as das instalações do núcleo residencial dos trabalhadores, a Vila Piloto, cartão postal de visitas para obra. Abusando dos planos-médios e panorâmicas, toada a melhor abertura Kubrickiana assim é descrita a vila:

Faz dez anos nas imensas planícies de Mato Grosso surgiu uma cidade. Seu nome, Vila Piloto. Seus habitantes, os homens que iam construir a Usina de Jupia. Hoje esses homens trabalham rio acima na Usina de Ilha Solteira. Vila Piloto cresceu com a *fé dos trabalhadores*, técnicos e engenheiros, que tinham por missão domar o rio Paraná.

⁶⁴⁰ BOURDIEU, op. cit, p. 11.

⁶⁴¹ NARS, op. cit, p. 272

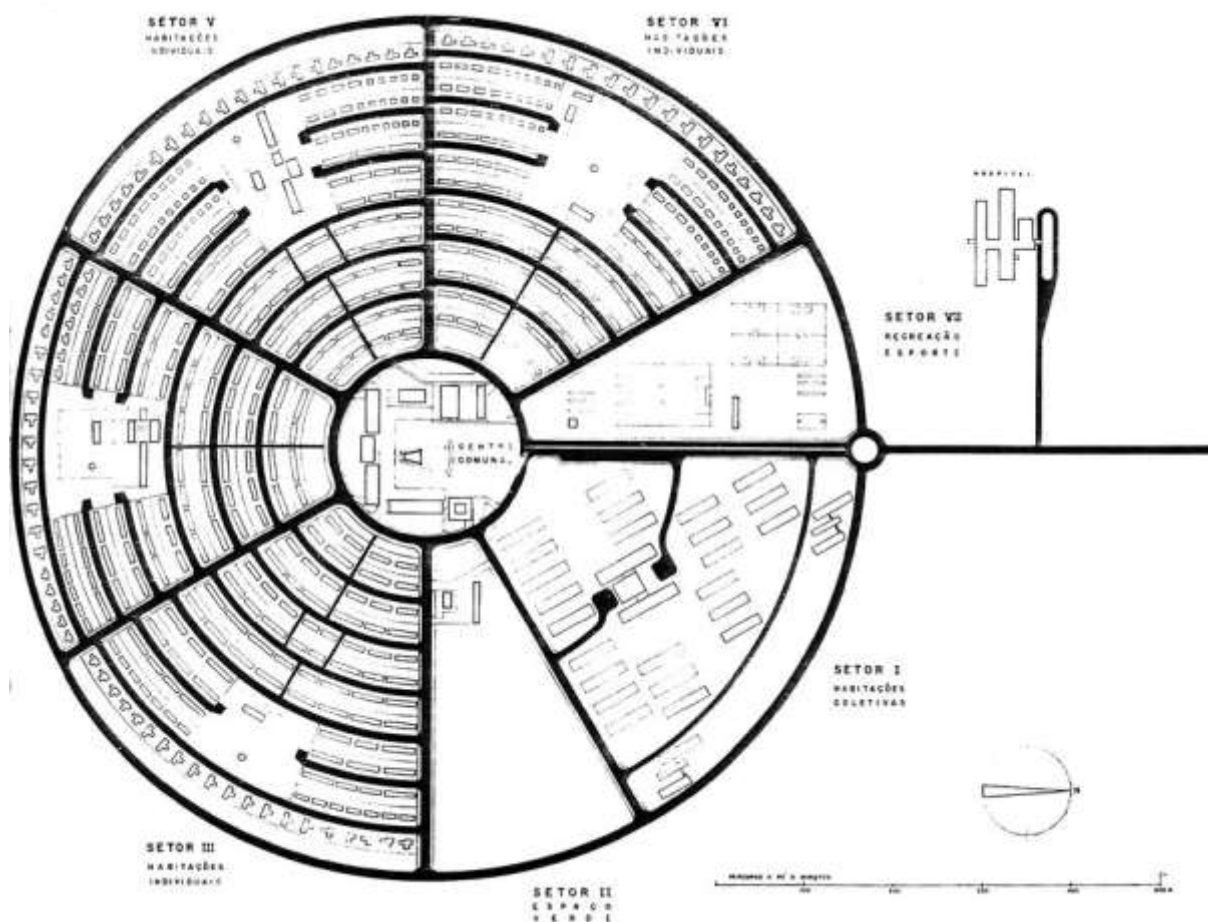
As instalações, as escolas, igrejas, campos para recreação, nada é deixado de fora, apresentando toda a estrutura que permeava e fornecia boas condições de vida aos trabalhadores, demonstrando diretamente como as classes populares estavam presentes e como *com a fé dos trabalhadores* Urubupungá nasceu. Muito próximo do que Cardenuto aponta sobre como eram apresentados o cotidiano e o trabalho nas fábricas, a intenção claramente era a imagem positivada deste espaço, refutando a existência de conflitos ou privações e garantindo habitações seguras, possuidoras de todas as assistências necessárias para a independência deste núcleo.

Alguns contrapontos são necessários. A imagem projetada deixava claramente muitos aspectos e caracterizações de fora, trazendo assim somente os elementos organizativos positivos para sua apresentação. Para Ernest Mange, arquiteto e urbanista construtor do núcleo habitacional, de tamanha importância quanto a produção energética era a organização social a ela ligada, ressaltando que para construção de uma obra como o Complexo de Urubupungá “devemos começar por aqueles que irão fazê-lo”.⁶⁴² Porém, o ineditismo de seu planejamento, radiocêntrico, contrastava com seus aspectos organizativos que o caracterizavam como um núcleo fechado e sob os dispositivos de controle da CELUSA/CESP e empreiteira.

Em seu planejamento espacial temos alguns exemplos. Segundo seu construtor, a introdução dos núcleos comunitários ao centro da vila foi realizada de forma proposital, ao passo que as chamadas classes “C” (operários), “B” (encarregados) e “A” (engenheiros e chefes) estivessem dispostas, respectivamente, do centro para fora, de forma que “os mais ricos que tinham automóveis derivavam já para periferia, e os mais modestos ficavam ao centro”. Vista como uma estrutura que engessava as relações sociais, segundo o arquiteto esta divisão foi rompida gradualmente, no processo de sociabilidade entre os mesmos, que passaram a viver e se reconhecer como grupo, na concepção de seus grupos organizadores.

⁶⁴² Ernest Robert de Carvalho Mange. Entrevista. Série Encontros. Coleção Itaú Cultural. 1998. DVD. 10 mim.

PLANTA 04 -



Vila Piloto (Jupia). Fonte: MANGE, 1963.

Porém, tal “sociabilidade” na verdade era articulada pelas formas de controle e segregação existentes no núcleo, que conduzidas a partir do ritmo intenso de trabalho acabaram por padronizar escolhas e limitar as ações individuais. Segundo Wilson Quintella, era comum a proibição de bebidas alcoólicas, o controle em horários de entrada e saída e silêncio absoluto em respeito às horas de descanso, pois enquanto um dormia, outro acordava para trabalhar.⁶⁴³ Em um espaço onde “o encarregado da administração do acampamento precisava ser o prefeito, o padre e o juiz”, era preciso ensinar como se adaptar:

Era preciso instituir horários, impor a disciplina, a civilidade e até ensinar noções de higiene. Os trabalhadores tinham de ser dedicados, eficientes e orgulhosos do que faziam, pois seria preciso improvisar e inovar diante dos imprevistos. Aprendemos que os operários precisavam ser ‘educados’ para o trabalho e ter tudo que necessitavam. Quando um trabalhador chegava ao

⁶⁴³ QUINTELLA, op. cit, p. 221.

canteiro ele se acidentava por qualquer coisa. Com o trabalho de educação, eles aprendiam as normas de segurança, começavam a se alimentar melhor nas pensões e tudo melhorava.⁶⁴⁴

Observa-se que todas as funcionalidades sociais eram permeadas pela estrutura organizativa da obra a fim de claramente potencializar o trabalho e manter o ritmo intenso de construção. Ainda, segundo Quintella, era preciso uniformizar gestos, gostos e formas: “quando abrimos um armazém para vender produtos, como em um supermercado, muitos operários passaram a gastar duas vezes o seu salário em perfumes, bombons e doces enlatados. Eles adoravam pêssegos em calda”. Para resolver o problema “foi preciso ensinar-lhes o básico de economia doméstica”.⁶⁴⁵ Por outro lado, a sociabilidade e a comunhão para os trabalhadores também não adentravam a sala de aula. Segundo Waldemar Brito da Silva, operário na construção de Urubupungá “na Vila Piloto tinha as escolas, mas tinha classe onde era os filhos de engenheiro e tinha a classe onde era os filhos de operários, isto é, dos operários graduados e tinha aquele só de serventes”.⁶⁴⁶

Toda estrutura do núcleo também era projetada para funcionar independente de qualquer necessidade de cidades como Três Lagoas. Pouco ou quase não destacada nos documentários, porém muito nos periódicos, a relação com a cidade nos primeiros anos de construção era permeada pela imagem do banditismo e da contravenção, o que era explicitado por muitos como elemento distanciador:

A cidade mais próxima de Jupiá, a dez quilômetros de distância, era Três Lagoas, em Mato Grosso, uma cidade pequena e, então, perigosa. Muitos criminosos de São Paulo escondiam-se lá. Um dos bandidos mais famosos de Três Lagoas era o temível ‘Camisa de Couro’, o lampião da região. Embora aterrorizasse a todos os que iam para a cidade, ele nunca ameaçou nosso canteiro de obras.⁶⁴⁷

Em outra entrevista, de Pietro Bianchi, engenheiro da Camargo Corrêa, a imagem do banditismo emaranha-se com a relação entre os núcleos:

A Empresa evidentemente nessa época tinha supermercado, tinha tudo, fazia tudo na obra, quer dizer, para poder ter... porque Três Lagoas era um antro de... um depósito de assassinos. Então realmente Três Lagoas ficou muito isolada e o pessoal que fugia de São Paulo ia para lá, tinha o famoso Camisa de Couro lá, que era um assassino profissional temido por todo mundo e teve uma passagem bastante... Tudo é folclórico hoje, na época não era nada de

⁶⁴⁴ Idem, p. 220.

⁶⁴⁵ Ibidem, p. 221.

⁶⁴⁶ Waldemar Brito da Silva, Entrevista, op. cit.

⁶⁴⁷ QUINTELLA, op. cit. p. 206.

folclórico. Esse camarada mandava na cidade, se não satisfizesse a vontade dele ele matava, não dava bola... polícia nem estava aí. E teve uma ocasião, um colega meu da CESP, o cara da manutenção da CESP, estava no bar, estava com o Jipe da companhia no bar e aí chegou: “Me dá a chave do jipe” “Não, não dou”. Não conhecia o tal do Camisa de Couro. Aí o pessoal chegou: “Ô Zé, deixa disso, pá, pá.” “Não tem como deixar disso. O jipe é da companhia, não vou dar coisa nenhuma!” E o Camisa de Couro queria a chave do jipe. Aí tiraram de lá, botaram ele no jipe e mandaram para a vila, que ficava a uns 6 quilômetros da cidade. Dois dias depois ele apareceu metralhado na praça, aí: “Ô Zé! O que você aprontou? Você mandou matar?” “Eu não, não tenho nada com isso. Aliás, ó, eu estou me mandando para São Paulo que eu sei lá se esse cara tem...”⁶⁴⁸

Como vimos Antonio Joaquim de Aragão, o “Camisa de Couro”, foi morto em fins de 1961, bem antes de tal fato poder ter ocorrido. Porém, o interessante é observar como, mesmo se tratando de um momento já em meados da década de 1960 (CESP foi criada em 1966), sua imagem e mesmo a relação com a cidade de Três Lagoas ainda era permeada pela conflituosidade entre o perigo que o banditismo representava tanto para a segurança dos trabalhadores quanto para a própria imagem da obra que estava em realização. Assim, a riqueza desta narrativa se apresenta, como bem nos ensina Marc Bloch, não em reafirmar tal fato, mas em entender como sua imagem se perpetuou e fez sentido desta forma.⁶⁴⁹

Se Ernest Mange brincava dizendo que “o homem, assim como o peru, não consegue sair de dentro de um círculo traçado a seu redor”,⁶⁵⁰ fazendo uma analogia a proposta inicial do núcleo Vila Piloto, isto não ocorreria até o fim das obras. Mesmo possuidora de uma estrutura de “autogerenciamento” e recomendações iniciais para evitar contatos com núcleos como Três Lagoas o que assistiremos até o fim das obras é uma simbiose de relações entre estes espaços, sendo inclusive estimulados ao longo dos anos pelos agentes mediadores. Mas nem todos observaram este contato com bons olhos. Para Ernest Mange, em sua experiência com outros acampamentos operários ressalta que com as transformações em sua essência organizativa podem advir o desmantelamento do próprio núcleo. Neste caso conta o arquiteto que, em certo momento, a Vila Piloto “acabou! E estava virando antro de prostituição”. Diante disso, conta que subiu em uma máquina D8 (trator de esteira), pisou no acelerador “e toquei nas casas! Fui derrubando, derrubei o primeiro quarteirão inteiro”. Segundo ele, seu receio era que se tornasse “uma vasta favela e não quero ser responsável, por isso”.⁶⁵¹

⁶⁴⁸ Entrevista realizada no dia 19 de abril de 2004 por Sara Barbosa de Sousa e Renato de Oliveira Diniz. CDMCC.

⁶⁴⁹ BLOCH, Marc. *Apologia da História* – ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

⁶⁵⁰ QUINTELLA, Wilson, op. cit. p. 221.

⁶⁵¹ Ernest Robert de Carvalho Mange. Entrevista, op. cit.

De qualquer forma, este rico conjunto de histórias que compõem a própria trajetória do Complexo hidrelétrico demonstra como a imagem propugnadora promovida em seu tempo pelo documentário buscava margear tais fatos, destacando somente o necessário para fornecer a positividade nos caminhos do empreendimento. No presente, em recentes trabalhos publicados pela CESP observa-se como é destacado tanto o caráter pioneiro da obra, “que serviu de ponto de partida para a tomada de consciência dos problemas sociais, econômicos e políticos envolvidos em obras desse porte” quanto seus mecanismos de controle e possíveis limitações que o caracterizaram como um núcleo fechado.⁶⁵²

A guisa de seu tempo, como uma extensão da hidrelétrica, o estabelecimento da Vila Piloto buscou arregimentar uma forma de organização que serviu diretamente de “laboratório” para a ampliação de suas práticas em Ilha Solteira. Segundo D’Almeida, pela amplitude de sua segunda etapa, tais experiências foram tomadas não visando ao controle organizativo para um núcleo temporário, mas visualizadas para algo permanente, o que transformou Ilha Solteira em “um processo de empresariamento do espaço urbano” agora mais conectado diretamente às relações com o regime militar.⁶⁵³ Logo, conjuntamente à Hidrelétrica, os marcos, recordes e demais características de grandiosidades deste espaço também seriam promovidos junto a mesma ideia de um Brasil que cresce e se desenvolve. E isto não seria deixado de lado em Ilha Solteira.

A segunda etapa de Construção do complexo voltaria à cena, com a produção de “Ilha Solteira: uma epopeia no rio Paraná”, em 1974, novamente pela direção de Jean Manzon. Com uma duração de 4 minutos e meio, sua leitura não diverge da até então projetada, mas, como uma espécie de “fechamento” da obra, adquire literalmente o sentido de “fazer-se como versos heroicos”, ou como traz a seu título, uma “epopeia” no rio Paraná. Sua abertura enigmática já deixa isto à prova, em que a imagem da caudal veroz faz cena junto à barragem, trazendo passado e presente em transformação, fundamentado pela narração de que “o rio Paraná mudou o rumo da história”.

⁶⁵² TSUKUMO, Nina Maria Jamra (Coord). *Arquitetura na CESP*. Série Pesquisa e Desenvolvimento. São Paulo: CESP, 1994, p. 101.

⁶⁵³ D’ALMEIDA, op. cit, p. 63.

IMAGEM 15 -



Abertura do documentário.

Fonte: Manzon, 1974.

O didatismo presente nos outros vídeos continua como linha mestra de apresentação, explicitando pontualmente cada uma das etapas e procedimentos técnicos envolvidos na construção. Agora o maior desafio era fechar o rio Paraná, fato que foi descrito com a maestria e a competência da CESP, onde “pela primeira vez um rio foi fechado para passar diretamente pela casa de máquinas”. Seu fechamento que, como veremos em outro documentário, seria posto pela grandiosidade do lago a ser formado, orgulhosamente descrito por abrigar “seis vezes o tamanho da Baía de Guanabara”. O mesmo se repetiria para quantidade de material a uso, ao ressaltar que “com a quantidade de concreto utilizado na construção poderiam ser levantados 1.700 edifícios de 35 andares cada”.

Novamente a partir das considerações de Novais e Mello, a sensação de otimismo e progresso que perpassou o país no pós Segunda Guerra e que ganhou novos contornos a partir do Regime Militar era traduzida por estes canais de divulgação em números, dados e afirmações da grandiosidade e, neste caso, de como a ampliação de nosso parque energético representava o sinônimo do “Brasil que deu certo”. Buscando superar o gargalo energético que existia até décadas atrás, em uma realidade que passava do otimismo à (des) ilusão, como pontua o autor, viveríamos neste momento entre altas taxas de crescimento e concentração das riquezas, ampliação da produção energética e dos padrões de consumo.

Logo, o documentário procura (re) afirmar o papel central do empreendimento nesta cadeia produtiva, motor do crescimento industrial e da base de consumo. Mais do que isto, sua existência fazia-se necessária para uma região central e estratégica na economia nacional: são “três milhões e duzentos mil kilowatts para acelerar a expansão da economia do sudeste do Brasil. Nesta região concentram-se quase 50% da população brasileira, 2/3 da produção industrial e metade da produção agrícola”. Assim, consumo e conforto, novos padrões de vida passavam diretamente pela expansão do complexo hidrelétrico, consolidando o efeito de total dependência daquilo que não possuíam, pois são “águas movimentando turbinas, para que se *criem e se multipliquem* os momentos *úteis e bons*. As vinte turbinas de Ilha Solteira representam a força e o desenvolvimento para uma imensa região integrada por cinco estados”.

Na concepção de Novais e Mello, neste movimento pendular, entre o criar e o expandir, os grandes empreendimentos estabelecidos ao longo das décadas de 1960 e 1970 se transformaram em projetos legitimadores da modernização do país, que por meio das páginas dos jornais e outros instrumentos aqui analisados buscavam apresentar a nação como um todo, em que “a verdade cede o passo à credibilidade, isto é, ao que aparece como verdade, o bem comum subordina-se inteiramente aos grandes interesses privados” de modo que “a objetividade abre espaço à opinião, isto é, à opinião dos fornecedores de opinião, em geral, membros da elite ligados direta ou indiretamente aos grandes interesses”.⁶⁵⁴

O evidente melhoramento da engenharia nacional, como já destacamos, tornava-se uma das bases de demonstração do potencial do complexo hidrelétrico, seja pela indústria de base que se instalou junto ao canteiro de obras; “nas margens do rio Paraná se instalaram verdadeiras indústrias de base capazes de alimentar a construção por dois mil cento e noventa dias, do nascer ao pôr do sol” ou pela força das técnicas e tecnologias que venciam todos os obstáculos naturais para construir; “a terra foi escavada, transportada, espalhada, compactada para o levantamento da barragem” e levar a energia elétrica; “foram levantadas torres de aço ligadas por cabos de alumínio que atravessam matas, rios, colinas e vales”. Em sua conclusão, novamente destacando que a obra foi entregue dois anos antes do prazo, a CESP e o Estado de São Paulo se reafirmam como elementos centrais de condução do projeto e personificação de excelência e afirmação do potencial nacional: “Centrais Elétricas de São Paulo, muitos outros nomes, doze mil operários, técnicos e engenheiros, com o entusiasmo e sacrifício construíram Ilha Solteira, uma das maiores hidrelétricas do mundo”.

⁶⁵⁴ NOVAIS & MELLO, *Op. Cit.*, p. 639.

Neste mesmo ano, em outra de suas parcerias, promovida agora pelo Governo do Estado de São Paulo, o complexo hidrelétrico aparece nas telas a partir do documentário “DAEE: desenvolvimento para São Paulo”. Criado em 1951 consolidou-se como o mais importante departamento de organização da produção energética no estado, congregando para si os principais projetos nos rios Tietê, Paranapanema e Paraná, dentre eles o complexo de Urubupungá. Seu roteiro, produzido por Rubens Rodrigues dos Santos, fundador da Jaraguá Filmes e dirigido por Máximo Barro ⁶⁵⁵, traz o conjunto de ações promovidas pelo estado de São Paulo visando ao aproveitamento múltiplo das bacias hidrográficas do estado, destacando os conjuntos hidrelétricos realizados para tanto.

De forma didática, traça a apresentação das necessidades e dos benefícios que permeiam o aproveitamento hidrelétrico para a sociedade: “Os rios e os vales condicionam sempre o equilíbrio entre as produtividades urbanas e rurais, daí a importância dos estudos de aproveitamento múltiplo das águas para o progresso e bem estar do homem”. Ideia diretamente ligada ao que TVA havia posto em prática o documentário faz do complexo de Urubupungá uma extensão das práticas da autarquia, destacando seus múltiplos usos: “planejamento e uso racional das águas”, “defesa contra inundações”, “navegação para cargas e passageiros”, “produção da energia elétrica”, “irrigação das lavouras”, “drenagem de áreas alagadiças”, “controle da poluição”, “desenvolvimento da piscicultura”, “abastecimento de água potável”, “incentivo à recreação”. A aproximação com TVA não é mera coincidência, visto que “a filosofia deste projeto, que tantos benefícios trouxe, para determinadas regiões desta nação, está sendo aplicada com êxito no Brasil através do DAEE”, serviço de modelo referencial para aplicação por meio de projetos como o Complexo de Urubupungá.

O elemento central é claramente a atuação do DAEE, demonstrando como a violência e a primitividade das águas, causadoras de enchentes nas cheias e secas nas estiagens tornam-se domesticadas e postas a serviço do homem por meio das técnicas e tecnologias, centradas nas grandes barragens regularizadoras. E o complexo de Urubupungá é destacado como um dos resultados de ação do DAEE, o que traz diretamente visibilidade não apenas à hidrelétrica, mas ao departamento, atuando como uma verdadeira agência de propaganda. Sua promoção também possui a funcionalidade de apresentar o conjunto de saberes técnicos desenvolvidos e consolidados pelo Estado de São Paulo, principalmente figurados pela Poli-USP, que serve de modelo para que outros estados possam realizar programas semelhantes.

⁶⁵⁵ Produziu a partir da década de 1950 mais de 50 longas e curta-metragens, de diferentes gêneros e estilos, trabalhando diretamente com nomes como Mazzaropi, tornando-se um dos principais nomes do cinema nacional. STERNHEIM, Alfredo. *Máximo Barro: talento e altruísmo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

Próximo do que Chélen Lemos conclui sobre o processo de eletrificação na Amazônia, em que “o argumento técnico servia como fundamento para ação política”⁶⁵⁶ nesse caso, a expansão do setor energético colocava em evidência, por meio destes instrumentos de divulgação, não somente o complexo hidrelétrico, mas grupos, atores e poderes a ele conectados, que centralizavam em sua imagem, os benefícios a serem almejados pelo empreendimento. E este esforço propugnador entre público e privado alcançava importante dimensão na esfera nacional.

Além da cobertura realizada pelos periódicos, parcerias com grupos como o de Manzon e Primo Carbonari rendiam bons frutos. Isto porque os cineastas souberam se utilizar da legislação vigente que, desde o primeiro governo Vargas, havia criado um decreto-lei (nº 21.240) que possibilitava a exibição de curta-metragens nacionais em exibições comerciais de longas metragens, a chamada “Taxa Cinematográfica para Educação Popular”. Exigindo, em contrapartida, que fossem de produção nacional e possuidores de qualidade técnica, o que possuíam, permitiu que, além do auxílio público para as produções, por serem consideradas de caráter educacional, também promovessem os documentários empresariais, ganhando assim o prestígio e a clientela particular.

Mesmo com eventuais transformações na legislação, como o veto presidencial feito por Jânio Quadros, em 1961, que declarava proibida qualquer propaganda comercial nos cinemas do país não chegou a ter efeito na promoção deste tipo de trabalho, visto que utilizavam de estratégias como a retirada do nome das empresas dos créditos ou mesmo ou, como salienta Cardenuto, “estruturar a publicidade empresarial a partir de um discurso ufanista”, em que atrelavam assim os mesmos como de interessa nacional. Para o autor, Manzon, dentre outros, conseguiu brilhantemente “vender a empresa como sujeito histórico de nossa modernização”.⁶⁵⁷

Ao negociar a produção de um curta publicitário com Manzon, o empresário assinava um contrato no qual, além desse *merchandising* social e dos proveitos da política do complemento, ele também tinha a certeza de que seu filme circularia na maior cadeia de cinema do Brasil, propriedade de Luís Severiano Ribeiro Júnior.⁶⁵⁸

⁶⁵⁶ LEMOS, Chélen Fischer de. *O processo sóciotécnico de eletrificação na Amazônia: articulações, contradições entre o Estado, capital e território*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p. 113.

⁶⁵⁷ CARDENUTO, Reinaldo. O Golpe no cinema: Jean Manzon à sombra do Ipês. *Artcultura*. Uberlândia, v. 1, p. 68.

⁶⁵⁸ Segundo Cardenuto, a parceria entre Severiano, que também havia comprado a Companhia Atlântida, Jean Manzon e União Cinematográfica Brasileira permitiram com que ocupassem quase a totalidade do espaço na produção e circulação nos cinemas nacionais, lucrando com a bilheteria e atraindo clientela privada para suas produções.

Segundo Nars, Manzon atestava o caráter documental e educativo de suas produções, que estariam estimulando as famílias a verem determinadas empresas e indústrias como importantes e benéficas para nação, por sua cadeia de empregos e cooperação para o desenvolvimento nacional. Neste quesito, Urubupungá atendia a todas as características propostas por Manzon. Logo, ao adentrar aos cinemas para assistir títulos populares, como os de Mazzaropi, ícone popular do período ou mesmo em apresentações oficiais, o público obrigatoriamente assistia à apresentação de grupos e empresas veiculadas pelos documentários.

E como vimos, as imagens projetadas não destoavam da própria imagem do regime vigente: cortejantes, ufanistas e legitimadoras. Produzidos em sua maior parte ao longo do regime militar era comum, como destacado por Nars, a troca de correspondência de cineastas como Manzon com os militares, por considerar que tais produções estariam “ajudando modestamente e sendo útil ao país”.⁶⁵⁹ O próprio presidente João Batista Figueiredo realizou encontros particulares em localidades como a Granja do Torto para “participar de um churrasco e, ao mesmo tempo, assistir a vários de seus documentários”, considerados fundamentais para conhecimento e divulgação do Brasil.⁶⁶⁰

Os documentários sobre o Complexo de Urubupungá, além de integrarem a própria memória dos grupos e empresas a ele relacionados, serviram de conteúdo para campanhas promovidas pelo regime em prol das potencialidades do Brasil. Para tanto, o Conselho Nacional de Propaganda iniciou em 1969 campanha em busca de “criar um clima de otimismo no país”. Tendo como lema “a ordem no Brasil é o progresso. Marche Conosco” realizou uma série de anúncios de divulgação em filmes, rádio, impressos e TV em espaços públicos e privados, objetivando apresentar o progresso e o desenvolvimento alcançados em diversos setores nacionais, dentre eles o energético.⁶⁶¹ Suas exhibições eram constantes, intensas e, como ressaltado em coluna no OESP, quase beiravam à “chaticce”,⁶⁶² mas funcionavam como um catalisador da afirmação e demonstração da grandeza e da afinação do empreendimento com seu contexto.

Destacaram-se também na promoção internacional do país. Ao longo de toda década de 1960 e 1970, muitos documentários contribuíram para “despertar” interesses estrangeiros e divulgar as potencialidades de grupos e empresas nacionais. Em 1965 documentários de Jean

⁶⁵⁹ Carta de Jean Manzon para o presidente Castelo Branco. Nars, op. cit. p. 197.

⁶⁶⁰ OESP, 28/07/1979, p. 33.

⁶⁶¹ OESP, 14/01/1969; 02/02/1969; 02/04/1969.

⁶⁶² Assinada por Ida Laura, ao ressaltar a intensa propaganda de uma marca de relógio em um filme, pontua que “imperdoável é a propaganda dos relógios Omega na primeira sequência, dando a impressão de que o insuportável Jean Manzon está na tela pela segunda vez no mesmo dia”. OESP, 25/04/1970, p. 8.

Manzon foram exibidos na II Conferência Inter-Americana, no Rio de Janeiro e “devido ao interesse despertado, solicitaram a apresentações particulares de mais documentários”.⁶⁶³ No mesmo período a Divisão de Propaganda do Ministério das Relações Exteriores, visando dinamizar tais relações selecionou:

Documentários sobre as atividades de algumas de nossas principais companhias mistas e empresas particulares, abrangendo setores como a energia, petroquímica, eletrônica, automobilística, farmacêutica e outras. Os filmes, com trilhas sonoras em francês, inglês, espanhol e alemão serão permanentemente exibidos pelas nossas representações oficiais, nos principais países do mundo, a público e pessoas que mais interessam a divulgação das atividades brasileiras, salientando-se missões comerciais em vias de nos visitar, importadores, feiras e exposições, e também serão exibidos em cadeias de televisão.⁶⁶⁴

E tais aproximações seriam destacadas em países como França, onde em 1969 realizariam apresentação de sete documentários, que segundo reportagem “visam demonstrar ao meio bancário francês as possibilidades de investimento que o Brasil oferece”, ou na China, centrados em focos como industrialização, agricultura e melhoramento urbano.⁶⁶⁵

Segundo Pedro Campos, o contexto demarca um momento de extrema importância na afirmação da engenharia nacional e da possibilidade de expansão internacional das empresas brasileiras, principalmente pelas experiências acumuladas nas últimas décadas. Para o autor a campanha em defesa da engenharia brasileira “foi o principal movimento explicitamente reivindicativo realizado por empresários da engenharia ao longo da ditadura, tanto por seu porte como pela eficácia de suas ações, quando se analisa a guinada das políticas públicas após 1967.”⁶⁶⁶ E tais produções, somadas com outros imperativos apontados pelo autor, além de (re) afirmarem a excelência técnica e a capacidade das empresas e grupos nacionais contribuíram diretamente para que, por meio de experiências como as coordenadas no complexo de Urubupungá, fossem entendidas como “cartas de apresentação” da internacionalização empreendedora nacional.

Documentários realizados por outros nomes, como Romain Lesage⁶⁶⁷ também tiveram amplo apelo internacional. Produzidos entre o início das obras em Ilha Solteira e sua

⁶⁶³ OESP, 20/11/1965, p. 15.

⁶⁶⁴ OESP, 14/02/1967, p. 07.

⁶⁶⁵ OESP, 10/12/1969, p. 07, 03/04/1979, p. 15.

⁶⁶⁶ CAMPOS, P. op. cit, p. 321.

⁶⁶⁷ Jean Romain Lesage nasceu em Lyon, França, em 22 de dezembro de 1924. Nos anos 1940 estuda cinema com René Clement e Alain Resnais e depois integra a primeira turma do IDHEC. Trabalha como repórter internacional de France Dimanche, em 1948, quando tem seus primeiros contatos com o Rio de Janeiro, onde fixa residência. Em 1951 dirige seu primeiro longa, A Beleza do Diabo. Nos anos 1960 funda sua própria

conclusão, compõe uma leitura afinada com o exposto até o momento. O Primeiro, intitulado “Ilha Solteira” foi traduzido para o inglês, espanhol e francês, trazendo a marca Camargo Corrêa como principal promotora da obra, o que reafirma diretamente seu caráter promocional.

Como as obras físicas da segunda etapa ainda estavam em seu início, o documentário foca-se em apresentar um paralelo entre o que foi realizado em Jupiá e a magnitude do que seria realizado em Ilha Solteira, construindo, como nos outros documentários, uma leitura didática sobre os procedimentos, dados técnicos, e rígida disciplina presente na obra. Por isto mesmo, o controle e a organização das obras, do canteiro a vila dos trabalhadores são vistos aqui como qualidades necessárias para aqueles que buscam realizar tais empreendimentos, e que estão assim presentes na realização do complexo de Urubupungá. Para exemplificar tal fato, introduz o vídeo não pela hidrelétrica, mas pela apresentação da Vila Piloto e seu caráter organizativo, ufanista e militar, necessário, segundo a narrativa, para receber importantes visitas oficiais, muito comuns ao longo das obras.

IMAGEM 16 -



companhia a Romain Lesage Produções Cinematográficas e produz dezenas de documentários institucionais, tendo seu filho, Christian Lesage, como diretor de fotografia. Também foi sócio da Cinecastro no Rio de Janeiro, uma das primeiras produtoras de comerciais do Brasil. Morre em 15 de janeiro de 1996, em São Paulo, aos 71 anos de idade. In: SILVA NETO, Antonio L. *Dicionário de Fotógrafos do cinema brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, p. 88.

Disciplina, técnicas e grandiosidade atreladas à Urubupungá em documentário.

Fonte: LESAGE, 1966.

“Jupia, onde os operários e técnicos, os construtores de Urubupungá, vivem. A cidade possui uma competente força policial, jovens bem treinados prontos para representar a comunidade quando autoridades chegam”. Entre bandeiras tremulantes, arrojo técnico e experiência, o que está sendo projetado são as competências e habilidades necessárias para obras de tal porte e que atestam, novamente, os atributos da empreiteira que a realiza. Ao mesmo tempo, a importância e a responsabilidade da empresa ante a obra é atestada pela presença de autoridades como Felipe Herrera, Presidente do BID, que conjuntamente com um grupo de financiadores europeus creditava altos montantes, em moeda estrangeira, para construção do complexo hidrelétrico.

Centrado em demonstrar suas competências e centralidade para o desenvolvimento nacional, o excerto destaca como o estabelecimento de modernos laboratórios construídos no canteiro de obras conseguiu colocar “o rio caprichoso” a serviço do homem. Possuidor de volume d’água “respeitável e respeitado” graças ao desenvolvimento técnico nacional foi possível reproduzir em laboratório suas características, a fim de prever eventualidades e alterações, “loucuras”, como destaca o narrador. Neste ponto, a CESP é chamada para reafirmar a competência e a primazia dos técnicos e engenheiros brasileiros, totalmente responsáveis “pela concepção, planificação e realização do projeto”.

Assim, ao passo de uma etapa a outra, os números se multiplicariam (tamanho da barragem, queda d’água de 24 para 48 metros, carga de 600 mil veículos para 1,5 milhões, 400 mil caçambas de concreto para 1 milhão) atesta-se que Jupia serviu de laboratório para que a empresa adquirisse determinadas competências, e junto aos quatorze mil homens que trabalharão em Ilha Solteira tem-se “a experiência acumulada, o valor da mão-de-obra treinada, com os enormes recursos técnicos e mecânicos, tudo será reaproveitado em Ilha Solteira”. Logo, faz questão de reforçar a continuidade da empresa em ambas as etapas, sendo “totalmente brasileira, é primeira do continente e quinta no mundo em seu gênero”. Mais do que uma obra, conclui que graças a tais experiências “a 700 km de São Paulo, operários, engenheiros, recursos brasileiros estão mudando a geografia, a economia, a história do país”.

“Novembro de 1973, despejam-se em Ilha Solteira as últimas caçambas de concreto. Despedem-se para outras obras a maior parte dos técnicos e operários, e de seu trabalho surgiu a maior obra de engenharia já realizada no país”. Quase como uma continuidade, ou fechamento, com esta abertura é lançado e traduzido novo documentário centrado em Ilha

Solteira, cobrindo sua inauguração. Agora, todas as premissas antes apontadas podem ser visualizadas, postas entre uma mistura da paisagem natural e da transformada pelo homem. O grande lago, as matas encobertas, torres de transmissão e barcos misturam-se pelas imagens, onde o silêncio é quebrado somente pela narrativa que busca transparecer quase como uma simbiose entre os elementos: “a paisagem, conforme o ângulo ou olhar pode sugerir anos de trabalho, visões amazônicas, paraísos”. O próprio pedaço de terra que cede nome a hidrelétrica é interpretado como resultado desta interação: “a ilha de Ilha Solteira, que deu seu nome a usina, incorporou a obra à natureza”.

Diretamente se observa neste caso, diferente dos outros documentários, a projeção de uma sensação de calma e tranquilidade junto à obra, quase como uma resposta de dever cumprido, que não estava presente nos outros documentários. Tomadas aéreas são substituídas por ângulos de dentro dos barcos que carregam passageiros de um lado a outro do rio, sob os olhares que misturam curiosidade e contemplação. Os grandes vertedouros que ao longe chamam a atenção agora são interpretados também à simbiose da natureza: “os vertedouros, em época de cheia, formarão uma catarata comparável, em dimensões, as quedas do Iguaçu”.

Neste ponto, a relação com a natureza e a busca em apresentar interações com a mesma não destoam das próprias mudanças de postura realizadas pela CESP. A prioridade com o andamento das obras e sua divulgação contrastam a partir do início da década de 1970 com a realização de projetos e ações ligadas à preservação e à recuperação ambiental. Pioneira na realização de projetos de reflorestamento e piscicultura realizaria o plantio de mais de 600 hectares de mudas de eucalipto e outras espécies nativas na margem direita do Paraná, na cidade de Três Lagoas.⁶⁶⁸ Em 1973, mesmo ano da realização do vídeo, inicia-se a introdução de novas espécies de peixes nos lagos de Jupiá e Ilha Solteira, como a Corvina. Simultaneamente, desenvolvem-se as estações de piscicultura de Jupiá, que até hoje se tornou um dos núcleos de criação e controle de alevinos.⁶⁶⁹

Assim, a transformação posta pelo vídeo conecta-se diretamente as transformações nas realizações ligadas ao complexo hidrelétrico por suas empresas atuantes, que buscam apresentar um paralelo aos problemas ambientais que até então permeavam sua realização. Nesta mesma publicação, em matéria intitulada “Você já está comendo peixe da CESP”, a empresa reafirma um pouco do embate:

⁶⁶⁸ Circular *Prezado Companheiro*. CESP, nº 243, maio de 1986, p. 12.

⁶⁶⁹ CESPAULISTA. Ano III, nº11, jun. 1979.

Não tem qualquer sentido a verdadeira guerra que travam hoje duas facções da sociedade: os conservacionistas extremados, querendo preservar a natureza a qualquer preço, de outro lado, os desenvolvimentistas, que sustentam a tese do desenvolvimento a todo custo.⁶⁷⁰

No texto, não deixa de assumir a existência de alterações ecológicas provocadas pelo complexo, mas afirma que, orientada por dispositivos legais, realizou, e realiza importantes trabalhos que tem surtido visíveis resultados naquele espaço, o que tenta ser também reafirmado pelo documentário. Porém, ao contrário do que se vê no mesmo, tais ações nem sempre agradam a todos envolvidos, pois “constantemente vemos reclamações dos pescadores, segundo os quais algumas espécies de peixes estão desaparecendo, no entanto, nada comentam da nova espécie e de sua abundância”.⁶⁷¹ Logo, na concepção da empresa, além da ampliação energética promovida, que seria coletivamente aproveitada, as ações promovidas estariam contribuindo para a continuidade do pescado e, se algum problema se mantém, não é por parte da empresa, mas:

Fato curioso ocorre com os pescadores, homens livres e sem ambição de riqueza, trabalham poucos dias durante o mês, pescam alguns dias seguidos, arrecadam um bom dinheiro, então ficam sem trabalhar, gastando as economias em diversões e “bate-papos”. Esgotados os últimos centavos, voltam ao rio para pescar, como nós que, quando precisamos vamos ao banco buscá-lo. Ele sabe que o peixe está no rio. É fácil pescá-lo e vendê-lo.⁶⁷²

Esse mesmos pescadores e ribeirinhos destacam-se no documentário, com olhares atônitos a observar a água a descer pelas comportas, bem longe de ter o olhar do “paraíso” destacado pela narrativa do vídeo. O acionamento da primeira turbina, em julho de 1973, marca o início das operações comerciais de Ilha Solteira, quatro anos após o início das obras de concretagem. Sua inauguração, pela ótica do documentário, além de atestar a ampliação do parque energético brasileiro também endossa a promoção internacional de empresas nela atuantes.

Lesage ainda produziria outro documentário em 1976, praticamente contendo fragmentos de todos os outros já realizados, apenas atualizando informações, agora com as obras concluídas. Destaca como com a realização de Itaipu seriam expandidas as possibilidades iniciadas em Urubupungá e fechariam “neste setor a maturidade da engenharia brasileira, passo fundamental no crescimento do país”. Assim, a importância destes

⁶⁷⁰ Idem, p. 32.

⁶⁷¹ Idem.

⁶⁷² Idem.

documentos audiovisuais, além das ricas informações para análise do complexo hidrelétrico e suas conexões com seu tempo, também seriam fundamentais para formação de seus quadros de memória, porque as visões e representações construídas por estes documentos, à luz de seus organizadores e suas necessidades, seriam reproduzidas no tempo presente, tornando-se parte de sua própria história. Dois exemplos demonstram tal fato.

Em 2003, quando a CESP estava comemorando trinta anos da inauguração da Hidrelétrica de Ilha Solteira um documentário produzido pela Camargo Corrêa, em 15 de maio de 1972, na época em comemoração ao fechamento do rio Paraná, foi restaurado e integrou as festividades na ocasião. Intitulado *Cerrar um rio* possuía originalmente o áudio em espanhol, o que evidencia seu caráter de divulgação internacional naquele contexto, foi restaurado, e segundo a própria CESP, pelo seu valor histórico, adicionado o áudio em português sobreposto ao original.

Nele, o fechamento do rio é considerado um marco na história da engenharia nacional, momento narrado e assistido por uma plateia de operários, engenheiros e moradores da região. Por isso mesmo, sua data foi rememorada como um dos momentos mais importantes não somente do complexo hidrelétrico, mas da própria capacidade de construção nacional, pelo conjunto de técnicas e procedimentos a serem realizados neste tipo de empreita que, de forma didática, novamente se fazem presentes no documentário. Desviar e trazer o rio a seu leito antigo transforma-se em um trabalho hércule que a cada escavada realizada para abertura da ensecadeira é tomada no vídeo pela apreensão de todos, pois entendemos que o que estava em jogo não era somente a obra, mas a capacidade ali representada. Os primeiros filetes d'água que desciam das comportas eram acompanhados no documentário de sonoplastia que metricamente, aos cortes de imagem, projetava a sensação de medo e conquista, crescentes com o volume das corredeiras que estabeleciam seu curso natural.

Esta seria uma das muitas festividades que a empresa realizaria em comemoração à inauguração do Complexo Hidrelétrico Urubupungá, desde 1979 quando Jupia completou 10 anos de funcionamento até em 2006 e 2009 quando, CESP e Jupia completavam 40 anos. Por meio de exposições, produção de novas publicações, como o livro bilíngue “CESP 40 anos”, assim como de realizações de festividades com direito a show sertanejo clássico a parodiar a grandiosidade do empreendimento, tornam-se canais de (re) afirmação de representações e práticas produzidas pelo conjunto documental aqui trabalhado, ou como pontua Le Goff

substratos para a memória coletiva que perpetuam o passado e evocam poderes, impondo no presente, voluntária ou involuntariamente, a imagem de si.⁶⁷³

O segundo exemplo foi realizado pela Camargo Corrêa, empreiteira construtora de Urubupungá que, para concorrer a licitação em obras no século XXI produziu um novo vídeo institucional totalmente fundamentado em sua participação em Urubupungá. Utilizando alguns recursos atuais, como mapas de localização por satélite, traz novamente todo o conteúdo produzido pelos documentários aqui analisados, inclusive em legendas que se valem das narrativas originais, que têm a funcionalidade de enfatizar o arrojo, a grandeza e a capacidade que a engenharia e a construção nacional tiveram pela realização do complexo hidrelétrico. Embalada ao som de *“The Last of the Mohicans”*, novamente o ineditismo da obra assume tons heroicos que respaldam a capacidade da empresa para novos desafios.

Como já ficou evidenciado, não era a primeira vez que a empresa propugnava a obra à sua imagem. Além do já destacado, em 1969 realizou um documentário em que os caminhos do complexo e da empresa se emaranham. Intitulado “Colaborando com o Progresso: 30 anos de Camargo Corrêa” ao realizar apresentação sobre a história da empresa, destaca o complexo de Urubupungá como seu maior desafio, e perpassa a ideia de que a história do empreendimento confunde-se com sua própria história. Por isso mesmo, Urubupungá e Camargo Corrêa, segundo o documentário, “representam o patrimônio da tecnologia brasileira, que está hoje em condições de oferecer a todos os setores elevada qualidade, quer no campo das obras públicas ou na iniciativa privada”. Ultrapassando a ideia de produção energética, por outras realizações no complexo, o núcleo habitacional e o aeroporto, servem para atestar a qualidade e eficácia da empresa e obra, possuidora de amplo quadro técnico e de maquinário. Assim, pelo conjunto e diversidade de obras realizadas, prenuncia um país novo que estava nascendo: “Ilha Solteira: pormenor geográfico do país que se transformou em símbolo de capacidade e progresso. Brasil: jovem arremesso de progresso na busca de futuro esplêndido”.

Os vínculos estabelecidos nos caminhos do empreendimento, de empresas, grupos e governos atrelaram suas imagens e representações assim como influíram como deveríamos interpretar Urubupungá. A multiplicidade de relações que se criaram neste processo, seja por empresas como a Camargo Corrêa e CESP, que possuíam conexões com políticos, empresários e meios de comunicação, ou mesmo com figuras como o próprio Manzon que, sem destoar de tal contexto foi até mesmo condecorado como “Cidadão Paulistano” por seus

⁶⁷³ LE GOFF, op. cit.

serviços prestados ⁶⁷⁴ integram seu *modus operandi* próximo da imagem criada pelo regime militar. Em relação à Urubupungá, como pontua Wilson Quintella “pela primeira vez surgiu no Brasil um tipo de comportamento empreendedor que mais tarde se repetiria com a hidrelétrica binacional de Itaipu”. ⁶⁷⁵

Tendo assim esta gama de referências, fica evidente como no processo de montagem de suas produções a seleção de ideias para comercialização de sua imagem claramente estavam afinadas com os interesses de quem o patrocinavam, ao mesmo tempo em que não iam quebrar o que estava sendo proposta pelo regime vigente. Produzido ao longo de toda sua construção, quase por duas décadas, quando a obra deu-se por concluída, sua imagem já estava criada.

Além dos cinemas e na televisão, que crescia cada vez mais nas décadas de 1960 e 1970, ⁶⁷⁶ também eram exibidos no canteiro de obras, em visitas oficiais ou mesmo nas sessões semanais ali projetadas, no Cine Piloto. Porém, nestes núcleos a empreita contava com outra forma de “filtrar” e construir sua imagem: o Jornal “O Barrageiro”.

4.2 “UM AMIGO MAIS CHEGADO”: O BARRAGEIRO

Neste ponto já podemos constatar que entender o Complexo Hidrelétrico Urubupungá, será entendê-lo não somente por sua produção energética, mas pelo conjunto de práticas e ações a ela permeadas, da instalação dos núcleos de trabalhadores a todo o avanço técnico e tecnológico envolto, que são tomados positivamente como resultados de seu desenvolvimento, como narrativas de sua grandiosidade, do gigantismo que desenvolve e espalha o progresso, descritos pela diversidade de canais e documentos aqui exemplificados.

Seguindo a mesma lógica, outra realização promovida pelo complexo hidrelétrico torna-se interessantes para a continuidade da análise: a criação do Jornal “O Barrageiro”. Editado entre 19 de outubro de 1962 e março de 1974, possuiu inicialmente o nome de

⁶⁷⁴ OESP, 11/04/1969, p. 12.

⁶⁷⁵ QUINTELLA, op. cit. p. 204.

⁶⁷⁶ Segundo Novais e Mello “O aparelho de TV vai ser difundido rapidamente para a base da sociedade, com o auxílio valioso do crédito ao consumo. Bastaram 20 anos para que 75% dos domicílios urbanos possuíssem: 1960, que havia em uso apenas 598 mil televisores, dez anos depois, 4584000; em 1979 nada menos do que 16.737.000, sendo 4.534.000 televisores em cores”. Op. cit. p.637.

“S.E.U.”, Sociedade Esportiva Urubupungá, e pode ser considerado como órgão oficial da administração da Vila Piloto/Ilha Solteira e assim um patrimônio da CELUSA/CESP.⁶⁷⁷

Enquanto outros relatórios de atividades e boletins informativos eram veiculados somente para os grupos administradores do complexo hidrelétrico, o periódico possuía diretamente a funcionalidade de circulação entre os operários e famílias, servindo assim como um mecanismo ideológico de notícias, formador de opinião e substrato veicular dos acontecimentos organizativos e promocionais do complexo hidrelétrico. Suavizando seu vocabulário, segundo relatório da AEIS, firmava “a necessidade de se fazer com que o chamado ‘peão’ receba ‘O Barrageiro’ como um *‘amigo mais chegado’*”.⁶⁷⁸ Valorizando sempre o complexo hidrelétrico, ele mesmo deixa claro suas intenções:

Impresso, o jornalzinho invade os lares e vai dizer junto ao ouvido de cada leitor que angaria o desejo de ser perfeito, tanto quando o possível, o suficiente para se tornar um amigo legal e, até, um confidente sincero de cada obreiro que, ao pulso firme de suas mãos calejadas ou à agilidade do seu intelecto, ergue, para o orgulho de todos os brasileiros, nos rincões longínquos do Mato Grosso, o Colosso do Urubupungá.⁶⁷⁹

Em 1966 muda seu nome para “O Barrageiro”, trazendo como logo a barragem, torre de transmissão e um homem conduzindo uma criança que, segundo o próprio jornal, representavam, respectivamente “o presente, o futuro e o presente dirigindo o futuro”.⁶⁸⁰ Trazendo a subtítulo “Urubupungá: a maior Hidrelétrica do Hemisfério Sul”, foi entendido pela Administração como um verdadeiro representante das causas do Complexo. Com as obras de Ilha Solteira em andamento observa-se que cada vez mais a segunda etapa do empreendimento é destacada,⁶⁸¹ sendo inclusive transferido para Ilha Solteira em 1969, onde ficaria até seu fim.

⁶⁷⁷ Produzido pela Seção de Estudos e Pesquisas da Administração da Vila Piloto, foi idealizado por Alceu Soares e Toshio Maekawa, tendo como redatores Bendito Pinto, Rudmar Soares Corazza, Sebastião C. Salvador, Edsinho Paschoali e Nelson Salin. Inicialmente foram impressos na Litografia Três Lagoas (número 01 ao 22), passando já em 1964 para a gráfica Vitória, em Andradina. Posteriormente com sua mudança para Ilha Solteira, em 1969, assumindo novo corpo editorial, composto por Paulo Ribeiro, diretor, Luiz N. de Souza, supervisor de redação, equipe técnica: José Auro V. Albuquerque, Antonio Correia Melo, Roberto T. Watanabe e Paulo Coutinho de Moura, fotógrafos José Célio P. de Campos e Ariovaldo Fornazari, e ilustrador Adelino Carlos Grave. Suas edições podem ser consultadas no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas, Sessão Barrageiros.

⁶⁷⁸ RELATÓRIO AEIS, 1969, p. 41.

⁶⁷⁹ O BARRAGEIRO, 22/06/1963, grifo nosso.

⁶⁸⁰ O BARRAGEIRO, 19/10/1973, P. 03.

⁶⁸¹ Este fato é inclusive destacado no romance de Henrique Figueira, sobre a Vila Piloto: “(...) Mesmo o jornalzinho que acabara de ler, sediado na Avenida Central, montado em Vila Piloto e impresso em Três Lagoas, vinha publicando quase tão somente assuntos referentes à Ilha Solteira”. FIGUEIRA, op. cit. p. 214.

Com periodicidade e paginação variadas, em sua maioria semanal, ganhou corpo e capital dentro da CELUSA, transcendendo gradualmente o próprio núcleo do complexo hidrelétrico, que o fez atingir a tiragem de 8 mil exemplares. Logo, a exaltação dos recordes, dos feitos e fatos que ampliavam a imagem do empreendimento também estavam presentes no jornal, pois alcançava espaços e tiragens que, como ele mesmo ressaltava, poucos jornais do interior conseguiam. Em sua edição de abril de 1971, listava com orgulho os espaços onde circulava:

QUADRO 04 -

LOCAIS	TIRAGEM
Autoridades e entidades da região	346
Imprensa e emissoras de rádio (interior)	25
Cidades de outros estados	55
Autoridade e entidades da capital (SP)	55
Imprensa, rádio e TV (Capital)	81
CESP – SP	214
Setores de Trabalho de Jupiá	246
Residência da Vila dos Operadores	125
Empreiteira e subempreiteiras Ilha Solteira	340
Setores CESP- Ilha Solteira	676
Unidades de trabalho-MT	100
Particulares/Ilha Solteira (comércio)	358
Agências e publicidade da capital (SP)	60
Residências Ilha Solteira	4.528
Jornais para arquivo	30
TOTAL	7.239

Circulação de “O Barrageiro”.

Fonte: O Barrageiro, abril de 1971. Org. pelo autor.

Estando presente em todos os estados pertencentes à CIBPU e até mesmo, em algumas ocasiões sendo levado ao exterior, tornou-se um instrumento de valorização da obra e daqueles que a construíam, contribuindo para articular determinadas visões e representações sobre o complexo hidrelétrico e seus trabalhadores, pois ainda sim eram o principal público. Mesmo nascendo como veículo informativo para assuntos do cotidiano daquele espaço, logo adentrou a lógica e as projeções da empresa, servindo para imprimir outros contrapontos a

determinadas notícias que circulassem em outros canais, como ocorridos na década de 1970. Sempre chamativos, os próprios títulos e subtítulos compõem a lógica e o sentido de seus objetivos, utilizados, dentre outras intenções, como elemento ideológico para manutensão do andamento e ritmo da obra, como observado por Tiago Vieira.⁶⁸²

IMAGEM 17



Edições O Barrageiro. 1971 e 1972.

Em matéria de 18 de julho de 1964, “Custo de Vida”, o jornal destaca como viver junto ao complexo hidrelétrico traz vantagens não vistas em nenhum lugar do país. Fazendo um paralelo entre o salário mínimo nacional, que era de Cr\$ 42.000,00 e o recebido pelos trabalhadores de Urubupungá que, trabalhando dez a doze horas por dia, recebiam Cr\$ 48.400,00 destaca que “aqui se ganha o maior salário do país”,⁶⁸³ além de que aponta que mais de 90% dos empregados recebiam mais de um salário mínimo. Somado a isto ressaltava outras vantagens de lá se viver: 1) não pagam aluguel; 2) não pagam condução para trabalhar;

⁶⁸² VIEIRA, Tiago de J. Edificando a diferença: mecanismos de Biopoder durante a construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira. *Revista Trilhas da História. Três Lagoas*, v.1, n°1 jun-nov 2011.

⁶⁸³ O BARRAGEIRO, 18/07/1964.

3) podem se levantar e em menos de uma hora estão no trabalho; 4) não pagam água, luz, esgoto; 5) consertos doméstico gratuitos; 6) assistência médica gratuita, dentre outras.

Em outras matérias, como em “Aqui morrem menos crianças”⁶⁸⁴ ou em “Um complexo de grandeza” projeta-se um interessante jogo de impressões, entre desvelar a grandiosidade da obra; “Vistos de avião os operários que trabalham entre as estruturas da Usina de Ilha Solteira mais parecem formigas diante de elefantes”⁶⁸⁵ e servir de bandeira motivacional para todos os envolvidos; “na verdade, formigas ou abelhas, elefantes ou imensa colmeia são recursos de linguagem que se alternam com adjetivos para orgulho do barrageiro, do engenheiro ao operário e do brasileiro de todos os quadrantes”.⁶⁸⁶

Fica evidente como todo o aparato da vida social do núcleo é permeado organizativamente pela condução da empresa, trazendo assim o destaque para os atributos de seu viver e de trabalhar nesta obra. E a intensificação de matérias como essas aumentariam gradualmente, principalmente a partir de sua transferência para Ilha Solteira, momento em que, como salienta Froelich as relações com o regime militar também seriam maiores. Por isto mesmo, divulgar tudo que acontece nas obras torna-se um imperativo para que todo o país acompanhe passo a passo, trazendo ainda mais orgulho para todos aqueles que dela participam. Fato que fica claro em matérias como “Urubupungá aponta o progresso” em que ressalta como “Urubupungá é fator energético, Urubupungá fator econômico, Urubupungá fator social, é um dos assuntos mais discutidos do Brasil. Para ele convergem todas as atenções nacionais”.⁶⁸⁷

Parte deste orgulho também era estrategicamente promovido por meio de matérias que apontavam a superação de seus próprios recordes, dia a dia, mês a mês, que ampliavam a própria grandiosidade do complexo. Por meio de matérias como “Em agosto, Jupiá será a maior do Brasil”; “CESP consolida-se em 1º lugar”; “Energia da CESP é cada vez maior”; “CESP: o maior capital da América Latina” ditava o ritmo fremente da obra e consequentemente o que deveria ser mantido pelos trabalhadores. Conduzindo amplo maquinário e instalando grandes geradores, “os maiores até agora construídos nesse continente” representavam um verdadeiro “exército” de técnicos e operários, “calculando, controlando, fiscalizando, operando, movimentando grandes máquinas (...) construindo, palmo a palmo, o gigantesco paredão de Ilha Solteira”.⁶⁸⁸ Por isso mesmo, o próprio volume

⁶⁸⁴ O BARRAGEIRO, 03/07/1971, p. 02.

⁶⁸⁵ O BARRAGEIRO, 16/10/1971, p. 06.

⁶⁸⁶ Idem.

⁶⁸⁷ Op. cit. p. 59.

⁶⁸⁸ O BARRAGEIRO, 06/01/1969.

de concreto utilizado tornou-se um dos símbolos da obra, tendo a cada ano seu recorde sendo quebrado, como destacado em “Concretagem de Ilha Supera seu próprio recorde”, em 1970 e posteriormente, um ano depois “Ilha tem novo recorde de concretagem”.

E ao longo de toda construção, o número de visitantes também cresceria cada vez mais, principalmente na segunda etapa hidrelétrica. Com uma média de 125 visitantes por dia, grupos escolares, universidades, empresários e políticos adentravam o canteiro de obras para visualizar o que era descrito pelos periódicos, que seria posto como atributo positivo para sua promoção. Somente no ano de 1972, Ilha Solteira recebeu cerca de 100 mil visitantes. Para o visitante foi construída uma sala com exposição de fotos, cartilhas e vídeos, todos aqui já apresentados, possuindo uma equipe de recepcionistas a fim de esclarecer e apresentar estatísticas e dados técnicos sobre o andamento assim como as projeções a serem realizadas. Como parte do cronograma, era possível adentrar o canteiro de obras, em um passeio de cerca de uma hora pela ensecadeira e todo maquinário, que segundo o jornal “parece estar implantada uma cidade de ficção científica”.⁶⁸⁹ Inclusive, figuras nacional e internacionalmente conhecidas teriam destaque por sua presença: artistas, músicos, jogadores, foram perpetuadas até mesmo em romances na literatura do tempo presente:

As notícias dos feitos dos barrageiros pouco a pouco se alastravam por todos os cantos do país e atraía uma infinidade de turistas, gente comum, gente importante, gente famosa. Hoje mesmo Garrincha e a esposa Elza Soares tinham requisitado o carro de Inocêncio para servi-los durante todo o dia, indo e vindo de um canto a outro no canteiro de obras (...).⁶⁹⁰

As visitas governamentais e presidenciais, como de Costa e Silva, Médici, Abreu Sodré, dentre outros, também seriam formuladas como mecanismos de aproximação entre as realizações locais e sua importância nacional. Trazendo uma narrativa em que Urubupungá e São Paulo estavam sendo decisivos, Laudo Natel, ex e futuro Governador de São Paulo e Presidente da CIPBU ressalta em entrevista para O Barrageiro que “o futuro de São Paulo e do Brasil está depositado, talvez, nas turbinas de Ilha Solteira”, de forma que São Paulo, acima de tudo, “deve prosseguir no seu esforço, que é um esforço em benefício de seu desenvolvimento, mas também, uma colaboração para o desenvolvimento geral do país. Energia, em última análise, significa progresso”.⁶⁹¹

⁶⁸⁹ O BARRAGEIRO, 16/10/1971, p. 07.

⁶⁹⁰ FIGUEIRA, op. cit. p. 165.

⁶⁹¹ O BARRAGEIRO, 05/12/1970, P. 4.

Notícias como estas não fogem à regra das formulações estabelecidas entre regime militar e empreendimento. Como já evidenciado, os caminhos do regime atrelaram-se a imagem e propugnação da obra, de forma a apresentarem estreitas relações. Neste caso, “O Barrageiro” não deixara de atuar como mecanismo de perpetuação e memória dos feitos e fatos ligados ao governo militar, realizando publicações como “Urubupungá lembrou 31 de março”, onde destaca que:

Sete anos ainda é pouco para se compreender e julgar todas as transformações que trouxe uma revolução (...). Com o pequeno recuo que temos depois de 1964, além dos índices econômicos, podemos registrar certamente, a vontade firme de resolver os problemas nacionais e uma seriedade jamais vista na administração pública.⁶⁹²

Complementa na mesma edição ressaltando que, graças ao êxito das políticas desenvolvidas pelo regime, o setor energético e grupos como a CESP conseguiram “reconquistar no exterior o prestígio para obtenção de créditos e financiamentos junto aos órgãos internacionais”,⁶⁹³ para assim aumentar o potencial instalado no país. Logo, atribuíam-se as ações do regime o rol de possibilidades de expansão de linhas de crédito e compra de maquinários, que saindo dos portos do Rio de Janeiro, rasgavam os sertões para a construção das “estranhas catedrais”, trazendo à esteira “toneladas de progresso”, como ressaltado na matéria “Abram alas...Deixem o progresso passar”.⁶⁹⁴

Aos olhos do regime, Ilha Solteira torna-se símbolo do progresso, fruto da segurança e desenvolvimento a ela proporcionados, marcas das realizações em curso no país, como destacado pelo periódico em “Ilha Solteira: fruto da segurança e desenvolvimento”.⁶⁹⁵ Aos olhos de “O Barrageiro” celebrar a revolução é comemorar um “país que se transforma e se constrói”:

Amanhã, 31 de março, as bandeiras do Brasil e de São Paulo estarão hasteadas das 8 às 18 horas, tremulando na Praça da Integração, no pátio fronteiro ao prédio da administração, nas escolas e em vários estabelecimentos comerciais da cidade, *lembrando* com sua presença a data cívica tão grata ao povo brasileiro. “País que se transforma e se constrói”, frase que tão bem relata a realidade do atual brasileiro, foi o lema escolhido para *marcar* as *comemorações* deste 9º aniversário da revolução *moralizadora e redentora* da nação. A nossa posição invejável de hoje, como país estável política, econômica e financeiramente faz com que o povo sinta alegria e orgulho de ser brasileiro e por isso, humildemente, daqui queremos

⁶⁹² O BARRAGEIRO, 03/04/1971.

⁶⁹³ Idem.

⁶⁹⁴ O BARRAGEIRO, 01/07/1972.

⁶⁹⁵ O BARRAGEIRO, 21/09/1973, P. 04.

enviar ao extraordinário presidente Médici os nossos agradecimentos pela maneira patriótica e acertada como vem dirigindo o destino pátrio.⁶⁹⁶

Lembrar, marcar, comemorar. O que se evidencia juntamente a tais matérias de divulgação do complexo é seu caráter conectivo entre os benefícios produzidos por sua realização como “impulso decisivo” para toda a região. Por isso, é recorrente no jornal a reprodução de artigos e matérias de outros jornais e revistas de circulação regional e nacional. Como exemplo, na edição de 01 de maio de 1965 há a matéria “Investimentos financeiros na região de Urubupungá”, que havia sido publicada na Brasil-Oeste três meses antes, em que são destacadas ideias como: “vamos assistir, dentro de pouco tempo, a um extraordinário espetáculo de modificação geoeconômica numa região que estivera, até ha pouco, completamente abandonada”, isto porque “lhes faltava o elemento primordial para acelerar o progresso: a eletricidade”.⁶⁹⁷ Outro exemplo foi publicado em “A missão da CELUSA: um futuro melhor para todos”, em que traz parte de matéria já publicada na mesma revista em agosto do mesmo ano, onde se repete que a existência de Urubupungá “é uma resposta aos incrédulos e pessimistas”, ideia que seria mais tarde (re) produzida por governadores e em outros documentos.⁶⁹⁸

Mesmo tendo o entendimento que, em seu aspecto organizacional, obra e administração do núcleo poderiam agir de forma independente, podemos constatar, pelas narrativas apreendidas na documentação, que a imagem do núcleo estava diretamente permeada ao desenvolvimento da obra, pois seu funcionamento estava ligado ao ritmo da construção. Mesmo apresentando, por vezes, alguns antagonismos, como destaca Froelich, tanto a CESP, responsável pelas hidrelétricas, e empreiteira, responsável pelo núcleo, articularam ambos os projetos como práticas e experiências de seu saber fazer, colaborando para construção de sua própria imagem e *know-how* que seria utilizado em outras experiências futuras, como atesta Froelich.⁶⁹⁹

Em muitos momentos temos a percepção de que o jornal atuava como mecanismo para ofuscar determinados fatos ocorridos no andamento das obras ou no cotidiano do núcleo. Quando algum fato considerado negativo ocorria na obra, o jornal dedicava-se a trazer, como contraponto, notícias sobre o cotidiano do núcleo, de festas a outros eventos. Da mesma forma, quando possíveis contratempos permeassem o núcleo habitacional, os feitos e façanhas da hidrelétrica ganhavam centralidade, num constante jogo de “euforia, de festa e alienação”,

⁶⁹⁶ O BARRAGEIRO, 30/03/1973, grifo nosso.

⁶⁹⁷ O BARRAGEIRO, 01/05/1965, p. 3.

⁶⁹⁸ O BARRAGEIRO, 20/11/1965, p. 04.

⁶⁹⁹ FROELICH, op. cit. p. 159.

na perspectiva de Froelich.⁷⁰⁰ Tratando-se de uma obra com tais dimensões e condensando uma pluralidade de novas experiências organizativas e de construção, muito importantes para o setor energético, a ocorrência de acidentes e demais eventualidades torna-se até uma premissa em sua realização, porém passaram longe das páginas de *O Barrageiro*. Alguns estudos⁷⁰¹ sobre os barrageiros apontam a existências de processos de acidentes de trabalho, inquéritos policiais e processo crime ao longo da década de 1960. Em um deles, ligado diretamente à construção em Urubupungá, um desentendimento conjugal, regado a brigas e ciúmes terminara em assassinato dentro da Vila Piloto. Em outro caso, a fatalidade ocorreu entre um funcionário da CELUSA e um cabo do exército da cidade de Três Lagoas. Mesmo ocorrido fora das dependências da Vila Piloto, o fato, que terminara com a morte do cabo, gerou certo desentendimento entre as autoridades da obra e exército, sendo inclusive narrado no romance de Figueira:

Após as averiguações preliminares, ainda com a vítima coberta de jornal na plataforma da rodoviária, a inspetora achou por bem aconselhar o criminoso a não se apresentar à polícia de Mato Grosso, imediatamente. Em contrapartida, o comando do exército ameaçou invadir e interditar a vila, se caso as “pseudo-autoridades de Vila Piloto”, não entregassem o autor do disparo fatal, no mesmo dia.⁷⁰²

Tal desenlace resultou em negociações entre Estados (São Paulo e Mato Grosso) e exército e acabou por não ser divulgado, pois poderia “manchar” a imagem que estava sendo construída do complexo hidrelétrico. Mesmo em relação aos acidentes, que eram mais comuns, somente foram destacados uma vez e ainda para reafirmar o crescimento da população operária e a perspicaz atuação do setor de saúde dentro do núcleo.⁷⁰³ O relato de um ex-barrageiro, Walmir B. Silva, traz alguns exemplos:

Um outro senhor chegou para trabalhar no horário da noite e quando entrou de serviço, subindo no bloco e ao entrar no painel instalado no bloco, a turma do dia não tinha parafusado direito, o parafuso não estava bem seguro na aranha. Aranha é uma solda, um negócio de solda, uma porca na solda, e aquele painel não aguentou o peso do homem, desceu o painel com homem e tudo, o homem gritou “valha-me Nossa Senhora”, mas não valeu nada, bateu embaixo e virou bagaço. O Outro foi correr da chuva e entrou numa galeria

⁷⁰⁰ Idem, p. 154.

⁷⁰¹ Vide CAMPACHE, op. cit, 2012; MANARIN, Odirlei. *Peões da barragem: Memórias e relações de trabalho dos operários da construção da Hidrelétrica de Itaipu (1975 -1991)*. Dissertação (Mestrado em História). UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2008. RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu*. Cascavel: Edunioeste: 2002.

⁷⁰² FIGUEIRA, op. cit, p. 124.

⁷⁰³ O BARRAGEIRO, 03/10/1964.

com uma base de 30 a 35 metros de altura, tinha umas tábuas, ele não percebeu aquilo, pisou na tábua a tábua fez pinguela e desceu com ele e tudo, foi bater lá embaixo. Eu não vi que estava lá em cima, mas dizem que foi apanhado com a pá.⁷⁰⁴

FOTO 28 -



Visão geral da construção de Ilha Solteira.

Fonte: CDMCC.

Como podemos observar na imagem, a ideia de que grande parte dos acidentes ocorria por “descuido” ou falta de experiência dos operários era a percepção projetada pela empresa, como já destacado na fala de um dos presidentes da empreiteira. Porém, o ritmo frenético da obra, 24 horas e a constante necessidade de não deixar a obra ser interrompida, pela necessidade energética daquele momento, acentuavam suas possibilidades. E mesmo quando destacadas, prevalecia a heroica imagem do operário que morreu em nome da obra:

Notamos um aglomerado de operários. As máquinas estavam paradas. As pessoas olhavam consternadas para o interior de uma fundação. Fomos saber o que havia acontecido. Um mestre de obras contou - “Jupiá morreu”. Tinha sido um acidente. Jupiá, um operador de motoniveladora cujo heroísmo e habilidade haviam impedido que a barragem de enseadeira rompesse na inundação do rio, despencara com sua máquina dentro da fundação. A morte de um trabalhador no desempenho de seu trabalho é sempre muito triste. Para nós, foi mais que isso. Jupiá era um símbolo. Pareceria capricho do

⁷⁰⁴ ENTREVISTA, op. cit. p. 229.

destino. Passamos dois dias para evitar que a barragem de Jupia fosse paralisada e por infelicidade o operário que um dia a salvara acabou morrendo. “O herói Jupia pode ter morrido, mas Jupia, que ele um dia salvou, continuará viva” – disse Souza Dias.⁷⁰⁵

Enquanto isso, pelas páginas de *O Barrageiro*, observamos nesses momentos a introdução ou mesmo ampliação de matérias sobre o crescimento da vila, seu perfil progressista e a realização de festas e confraternizações, como os famosos “churrascos da Camargo”, que marcaram os primeiros anos do empreendimento. Assim, analisando reportagens como “Impressionante crescimento da Vila Piloto”; “População: mais de doze mil”; “Vila Piloto: perfil de progresso em muitos ângulos” observa-se como a proposta era diretamente trazer a sensação de conforto e bem estar para sua população que, apesar de alguns contratempos, estava contando com serviços e auxílios para além dos padrões nacionais. Neste aspecto reiteramos Renato Ortiz quando reconhece “a importância dos meios de comunicação de massa, sua capacidade de difundir ideias, de se comunicar diretamente com as massas, e, sobretudo, a possibilidade que têm em criar estados emocionais coletivos”.

706

Ao mesmo tempo, os iniciais churrascos da Camargo gradualmente dão lugar a maiores eventos, desde shows, como já destacados, a jantares e bailes. Novamente a realização do complexo hidrelétrico também era vista como modelo de elevação dos padrões sociais da região. Bailes com “famosas orquestras”, jantares de gala e outras práticas, como a de frequentar clubes, construídos em Jupia e Ilha Solteira passaram a fazer parte do cotidiano daquele espaço. Em matéria intitulada “Nossos clubes estão entre os melhores do interior” o jornal destaca como o SRTU (Sociedade Recreativa dos Trabalhadores de Urubupungá), SEIS (Sociedade Esportiva de Ilha Solteira) e CAIS (Clube Atlético Ilha Solteira) estavam colaborando para desenvolver as relações sociais e proporcionar eventos sociais nunca vistos no interior.⁷⁰⁷ Claramente o que não se divulga é que tais relações seguiam estritamente a organização dos clubes distribuídos em três categorias (1 e 2, 3 e 4, 5 e 6) de acordo com as funções ocupadas dentro da empresa.

Pensando nas lições que Nicolau Sevcenko nos ensina⁷⁰⁸ sobre o movimento de modernização no Rio de Janeiro no início do século XX, onde novos gestos, gostos e práticas passam a compor aquele espaço, bem ao espírito da *Belle Époque*, temos a percepção de que

⁷⁰⁵ QUINTELLA, op. cit. p. 212.

⁷⁰⁶ ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.116.

⁷⁰⁷ O BARRAGEIRO, 16/02/1973, p. 06.

⁷⁰⁸ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

pelas ações dos agentes mediadores do empreendimento, instaurar um novo centro desenvolvimentista no interior do país passava também por remodelar e valorizar outros gestos, costumes e gostos aquém dos habituais ali existentes. Em certos momentos parece que ideais de progresso e desenvolvimento associavam-se à elevação dos próprios padrões sociais e culturais produzidos pela força do complexo hidrelétrico naquele espaço, que mascarando determinados mecanismos de segregação, estabeleciam novos valores e consumos antes não existentes naquela região.

Até mesmo cidades como Três Lagoas que, como vimos, era vista como espaço do banditismo e assim foi permeado por certo “distanciamento” no início da construção acabou por assumir estreitas relações com o complexo hidrelétrico. Se em alguns momentos “estranhamentos” ocorreram - como relatado em ata da câmara dos vereadores de Três Lagoas, sobre o não aviso às autoridades da cidade sobre a presença e convite da diretoria da CELUSA ⁷⁰⁹ - ao longo da construção, desfiles cívicos e comemorações de aniversários da cidade contribuíram para as aproximações entre os núcleos, como destacados diversas vezes em O Barrageiro. ⁷¹⁰

Com a possibilidade de fixação da Vila Piloto, negociada a partir de 1967 e entregue ao exército local em janeiro de 1971, tais relações se intensificam, principalmente pelo fato de Três Lagoas tornar-se Área de Segurança Nacional pelo regime militar em 1973, sendo Hélio Congro o primeiro prefeito nomeado pelo Governo Federal e não pela população. ⁷¹¹ E é em seu mandato que se realizam as negociações com a CESP para desapropriação de uma área de cerca de 450 ha, que viria a se tornar o Distrito Industrial três lagoense, diretamente influenciado pelas possibilidades de expansão deste setor com a energia de Jupia.

Porém, compreender suas relações e transformações vai além destes marcos. Seu crescimento populacional e a abertura de novas possibilidades para o desenvolvimento local geram ações por parte dos grupos locais. Sendo apontada por toda gama de documentos aqui analisados como futuro polo desenvolvimentista regional, observamos que grupos e autoridades locais buscaram promover mudanças que consideravam mais adequadas a seu novo ritmo e momento. A construção de uma imagem para além do banditismo social, como já vimos, contou com o incentivo a melhorias urbanas, como aprovação de verbas e recursos destinados ao embelezamento de praças e avenidas, cuidados com a arborização e até mesmo o debate sobre a proibição da passagem de carros de boi pelo perímetro urbano, por

⁷⁰⁹ ATA CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS, nº 11. Sessão ordinária. Janeiro de 1961, p. 09.

⁷¹⁰ O BARRAGEIRO, 20/06/1964.

⁷¹¹ O BARRAGEIRO, 16/02/1973, p. 06.

decorrência da ampliação da rede asfáltica “que se encontra em condições privilegiadas com a construção da barragem de Urubupungá”.⁷¹²

Transformações também se processaram com a antiga feira-livre municipal. Localizada em importante avenida da cidade, próximo a um de seus símbolos, a lagoa maior, seu desmonte incorporou a nova dinâmica urbana, sendo adequada as novas necessidades de higiene e modernização e foi substituída pelo novo e moderno “Mercadão Municipal”.⁷¹³ Outra conexão que pode ser exemplificada pela construção das barragens é a existência de núcleos de meretrício, pois pensando nas normas e imposições que cerceavam a Vila Piloto e Ilha Solteira, acabavam por tornarem-se espaços de centralização da prostituição, deslocando-os além dos núcleos e do centro da cidade, questão também apoiada por Campache. Em Três Lagoas, a Vila Frinéia tornou-se um destes espaços de conexão entre obra e cidade, principalmente pelo grande contingente de solteiros, que até o final da obra diminuiria consideravelmente. A existência dessa conexão não se restringiria somente a Três Lagoas, como ressalta Froelich, já que em Ilha Solteira tal fato assumiu ares “oficiais”:

O autoritarismo esteve presente nas decisões internas e externas da CESP. Assim, o primeiro administrador de Ilha Solteira, nos anos de 1968 e 1969, o general João da Rocha Fragoso, ex-secretário da Segurança Pública de São Paulo, exigiu do município de Pereira Barreto a criação de uma zona de prostituição para atender à população masculina de Ilha Solteira, sob a alegação de que esse tipo de atividade era incompatível com aquelas próprias do acampamento, supostamente ligadas à segurança nacional.⁷¹⁴

Interessante observar como determinadas práticas e relações como as apresentadas acima contrastavam com os mecanismos de controle e proibição dentro dos núcleos. E neste caso o jornal novamente contribui para termos esta percepção. Práticas de curandeirismo, proibição de bebidas alcoólicas, circulação de ambulantes e mesmo combate ao meretrício são alguns dos pontos policiados dentro do núcleo, pois eram considerados perniciosos para a execução e imagem do empreendimento. Em edição de 21 de março de 1964, em uma notinha de canto é assim descrito:

Pessoas há que nunca iriam ao barbeiro para fazer um terno, e o máximo que poderia acontecer seria estragar o corte de fazenda. No entanto, há pessoas bem capazes de procurar um curandeiro ou benzedeira para seus problemas de saúde. E o máximo que poderia acontecer é pôr a vida em perigo. O

⁷¹² ATA CÂMARA... Jan. 61 a Jun. 63, p. 87.

⁷¹³ Ver: SILVA, Leisa Robles Borba. *O Mercadão de Três Lagoas: um estudo de caso das transformações urbanas - 1970 a 1979*. Mestrado em História. Dourados: UFGD, 2008.

⁷¹⁴ FROELICH, op. cit. p. 130.

curandeirismo é contravenção penal, isto é, crime previsto nas leis brasileiras. Se você conhece alguém que o pratica, esta com o dever de denunciar essa pessoa às autoridades policiais.⁷¹⁵

Em outro comunicado, “não abra a sua porta a vendedores”, atenta-se para evitar a compra de objetos de ambulantes, o que diretamente pode ser entendido como um dos mecanismos de controle de circulação dentro do núcleo, assim como uma busca para fortalecer o próprio comércio local concentrando os salários recebidos neste mesmo espaço:

Ajude a administração a preservar a tranquilidade de seu repouso e de sua casa, não recebendo à sua porta vendedores ambulantes. As famílias têm sido procuradas, sobretudo em épocas de pagamento por vendedores de terrenos, de títulos de clube, de bebidas, de móveis, vendedores de gás, livros, etc. Grande parte dessas vendas são ilegais ou não oferecem nenhuma garantia aos compradores. As lojas, armazéns ou cooperativas estabelecidos nos centros comerciais Norte-Sul ou Estação Rodoviária estão equipados para atender à população de Ilha Solteira. Prestígio o comércio de Ilha Solteira. Não compre nada à sua porta.⁷¹⁶

Por se tratar de um espaço que condensava pessoas de todo o país, e possuía uma circulação de visitantes muito grande, cuidados com doenças também faziam parte das preocupações, ligadas principalmente ao saneamento e controle de epidemias. As mais destacadas pelo jornal eram a lepra (hanseníase), o sarampo, a varíola, todas de caráter contagioso e o tétano. Campanhas de vacinação e prevenção eram constantemente divulgadas para a população e seus visitantes, pois em alguns momentos elevados números, principalmente de varíola e tétano eram detectados nos núcleos.⁷¹⁷ Percebe-se que sua ocorrência era entendida pelos agentes organizadores como reflexo de sua instalação em uma região interiorana, desprovida de aparatos técnicos e informativos, que contribuíam para a proliferação de doenças. Assim, a atuação e realização do complexo seriam positivamente postas para resolução de tais ocorrências, em que, semelhante a ações desenvolvidas no TVA, como ressalta Martin e Carvalho “por meio da eletricidade e seus desdobramentos coexistia um novo mundo atrelado ao ritmo de desenvolvimento de outros espaços, conectando o vale e as pessoas, dizimando doenças na busca de promover o progresso”.⁷¹⁸

No caso do TVA, sua principal relação ocorreu com o controle da malária, que foi posta segundo a narrativa da autarquia como um mal que atingia uma região pobre e que foi

⁷¹⁵ O BARRAGEIRO, 21/03/1964, p. 02

⁷¹⁶ ADMINISTRAÇÃO DE ILHA SOLTEIRA. 24/01/1970.

⁷¹⁷ O BARRAGEIRO, 17/06/1966; 17/02/1968; 03/07/1971; 19/01/1973.

⁷¹⁸ MARTIN, Andrey M; CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. Entre a doença e “progresso”: considerações sobre o *Tennessee Valley Authority* e o controle da malária (1933-1948). In: *Dimensões*, vol. 34, 2015, p. 287.

possível combater e controlar graças a sua atuação. De mecanismo foi claramente utilizado para escamotear possíveis impactos que a construção das hidrelétricas causaria na região, até mesmo com os grandes lagos formados e a possibilidade destes ampliarem a proliferação da doença.

Nessa mesma lógica, O Barrageiro também serviu de instrumento para escamotear determinados impactos ambientais, estabelecendo narrativas sempre positivamente alocadas sobre as transformações na paisagem e o sentido de progresso. Em “Barragem em foco”, ainda no ano de 1964 as primeiras transformações no rio eram postas de forma harmoniosa, pois “mais de um ano se findou e o rio Paraná continua assistindo, “sem protesto”, as modificações que se vão processando à sua margem e no seu próprio leito”, ⁷¹⁹ justificados porque somente dessa forma estaria tirando a região do subdesenvolvimento. Algo semelhante ocorre quando, com o início do fechamento das comportas de Jupia, os saltos e corredeiras de Itapura e Urubupungá dão lugar ao grande lago, de forma que mesmo sendo sucumbidos por tal movimento, seu desaparecimento é articulado como pertencente a uma lógica natural para dar espaço a um novo imperativo, o lago e as barragens. O mesmo se evidencia para o impacto e o deslocamento de muitos animais daquele local, descritos como um “fenômeno curioso” e de “limpeza da bacia de Jupia”, em que com o gradual enchimento do lago aparecem à procura de um novo lar, em uma narrativa onde trágico e heroico se misturam, bem ao estilo do que pode se encontrar em livros de Colin Dann e derivados como em “*The Animals of Farthing Wood*”: ⁷²⁰

O nível das águas do rio Paraná continua subindo *espetacularmente*, em decorrência do fechamento das comportas da barragem de Jupia. O efeito da inundação já se fez sentir até mesmo acima do Salto de Itapura, no rio Tietê. Aquele *belíssimo* recanto já não mais existe, o mesmo acontecendo com o Salto de Urubupungá, no Paraná. A inundação provocou um *fenômeno curioso* que, aliás, já era previsto: o nível das águas, sempre se elevando atingiu o domínio de animais os mais variados, fazendo com que estes saíssem à procura de lugar seguro e de nova morada. Eis porque as cobras eram muito notadas às margens dos rios e mesmo entre folhagens e entre outros objetos flutuantes que vieram ter à barragem. Tudo isso foi muito natural que acontecesse, pois, como se sabe, a *limpeza*, pelas águas, da bacia do Jupia, levaria alguns dias pra se concretizar (...). Os animais, ao que parece, já encontraram seu novo “habitat”, e já não são vistos com tanta frequência, como antes. Com o passar dos dias, o lago vai tomando aspectos

⁷¹⁹ O BARRAGEIRO, 01/02/1964, p. 02, grifo nosso.

⁷²⁰ Colin Dann é um escritor britânico do século XX que, dentre outras obras, escreveu o clássico “*The Animals of Farthing Wood*” (Os animais dos bosques dos Vinténs) onde narra a busca de um grupo de animais à procura de um novo lar depois que seu antigo desapareceu devido a um impacto ambiental.

Unidades de implantação e desenvolvimento ambiental CESP

Fonte: CESP, 2006.

Entre todas as UHE pertencentes à CESP, o Complexo de Urubupungá seria escolhido como um dos centros de atividades como: Centro de Conservação da Fauna Silvestre, em Ilha Solteira; Centro de Produção de Mudas, em Três Lagoas e Estação de Hidrobiologia e Aquicultura, em Castilho/SP. Segundo destaca a própria empresa, desde o início “tinha firmado o conceito de que era preciso conhecer a realidade socioeconômica e físico-biótica de cada reservatório e de seu entorno para empreender um conjunto de ações de caráter conservacionista e de pesquisa científica”.⁷²²

Tais atividades, principalmente a partir de 1978, quando a empresa cria o Departamento de Meio Ambiente, um dos primeiros do setor elétrico no país, tornam-se recorrentes na própria imagem e memória da empresa, adentrando documentos, festividades e todas as atividades realizadas junto ao Complexo de Urubupungá, de forma a projetar e realizar constantemente a ideia de preservação e sustentabilidade como uma das marcas características de sua existência, um tanto quanto distintos das narrativas estabelecidas ao longo de sua construção. É um movimento característico não somente deste projeto, mas de grande parte dos envoltos no setor energético.

FOTO 29 -

⁷²² COMPANHIA Energética de São Paulo. *40 peixes do Brasil....* op. cit, p. 14.

Entrega de muda de Angelo Matarazzo, presidente da CESP a Said Saiar, empregado nº 01 da CELUSA, em festividade para comemoração de 30 anos da empresa. Jupiá, setembro de 1996.

Fonte: Núcleo de Documentação Histórica, UFMS.

Com o leilão das hidrelétricas ocorrido em 2015, muitos dos projetos correm o risco de não terem continuidade, visto que é incerta a fonte para custeio de tais realizações. A nova empresa vencedora do leilão, a *China Three Gorges Corporation*, que administra a hidrelétrica de Três Gargantas, na China, adquiriu um contrato de concessão por trinta anos e não possui obrigações legais de continuidade para com os mesmos. Logo, ao observarmos as transformações ocorridas nesta região, antes, durante e posteriormente a seu estabelecimento, nos trazem a percepção de como o projeto, seja junto a CESP ou agora em uma fase de privatizações, é pendular entre os benefícios projetados para e pela produção energética e a (des) continuidade de programas como os, que causam certa inquietação e inconstância para aqueles que vivem às suas margens.

Porém, em seu contexto de organização, a obra, a hidrelétrica e o próprio complexo são toados como os novos centros sociais, culturais e econômicos do interior, que com o enchimento do lago de Ilha Solteira e seus mais de 300 Km² não devem ser vistos como um problema, mas são tomados como “um novo cartão de visitas de São Paulo”, atestado pela vinda de visitantes de todo o Brasil e do exterior.⁷²³ Isso ficaria evidente em outras reportagens como em “Turismo também é desenvolvimento” e “A imensa estrada líquida beneficiará Ilha Solteira”, em que se destacam o potencial para esportes aquáticos, a pesca e principalmente o mergulho esportivo nos entornos de Itapura, que foi realocada pela CESP para alguns quilômetros acima de sua origem.⁷²⁴ Todas as ideias teriam continuidade nos caminhos para o desenvolvimento regional, sendo inclusive estimuladas pela CESP nas décadas subsequentes, trazendo os mesmos excertos em outras publicações, como podemos visualizar em “Tietê-Paraná: o progresso e o lazer começam a navegar”, de 1986 e “Aviso aos navegantes: embarquem no turismo fluvial, o retorno é líquido e certo”, de 1996 (em anexo).

A publicação de materiais como estes, principalmente a partir da década de 1970, pode ser analisada como reflexo do próprio amadurecimento das práticas e projeções da empresa, em relação a possíveis impactos causados, assim como uma ampliação de seus horizontes de expectativa, em um momento em que as próprias relações internacionais pressionavam para a criação de grupos e organismos de controle e fiscalização de tais ações. Como exemplo, temos a criação da CETESB (Centro Tecnológico de Saneamento Básico), hoje Companhia

⁷²³ O BARRAGEIRO, 17/08/1973, p. 05.

⁷²⁴ O BARRAGEIRO, 09/01/1973, p. 03; 29/06/1973, p. 05.

Ambiental do Estado de São Paulo, criada em julho de 1968 durante o governo de Roberto A. Sodré. O centro realizaria alguns estudos e mapeamentos sobre os impactos e potencialidades do complexo hidrelétrico.⁷²⁵ Em um contexto internacional, este momento marca a ampliação de debates sobre as relações entre o desenvolvimento de empreendimentos como os complexos hidrelétricos e a possibilidade de criação de práticas de conservação ambiental. Eventos como a *United Nations Conference on the Human Environment* (UNCHE) de Estocolmo em 1972 contribuíram diretamente para que termos como “sustentabilidade” entrassem nas pautas de discussão, o que se ampliaria no Brasil a partir do ECO-92.⁷²⁶

Ao mesmo tempo, como bem observado por Froelich e destacado por Vieira o ainda incerto futuro da cidade de Ilha Solteira, somado com um conjunto de notícias externas que repercutiam problemas causados com o início das operações do complexo, como já evidenciado, eram ignorados pelo jornal que estrategicamente produzia um conjunto de matérias ressaltando a importância do complexo para o presente e para o futuro da região. Em março de 1970 é publicado “Ilha Solteira: uma realidade indiscutível”; dois meses depois “Ilha Solteira: aumentam as construções na cidade”; no ano seguinte “Ilha Solteira é uma festa”; destacando as comemorações de aniversário da cidade, em 1972, “O futuro: um presente que todos querem” e a já destacada “Abram alas... Deixem o progresso passar”. O otimismo também era produzido com reportagens que indicavam a possibilidade de descentralização industrial paulista e como Ilha Solteira poderia tornar-se um polo regional do setor, em “CESP também quer a interiorização das indústrias” e “Ilha Solteira pode ser núcleo industrial”, inclusive desatacando reportagens das relações de Ilha Solteira com a futura hidrelétrica de Itaipu (Ilha Solteira tem muita relação com Itaipu).⁷²⁷

O jornal deixaria de circular em 1974, momento em que seriam oficialmente inauguradas as turbinas de Ilha Solteira e estando o núcleo marcado por considerável queda populacional motivada pela dispensa de trabalhadores. Com o dever de “missão cumprida”, chegara ao fim da mesma forma que iniciou: com ares de satisfação, patriotismo e orgulho de acompanhar cotidianamente todos os eventos na realização do complexo hidrelétrico. Porém, para além de um “amigo mais chegado”, tornou-se instrumento não a serviço do complexo, mas da imagem e persuasão que projetaram para o complexo.

⁷²⁵ CETESB. Levantamento ecológico-sanitário e considerações sobre a piscicultura e recreação na Represa de Ilha Solteira: Bacia do Rio Paraná - relatório final. CETESB, São Paulo, 1976.

⁷²⁶ Ver: MOUTINHO DOS SANTOS, E. *Energia, gás natural & sustentabilidade*. Tese (Livre Docência em Energia). Programa de Pós-Graduação em Energia. Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE). USP. São Paulo, 2004; CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J.P.R. & OLIVEIRA, J.A.P. *Meio Ambiente Brasil: Avanços e obstáculos p s- Rio 92*. 2.ed. São Paulo, Est o o Liberdade: Instituto Socioambiental; 2004.

⁷²⁷ O BARRAGEIRO, 29/05/1971; 04/05/1973; 23/11/1973.

Logo, o Complexo Hidrelétrico Urubupungá findou sua realização e trouxe consigo sua face progressista, moderna e de significativos avanços para o setor energético nacional, mas, também se emaranhou em caminhos tortuosos, tecnocráticos e de faces autoritárias, fruto de seu tempo e momento, importantes a serem considerados por nós, historiadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio de tecer a história do Complexo Hidrelétrico Urubupungá mostrava-se antes mesmo de seu início ser uma tarefa árdua, densa e de múltiplas vias de interrogações e problemáticas, que foi evidenciada no diálogo junto às fontes e na escrita da mesma. Ao longo dos capítulos buscamos elencar o máximo possível de elementos envolvidos nesta trama, que certamente estão longe de serem alçados, mas que de uma forma geral puderam colaborar para ampliar as perspectivas de entendimento sobre os caminhos de formação e organização deste complexo hidrelétrico.

De uma forma geral, buscamos nesta tese, como exposto na introdução, analisar a criação e organização do Complexo Hidrelétrico Urubupungá, planejado e construído entre as décadas de 1950 e meados da década 1970, observando como uma multiplicidade de grupos e agentes mediadores, de diferentes setores e por plurais necessidades, adentraram seu processo organizativo, estabelecendo sua realização como marco e ideário de progresso e desenvolvimento para vasta região do país. Observou-se que conjuntamente a seu estabelecimento um emaranhado de práticas, narrativas e representações que ultrapassaram a própria produção energética, conectaram a realização do empreendimento como projeto fundamental para transformação da realidade social e econômica da região em que se estabeleceu ao mesmo tempo em que se tornou pedra fundamental para a continuidade de desenvolvimento para outros espaços, como a região Sudeste do país.

Faz-se necessário destacar a importância que o setor energético desempenhou no desenvolvimento econômico nacional, desde as primeiras ações organizativas ainda em fins do século XIX, por meio das pequenas centrais hidrelétricas, passando pela participação do setor privado internacional até as décadas de 1940 e 1950, quando sua atuação delegou-se principalmente à distribuição, enquanto o setor nacional ampliou sua participação na produção energética. Logo, a tessitura de pesquisas é fundamental para compreendermos tanto como se procedeu este desenvolvimento quanto para visualizarmos como este setor, entre avanços e recuos, é parte fundante da história nacional. E o complexo aqui analisado faz-se peça chave no quebra-cabeça das tramas do setor energético nacional. Sua realização condensou um conjunto de influências técnicas e tecnológicas, dialogou com experiências internacionais, foi posto como primazia e excelência da engenharia nacional, foi representado como esperança de continuidade da produção industrial, foi associado aos poderes políticos, empresariais e promotor de novas práticas culturais em seu espaço de construção, inferiu em

uma nova realidade econômica e social para o interior do país, alterou práticas sociais e modos de vida e produziu novas relações dentro de seu espaço de construção, que perpetuam-se até o tempo presente.

O momento de realização de nossa pesquisa foi ainda mais instigado, primeiramente, pelo fato de a mesma região encontrar-se permeada por um novo discurso de desenvolvimento decorrente do atual processo de industrialização realizado pelas empresas de papel e celulose, que, como vimos, trouxeram determinados elementos correntes em nossa análise. Este fato contribuiu diretamente para termos a percepção de como a memória do empreendimento foi articulada a novos interesses do tempo presente, trazendo à tona determinadas imagens que foram justamente produzidas e articuladas ainda no momento de construção do complexo hidrelétrico. Em segundo, este momento marca o fechamento de um ciclo de quase 5 décadas entre a consolidação da CESP à frente do complexo, em 1966, e o leilão realizado em 2015/2016, estando agora sob a condução da *China Three Gorges Corporation*. Ao longo destas quase cinco décadas o complexo hidrelétrico perpassou de uma realização coletiva da CIBPU para um empreendimento paulista, fato este que gerou grande desentendimento quando da mudança dos *royalties* entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, que pudemos observar em meio aos protestos realizados junto a seu leilão.

E foi neste momento, quando chamados a contribuir e dialogar com a comunidade, em meio a nossa participação em entrevistas a jornais regionais e em debates em outros meios de comunicação, que nos saltaram aos olhos o desconhecimento de grande parte da população sobre o histórico e as trajetórias organizativas do empreendimento, que na busca por justificarem quem seria o “dono” do complexo (principalmente por decorrência dos *royalties*) uma gama de desinformações acabaram por apresentarem-se, o que dificulta diretamente a compreensão de questões importantes tanto quanto as debatidas na atualidade.

Ainda nas décadas de 1970 e 1980 esteve presente junto a novos desafios, tornando-se um dos principais núcleos de programas ambientais da CESP, o que não o redimiou de ser alvo de críticas de ONGs e movimentos sociais, principalmente por ribeirinho e outros sujeitos que de alguma forma foram realocados por decorrência da construção das hidrelétricas. Inclusive, temos como exemplo a formação de movimentos como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e a participação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) atuando na região, confeccionando inclusive a circulação de um jornal denominado “O Barraqueiro”, fazendo direta alusão ao jornal “O Barrageiro”, produzido dentro dos núcleos do complexo hidrelétrico.

Pelas fontes selecionadas buscamos ao mesmo tempo demonstrar como construiu-se a ideia de “monumento energético” estabelecida em seu tempo, demonstrando como uma série de interfaces narrativas influenciaram na construção de sua imagem e memória, mas que já em fins do empreendimento apresentavam alguns contrapontos e questionamentos. Por isso mesmo, nos centramos em analisar o período anterior e conjunto à construção do complexo, contribuindo agora para que novos caminhos e perspectivas possam ser realizadas para este momento subsequente.

Por conseguinte, cada um dos quatro capítulos contribuiu para termos a percepção de como o setor energético e o Complexo Hidrelétrico Urubupungá são permeados por diferentes formas organizativas e plurais representações, de acordo com os interesses projetados pelos agentes mediadores de sua construção. Observamos por meio da documentação como determinadas narrativas vão modificando as representações a respeito deste espaço, do meio natural à consolidação do projeto hidrelétrico. Isto ficaria evidente no primeiro capítulo, no qual observamos como historicamente as corredeiras e saltos do rio Paraná, especificamente Jupia e Urubupungá foram gradualmente articulados de uma zona limítrofe, permeada pela imagem do bravio e caudaloso, de difícil acesso, para elemento fundante do progresso nacional, decorrente de seu potencial hidráulico. Dos relatos de viajantes, passando pelas comissões científicas exploratórias até as reivindicações ante o “abandono” tecidas no início da década de 1950, o que se observa é a instrumentalização da natureza a partir das necessidades de um novo tempo, que transformaram diretamente as representações sobre a ideia de Urubupungá, inclusive para legitimar. Assim, pelo diálogo com a bibliografia, o que fica evidente é como tais aparatos técnicos e tecnológicos revelam novos *sentidos* para marcha rumo à exploração das potencialidades naturais do interior do país.

Ao mesmo tempo, como já pontuado ao longo do trabalho, nossa compreensão sobre o estabelecimento e promoção de aparatos técnicos e tecnológicos nestas regiões, como este complexo hidrelétrico, não foram pensados somente como um mero aproveitamento dos recursos naturais ou transformação da paisagem em si. Influem diretamente no próprio sentido que esta sendo atribuído a tais lugares, tornando-se, para além de uma intervenção, um certificado de presença, como constatado por muitos trabalhos aqui dialogados.

Logo, a partir deste momento revelam-se na documentação, seja nos relatórios de comissão, discursos proferidos por representantes governamentais ou mesmo pela imprensa uma diversidade de possibilidades alçadas a partir da consolidação do projeto. Ideias como “integração territorial”; “pontos de estrangulamento”; “voltagem política”, “manancial energético”, dentre outras cada vez mais associavam a realização do empreendimento como

possibilidade e mesmo solução para uma diversidade de problemas que regiões como o Sudeste estavam a enfrentar, como a falta de energia elétrica.

E isto pode ser observado ao longo de toda tese, por meio da diversidade de práticas e narrativas que são articuladas em torno do empreendimento. Ainda em fins do primeiro capítulo observamos como tais narrativas contribuíram para trazer a ideia de “abandono” deste espaço, visando claramente promover seu aproveitamento energético, movimento pontuado em documentos como o discurso do deputado Vandoni de Barros. Em outros momentos, como no segundo capítulo, observamos como as experiências realizadas pelo *Tennessee Valley Authority* representaram novas influências para que a partir da ideia de aproveitamento integral dos recursos naturais, a produção energética fosse posta como um dos pilares para o desenvolvimento da região Centro Sul do país. Em meio a aproximações e distanciamentos em sua influência junto ao complexo aqui analisado, a compreensão de tal autarquia mostrou-se profícua para visualizarmos como os caminhos do setor energético nacional emaranham-se numa multiplicidade de saberes nacionais e internacionais. Os quais, contribuíram, por um lado, para o desenvolvimento de novas práticas, técnicas e tecnologias, como bem nos ensinou Milton Vargas. Por outro, permitiu que esta gama de experiências inovadoras fortalecesse o setor energético nacional nas décadas de 1950 e 1960, fazendo com que projetos como o Complexo de Urubupungá fossem postos como um dos símbolos da primazia e excelência nacional.

Na esteira de tal desenvolvimento encontramos neste período uma multiplicidade de transformações que influiriam em novas experiências de planejamento regional e projetos arquitetônicos. Citamos como exemplo, a este respeito, a realização de núcleos habitacionais, de caráter provisório e definitivo para construção das hidrelétricas. Além de experiência inovadora por seu porte influenciariam diretamente nas relações sociais existentes entre obra e cotidiano dos trabalhadores, pois a organização e hierarquia estabelecida nas obras adentrariam tais espaços, num código de condutas cotidianas que reproduziriam tais hierarquias. Conjuntamente a repercussão dos avanços tecnológicos que acompanharam a instalação do complexo hidrelétrico, observamos a consolidação de empresas fundamentais para expansão do setor nacional, tais como a THEMAG e PLANEMAK, permeadas diretamente pela contribuição de instituições como o IPT. Este movimento influiria diretamente nas perspectivas governamentais e de grupos que visavam maior atuação do setor nacional em detrimento ao estrangeiro, fortalecendo a ideia de criação de novas comissões e entidades para a gestão e organização do setor, como a Eletrobrás, CEMIG e a própria CESP.

Vimos também como ao longo do desenvolvimento do projeto, o periodismo nacional conjuntamente com práticas e estratégias de promoção realizadas pelos agentes mediadores do empreendimento proporcionaram uma gama de relações entre a construção da imagem do complexo emaranhada a tudo e todos que de alguma forma a ele se conectavam. Empreiteiras, grupos políticos, autarquias, enfim buscaram tecer impressões e representações sobre as possibilidades advindas pelo empreendimento, associando suas práticas a todas as conquistas futuras projetadas junto ao Complexo Urubupungá. Neste ponto, a gama de publicações e propagandas apresentaram tal espaço adjetivando-a como “rio do futuro”, “zona central do progresso” e “novo caminho da expansão energética nacional”, ressaltando como este “deixou de ser *Senhor* para transformar-se num *fiel servidor* do homem”, como ressaltaria o jornal “O Barrageiro”. E isto ganhou tal proporção que adentrou outros espaços, como as produções cinematográficas, que além de riquíssimas fontes possibilitaram observar quais imagens e sujeitos estavam envolvidos na produção de práticas e representações.

Tal conjunto de relações propugnadoras, internas e externas, deram-nos subsídios para entendermos como determinados grupos políticos, empresas e, porque não, o próprio regime militar, aspiraram novas possibilidades e ganhos advindos por meio de sua realização. Pelo diálogo historiográfico com obras como de Gival Froelich, Carolina D’Almeida e Antônio Nova ficou claro como os caminhos do empreendimento foram associados as conquistas de uma época, mas ligados a determinados de grupos, de forma que a existência de núcleos como Ilha Solteira foram diretamente permeados por tais poderes. Tais grupos projetaram por meio da imprensa, produções audiovisuais e propagandas a imagem positiva de suas realizações e como um dos pilares para o crescimento nacional, por meio das mãos do regime instaurado.

Tais considerações foram possíveis principalmente pelo amplo diálogo que conseguimos estabelecer com outros campos de pesquisa, como a arquitetura e engenharia. Obtivemos subsídios para pensarmos questões como a ideia de planejamento regional e as relações técnicas e tecnológicas estabelecidas no processo de desenvolvimento para este setor nacional. Da mesma forma, observamos como a busca pelo desenvolvimento regional que historicamente permeiam tais espaços continua a tecer suas relações com novos projetos como o complexo hidrelétrico.

Deste diálogo conseguimos ampliar o leque documental e ter a percepção de como a história e a construção do complexo permeiam diferentes áreas que, como via de mão dupla, foram influenciadas por sua realização, assim como influenciaram na construção da imagem e memória do empreendimento. Assim, a ampla pesquisa documental por nós realizada, mais do que encerrar a temática, abriu novos caminhos e perspectivas para que novos trabalhos

possam ser realizados, almejando ser uma das contribuições desta tese. Sendo em sua grande parte fontes inéditas ou pouco exploradas, esperamos agora contribuir para o fortalecimento de pesquisas no setor energético ou mesmo ampliar seu diálogo com outras áreas do saber.

Reiteramos novamente, como já posto na introdução, que a gama de fontes e campos aqui apresentadas convergem diretamente para a problemática central sobre o complexo, tendo a clareza que seria impossível, por questões de tempo e prazo, realizar o aprofundamento teórico-metodológico de todas, mas que demonstraram ser fundamentais para termos a percepção de como por diferentes campos, práticas e grupos, a imagem do empreendimento e sua memória foi permeada.

Constatamos também que sua promoção como elemento dinamizador e transformador para uma região considerada “atrasada” e à margem do desenvolvimento perpassou diretamente os interesses dos grupos que visavam primeiramente sanar suas necessidades, tais como a ampliação do parque energético para continuidade do processo de industrialização e fortalecimento desta mesma região como promotora e condutora do desenvolvimento nacional.

Ao mesmo tempo observamos que o planejamento do projeto hidrelétrico estava conectado a novas perspectivas de aproveitamento não somente do rio Paraná, mas de sua bacia hidrográfica, dialogando aqui diretamente com as realizações já produzidas pelo projeto do *Tennessee Valley Authority*, nos EUA. Por este fato, gradualmente a documentação revela como se ampliaram as perspectivas de como o projeto poderia beneficiar não somente as regiões apontadas com necessidades energéticas, como o Sudeste e a capital São Paulo, mas transformando diretamente seu espaço de estabelecimento em um novo polo de desenvolvimento para o interior do país.

Assim, na busca de promover e criar novas possibilidades para que tal região se tornasse um novo centro dinamizador de progresso da região Centro-Sul, percebemos como uma dada realidade social, econômica, e porque não, cultural transformou-se gradualmente a partir da realização do empreendimento, em que, do núcleo provisório na cidade de Três Lagoas a definição do núcleo de Ilha Solteira, empreendeu-se um esforço propugnador dos grupos envolvidos em promover os benefícios futuros do empreendimento. Divulgar as potencialidades da região, conjuntamente com a imagem destes grupos passaram a permear a própria construção do empreendimento, para além pra ampliação dos milhões de quilowatts.

Atualmente seu estabelecimento ainda permanece como um dos principais pontos referenciais da região, fortalecidos pelo turismo fluvial realizado nas cidades no entorno do empreendimento assim como pela instalação de centros de estudo, como a UFMS, em Três

Lagoas e UNESP de Ilha Solteira, que transformou a cidade em dos principais polos de engenharia do país.

Desta forma, mais do que pensar a construção deste trabalho como pronto e acabado, temos a percepção contrária, de que possa lançar novas luzes e possibilidades que não se encerram nesta tese, mas abrem-se na continuidade de novas pesquisas.

5. FONTES E REFERÊNCIAS

5.1 Acervos e Bibliotecas

Arquivo Biblioteca Mário de Andrade – São Paulo, São Paulo.

Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo, São Paulo.

Arquivo Histórico de Campo Grande – ARCA – Campo Grande – Mato Grosso do Sul.

Arquivo da Câmara Municipal de Três Lagoas – Três Lagoas- Mato Grosso do Sul.

Arquivo documental da Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias (Jupia) – Fronteira Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul – Km 667.

Arquivo particular do Jornal “Correio do Estado” – Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Biblioteca "Acácio José Santa Rosa" da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” Campus de Assis, (FCL - Assis).

Biblioteca da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de São José do Rio Preto, (Ibilce – São José do Rio Preto).

Biblioteca da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente, (FCT – São José do Rio Preto).

Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, USP (FFLCH-São Paulo).

Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP) – UNESP- Campus de Assis – São Paulo.

Centro de Documentação e Memória Camargo Corrêa- CDMCC.

Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados CDR/UFGD – Dourados- Mato Grosso do Sul.

Fundação Energia e Saneamento – Núcleo de Documentação – Cambuci - São Paulo, São Paulo.

Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul – IHGMS – Campo Grande – Mato Grosso do Sul.

National Archives and Records Administration's southeastern branch, em Atlanta, Georgia, USA.

Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro” - Departamento de História – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Três Lagoas – Mato Grosso do Sul.

Special Collections Library, University of Tennessee's, em Knoxville, Tennessee, USA.

TVA Library. Knoxville, Tennessee, USA.

5.2 Fontes

Bibliográficas:

ALMEIDA, Francisco J. de Lacerda. *Diário da viagem do Dr. Francisco Jose de Lacerda e Almeida pelas capitânicas do Para, Rio Negro, Matto-Grosso, Cuyaba, e S. Paulo, nos annos de 1780 a 1790*. São Paulo: Typ. de Costa Silveira, 1841.

AMARILHA, Tertuliano. *Vinde conhecer o Mato Grosso*. Poesias. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1974.

ANDRADE, Theophilo. *O rio Paraná no roteiro da Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1941.

A Missão Cooke no Brasil. Relatório dirigido ao Presidente dos Estados Unidos da América pela Missão Técnica Americana enviada ao Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1949, p. 15 – 192.

AYALA, Cardoso; SIMON, Feliciano. *Álbum Graphico de Matto Grosso* (EEUU do Brasil). Corumbá; Hamburgo: Ayalas & Simon Editores, 1914.

BUENO, João Ferreira de Oliveira. Simples Narração da viagem que fez ao Rio Paraná o thesoureiro-mor da Sé desta Cidade de São Paulo. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo I, 3ª. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*. 1º Ed. São Paulo: Brasil-Oeste Editôra, 1955.

CARDOSO, João P. In: *Exploração do Rio Paraná*. 2ª ed. São Paulo: Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1911.

CESP. *A cidade e a Usina*. Fascículo da História da Energia Elétrica em São Paulo. São Paulo, 1988.

CETESB. Levantamento ecológico-sanitário e considerações sobre a piscicultura e recreação na Represa de Ilha Solteira: Bacia do Rio Paraná - relatório final. CETESB, São Paulo, 1976.

COMPANHIA Energética de São Paulo. *40 peixes do Brasil*: CESP 40 anos José Caldas (fotografias); João Henrique Pinheiro Dias, Oscar Akio Shibatta (pesquisa e textos); Oscar Akio Shibatta (ilustrações). – Rio de Janeiro: Doiis, 2006.

CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. São Paulo: Editora Lello Brasileira, 1967.

FIGUEIRA, Henrique. *Vila Piloto de Jupiá: uma história de barrageiros*. São Paulo: Biblioteca 24x7, 2009.

FLORENCE, Hércules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas-1825 a 1929*. Trad. Visconde de Taunay. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007.

GOULART, João. *Discursos selecionados do presidente*. Brasília: FUNAG, 2009.

MANGE, Ernest R. de C. *Planejamento em Urubupungá*. Tese. Livre Docência: POLI/USP, São Paulo, 1963.

MARTINS, Demóstenes. *A poeira da Jornada: Memórias*. São Paulo: Resenha Tributária, 1980.

MELLO, Fávio Miguez de. *Episódios da Engenharia (e da política) no Brasil*. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro de Barragens, 2014.

OLIVEIRA, Juscelino K. *A Marcha do Amanhecer*. São Paulo, Bestseller, 1962.

QUINTELLA, Wilson. *Memórias de um Brasil Grande*. São Paulo: Saraiva, 2008.

RIBAS, Antônio Joaquim. A Navegação no Paraná e seus afluentes. *Revista do IHGB*, vol. XXV, 1856.

SAINT_ADOLPHE, J.C.R. Milliet. *Diccionario geographico histórico e descriptivo do Império do Brasil*. Tomo Segundo, Paris, 1845.

SILVEIRA, Enzo. *Urubupungá: Jupiá- Ilha Solteira*. São Paulo: Edições Ensil Ltda, 1970.

SOUZA, Jonas Soares de; MAKINO, Miyoko (Org.). *Diário de navegação – Teotônio José Juzarte*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2000.

TAUNAY, Afonso de E. *História geral das bandeiras paulistas*. Tomo primeiro. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

_____. *Na era das bandeiras*. 2º Edição. São Paulo: Editora Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1922.

_____. *Relatos Monçoeiros*, São Paulo/Belo Horizonte, 1981.

Jornais e Revistas

CESPAULISTA, Ano III, nº11, jun. 1979 e Ano VI, nº30, 1982.

Chattanooga News-Free Press. Chattanooga, Tursdey 28 July 1944.

Correio do Estado. Edições entre 1953-1969. Campo Grande.

New York Times, February 26, 1945. Nova York (NY).

O Barrageiro. Edições entre 1963-1973. Três Lagoas, Litografia Vila Piloto e Gráfica Vitória, Andradina.

O Estado de S. Paulo. Edições: 06/12/1910, 14/03/1911, 03/11/1916, 5/07/1949, 12/08/1936, 14/05/1949 e Período entre 1951-1974.

Revista Brasil-Oeste. Edições entre 1956-1967. São Paulo: Brasil-Oeste Editora Ltda.

Revista de Engenharia Militar, nº 252, 1966.

Revista *O Empreiteiro*. Edição nº 20, de setembro de 1969.

Revista Politécnica, nº9, 1905.

Revista Visão. Período entre 1954-1971. São Paulo, Companhia Lithográfica Ypiranga.

The Chattanooga Daily Times. Thursday, 26 May 1949.

Revista *DAE*, nº 24, dez/1952.

Audiovisuais:

A energia de Jupia. Dir: Jean Manzon, 1970. DVD. (7 min.) Color.

Cerrar um rio. Dir: Romain Lesage. Jota Filmes, 1972. DVD. (16 min) Color, CDMCC.

Camargo Corrêa: colaborando com o progresso. S/D: Jaraguá Filmes, 1969. (10 min.)

Constroem-se 3 milhões de kW. Dir: Jean Manzon, Atlântida Cinematográfica S/a, 1962. DVD. (8 min.)

Construção de Urubupungá. Arquivo Secretaria Pública do Estado de São Paulo. S/d. DVD. (2 min.). P&b. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Conjunto Hidrelétrico Urubupungá. Dir: Jean Manzon e Romain Lesage. Remasterizado por Camargo Correa. DVD. (4 min) S/D. Color. CDMCC

DAEE: desenvolvimento para São Paulo. Dir. Máximo Barro: Jaraguá Filmes, 1974. DVD. (15 min.). Color.

Ernest Robert de Carvalho Mange. Entrevista. 1998. DVD. (10 min). Color. Série Encontros. Coleção Itaú Cultural.

Ilha Solteira. Dir: Romain Lesage. Rex Filmes e Jota Filmes. 1966, 1973 e 1976. DVD. (10 mi.) Color. CDMCC.

Ilha Solteira: uma epopeia no rio Paraná. Dir: Jean Manzon, 1974. DVD. (4min). Color.

O futuro do Brasil Presente em Urubupungá. Dir: Primo Carbonari. Ampla Visão, 1969.

Urubupungá. Dir. Jean Romain Lesage. Ciclo Filmes, 1976. DVD. (39 min.). Color. CDMCC.

Urubupungá: obra de redenção nacional. Dir. Jean Manzon, 1964. DVD.

Antonio Vieira. Entrevista realizada em 2 de junho de 1991. Arquivo do Núcleo de Documentação Histórica, UFMS, Campus de Três Lagoas.

Ernest Robert de Carvalho Mange. Entrevista realizada no dia 15 de março de 2004 por Elisabeth Totini e Renato de Oliveira Diniz. CDMCC.

José Fantinato. Entrevista realizada no dia 25 de maio de 2004 por Renato de Oliveira Diniz e Sara Barbosa de Sousa. CDMCC.

Pietro Bianchi. Entrevista realizada no dia 19 de abril de 2004 por Sara Barbosa de Sousa e Renato de Oliveira Diniz. CDMCC.

Waldemar B. Silva. Entrevista realizada em 1991. Arquivo do Núcleo de Documentação Histórica, UFMS, Campus de Três Lagoas.

SITES

http://www.revistaoempreiteiro.com.br/Publicacoes/10371/O_legado_da_engenharia_brasileira_a_ser_preservado_e_desenvolvido.aspx. Acessado em 01 de outubro de 2015.

Demais fontes:

ADMINISTRAÇÃO DE ILHA SOLTEIRA. 24/01/1970.

Amizade Tradicional. Visita de sua excelência Eurico Gaspar Dutra, Presidente do Brasil, aos Estados Unidos da América. 17 a 27 de maio de 1949, TVA Library, Knoxville-Tennessee.

ATA Câmara Municipal de Três Lagoas, nº 11. Sessão ordinária. Janeiro de 1961.

Ata da Instalação da Comissão Técnica de Estudos da Bacia do Paraná de 15/05/1952.

Ata da Primeira Reunião dos Componentes da Comissão de Estudos dos Problemas Econômicos da Região do rio Paraná e seus afluentes de 16/05/1952.

“*Brazilian Plans TVA as post war projects*”; “*Brazilian Plans huge 'TVA' development*”, “*CESP in Progress*”.

Carta enviada por Fernando Corrêa da Costa de Cuiabá, em 23 de agosto de 1951. Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo.

CARTILHA CESP. Urubupungá: um pouco de sua história, 1968.

“Centrais Elétricas Brasileiras- Eletrobrás S/A”. *General Correspondence*- 1962-1976. Record Group-142, Box 142. National Archives and Record Administration (NARA). Atlanta, Geórgia.

CESP: A cidade de Ilha Solteira. Relatórios administrativos. Ilha Solteira, 1974.

CESP/CIBPU. A Região de Ilha Solteira e suas possibilidades de Desenvolvimento Econômico: Caracterização da indústria. Departamento de Economia CESP, 1972.

CESP/CIBPU. Documento regional, 1972.

CIBPU. Análise do centro-sul como região. São Paulo: CIBPU/DPES, 1966.

CIBPU. Aproveitamento hidroelétrico do Rio Paraná: Saltos de Urubupungá- Itapura, Barragem de Jupia. São Paulo: CIBPU, 1960.

CIBPU. Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo – SAGMACS. Vol. 01, 1954.

CIBPU. Os investimentos estrangeiros e a Bacia Paraná-Uruguaí. Relatório. 1957.

CIBPU. Relatório do exercício de 1954. São Paulo: CIBPU, 1955.

CIBPU. CONFERÊNCIA DE GOVERNADORES. Set, 1951.

CIBPU. CONFERÊNCIA DE GOVERNADORES. Set, 1952.

CIBPU. CONFERÊNCIA DE GOVERNADORES, 1959.

CIBPU. CONFERÊNCIA DE GOVERNADORES. Nov, 1963.

CIBPU. CONFERÊNCIA DE GOVERNADORES. Fev, 1968.

Circular *Prezado Companheiro*. CESP, nº 243, maio de 1986.

Clipping File “*International Visitors Center*” (IVC), Record Group RG 94. National Archives and Record Administration (NARA). Atlanta, Geórgia. Box 01.

Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. *Exploração do Rio Paraná*. 2ª ed. São Paulo, 1911.

Correspondence. Office of the General Manager. Record Group-142, Box 344. National Archives and Record Administration (NARA). Atlanta, Geórgia.

Decreto nº 41.602. Rio de Janeiro, de 29 de maio de 1957, assinado por Juscelino Kubitschek.

Decreto nº 36.384, de 18 de março de 1960. Diário Oficial.

Department of State. Bureau of United American Affair. Limited official use, 1967 p. 04. Record Group-142. National Archives and Record Administration (NARA). Atlanta, Geórgia.

“Em defesa do rio esquecido”. Discurso pronunciado por Carlos Vandoni de Barros, 1950. IHGCG. Campo Grande.

“*Engineers visiting TVA*”. Knoxville Journal, 1941. TVA Library. Knoxville, Tennessee.

Executive Office of The President, Coordinator of Inter-American Affairs, July 15, 1944. Letters Lilienthal-Rockefeller-Sales; Program for Visite Minister Apolonio Sales. Office of General Manager. Record Group-142, Box 91. National Archives and Record Administration (NARA). Atlanta, Georgia.

Foreign Visitors. Fiscal year 1946-1949. TVA Foreigner. *Information Office files*. Record Group-142. Box 344. National Archives and Record Administration (NARA). Atlanta, Georgia.

General Assembly of the State of Tennessee, 22 February 1951, *Appendix to the Congressional Record*, 82nd Congress, I sess. 1 May 1951. Special Collects, University of Tennessee.

International Cooperation Administratio. Eletrobrás. *General Correspondence*- 1962-1976. NARA. Record Group-142, Box 142. National Archives and Record Administration (NARA). Atlanta, Georgia.

International Training Administration INC. Administrative Files, December 29, 1944. Record Grup-142, Box 91. National Archives and Record Administration (NARA). Atlanta, Georgia.

Mensagem ao Congresso Nacional; apresentada por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951.

OFÍCIO da Comissão ao presidente Getúlio Vargas. Processo nº. 35686. 1952.

Office Memorandum TVA. 28 de novembro de 1941. Record Group-142. National Archives and Record Administration (NARA). Atlanta, Georgia.

Ofício *TVA Visitors*. Record Group-142. National Archives and Record Administration (NARA). Atlanta, Geórgia.

PLANO DIRETOR DE CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO URBANO ILHA SOLTEIRA. Relatórios administrativos. Ilha Solteira S/d.

Program and Itinerary Latin America Regional Rural Electric Cooperative Study. Department of State. Agency for International Development. TVA Library. Knoxville-Tennessee.

RELATÓRIO AEIS, 1969.

RELATÓRIO CELUSA, 1961, 1962 e 1965.

RELATÓRIO CANAMBRA, 1967.

Report and recommendations regarding the Proposed Mapping Organization of the CNG and a Proposed National Mapping Plan for Brazil. George D. Whitmore. Engineering Report Files, 1944. Record Group-142. National Archives and Record Administration (NARA). Atlanta, Georgia.

Report on the Development of Paulo Afonso Falls and power utilization in contiguous areas in Brazil. Oren Reed, Engineer TVA. Knoxville, 1946, 47 p. Record Group-142. National Archives and Record Administration (NARA). Atlanta, Georgia.

Report of visit of Robert Mange from Brazil. Gordo R. Clapp, General Manager. 18 April 1942; Information Office Files. National Archive Atlanta. NARA. Record Group-142. National Archives and Record Administration (NARA). Atlanta, Georgia.

River Development in various countries of the World. Compiled January 1946. Record Group (RG) 142. National Archives and Record Administration (NARA). Atlanta, Geórgia.

SAGMACS. Problemas de desenvolvimento. Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo. São Paulo: CIBPU, 1954, 2 vol.

“Sobre o rio Paraná Constrói-se um futuro melhor para você”. Volante de promoção CELUSA, 1964.

Treasury Department. Procurement Division and TVA Division Engineer. July 1943. NARA, Record Group-142. National Archives and Record Administration (NARA). Atlanta, Georgia.

“*TVA and International Technical Assistance: A Report to the Board of Directors and the General Manager of the Tennessee Valley Authority,*” 1970. TVA Library. Knoxville, Tennessee.

TVA: as a symbol of resource development in many countries. A digest and selected bibliography of information. Compiled January 1952. TVA Library. Knoxville, Tennessee.

The TVA Conservation. Jan. 1954. Special Collects. University of Tennessee. Report of Foreign Visitor Story for OWI, Gordon R. Clapp to David E. Lilienthal, 27 December 1943. Record Group-142, Box 22. National Archives and Record Administration (NARA). Atlanta, Georgia.

TVA Foreigner. *Information Office files.* Record Group-142. Box 344. National Archives and Record Administration (NARA). Atlanta, Georgia.

TVA: symbol of Valley Resource Development. A digest and selected bibliography of information, 1961. Special Collects. University of Tennessee.

The TVA International application. International Labour, 1944. Special Collects, University of Tennessee.

Urubupungá: Savez-vous ce que la représent?. Departamento de Relações Públicas CESP, 1969.

3.2 Referências

ABREU, Alzira Alves de. (Org.) *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

ABREU, Silvana. *Planejamento Governamental: a SUDECO no espaço Matogrossense: Contexto, propósitos e contradições*. Tese. Universidade de São Paulo, 2001.

ALMEIDA, Jozimar Paes de. A instrumentalização da natureza pela ciência. In: *Projeto História*. Nº 23. São Paulo: Educ, 2001.

ALMEIDA, Márcio Wohlers de. *Estado e Energia em São Paulo: CESP, um estudo de caso*. Dissertação. Departamento de Economia UNICAMP, 1980.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 08, nº 15, 1995.

ARAÚJO, Beatriz de Castro Sanches Azevedo. *“Camisa de Couro” e a densa trama das relações de poder que envolvem a criação de suas imagens na cidade de Três Lagoas-MS-1959-1962*. Dissertação. Mestrado em História. São Paulo, PUC. 2008.

ARAÚJO, Cláudia Gomes de. *Arquitetura e cidade na obra de Ernest de Carvalho Mange*. Dissertação de Mestrado, EESC/USP, São Carlos, 2004.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: Entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000.

_____. Rios e Governos no Estado do Paraná: pontes, “força hidráulica” e a era das barragens (1853-1940). *Vária História*. Belo Horizonte, vol. 24, nº 39: p.153-175, jan/jun 2008.

BARBOSA, Marialva. O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira. In: *Ciberlegenda*, nº 7, 2000.

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1984.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BENJAMIN, W. A pequena história da fotografia. In: *Magia, arte e técnica: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Obras Escolhidas, v.1.

_____. *O Anjo da História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP. Volume 1.

BIZELLO, Maria Leandra. *Entre fotografias e fotogramas: a construção da imagem pública de Juscelino Kubitschek. 1956-1961*. Tese (Doutorado em Multimeios) – IAUNICAMP, Campinas, 2008.

BLOCH, Marc. *Apologia da História – ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORRAT, Héctor. *El Periódico*, actor político. Barcelona. Editorial Gustavo Gili S.A, 1989

BOUDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRANCO, Catullo. *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

CABRAL, Ligia M. M. et al. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade, 1988.

CALHÃO, Antônio Ernani Pedroso, MORGADO, Eliane M., MORAES, Sibebe. *Imprensa periódica mato-grossense: 1847 – 1969*. Cuiabá: UFMT, 1994.

CAMARGO, A; CAPOBIANCO, J.P.R. & OLIVEIRA, J.A.P. *Meio Ambiente Brasil: Avanços e obstáculos pós- Rio 92*. 2.ed. São Paulo, Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; 2004.

CAMPACHE, Shesman A. *O fazer-se da categoria barrageiros em Três Lagoas*. Monografia. UFMS, Três Lagoas, 2012.

CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*. 1. ed. São Paulo: Brasil-Oeste Editora, 1955.

CAMPOS, Pedro Henrique P. *A Ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado Ditatorial brasileiro (1964-1985)*. Tese. Programa de Pós-Graduação em História-UFF, 2012.

CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino*. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1980.

_____, MORETTIN, Eduardo, NAPOLITANO, Marcos, SALIBA, Elias Thomé (org.). *História e cinema: dimensões históricas do audiovisual*. São Paulo: Alameda, 2007.

CARDENUTO, Reinaldo. *Discursos de intervenção: o cinema de propaganda ideológica para o CPC e o Ipês às vésperas do golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – ECA-USP, São Paulo, 2008.

_____. O Golpe no cinema: Jean Manzon à sombra do Ipês. *Artcultura*. Uberlândia, v. 1.

CARDOSO, Heloísa H. Pacheco. *Os anos dourados: memória e hegemonia*. *Artcultura*. Vol. 09, nº 14, Jan-Jun 2007.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento*. Brasil: Jk-JQ. RJ, Paz e Terra, 1977.

CASTRO, M. Inês Malta, *O Preço do Progresso: a Construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil*. Campinas, 1992.

CAVENAGHI, Airton José. A construção da memória historiográfica paulista Dom Luiz de Céspedes Xeria e o mapa de sua expedição de 1628. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.19. n.1. p. 81-109. jan.- jun. 2011.

CESP. *Fascículos da História da Energia Elétrica em São Paulo*. Vol. 02, 1988.

CERTEAU, Michel De. *A escrita da história*. 2º edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CESTARO, Lucas. Urbanismo e Humanismo: a SAGMACS e o estudo da “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) São Carlos: EESC-USP, 2009.

CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. São Paulo: Difel, 1988.

CHAVEAU, A & TÉTARD, Ph. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CHIQUITO, Elisângela de Almeida. *A Comissão Estadual da Bacia Paraná-Uruguai: do planejamento de vale aos polos de desenvolvimento*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. USP, 2011.

CONAC, Françoise. L'eau dans le monde. In: BAILLY, Antonine. FERRAS, Robert e PUMAIN, Denise. *Encyclopédie de Géographie*. Econômica, Paris, 1992.

CORRÊIA, Paulo Nogueira Simões. A criação do Estado de Mato Grosso do Sul. In: *Campo Grande – 100 anos de construção*. 1. ed. Campo Grande: Matriz editora, 1999.

CORRÊA, Maria Leticia. “Os projetos para o setor de energia elétrica brasileira no segundo governo Vargas: o debate no Instituto de Engenharia de São Paulo”. In: MENDONÇA, Sônia Regina de (org.). *O Estado Brasileiro: agências e agentes*. Niterói: EdUff / Vício de Leitura, 2005.

CORRÊA FILHO, Virgílio, *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, INL/MEC, 1969.

COSTA, Helouise. Palco de uma história desejada: o retrato do Brasil por Jean Manzon. In: *Fotografia*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN. Ministério da Cultura. Rio de Janeiro, 1997.

CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. São Paulo: Editora Lello Brasileira, 1967.

CULVAHOUSE, Tim et. al. *The Tennessee Valley Authority: Design and Persuasion*. Publisher: Princeton Architectural Press, 2007.

D' ALMEIDA, Carolina Heldt. *Produção empresarial da cidade: um laboratório/ 1965-1974*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. FAU-USP, 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina et alii (org.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel, *Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DIAS, Renato F. (Coord.). *Octavio Marcondes Ferraz: um pioneiro da Engenharia Nacional*. Centro de Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro, 1993.

DIEHL, Astor A. *Cultura Historiográfica: Memória, Identidade e representação*. Bauru, Edusc, 2002.

DINIZ, Clelio C. *Capitalismo, Recursos Naturais e Espaço*. Tese. Instituto de Economia da Universidade de Campinas/UNICAMP, Campinas, 1987.

DINIZ, Renato de Oliveira. *A intervenção estatal no setor elétrico paulista: as grandes empresas e as grandes usinas – 1953/1997*. Tese. Programa de Pós-Graduação em História, USP, 2011.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil (1930-1960)*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes. 1981.

DUBY, Georges. História social e ideologia das sociedades. In: LE GOFF, J., NORA, P.. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso*. São Paulo: UNESP, 2006.

EKBLADH, David. "Mr. TVA": Grass-Roots Development, David Lilienthal and the Rise and Fall of the Tennessee Valley Authority as a Symbol for U.S. Overseas Development (1933-1973). *Diplomatic History*, Vol. 26, Nº 03. Summer 2002.

FARO, Clóvis de, SILVA, Salomão L. Quadros. A década de 1950 e o Plano de Metas. In: GOMES, Ângela de Castro (Org). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2002.

FEBVRE, Lucien. Contra o vento: Manifesto dos novos Annales. In: NOVAIS, Fernando A., SILVA, Rogério Forastieri da (org). *Nova história em perspectiva 1*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

FELDMAN, Sarah. 1950: a década de crença no planejamento regional no Brasil. In: XIII *Encontro Nacional da ANPUR*, Anais... Florianópolis: ANPUR, 2009.

_____. Planejamento e Zoneamento: São Paulo: 1947-1972. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2005.

FERNANDES, Armando O; FERNANDES, Achilles O. *A indústria da energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Do Patronato, 1953.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). *O Brasil Republicano: da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIGUEROA, Silvia. *Modernos Bandeirantes: a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886-1931)*. Dissertação. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1987.

FONSECA, Francisco César P. *A Imprensa Liberal na transição democrática (1984-1987): Projeto político e estratégia de convencimento*. Dissertação. Mestrado em Ciência Política. UNICAMP, 1994.

FROELICH, Gival Mosca. *Ilha Solteira: uma história de riqueza e poder (1952-1992)*. São Paulo: EDUC, 2001.

FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GALETTI, Lylia. S. Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteiras e modernidade nas representações sobre o Mato Grosso*. Tese, USP, 2000.

GARDIN, Cleonice. *CIBPU: A comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai no Planejamento Regional Brasileiro (1951-1972)*. Dourados: EdUFGD, 2009.

GASPARI, Élio, *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista*. São Paulo: UNESP, 2002.

GRAY, Aelred J. and JONHSON, David A. The TVA regional planning and development program: the transformation of an institution and its mission. Gateshead: Athenaeum Press, 2005.

GOULART, João. *Discursos selecionados do presidente*. Brasília: FUNAG, 2009.

GOMES, Ângela de Castro (Org). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como ideologias*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

HAFFNER, Jacqueline Angélica Hernández. *A CEPAL e a Industrialização Brasileira (1950-1961)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2º ed. São Paulo: Vértice. 1990.

HARDMANN, F. Foot. *Trem Fantasma: a modernidade nas selvas*. São Paulo, 1988.

HARGROVE, Erwin; CONKIN, Paul K. *TVA: the fifty years of grass-roots bureaucracy*. University of Illinois, 1983;

HIRSCHMANN, Albert. *Projetos de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *A era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia da Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3º edição. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

_____. *Monções*. Rio de Janeiro: Casa de Estudante do Brasil, 1945.

_____. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HUGHES, Thomas. *American Genesis: a century of invention and technological enthusiasm*. New York, Pinguin Books, 1989.

_____. *Networks of Power: electrification in western society, 1880-1930*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, (Softshell Books edition), 1993.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930-1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

KARPINSKI, César. *Navegação, cataratas, hidrelétricas: Discursos e Representações sobre o Rio Iguaçu (Paraná, 1853-1969)*. Tese. Doutorado em História. UFSC. Florianópolis, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Tradução: Núcleo de Geografia Urbana da UFMG. Primeira versão: início - fev. 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5º ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

LEMOS, Chélen Fischer de. *O processo sóciotécnico de eletrificação na Amazônia: articulações, contradições entre o Estado, capital e território*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

LENCIONI, S. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999.

LILIENTHAL, David. E. *TVA: a democracia em marcha*. Trad. Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1956.

LOPES, Ana Paula de Oliveira. *Album Gráfico de Matto Grosso: as imagens de um Estado que se pretende moderno*. Dissertação. UFMT, 2009.

LOPES, L. *O Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas, 1955

LUCA, Tânia Regina de. *A revista Brasil: um diagnóstico para a (N) ação*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. Tese. PUC, São Paulo, 1997.

MAGALHÃES, Gildo (Org). *História e Energia: Memória, informação e sociedade*. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. *Ciência e ideologia: conflitos e alianças em torno da ideia de progresso*. Tese de Livre-Docência. USP, 2004.

_____. *Força e Luz: eletricidade e modernização na República Velha*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000.

MANARIN, Odirlei. *Peões da barragem: Memórias e relações de trabalho dos operários da construção da Hidrelétrica de Itaipu (1975 -1991)*. Dissertação (Mestrado em História). UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2008.

MARANHÃO, Ricardo. *Capital Estrangeiro e Estado na Eletrificação Brasileira: a Light, 1947-1957*. Tese. São Paulo. FFLCH-USP, 1993.

_____. *Para um conceito de eletrificação no Brasil como processo social*. Comunicação. 1º Seminário Nacional de História e Energia. 23 de outubro de 1986. Anais, vol. 02.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*. São Paulo: Ática, 1989.

MARTIN, Andrey M; CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. Entre a doença e “progresso”: considerações sobre o Tennessee Valley Authority e o controle da malária (1933-1948). In: *Dimensões*, vol. 34. UFES, 2015.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MAKSoud, Henry. *Hidrologia e possibilidades hidrenergéticas da bacia do Rio de Contas, na Bahia*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1964.

McDONALD, Michael J. and John Muldowny. *TVA and the Dispossessed: The Resettlement of Population in the Norris Dam Area*. Knoxville: University of Tennessee Press, 1981.

MELLO, Flavio M. (Coord.) *A história das barragens no Brasil: Séculos XIX, XX e XXI. cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens*. Rio de Janeiro: CBDB, 2011.

MENDONÇA, Sônia Regina de (org.). *O Estado Brasileiro: agências e agentes*. Niterói: EdUff / Vício de Leitura, 2005.

MORAES, Antonio Carlos R. O sertão: um outro geográfico. *Terra Brasilis*. Vol. 04, nº 03, 2003.

MOURA, G. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira, 1935-1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURA, Valdik. *O problema da eletrificação rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1957. (Estudos Brasileiros, 10).

MOUTINHO DOS SANTOS, E. *Energia, gás natural & sustentabilidade*. Tese (Livre Docência em Energia). Programa de Pós-Graduação em Energia. Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE). USP. São Paulo, 2004.

MÜLLER, Antonio Carlos. *Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento*. São Paulo: Makron Brooks, 1995.

NARS, Edson Luiz. *Um olhar sobre o Brasil pelas lentes de Jean Manzon: de JK a Costa e Silva*. Dissertação. Mestrado, UNESP. Araraquara, 1996.

NOGUEIRA, Brenno Cyrino. *Planejamento de bacias hidrográficas*. Algumas informações sobre as experiências do TVA (Tennessee Valley Authority). São Paulo: FAUSP, 1979.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, 1993, p. 08.

NOVA, Antonio Carlos Bôa. *Percepções da cultura da Cesp*. São Paulo: Escrituras, 2000.

NOVAIS, Fernando A. & MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: *História da vida privada no Brasil*. Vol. 4. São Paulo: Cia da Letras, 1998.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. História de vida às margens do rio Paraná. *Revista de História Regional*. Vol. 13, nº 02. UEPG, 2008.

_____. New studies in the History of Railway Transportation in São Paulo. In: Peter Norton; Gijs Mom; Tomás Errázuriz; Kyle Shelton. (Org.). *Mobility in History: Yearbook of the International Association for the History of Transport, Traffic and Mobility*. 5ed. New York and Oxford: Berghahn Books, 2014, v. 1, p. 96-104.

_____. O centenário da ferrovia brasileira (1954): ensaio sobre a elaboração da memória ferroviária no Brasil. *Espaço e Geografia* (UnB), v. 16, p. 675-717, 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Lippy. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucilia de Almeida Neves (Org). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, Maria R. Duarte de. *João Goulart: de personalidade a personagem*. 2º Edição. São Paulo: Annablume, 2001.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *Cultura e Modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 225.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru: EDUSC; Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

_____. A navegação na Bacia do Paraná e a integração do antigo sul de Mato Grosso ao mercado nacional. In: In: *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica*. Caxambu (MG). Setembro, 2003.

PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.) *D. Antônio Rolim de Moura: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências)*. Cuiabá: EdUFMT, 1982.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

RIBEIRO, Thiago Reis Marques. *Das missões à comissão: ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da “Missão Abbink” (1948) e da “Comissão Mista Brasil-Estados Unidos” (1951-1953)*. Dissertação em História. Universidade Federal Fluminense. 2012.

RECH, Hélvio. A formação do setor energético de Mato Grosso do Sul: uma análise à luz da teoria do desenvolvimento de Celso Furtado. Tese. Programa de Pós-Graduação em Energia, USP, São Paulo, 2010.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2º ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu*. Cascavel: Edunioeste: 2002.

ROMANELLO, Jorge Luis. *A natureza no discurso fotográfico da revista O Cruzeiro: paisagens e imaginários no Brasil desenvolvimentista*. Tese. (Doutorado em História). UNESP, Assis, 2006.

ROOK, Robert. Race, Water and Foreign Policy: The Tennessee Valley Authority's Global Agenda Meets "Jim Crow". *Diplomatic History*, Vol. 28, No. 1. USA. (January 2004).

SALGUEIRO, Eduardo de Melo. *O maior projeto em prol de Mato Grosso: uma análise da revista Brasil-Oeste (1956-1967)*. Dissertação em História, UFGD. Dourados, 2011.

_____. *Fugir do Estigma, avançar no desenvolvimento*: Fausto Vieira de Campos, a revista Brasil-Oeste e seu projeto para Mato Grosso. Tese. Dourados: UFGD, 2016.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____, SILVEIRA, Marília Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 14ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SEGER, Sônia. Marcos constitutivos do setor elétrico brasileiro. In: MAGALHÃES, Gildo (Org). *História e Energia: Memória, informação e sociedade*. São Paulo: Alameda, 2012.

SILVA, Edma Aranha. *O processo produtivo de carvão vegetal: um estudo em Mato Grosso do Sul*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UNESP, Presidente Prudente, 2002.

SILVA, Leisa Robles Borba. *O Mercado de Três Lagoas: um estudo de caso das transformações urbanas - 1970 a 1979*. Mestrado em História. Dourados: UFGD, 2008.

SILVA, Marcelo Squinca da. *Energia Elétrica: estatização e desenvolvimento*, 1956-1967. São Paulo: Alameda, 2011.

SILVA NETO, Antonio L. *Dicionário de Fotógrafos do cinema brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

SILVEIRA, Enzo. Urubupungá: Jupiá- Ilha Solteira. São Pulo, 1970.

SOUZA, João Carlos de. *Sertão Cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)*. São Paulo: Alameda, 2008.

STERNHEIM, Alfredo. *Máximo Barro: talento e altruísmo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

TAFURI, Manfredo. *Projeto e Utopia: Arctectura e desenvolvimento do capitalismo*. Lisboa: Presença, 1985.

TOTA, Antônio P. *O imperialismo sedutor*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 1964*. 15ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1993.

TSUKUMO, Nina Maria Jamra (Coord). *Arquitetura na CESP*. Série Pesquisa e Desenvolvimento. São Paulo: CESP, 1994.

TURAZZI, Maria Inez. *A euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

VARGAS, Milton (Org). *História da Técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: UNESP. CEETEPS, 1994.

_____. *Os filtros sociais da tecnologia*. Revista USP, São Paulo (28): 222-231, dezembro/fevereiro 1995/96.

VERELA, Alfredo. *El rio Oscuro*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2008.

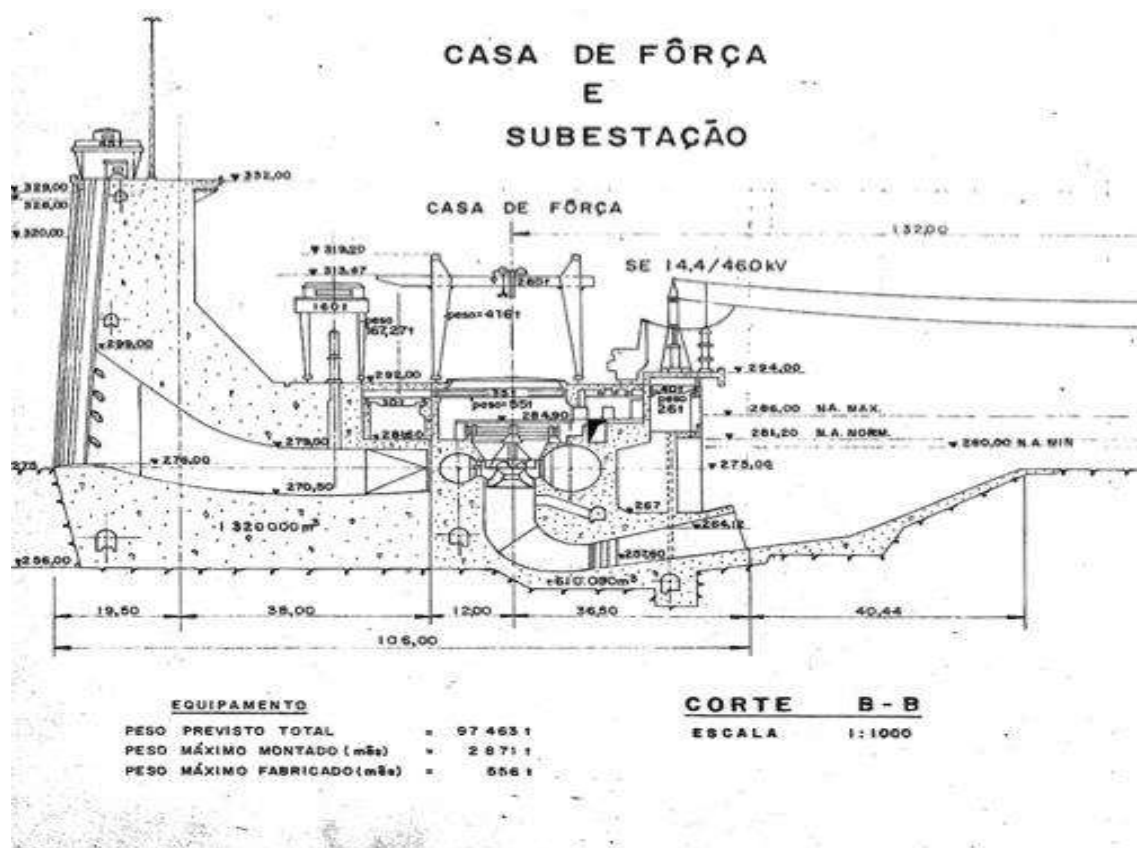
VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Hucitec, 1997.

VIEIRA, Tiago de J. Edificando a diferença: mecanismos de Biopoder durante a construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira. *Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.1, nº1 jun-nov 2011*.

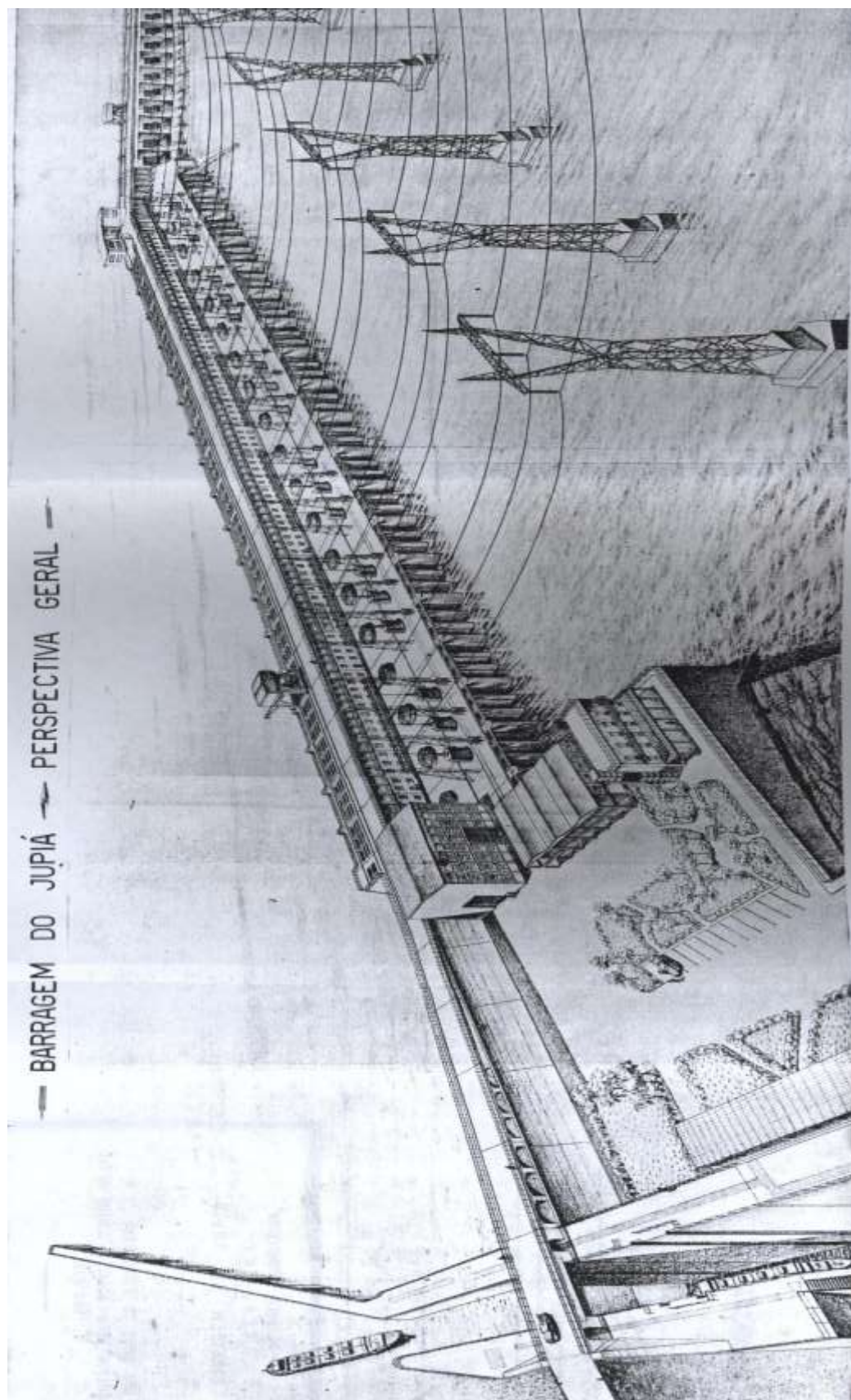
ZILIANI, José Carlos. Colonização: táticas e estratégias da companhia de viação São Paulo – Mato Grosso (1908-1960). Tese. Universidade Estadual Paulista, 2010, 249 p.

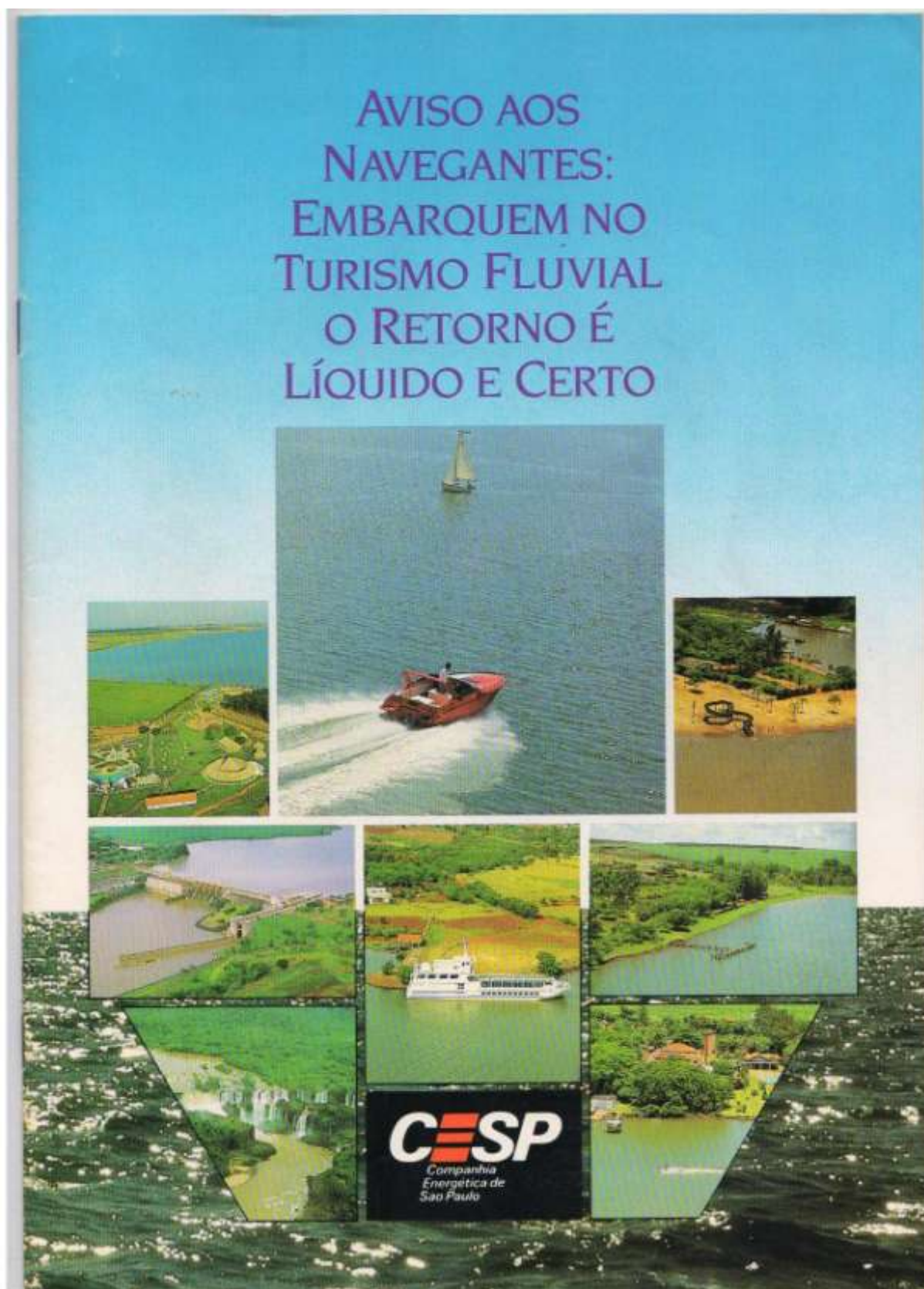
ZIOLI, Miguel et al. *Catullo Branco: o homem dos moinhos de vento*. São Paulo: Fundação de Energia e Saneamento, 2013, p. 62.

ANEXOS

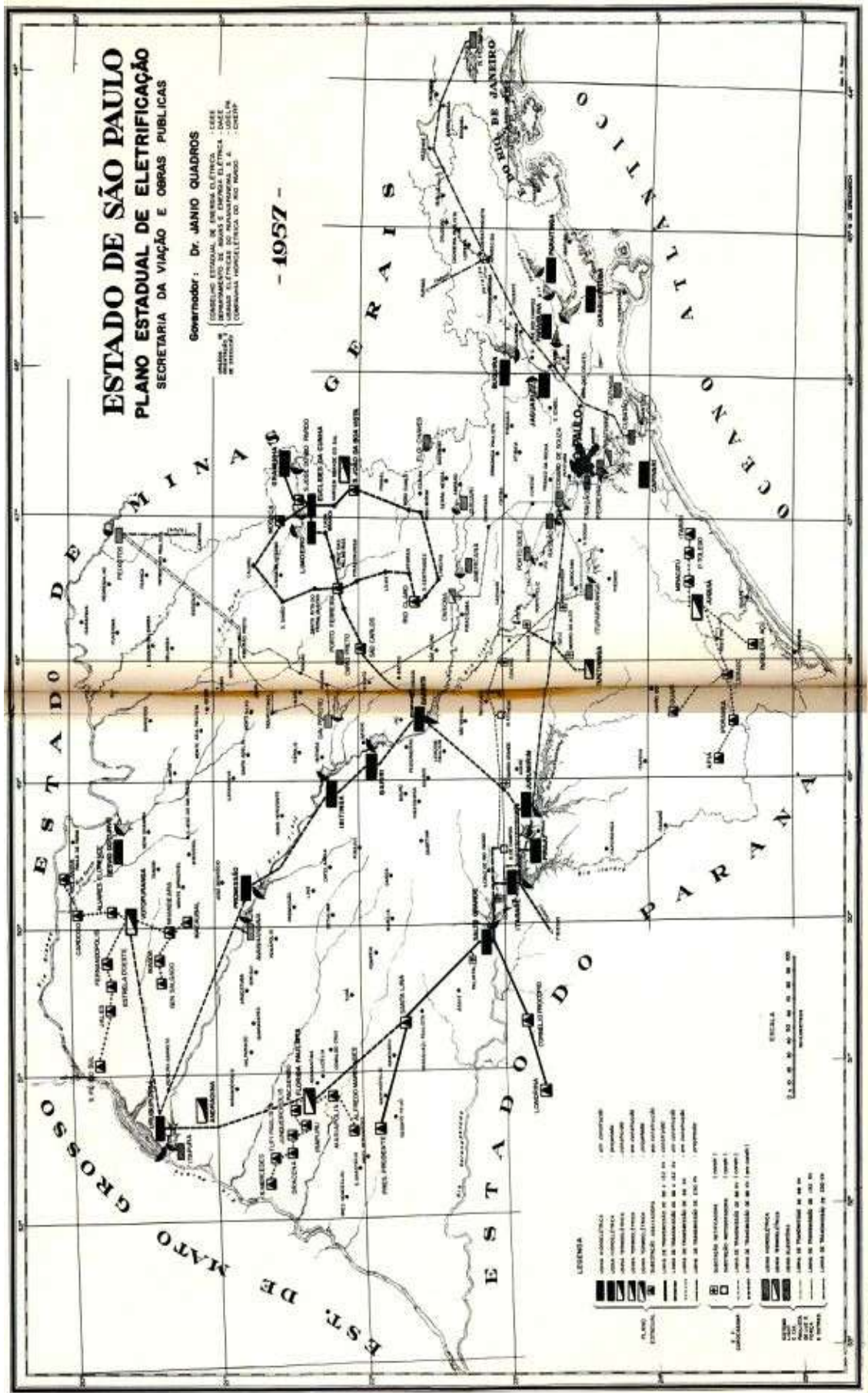


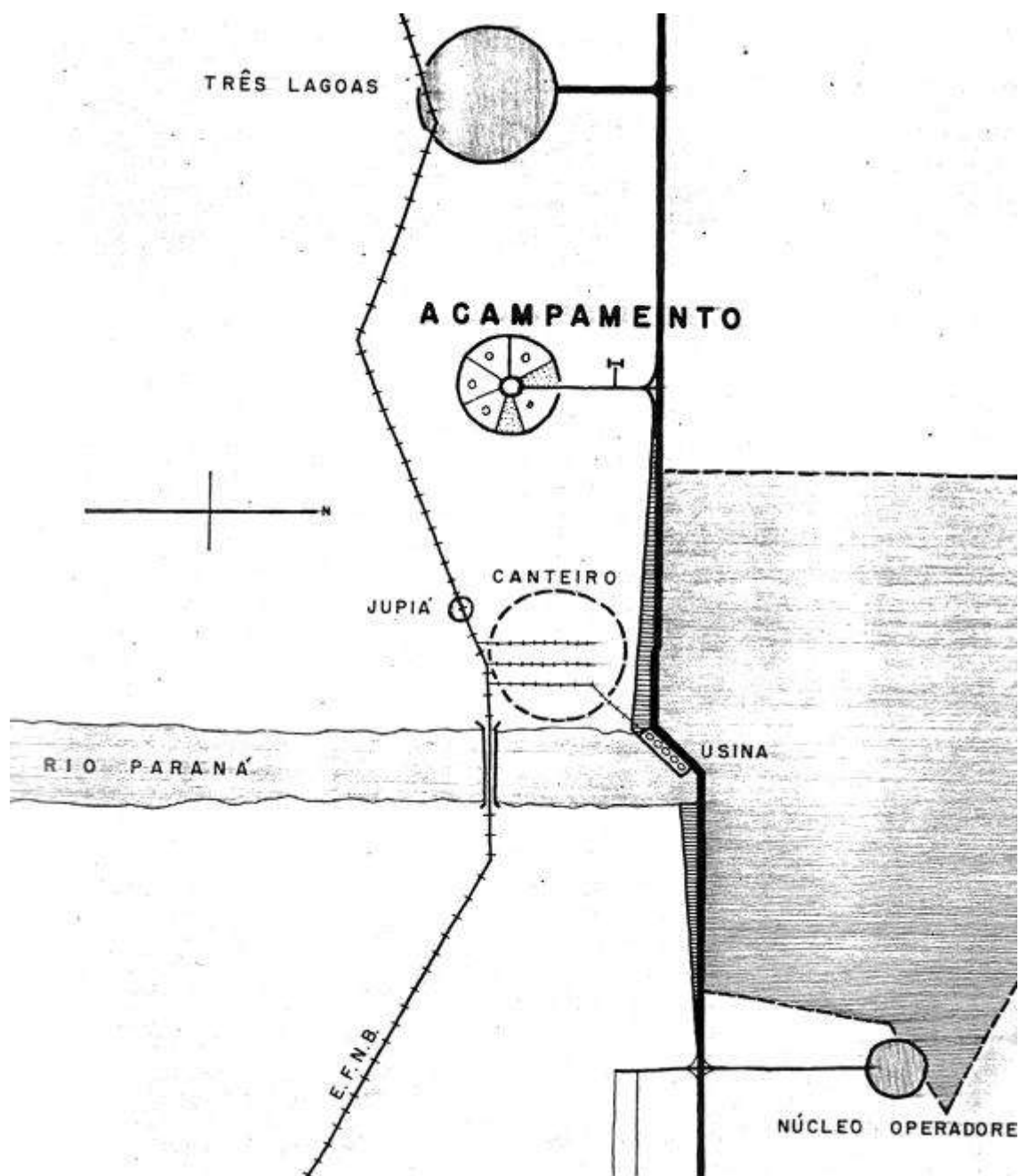
Corte Transversal Hidrelétrica Ilha Solteira





Cartilha CESP Turismo na região do Complexo de Urubupungá





Esboço estrutural para Complexo Hidrelétrico Urubupungá -Jupia



Postal Complexo Hidrelétrico Urubupungá



Eclusa Hidrelétrica Jupia



Local de construção da ensecadeira em Jupia

DECRETO N. 34.384 DE 18 DE MARÇO DE 1960

PLANO DE AÇÃO — Dispõe sobre a desapropriação de imóvel situado no município de Castilho, comarca de Andradina, necessário às instalações do canteiro de serviço e vias de acesso da Usina Hidroelétrica de Jupia.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais e nos termos do artigo 43, alínea "a", da Constituição do Estado, combinado com os artigos 2.º e 6.º do Decreto-Lei Federal n. 3.365, de 21 de junho de 1941,

decreta:

Artigo 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a fim de ser desapropriado pelo Departamento de Água e Energia Elétrica, por via amigável ou judicial, uma gleba de terras de forma irregular, com a área aproximada de 32,83 quilômetros quadrados, 32,83, 10 hct., ou 1356,7, alqueires paulistas, situada à margem esquerda do Rio Paraná município de Castilho, comarca de Andradina, Estado de São Paulo, que consta pertencer à S.A. Cafeteira do Noroeste, necessária à construção da Usina Hidroelétrica de Jupia, canteiros de serviço, áreas de empréstimo, acampamentos e obras complementares, nas proximidades dos Saltos de Urubupungá, objeto da concessão outorgada ao Estado de São Paulo, pelo Decreto Federal n. 41.602, de 29 de maio de 1957 e constante da Planta que com este baliza, rubricada pelo Vice-Presidente da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, inclusive benfeitorias nela existentes, situada dentro do perímetro assim descrito: começa em um ponto A no marco existente à margem esquerda do Rio Paraná, junto à ponte Francisco de Sá, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, seguindo pelo limite da faixa dessa estrada de ferro até o ponto B onde encontra o paralelo 2.696.000 da referida planta; segue por este paralelo, até o ponto C de coordenada E 127.000 e N. 2.696.000; continua pelo meridiano 127.000 até o ponto D de coordenadas E. 127.000 e N. 2.698.400; segue pelo paralelo 2.698.400 até o ponto E de coordenadas E. 130.300 e N. 2.698.400; acompanha o meridiano 130.300 até o ponto F de coordenadas E. 130.300 e N. 2.699.400; segue pelo paralelo 2.699.400 até o ponto G de coordenadas E. 127.000 e N. 2.699.400; segue pelo meridiano 127.000 até encontrar o ponto H de coordenadas E 127.000 e N. 2.703.000; segue pelo paralelo 2.703.000 até encontrar o ponto I na margem esquerda do Rio Paraná, descendo por esta margem até o ponto de partida.

Artigo 2.º — Na gleba acima descrita está incluída a área de cerca de 76.500 m² de terrenos reservados pertencentes à União nos termos dos artigos 11 e 14 do Decreto-Lei Federal n. 24.643 de 10 de julho de 1934.

Artigo 3.º — A desapropriação de que trata o presente Decreto é declarada de natureza urgente para os efeitos do artigo 15 do Decreto-Lei Federal n. 3.365, de 21 de junho de 1941, e parágrafos acrescentados pela Lei n. 2.786, de 21 de maio de 1956.

Artigo 4.º — As despesas com a execução do presente Decreto serão custeadas pela Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, dentro das verbas previstas na Lei n. 2.018 de 22 de dezembro de 1952.

Artigo 5.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 18 de Março de

1960.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO

José Ávila Diniz Junqueira

José Vicente de Faria Lima

Fonte: Diário Oficial

Decreto desapropriação para Hidrelétrica Jupia- 1960.

THE DARK AGES BEFORE TVA

Here, then, on the Tennessee River and its tributaries as the physical backdrop of an unspectacular project for the sale of an important natural resource in the 1920s, we find the beginning of the Tennessee River. Development of all the resources, through soil and erosion conservation, for industry, for recreation, for power, for flood control, for navigation and for transportation, and the conservation of water, as well as attainment



Upper-Mouth houses of the early 1920s. The river was in flood, and the houses were in danger.

Left-Watch dog on the river bank. TVA power was not yet available.

Lower-Mouth houses, built before TVA power was available, were in danger of being washed away.



of all the other benefits of a controlled river.

Upper Mouth of People
Industrial location of the early 1920s was in the upper mouth of the river. The houses were in danger of being washed away. The river was in flood, and the houses were in danger.

Left-Watch dog on the river bank. TVA power was not yet available.

Lower-Mouth houses, built before TVA power was available, were in danger of being washed away.

With objectives of TVA

Here is a brief summary of how well the main objectives have been attained.

Power: Electricity of every 100 watts in the Valley now has electric power.

Floods: Twenty years ago, every year of every 100 years had floods. Today more than 4,000,000 tons are saved each year in the Tennessee Valley.

Navigation: That is true as well as in the average home in the valley. Economic conditions have been established and others have been established.

Recreation: Twenty years ago, 25 million kilowatts were generated in the Valley.

Navigation: Large boats in 25 times as many now as the 15,000,000 tons in 1920.

on the Tennessee River in 1924. Coal, petroleum, produce, grain, forest products, rail, new automobile and steel plants, and other industries have been built along the river. The river is now a major highway to New Orleans, St. Louis, Pittsburgh and other points and it is as important to shipping



out of the Valley as it is to those in the Valley.

Has \$1,000,000 a Year

Flood Control: Legislation by TVA in 1936 is paying about \$1,000,000 a year for flood control.

Navigation: The river is now a major highway to New Orleans, St. Louis, Pittsburgh and other points and it is as important to shipping

Recreation: Twenty years ago, 25 million kilowatts were generated in the Valley.

Navigation: Large boats in 25 times as many now as the 15,000,000 tons in 1920.

Power: Electricity of every 100 watts in the Valley now has electric power.

Floods: Twenty years ago, every year of every 100 years had floods. Today more than 4,000,000 tons are saved each year in the Tennessee Valley.

Navigation: That is true as well as in the average home in the valley. Economic conditions have been established and others have been established.

Recreation: Twenty years ago, 25 million kilowatts were generated in the Valley.

Navigation: Large boats in 25 times as many now as the 15,000,000 tons in 1920.

Power: Electricity of every 100 watts in the Valley now has electric power.

Floods: Twenty years ago, every year of every 100 years had floods. Today more than 4,000,000 tons are saved each year in the Tennessee Valley.

Navigation: That is true as well as in the average home in the valley. Economic conditions have been established and others have been established.

Recreation: Twenty years ago, 25 million kilowatts were generated in the Valley.

Navigation: Large boats in 25 times as many now as the 15,000,000 tons in 1920.

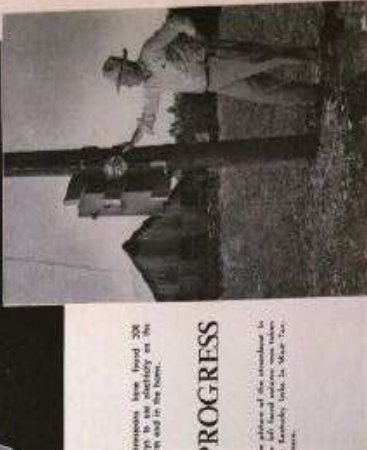
Power: Electricity of every 100 watts in the Valley now has electric power.

Floods: Twenty years ago, every year of every 100 years had floods. Today more than 4,000,000 tons are saved each year in the Tennessee Valley.

Navigation: That is true as well as in the average home in the valley. Economic conditions have been established and others have been established.

Recreation: Twenty years ago, 25 million kilowatts were generated in the Valley.

Navigation: Large boats in 25 times as many now as the 15,000,000 tons in 1920.



Interceptors have forced 300 ships to use electricity on the river and in the home.

PROGRESS

The picture of the river in the past is the picture of the river in the future.



Transporting new automobiles, on TVA power, which will be 12 times as many as in 1920.